



# VEBAM

ENCONTRO LATINO AMERICANO  
DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS  
E MUSEÓLOGOS

*Anais...*

**"A DIMENSÃO SOCIAL E EDUCATIVA  
DOS ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E  
MUSEUS NA AMÉRICA LATINA"**



EDUFMA



**ANAIS ELETRÔNICOS DO  
V ENCONTRO LATINO-AMERICANO  
DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS  
E MUSEÓLOGOS (EBAM)**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho  
Reitor

Prof. Dr. Antônio José Oliveira  
Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof. Dr. César Augusto Castro  
Diretor

Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit  
Chefe de Departamento de Biblioteconomia

Profa. Me. Raimunda de Jesus Ribeiro  
Coordenadora do Curso de Biblioteconomia

COMISSÃO LATINO AMERICANA

Comitê Permanente

Luis Oporto Ordóñez - Bolívia  
Ana Amerio - Argentina  
Vanessa Berasa - Argentina  
Maria Mary Ferreira - Brasil  
César Augusto Castro - Brasil  
María Nelly Gómez Ciro - Colombia

**Comitê Nacional:**

Mercedes Vera - Argentina  
Rolando Alvarez - Bolivia  
Ana Suely Lopes - Brasil  
Aldinar Martins Bottentuit - Brasil  
Mário de Sousa Chagas - Brasil  
Lucia Chacon Alvarado - Costa Rica  
Claudio Briseño Mansilla - Chile  
Pablo Avila - Peru  
Juana Rosas Vara - Peru  
Enrique Espinosa Salvatierra - Peru  
Javier Vargas Perales - Peru  
Stella Infante -Uruguai

**Comitê Local**

Aldinar Martins Bottentuit  
Cenidalva Miranda Teixeira  
Claudia Abreu Pecegueiro  
Dirlene Santos Barros  
Georgete Freitas  
Isabel dos Santos Diniz  
Jaciera Januário de Almeida  
Maria Clea Nunes  
Raimunda de Jesus Ribeiro  
Raimunda Ramos Marinho  
Silvana de Jesus Vetter  
Valdirene Pereira da Conceição

MARIA MARY FERREIRA  
(Organizadora)

**ANAIS ELETRÔNICOS DO  
V ENCONTRO LATINO-AMERICANO  
DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS  
E MUSEÓLOGOS (EBAM)**

SÃO LUÍS – MARANHÃO – BRASIL



EDUFMA

2014

Copyright © 2014 by EBAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

*Prof. Dr. Natalino Salgado Filho*  
Reitor

*Prof. Dr. Antônio José Silva Oliveira*  
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

*Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira*  
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

*Prof. Dr. André Luiz Gomes da Silva, Prof. Dr. Antônio Marcus de Andrade Paes,  
Prof. Dr. Aristóфанes Corrêa Silva, Prof. Dr. César Augusto Castro,  
Bibliotecária Luhilda Ribeiro Silveira, Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio  
Carneiro, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Manir Miguel Feitosa,  
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos*

**Capa e Editoração Eletrônica**

*Roberto Sousa Carvalho*

**Impresso no Brasil**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem escrita permissão do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

Anais eletrônicos do V Encontro Latino-Americano de bibliotecários, arquivistas e museólogos (EBAM) / Maria Mary Ferreira (Organizadora). – São Luís: EDUFMA, 2014.

1051 p. ; 15x22 cm (CD-ROOM).

ISBN 978-85-7862-377-7

1. Biblioteca. 2. Arquivo. 3. Museu. 4. Cultura, Memória e Patrimônio I. Ferreira, Maria Mary.

CDU 025:016

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 PROGRAMAÇÃO GERAL DO V EBAM.....	15
3 RELAÇÃO DOS AUTORES/TRABALHOS.....	17
<i>Arquivos</i> .....	23
<i>Bibliotecas</i> .....	283
<i>Museus</i> .....	839
<i>Cultura, Memória e Patrimônio</i> .....	913



## APRESENTAÇÃO

O V Encontro Latino-americano de Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos (EBAM) realizado em São Luís no período de 16 a 18 de outubro de 2013, nasceu da iniciativa de bibliotecários, arquivistas e museólogos de congregar estes três campos de saber buscando mecanismos de fazer com que seus problemas possam ter maior repercussão no contexto do Estado Nacional.

O I Encontro foi realizado na Bolívia e congregou os países da Argentina e Peru, o II Encontro realizado no Peru ampliou para outros países tendo a presença do Brasil e Colômbia. O último EBAM realizado na Argentina ampliou as fronteiras com a presença também do México, Chile e Equador. O próximo EBAM será realizado na Colômbia em setembro de 2014.

A preocupação com a organização e preservação dos acervos dos arquivos, bibliotecas e museus, bem como sua democratização tem sido tema de muitos eventos, ligados à área da Ciência da Informação, porém, poucos têm buscado formas de integrar os diversos campos da informação evidenciando mecanismos de articulação com vistas a criar estratégias de integração entre os principais órgãos responsáveis pela organização, sistematização, preservação e democratização dos acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museógrafos.

A necessidade de integrar as bibliotecas, os arquivos e os museus se dão pela convergência com o tipo de trabalho que desen-

volvem nas atividades cotidianas com a organização, sistematização, preservação e socialização da informação e do conhecimento inscritos nos livros, revistas, fundos documentais, peças museológicas que traduzem o conhecimento do mundo, das civilizações, dos povos, dos grupos sociais e das pessoas individualmente.

Foi através destes espaços de cultura e memória que a humanidade teve oportunidade de conhecer os feitos de seus ancestrais. São os espaços de cultura e memória materializadas nas inúmeras bibliotecas, arquivos e museus que possibilitam a todos nós o encantamento do mundo a partir dos documentos traduzidos nas peças museológicas, nos documentos arquivísticos e biblioteconômicos que tem no livro um dos principais instrumentos de transformação. A importância do trabalho desenvolvido por estas organizações representa também o grande esforço de bibliotecários, arquivistas e museólogos cujo trabalho de organização, sistematização, preservação e democratização permite que a sociedade conheça sua própria história, assim como, possibilita o acesso ao saber produzido em diferentes suportes. Os bibliotecários, arquivistas e museólogos são os cientistas sociais que tornam a informação um bem social a serviço da construção de uma sociedade democrática, fraterna e justa.

Urge, portanto, pensar formas de integração destes três setores imprescindíveis em qualquer nação que tenha como propósito o respeito à cultura de seus povos e a preservação dos bens culturais.

Assim, a proposta do Encontro Latino-americano de Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos (EBAM), realizado em São Luís do Maranhão/Brasil, buscou potencializar, compartilhar e incentivar a participação dos países que compõem a América Latina cujas realidades e problemáticas são similares na discussão de problemas que

envolvem as três áreas e buscar soluções possíveis. A nós maranhenses coube a incumbência de trazer este grandioso evento para o Brasil sediando no Maranhão, Estado, cuja riqueza e cultura é marcante no cenário nacional. Ao trazer para São Luís este evento consideramos a necessidade de descentralizar os grandes eventos, tendo em vista que muitos deles se concentram no eixo Rio/São Paulo. Com essa iniciativa contribuimos para democratizar os debates em torno das Bibliotecas, Arquivos e Museus em uma Região ainda muito carente de políticas neste setor, ao mesmo tempo, oportunizamos aos nossos convidados conhecer esta Ilha fundada por Franceses, desejada por Holandeses e colonizada por Portugueses que abriga ricos acervos, história fantásticas e uma realidade em que muitos fatos ainda estão a ser desvendados.

Desejamos a todos boas vindas! Um grande encontro e o desejo que todos se sintam acolhidos nas terras do Maranhão e que possamos integrar todas das nações latino-americana a partir dos Arquivos, Bibliotecas e Museus.

Afetuosamente,

*Profa. Dra. Mary Ferreira*  
p/ Comissão Organizadora do EBAM/Maranhão/Brasil





## 1 INTRODUÇÃO

*Cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização, através das quais o saber extraído dos livros [e dos documentos arquivísticos e museológicos] é reelaborado, classificado, pronto para ser novamente mobilizado na escrita de novos textos, instrumento de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo. (Christian Jacob, 2006)*

O sentido da Ciência é produzir conhecimento que possa traduzir mudanças em uma sociedade ainda cheia de contradições entre as quais o acesso à informação que desafia bibliotecários, arquivistas e museólogos a buscarem formas de fazer do conhecimento um bem social a serviço de uma sociedade de iguais.

A ciência não nasce por obra divina, mas do esforço intelectual de mulheres e homens de pensar e refletir através das experiências vividas por diversos autores, pintores, escultores, editores, que viveram, estudaram, refletiram em contextos históricos, em espaços sociais e em situações diferenciadas sobre fenômenos capazes de atravessar fronteiras, tempo e lugares e chegar aos dias atuais. Foi dessas experiências vivenciadas que nasceram obras fantásticas que nos possibilitaram conhecer o mundo e as ideias e com elas revolucionar o pensamento, a sociedade, o estado.

As bibliotecas, os arquivos e os museus ao longo da história da humanidade tiveram e continuam tendo um papel primordial na guarda, preservação e socialização do conhecimento. Graças ao trabalho cuidadoso dos bibliotecários, museólogos e arquivistas a sociedade pode conhecer a antiguidade e seus clássicos, o mundo das trevas e do iluminismo, as grandes e pequenas revoluções.

As bibliotecas, os arquivos e os museus nos possibilitaram chegar a Platão e Hypatia, a Marx e a Weber, a Sartre e a Simone de Beauvoir. Foram os arquivistas, os bibliotecários e os museólogos que nos iluminaram com obras de Rousseau, Montesquieu, Voltaire, mas também possibilitaram conhecer as contradições dos revolucionários franceses quando não reconheceram os direitos das mulheres e enviaram para guilhotina Olimpie de Gouges, francesa que defendia a igualdade das mulheres às dos homens.

Foi da ação dos arquivistas, bibliotecários e museólogos que a humanidade pode apreciar as obras de Leonardo da Vinci e de Renoir e conhecer a grandiosidade da expressão de Picasso e de Frida Kahlo. Sem o trabalho cuidadoso desses profissionais não conheceríamos os dramas de Camille Claudel, escultora francesa quase esquecida, mas revitalizada nos museus que desvendam uma passagem da história que traz as mulheres ao cenário da arte.

O esforço de articular os arquivos, as bibliotecas e os museus em torno de seus problemas, suas dificuldades para continuar exercendo sua função social tem sido ininterrupta. A realização do V EBAM permitiu reunir profissionais de vários países da América Latina: Brasil, Colômbia, Argentina, Peru, Uruguai, Bolívia, Chile e do México que durante três dias discutiram debateram e pensaram caminhos para melhorar a ação desses espaços de cultura. O resul-

tado deste amplo debate está registrado nos anais eletrônico organizado em quatro Eixos: Arquivos; Bibliotecas; Museus e Cultura, Memória e Patrimônio.

A riqueza das experiências nos permite avaliar que as dificuldades e sobrevivência desses espaços de informação, cultura e memória continuam sendo um desafio para todos que acreditam no potencial desses organismos culturais e se sentem desafiados a construir estratégias como a realização do EBAM.

A leitura dos artigos nos instiga a continuar apostando neste tipo de iniciativa e a buscar novas estratégias que integre cada vez mais os arquivos, as bibliotecas e os museus transformando esses espaços de cultura em lugares de memória e de preservação das nossas heranças culturais.

Boa leitura!!

*Comissão Organizadora do V EBAM*





## 2 PROGRAMAÇÃO GERAL DO V EBAM

Dia 16/10/2013

DATA	HORA	CONFERENCIA/PALESTRA	Conferencista/ Palestrante/ Coordenador(a)	LOCAL
16/10	8:30	Abertura oficial do V EBAM Atração cultural	Representantes do EBAM Poder Público, Universidade e Sociedade Civil	BPBL
16/10	9:30	Conferência “A Dimensão Social e Educativa dos Arquivos, Bibliotecas e Museus na América Latina”	Palestrantes: Dra. Maria Mary Ferreira Dr. César Augusto Castro	BPBL
16/10	12- 14:00	CRENCIAMENTO	Local: Centro de Ciências Sociais	Auditório CCSo
16/10	14:30	Mesa Redonda: As Bibliotecas e sua dimensão Social, Política e Educativa	Profa. Dra. Virginia Bentes - UFC Bibliotecária Vanesa Berasa-GESBI/ Argentina Bibliotecária Rita Oliveira - Biblioteca Municipal de São Luís Mediadora: Dra. Cláudia Pecegheiro -UFMA	Auditório CCSo
16/10	16:30	Mesa Redonda: Editais Públicos sobre Organização, informatização, gestão e divulgação do acervo documental e museológico	Profa. Dra. Rosane Guerra - Presidente da FAPEMA Sra. Marlilde Mendonça Abreu - Secretaria Adjunta de Cultura Mediadora: Profa. Dra. Cenidalva Miranda Teixeira - UFMA	Auditório CCSo
		ATIVIDADE CULTURAL		Área Livre do CCSo

### Dia 17/10/2013

DATA	HORA	CONFERENCIA/PALESTRA	Conferencista/ Palestrante/Coordenador(a)	LOCAL
17/10	8:30 às 12:00	Apresentação de Comunicações Orais sobre: Arquivos, Bibliotecas e Museus		Salas CCSo
		INTERVALO PARA ALMOÇO		
17/10	14:00	Visita dirigida aos Museus/ Arquivos, Bibliotecas e Pontos de Memória	Bibliotecários Msc. Carlos Wellington e Suênia - Biblioteca Central Lenir Oliveira - Museu/ Conceição Rios - Arquivos Bibliotecária Aline Nascimento	Órgãos Públicos do MA

### Dia 18/10/2013

DATA	HORA	CONFERENCIA/PALESTRA	Conferencista/ Palestrante/Coordenador(a)	LOCAL
18/10	8:30 às 12:00	Apresentação de Comunicações Orais Sobre: Arquivos, Bibliotecas e Museus		Salas CCSo
	14:00	Mesa Redonda: Os arquivos como espaço de informação e democratização do conhecimento	Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit - UFMA Profa. Stella Infante - Uruguay Profa. Maria Nelly Gomez Ciro Profa. Ms. Dirlene Barros - UFMA Mediadora: Profa. Msc. Georgete Freitas - UFMA	Auditório CCSo
18/10	16:00	Mesa Redonda: Os Museus e sua contribuição na reconstrução da História social	Dr. Mauro de Souza Chagas - IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) Dr. Deusdeth Carneiro - Museus da Arqueologia do Maranhão Mediadora: Maria Luiza Raposo - MHAMA	Auditório CCSo
18/10	18:00	Aprovação e encaminhamentos para o VI EBAM	Ana Amerio - Argentina/ Vanesa Berasa - Argentina/ Mary Ferreira - Brasil/ César Castro - Brasil/ Nelly Gomez Ciro - Colômbia	
18/10	19:00	Solenidade de Encerramento		
	19:30	ATIVIDADE CULTURAL	Recital Poético e Literatura de Cordel	CCSo



### 3 RELAÇÃO DOS AUTORES/TRABALHOS

EIXO 1: ARQUIVOS	
AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO
José Mauro Gouveia de Medeiros Kátia Isabelli Melo de Souza	OS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS: um perfil institucional
Henrique Elias Cabral França Marilidia de Lourdes Silva de Souza	PAPEL DO ESTADO E SEUS PODERES PÚBLICOS NA VALIDAÇÃO DAS NORMAS ARQUIVÍSTICAS
Joseane Maria de Souza e Souza	A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LITERÁRIA DO ESCRITOR MARANHENSE JOSUÉ MONTELLO ATRAVÉS DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE SEU ARQUIVO DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO
Ana Paula Ribeiro da Silva Denizete Lima de Mesquita Leidimar Maria de J. Silva	ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE - IEAF: mais de um século de história e memória da educação piauiense
Maria Elisabete de Sousa Barbosa Raimunda Nonata Araujo Teixeira	A FUNÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA DOS PROCESSOS JUDICIAIS DO ARQUIVO DO TRT DA 16ª REGIÃO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DOS AUTOS: o desafio de estabelecer critérios de eliminação e preservação
João Paulo do Nascimento Soares Esmeralda Porfirio de Sales	DAS NECESSIDADES ÀS COMPETÊNCIAS: demandas do mercado de trabalho no contexto do “saber fazer” arquivístico
João Paulo do Nascimento Soares Esmeralda Porfirio de Sales	A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA OS DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA - UEPB
Stella Infante Rosso	LOS NUEVOS DESAFÍOS DEL PROFESIONAL ARCHIVÓLOGO

Adriana Cabral de Oliveira Marília do Socorro Trindade Isabel Cristina dos Santos Diniz	O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM) E SEU PAPEL SOCIAL
Eva Cristina Leite da Silva Elisabeth Reis do Nascimento Camila Schwinden Lehmkuhl	O ARQUIVO ESCOLAR COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: história e memória da unidade de ensino
Ana Suely P. Lopes	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO IBICT: problemas e recomendações técnicas
Joana Gusmão Lemos Natália Nakano Maria José Vicentini Jorente	O ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA E O PARADIGMA PÓS CUSTODIAL: um estudo de caso
Hilza Costa Cavalcante	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
Lilliana Maria Perez Sierra	PRESERVACION, CONSERVACION, RESTAURACION DE LA SALUD: Un Asunto de los profesionales de la Información
Danilo de Sousa Ferreira Manuela Eugênio Maia Jefferson Higino da Silva	DESENVOLVENDO AÇÕES EMPREENDEDORAS NA WEB: A CONSTRUÇÃO DO SITE DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB

EIXO 2: BIBLIOTECAS	
AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO
Nayadia Kênia Araujo Serra Felipe Magno Silva Pires Iraselma Costa Reis	ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA ESTRUTURA FÍSICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA QUANTO À ACESSIBILIDADE DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL
Suelem Gadelha Pother Jadson Santos Mendes	A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM RELAÇÃO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS E TÉCNICOS DA MEDIAÇÃO
Josivan Soares Ferreira Josivaldo Soares Ferreira Risomar Ferreira da Costa	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: institucionalizando as atividades arquivísticas no Conselho Regional de Serviço Social-CRESS PB 13ª Região

Jaime Bornacelly Nathalia Quintero Castro Deiman Cuartas Celis	POLÍTICA PÚBLICA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN-COLOMBIA
Vitória Gomes Almeida João Bosco Dumont	BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O PNLL: avanços e desafios no incentivo à leitura
Janira Iolanda Lopes da Rosa	UMA REFLEXÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA BIBLIOTECAS
Cleudiane Pavão Dirleene Santos Barros	ESTUDO DE USUÁRIO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA ANTÔNIO TOMÁS DA ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO
Aline Carvalho do Nascimento	PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO RARO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE
Manuela Eugênio Maia Ana Cristina Coutinho Flôr Lydia Kelly Vicente de Souza	TRATAMENTO IMAGÉTICO APLICADO AO RARO ACERVO DE CORDEL DA BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS ÁTILA ALMEIDA/UEPB: sistema de banco de dados e disponibilização do acervo via web
Maria Mary Ferreira Aldinar Martins Bottentuit Roberto Sousa Carvalho	BIBLIOTECÁRIO, LEITURA E PRÁTICA CULTURAL
Jádna Carla Cabral Sousa Dutra Kettuly Costa Machado Sandra Gleice Silva e Silva	O ESTADO DE CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DE LIVROS DA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA DA BIBLIOTECA CENTRAL (BC) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
Francilene Cardoso	BIBLIOTECA PÚBLICA E MEMÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL
Marília do Socorro Trindade Isabel Cristina dos Santos Diniz	O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO AMBIENTE DE TRABALHO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: uma questão social
Luhilda Ribeiro Silveira Keyse Rodrigo Fonseca Silva	ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO: O TRIPÉ UNIVERSITÁRIO GUIANDO AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
Angela Cristina dos Santos Maria Josefa de Souza Távora Alcemir Pantoja Rodrigues	O LUGAR DA BIBLIOTECA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E NAS REPRESENTAÇÕES DE ALUNOS
Rosilene Moreira Coelho de Sá Cleide Vieira de Faria	O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: o bibliotecário em ação

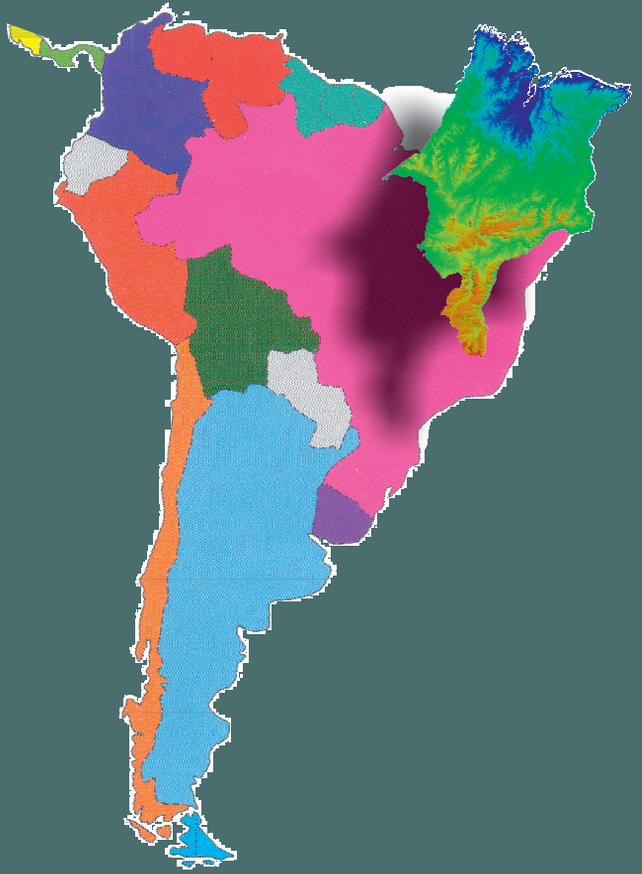
Cecília de Jesus Rodrigues Daiana Roberta Silva Gomes	A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA NO CONTEXTO ESCOLAR
Mariza Inês da Silva Pinheiro Valdeira Aparecida Cardoso Fabrícia Pereira do Nascimento	BIBLIOTECÁRIO SOCIAL: AGENTE TRANSFORMADOR NA REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA NOSSA SENHORA APARECIDA
Thayland Mafra Muniz Valdirene Pereira da Conceição	A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE SÃO LUÍS-MA
Djalda Maracira Castelo Branco Muniz Dulce Hirli Costa Almeida	O SETOR DE OBRAS RARAS E JORNAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SEU PAPEL DE PRESERVADOR DA MEMÓRIA CULTURAL
Carlos Wellington Soares Martins Marta Cristina Sobrinho Avelar Rita Maria Oliveira Teixeira	MEDIAÇÃO E AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: gestão de espaços culturais em São Luís
Tony Bernardino de Macedo Edna Meirelles Divonete Gominho	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: para além da sociedade da informação
Leni B. C. Colares Catia Lindemann	IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA NO CÁRCERE: desafios e possibilidades
Jousiane Leite Lima	CATALOGAÇÃO COOPERATIVA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA ELETROBRAS ELETRONORTE: estudo exploratório
Maria Mary Ferreira Hellen Dayane Ferreira Araújo Joyce Mirella dos Anjos Viana	A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO AGENTE SÓCIO-PEDAGÓGICO: um estudo do perfil dos usuários da biblioteca escolar Ceres Costa Fernandes
Luciana de Oliveira Matos Cunha	OS CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESEMPENHO DOS PAPÉIS SOCIAL E EDUCATIVO DAS BIBLIOTECAS LIGADAS A ARTE E CULTURA
Clara Duarte Coelho	O PERFIL DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE CULTURAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA
Almicéia Laridss Diniz Boeges Josecleide Sampaio da Rocha César Augusto Castro	AS CONTRIBUIÇÕES DE DOMINGOS PERDIGÃO EM PROL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO
Maria da Glória Serra Pinto de Alencar	BIBLIOTECA, LEITURA E TECNOLOGIAS NA ATUAL CONFIGURAÇÃO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA: era da informação ou da indeterminação?

María Nelly Gómez Ciro	LA MISIÓN DEL BIBLIOTECARIO
Georgete Lopes Freitas	A BIBLIOTECA E O BIBLIOTECÁRIO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: desafios
Marcos Antônio Lopes Lima Michelle Silva Pinto	FONTES DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR DO IFMA - CAMPUS AÇAILÂNDIA: novas formas de produção do conhecimento
Maria Cléa Nunes	A BIBLIOTECONOMIA E A PRÁXIS DA AÇÃO CULTURAL: Algumas reflexões

EIXO 3: MUSEUS	
AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO
Bruno Mendes Pimenta João Pedro de Jesus dos Reis Fonseca	O MUSEU DE ARTE SACRA (MAS) COMO TESTEMUNHO DA RELIGIOSIDADE MARANHENSE
Ana Maria Amerio La Plata María Belén Carzolio María Paula Carzolio	A L'ABRI: LA CREACIÓN DE UN CENTRO CULTURAL Y MUSEO CON SU ARCHIVO BIBLIOTECA Y TALLER DE ARTE EN LA LOCALIDAD DE GONNET - LA PLATA-ARGENTINA
Soraya Vieira de Albuquerque Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro	MUSEUS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LUDOVICENCE
Leonardo Henrique S. Agostinho Rosenildo do Nascimento da Costa	PARAMENTOS CATÓLICOS COMO UM BEM CULTURAL E MUSEOLÓGICO

EIXO 4: CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	
AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO
Cleide Vieira de Faria Rosilene Moreira Coelho de Sá	O PAPEL SOCIAL E EDUCATIVO DOS CENTROS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES
Ilzeni Silva Dias Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira Helianane Oliveira Rocha	FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Desafios da Prática Pedagógica
Idalia García Leonardo López Monroy	PROCEDENCIA Y DESTINO: reflexiones sobre el legado bibliográfico en México

Miguel Rahn Ramos Naíla Angela Dubiel Rodrigo da Silva	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: responsabilidade legal x responsabilidade social aplicada às empresas distribuidoras de gás natural
Josivan Soares Ferreira Josivaldo Soares Ferreira Risomar Ferreira da Costa	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: institucionalizando as atividades arquivísticas no Conselho Regional de Serviço Social-CRESS PB 13ª Região
Danielly Jessyca Fernandes Mendonça Elisângela Pereira da Silva Niza Polliana Silva Santos	FÁBRICA SANTA AMÉLIA: lugar memória para os residentes do centro histórico de São Luís-Ma
Merabe Carvalho Ferreira da Gama	A AÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO NOS ÓR- GÃOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELÉM, PARÁ
Erivânia Menezes Dutra Cintia da Luz Santos Valdirene Pereira da Conceição	REGISTRO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL SOBRE A URBANIZAÇÃO E O POVOAMENTO DE SÃO LUÍS: reflexões a partir dos livros do Senado da Câmara municipal no período de 1689 a 1890.
Patricia Alejandra Garachico	El 2 x 4 llega a la escuela “Conociendo la cultura del tango como parte de nuestra identidad nacional”



*Arquivos*





## OS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS: um perfil institucional

*José Mauro Gouveia de Medeiros<sup>1</sup>  
Kátia Isabelli Melo de Souza<sup>2</sup>*

### RESUMO

Pesquisas realizadas apontam algumas deficiências nas instituições arquivísticas públicas, sobretudo no que se refere à definição de uma política arquivística. Insere-se nesse contexto a baixa incidência de ações de difusão dos acervos e de investigação acerca de seus usuários, inclusive virtuais. A presente pesquisa indica os instrumentos legais que legitimam a existência e as competências dos arquivos públicos estaduais brasileiros, a estrutura organizacional, bem como o que definem como políticas arquivísticas. No perfil institucional identificado abordou-se, ainda, o diálogo com o usuário e a avaliação dos serviços disponíveis.

**Palavras-chave:** Arquivos estaduais. Estrutura organizacional. Política arquivística.

### 1 INTRODUÇÃO

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define Arquivo Estadual como um “arquivo público mantido pela administração estadual, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito”. A Lei nº 8.159/1991 discorre

---

1 Estudante de Graduação do curso de Arquivologia, Universidade de Brasília. E-mail: maurogouveiamedeiros@yahoo.com.br

2 Professora do curso de Arquivologia, Universidade de Brasília. E-mail: isabelli@unb.br

sobre a organização administrativa e competências das instituições públicas nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. De acordo com o seu art. 17, § 2º, são Arquivos Estaduais “os arquivos do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário”. Já em seu art. 21 define que a “Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei”.

Estudos realizados apontam um panorama acerca da situação dos arquivos estaduais (CÔRTEZ, 1996; OHIRA, 2005). Em 2009, o Conselho Nacional de Arquivos desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de conhecer a realidade dessas instituições, contudo os resultados ainda não foram divulgados. Novos esforços foram empreendidos, em dezembro de 2011, quando os arquivos estaduais foram foco dos debates ocorridos na Conferência Nacional de Arquivos, realizada em Brasília. Destacamos duas das moções apresentadas na ocasião: criação de arquivos públicos em todos os municípios do Brasil e também em estados onde não houver; inclusão de concurso público para o cargo de arquivista nas instituições arquivísticas públicas. Recentemente, Souza, Cândido e Siqueira (2012) estabeleceram as formas de diálogo entre os arquivos públicos estaduais e os usuários virtuais.

Esta pesquisa visa traçar um perfil dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, APEs, enquanto ator fundamental inserido na administração pública. Os pontos abordados permitirão que o leitor tenha uma compreensão acerca do ato de criação, da vinculação hierárquica ao governo estadual, da estrutura organizacional, da com-

petência e ações, dos profissionais envolvidos em seus respectivos quadros funcionais, das políticas arquivísticas que orientam suas ações, e, por fim, da averiguação dos usos e usuários dos serviços prestados pelas instituições. Inclui-se, também, a identificação da subordinação ou não dos arquivos de caráter intermediário aos APEs.

A divisão político-administrativa brasileira apresenta 26 estados e o Distrito Federal. Dois dos estados, Paraíba e Tocantins, indicam a ausência de arquivos estaduais constituídos. Neste contexto, entendemos que estudos acerca da atuação dos APEs revelam-se necessários a fim de ampliar as reflexões sobre o tema ainda escasso na literatura especializada.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual priorizaram-se as informações fornecidas em detrimento às estatísticas numéricas para que, desta forma, pudesse ser contemplado um perfil fiel aos propósitos deste estudo.

A identificação acerca dos APEs foi obtida utilizando-se o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, em conformidade com a sua Resolução nº 28/2009, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

No desenvolvimento desta pesquisa foi adotada a metodologia do *survey*, com a aplicação de questionário e análise de conteúdo das páginas dos APEs.

O questionário, estruturado em 12 perguntas, foi agrupado nos seguintes tópicos: “estrutura organizacional”, “atividades e profissionais”, “política arquivística” e “usos e usuários”. A aplicação

deu-se inicialmente via correio eletrônico e, em seguida, em aplicação definitiva.

Foram enviados *e-mails* em duas ocasiões, no dia 23 de maio de 2013, sendo reenviados em 3 de junho, dado que apenas quatro instituições haviam respondido. Ainda no mês de junho foram realizados contatos telefônicos para as instituições que ainda não haviam respondido ao questionário.

Da totalização de 27 estados da Federação obteve-se o retorno de 24, incluindo o Distrito Federal. Durante a aplicação dos questionários foi possível identificar que nem todos os estados brasileiros possuem um arquivo público, quais sejam, Tocantins e Paraíba. Já o estado de Roraima não respondeu ao questionário que fora enviado também na forma impressa, via correio.

### **3 RESULTADOS OBTIDOS**

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão apresentados na sequência em que aparecem no questionário, sendo que as perguntas foram agrupadas em quatro áreas temáticas: estrutura, atividades e profissionais, política arquivística e usos e usuários.

#### **3.1 Estrutura**

Na primeira divisão dos blocos do questionário a parte da estrutura abordou quatro questões que versavam sobre os instrumentos legais, vinculação hierárquica, organograma institucional e responsabilidade quanto ao gerenciamento do arquivo intermediário.

### 3.1.1 Instrumentos legais e competências

O art. 21 da Lei nº 8.159/1991, a “Lei de Arquivos”, estabelece que a “Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei”. A primeira questão objetivou saber quais são os instrumentos legais que estabelecem a criação da instituição e o que os vinculam ao poder público. Sendo assim, obteve-se como resposta o ato normativo “Decreto” assinado por dez estados e o DF (AC, AM, DF, MA, PA, PE, RJ, RO, RS, SE, SP). A “Lei Estadual” foi apontada por oito estados (AL, AP, GO, MG, MT, PR, RN, SC). Outros atos indicaram apenas um estado, quais sejam: “Lei Ordinária” (AM), “Ato de Governador” (BA), “Lei Complementar” (ES) e “Constituição Estadual” (MS). Pode-se constatar que diversas instituições surgiram anteriores à promulgação da Lei de Arquivos. Outras indicavam vinculação a outras unidades administrativas mudando, com o passar do tempo, seu status, e adquirindo personalidade jurídica própria.

No que diz respeito às suas competências, alguns arquivos públicos optaram por não fornecer tal informação. Entre os respondentes, destacam-se as seguintes atribuições: assegurar a proteção dos documentos do Poder Público Estadual, preservando os que tenham ou venham a ter valor histórico; definir diretrizes e implantar a política arquivística; disseminar o conhecimento do tratamento documental, com base nas técnicas de arquivologia; garantir a difusão de informação; harmonizar as diversas fases da administração dos documentos de arquivo e facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico

público; promover a gestão documental; receber, localizar, recolher, reunir, catalogar, arquivar, desarquivar, recuperar, preservar, organizar e divulgar o patrimônio documental do poder público; dar acesso e salvaguardar as fontes primárias de pesquisa histórica e empregar técnicas de preservação de acervo documental, em suporte papel.

### 3.1.2 Vinculação administrativa

O segundo questionamento referia-se a descobrir à qual unidade administrativa estadual o APE estava subordinado. É importante que se conheça sua inserção na estrutura do governo estadual, até mesmo pelo caráter político no qual são influenciadas questões da visibilidade da instituição e destinação dos recursos.

**Tabela 1: Vinculação dos APEs na estrutura administrativa estadual**

Secretaria de Estado da Gestão Administrativa-SGA.	1
Gabinete Civil	
Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD	
Secretaria de Estado de Administração	
Secretaria de Educação	
Secretaria de Governo do Estado	
Secretaria da Administração e da Previdência	2
Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos	
Secretaria de Estado da Administração	4
Casa Civil	9
Secretaria de Estado de Cultura	

Fonte: elaboração própria.

A maioria dos APes vincula-se à Secretaria de Estado de Cultura, com nove respondentes, seguidos pela Casa Civil, apresentado por quatro. Às Secretarias de Estado de Administração e dos Recursos Humanos assim como a Secretaria de Estado de Administração estão subordinados duas instituições cada. As demais secretarias apresentam-se com um arquivo estadual, cada.

### 3.1.3 Estrutura Organizacional

Conhecer a estrutura organizacional demonstra que há uma definição clara dos deveres e competências das unidades que compõem a administração dos APes. Todo o processo administrativo está vinculado às atribuições de cada parte que compõe a organização. Alguns APes informaram como são compostas suas estruturas administrativas e outras enviaram seus organogramas. Outros, ainda, registraram não possuir nem a estrutura definida nem o organograma. Houve, também, uma parcela que restringiu-se a informar que sua estrutura reflete a da Secretaria de Estado à qual subordina-se. De modo geral, pode-se constatar que são compreendidas áreas de atendimento, pesquisa e organização documental. Da mesma forma, outros APes indicaram que suas composições compreendem superintendências, coordenações, subcoordenações, comissões, assessorias, gerências, ouvidorias, diretorias, secretarias, departamentos, divisões, setores, seções, núcleos específicos e laboratórios. Houve uma resposta de existência apenas de uma diretoria.

### 3.1.4 Gerência do arquivo intermediário

A questão da gerência do arquivo intermediário visava obter a informação se esta era uma responsabilidade dos APÉs. Onze instituições foram categóricas ao responder “sim” enquanto nove responderam que “não”. Outras quatro não explicitaram claramente a resposta ao item.

A realidade apresentada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo inclui como de sua responsabilidade o gerenciamento da transferência e do recolhimento de documentos, conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 370, de 2006. Ocorre, entretanto, que grande parte dos órgãos e entidades do Governo do Estado do Espírito Santo conta com unidades de Arquivos Gerais que custodiam os documentos de fase intermediária. O Arquivo Público orienta os procedimentos para a gestão dos documentos nesses casos.

O Arquivo Público Mineiro informou que a gestão dos arquivos corrente e intermediários é de responsabilidade dos órgãos e entidades produtores/ acumuladores, sob sua orientação técnica. Acrescentou, também, que gerir os arquivos correntes e intermediários, de acordo com suas diretrizes e as do Conselho Estadual de Arquivos abrange as ações pelo órgão/entidade de controle, uso e armazenamento de documentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades para assegurar rapidez no ato de disponibilizar documentos e informações necessários ao desenrolar da missão institucional; uso efetivo da informação e arquivos correntes e intermediários; seleção do material, do equipamento e do local para o armazenamento dos documentos. A destinação dos documentos envolve decisões sobre quais documentos devem ser preservados permanentemente como

memória institucional. Definem-se por quanto tempo os documentos, destinados à eliminação, devem ser retidos por razões administrativas ou legais. Os órgãos e entidades são orientados a desenvolverem as seguintes atividades: identificação e descrição de documentos segundo o plano de classificação dos documentos de Arquivo; listagem dos documentos para retenção ou destinação; avaliação para determinar quais documentos são de guarda permanente; eliminação periódica dos documentos destituídos de valor permanente; recolhimento dos documentos permanentes para a instituição arquivística.

O Arquivo Público do Estado de Mato Grosso informou que a partir do Decreto Estadual nº 1.654/97 cada secretaria do estado deve possuir o seu arquivo setorial, em cumprimento ao art. 9º estipulando que “fica criado em cada órgão da Administração Estadual Direta e Indireta, um Arquivo Setorial, destinado a recuperar e preservar a memória histórica da instituição”.

O Arquivo Público do Estado de Rondônia informou que o Arquivo Oficial engloba todas as fases pré-determinadas de um Arquivo, intermediária, permanente e atendimento ao público.

### **3.2 Atividades e profissionais**

O propósito deste conjunto de perguntas era justamente saber quais são, de forma geral, as atividades desempenhadas nos APes bem como quais são os profissionais que as executam. Em especial, identifica a presença de arquivistas nos quadros funcionais dos servidores estaduais.

### 3.2.1 Instrumentos de gestão e normatização

O estabelecimento de norma, enquanto instrumento padronizado dentro de uma política arquivística, melhorará o acesso intelectual, como aponta Fox (2007, p. 24), que justifica ainda a importância do trabalho arquivístico por “oferecer a todos um serviço valioso (...) com a oferta de pronto e útil acesso ao acervo”. De acordo com o Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos citado por Beya (2007, p. 32) compreende-se que as normas abrangem “boas práticas, códigos, diretrizes, manuais e normas técnicas precisas”.

Tendo por base a importância da existência e aplicação das normas arquivísticas, perguntou-se quais são os instrumentos de normatização que possuem e/ou adotam no tocante à transferência e recolhimento de arquivos. As respostas, de modo geral, afirmavam o cumprimento daquelas orientadas pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, como a ISAD(G) e a NOBRADE.

Entre os que possuem instrumentos regulatórios, obteve-se as seguintes respostas: instruções normativas estaduais, decretos estaduais, portarias, deliberação do Conselho Estado de Arquivos, termo de transferência e de recolhimento, manual técnico de normas e procedimentos referente ao Sistema de Gestão de Documentos, guias de transferência e recolhimento, listagem de transferência e recolhimento de documentos, termo de transferência e recolhimento de documentos, e programa de gestão documental do governo. Todos estes recursos disciplinam a gestão de documentos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Algumas instituições estão em fase de elaboração da tabela de temporalidade de documentos. Uma das instituições indicou a ausência de instrumentos de gestão e normativos por não considerar uma prioridade. Outra limitou-se a indicar a inexistência de instrumentos.

### 3.2.2 Assistência técnica

A assistência técnica é uma maneira de orientar o cumprimento das atividades de rotinas arquivísticas, afim de que as unidades saibam lidar adequadamente com a gestão documental, organizando o seu acervo e permitindo melhores condições de guarda, preservação e acesso de seus usuários. Dentre todos os que responderam, 18 APEs afirmaram executar atividades de assistência técnica. Estas ações são desempenhadas por meio de elaboração de relatórios técnicos e diagnósticos, projetos, visitas técnicas, orientações por e-mail, telefone e capacitação por meio de curso de multiplicadores, pareceres técnicos, orientação e acompanhamento da gestão documental dos órgãos e entidades do Governo, assessorias, elaboração e orientação da aplicação do plano de classificação e da tabela de temporalidade de documentos das atividades-meio e das atividades-fim, elaboração da tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais.

Dois entrevistados informaram que promovem a assistência quando são solicitados. Houve uma resposta que justificou estar propondo aos gestores públicos que promova essas atividades nos órgãos públicos, dada a dificuldade por não ter pessoas capacitadas. Também outro estado comunicou que o programa de gestão

de documentos para o Poder Executivo do Estado tem como base as três etapas da gestão de documentos e as ações de assessoramento técnico por meio das suas diretorias. Uma instituição revelou que a Gerência de Gestão Arquivística tem como missão gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, uso, avaliação e arquivamento de documentos, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente. Apenas um arquivo público respondeu negativamente a esta pergunta.

### 3.2.3 Corpo administrativo

É salutar que os APÊs tenham em seus quadros funcionários de diversas áreas de formação, pois o trabalho multidisciplinar traz contribuições valiosas para a atividade prática arquivística. Cada profissional contribui para uma gestão documental riquíssima. Por esta razão, perguntou-se quais eram as áreas de formação dos funcionários e também a inclusão de arquivistas no quadro de servidores. Nove APÊs responderam afirmativamente possuir arquivistas em seu quadro profissional: BA, DF, ES, PR, RJ, RN, RS, SE e SP. Destes, apenas três informaram o número de profissionais: DF com três, RJ com cinco e RS com dez. As demais áreas de formação dos funcionários são: Sociologia, Biblioteconomia, História, Serviço Social, Biologia, Administração, Informática, Conservação e Restauro, Pedagogia, Física, Química, Direito, Antropologia, Artes Plásticas, Jornalismo, Contabilidade, Filosofia, Geografia, Letras, Economia, Arte-Educação, Teologia, Engenharia, Museologia, Psicologia e. Publicidade. Há alguns servidores que possuem curso de especialização

em Organização de Arquivos, em Arquivos Públicos e em Gestão de Arquivos.

Uma instituição respondeu que nenhum de seus funcionários é formado em Arquivologia, mas que na prática todos atuam há mais de 15 anos na profissão. Um estado não respondeu a esta pergunta e catorze informaram não possuir arquivistas. Alguns informaram possuir estagiários de nível médio e de nível superior cursando graduação em História e Museologia. A presença de funcionários de nível fundamental, ligados às atividades de serviços gerais, copa e vigilância foi identificada em várias instituições.

### **3.3 Política Arquivística**

Jardim (2008, p. 14) aponta que as políticas arquivísticas deverão abranger “as formas de produção, uso e conservação dos arquivos públicos e privados que se inserem no raio de alcance da política buscada, bem como os atores que, no Estado e na sociedade, podem ser tocados direta ou indiretamente por essa política”. Silva (2012, p. 40), numa perspectiva da visão gerencial, defende que “a estruturação de técnicas e procedimentos cobrindo a produção, a utilização e a destinação dos documentos dentro das administrações instituiria a compreensão do papel dos serviços de arquivo na racionalização do uso e da temporalidade dos documentos”. Para o Conselho Nacional de Arquivos (2001, p. 7) em seu código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, aprovado pela Resolução nº 14, a política nacional de arquivos “compreende a definição e adoção de um conjunto de normas e procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar as ativi-

dades relativas aos serviços arquivísticos da administração pública, trazendo, por consequência, a melhoria dos arquivos públicos”.

Considerou-se então que as políticas arquivísticas envolvem as normas e os procedimentos técnicos e administrativos relacionados as formas de produção e uso dos documentos aplicados pelas instituições de forma a normalizar suas ações.

### 3.3.1 Política arquivística dos APes

Tendo em mente a importância que a política arquivística representa para os APes, perguntou-se se havia uma política estabelecida e qual seria. Nem todos responderam de maneira clara a esta questão. De acordo com as respostas de quais seriam tais políticas, considerou-se como sim aquelas que manifestaram alguma ação, às quais somaram-se aqueles que categoricamente afirmaram possuir, resultando no número de 16 respostas afirmativas.

A questão foi respondida negativamente pelos estados do AC, AP e PE, ainda que no Acre a política esteja em fase de elaboração. De maneira semelhante, o Amapá afirmou que está elaborando um programa de gestão de documentos.

O Arquivo Público de Alagoas respondeu que exerce seu papel em conformidade com a Lei nº 6.236, de 6 de junho de 2001, alterada pela Lei nº 6.235, de 3 de julho de 2002, que institui o Sistema Estadual de Arquivos. Para o Arquivo Público do Amazonas a política é “cronológica” e “alfabética”. O Arquivo Público do Rio Grande do Norte informou que está aguardando a publicação junto a Consultoria Geral do Estado/Procuradoria Geral do Estado. O Arquivo Público de Rondônia limitou-se a responder que “*Não*

*somos uma instituição, apenas um Arquivo que tem por meta manter cuidadosamente preservada a documentação oficial”.*

### 3.3.2 Visibilidade do Arquivo

Para Arias *et alli* (2009, p. 91) o *marketing* arquivístico é “uma forma de identificar as necessidades informativas dos usuários e de satisfazê-las com qualidade” (tradução nossa). De acordo com Corzo (2001, p. 6), o profissional da informação que trabalha nos arquivos deve “ativar o potencial humano para ajudar a encontrar, aprender, avaliar e usar a informação que necessitem para alcançar o desenvolvimento frente aos novos paradigmas do mundo globalizado” (tradução nossa). Assim, o *marketing* arquivístico vocaciona-se para atender as necessidades, beneficiando os usuários, através do fornecimento de produtos e serviços com qualidade. Como uma forma de identificar os programas que divulgam as atividades do arquivo, perguntou-se quais são as ações empreendidas para tal propósito.

Apenas quatro instituições responderam não desenvolver ações com tal finalidade e MG não respondeu a esta questão. As demais instituições informaram quais são os trabalhos que desenvolvem com intenção de dar visibilidade ao arquivo, promovendo programas que difundem suas atividades. As ações informadas são: página oficial, participação em redes sociais, exposições, apoio e organização de eventos, folder, visitas guiadas, publicações de revistas, oficinas técnicas, palestras, cursos, debates, mesas redondas, publicação de livros, seminários, Semana do Arquivo Público, publicação de relatório, apresentação de resultados de pesquisas em eventos e atividades educativas e culturais.

### 3.4 Usos e usuários

Considerando-se os usuários como a razão de existir dos arquivos, procurou-se identificar como é a relação entre o usuário e as instituições e de que maneira é mensurada a satisfação dos serviços ofertados.

#### 3.4.1 Canais para realização de pesquisa

O interesse nesta questão era levantar informações acerca dos canais que o usuário dispõe nestas instituições para a realização de suas pesquisas, seja presencial ou remota. Prevaleceu como resposta o atendimento presencial em 80%, o qual ocorre nas respectivas áreas de atendimento. Nestes atendimentos, o usuário dirige-se ao setor de atendimento e terá condições de solicitar ajuda. São disponibilizados terminais e computadores, catálogos e demais instrumentos de pesquisa arquivísticos, bem como base de dados com as informações já tratadas. No caso do RJ, o usuário necessita efetuar um cadastro prévio. O atendimento remoto é realizado através de cartas, telefone e internet (formulários, fale conosco e *e-mail*).

#### 3.4.2 Estatística dos usuários

Para se ter uma compreensão a quem se destinam os serviços e como ocorre a demanda, nada melhor que implementar um sistema de levantamento de dados estatísticos dos usuários. Este foi o objetivo da questão, à qual obteve-se apenas três respostas negativas.

Enquanto isso, 87,5% dos APEs afirmaram possuir instrumentos/meios de averiguar a estatística dos usuários. As metodologias utilizadas são relatórios mensais e anuais, análise das fichas de solicitação, planilha em Excel, livros de registros.

No caso de MG, é realizada uma identificação dos atendimentos tanto virtuais quanto presenciais. No RJ é obtido anualmente um levantamento de dados estatísticos sobre a porcentagem de atendimento presencial e por mensagem eletrônica dos pesquisadores, bem como a porcentagem de recorrência de pesquisas/consultas realizadas e cadastradas na base de dados do APERJ e de seus pesquisadores. O APERS elaborou um sistema, Administração de Acervos Públicos, AAP, onde estão sendo indexados os documentos custodiados pelo APERS. Este sistema permite a emissão de relatórios também de dados estatísticos sobre os usuários

#### 3.4.3 Avaliação dos serviços

O conhecimento do grau de satisfação, ou sua ausência, são maneiras de identificar o que está dando certo e em quais áreas os serviços podem ser aperfeiçoados. Por este motivo, questionou-se quais são as formas de monitoramento/mensuração do nível de satisfação dos usuários e como é realizada a avaliação dos serviços prestados.

No caso do Acre a avaliação dos serviços prestados é feita durante as reuniões com a diretoria, de maneira subjetiva, estado em fase de elaboração um instrumento de pesquisa de satisfação, que será implantado ainda neste ano. Há órgãos que não possuíam tal avaliação estabelecida, como uma política ou norma, restringindo-se, assim, à troca de informações através de pesquisas de opinião,

de informações da ficha de visitantes, fale conosco, diálogos com usuários, elogios, reclamações ou sugestões em urnas ou nas salas de atendimento. Em outros casos ocorre na Gerência de Atendimento ao Cidadão, na Ouvidoria do Arquivo Público e em reuniões gerais com a presença de representantes de todos os setores.

Um dado que chama a atenção é a ausência de um sistema formalmente instituído de avaliação informado por 41,66% dos APEs. Isto não significa que os usuários não possam expressar suas opiniões satisfatórias ou descontentamento. Mesmo porque, em todos esses o usuário poderá manifestar-se. Esta ausência demonstra apenas que parcela considerável das instituições arquivísticas públicas brasileiras não preparou-se, ainda, para adequar-se às necessidades de um país que instituiu a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a conhecida Lei de Acesso a Informação, garantindo aos seus cidadão o acesso rápido. Sendo que este acesso não será tão imediato se as instituições públicas não preocuparem-se sequer com o usuário de seus serviços.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se a ausência de APE em dois estados brasileiros, o que demonstra certo descaso do poder público. Em pleno século XXI, com o advento de tecnologias e do crescente número de profissionais que lidam com a informação é lastimável que isso ainda ocorra.

A identificação dos instrumentos legais que estipulam a criação dos APEs permite inferir que alguns estados anteciparam-se ao tempo, sendo que considerável parcela foi criada antes da promulga-

ção da Constituição de 1988, onde o cidadão teve garantido o direito de acesso. A maioria das secretarias a que estão subordinados os APEs são a de cultura, seguidas pela Casa Civil e às de Administração, o que evidencia uma posição hierárquica favorável à visibilidade.

O fato de diversos APEs informarem seguir as recomendações do Conarq deixa clara a importância da legislação federal, que não inibe que sejam promulgados instrumentos legais em nível estadual, para adequação às características peculiares das unidades federativas. As atividades de assistência técnica e a presença de servidores com graduação em Arquivologia são fatores decisivos para o alcance do êxito da gestão documental, aliados à colaboração que outras áreas do saber trazem na práxis arquivística, como ficou evidenciado a partir das informações de equipe multidisciplinares nas instituições. Enriquece ainda mais a visibilidade que o arquivo tanto almeja as ações de difusão, marketing e divulgação, ainda mais pelo fato de agregar cidadãos e estudantes que não possuem uma relação tão estrita com os arquivos.

Faz-se necessário que os APEs desenvolvam e implementem uma política arquivística ampla e que considere as necessidades dos usuários, fomentando pesquisas de satisfação de maneira formal e periódica.

## REFERÊNCIAS

ARIAS, Raiza de Dios et alli. **El marketing de los servicios y productos en el Archivo Histórico de Camagüey a través de un catálogo en línea.** Experiencias para divulgar: Cuba: Ano V, n. 5, 2009.

Arquivo Nacional (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos as atividades-meio da administração pública/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BEYA, Marion. A favor das normas para as práticas arquivísticas. ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. *Normas e terminologia em arquivos*. v. 20, n.1-2 (jan./dez.2007). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 jan. 2002. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm)> Acesso em 17 ago. 2013

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)> Acesso em 17 ago. 2013

Conferência Nacional de Arquivos. Conselho Nacional de Arquivos. Brasília, 2011.

Conselho Nacional de Arquivos. Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil. Rio de Janeiro. 2009. [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/pesquisa/folder\\_da\\_pesquisa\\_conarq.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/pesquisa/folder_da_pesquisa_conarq.pdf)

Conselho Nacional de Arquivos. Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública.

Conselho Nacional de Arquivos. Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras

de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. Arquivo público e informação: acesso à informação aos arquivos públicos estaduais do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/E.B., 1996. 130 p.

CORZO, Daniel Rossini. **La aplicación del marketing en la archivística:** por que, cómo y para qué. Lima: Biblios n. 10, 2001.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. *Normas e terminologia em arquivos*. v. 20, n.1-2 (jan./dez.2007). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação:** a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IX Enancib: Diversidade cultural e políticas de informação. USP, 2008. Comunicação oral apresentada ao GT-5 - Política e Economia da Informação. Disponível em: [http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/arquivos/infotec/jardim\\_politicas\\_publicas\\_de\\_informacao.pdf](http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/arquivos/infotec/jardim_politicas_publicas_de_informacao.pdf). Acesso em 12. ago. 2013

OHIRA, Maria Lourdes Blatt et alli. **Arquivos Públicos Estaduais do Brasil: avaliação das funções.** Conteúdo dos sites. Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v.10, n.1, p. 50-75, jan./dez., 2005.

SILVA, Eliezer Pires da. A noção de informação arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg. e COSTA, Marli Guedes da (Orgs.). **Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil:** epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. CÂNDIDO, Fernanda de Oliveira. SIQUEIRA, Mariana Rocha. Arquivos públicos estaduais e usuários virtuais: as parcerias instituídas. IV Encuentro de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos. GESBI. Buenos Aires, set. 2012. 10 p.





## **PAPEL DO ESTADO E SEUS PODERES PÚBLICOS NA VALIDAÇÃO DAS NORMAS ARQUIVÍSTICAS**

*Ms. Henrique Elias Cabral França<sup>1</sup>  
Marilidia de Lourdes Silva de Souza<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

Quando pensamos no papel do Estado na validação das normas jurídicas, automaticamente rebuscamos na memória a conceito da palavra Estado e o seu processo de organização, ou seja, como o processo de organização dos poderes que constituem o Estado pode influenciar na formulação e aplicação das regras que compõem o ordenamento jurídico Arquivístico. Sabendo que vários são os aspectos estruturais que compõem a organização do Estado Brasileiro e a administração pública, fizemos uma análise e comparação dos órgãos que compõem os Poderes Executivo e Judiciário Brasileiro, no tocante a formulação de normas que viabilizam as ações e/ou atividades voltadas para os seus arquivos, pois as Normas Jurídicas Brasileiras surgem com o intuito de regular as ações e atividades dos homens no seio da sociedade. Salientamos que o mesmo ocorre com a normas arquivísticas brasileiras que surgiu em 8 de janeiro de 1991, através da sanção e aprovação da Lei nº 8.159, cujo papel é estabelecer a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, bem como reafirma o direito do acesso a informação. Partindo da questão, qual a importância do papel dos Poderes de Estado, na criação e implementação da Legislação Arquivística Brasileira. O estudo fundamentou-se teoricamente em: Arquivo Nacional (2008), Conselho Nacional de Justiça (2011), Meireles (2007), Reale (2002). Como resultado da pesquisa, aferimos que tanto o Poder Executivo como o Judiciário, são responsáveis pela criação e implementação das Normas Arquivísticas, através da atuação de seus órgãos: o Conselho Nacional de Arquivo (Conarq) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Palavras-chave:** Estado. Poderes de Estado. Normas Arquivísticas

---

1 (UEPB). França.henrique@gmail.com

2 Marilidia26@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto é oriundo de um trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia, apresentado no ano de 2012, na Universidade Estadual da Paraíba, sob o título “Análise da aplicabilidade da Legislação Arquivística no Fórum Juiz Inácio Machado de Sousa”. O objetivo desse texto é definir o papel dos Poderes de Estado (Executivo e Legislativo), na criação e implementação da Legislação Arquivística Brasileira. Quando pensamos no papel do Estado na validação das normas jurídicas, automaticamente rebuscamos na memória a conceito da palavra Estado e o seu processo de organização, ou seja, como o processo de organização dos poderes que constituem o Estado pode influenciar na formulação e implementação das regras que compõem o ordenamento jurídico Arquivístico.

Segundo Meireles (2007), o termo Estado pode variar segundo o ângulo no qual está sendo estudado, pois se formos estudá-lo sobre o prisma sociológico: ele seria um território que possuiria o poder de mando original; sob a concepção política: constitui uma comunidade de homens, estabelecidas em um território com superior ação de mando e coerção; por fim, no aspecto constitucional: é a pessoa jurídica territorial soberana.

Em outras palavras, o Estado passa a ser uma unidade constituída de três elementos indispensáveis e indissolúveis: o povo (aspecto sociológico), o território (aspecto político) e o Governo Soberano (aspecto constitucional), pois esses três elementos geram a mola que impulsiona o funcionamento do Estado, devido ao primeiro aspecto apresentar os fatos (comportamentos, atitudes, etc) nas relações humanas; o segundo consiste a base física, na qual ocorrerão os fatos;

e o terceiro detém e ao mesmo tempo exerce o poder absoluto conferido pelo povo.

Prossegue Meireles (2007) dizendo que não há nem pode haver Estado sem Soberania, isto é, sem o poder absoluto, indivisível, incontestável de organizar e conduzir, segundo a vontade do povo, as decisões tomadas, nem que haja a necessidade de se utilizar da força. Assim sendo, o Estado passa a ser uma unidade administrativa, com o intuito de fazer valer a vontade do povo através do poder que lhe é conferido e manifestando a sua vontade através dos Poderes que ele possui.

A Constituição Federal, em seu art. 2º, estabelece que os Poderes do Estado sejam: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, cujas funções são independentes e ao mesmo tempo harmônicas e indelegáveis entre si. Ao Poder Legislativo é conferida a função de elaborar Projetos de leis, Emendas Constitucionais, etc, bem como a aprovação através de plenárias desses instrumentos normativos. O Poder Executivo é responsável pela publicação, sanção, veto etc., desses instrumentos enviados pelo Poder Legislativo. E o judiciário fica incumbido de aplicar as leis que foram sancionadas pelo Executivo, fazendo valer o direito que todo o cidadão tem de igualdade perante a lei.

Tomando como pressuposto que o Estado, através da atuação de seus Poderes (Executivo e Legislativo), possui competências, atribuídas pela Constituição Federal, no tocante ao estabelecimento das regras que norteiam o convívio da Sociedade Brasileira. Torna-se responsável pela Criação e Implementação das Normas que regem a atuação e as atividades desenvolvidas pelos Arquivistas, em função dessa Sociedade.

Este texto irá abordar num primeiro momento a divisão administrativa do Estado, num segundo momento faremos uma breve análise sobre a atuação dos Poderes de Estado, Executivo – na pessoa jurídica do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq) e o Legislativo – na pessoa jurídica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sua correlação com aplicação das Normas Arquivísticas. Por fim, abordaremos os aspectos formais, que a Normas Arquivísticas Brasileiras devem possuir para serem implementadas ou aplicadas no convívio da sociedade brasileira. Tomando como exemplos para melhor esclarecimento dos assuntos, leis que estejam voltadas para a atividade de Gestão documental.

## **2 DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO**

São, portanto, itens que integram a Constituição Federal do Brasil a divisão política do território, a estrutura dos Poderes, a forma e o modo de investidura do Governo, os direitos e garantias dos Cidadãos (Eleitorais, Civis, etc.). Apesar de o Estado Brasileiro ser composto por uma Constituição atuante, necessitava de um complemento que identifique os tipos de Entidades Estatais, das autarquias e das paraestatais, que compõem a parte administrativa e financeira do Estado.

E, para coordenar a organização administrativa que essas entidades foram estabelecidas, com o intuito de executar a desconcentração e descentralização dos serviços e atividades concernentes ao coletivo é que surge a legislação complementar e ordinária. Está legislação será a alavanca para o Direito administrativo e as novas técnicas de administração. (MEIRELES, 2007)

Mas, antigamente, o Estado só possuía duas estruturas políticas: a União e os Estados-membros. Posteriormente, foi acrescentado a essa estrutura o Distrito Federal e os Municípios, tendo menor poder que os outros em relação à organização administrativa e financeira do país, mas não menos importante que os demais. Portanto, as entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais são consideradas pessoas jurídicas e só compõem a organização administrativa no tocante à compreensão de entidades diretas e/ou indiretas.

Meireles (2007) ressalta que a organização dessas entidades faz-se normalmente por lei, excepcionalmente por vias de decretos e normas inferiores, quando não exige a criação de cargos, nem tampouco aumenta as despesas públicas. Neste aspecto, podemos fazer uma divisão entre duas palavras: governo – que seria a forma dos governantes expressarem as iniciativas do Estado e manter a ordem jurídica, ou seja, a maneira de um governante mostrar o seu poder perante uma situação indesejável e conflitante, que gere danos para o Estado e quebrem com a ordem social.

A segunda palavra é a administração - que consiste nos meios que o Estado possui para a realização dos serviços, a fim de atender as necessidades coletivas, ou melhor, dizendo, são os instrumentos que auxiliam os governantes na hora de efetuar uma atividade e/ou função de um órgão do Estado. Enquanto o Governo busca soluções e iniciativas para a sociedade como todo, a Administração Pública executa essas iniciativas para o povo.

Mas, para que o Governo atue juntamente com a participação da Administração Direta e Indireta é preciso que ambos busquem o apoio das entidades estatais, além dos seus órgãos e agentes jurídicos. Para Meireles (2007), entidades são pessoas jurídicas, órgãos

– centro de decisões e agentes, pessoas físicas que estão investidas em cargos ou desenvolvem alguma função no Governo, ou seja, uma entidade pode identificar como sendo o próprio Governo, no qual o seu órgão poderá ser a Secretaria de Segurança, da Saúde, etc. e seus agentes, seus secretários e funcionários que exercem cargos e funções nesses locais.

O autor define o tipo de Entidades Estatais que formam a administração pública da seguinte maneira: 1) Entidades Autárquicas são pessoas jurídicas regidas por leis do Direito público, na qual realizam atividades, obras e serviços que estão descentralizadas das Entidades que o criou. Dessa forma, dizemos que as autarquias servem as Entidades Estatais na obtenção dos resultados dos trabalhos desenvolvidos, contudo não possui vinculação com a Entidade que a gerou.

As Entidades Fundacionais são pessoas jurídicas regidas também pelo Direito público semelhante às entidades autárquicas, cujas atribuições provêm do ato de sua criação, muitas vezes podendo ser confundidas com as entidades de caráter autárquico. As paraestatais, por sua vez, são pessoas jurídicas de caráter privado, têm sua autorização para realizar as atividades e serviços, visando o bem coletivo, estabelecidos por lei específicas, têm autonomia tanto administrativa como financeira, possuem patrimônio próprio e operam em regime da iniciativa privada, mas estão ligadas hierarquicamente às entidades públicas, cuja entidade tem o poder de supervisionar, controlar o seu desempenho e interferir na sua administração.

Já os órgãos são centros que desempenham funções estatais, através de seus agentes, a qual sua atuação é conferida, devido a esse agente pertencer a uma pessoa jurídica. Esses órgãos possuem atri-

buições específicas na administração estatal e tem competências governamentais e administrativas. Nessa feita, dizemos que os órgãos compõem o corpo vivo do Estado, assim como as Entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais, dotado de vontades e direitos na execução de suas atividades e contraem obrigações na execução de seus fins.

Mas, assim como um sistema humano tem sua divisão e classificação, os órgãos também, pois eles podem ser estudados pela posição que ocupam nas instituições, além da sua estrutura e atuação. Para Meireles (2007) “essas divisões revelam as características próprias de cada categoria e facilitam a compreensão de seu funcionamento, suas prerrogativas e seu relacionamento interno e externo”. Dessa forma, estudaremos a divisão dos órgãos, baseada na visão de Meireles (2007).

O autor inicia sua estruturação trazendo a posição estatal dos órgãos, nos quais consiste em: independentes, autônomos, superiores e subalternos. Os órgãos independentes são aqueles originários da nossa Constituição, pois representam os Poderes de Estado, além de não serem subordinados hierarquicamente e funcionalmente a nenhum outro órgão, obedecendo apenas aos desígnios da Constituição. Esses órgãos podem ser denominados também de órgão primários do Estado e são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Os Órgãos autônomos são aqueles localizados na cúpula da administração pública, abaixo dos órgãos independentes e subordinados aos seus chefes. Têm autonomia tanto administrativa, financeira e técnica como possuem características diretivas, cujas funções principais são: planejar, supervisionar, coordenar e controlar todas as atividades que constituir de sua competência, bem como tem parti-

cipação nas decisões governamentais. Exemplo de órgão autônomo: os Ministérios, as Secretarias de Estado e a Consultoria–Geral da República, etc.

Por conseguinte, os órgãos Superiores são aqueles que detêm o poder de direcionar, controlar, decidir e comandar os assuntos de sua competência, mas sempre com o controle hierárquico da chefia superior. Esse órgão não possui autonomia administrativa, nem tampouco financeira. Sua liberdade funcional consiste exclusivamente no planejamento e soluções técnicas, na área de sua competência, sendo responsável pela execução de cargos de órgãos dos seus subalternos. Exemplos: Gabinetes, Secretárias-Gerais, Procuradorias Administrativas e Judiciárias, etc.

Os Órgãos Subalternos são aqueles que estão hierarquicamente ligados a órgãos elevados, mais com baixo poder de decisão. Esse órgão tem sua atuação relacionada às atividades de rotina, formatação de atos administrativos, cumprimento de decisões superiores e primeiras soluções em casos individuais, como: execução da atividade-meio e no atendimento ao público, atuando com o intuito de prestar informações e encaminhar os requerimentos de seus órgãos superiores.

Após ter feito a divisão dos órgãos, pela sua posição hierárquica nas Entidades, o autor prossegue sua divisão, subjugando os órgãos a uma divisão estrutural, no qual subdivide os órgãos, em dois tipos: a estrutura simples e a composta. A estrutura simples é aquela cujo órgão terá um só centro de competência, ou seja, é um órgão que não possuirá na sua estrutura, nem outro que realize suas funções principais ou tampouco o auxilie na sua execução.

Já a composta tem a característica de reunir em sua estrutura, tanto órgãos menores, com funções que identificam (que atuam na realização das atividades-fim) como funções auxiliares diversificadas (que atuam na execução de atividade-meio). Assim, a estrutura composta tem o intuito de desconcentrar as atividades, fazendo com que os órgãos de maior hierarquia envolvam os menores, formando assim um sistema onde todos estão interligados, mas um supervisiona e controla as atividades dos demais.

Por fim, o autor faz a divisão do órgão quanto a sua função, o qual subdividiu esse em dois estilos: o singular e o colegiado. Na função singular, o órgão atua e decide através de um único agente, que é seu chefe e/ou representante, mesmo que o chefe desse órgão venha ter vários auxiliares, mas só ele pode responder pelas ações desse órgão, devido a suas funções principais, serem as mesmas do órgão, a qual está inserida.

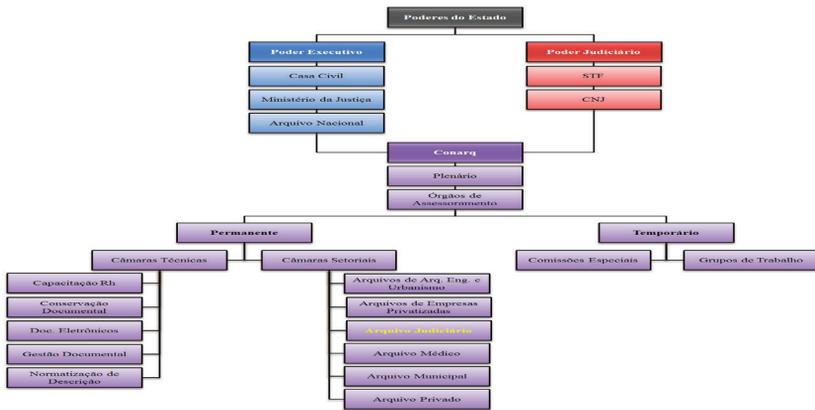
Diferentemente da função singular, os órgãos de função colegiada têm sua atuação na decisão pela manifestação da maioria de seus membros. Pois, nesse tipo de órgão, não prevalece à vontade de uma única pessoa e, sim, de um conjunto, onde expressa através de instrumentos legais (regimentares e estatutários) em sessões, convocações, votação, proclamação de resultados, etc, sua vontade.

### **3 ATUAÇÃO E CORRELAÇÃO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NA APLICAÇÃO DAS NORMAS ARQUIVÍSTICAS**

Mediante o exposto sobre a estrutura que compõe o Estado Brasileiro e a Administração pública, faremos uma análise sobre os órgãos que atuam na área arquivística e sua correlação com a apli-

cação das leis voltadas para a Gestão Documental. Baseado nisso, vejamos a adaptação feita ao organograma do Conarq.

**FIGURA 1 - Hierarquia dos órgãos dos poderes de Estado e sua correlação nas atividades voltadas para os arquivos**



Fonte: Marilidia de Lourdes de Souza.

Iniciaremos a análise salientando que os Poderes de Estados são três: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas para esse trabalho só faremos utilização do Executivo e do Judiciário, devido ao trabalho ser voltado para a linha do Judiciário e o Conarq, por ser um órgão emanado do Poder Executivo, mas que possui diretrizes que o possibilitam atuar também no campo Judiciário.

Assim sendo, tanto a Casa Civil como o Supremo Tribunal de Justiça estão no topo, pois não dependem de estarem subordinados a outros órgãos, devido a suas funções e atribuições estarem estabelecidas na Constituição Federal Brasileira. Nesse caso, podemos dizer que são a última instância da tomada de decisão de cada Poder ao qual estão inseridos.

Prosseguido, na linha hierárquica abaixo temos os Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ambos podemos chamar de órgãos autônomos, pois exercem as funções diretivas de planejar, coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades administrativas, financeiras e técnicas que sejam de sua competência, bem como pode participar nas decisões governamentais.

Posteriormente temos o Arquivo Nacional, cuja característica é a de órgão Superior, pois detém o poder de direcionar, controlar decidir e comandar os assuntos de sua competência, mas sempre com o controle hierárquico da chefia superior, pois não possui autonomia administrativa nem tampouco financeira e sua funcionalidade consiste exclusivamente no planejamento e soluções técnicas de sua competência.

Por fim temos o Conarq que possui característica de órgãos subalternos, devido à sua capacidade de atuar na formulação de normativos e atos administrativos, no cumprimento das decisões superiores e tomadas de decisão nos casos individuais. Além de possuir estrutura composta, devido à hierarquia de suas funções e exercer a função de colegiado pelo conjunto de profissionais da área que atuam em diversos setores.

Assim sendo, o Conarq passa a ser o único órgão que tem a capacidade de interligar o Poder Executivo ao Judiciário, devido às diretrizes principais que estão voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas e o cumprimento do aparato legal da profissão de Arquivística, bem como possui em sua estrutura Câmaras Setoriais que são designadas para a elaboração de normatização, resoluções, etc. de cada segmento da sociedade, entre eles o Judiciário Brasileiro como podemos verificar em destaque na Figura 3.

De diferente modo acontece com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois esse possui atribuições que são voltadas exclusivamente para o Poder Judiciário, dessa maneira ficando impedindo de intervir nos demais Poderes que compõem o Estado Brasileiro. Desse modo vejamos algumas das principais atribuições que o Conarq possui e que lhe concede espaço para atuar em âmbito Nacional. Baseado na Lei nº 1.173/94, art.2º, compete ao Conarq:

- I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;
- II - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;
- IV - zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos;
- V - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária;
- VII - estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios XIII - manter intercâmbio com outros conselhos e instituições cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugarem esforços e encadear ações.

Mas, como vimos, o Conarq é o único órgão que pode atuar em quaisquer âmbitos da Administração pública, pois consegue relacionar-se com outros órgãos sem que haja conflitos de interesse entre eles, além de vermos também que o mesmo é responsável por zelar

no cumprimento do aparato legal nas instituições públicas e privadas do país, ou seja, ele tem a obrigação de fiscalizar e obrigar essas instituições para procederem com a gestão documental estabelecida na Lei nº 8. 159/91.

#### **4 ASPECTOS FORMAIS PARA VALIDAÇÃO DAS NORMAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS**

Reale (2002) coloca que para uma norma existir é preciso que tenha não só uma estrutura, mas preencha aos requisitos que a valide. Esses requisitos obedecem a três aspectos: o da validade formal e/ou técnica-jurídica (vigência); o da validade social (eficácia ou efetividade); e o da validade ética (fundamento). A partir desses aspectos estudaremos o processo de validação tanto das normas jurídicas em geral, como as normas arquivísticas - apesar dessa última restringir-se a um grupo específico, tem a mesma formação de uma norma geral.

#### **5 ASPECTO DA VALIDADE FORMAL OU TÉCNICA-JURÍDICA**

Sob o aspecto da validade formal ou técnica-jurídica das normas, o autor traz o art. 1º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, “salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. A palavra lei refere-se apenas ao prazo que a norma jurídica terá que obedecer, após a sua publicação em Diários Oficiais dos Estados, para serem efetivamente cobradas no país, exemplo: a Lei nº 8.159/91 só poderia se tornar obrigatória após cumprir o prazo de vigência de

quarenta e cinco dias do momento da sua publicação. Desse artigo, podemos extrair três fatores preponderantes para a validação das normas jurídicas.

O primeiro fator: a norma deve ser estabelecida por um órgão competente. Por essa razão, as normas gerais devem ser elaboradas pelo Poder Legislativo, no caso das normas arquivística por ser considerada de incumbência de órgãos ligados diretamente à União, deverá ser elaborada pelo Congresso Nacional e Sancionada pelo Presidente da República. O mesmo ocorre com a Lei estadual, que será elaborada pela Assembleia Legislativa e Sancionada pelo Governador e a Lei Municipal, elaboradas pela Câmara de Vereadores e sancionadas pelo Prefeito. Pois, Segundo Reale (2002, p. 106)

É na Constituição Federal que se deve buscar a distribuição originária das competências. A Constituição é a Lei fundamental que distribui, de maneira originária, a competência dos elementos institucionais do Estado, fixando as atribuições conferidas a União, a qual exprime o Brasil na sua unidade interna: o que toca, de maneira especial, a cada um dos Estados—membros da Federação e, por fim, qual é o percentual de competência que se reserva ao Município.

O autor mostra que é através da Constituição Federal que podemos conhecer e buscar as atribuições e competências de cada Poder que compõe o Estado. Dessa forma, entendemos que não pode a União elaborar Leis que são exclusivas do Estado, nem tampouco esse interferir nas ações do Município e vice-versa. Para que possamos entender com mais clareza essa relação de competências no âmbito arquivístico, vejamos a Lei nº 2.331, de 05 de outubro de 1994, que “dispõe sobre o acesso aos documentos públicos sob custódia do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”.

Baseado nesse enunciado, todas as atividades, tarefas e trabalhos realizados nos arquivos públicos do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao acesso dos documentos, só poderão ser definidos pelo Governo Estadual, sem que haja a interferência de outro Estado (São Paulo, Minas Gerais, etc.) nessa decisão. Isso acontece devido às competências designadas pela Constituição Federal, no momento da demarcação territorial. Pois, caso essa lei tivesse sido elaborada por dois Estado (Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo) seria considerada inconstitucional ou sem validade formal, devido à violação no âmbito de competência que nessa situação passaria a pertencer a União e não aos Estados-Membros da Federação Mas, o que é validade formal?

Reale (2002, p. 108) diz que validade formal “é a executoriedade compulsória de uma regra de direito, por haver preenchido os requisitos essenciais a sua feitura ou elaboração”, ou seja, é a execução da Lei após ter sido comprovado o preenchimento de todos os seus requisitos, que são: 1) a legitimidade do órgão; 2) a competência de matéria relacionada; e 3) a legitimidade do procedimento.

O primeiro requisito corresponde justamente à subjetividade do órgão, ou seja, o órgão tem que legislar no campo que foi atribuído pela Constituição. Já no segundo, o órgão só poderá legislar matérias de sua competência. E, o terceiro a legitimidade do procedimento que compreende a quem cabe legislar juridicamente. Para compreender essa relação faremos uso das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no tocante às ações desenvolvidas pelo Programa de Gestão Documental do Judiciário brasileiro (Proname).

Como vimos anteriormente, o CNJ desenvolve ações de Gestão documental, voltadas para os arquivos judiciários brasileiros através do Pronome, mas suponhamos que o CNJ venha a elaborar uma resolução cujo teor seja sobre o acesso aos documentos do Poder Legislativo. Imediatamente, o Poder Legislativo poderia impetrar uma ação no Supremo Tribunal de Justiça, alegado que o CNJ não possui competências para legislar sobre matéria relacionada ao Legislativo.

Nesse exemplo podemos observar os três requisitos da validade formal da norma. O primeiro, legitimidade do órgão, refere-se à competência que cada órgão possui, mediante a sua hierarquia, ou seja, o CNJ só poderá legislar sobre assuntos relacionados ao judiciário, por ser um órgão com atribuições específicas. O segundo requisito que corresponde à matéria legislada - só o Poder Legislativo poderá julgar ou elaborar resoluções sobre o acesso aos documentos de seus arquivos. E o terceiro que trata da legitimidade do procedimento refere-se à impetração da ação no Supremo Tribunal de Justiça do Legislativo contra o CNJ.

Além de possuir os requisitos da validade formal para a Lei ser reconhecida juridicamente, ainda nos falta a sua eficácia ou efetividade, para que essa venha a desenvolver e atingir a sua finalidade principal, que é reger o comportamento social dos homens.

## **6 EFICÁCIA OU EFETIVIDADE DAS NORMAS ARQUIVÍSTICAS**

Podemos dizer que atualmente, no nosso ordenamento jurídico Arquivístico, existem leis que apesar de estarem cumprindo com os requisitos formais para sua validação, não têm uma eficácia em

sua aplicação. Isto ocorre pelo fato de muitas vezes essas leis infringirem ou violarem as tradições de um povo, por que não correspondem aos seus valores primordiais.

Há casos de normas legais que, por contrariarem as tendências e inclinações dominantes no seio da coletividade, só logram ser cumprida de maneira compulsória, possuindo, desse modo, validade formal, mas não eficácia espontânea no seio da comunidade. (REALE, 2002, p. 112)

Para nada nos serve ter uma norma que formalmente é perfeita, porém quando a levamos para a prática não causa e/ou provoca nenhum feito satisfatório, por não ser eficaz. Vejamos um exemplo inserido na Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, em seu art. 5º, que diz: “Não será permitido o exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo aos Concluintes de cursos resumidos, simplificado ou intensivo, de férias, por correspondência ou avulsos”.

Como observamos formalmente a Lei nº 6.546/78 é perfeita, pois em seu art. 1º destaca as pessoas que se enquadram para exercer o ofício de Arquivista e Técnico de Arquivo, bem como faz um menção em seu art. 5º aos casos em que não poderão exercer essa profissão. Entretanto ao levarmos para o campo da eficácia e da efetividade, nos surpreendemos, pois em grande parte dos arquivos públicos do nosso país vemos a atuação de servidores sem nenhuma capacitação, exercendo a função de Arquivista ou Técnico de Arquivo.

Já em outros momentos nos deparamos com profissionais de outras áreas de atuação como: bibliotecários, historiadores, adminis-

tradores, etc. exercendo essa profissão. Isto acontece devido à falta de investimento nos arquivos públicos, por parte dos gestores públicos concernentes à falta de conhecimento desse profissional no mercado de trabalho, à capacitação dos seus servidores, em relação às funções desenvolvidas no arquivo e a realização de concursos públicos para esses profissionais.

Mas, o que é eficácia para o direito? A que essa palavra está relacionada? Reale (2002) relaciona a palavra eficácia à aplicação ou execução da norma jurídica, ou seja, para que a norma arquivística seja eficaz é necessário que essa norma traspasse os molde da validade formal para a prática, melhor dizendo, que a norma arquivística deixe o papel e passe a ter atuação na prática.

Desse modo, podemos dizer que a eficácia da norma arquivística é quando essa está sendo utilizada no momento da ação humana. Pois não basta só saber da existência da lei arquivística ou reconhecer a sua importância para o profissional da área. A sociedade atual necessita viver, sentir e respirar essas normas que traduzem e regimentam a profissão de Arquivista e a área de Arquivo.

Todos esses contrapontos aparecem no momento da norma ser efetivada. Para Reale (2002), a validade formal consiste em uma propriedade que diz respeito tão somente à competência dos órgãos e aos processos de sua produção e reconhecimento no plano normativo. A eficácia difere por possuir um caráter experimental, pois se refere ao cumprimento efetivo do direito na comunidade e no plano social, ou melhor, aos efeitos que as regras provocam através de seu cumprimento.

## 7 O ASPECTO DO FUNDAMENTO DA NORMA ARQUIVÍSTICA

Da mesma maneira que a Norma Arquivística necessita da validade formal e da eficácia ou efetividade para existir, ela precisa também de um fundamento que será a razão pela qual a norma foi criada e/ou elaborada. Assim, dizermos que o fundamento da norma jurídica e Arquivística será o valor ou fim objetivado pela regra de direito (REALE, 2002, P. 115). Em outras palavras, consiste na razão de ser da norma jurídica e Arquivística, sua finalidade, seu objetivo.

Vejamos de que maneira o aspecto do fundamento da norma pode ser encontrado na aplicação das normas arquivística. Pegue-mo-nos o art. 3º da Lei nº 8. 159/91, que trata sobre o conceito da Gestão Documental, que diz: “considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Nesse caso, vemos que a finalidade de artigo da Lei nº 8.159/91 é a de conceituar, informar e mostrar o que seria Gestão Documental e as etapas que deverão proceder à elaboração de um programa de organização de arquivos. Já o seu objetivo final é a eliminação dos documentos dispensáveis para o órgão e/ou instituição e o recolhimento e salvaguarda das informações de valor secundário (comprobatório e informativo) para a administração pública

Para finalizar, fazemos menção à expressão usada por Reale (2002, p. 115), no qual afirma que, ao apreciar o tema sobre vigência, eficácia e fundamento, só comprovou a estrutura tridimensional do direito, pois a vigência refere-se à norma; a eficácia, ao fato; e o

fundamento expressa a exigência de um valor. Dessa forma, podemos concluir que o mesmo processo ocorre com as normas arquivísticas, pois elas retratam um fato social (massa documental acumulada), o valor que é a salvaguarda e preservação das informações necessárias para a administração, e a norma em si, que é a reunião desses dois elementos, mais o seu reconhecimento jurídico.

## **8 CONCLUSÃO**

Conclui-se que para a Norma Jurídica Arquivística ser implementada e/ou aplicada no seio da Sociedade Brasileira. Ela precisa possuir três aspectos fundamentais, são: o aspecto formal e/ou técnica-jurídica (vigência), o aspecto da eficácia e/ou efetividade e o aspecto do fundamento da norma, ambos os aspectos necessitam da figura do Estado, através dos seus Poderes, servirão de base para sua validação.

Sendo assim, aferimos que, o Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ), possui atribuições que tornam as Normas Arquivísticas Brasileiras válidas, pois ele pode atuar, sem restrições, na criação de leis, voltadas para o âmbito dos três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Já, em virtude do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele só poderá tomar decisões que lhe for cabível, em âmbito judiciário.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL **Legislação Arquivística Brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Set, 2008, p. 92.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação n 37, de 15 de agosto de 2011. **Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, DF, n 152, 17 de ago. de 2011.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 18ª Ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de direito**. 27ª Ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 2002

WWW.CNJ.JUS.BR - Acesso em 07-06-2012.





## A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LITERÁRIA DO ESCRITOR MARANHENSE JOSUÉ MONTELLO ATRAVÉS DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE SEU ARQUIVO DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO

*Joseane Maria de Souza e Souza*<sup>1</sup>

### RESUMO

Através deste artigo apresentaremos o Projeto de Conservação, organização e digitalização do arquivo documental e fotográfico do escritor Josué Montello que está sendo executado pela Casa de Cultura Josué Montello instituição detentora deste acervo a qual tem a responsabilidade de preservar a memória literária do escritor maranhense Josué Montello. O acervo de aproximadamente 47.000 itens documentais, compreendendo documentos pessoais, fotografias, correspondências, originais de obras manuscritas e datilografadas e recortes de jornais resgata a trajetória literária, profissional e pessoal do escritor que publicou mais de 160 títulos, dentre eles o romance **“Os Tambores de São Luís”** que o revelou para o mundo. Com 30 anos de existência, a Casa de Cultura Josué Montello, vem desempenhando um papel imprescindível na prestação de serviços à comunidade maranhense disponibilizando seu acervo para desenvolvimento de pesquisas, monografias, dissertações, teses e livros e ainda servindo de guarda da memória do escritor Josué Montello falecido há 7 anos. Única fonte de pesquisa desses documentos no Estado, atende pesquisadores locais e de vários Estados do Brasil. A fragilidade em que se encontram os documentos, considerando sua idade documental e acondi-

---

1 Bibliotecária. MBA em Desenvolvimento Gerencial. Especialista em Automação de Bibliotecas e Administração Pública. Chefe da Casa de Cultura Josué Montello e coordenadora do Projeto de conservação, organização e digitalização do arquivo documental e fotográfico do escritor Josué Montello. Casa de Cultura Josué Montello. E-mail: Joseane.souza24@gmail.com

cionamento, o manuseio constante e a falta de condições de armazenamento estão colocando em risco essa memória documental. O espaço físico disponível para o acondicionamento desse acervo é pequeno o qual necessita urgentemente adequar seu mobiliário com vistas ao melhor aproveitamento do espaço e o acervo passar por processos urgentes de higienização e restauração. Portanto, na perspectiva de salvaguardar a memória do escritor Josué Montello promovendo a organização, conservação e digitalização do seu Arquivo pessoal, elaboramos e inscrevemos o referido projeto no Edital N. 031 - APOIO AO PROGRAMA DE ACERVOS DO MARANHÃO - ACERVOS DOCUMENTAIS - ADOC da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), o qual foi aprovado e se encontra em execução desde março de 2013.

**Palavras-chave:** Memória . Conservação. Digitalização.

## ABSTRACT

Through this article we will present the Conservation Project , organization and digitization of photographic and documentary archive of the writer Josué Montello being run by the House of Culture Josué Montello institution that holds this collection which has the responsibility to preserve the memory of the literary writer Joshua maranhense Montello. The collection of documentary aproximadamente 47,000 items, including documents , photographs , correspondence , original handwritten and typewritten works and newspaper clippings rescues literary career , personal and professional writer who has published more than 160 titles , including the novel “ Drums St. Louis “ that revealed to the world . With 30 years of existence, the House of Culture Josué Montello, has played an indispensable role in providing services to the community maranhense its collection available for research development, monographs, dissertations, theses and books and still serving as a guardian of the memory of writer Joshua Montello died 7 years ago. Singly research source of these documents in the state meet local researchers and several states in Brazil. The weakness in the documents that are considering your age documentation and packaging, constant handling and lack of storage conditions are endangering this documentary memory. The space available for the packaging of this collection is small which urgently needs fit your furniture with a view to better utilization of space and the body undergo urgent process of cleaning and restoration. Therefore , in view of safeguarding the memory of writer Joshua Montello promoting the organization, storage and scanning your Personal Archive , prepared and signed up the said project in N. Notice 031 - SUPPORT PROGRAM COLLECTIONS MARANHÃO - DOCUMENTARY

COLLECTIONS - ADOC 's Foundation for Scientific Research and Development of Maranhão (FAPEMA), which was approved and is in place since March 2013.

**Keywords:** Memory . Conservation . Scan.

## 1 INTRODUÇÃO

A Casa de Cultura Josué Montello é detentora do **Arquivo pessoal** do escritor maranhense Josué Montello, com cerca de 47.000 itens documentais, compreendendo documentos pessoais, fotografias, correspondências, originais de obras manuscritas e datilografadas e recortes de jornais referente a vida e obra do grande escritor que publicou mais de 160 títulos, dentre eles o romance “**Os Tambores de São Luís**” que o revelou para o mundo.

Ao longo de seus 30 anos de existência a Casa de Cultura Josué Montello, vem desempenhando um papel imprescindível na prestação de serviços à comunidade maranhense disponibilizando seu acervo arquivístico e bibliográfico para desenvolvimento de pesquisas, monografias, dissertações, teses e livros e ainda servindo de guarda da memória do escritor Josué Montello falecido há 7 anos.

O acervo do Arquivo Pessoal do escritor recebeu o tratamento inicial sob os cuidados de Yvonne Montello (viúva do escritor), que com formação em biblioteconomia utilizou de seus conhecimentos em catalogação e indexação para colecionar de forma organizada todo e qualquer registro do escritor e sobre ele, nos mais variados tipos de documentos como correspondências, fotografias, recortes de jornais, documentos pessoais, manuscritos etc. Todo o acervo vinha da residência do escritor no Rio de Janeiro catalogado para ser arquivado aqui na Casa de Cultura.

Assim teve origem o Arquivo Pessoal de Josué Montello que abriga hoje um volume de aproximadamente 2000 fotografias, 35.000 correspondências, 10.171 recortes de jornais e 28 originais das obras manuscritas retratando toda trajetória da vida e obra do escritor, sendo a única fonte de pesquisa desses documentos no Estado, que atende pesquisadores locais e de vários Estados do Brasil.

Considerando fragilidade em que se encontram os documentos, devido sua idade e acondicionamento, o manuseio constante e a falta de condições de armazenamento, fatores que estão colocando em risco essa memória documental elaboramos o **Projeto Conservação, organização e digitalização do arquivo documental e fotográfico do escritor Josué Montello** na perspectiva de salvaguardar a memória desse grande escritor maranhense.

A execução do projeto está viabilizando a organização do acervo documental e fotográfico com vistas a preservação de sua memória bem como possibilitando a disponibilização ao maior número de pesquisadores através da digitalização e posterior consulta na Internet, contribuindo para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil.

## 2 A INSTITUIÇÃO

A Casa de Cultura Josué Montello (CCJM), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Maranhão, criada pela lei 4.351 de 31 de outubro de 1981, integra o Sistema de Cultura do Estado do Maranhão. Destina-se a promover estudos, pesquisas e trabalhos nas áreas da literatura, artes, ciências

sociais, história, geografia, enfim das manifestações artísticas e culturais do Estado.

A formação de seu acervo originou-se a partir da doação da biblioteca e do arquivo particular do escritor Josué Montello ao governo do Estado do Maranhão, que teve sua primeira sede em prédio próprio, no Largo do Ribeirão. Ao longo dos anos, o crescimento do acervo provocou a mudança de suas instalações para um casarão antigo da família João Pereira, situado na Rua das Hortas, esquina com a Rua do Coqueiro, adquirido pelo Governo do Estado em 1989. A partir de março de 1990 a Casa de Cultura Josué Montello passou a funcionar nesse prédio após restauração e adaptação do mesmo para suas finalidades.

O acervo da Casa de Cultura Josué Montello é bem diversificado, sendo constituído pela **Biblioteca particular** do escritor Josué Montello que possui obras de autoria do escritor e sobre ele, e em várias áreas do conhecimento em especial literatura maranhense, nacional e estrangeira que acrescida de outras obras recebidas através de doações de terceiros ao longo desses 30 anos somam aproximadamente 50.000 (cinquenta mil volumes); do **Arquivo pessoal** com aproximadamente 47.000 (quarenta e sete mil) itens e de um **acervo museológico** contendo peças como o fardão da ABL, objetos de uso pessoal, busto, quadros, medalhas, troféus etc.

### **3 ARQUIVO E MEMÓRIA : o Arquivo Pessoal**

O Brasil hoje já dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da Lei 8.159, de 1991, conhecida como

Lei de Arquivos, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, estão voltados para o tema.

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu Artigo 2º, considera que os arquivos privados de pessoa física como arquivo.

Consideram-se arquivos, para fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Na literatura arquivística encontramos poucos relatos de experiência a respeito de organização de arquivo pessoal. No entanto, foi possível identificar que a partir da década de 80 o modelo de referência utilizado é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV que se especializou na guarda de arquivos privados pessoais de representantes da elite política.

De acordo como o CPDOC/FGV (2013),

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

Assim, os arquivos pessoais, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas.

#### 4 O PROJETO

O Projeto **Conservação, Organização e Digitalização do Arquivo Documental e Fotográfico do Escritor Josué Montello** tem como objetivo principal preservar, divulgar e tornar acessível o **Arquivo Pessoal** do escritor Josué Montello.

Essa afirmação vem de encontro com o pensamento de Sichmann (apud MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011, p. 5) que diz:

Atualmente há um despertar da nossa sociedade pela busca de soluções e medidas simples para salvaguardar adequadamente os nossos bens culturais. A era da informação valorizou ainda mais os dados vitais e estratégicos que precisam ser preservados, divulgados e acessados rapidamente para uso presente e futuro. É provável que essa valorização seja um dos atuais motivos pelo qual a sociedade busca resgatar o original, o mais antigo, a primeira versão. Então, nos deparamos com danos ou perdas irreparáveis dos acervos bibliográficos e documentais. Somente a partir daí percebemos a importância da manutenção dessas coleções para a continuidade da memória do patrimônio histórico e cultural da nação.

Considerando a importância da coleção sobre a vida e a obra do escritor Josue Montello para pesquisadores que querem aprofundar suas pesquisas sobre sua trajetória literária e, conseqüentemente para a preservação da sua memória, decidimos elaborar um projeto

direcionado para a preservação, divulgação e acessibilidade do acervo arquivístico sob a responsabilidade da CCJM.

#### 4.1 Diagnóstico: itens documentais, espaço físico e o mobiliário

O acervo do **Arquivo pessoal** do escritor Josué Montello, objeto deste projeto, está constituído de objetos e documentos pessoais, correspondências, originais dos romances, recortes de jornais, fotografias, medalhas, certificados e condecorações oriundas da residência do escritor no Rio de Janeiro.

O volume desse acervo é de aproximadamente 47.000 peças (documentos impressos e materiais diversos) distribuídos em:

- 35.000 (trinta e cinco mil) correspondências pessoais, ofícios, declarações, convites;
- 1.500 (mil e quinhentas) fotografias;
- 28 originais dos romances (manuscritos e datilografados) distribuídos em 60 pastas;
- 10.171 recortes de jornais arquivados em pastas;
- 113 quadros contendo capas dos romances, diplomas e homenagens;
- 219 documentos pessoais entre outros;
- Diversos objetos pessoais como bengalas, óculos, Fardão da Academia Brasileira de Letras, canetas, diários, agendas, caderno de anotações pessoais, medalhas, estatuetas, discos, Dvds, Cds, Fitas VHS e Cassetes.

As correspondências estão arquivadas em pastas suspensas, a maioria colada em folhas de papel, as fotografias e recortes de jornais

estão acondicionados em pastas separadas por sacos plásticos com um numeroso volume de documento por pasta. Já o acervo de manuscritos é armazenado em pastas de papelão e alguns encadernados, presas as folhas por ferragens. O mobiliário é formado por arquivos de pastas pendulares e armários de aço com portas de vidro.

Quanto a organização o acervo encontra-se estruturado por assuntos relacionados a vida do escritor listados nas pastas contendo índices cronológicos.

O Arquivo está atualmente instalado na parte superior da Casa de Cultura Josué Montello, em um pequeno apartamento com 3 cômodos onde o escritor e sua esposa hospedavam-se quando em visita a São Luís.

#### **4.2 Metas do projeto**

No período de 2 anos pretende-se atingir as seguintes metas:

- a) Higienizar os 47.000 itens documentais do arquivo, visando a prevenção da ação de agentes poluentes e biológicos utilizando técnicas e equipamentos adequados para atividade;
- b) Acondicionar todos os itens documentais em mobiliário adequado, adquirindo para isso arquivos deslizantes, reduzindo assim em 60% o espaço físico a ele destinado atualmente;
- c) Substituir 300 pastas pendulares de papel Kraft por Pastas confeccionadas com Cartão Timbó, gramatura 350 g, com 235 mm de altura utilizada para o acondicionamento das correspondências;

- d) Acondicionar os documentos diversos em caixas arquivos confeccionadas com papelão apropriado;
- e) Retirar a encadernação de arame e as escarcelas de papelão com ferragens que acondicionam os originais das obras manuscritas e substituir por caixas confeccionadas com papel alcalino para assegurar a preservação dos originais;
- f) Substituir 100 pastas catálogo com envelopes plásticos por invólucros adequados para os recortes de jornais;
- g) Catalogar eletronicamente os itens documentais utilizando o software Arches Lib alimentando a Base de Arquivo;
- h) Digitalizar 1.500 fotografias; 28 originais de obras manuscritas e 10.171 recortes de jornais;
- i) Elaborar os instrumentos de pesquisas referentes ao acervo arquivístico como inventários, catálogos etc.

### 4.3 Pessoal

O arquivo dispõe de 3 (três) funcionários do quadro efetivo que são responsáveis pela guarda do documento e do atendimento ao usuário. Para a execução do Projeto foram contratados 5 (cinco) bolsistas da FAPEMA, 4 (quatro) nível médio e 1 (Um) de nível superior.

A equipe ficou atualmente com 8 pessoas que estão executando as atividades de higienização do acervo de correspondências, separação dos documentos de acordo com a tipologia, limpeza e tratamento das fotos com vistas a digitalização. Além da equipe citada, foi contratado também a título de consultoria, uma técnica especialista em Arquivologia que está elaborando o arranjo docu-

mental com vistas a criação do Plano de classificação e descrição do arquivo.

#### 4.4 Etapas executadas

De acordo com o projeto várias são as etapas a serem desenvolvidas para atingirmos o objetivo, dentre elas iremos citar as que já foram executadas no período de 7 meses.

- ✓ **Aquisição de móveis e equipamentos** – foram adquiridos os arquivos deslizantes, a mesa de higienização, scanner planetário, Computadores; impressora; licença de uso de software de conversão e compactação de imagens e módulo Web para disponibilizar a consulta na internet.
- ✓ **Treinamento da equipe** – foi realizado um treinamento no início do projeto para conhecimento do acervo. Em março os bosistas participaram do Curso de Organização e Administração de Arquivo, com objetivo de capacitar a equipe. O curso foi oferecido pelo governo do Estado e realizado na Escola de governo.
- ✓ **Consultoria com especialista em Arquivo** – a técnica orientou quanto ao processo de higienização, separação dos documentos e está elaborando o arranjo do acervo que terá como estrutura principal Fundo, Série e Subsérie;
- ✓ **Aquisição de material de consumo** – foram adquiridos os materiais necessários para a higienização do acervo como luvas, máscaras e jalecos; os suportes adequados a preservação de acervos como pastas pendulares em cartão Timbó, trinchas, pincéis, papéis variados etc.
- ✓ **Higienização do acervo** – foram higienizadas as correspondências ativas e passivas utilizando a mesa de higienização.

zação. As fotografias que se encontravam coladas passaram por um processo de limpeza e descolagem.

- ✓ **Tratamento técnico** – está sendo trabalhado os campos a serem utilizados na catalogação a qual será elaborada uma planilha para entrada de dados no sistema Arches lib para alimentar o banco de dados e gerar os relatórios e catálogos do acervo;

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de reorganização de um Arquivo pessoal não é um tarefa trivial. Desfazer em parte, uma orgnização que já existia, aproveitando, acrescentando partes, ignorando outras, torna-se mais trabalhoso e moroso, do que se tivéssemos que iniciar uma nova organização. Mas com o empenho da equipe, que vem buscando informações, estudando, conhecendo experiências semelhantes está contribuindo para que o projeto obtenha êxito e alcance em seu objetivo que é organizar, preservar e divulgar a memória literária do escritor Josué Montello.

Ao final do projeto esperamos alcançar os objetivos e metas propostos. O Arquivo do pessoal do escritor Josué Montello, equipado com móveis, equipamentos (Arquivos Deslizantes, Mesa de Higienização, Scanner Planetário, Computador, Impressora e HD externo) e suportes (pastas pendulares, caixas arquivos, pastas catálogo) adequados a cada tipo de documento; com o acervo de fotografias, documentos, manuscritos e correspondências higienizados e organizados; 1.500 fotografias, 10.171 recortes de jornais e 28 originais de obras digitalizadas.

Pretendemos estar com cerca de 50% do acervo catalogado em meio eletrônico (Sistema Arches Lib) disponibilizando para consulta local e na Internet em nossa página ([www.cultura.ma.gov.br/portal/ccjm](http://www.cultura.ma.gov.br/portal/ccjm)) para o público em geral.

A CCJM com esse trabalho espera estar contribuindo não somente para melhorar a qualidade de seu serviços, mas também por disponibilizar um acervo de grande importância para os pesquisadores na área da literatura brasileira. Além de também contribuir para a reflexão sobre o trabalho de organização de arquivos pessoais, ampliando assim a discussão na literatura arquivística.

## REFERÊNCIA

A Daniel. **A Arquivologia e a Tecnologia da Informação**. Postado em 17/09/2010. Disponível em: <http://www.arquivista.org/artigos-e-opiniones/aarquivologiae-tecnologia-da-informacao>. Acesso em 12 abril. 2012.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 320p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**, 2010. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes\\_para\\_digitalizao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf)>. Acesso em 14 ago. 2012.

FEIJÓ, V. de M. **Documentação e arquivos**. Porto Alegre: SAGRA, 1988. 147 p.

FILIPPI, Patrícia de . LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vania Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografia**. São Paulo: Arquivo Nacional, 2002. Serie Projeto como fazer, 4.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa d Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro. Arquivos Pessoais. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em agosto de 2013.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Serie Projeto como fazer, 2.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Artigos.

MORENO, Nadina A.; LOPES, Maria Aparecida. DI CHIARA, Ivone Guerreiro. A Contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2011.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (orgs). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência.** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

TESSITORE, V. **Fundamentos da Arquivística.** In: USP: Organização de Arquivos. São Paulo, 2002. XVI Curso de Especialização.

VIEIRA, A. S. L. **A identificação no processo de implantação e organização do arquivo permanente.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007. 84f.



**ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
ANTONINO FREIRE - IEAF:  
mais de um século de história e memória  
da educação piauiense**

*Ana Paula Ribeiro da Silva<sup>1</sup>  
Denizete Lima de Mesquita<sup>2</sup>  
Leidimar Maria de J. Silva<sup>3</sup>*

**RESUMO**

Versa acerca da importância dos arquivos como espaços que guardam documentos os quais relatam acontecimentos muitas vezes esquecidos, mas que são fundamentais para a compreensão de fatos que ainda geram muitas dúvidas sobre a história de uma instituição ou pessoa. Aborda tal espaço como principal meio de guarda e preservação de fontes documentais as que retratam os fatos ocorridos e registrados por órgãos oficiais, destacando tais documentos como importantes para a validação histórica para pesquisadores e estudiosos da área. Trata sobre a necessidade da preservação da memória educacional, por meio do acesso às informações decorrentes das atividades desenvolvidas no ambiente escolar, tendo os arquivos das instituições de ensino como locais mais adequados para que tais documentos sejam organizados, tratados e preservados, pois poderão servir de prova documental para quem usufrui do espaço escolar e/ou para pesquisadores. Descreve a história da Escola Normal em Teresina, desde a Resolução Provincial nº 565 de 05 de agosto

---

1 Bacharel em Biblioteconomia. Pós-graduando em Gestão organizacional – UESPI. E-mail: ana-asp@hotmail.com.

2 Bacharel em Biblioteconomia. Pós-graduada em Estado Movimentos Sociais e Cultura – UESPI. SEDUC/PI - Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF. E-mail: denilima@hotmail.com

3 Licenciatura em Filosofia. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Graduada em Biblioteconomia UESPI. SEDUC - PI - Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF. Leidimarcosta2008@hotmail.com

de 1864, passando por acontecimentos que fizeram com que a tal instituição fosse extinta e posteriormente reaberta através da revogação das resoluções que havia decretado sua extinção, fato este que ocorreu por diversas vezes. Relata também as mudanças em relação à localização e estrutura física do prédio que a abrigava, a Escola Normal, bem como as mudanças de currículo e de ofertas de cursos ao longo de mais de 100(cem) anos de história. Apresenta o arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF, como local de guarda e preservação de acervo documental imprescindível para a localização de informações sobre a história da educação no Estado Piauí. Destaca alguns trabalhos desenvolvidos por pesquisadores piauienses, que encontraram, no acervo documental do arquivo, informações valiosas para o desenvolvimento de seus trabalhos. Mostra e comprova a necessidade de implantar um processo de organização e gestão do acervo documental, que foi gerado ao longo de mais de um século de serviços prestados à população piauiense sobre a educação formal de professores, além da urgência na implantação de um processo de gestão documental no arquivo, expondo através de fotografias as condições em que os documentos são guardados, na maioria das vezes de forma inadequada, o que provoca a deterioração da fibra do papel e consequentemente a perda de informações imprescindíveis no que diz respeito ao resgate da história e da memória da educação no Estado.

**Palavras-chave:** Arquivo escolar – memória. História da educação – Piauí. Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF.

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que para entender um fato ou fenômeno é necessário recorrer ao passado, que muitas das vezes não apresenta os elementos necessários ao desenrolar da pesquisa, pois fatos e acontecimentos decisivos neste processo acabam por ser esquecidos e/ou perdidos em virtude da inexistência de um acervo documental tratado e organizado, que possa servir de embasamento teórico para a comprovação de determinado dado.

Tratar sobre a memória educacional requer o acesso a informações decorrentes das atividades desenvolvidas no ambiente escolar,

nesse sentido, faz-se imprescindível que os arquivos das instituições de ensino possam ser organizados, tratados e preservados para que sirvam de prova documental para aqueles que usufruem do espaço escolar e/ou para pesquisadores que buscam informações sobre a instituição de ensino e/ou de seus alunos e colaboradores.

Mesmo diante de tamanho valor, é comum encontrar os arquivos escolares como um simples amontoado de papéis e outros objetos sem o devido tratamento e organização, pois quem os gerenciam desconhecem a sua real importância para a construção da memória educacional da sociedade à qual a instituição de ensino atende.

Nesse sentido, Silva (2007?, p.[3]) diz que:

Difícilmente a constituição do arquivo escolar é pensada para além das funções probatórias, como uma prática importante, que dá origem à guarda de suportes, da cultura, da memória, da história institucional e da educação. Portanto os arquivos como lugares importantes para educadores, historiadores e demais pesquisadores trabalharem com suas pesquisas dando significações e ressignificações às mesmas.

A realidade apresentada pelo autor é fácil de ser constatada, principalmente quando há a necessidade de recorrer ao arquivo para a busca por documentos que já possuem certo tempo de produção, uma vez que é comum nas instituições de ensino o processo de descarte de documentos sem fazer a devida avaliação dos itens que podem ser retirados dos processos.

Se para um (a) servidor (a) ou aluno (a) encontrar um único documento que possui informações específicas sobre ele (a) é difícil, imagine recuperar informações sobre as atividades desenvolvidas por

uma gestão, um período específico ou as ações desenvolvidas por alunos e colaboradores da instituição.

Para buscar informações sobre a história da Escola Normal em Teresina, que atualmente é o Instituto de Educação Antonino Freire- IEAF, recorreu-se à pesquisa exploratória através de informações documental e bibliográfica, assim como o próprio arquivo da instituição pesquisada. Diante dos dados levantados, verificou-se que olhar o arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire é descobrir parte da memória da educação piauiense, uma vez que esta instituição centenária foi decisiva no processo de formação de professores para o estado e conseqüentemente para a formação dos cidadãos que aqui residiam e residem atualmente.

Seu arquivo guarda parte da memória escrita da formação e exercício dos primeiros professores no Piauí, memória esta que está ameaçada em virtude da falta de preservação dos documentos produzidos ao longo de mais de um século de história, e como afirma Teixeira Júnior (2005, p.1) “[...] não existe nem pode existir uma cultura escrita organizada, coerente e transmissível que não possa contar com estruturas permanentes de conservação do escrito, produzido ou recebido”.

## **2 A ESCOLA NORMAL E AS MUDANÇAS AO LONGO DA HISTÓRIA**

A importância da história da escola normal para a educação no Piauí pode ser comprovada por meios de pesquisas desenvolvidas por estudos que ao discorrer sobre essa instituição centenária, acaba por discorrer sobre a própria história, uma vez que foram ex-alunos e/ou professores da própria instituição.

De acordo com Soares (2005), a criação da Escola Normal em Teresina data de 1864 e, que apesar de ter passado por várias modificações, ainda é considerada uma das mais atuantes no processo de formação de docente no estado do Piauí.

Além da autora citada, também podem ser encontrados outros escritos sobre a educação no Piauí que tem como foco a Escola Normal como, por exemplo: Francisca Pires que retrata a criação da Escola Normal; Itamar Brito que enfoca a normalização, organização e sistematização da educação piauiense; Carmem Cabral que apresenta a política de formação de professor no Ensino Médio e suas aplicações no IEAF; José Augusto Mendes Sobrinho que descreve o ensino de Ciências implantado na Escola Normal; Antônio de Pádua Lopes que analisa a feminização do professorado piauiense, dentre outros.

Dentre os vários fatos históricos ocorridos ao longo dos anos no processo de implantação da Escola Normal em Teresina, Soares (2005) relata que as tentativas tiveram como fatores favoráveis nesse processo, a transferência da capital da província para Teresina, bem como o surgimento das primeiras Escolas Normais no Brasil. Ainda em consonância com a autora, a instalação oficial deu-se em 03 de fevereiro de 1865, por meio da Resolução Provincial nº 565, de 05 de agosto de 1864, com instalações no prédio da Assembleia Legislativa Piauiense, porém em decorrência de problemas de estrutura física e baixa procura pelo curso, em 1867 a Escola Normal foi extinta no prédio da Assembleia Legislativa e reaberta no prédio do Liceu onde permaneceu até 1874, quando foi novamente extinta pela Resolução nº 858, de 11 de julho daquele ano.

Oito anos após a segunda extinção, ocorreu uma nova tentativa de reabertura da Escola Normal teresinense, no mesmo prédio do Liceu, porém desta vez apresentando curso misto, sem ônus para os alunos e com duração de dois anos. Apesar dos dados positivos alcançados com essa nova reabertura, o governo da época decidiu novamente extingui-la, alegando dificuldades financeiras.

De acordo com Soares (2005, p. 66):

[...] um grupo de intelectuais criou em 1908 uma instituição não governamental a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública que chamou para si a responsabilidade da formação docente no Estado e instituiu em 1909 a Escola Normal Livre [...]

A escola citada pela autora foi o marco principal para a consolidação de uma instituição de ensino pública voltada para a formação de professores do ensino primário no Piauí.

## **2.1 A Escola Normal de Teresina**

Os governantes desse período iniciaram o processo de desenvolvimento do estado, dando ênfase à educação por meio da criação de órgãos que visavam à instrução da população nas mais diversas áreas, bem como a criação de órgãos e setores que tinham como meta a produção, divulgação e a preservação da história que estava sendo construída.

Dentre os órgãos criados pode-se citar: Arquivo Público do Piauí, Imprensa Oficial, o Instituto Geográfico Histórico Piauiense, a Escola de Aprendizes e Artífices, a Faculdade de Direito, a construção de um prédio e oficialização da Escola Normal de Teresina,

que contribuiu de forma significativa para a sociedade no que concerne a formação de moças para exercer a profissão de professoras do magistério.

O valor da Escola Normal pode ser confirmado através da citação de Soares (2005, p.73) ao afirmar que:

A importante Escola Normal em Teresina exerceu forte influência na formação de muitas donzelas. [...]. Tão grande era o valor atribuído à educação praticada naquela Escola que os discursos proferidos em suas solenidades eram publicados pela imprensa local [...].

Finalmente, em 1910, houve a oficialização da escola Normal em Teresina que almejava a formação de professoras para lecionar na educação primária.

Nesse período, o Estado passava por um processo de desenvolvimento e tinha a educação como aliada, fato este que fez da referida Escola Normal um elemento essencial na formação do contexto educacional piauiense.

Desde essa época até os dias atuais houve várias modificações na estrutura e grade curricular de ensino, bem como na forma de acesso aos cursos ofertados. As inúmeras mudanças e a incerteza da continuidade ou não da escola provocaram, em alguns momentos, a defasagem de alunas, apesar de ter sido estabelecido por meio de medida governamental que vinculava a nomeação efetiva para o exercício do magistério nos anos iniciais ao grau de normalista.

Parte da história dessa importante instituição de ensino do Estado pode ser encontrada no arquivo do atual Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF, que possui documentos escritos à mão com data de 1909 até o presente ano.

O presente acervo documental passa por um processo de deterioração em virtude da ação de diversos fatores como poeira, fungos, insetos, radiação, guarda inadequada, entre outros.

### **3 O ARQUIVO DO ATUAL IEAF E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PIAUIENSE**

Os arquivos das instituições de ensino possuem como missão guardar os documentos produzidos e recebidos em função das atividades e rotinas administrativas, educacionais e pedagógicas da escola. Tal setor é imprescindível para a guarda e preservação da memória institucional e pessoal daqueles que usufruíram ou contribuíram para a construção da história da unidade de ensino.

Em um conceito geral de arquivo, podem ser definidos documentos que são produzidos ou recebidos para uma organização de um modo geral, mantendo – se uma ordenação de fontes de informações para a execução e suas atividades. Documentos preservados por um arquivo podem ser de vários tipos e suportes, entidades que são locais de arquivos são Públicos, Federais, Institucionais, Comerciais e Pessoais. O conceito de memória está vinculado aos seguintes conceitos: Identidade, Sociedade, Cultura, Poder, Patrimônio, Tempo, História e memória.

A importância dos arquivos escolares fora por muitos anos de interesse apenas de alunos, professores, colaboradores e órgãos, os quais mantêm a escola, porém aos poucos começou a ser de interesse de pesquisadores que buscam informações sobre a educação.

A necessidade de se buscar nos arquivos escolares informações sobre determinado recorte histórico, gestão e/ou acontecimento

acaba por ser uma barreira para os pesquisadores, pois na grande maioria dos arquivos não existe um processo de gestão documental que esteja preocupado com a conservação e preservação dos suportes informacionais, tampouco com a organização que possibilite uma rápida recuperação quando necessário.

Os pesquisadores da educação que têm se comprometido com o árduo trabalho de organização dos arquivos, na maioria das vezes, deparam-se com condições adversas, diante da visível deterioração, por conta da localização em instalações inadequadas, por vezes insalubres, que põem em risco tanto a existência dos documentos quanto a saúde dos pesquisadores. (MENEZES; SILVA; TEIXEIRA JUNIOR, 2005, p. 68).

Ao fazer a análise da literatura sobre a temática e comparar com a realidade do arquivo do IEAF, constatou-se que se não houver uma intervenção urgente no sentido de organizar e tentar preservar os documentos que estão amontoados em caixas, armários, estantes e diversos outros locais, parte da história da educação no Estado do Piauí será perdida, pois a cada dia que passa mais difícil se torna para conseguir recuperar um documento, entre milhares produzidos em mais de 100(cem) anos de história.

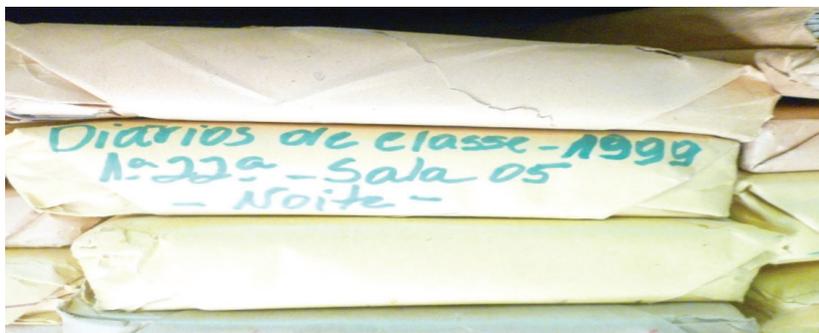


**Figura 1: Parte de um documento de solicitação de matrícula no curso normal, datado de 1910.**

Fonte: autoras

Em uma análise prévia realizada em alguns processos, verificou-se a permanência de documentos com mais de um século de existência, dentre eles destacam-se documentos referentes à nomeação e lotação de colaboradores administrativos e professores, diários de aula, processos de alunos, solicitação de matrícula, documentos pessoais, fotografias de eventos ocorridos, atas de reuniões, protocolos, certificados e diplomas, etc.

Diante do exposto, é nítida a necessidade de organização dos documentos que contam a história dessa instituição, uma vez que o fator tempo tem contribuído negativamente no processo de deterioração do suporte em que essas informações estão registradas.



**Figura 2: Diários de classe**

Fonte: autoras



**Figura 3: Parte do acervo documental.**

Fonte: autoras

Atualmente o acervo do arquivo do IEAF está localizado em um espaço sem a estrutura adequada, onde há excesso de incidência

de raios solares, bem como de poeiras e outros agentes que provocam degradação dos materiais, pois na sua grande maioria estão apenas envoltos em papel madeira e amarrados com barbante; já outros estão espalhados sobre os diversos tipos de estantes e armários de aço, que por sinal já não estão em condições de proteger os itens documentais em virtude da corrosão provocada por água que cai do teto devido às infiltrações na estrutura física da sala que abriga o arquivo.

Preservar os documentos existentes no arquivo do IEAF é preservar parte da memória da educação no Estado do Piauí, uma vez que a documentação pertencente à instituição já serviu de embasamento teórico para a elaboração de Trabalho de Dissertação de Mestrado no ano de 2005, e que resultou em um livro que discorre sobre a educação no Estado do Piauí, especialmente a ofertada pelo IEAF.

[...] Na Escola Normal só entrava para ser professor quem tivesse gabarito e não pistolão, só mesmo a influência da cultura dos professores, se não tivesse cultura, conhecimento, não ensinava, tanto que era um tipo se faculdade (...) lá só tinha pessoas da elite”. [O que o Sr. João fala pode ser comprovado ao examinar as provas de cátedra, existentes no Arquivo do IEAF]. “A Escola ficou famosa por causa do tratamento dos professores com os alunos e com a formação mesmo dos professores”. (SOARES, 2005, p.92)

Esse excesso de preocupação com o aspecto normativo-disciplinar, denunciado por esta ex-aluna, está em consonância com o acentuado número de suspensões de alunas da escola ocorrido em 1991, assinadas pela direção, conforme documentos obtidos no arquivo da escola durante a pesquisa. (FONTINELES, 200?, p. 5)

Os dados coletados pela pesquisadora, mesmo através da fonte oral, são comprovados por meio de documentos impressos que ain-

da resistem aos danos provocados por fatores internos e externos ao próprio local onde são acondicionados.

Em busca da preservação da memória escrita da educação piauiense produzida na Escola Normal de Teresina, ao longo de mais de 100 anos, busca-se a sensibilização junto aos gestores públicos para que disponibilizem recursos humanos e financeiros para a execução de um projeto de intervenção no sentido de tratar, organizar e gerir os documentos que ainda podem ser aproveitados. Sobre a importância da preservação do suporte documental antigo das instituições de ensino, Menezes e Moraes (200?, p.453) dizem que:

O desprezo pela memória incorporada nos suportes antigos, contribui para o esquecimento do cotidiano vivido por inúmeras pessoas, professores, alunos, diretores, funcionários administrativos, bibliotecários, entre outros, nas instituições. Se a memória não é sonho, mas trabalho deve-se duvidar da sobrevivência do passado, tal como foi, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A memória, como uma imagem construída pelos materiais que estão à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual, em um movimento revelador de profissões e lugares que não mais se ocupam, vem acompanhada, não raras vezes, pelo descaso para com os materiais, suportes documentais, que ali se constituíam em livros de várias modalidades.

Para preservar e resgatar, quando necessário, documentos que retratam a memória da educação no Piauí, é que se pretende implantar um projeto de gestão do arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire.

Dentre as ações propostas no projeto pode-se citar:

- Reestruturar a parte física das instalações onde o acervo se encontra;
- Aplicar películas nas janelas de vidros e consertar as que estão danificadas;
- Substituir os armários, caixas arquivos, pastas suspensas, etc;
- Avaliar a situação física dos suportes e tentar recuperar aqueles que estão em processo de deterioração mais avançado;
- Fazer o tratamento dos suportes;
- Classificar e catalogar os itens;
- Aplicar a tabela de temporalidade;
- Digitalizar os documentos que já estão muito deteriorados e que são importantes para história;
- Criar planilhas que possam auxiliar na localização das caixas que contêm os documentos e conseqüentemente os mesmos;
- Etc.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para resgatar a memória dessa instituição, observa-se que há a necessidade de se executar, com extrema urgência, um processo de intervenção no sentido de tentar preservar os documentos que não estão tão desgastados e recuperar na medida do possível aqueles que ainda podem ser digitalizados.

Sabe-se que a preservação é de suma importância na construção da memória, portanto foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o arquivo da instituição, observando-se diários, documentos

peçoais de alunos e funcionários, bem como das rotinas administrativas e pedagógicas da escola, dentre outros. O arquivo ao qual se refere está localizado no prédio do Instituto de Educação Antonino Freire – IEAF, localizado na cidade de Teresina- PI, e que está passando por um processo de degradação dos documentos, em virtude da falta de recursos humanos capacitados para executar as atividades de higienização, seleção, classificação, atribuição da tabela de temporalidade, recuperação, digitalização, acondicionamento, organização e gestão dos itens informacionais, bem como de recursos materiais e financeiros para a execução das tarefas citadas. Assim, buscou-se elaborar um projeto de intervenção no sentido de sensibilizar os gestores do Estado para que pudéssemos iniciar um processo de recuperação do arquivo.

A execução das tarefas citadas deve ser realizada em parceria com os alunos e professores dos cursos Técnico em biblioteca e Técnico em Secretaria escolar, secretários escolar da instituição e bibliotecários, visando à organização e recuperação da memória institucional desse arquivo, assim, pode-se disponibilizar um arquivo voltado às diversas formas de recuperação de documentos, seja em formato impresso ou eletrônico, teremos a preservação da história e o resgate de sua memória.

## REFERÊNCIAS

FONTENELES, Cláudia Cristina da Silva. **IEAF**: a validade do contemporâneo para a história. Disponível em: [http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt10/GT1\\_0\\_2006\\_11.PDF](http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt10/GT1_0_2006_11.PDF)>. Acesso em 12 ago. 2013.

MENEZES Maria Cristina; MORAIS, Carmen Sylvia Vidigal. **Preservação do patrimônio histórico institucional:** a importância dos acervos escolares no estudo da instituição. Disponível em: < [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/38MariaCristinaMenezes\\_CarmenMoraes.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/38MariaCristinaMenezes_CarmenMoraes.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2013

SOARES, norma, Patricya Lopes. **Escola normal em Teresina (1864 – 2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina: EDUPFI, 2004.

MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina Leite da; TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar . Disponível em: <[http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume\\_03/uploadAddress/horizontes-8%5B6257%5D.pdf](http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-8%5B6257%5D.pdf)>.



**A FUNÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA DOS PROCESSOS  
JUDICIAIS DO ARQUIVO DO TRT DA 16ª REGIÃO  
A PARTIR DA AVALIAÇÃO DOS AUTOS:  
o desafio de estabelecer critérios de  
eliminação e preservação**

*Maria Elisabete de Sousa Barbosa<sup>1</sup>  
Raimunda Nonata Araujo Teixeira<sup>2</sup>*

## **1 INTRODUÇÃO**

É imperiosa a necessidade de se organizar os arquivos. Documentos arquivados de forma correta e racional facilitam a recuperação das informações e a conseqüente tomada de decisões pelos gestores. Documentos reunidos nos arquivos são, pois, essenciais ao cotidiano da empresa/organização, até porque refletem as ações e experiências humanas e resultam em um potencial patrimônio para as empresas e/ou instituições, e conseqüentemente, para a história.

Os documentos de arquivo são criados em virtude de necessidades concretas e surgem como resultado de uma dada atividade quer seja administrativa, legal, contábil, jurídica ou quaisquer outras de igual relevância.

---

1 Bibliotecária do TRT da 16ª Região E-mail: elisabete@trt16.jus.br

2 Bibliotecária do TRT da 16ª Região. E-mail: nonata@trt16.jus.br

Com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão do arquivo como instituição de guarda de documentos foi substituída por aquela que o situa enquanto gestor de sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas. Ou seja, o eixo foi deslocado da questão da guarda para a do acesso.

Bem sabemos que sem tratamento adequado e sem controle no processo de produção documental, não é possível implementar com qualidade um Programa de Gestão de Documentos. Isso se justifica porque ao longo do tempo os arquivos públicos vêm agonizando enquanto que os profissionais que lidam com essa massa não sabem muito bem o que fazer com ela. É natural que tenham receio em promover uma eliminação sem critérios e embasamentos científicos.

Em função disso, Bellotto (2004, p. 114) adverte que,

Os arquivos públicos, seja o nacional, seja os estaduais ou os municipais, recolhem obrigatoriamente documentos inativos gerados ou recebidos pelos respectivos órgãos constituintes, no nível de ministérios, secretarias e autarquias, respectivamente do Poder Executivo federal, estadual ou municipal. Quando esses documentos chegam sem que tenham sido submetidos a qualquer critério de avaliação, muito menos a tabelas de temporalidade, e, em acordo com a entidade de origem, se vai proceder a uma certa triagem, é aí que o estudo dos valores dos documentos de terceira idade pode ajudar.

Os Tribunais Regionais do Trabalho no Brasil já possuem um Programa de Gestão de Documentos (PGD). A iniciativa do TST em publicar o Provimento nº 10/2002 foi muita acertada, posto que

determinou a uniformização dos procedimentos para a adoção do PGD em todo o Judiciário Trabalhista.

Podemos garantir que a dinâmica do ciclo vital dos documentos de arquivo do TRT do Maranhão está definida, o que garante a constituição do patrimônio arquivístico através da tomada de decisões acertadas.

Racionalizar custos, espaços, equipamentos dentre outros recursos é o que impulsiona os administradores a investir na organização dos arquivos.

Ocorre que devido à explosão da massa documental, viu-se a necessidade de garantir a eficácia administrativa. Desse modo, vislumbrou-se que grande parte dos problemas que decorrem do descaso no tratamento dos documentos poderiam ser sanados se se observasse o seu ciclo de vida. Daí, os arquivos correntes cujos documentos, a posteriori, poderão vir a ser classificados como de caráter permanente, devem receber tratamento eficiente, objetivando garantir uma otimização futura.

Assim, deve-se observar com cautela toda a transição dos documentos de arquivo que consiste na transferência do corrente para o intermediário e recolhimento deste último para o arquivo permanente.

O que não se pode deixar de vislumbrar é o caráter relevante da eliminação dos documentos. Essa medida só acentua o potencial do arquivo definitivo posto que é quando se atribui a ele valor de testemunho, qualidade administrativa e poder de reconstituição.

Em que pese a grande responsabilidade, complexidade e o caráter meticuloso dessa atividade, a avaliação documental deve ser um trabalho interdisciplinar, até porque identificar valores aos do-

cumentos e analisar seu ciclo de vida com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação não é tarefa fácil, e traduz a mais acertada possibilidade de racionalização e eficiência na organização e administração dos arquivos.

## **2 JUSTIÇA DO TRABALHO NO MARANHÃO: BREVE HISTÓRICO**

No Brasil a história da Justiça do Trabalho remonta o ano de 1941, mais precisamente em 1º de maio quando é instalada a partir da Constituição Brasileira outorgada em 1937. Passou a integrar o Poder Judiciário somente com a Constituição de 1946, após a queda da ditadura de Getúlio Vargas.

A Justiça do Trabalho no Maranhão nasceu com a Carta Federal de 1988, que no art. 112 previu a regionalização dos Tribunais, ou seja, a existência de pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado da República.

Criado através da Lei nº 7.671, de 21.09.88, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, inicialmente com jurisdição em todo o Estado do Maranhão e Piauí, foi instalado provisoriamente em 26.05.89, em duas salas cedidas pela Justiça Federal, tendo sido transferido posteriormente para o prédio que viria a ser a sede no bairro da Areinha.

Durante todos esse anos muitas mudanças de ordem político-econômicas ocorreram, e apesar das inúmeras conquistas no plano social, algumas transformações no contexto das relações individuais e coletivas de trabalho desencadearam conflitos e discrepâncias que, geraram praticamente o colapso da Justiça do Trabalho.

Fenômenos como o desemprego, originado pela globalização da economia, abertura de mercado, avanço científico-tecnológico, competitividade das empresas nacionais, demissão de servidores públicos nomeados sem concurso após a Constituição Federal de 1988, excessiva edição de Medidas Provisórias, enfim, tudo isso motivou a classe trabalhadora a recorrer a essa justiça especializada com o intuito de reivindicar seus direitos.

A instalação da Justiça do Trabalho foi providencial, pois, criada para dirimir os conflitos oriundos da relação de trabalho entre empregador e empregado, esse ramo especializado do Poder Judiciário se incumbem de realizar acordos e solucionar as lides trabalhistas.

Quando os magistrados proferem as sentenças já foram realizadas muitas tentativas de conciliar a lide entre agravante e agravado; os dados e provas recolhidos no decorrer do procedimento já avolumam os processos, que sem exagero, amontoam-se em salas empoeiradas e úmidas, com todos os elementos que caracterizam um ambiente insalubre. Sem tratamento adequado e sem controle no processo de produção documental, os Arquivos vêm agonizando enquanto os profissionais que lidam com essa massa não sabem muito bem o que fazer com ela. É natural que tenham receio em promover uma eliminação sem critérios e embasamentos científicos.

### **3 ARQUIVO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

O Arquivo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região localiza-se à Rua de Santaninha, 398, centro de São Luís. Está abrigado num prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, possui 1.699,95 m<sup>2</sup>, distribuído em três pavimentos.

É um setor vinculado à Seção de Biblioteca e Gestão Documental e foi criado através da Resolução Administrativa nº 071/2004.

Mantém sob sua guarda processos judiciais oriundos das 6 Varas de São Luís e processos de 2ª instância além de processos administrativos. Trata-se de um acervo rico e diversificado, de valor histórico, informativo e probatório - a maioria das ações judiciais são Reclamações Trabalhistas, Rito Sumaríssimo, Rito Ordinário e recursos como Ação Rescisória, Mandado de Segurança, Agravo Regimental, Agravo de Instrumento, Embargos, Dissídio Coletivo, Habeas Corpus, Medidas Cautelares, Correição Parcial, Pedidos de Providências dentre outros.

A maioria dos processos está acondicionada em caixas de polietileno ou amarrados em lotes, e as condições ambientais são adequadas. Estes já foram avaliados e são eliminados de acordo com a Lei nº 7687/87, guardados apenas uma amostragem para fins de preservação e consulta.

Reúne aproximadamente trezentos mil processos e documentos administrativos de ordem orçamentária, contábil, financeira, de pessoal, correspondências expedidas e recebidas.

A massa documental produzida pelo TRT, após cumprir seu prazo de vida nos arquivos setoriais das diversas unidades, é recolhida ao Arquivo Geral e passa a integrar o fundo TRT, constituindo-se num acervo de segunda e terceira idade. Trata-se de uma documentação que tem se acumulado ao longo do tempo, daí porque urge a adoção de uma política de tratamento adequada.

Desse modo, a administração do TRT da 16ª Região decidiu implantar uma política de recolhimento, guarda, preservação, avaliação, e recuperação de documentos, em conformidade com o que

preceitua a Lei nº. 8.159/91, e ainda, em obediência ao Provimento nº. 10/2002, do TST, que alude acerca da Gestão de Documentos no Judiciário Trabalhista.

#### **4 PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO TRT**

A fim de atender o que preconiza a referida lei, o TST, através da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, publicado no DJU de 12/04/2006, determinou em capítulo específico, a racionalização da grande massa documental do judiciário trabalhista. No nosso Regional, desde 2001, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, aprovada pela Portaria GP nº. 361/2001. Outras etapas se seguiram ao longo desse percurso com o fim de instituir o Programa de Gestão de Documentos deste Regional - Resolução Administrativa nº. 087/2003 - e a partir daí, todos os demais atos normativos concernentes ao programa foram sendo viabilizados.

As etapas que se seguirem ao Programa foram:

- a) Palestra de sensibilização com juízes e servidores no Auditório “Ary Rocha”;
- b) Criação do Programa de Gestão de Documentos, através da Resolução Administrativa nº 087/2003;
- c) Aplicação de questionário-diagnóstico para determinar a produção documental existente;
- d) Aprovação das Tabelas de Temporalidade de Documentos – Área Fim e Área Meio, Código de Classificação e Índice Remissivo, através da Resolução Administrativa nº 088/2003;

- e) Treinamento aos servidores de todas as unidades do TRT da área administrativa e judiciária para capacitá-los a utilizar e aplicarem as Tabelas de Temporalidade Documental área fim e meio e os demais instrumentos do Programa de Gestão de Documentos.
- f) Visitas Técnicas no TRT e Varas para dirimir as dúvidas decorrentes da utilização das referidas Tabelas;
- g) Publicação no Diário da Justiça do Estado o Ato Regulamentar nº 007/2004, regulamentando o Programa de Gestão de Documentos;
- h) A Resolução Administrativa nº 071/2004, publicada no Diário da Justiça do Estado de 23 de agosto de 2004, criou o Setor de Arquivo Geral, que englobará o Arquivo do TRT e das Varas do Trabalho da capital e interior;
- i) A fim de estabelecer procedimentos para utilização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade dos documentos judiciais e administrativos deste Tribunal, foi instituída em 01 de setembro de 2004 a Ordem de Serviço DG nº 001/2004;
- j) Formação da Comissão de Avaliação de Processos de 1ª instância com o fim de proceder a eliminação de autos findos;
- k) Foi sugerida a inclusão de nº de classificação no Sistema de Acompanhamento Processual – SAPT em todos os processos, guias e outras rotinas trabalhistas;
- l) Dando prosseguimento ao PGD, houve treinamento na cidade de Imperatriz a agentes multiplicadores das Varas de Balsas, Barra do Corda, Açailândia e São João dos Patos;
- m) Treinamento na Vara do Trabalho de Santa Inês, extensivo aos servidores das VT's de Chapadinha, Pinheiro e Bacabal.
- n) Treinamento na Vara do Trabalho de Caxias.

## 5 DESAFIOS DE ESTABELECEER CRITÉRIOS DE ELIMINAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE AUTOS

No esteio dessas atividades, foram aprovados os Atos Regulamentares n.ºs. 002/2005 e 003/2005, que dispõem respectivamente sobre “a necessidade de estabelecer procedimentos relativos à remessa, consulta, arquivamento e desarquivamento de processos judiciais, administrativos, bem como de todos os documentos administrativos” e sobre “a eliminação física de autos processuais judiciais administrativos e outros documentos, nos termos da Lei n.º 7.627/87”.

Acerca deste último, a Comissão de avaliação tinha que considerar os requisitos para a eliminação de processos judiciais em toda sua complexidade devido a natureza dos autos quais sejam:

- a) encontrarem-se findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo;
- b) não serem considerados de valor histórico, conforme disposto no art. 16, do Ato Regulamentar n.º 002/2005;
- c) não existir pendência relativa ao cumprimento de acordos, recolhimento previdenciário ou de custas não dispensadas, pagamento de honorários periciais, levantamento de valores depositados ou alvarás, levantamento de penhora, ou outra que possa causar prejuízo às partes ou ao erário público;
- d) tiver havido desentranhamento de documentos pessoais ou outros considerados relevantes, caso existentes, tais como: Carteiras de Trabalho e Previdência Social, Carnês de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias;
- e) não estarem os autos arquivados em decorrência da não localização do devedor ou da impossibilidade de indicação de bens sobre os quais possa recair a penhora, uma vez que

poderão ser desarquivados a qualquer tempo, desde que seja afastada pelo exequente a causa que prejudicou o curso da execução;

- f) não existir em tramitação Ação Rescisória da sentença que julgou o pedido presente nos autos.

Esse trabalho é tão importante que mediante despacho ou referência constante de outros autos processuais, os magistrados devem realçar o valor histórico desses processos e determinar à Secretaria a adoção de providências para identificá-los, e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, por intermédio de parecer, opinará, em processos findos de competência originária do Tribunal, pela guarda, no Setor de Arquivo Geral, dos autos em que estiverem presentes elementos históricos não realçados por determinação judicial, que poderá ainda selecionar, para fins de guarda permanente, os autos que, pela sua peculiaridade, devem ser preservados para composição da memória institucional.

Cumprе informar que essa avaliação culminou na produção de uma Listagem de Eliminação a qual será publicada no Diário Oficial e jornal local para divulgação, de acordo com o que preceitua a Resolução nº 07/97 do CONARQ, e ainda, conforme a Lei nº 7.627/87, que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho.

Resta claro que racionalizar a produção e o fluxo de documentos é premente no âmbito deste Regional, no entanto, outros aspectos como a garantia da eficiência administrativa, identificação de valores primários e secundários, liberação de espaço físico e a conseqüente redução da massa documental, assim como a guarda e conservação de documentos de caráter permanente são essenciais para o

pleno êxito do Programa deste Tribunal, cuja preocupação consiste em tratar os documentos desde sua criação até sua destinação final, sem descuidar do acesso e disseminação da informação e a facilitação da pesquisa.

Mormente a avaliação seja essencial a esse trabalho, depreende-se que,

A avaliação de documentos prescreve que o supérfluo seja eliminado dentro de determinados prazos e que se reduza a massa documental sem prejuízo da informação. Para tanto, é necessária a análise da produção documental, com vistas a identificar os documentos que espelhem a atuação, o comportamento, as realizações e conquistas das unidades governamentais e privadas e os respectivos controles das fontes de informações. (Moreira apud Bellotto, 2004, p. 115),

Para corroborar o acima aludido, e considerando que avaliar é estabelecer preceitos capazes de orientarem a ação dos responsáveis pela análise e seleção de documentos, com vistas à fixação de prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos, a função social de uma Comissão de Avaliação de Processos Judiciais é acompanhar os preceitos da Arquivologia posto que identifica o que é produzido para cumprir cada competência legal ou real da organização, quais sejam os prazos de guarda legais e fiscais pelos quais cada espécie documental deve ser armazenada, sem prejuízo da informação sobre o cumprimento e o desenvolvimento da atribuição que dá origem aos mesmos.

Como já dissemos, organizar os arquivos é tarefa imperiosa e necessária.

Documentos arquivados de forma correta e racional facilitam a recuperação das informações e a consequente tomada de decisões pelos gestores.

Documentos reunidos nos arquivos são, pois, essenciais ao cotidiano da organização, até porque refletem as ações e experiências humanas e resultam em um potencial patrimônio para as empresas e/ou instituições, e consequentemente, para a história.

Indubitavelmente, são os processos que impulsionam essa justiça laboral.

Sabe-se da vital necessidade da identificação de documentos para a pesquisa histórica e sua consequente preservação. Isto posto, o acervo documental deste Tribunal

[...] materializa substrato histórico fidedigno dos eventos judiciais que contém o retrato de situações ocorridas na sociedade [...] Assim, todos os acontecimentos alusivos à prestação dos serviços jurisdicionais guardam o testemunho das diversas etapas da história, o que denota o valor histórico inestimável do registro contido nesses documentos [...] (CIARLINI, 2013).

Os profissionais que costumam lidar com a matéria prima por excelência que é a informação, reconhecem o valor secundário dos documentos os quais registram a evolução histórica do Tribunal e sua relação com a sociedade: “tais documentos constituem importantes fontes de estudo acerca da função social do direito e as suas repercussões do trabalho judiciário na formação da memória da sociedade” (CIARLINI, 2013).

Um dos objetivos estratégicos constantes do Plano de Gestão deste Regional pretende “melhorar a infra-estrutura física do Tribunal e promover inovações tecnológicas” assim como “oferecer servi-

ços com qualidade e excelência no atendimento”. O Arquivo participa do Programa mais Justiça no eixo Gestão de documentos, cujas ações consistem em racionalizar a produção documental no TRT assim como conferir dinamismo das atividades fim e meio.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: FGV, 2004 318 p.

\_\_\_\_\_. As fronteiras da documentação. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) A sistematização de arquivos públicos. Campinas: UNICAMP, 1991. p. 25-35

BIAVASCHI, Magda Barros, LUBBE, Anita, MIRANDA, Maria Guilhermina. Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. 160 p.

BRASIL. Arquivo Nacional. Legislação. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 02 ago. 2013

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 ago. 2013.

CIARLINI, Álvaro Luis de Araujo. Desafios na gestão do acervo documental judicial: o estabelecimento de requisitos para a delimitação do valor secundário dos documentos. Disponível em <[http://www.aargs.com.br/cna/anais/alvaro\\_ciarlini.pdf](http://www.aargs.com.br/cna/anais/alvaro_ciarlini.pdf) Acesso em: 25 ago. 2013

CONSERVAÇÃO preventiva em bibliotecas e arquivos. Disponível em: <http://www.cpba.net//> Acesso em 2 ago. 2013.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROUSSEAU, Jean Ives; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. Cap. 1, p. 29-60.

MARANHÃO. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Legislação. Disponível em:<http://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/publicacoes/expedienteTribunal.php&ano=2013&tipo=A>. Acesso em 2 ago. 2013

MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002. 166 p.

ROUSSEAU, Jean Ives; COUTURE, Carol. O ciclo de vida dos documentos de arquivo. In: \_\_\_\_\_. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. Cap 4. p. 111-128

SCHELLEMBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

TEIXEIRA, Raimunda Nonata Araujo. Gestão de documentos no Arquivo permanente do TRT da 16ª Região. In: Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, 2, 2007, Campinas. Anais... São Paulo: LTr, 2008. p. 106-115.



## **DAS NECESSIDADES ÀS COMPETÊNCIAS:** demandas do mercado de trabalho no contexto do “saber fazer” arquivístico

*João Paulo do Nascimento Soares<sup>1</sup>*  
*Esmeralda Porfírio de Sales<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

Diante de um contexto de globalização nos ambientes corporativos e institucionais, surge o profissional empreendedor gestor da informação arquivística para melhorar e aperfeiçoar a gestão documental e dá prosseguimento às essas mudanças de paradigmas no contexto do “saber fazer” arquivístico nos ambientes profissionais. Dessa forma, analisamos as competências e habilidades dos Arquivistas de duas Concessionárias de motos da cidade de João Pessoa frente às novas demandas do mercado de trabalho concernente aos processos informacionais. O conceito de competência foi por vezes influenciado pela sua utilização no campo da gestão organizacional, gerando variadas conotações que podem ser reunidas em duas grandes correntes: a da literatura americana e a da literatura francesa. Na atual sociedade são competências fundamentais a busca da informação, envolvendo estratégias, definição de fontes de informação potenciais, uso de TI e capacidade de avaliação desse processo, além do uso ético da informação. O arquivista deve dominar as seguintes competências: Competências arquivísticas, competências em documentos de arquivo eletrônico, competências técnica e competência comportamental. As três primeiras são para garantir a credibilidade ao programa e a última é muito importante para influenciar as administrações e os clientes e para promover a imagem do arquivo. O Gestor da Informação Arquivística que desenvolvem habilidades em competência informacional multiplica suas oportunidades

---

1 Graduando em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – E-mail: paulinhopb\_23@hotmail.com

2 Professora Mestra do Curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: esmellsales@gmail.com

para a aprendizagem autodirecionada, como também coordena com o fito de usar as múltiplas fontes de informação expandindo, assim, seus conhecimentos. Adquire também condições de formular questões e desenvolver pensamento crítico para busca de aprendizagem pelo resto da vida. Entre as habilidades técnicas específicas destacamos o domínio do planejamento de atividades arquivísticas, o conhecimento técnico referente à organização dos documentos, a classificação, o controle do trâmite documental e o atendimento de pesquisas. Utilizou-se uma Metodologia de Pesquisa bibliográfica e qualitativa de natureza aplicada, que de acordo com seus objetivos situa-se como estudo de caso, empregou como instrumento de coleta de dados o questionário estruturado dividido em três seções. Conclui-se, portanto, que o profissional Arquivista tem desempenhado suas atividades cada vez mais nas instituições privadas, quebrando esse paradigma referente aos espaços riquíssimos preenchidos pelos gestores empreendedores da informação arquivística, para com isso, permitir tomada de decisões pertinentes aos ambientes laborais.

**Palavras-chave:** Competências. Habilidades. Ambientes Laborais.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, as instituições públicas e privadas têm se preocupado em mapear as competências dos profissionais fundamentais ao desenvolvimento dos negócios. Além disso, cada organização tem necessidades diferentes quanto à formação e características comportamentais desses profissionais.

Nesse aspecto, percebe-se que o profissional da informação representa uma multiplicidade de competências e habilidades. Nesse sentido, para termos respeito, reconhecimento e valorização profissional na carreira que escolhemos, se faz necessário ter que comprovar de maneira prática nossas respectivas competências, habilidades e atitudes em nossos ambientes laborais para, objetivarmos, galgarmos melhores espaços nas instituições públicas e privadas. Nessa perspectiva, torna-se essencial trabalharmos de maneira harmônica,

proativa, em equipe compartilhando diversos saberes concernentes à interdisciplinaridade do conhecimento na prática do ambiente arquivístico.

Nesse contexto, Bellotto (2004, p. 301) acredita que o arquivista deve ter qualificações de cunho pessoal e profissional de forma a propiciar uma atuação com qualidade em qualquer fase do ciclo documental.

Quanto ao mercado de trabalho, Almeida Junior (2002, p. 135) no faz um ressalva “a alteração do perfil profissional não pode estar atrelada exclusivamente à tentativa de satisfazer uma exigência de mercado”.

Dessa forma, esta pesquisa é relevante para o autor no sentido de poder contribuir da melhor forma possível, para que a Arquivologia seja consolidada, conhecida/reconhecida, valorizada e respeitada.

Assim, analisaram-se as habilidades desses profissionais, percebendo se os mesmo estão de fato pondo em prática o que aprendeu na academia, no que – concerne a ser um profissional proativo, hábil, dedicado, ético, corajoso, que saiba trabalhar em equipe e que tenha atitude.

A escolha da temática diz respeito às contribuições que a referida pesquisa traz para a Arquivologia, haja vista se tratar de uma temática inovadora que irá engrandecer e enriquecer a Ciência Arquivística no tocante ao “saber fazer” e suas áreas correlatas, diminuindo assim, as carências de obras concernentes às competências e habilidades dos Arquivistas em seus ambientes laborais, pois, o Arquivista estará cada vez mais ético, hábil, com atitude e competente em suas atividades profissionais/laborais frente às demandas do mercado de trabalho.

## 2 COMPETÊNCIA

Competência em administração é a integração e a coordenação de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (**C.H.A.**) que na sua manifestação produzem uma atuação diferenciada.

O termo “competência” não é novo, se origina do latim *competentia*, derivado de com-peto, sendo peto ganhar, alcançar, reclamar em juízo. Podemos observar aí uma origem jurídica do conceito. De fato, Isambert-Jamati (2001) constata que, no fim da Idade Média, a palavra era concernente à linguagem jurídica, relativa à atribuição de competência a um tribunal para realizar determinados tipos de julgamento.

Da capacidade legal de um tribunal julgar alguma questão, passou a ser entendida como capacidade de realizar determinada tarefa. No uso não erudito, a noção de competência supõe que, havendo uma dada tarefa a ser realizada, tarefa essa que exija uma atividade intelectual e uma habilidade particular adquirida, existirão especialistas “que têm a possibilidade de cumpri-las adequadamente e aqueles que não a têm, a diferença é claramente identificável”. Assim, um indivíduo é competente ao ter sua capacidade em dado assunto reconhecida; trata-se, portanto, de uma diferenciação entre pessoas (ISAMBERT-JAMATI, 2001).

Conforme Ropé & Tanguy (2001), o conceito foi primeiramente associado à noção da educação, no campo da administração estratégica esse conceito foi revitalizado, invocando o conceito de competências organizacionais.

No ambiente de maior competitividade e globalização a partir dos anos 80, as empresas estão em busca da obtenção de vantagens competitivas. Conforme abordado por Porter (1986):

Uma vez que forças externas em geral afetam todas as empresas da indústria, o ponto (PORTER, 1986, p. 22).

Na atual fase da sociedade habilidades de busca de informação, envolvendo o uso de tecnologias da informação e uso ético da informação, compõem um conjunto de competências essenciais a todo indivíduo. O termo competência podendo ser entendido como um saber agir (*savoirfaire*) responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades visando agregar valores à organização (econômico) e ao indivíduo (social) (FLEURY; FLEURY, 2001 apud MITCHELL, 2009).

A competência informacional surge como um estado de autonomia adquirida pelo indivíduo para se mover no ambiente informacional. Entendemos que esse estado se desenvolve de forma diferenciada entre as pessoas e está relacionada com contextos culturais, profissionais e condições sociais de cada um. (SANTOS, 2010, p. 18).

O termo competência, apesar de já bastante difundido na educação e no trabalho, não é exatamente novo, Ropé e Tanguy (1997) nos dão conta que o seu uso nos discursos sociais e científicos é relativamente recente e, portanto, nos leva a questioná-lo.

O conceito de competência foi por vezes influenciado pela sua utilização no campo da gestão organizacional, gerando variadas conotações que podem ser reunidas em duas grandes correntes: a da literatura americana e a da literatura francesa. Os autores norte-a-

americanos tratam a competência como um estoque de qualificações que credencia o exercício de determinado trabalho (normalmente associadas a demandas de determinados cargos); e os autores franceses associam a competência às realizações da pessoa em determinado contexto (agregação de valor – produção no trabalho independente do cargo) (CARBONE 2005; DUTRA, 2004).

Trazemos mais uma vez Ropé e Tanguy (1997, p.16), apoiados numa definição do dicionário *Larousse Commercial* de 1930, para esclarecer a noção de competência: uma das características essenciais da noção de competência é ser inseparável da ação; a competência é o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne o trabalho, a qual supõe conhecimentos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões. Essa definição, para os autores, “[...] reforça a ideia de que a competência é um atributo que só pode ser apreciado e avaliado em uma situação dada”. (ROPÉ; TANGUY, 1997, p. 16).

Na atual sociedade são competências cruciais a **busca da informação**, envolvendo estratégias, definição de fontes de informação potenciais, uso de TI e capacidade de avaliação desse processo, além do **uso ético da informação** (GASQUE, 2008).

De acordo com Castro (2007, p. 27) os arquivistas devem dominar as seguintes competências:

Competências arquivísticas, competências em documentos de arquivo eletrônico, competências técnica e competência comportamental. As três primeiras são para garantir a credibilidade ao programa e a última é muito importante para

influenciar as administrações e os clientes e para promover a imagem do arquivo.

Segundo Zarifian (1999), a competência é a inteligência prática para situações que se apoiam sobre os conhecimentos adquiridos e os transformam com tanto mais força, quanto mais aumenta a complexidade das situações. Ainda nessa linha, Le Boterf (1995) diz que: competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado.

### 3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Uma das primeiras e mais disseminadas definições de competência informacional é aquela elaborada pela ALA – **American Library Association**, em 1989, segundo a qual “para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Pessoas competentes informacionais são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem bem como usar informação, de tal forma que outros possam aprender elas.

A partir da constatação da fragilidade de adotar noções e dos seus usos nos discursos sociais, procura-se aqui construir significados para a competência num viés bastante oportuno para a ciência da informação: a competência informacional. (ROPÉ; TANGUY, 1997; DOLZ; OLLAGNIER, 2004; RIOS, 2006).

O Arquivista que tem o domínio da competência informacional tem capacidade de buscar, avaliar e usar as informações, de modo, que seu aprendizado se amplia em relação a um determinado assunto. Cruz (2007, p.50-51) ressalta que:

O Arquivista que desenvolve habilidades em competência informacional multiplica suas oportunidades para a aprendizagem autodirecionada como também coordena com o fito de usar as múltiplas fontes de informação ampliando, assim, seus conhecimentos. Adquire também condições de formular questões e desenvolver pensamento crítico para busca de aprendizagem pelo resto da vida.

Le Coadic (1997, p. 112-113), tratando das atividades dos profissionais da informação, enfatizou como qualificações a serem desenvolvidas por esses profissionais, os seguintes itens:

Avaliar, planejar, vender e fazer funcionar redes locais de comunicação de informação em instituições; administrar unidades de informação e implantar programas de gerenciamento de informação para informatizá-las; procurar, preparar, resumir e editar informações de natureza científica e técnica; dirigir a redação de revistas científicas em empresas de editoração; organizar (adquirir, registrar, recuperar) e distribuir informação em sua forma original ou como produtos elaborados a partir dela. (Le Coadic, 1997, p. 112-113).

Na identificação das competências informacionais, poder-se-ia tomar como base as diversas tipologias abordadas anteriormente e, a partir delas, selecionar as especificidades.

Considerando-se a tipologia de Nordhaug (1998), as competências informacionais técnicas poderiam estar relacionadas, por exemplo, aos métodos e técnicas utilizados para lidar

com as diversas fases do ciclo informacional e às habilidades de lidar com as tecnologias da informação e suas ferramentas específicas. As competências informacionais interpessoais e as competências informacionais conceituais poderiam estar ligadas à habilidade de mediação que o profissional que trabalha com a informação deve ter para realizar o encontro entre a informação e seu usuário.

Embora no Brasil as reflexões acerca da competência informacional tenham apenas recentemente encontrado espaço entre os grupos de pesquisas – no início da década de 2000 –, a ideia de *Information literacy* surgiu ainda na década de 1970, nos Estados Unidos, ligada à concepção de sociedade da informação (JOHNSTON e WEBBER, 2000; BAWDEN, 2001; DUDZIAK, 2003; COR-RALL, 2008) e, diante da crescente necessidade e da importância da informação evidenciada pelos diversos segmentos da sociedade nos dias atuais.

Assim, as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura do Brasil mencionam cinco competências para o ensino, em qualquer área do conhecimento, a saber: domínio de linguagens; compreensão dos fenômenos; construções dos argumentos; solução de problemas e elaboração de propostas. Cabendo ainda ao professor observar que as competências não eliminam os conteúdos, mas servem para nortear a seleção desses conteúdos que não param na quantidade de informações, mas na capacidade de lidar com elas. (BRASIL, 1998).

Sobretudo, de acordo com a tipologia de Zarifian (2001):

Os saberes gerais e profissionais (referências de um dado universo profissional) estariam ligados à formação característica de um profissional de informação; e as competências informacionais de fundo (adquiridas em situação educativa e formalizadas em conquistas cognitivas e comportamentais

necessárias para enfrentar as categorias de situações-problema) estariam ligadas ao que se desenvolveria ou se mobilizaria em organizações ou atividades específicas, para resolver os problemas informacionais específicos enfrentados em cada caso. (ZARIFIAN, 2001).

Seguindo esse mesmo pensamento sobre a atual conjuntura referente ao universo do profissional frente as suas formações no que diz respeito as suas competências informacionais é que Carvalho (2002) reitera.

A situação do mundo do trabalho exige ajustes para moldar um profissional que apreenda o sistema de informação de forma estratégica, com um olhar plural, multifacetado para enfrentar um novo modelo de empregabilidade cujas tendências influenciam as relações, tais como possibilidade do trabalho temporário com flexibilidade para os empregados e; terceirização de funcionários e também de serviços. (CARVALHO, 2002).

A partir de seus estudos, Dudziak (2003) considera que a *Information Literacy* tem como objetivo formar indivíduos que saibam: determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação; identificar e manusear fontes potenciais de informação de maneira eficaz; saibam avaliar criticamente a informação, observando critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética; saibam usar e comunicar a informação, com um fim específico, seja individual ou em grupo, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais; gerar conhecimentos, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos; ser aprendizes independentes, aprender ao longo da vida (DUDZIAK, 2003).

Na concepção de Belluzzo (2005) sobre competência informacional, a ênfase é no contexto educacional, enfocando o indivíduo e a aprendizagem contínua na direção do desenvolvimento de competências para o domínio do universo informacional e conseqüente sucesso na sociedade da informação.

Procedimento contínuo de interação e internalização à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias para a geração de conhecimentos novos e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida. (BELLUZZO, 2005, p.22).

Para Miranda (2006, p. 109), a competência informacional “pode ser desenvolvida para possibilitar que um usuário de informação atenda a suas próprias necessidades de informação”, podendo ser um dos requisitos para o perfil de um profissional que trabalha com a informação, bem como, para que um usuário de informação atenda suas necessidades, não importando o tipo de profissional ou de atividade.

No atual ambiente informacional, é de grande importância a capacidade de adquirir, tratar e interpretar a informação que se encontra disponível em diferentes meios para transformá-la em conhecimento. Nesse sentido, novas competências são exigidas, destacando-se a competência informacional – área do estudo que, em linhas gerais, trata das habilidades em torno da localização, avaliação e uso da informação, aliada às novas tecnologias e à resolução de problemas de informação (HATSCHBACH, 2006).

A competência informacional se relaciona com os processos de busca e uso da informação para a construção do conhecimento e

para Takahashi (2000, p.7) “na nova economia [...] é preciso competência para transformar informação em conhecimento”.

Segundo (Bardoni, 2008), o termo competência tem recebido vários significados ao longo do tempo. Percebo que em certos momentos algumas palavras assumem o significado de paradigma, e isto tem ocorrido com as palavras: competências e habilidades, apesar de que atualmente parece haver uma ideia comum de competência.

#### **4 COMPETÊNCIAS DOS ARQUIVISTAS: que profissional os cursos desejam formar**

A atuação do arquivista nos espaços de trabalho definidos pelas instituições formadoras compreende as instituições públicas e privadas, além dos arquivos pessoais. O arquivista se apresenta como responsável pelo planejamento, organização e direção dos arquivos, segundo o que estabelecido pela Lei n 6.546, de 1978. (SOUZA, 2011, p. 112).

[...] Os espaços de trabalho dos profissionais arquivistas são as empresas públicas e privadas, as instituições arquivísticas públicas e/ou privadas, os centros de documentação e informação, as universidades e os centros de pesquisa, as filmotecas, e os museus, junto com os bancos de dados e serviços de consultoria arquivística. Além disso, também se inserem as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além dos órgãos dos poderes legislativos, executivo e judiciário entre outros. De fato, qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas. (SOUZA, 2011, p. 112).

**Tabela 1 – Competências dos arquivistas segundo os seus respectivos cursos**

Curso	Competência
Uni-Rio	<p>“O arquivista deverá ser capaz de gerenciar a informação produzida em função das atividades de organizações públicas e privadas de pessoas físicas, registradas em qualquer suporte ou formato. Deverá, ainda, ser capaz de planejar, organizar e coordenar projetos, serviços e instituições arquivísticas. Para atender a demanda cada vez maior de uma sociedade onde as estruturas de comunicação e informação são referências centrais, o arquivista deve buscar apoiar nas tecnologias de informação e no conhecimento de outros idiomas. Sua atuação requer solidez no conhecimento técnico-científico, pautada por um forte componente político e por princípios éticos.”</p>
UFMS	<p>“Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo do conhecimento; gerenciar produtos que contemplem as funções: produção, aquisição, classificação, avaliação, preservação, descrição e difusão; implementar e aplicar políticas de tecnologia de informação; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; contestar as demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo; auditar ou promover iniciativas em gestão eletrônica de documentos, estabelecer relações Interdisciplinares com ciências afins; planejar, desenvolver coordenar e avaliar programas de gestão eletrônica de informações arquivísticas, numa abordagem sistêmica; planejar, organizar e dirigir serviços de arquivos, centro de documentação e informação, centros culturais, serviços ou redes de informação e órgãos de gestão do patrimônio cultural; identificar, avaliar e intervir na produção e no fluxo da informação arquivística no âmbito das instituições públicas e privadas; planejar e implementar políticas e instrumentos de gestão da informação arquivística que permita sua organização, avaliação e utilização; planejar e implementar políticas e instrumentos de descrição da informação arquivística; planejar e implementar políticas de referência e difusão em arquivos; planejar e desenvolver programas e ações de preservação da informação arquivística; compreender o estatuto dos documentos de arquivo; realizar diagnóstico, elaborar, implementar e acompanhar projetos de pesquisa na área arquivística e área afins.”</p>
UFF	<p>“Atua na produção, classificação, tramitação, uso e arquivo de documentos correntes e intermediários durante o processo decisório na organização; organiza, descreve e gerencia o acesso a documentos permanentes com vistas à sua preservação e uso científico e cultural; planeja e coordena sistema e redes de informação arquivística; ensina Arquivologia.”</p>

UnB	“O arquivista é o responsável pela gestão da informação, gestão documental, conservação, preservação e disseminação da informação contida nos documentos. Também tem por função a preservação do patrimônio documental de uma pessoa, uma instituição e, em última instância, da sociedade como um todo. Se ocupa também da recuperação da informação e da elaboração de instrumentos de descrição, observando as três idades dos arquivos: documento corrente, intermediário e permanente. O arquivista opera na elaboração de projetos, planejamento e implantação de instituições e sistemas arquivísticos; gestão da informação; programação e organização de atividades culturais que impliquem informação documental produzida pelos arquivos públicos e privados. O profissional desta área desenvolve estudo e técnica de organização e conservação de arquivos de forma sistemática.”
UEL	“O profissional deve ter não somente a competência técnica-científica que requer o mundo do trabalho, senão também a capacitação para o exercício da cidadania; buscar de forma contínua informação e conhecimento, pois são tais fatores os mais valiosos recursos estratégicos; manter uma postura investigadora e crítica, de modo que este possa assumir as mudanças sociais de forma natural.”
UFBA	“Como profissional, deve possuir conhecimento sólidos e atualizados que o permita abordar e tratar problemas novos e tradicionais do fazer arquivístico. Deve, portanto, estar preparado para enfrentar-se com competência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzindo e difundindo conhecimentos.”
UFRGS	“Formar um profissional capaz de fazer disponíveis informações arquivística em organizações públicas e privadas, de modo que contribua ao desenvolvimento de uma sociedade de melhor qualidade.”
UFES	“O profissional arquivista atua em empresas públicas e privadas, sendo capaz de interpretar e interatuar com as diversas realidades organizacionais, no sentido de tratar dar acesso às informações. Em arquivos públicos atua dando suporte à pesquisa histórica para a reconstituição da memória social.”
Unesp	“Profissional que tem como objetivo o conhecimento da natureza dos arquivos, de teorias, métodos e técnicas que se devem observar em sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização. Identifica, avalia para descarte, organiza, preserva e põe à disposição os documentos produzidos em qualquer suporte (papel, foto, película, microfilme, disquete, CD-ROM e bancos de dados online) e de qualquer idade, administrativos ou históricos.”
UEPB	-----

UFAM	“Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento, gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, tais como assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres.”
UFMG	“Formular e executar políticas institucionais, elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação. Pode ainda atuar como autônomo, com objetivo de orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir informes técnicos e pareceres. O profissional também está apto a identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas; planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, além de compreender o arquivo como um sistema/rede de informação.”
FURG	“Formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.”
UFPB	-----
UFSC	“[Os arquivistas] estarão preparados para enfrentar-se com competência e criatividade aos problemas de sua prática profissional, em particular aqueles que exigem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão de patrimônio cultural.”
UFPA	“Lidar de forma crítica, técnica e inovadora com as questões relacionadas ao trabalho arquivístico.”

Fonte: ISABELLI, Katia Melo de Souza: Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho (2011).

Desta maneira, os profissionais arquivistas terão um leque de área para poder atuar de forma a se tornar um gestor-empresende-

dor da informação no âmbito de diversos espaços corporativos e institucionais.

#### **4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS ARQUIVISTAS**

O perfil desse profissional frente às demandas do mercado de trabalho necessita ser estudado de maneira mais aprofundada, com a finalidade de conhecer o perfil profissional exigido, obtendo-se, assim, maior equilíbrio entre a formação e a atuação do profissional arquivista. Para se conseguir esse equilíbrio Ferreira (2003) recomenda um constante diálogo entre o mercado, às entidades de classe e as instituições formadoras, talvez assim, poderão atuar de forma mais integrada na formação do profissional esperado/desejado.

Valentim (2002, p. 118) ainda nos lembra de que “falar sobre competências e habilidades necessárias ao profissional da informação exige uma reflexão com as demandas sociais existentes...”. Ter essa preocupação fará com que a formação do profissional seja mais completa e permitirá que ele consiga desempenhar um papel participativo na sociedade a qual está inserido.

A divulgação do profissional da informação é de extraordinária estima, já que para auxiliar determinada comunidade será preciso haver um diálogo (interação) entre o profissional e seu público. Notamos que o profissional da informação arquivística deverá ser um mediador frente à informação e seu usuário, devendo ser um profissional dotado de habilidades que apontem sempre melhorar o fluxo informacional no ambiente em que atua de acordo com os conhecimentos adquiridos na academia.

O profissional da informação precisa antes de tudo, perceber qual realidade está vivenciando, primeiramente em entender o ambiente em que atua em um segundo momento criar mecanismos eficientes de atuação na sociedade e, finalizando, enfrentar as mudanças cada vez maiores, antecipando-se às necessidades da sociedade (VALENTIM, 2000, p. 136).

O arquivista deve acompanhar as transformações, estando sempre muito atento e usando de suas **habilidades** para ocupar uma posição de proatividade na sociedade da informação e determinando a quem vem, assumindo suas competências perante a si e à sociedade como um todo.

É preciso que o administrador e o burocrata compreendam que o arquivista não é um simples trabalhador administrativo, dentro de um órgão público ou uma organização privada [...] Ele é um provedor de informação administrativa e jurídica. (BELLOTTO, 2006, p. 306).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Thomassem (1999) diz que “o novo paradigma da ciência Arquivística não é o velho paradigma com uma leitora óptica presa a ele”, significa que não podemos tratar a Arquivística atual como se fosse a Arquivística clássica com as novidades tecnológicas, e outras necessidades advindas do crescimento delas, pendurada nas costas. O século XXI clama pelo nascimento de uma nova Arquivística. E a Arquivística do século XXI não poderá ser somente multidisciplinar, ela terá que ir além. A Arquivística terá que se remodelar e, talvez, até mesmo, que se reinventar para corresponder as expectativas da sociedade. Esse reinventar não significa romper com

as bases sólidas do conhecimento arquivístico, mas reafirmar esses conhecimentos permitindo que eles sejam permeados pela realidade contemporânea.

De acordo com a pesquisa realizada, constatamos que as Instituições Privadas estão em crescimento, haja vista que tem se preocupado em absorver com maior frequência esses Arquivistas detentores de competências, habilidades e atitudes concernentes aos conhecimentos adquiridos ao longo da vida acadêmica. Os Arquivistas têm preenchido essas vagas com muita maestria frente às demandas do mercado de trabalho que se torna cada vez competitivo, motivo pelo o qual, tem se especializado dia a dia para ocupar tais postos como um gestor da informação arquivística.

Nesse contexto, o profissional da informação, segundo Teixeira Filho (1998, p.1) é o protótipo hoje do trabalhador do conhecimento de amanhã. Algumas pessoas têm dificuldade de entender essa mudança, entre outras coisas, porque não há muita analogia com o processo industrial tradicional. Em uma empresa de serviços cujo principal ativo seja o conhecimento coletivo sobre os clientes, os processos de negócio e a concorrência, as informações são a matéria-prima do trabalho de cada indivíduo na organização.

O conhecimento, a habilidade para aprender coletivamente, as informações empregadas no processo de tomada de decisão, o talento dos colaboradores, a rede de contatos, enfim, toda uma nova categoria de ativos passa a ser mais importante na avaliação de uma empresa.

Entre as habilidades técnicas específicas destacaram-se o domínio do planejamento de atividades arquivísticas, o conhecimento técnico referente à organização dos documentos, a classificação, o controle do trâmite documental e o atendimento de pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR, Oswaldo Francisco de. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2004. 152 p.

**AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA)**. American Library Association Presidential Committee of Information Literacy Reports, 2000. Disponível em <http://www.ala.org/acrl/> Acesso em: 28 de Abril de 2013.

BORDONI, Thereza: **Saber e fazer Competências e habilidades**. <http://www.pedagobrasil.com.br/pedagogia/saberefazer.htm> Acesso em: 28 de Março de 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli – Arquivos permanentes: tratamento documental / Heloísa Liberalli Bellotto. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **As Novas Diretrizes Curriculares que Mudam o Ensino Médio Brasileiro**. Brasília: MEC, 1998.

CARVALHO, Gilda. Proposta de reforma curricular. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, 13. *Trabalho apresentado...* Salvador: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2000.

CASTRO, Astréa de Moraes e. Arquivos: físicos e digitais/ Astréa de Moraes e Castro; Andresa de Moraes e Castro e Danuza de Moraes e Castro Gasparian. – Brasília: Thesaurus, 2007.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Competência informacionais dos alunos dos cursos a distância da /unopar no uso da biblioteca digital**. 2007. p. 98. Dissertação (Mestrado em tecnologia de informação e comunicação na formação EaD Sistema de ensino presencial conectado da UNOPAR/ Universidade Federal do Paraná de Ceará. Londrina, 2007. Disponível: <[http://www2.unopar.br/mestrado/teses\\_ead/vilma\\_aparecida\\_gimenez\\_cruz.pdf](http://www2.unopar.br/mestrado/teses_ead/vilma_aparecida_gimenez_cruz.pdf)>. Acesso em: 21 Jul. 2013.

DUDZIAK, E. A. **Information literacy**: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/25/showToc>. Acesso em: 08 de Maio 2013.

DUTRA, Joel de Souza. (Org.). **Gestão por competências**. São Paulo: Gente, 2001.

FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da Informação: perfil e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.42-49, jan./abr.2003. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformação>. Acesso em 23 maio.2013

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **O papel da experiência na aprendizagem: perspectivas na busca e no uso da informação**. Transformação, Campinas, v. 20, n.2, p. 149-158, maio/ago. 2008.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: caminhos percorridos e novas trilhas**. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008.

ISAMBERT-JAMATI, Viviane. O apelo à noção de competência na revista L'orientation scolaire et professionnelle – da sua criação aos dias de hoje. p. 103.

MIRANDA, Silvânia Vieira de: Identificando competências informacionais. **Ci. Inf., Brasília**, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/agosto. 2006.

LE COADIC, Yvez-François. *La science de l'information*. 2 ed. atual. Paris: Universitaires de France, 1997.

NORDHAUG, Odd. **Competence specificities in organizations**. *International Studies of Management & Organization White Plains*, v. 28, n. 1, p. 8-29, Spring 1998.

PORTER, Michael. *Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da Concorrência*, p. 22.

ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie (Orgs.). Saberes e Competências: O uso de tais noções na escola e na empresa. 2001, p. 17.

SANTOS, Mônica Paiva. **COMPETÊNCIA INFORMACIONAL - Um Estudo com os Professores Associados I do Centro de Tecnologia da UFPB. Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho – Brasília: Starprint, 2011.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2000.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. Profissionais da informação. *Insight Informal*, n. 12, ago 1998. Disponível em: <<http://www.insightinformal.com.br>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

THOMASSEM, Theo. **The development of archival science and its Europeandimension**. In: Seminar for Anna Christina Ulfsparré. Stockholm, Swedish National Archives, Feb.1999.

VALENTIM, M. C. D. S. (Org) **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. 191p. (Coleção Palavra-Chave, 14).

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. Trad Eric R. R. Heneault. São Paulo: SENAC, 2003. 192 p.





## **A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA OS DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA – UEPB**

*Esmeralda Porfírio de Sales<sup>1</sup>*

*Paulo do Nascimento Soares<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O estágio curricular supervisionado configura-se como sendo parte integrante do trabalho pedagógico, com abertura de aprendizagem e situação pontual de treinamento profissional. O estágio é o lugar onde a identidade profissional do aluno é gerada e construída. É o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica estágio supervisionado. Na visão de alguns autores em arquivística, o estágio em ambiente de trabalho deve ser um componente essencial de qualquer programa de formação. É consensual para a maioria dos autores que trabalham com programas de formação de arquivistas, a importância da realização de estágios, Heloísa Bellotto afirma que, se grande parte das profissões a teoria não pode prescindir a prática, na Arquivologia tornar-se imprescindível a presença do seu exercício efetivo. Esta pesquisa discorre a respeito da importância do estágio supervisionado para a formação do discente de Arquivologia em sua construção pessoal e, também, como preenchimento das lacunas que há entre a formação acadêmica e o exercício profissional do arquivista. Nessa perspectiva o objetivo do estágio Supervisionado é propiciar experiência prática ao profissional em formação, dando a ele oportunidade de desenvolver as metodologias técnicas/científicas, assimiladas na academia, e complementando assim o processo ensino-aprendizagem, incentivando também a busca por aprimoramento, e ampliando as habilidades do alunado. É, pois, imperioso que haja meios que permitam a organização, para os estudantes, de estadas

---

1 Professora Mestra do Curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: esmelsalles@gmail.com

2 Graduando em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB– E-mail: paulinhopb\_23@hotmail.com

prolongadas em um ambiente de trabalho. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo geral descrever a importância do estágio supervisionado para os discentes do curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba. Para atingir este objetivo, foram selecionados 12 relatórios de estágios realizados e apresentados através do componente curricular Estágio Supervisionado Curricular, com carga horária de 160, ofertado no sexto e sétimo período, compreendido no período de 2011.1, 2011.2, 2012.1 e 2012.2. Para tanto, descrevemos os relatos de experiências vivenciadas pelos discentes no campo de estágio nas respectivas instituições arquivísticas: Conselho Regional de Enfermagem/PB, Rava Embalagens, Instituto Cândida Vargas, Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba, Ouvidoria da Polícia Militar/PB, Conselho Regional de Administração/PB, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Vaz de Camões, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Tribunal de Justiça da Paraíba, Escola Estadual de Ensino Médio Escritor José Lins do Rêgo e Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega. Diante do exposto, conclui-se que o estágio é o processo pedagógico que proporciona ao estudante, aliar teoria a prática.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Estágio Supervisionado. Formação Profissional.

## 1 INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado configura-se como sendo parte integrante do trabalho pedagógico, com abertura de aprendizagem e situação pontual de treinamento profissional. O estágio é o lugar onde a identidade profissional do aluno é gerada e construída. É o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica.

É consensual para a maioria dos autores que trabalham com programas de formação de arquivistas, a importância da realização de estágios, Heloísa Bellotto afirma que, se grande parte das profissões a teoria não pode prescindir a prática, na Arquivologia tornar-se imprescindível a presença do seu exercício efetivo.

De acordo com Rousseau e Couture (1997, p. 266) em arquivística o estágio em ambiente de trabalho deve ser um componente essencial de qualquer programa de formação. É, pois, imperioso que haja meios que permitam a organização, para cada um dos estudantes, de estadas mais ou menos prolongadas num ou mais ambientes de trabalho.

Para Francisco e Pereira (2004), o estágio surge como processo fundamental na formação do aluno estagiário, pois é a forma de fazer a transição de aluno para profissional “aluno de tantos anos descobre-se no lugar de professor”. Além disso, o Estágio de Bacharelado é uma exigência da Lei de Diretrizes de Educação Nacional (nº 9394/96). O estágio é necessário à formação profissional a fim de adequar essa formação às experiências do mercado de trabalho onde o bacharel irá atuar. Assim, o estágio dá oportunidade de aliar teoria à prática.

Na visão de Sousa (1999, 172) o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele permite ao aluno refletir sobre o agir profissional e ter uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho.

Este é um momento da formação em que o graduado pode vivenciar experiências, conhecendo melhor sua área de atuação. “O Estágio Supervisionado consiste em teoria e prática tendo em vista uma busca constante da realidade para uma elaboração conjunta do programa de trabalho na formação do educador (GUERRA, 1995).

Na concepção de Buriolla (2001, p. 17) “[...] um estágio que permita ao aluno o preparo efetivo para o agir profissional: a possibilidade de um campo de experiência, a vivência de uma situação social concreta [...] que lhe permitirá uma revisão constante desta

vivência e o questionamento de seus conhecimentos, habilidades, visões de mundo etc., podendo levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e um contexto histórico mais amplo”. (BURIOLLA, 2001, p.17).

## **2 DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

De acordo com a Lei 11.788/08, Art.1º o estágio é definido como: o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]

O estágio possibilita ampliar e aprofundar a integração entre os conhecimentos técnicos e as práticas, bem como desenvolver análises crítico-reflexivas sobre a atuação profissional do professor. Nesse sentido, o estágio tem por objetivo maior integração entre aprendizagem acadêmica e compreensão da dinâmica das instituições escolares de ensino.

É uma ocasião oportuna para os estudantes estarem diretamente em contato com outros profissionais da área, a fim de ampliar os saberes sobre a mesma, refletindo a partir da ação profissional. Através do estágio, os estudantes têm a possibilidade de relacionar os assuntos abordados na sala de aula com a prática, sendo uma importante fonte de experiência, principalmente para os que já estão atuando na área.

Dessa forma, o estágio didático-pedagógico (Estágio Supervisionado) do curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba é ofertado no 6º período diurno e 7º período

noturno. Período, após o aluno ter cumprido 1705 horas de aula, o que representa, aproximadamente, 45% da carga horária total do curso. O Estágio supervisionado do curso de Arquivologia da UEPB está delineado no desenvolvimento de práticas arquivísticas em instituições e serviços arquivísticos, públicos e privados. Atividade individual orientada por um docente, de acordo com Plano de Atividades, elaborado pelo aluno e aprovado pela Coordenação do Curso. Apresentação e defesa presencial do relatório de estágio na forma de uma monografia.

### 3 MODALIDADES DE ESTÁGIOS

De acordo com o Art. 2º da Lei 11.788/08, o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. Conforme o § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Destarte, a **RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/007/2010, CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS**

**Art.1º** - O Estágio Obrigatório constitui-se em um componente curricular estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso, sendo indispensável para obtenção do diploma.

§1º - O Estágio Obrigatório tem características próprias que propiciam a interação dos conhecimentos teóricos e técnico-

científicos com a prática profissional possibilitando o aprofundamento da aprendizagem.

§2º - O Estágio Obrigatório constitui-se numa atividade de intervenção prática

no campo de trabalho, durante o qual o aluno demonstrará domínio de conteúdo. O mesmo será realizado sob a supervisão da Instituição de Ensino e da Concedente.

**Art.2º** - A Carga Horária do Estágio Obrigatório se dará conforme determinam as altera a redação da resolução UEPB/ CONSEPE/12/96 que trata da regulamentação dos estágios curriculares para fins de integralização nos bacharelados da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, e dá outras providências. Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs de cada curso e será desenvolvido em empresas públicas e/ou privadas e demais setores, desde que os mesmos apresentem condições estruturais e organizacionais compatíveis com a área do Estágio.

#### **4 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS ESTAGIÁRIOS**

Com a finalidade de ilustrar as contribuições que o ES proporciona na formação e na prática do discente, em síntese, relatos das experiências vivenciadas que tiveram no decorrer do estágio.

##### **Relato de Estagiário – 01**

*É através do estágio supervisionado, que percebemos a sua importância para a formação do graduando em arquivologia, visando a sua preparação para o mercado de trabalho, o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional, de forma que este futuro*

*profissional arquivista esteja preparado não só para a vida profissional, mas também para exercício da cidadania.*

**Local de Estágio:** Conselho Regional de Enfermagem – COREN/PB

### **Relato de Estagiário – 02**

*Em uma disciplina como a de “estágio obrigatório” é de indiscutível a relevância e vinculação que o estágio entre teoria e prática para uma melhor formação do futuro profissional, que não só tem a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos à prática cotidiana de acordo com as necessidades da organização onde atua ou irá atuar como também tem a oportunidade de conhecer a cultura das empresas nos seus mais diversos aspectos: administrativos, éticos e filosóficos.*

**Local de Estágio:** Rava Embalagens

### **Relato de Estagiário – 03**

*O objetivo do meu estágio como acadêmico é colocar em prática meu conhecimento teórico, sabendo que cada instituição apresenta uma estrutura organizacional específica e levando em consideração a proveniência na produção, uso, tramitação, avaliação até a guarda ou eliminação do documento através da gestão documental que faz com que o fluxo informacional atenda de forma precisa e eficaz a necessidade do usuário a priori e a instituição como provedora e disseminadora da informação.*

**Local de Estágio:** Instituto Cândida Vargas

### **Relato de Estagiário – 04**

*O estágio compreende em um momento de aprendizagem fundamental na formação de qualquer profissional, uma vez que é por meio deste que se efetua durante o processo de formação a assimilação do con-*

*teúdo de forma mais sólida, criando um elo entre a realidade acadêmica e a profissional, uma vez que a prática será exercida.*

*Tal experiência proporciona a fixação e realização dos conhecimentos já adquiridos e permite conhecer melhor a profissão a qual se escolheu. Assim, a experiência e os conhecimentos assimilados na atividade de estágio acrescentaram não só na formação acadêmica, bem como, servirá como ponto norteador no campo profissional.*

**Local de Estágio:** Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba – IMEQ/PB

### **Relato de Estagiário – 05**

*O estágio curricular é sem dúvida um componente fundamental do curso, pois permite aos discentes colocar em prática um manancial de conhecimentos adquiridos de uma forma teórica, por um lado conhecer a realidade profissional e institucional em que irá atuar. Para tanto, procurei aproveitar o máximo partindo desta oportunidade, através da diversificação de atividades desempenhadas.*

*O estágio contribuiu com o meu crescimento profissional, pois através dele consegui colocar em prática o que teoricamente aprende na academia, desempenhando atividades, tais como: conhecer a estrutura do arquivo, fazer o mapeamento e/ou levantamento do arquivo, criar uma ficha de guia-foira e de requisição da documentação, elaborar um projeto de Plano de Classificação, ordenar a documentação e fazer a estatística do arquivo referente aos anos de 2008 e 2009.*

*Tais atividades foram complexas de serem idealizadas e implantadas na instituição, porém foi muito gratificante, pois houve uma troca de conhecimento por parte do estagiário e dos colaboradores da institui-*

*ção. Com este estágio comecei a perceber a importância da Arquivologia dentro de um órgão seja ele público ou privado.*

**Local de Estágio:** Ouvidoria de Polícia Civil

### **Relato de Estagiário – 06**

*O estágio supervisionado me proporcionou um engrandecimento enorme, não só na parte profissional, de experiência na minha área de estudo, mas também em relação às relações pessoais. Você inicia um processo de análise de não apenas “organizar” a documentação, mas também a se preocupar com quem vai usar a informação, de que forma esse tipo de usuário encontrará o documento desejado de maneira mais ágil, ou seja, tentar o possível adequar a realidade do arquivo com a realidade institucional.*

*No tocante ao conhecimento arquivístico, foi de suma importância, já que passamos por etapas primordiais de nossa área, como avaliação, ordenação, higienização, dentre outras. Um ganho de experiência que irei levar para minha vida profissional.*

**Local de Estágio:** Conselho Regional de Administração – CRA/PB

### **Relato de Estagiário – 07**

*O estágio representou para mim um momento essencial à minha formação profissional, disponibilizou-me circunstância única de aprendizado e reflexão sobre o agir enquanto arquivista e percepção crítica das relações humanas no futuro contexto de trabalho, o arquivo.*

*Foi um momento de unidade entre teoria e prática que me possibilitou situações de questionamentos e mudanças.*

*Diante do exposto, concluir-se que o estágio é o processo pedagógico que proporciona ao aluno, pensar sobre sua futura realidade profissional, através da associação entre teoria e prática que resulta na construção do conhecimento do mesmo.*

*A vinculação entre a instituição de ensino e o campo de estágio é de suma importância para o estagiário.*

**Local de Estágio:** Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP

### ***Relato de Estagiário – 08***

*O Estágio Supervisionado foi primordial para minha formação em Arquivologia, pois, pude vivenciar uma grande quantidade de tempo, uma administração de arquivo. Que mesmo com alguns eventos que dificultaram a resolução do nosso objetivo no arquivo, fomos bem recepcionados e conseguimos deixar um pouco sobre o papel do arquivista num arquivo e a importância dos documentos da instituição para sua memória.*

**Local de Estágio:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Vaz de Camões

### ***Relato de Estagiário – 09***

*O estágio nos proporcionou um amadurecimento enorme, não só na parte intelectual, mas de experiências de vida também, sobretudo nas relações interpessoais. No que tange ao conhecimento arquivístico, foi imprescindível, visto que, é no momento do estágio que ultrapassamos mais uma etapa de nossa vida acadêmica, aliando os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula.*

**Local de Estágio:** Prefeitura Municipal de João Pessoa (2011.1)

### **Relato de Estagiário – 10**

*As experiências acumuladas nesse estágio foram bastante enriquecedoras para o desenvolvimento da estagiária enquanto profissional, pois o mesmo possibilitou uma articulação teórica e prática. Foi possível perceber a partir de então que a contínua expansão de nossa atividade poderá nos levar ao enriquecimento de conhecimentos e a apropriação do fazer arquivístico. Além disso, não podemos esquecer que a constante reflexão a cerca de nossa atuação prepara-nos para enfrentar situações atípicas decorrentes das adversidades encontradas em nosso campo de atuação.*

**Local de Estágio:** Tribunal de Justiça da Paraíba – Fórum Cível

### **Relato de Estagiário – 11**

*A oportunidade que tive de estagiar na Escola Estadual José Lins do Régio as respectivas atividades desenvolvidas foi de um valor imensurável como pessoa, graduando e futuro Arquivista. Além disso, pude pôr em prática o que tivera aprendido em sala de aula com os mestres e doutores ao longo de três anos e meio tendo em cada componente curricular seu valor específico na construção do meu saber acadêmico. Dessa forma, o Estágio Supervisionado tem esse papel de aliarmos a teoria e a prática, no que diz respeito na preparação desse profissional frente aos seus desafios que virão em um futuro bem próximo quando o mesmo estiver desempenhando suas atividades como profissional da informação arquivística nos ambientes públicos e privados.*

**Local de Estágio:** Escola Estadual de Ensino Médio Escritor José Lins do Régio. (2012.)

### **Relato de Estagiário – 12**

*A disciplina estágio supervisionado tem por finalidade proporcionar ao aluno de colocar em prática o que se aprende em sala de aula. Essa*

*oportunidade nos firma cada vez sobre o nosso instrumento de trabalho, o arquivo, e o desenvolvimento de habilidades na solução de problemas que venham a surgir no ambiente de trabalho. Por fim o estágio supervisionado proporcionou um engrandecimento enorme, principalmente na parte profissional. Esperamos com isso, ter contribuído para o acesso e a recuperação da informação de forma rápida e eficaz.*

**Local de Estágio:** Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega  
(2011.2)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio acadêmico obrigatório é de suma importância na vida de todos os universitários, pois proporciona a oportunidade do aluno colocar em prática tudo aquilo que aprendeu em sala de aula, desempenhando as suas funções com mais responsabilidade, e principalmente tendo o conhecimento dos procedimentos a serem utilizados para cada vez mais melhorar o acervo ao qual foi destinado para estagiar. Além disso, este estágio aperfeiçoa o profissional que vai lidar com a informação, seja ela pública ou privada.

A experiência adquirida no exercício do estágio consolida os conhecimentos teóricos vistos na universidade, nos proporcionando uma visão das atividades profissionais que serão atribuídas aos futuros profissionais, sendo assim um ponto de conhecimento e de auxílio na formação de profissionais competentes e experientes. Contudo, sabe-se que o estágio supervisionado tem como objetivo a oportunidade de desenvolver atividades práticas, propondo quando possível inovação no ambiente corporativo, sendo também um complemento do processo de ensino aprendido, ampliando as habilidades e logo, aprimorando tanto a parte pessoal como profissional do

estudante estagiário. Assim sendo, torna-se cada vez mais necessário a promoção e discussão acerca das questões teórica e metodológica que permeiam o campo dos estágios curriculares supervisionados de forma a aproximar teoria e prática.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, L. M. F. O Estágio Supervisionado: uma análise crítica. In: PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o Estágio Supervisionado**. 5. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 15-74.

BELLOTO, Heloísa. Identificação de fundos. In: \_\_\_ Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2 ed. Ver. E ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Como Fazer, 1).

BIACHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2002.

**BRASIL**. Lei n 11.788 de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de Maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de Dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de Dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de Março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, e o art 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de Agosto de 2001; e dá outras providências.

**BRASIL**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 18 de agosto de 2013.

BURIOLA, Marta A.F.O. **O Estágio Supervisionado**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

**RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/007/2010**. Diário Oficial do Estado, João Pessoa, 07 de abril de 2010, p 05.

ROUSSEAU, Jean Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, J.M., FONSECA, M. O (orgs). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999. p. 167-180.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**. Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado de Arquivologia. 2006.



## **LOS NUEVOS DESAFÍOS DEL PROFESIONAL ARCHIVÓLOGO, APORTES AL FORTALECIMIENTO DE SU ROL SOCIAL Y EDUCATIVO**

## **OS NOVOS DESAFÍOS DO PROFISSOAL ARQUIVISTA, APORTES AO FORTALECIMENTO DE SEU ROL SOCIAL E EDUCATIVO**

*Stella Infante Rosso*<sup>3</sup>

### **RESUMEN**

El presente trabajo se encuentra enmarcado en el tema central de este Encuentro, exponiendo sobre el Rol Social y Educativo que poseen los centros de información - particularmente en este caso, los Archivos - y cómo se fomentan sus funciones desde la formación de los Licenciados en Archivología, y desde la generación de políticas de Estado en el Uruguay. Se pretende entonces compartir algunas herramientas, por un lado, aquellas que se brindan desde la formación universitaria de los Archivólogos. Ellas generarán destrezas y concientización sobre su verdadero rol como profesional custodio y responsable de los documentos. Por otra parte el aporte de las políticas públicas de gestión de documentos y gestión de información, que garanticen al ciudadano el pleno ejercicio de sus derechos, la transparencia en el accionar de sus gobiernos, y el acceso igualitario a los datos e información que contienen estas fuentes primarias de información de las cuales somos responsables: los documentos de archivo.

---

<sup>3</sup> Escuela Universitaria de Bibliotecología y Ciencias Afines. Licenciatura en rchivología.UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. Emilio Frugoni 1427.Montevideo - Uruguay. [sinfanterosso@gmail.com](mailto:sinfanterosso@gmail.com) – [www.eubca.edu.uy](http://www.eubca.edu.uy)

**Palabras claves:** rol, formación, educación, dimensión social, Archivólogo, Archivo, Archivología.

## RESUMO

O presente trabalho se encontra enmarcado no tema central deste Encontro, exponiendo sobre o Rol Social e Educativo que posse os centros de informação, particularmente os Arquivos, y como se fomenta esto desde a formação dos Licenciados em Arquivística, e desde a geração de políticas de Estado no Uruguai. Pretendese então compartilhar algumas ferramentas, por um lado, aquelas que se abordam desde a formação universitária dos Arquivistas. Elas geram destrezas e conscientização sobre seu verdadeiro rol como profissional custodio e responsável dos documentos. Por outra parte o aporte das políticas públicas de gestão de documentos e gestão da informação, que garantem ao cidadão o pleno exercício de seus direitos, a transparência do accionar do seus governantes, e o acceso igualitario a os dados e informação que contem essas fontes primarias de informação das cuais somos responsáveis: os documentos de arquivo.

**Palavras-chave:** rol, formação, educação, dimensão social, Arquivista, Arquivo, Archivología.

## 1 ANTECEDENTES

Creo no hablo solamente por mi país cuando digo que no hay conciencia ni cultura archivística en nuestros ciudadanos, creo es una realidad que la padecemos la mayoría de los países latinoamericanos. La tradición archivística en el Uruguay es aún incipiente tomando en cuenta que hace de 30 años que se cuenta con formación universitaria en la materia.

Es en 1983 que surge la carrera de Archivología, en la Escuela Universitaria de Bibliotecología y Ciencias Afines “Ing. Federico E. Capurro”, época difícil para el Estado Uruguayo que aún se encontraba bajo un gobierno cívico-militar, en el cual la cultura

del secretismo y la posesión de la información como un activo de poder era una forma de actuar muy intrínseca, sobre todo en el gobierno, lo que hacía muy difícil la inserción de los recién egresados Archivólogos.

Esta cultura secretista ha persistido por mucho tiempo, pese a la absolución del gobierno militar en 1985, ha sido un vestigio de esos años oscuros y sin derechos ciudadanos. Pero a pesar de esto, hoy podemos decir que poco a poco con el fortalecimiento de la democracia y el pasar de los años, las heridas se van cerrando paulatinamente, los nuevos vientos se van haciendo eco en la vida ciudadana, en el Estado mismo.

Los procesos burocráticos necesitan imperiosamente ser “modernizados” asociados al advenimiento de las tecnologías aplicadas a la gestión del Estado, tecnologías que hoy por hoy son parte casi indispensable de nuestro diario vivir. Pasamos de la máquina de escribir en papel copiante a la generación de documentos digitales y trámites on-line, que me permiten en cuestión de segundos ser transferidos y/o compartidos con los lugares más remotos del planeta, lo que supone nuevas tendencias, herramientas, visiones y conciencias aplicadas a la gestión de la información y la gestión de los documentos y archivos.

Tan evidente y necesario es el cambio que entre diciembre del 2007 y noviembre del 2009 se decretaran una serie de leyes que son transcendentales en la modernización del Estado Uruguayo, y que suponen un salto cuántico en la transparencia, en la generación de derechos ciudadanos, y en la propia gestión de la información como son la Ley N° 18220 Sistema Nacional de Archivos, la Ley N° 18331 Protección de Datos Personales y Acción de Habeas Data,

Ley N° 18381 Acceso a la Información Pública, Ley N° 18600 Documentos Electrónico y Firma Electrónica, entre otras.

Esos cambios son seguidos de cerca por la academia, los cuales necesariamente van generando aportes a los planes de estudio, incorporando nuevos conocimientos y herramientas casi esenciales para que los profesionales Archivólogos del Siglo XXI puedan desempeñarse eficazmente, logrando ocupar y haciendo respetar el rol que les corresponde en las organizaciones. Es así que desde julio de 2013 la Universidad de la República cuenta con la Licenciatura en Archivología, nuevo plan que era impostergable dados todos estos cambios que acabamos de mencionar.

## **2 GENERANDO HERRAMIENTAS**

Acabamos de ver entonces una nueva realidad que alcanza al campo de la gestión de la información, de los documentos y por ende de la archivística nacional. Tenemos ahora una serie de desafíos por delante como docentes, como profesionales y también como ciudadanos, pero, ¿estamos realmente preparados para ello?

La necesidad de las instituciones de hacer accesible la información trae consigo la imperiosa necesidad de saber qué información se tiene y dónde se encuentra, para poder dar respuesta a los requerimientos de acceso a la información que le son presentados, y a los cuales debe hacer frente y brindar rápida respuesta. Entonces, finalmente es allí donde se genera la conciencia y se valora la necesidad de los profesionales Archivólogos como gestores de esos documentos que contienen la información, necesidad que hasta el momento era

postergada, o deixada de lado, entonces, ahora podemos decir que paulatinamente se está generando una conciencia archivística.

Pero no todo es tan sencillo, porque ese profesional Archivólogo deberá contar con las herramientas necesarias para hacer frente al gran volumen de trabajo que se ha acumulado durante décadas, desempolvar depósitos cubiertos de documentos, de historia y verdades, dar vida a esos documentos, y al mismo tiempo demostrar y terminar de convencer a las Instituciones de la importancia de la preservación de los documentos, de la organización y del brindar un ágil y eficaz acceso a ellos.

Es allí donde la academia debe fortalecer el aporte de herramientas necesarias para que los profesionales Archivólogos puedan hacer frente a estas realidades que todos conocíamos, pero que en muchos casos no nos era posible acceder a ellas. Ahora es el momento de demostrar que los conocimientos y destrezas adquiridas en la Universidad le permitirán desempeñarse en ambientes reales y que le son realmente útiles, donde vemos que conocimientos y saberes adquiridos y brindados desde el aula dan sus frutos.

Como en la gestión de la información, en la concientización de la necesidad de los Archivos profesionalizados, en la educación también se generan cambios y nuevas tendencias, destinadas a fortalecer el ejercicio profesional del ahora Licenciado en Archivología.

Los cambios se ven reflejados en primera instancia como vimos antes en la aprobación de un nuevo plan de estudios, que permite a ese estudiante incorporar nuevos elementos como la interdisciplinariedad, fortalecer el sentido de la ética y responsabilidad social que conlleva su futuro accionar profesional, que sin duda propenderá la construcción de democracia y ciudadanía.

Si la nueva normativa da igual validez al documento electrónico y la firma digital que a los documentos en soporte tradicional, debemos contar con la formación necesario para poder gestionar estos nuevos documentos. Debemos acompañar los cambios vertiginosos cambios tecnológicos y brindar los conocimientos y herramientas para gestionar también estos espacios virtuales del accionar administrativo.

Un elemento fundamental que enmarca todo esto es por ejemplo la curricularización de la extensión universitaria, lo que permite al estudiante poner en marcha su rol y función como profesional de la información generando aportes significativos en el medio y sociedad que lo rodea, y ese medio en él, logrando un enriquecimiento y aprendizaje mutuo.

Otro elemento que se ve potenciado desde el inicio del cursado es la investigación, permitiendo tomar un contacto real y auténtico con su campo de acción, descubriendo y redescubriendo el universo de aportes y posibilidades que le esperan en un futuro, posibilitando la decisión y visualización de diferentes opciones para trazar su propio camino profesional y de investigación, marcando un perfil personal y único.

Hay una herramienta que podemos decir engloba todos los conocimientos adquiridos en clase, y permite generar un compromiso más elevado y es el de las prácticas curriculares en contextos reales. Allí se visualiza como cada aporte por más singular y minoritario que nos pueda parecer aportan a la gestión de la información, ya sea organizando, describiendo, restaurando los documentos, porque todas esas acciones tienen un mismo fin: dar acceso a la información.

### 3 CONCLUSIONES

Sin duda estamos viviendo épocas de cambios constantes e incipientes en la gestión de documentos, de información, de los archivos, y permitiéndonos ocupar el lugar y rol que nos merecemos como profesionales archivistas.

Debemos aprovechar estas transformaciones y transiciones para potenciar nuestros conocimientos y esfuerzos en pos de garantizar las funciones básicas de los archivos: recoger, conservar y servir, los documentos que son depositarios y testigos de nuestras acciones, de las acciones de nuestros gobiernos, que constituyen la historia de nuestros pueblos, los cuales necesitan y tienen el derecho de conocer y hacer uso de los documentos como fuentes primarias de investigación.

El compromiso del Estado es perceptible y tangible, porque ha visualizado y generado las acciones indispensables para que estos derechos se cumplan. Así mismo es evidente el papel que jugamos los docentes, como transmisores de conocimientos y generadores de conciencia respecto a la real importancia y aporte que nuestra actuación profesional brinda a la institución y a la ciudadanía en general.

La actualización de los planes de estudios, la innovación en las prácticas docentes denotan un compromiso muy acentuado y que van de la mano con todos estos cambios, no hay duda que estamos transitando en un mundo donde la información es universal y se utiliza en provecho de todos y no de unos pocos, propagando igualdad de oportunidades y derechos.

**BIBLIOGRAFÍA CONSULTADA**

ALBERCH i FUGUERAS, Ramón; CRUZ MUNDET, José R. Archívese. Los documentos del poder y el poder de los documentos”. Alianza Editorial S.A., Madrid, 1999.

GAGLIARDI, Sylvia. (Agosto, 2003). *Misión y Visión del profesional de Archivo en el Siglo XXI*. Ponencia presentada en el V Congreso de Archivología del MERCOSUR. Córdoba, Argentina. Disponible en: <http://www.archiveros.info/profiles/blogs/mision-y-vision-del> [2013, 5 de agosto]

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES-CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. “Guide for Managing Electronic Records From an Archival Perspective” (ICA). París, Francia, 1997. Versión libre. ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, “Guía para la Administración de documentos electrónicos desde la perspectiva archivística.” Cuadernos de Archivística. Ciudad de México, 1999.

LEY SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS (2007, 20 de diciembre). [en línea]. Uruguay: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay. Disponible en: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18220&Anchor=> [2013, 30 de julio]

LEY PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES Y ACCIÓN DE HABEAS DATA (2008, 11 de agosto). [en línea]. Uruguay: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay. Disponible en: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18331&Anchor=> [2013, 30 de julio]

LEY DERECHO DE ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA (2008, 17 de octubre). [en línea]. Uruguay: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay. Disponible en: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18381> [2013, 30 de julio]

LEY DOCUMENTO ELECTRÓNICO Y FIRMA ELECTRÓNICA (2009, 21 de septiembre). [en línea]. Uruguay: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay. Disponible en: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18600&Anchor=> [2013, 30 de julio]



## O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM) E SEU PAPEL SOCIAL

*Adriana Cabral de Oliveira*<sup>4</sup>

*Marília do Socorro Trindade*<sup>5</sup>

*Isabel Cristina dos Santos Diniz*<sup>6</sup>

### RESUMO

O artigo mostra o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) como espaço de disseminação de informações históricas e culturais. Buscou-se destacar o contexto histórico e conceitual do APEM, na tentativa de mostrá-lo como espaço para resgate da memória local. Conclui-se que estamos carentes de memória, não lembramos dos principais acontecimentos marcantes, o pior, a nossa cidade está perdendo as características de cidade histórica.

**Palavras-chave:** Arquivo Público do Estado do Maranhão; Papel social

### 1 INTRODUÇÃO

O artigo pretende discutir sobre o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) como espaço para resgate da memória maranhense e o seu papel social, uma vez que sabemos da importância que tem os documentos armazenados no referido arquivo na vida da população local, daí sentiu-se a necessidade de desenvolver este texto

---

4 Graduada em Biblioteconomia – UFMA. [adriana\\_kbral@hotmail.com](mailto:adriana_kbral@hotmail.com)

5 Graduada em Biblioteconomia – UFMA. [mariliafisica@hotmail.com](mailto:mariliafisica@hotmail.com)

6 Docente do Curso de Biblioteconomia – UFMA. [isantosdiniz@bol.com.br](mailto:isantosdiniz@bol.com.br)

fazendo uma abordagem teórica sobre o assunto. Tal iniciativa se deu devido este arquivo se constituir de documentos do século XVIII aos dias de hoje, de valor incalculável como fonte de informação e pesquisa, que servem de referência para estudos de pesquisadores e sociedade em geral.

E, para alcançar tal objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, que permitiu a construção do referencial teórico sobre o APEM por meio de diversos suportes informacionais, conforme descreveremos a seguir.

## **2 ARQUIVO: breves considerações**

A história dos arquivos está relacionada com o aparecimento da escrita, quando esta surgiu da necessidade que o homem tinha de comunicar-se com seus semelhantes, transmitir seus atos e conhecimentos, buscando assim diversas formas de sobreviver na sociedade. Dessa forma, “[...] a origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar a serviço da humanidade”. (SILVA, et. al, 2002, p.45).

Assim, o homem pôde expressar e registrar seus pensamentos, passando a preocupar-se em guardar as informações sobre seu cotidiano, de forma que permitisse o seu resgate a gerações futuras, ou seja:

[...] O homem, talvez na ânsia de se perpetuar, teve sempre a preocupação de registrar suas observações, seu pensamento, para legá-los às gerações futuras. Assim começou a escrita. Na sua essência, isto nada mais é que registrar e guardar. Por sua

vez, no seu sentido mais simples, guardar é arquivar. (PRADO, 1985, p. 1).

Percebe-se que desde sempre o homem teve a preocupação de manter guardados seus registros e através da escrita pôde garantir que suas invenções e experiências seriam difundidas, surgindo assim, a ideia de que com o aparecimento da escrita era preciso reunir, guardar, preservar e conservar tais registros. E com o desenvolvimento da sociedade, a informação passou a ser registrada nos mais variados suportes como o cobre, os tabletes de argila, o papiro, o pergaminho, o códice e o papel, bastante utilizado nos dias de hoje, assim como, os suportes eletrônicos.

E a partir de então, ao longo da história a informação passou a ter significado de tal forma que, houve a necessidade dos documentos serem armazenados e organizados em locais apropriados onde fosse mantida sua integridade física, preservados e conservados para futuras gerações, logo porque estes documentos serviram para guardar a memória da humanidade e dessa forma, mostrar seu grande valor histórico para construção do pensamento humano e tudo isso se deu graças ao surgimento da escrita, de tal forma que levou a condicionar o surgimento dos primeiros arquivos.

No que diz respeito à origem dos arquivos, existem muitas dúvidas e controvérsias, “[...] alguns afirmam ter surgido na Grécia com a denominação *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados. Daí evoluiu para *archeion*, local de guarda e depósito dos documentos”. (PAES, 2004, p. 19).

Apesar das diversas dúvidas e controvérsias apontadas a respeito da origem dos arquivos, há registros nas literaturas que muitos

precursores tentaram descrever sobre o seu surgimento, como por exemplo:

O surgimento dos arquivos se deu por volta dos séculos IV e V a.C., estes surgiram como guardiões dos registros do Estado e para prestar apoio administrativo ao governo quando devido à necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega passou a preocupar-se em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembléia e documentos oficiais. (CÔRTEZ, 1996 apud SILVA, 2009, p. 2).

De acordo com a afirmativa percebe-se que os arquivos surgiram como guardiões da memória de uma nação, de um povo e de uma instituição, seja ela federal, estadual, pública ou privada. E a partir de então, com a necessidade de resgatar as informações houve a preocupação de acomodar e conservar toda documentação no ambiente apropriado.

Logo, em se tratando da evolução do arquivo, é necessário apresentar definições do que venha ser um arquivo. Sabe-se que ao longo dos tempos essas têm passado por profundas transformações e diante disso destacam-se alguns conceitos de arquivo encontrados nas mais diversas literaturas.

No Brasil a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, define claramente o termo arquivo, em que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados considerado em seu artigo 2º, como:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o supor-

te da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991, p.1).

O conceito de arquivo é visto aqui como acumulação ordenada de documentos criados por instituições no curso de suas atividades, sejam elas públicas ou privadas e de pessoas físicas, onde é percebida a importância da origem dos documentos no que diz respeito aos fundos, os quais precisam ser conservados de forma que atinjam seus objetivos.

A concepção de arquivo pode ser considerada também, conforme apresenta a afirmativa, como:

[...] um local onde podemos ter acesso a herança cultural, por meio de documentos, responde à busca do homem pelo seu passado, de onde viemos e quem somos. As mensagens deixadas nos proporcionam o entendimento de nós mesmos, a que sociedade pertencemos e que espaço ou papéis ocupamos sócio-historicamente. (SILVA, 2001, p. 30).

Os documentos de arquivos são fontes de informações de extrema importância para que o indivíduo possa conhecer e entender a história da sociedade e de si mesmo, relacionada ao registro do seu passado.

Nesse sentido, o conceito de arquivo pode ser modificado de acordo com as necessidades peculiares de cada país, estados ou instituições, dos conceitos mais antigos aos mais modernos, dessa forma o arquivo:

[...] é o órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos de documentos estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao

organograma da respectiva administração; que os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões por que foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é administração ou é a pessoa à qual o arquivo é ligado. (BELLOTTO, 2009, p. 38).

Dessa forma, nota-se que o arquivo é o órgão responsável pelo conjunto de documentos originados pela administração de instituições públicas ou privadas decorrentes de atividades desempenhadas ao longo do tempo, onde ficam reunidos de acordo com sua originalidade e função, em que os seus objetivos primários são jurídicos, funcionais e administrativos e os seus fins secundários poderão servir de bem cultural e de pesquisas, quando os documentos estiverem excedidos o prazo de validade.

Partindo dessas considerações, pode-se traçar a finalidade do arquivo, que é servir a administração da instituição e depois que essa atividade administrativa termina o arquivo poderá funcionar para história, cultura e espaço de referência para produção do conhecimento do ser humano e da sociedade.

Vale destacar que a Arquivística é marcada pela criação de três princípios arquivísticos, oriundos da Revolução Francesa, os quais são: princípio da territorialidade, princípio da proveniência e princípio do respeito à ordem original. O princípio da territorialidade preconiza que os arquivos precisam ser preservados e mantidos nos territórios de origem o qual foram produzidos, ou seja, “Os arquivos deveriam ser conservados nos serviços de arquivo e território em que foram produzidos”. (GAGNON – ARGUIN, 1998, p. 86).

Esse princípio é proveniente da expressão do direito aplicado à propriedade, através da deposição dos documentos referentes às terras conquistadas.

Outro princípio que fundamenta a Arquivísticas é o da proveniência, também conhecido como princípio de respeito aos fundos, segundo o qual os arquivos são originários de uma instituição, de uma administração ou de uma pessoa física, devendo manter seus documentos que compõem o fundo de arquivo reunido de acordo com a ordem dada pela própria instituição criadora. Assim sendo, o princípio da proveniência:

Fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclado, no arquivo, a outros de origem distinta. (BELLOTTO, 2009, p. 88).

Nesse sentido, esse princípio foi elaborado com objetivo de manter organizados os documentos sem misturá-los aos de outro arquivo, para melhor desenvolvimento de suas atividades quanto a sua entidade criadora.

O princípio do respeito à ordem original é “[...] princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu”. (DICIONÁRIO..., 2005, p. 137). Logo, esse princípio está ligado às relações estruturais ou funcionais da instituição, que corresponde à gênese documental dos arquivos, a qual trata de manter a organização e preservação dos

documentos de acordo com sua organização física baseado nos seus princípios e métodos.

### **3 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM): papel social**

Para que se possa conhecer e compreender a história do APEM, é necessário traçar sua trajetória histórica, estrutura organizacional, missão e os tipos de documentos que compõem seu acervo documental, onde se encontram guardados a história e cultura do povo e de instituições do Estado do Maranhão.

O primeiro Arquivo Público do Estado foi criado pelo Decreto nº 339, de 14 de novembro de 1932. No ano seguinte, em julho de 1933, o Interventor Federal do Estado do Maranhão, através do Decreto nº 462, integrou o Arquivo Público à Biblioteca Pública, com a justificativa de que os serviços do arquivo tinham estreita afinidade com os da Biblioteca. (MARANHÃO..., 2012).

No ano de 1938, o Governo do Estado do Maranhão, tomou a iniciativa de melhor organizar o então Arquivo Público, que até o ano de 1946 esteve vinculado à Secretaria Geral do Estado. Somente no ano de 1974, através do Decreto nº 5.266, de 21 de janeiro, foi recriado o órgão Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), onde se encontra até hoje, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, com a finalidade de recolher, organizar, preservar e divulgar os documentos de valor histórico ou permanente, provenientes do órgão integrantes da administração direta e indireta do Estado do Maranhão. (MARANHÃO..., 2012).

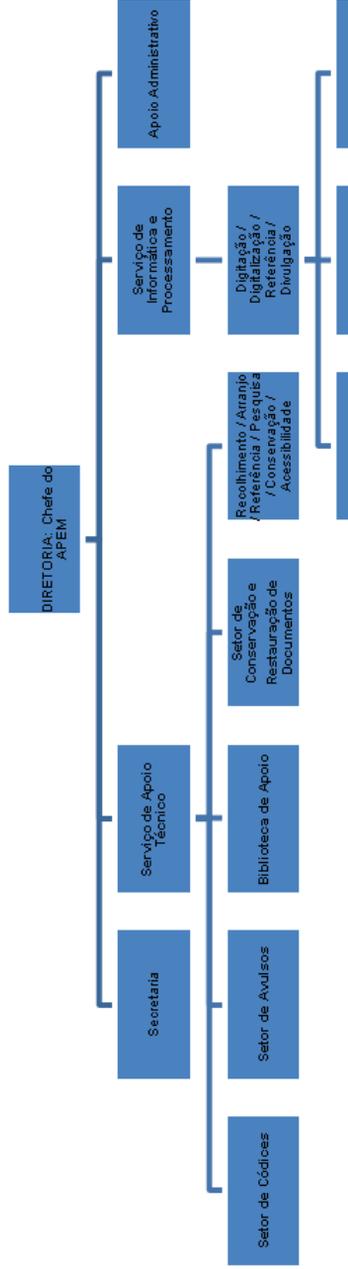
Entre anos de 1938 e 1978, o conjunto de documentos que formava o acervo desse Arquivo durante sua trajetória histórica de

acondiçõamento ficou a circular por diversos prédios, sendo todos não adequados para o devido fim e até então no ano de 1978, foi inaugurada a nova sede, um casarão do século XIX, que desde a sua construção teve várias serventias como: residência, república, pensão familiar e até um famoso bordel denominado de pensão de Chicó. E a partir de então, foi reformado definitivamente para fim de arquivo, situado na Rua de Nazaré, nº 218, na área conhecida como Centro Histórico de São Luís, local que atualmente encontra-se dividido em quatro pavimentos: subsolo, térreo, primeiro andar e mirante, onde vem passando por uma reforma para melhor garantir a estrutura física do prédio e o conforto de seu público (MARANHÃO..., 2012).

O APEM possui uma equipe de funcionários formada por profissionais nas áreas de Biblioteconomia, Filosofia, História, Técnicos especialistas na área de restauração de documentos, Técnicos Administrativos, Auxiliares em restauração e encadernação e Estagiários que contribuem com os trabalhos da Instituição, os quais desempenham suas atividades nos respectivos setores de acordo, com a Figura 1.

Figura 1: Organograma Institucional

## ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



Fonte: MARANHÃO (2007).

Como se pode observar na Figura 1, os setores são divididos de acordo com as funções e atividades realizadas na Instituição, onde toda e qualquer documentação que chega ao APEM passa por vários processos de forma que possa ser armazenada e assim, utilizada para fim de pesquisa. É importante destacar as atividades desempenhadas por cada setor no referido Arquivo. A **Diretoria** é o setor administrado pela diretora chefe a qual acompanha, coordena e observa todas as atividades que envolvem o arquivo, onde conta com o apoio da secretaria e do setor administrativo. Quanto ao **Serviço de apoio técnico** é responsável por fazer o recolhimento da documentação, o arranjo, que serve para fazer a ordenação dos documentos em fundos e séries, onde essa pode ser realizada dentro do próprio fundo, as atividades de referência onde são estabelecidas as políticas de acesso e utilização da documentação para que essa possa passar para o processo seguinte, a pesquisa. Já a conservação é feita para verificar se a documentação possui algum tipo de degradação. O **Serviço de informática e processamento** é responsável em realizar as atividades de digitação, e referência onde informam acerca de como o pesquisador pode ter acesso ao ambiente e sobre as formas de utilização da documentação. Além da divulgação não só do arquivo e do acervo documental, assim como de atividades relacionadas a palestras, exposições permanentes e temporárias, cursos, projetos, lançamentos de livros e outros.

Já no **Setor de códices** ficam reunidos milhares de documentos encadernados como: Registros de Patentes (1754-1852), Registros Gerais (1754-1885), Cartas de Datas e Sesmarias (1776-1813), Alvarás (1776-1813), Registro de terras (1854-1859), Leis e Decre-

tos (1840-1889), Despachos e Sentenças da Junta de missões na cidade de São Luís do Maranhão, dentre outros.

No caso do **Setor de Avulsos** encontra-se agrupada a documentação constituída em grande parte da correspondência expedida por autoridades aos governantes do Maranhão (Secretaria do Governo) e ao Chefe de Polícia (Secretaria e Chefatura de Polícia). Além da correspondência, destacam-se as séries: Carta de Datas e Seis Marias (processo), Passaportes, Mapas de nascimento, de batismo de casamentos, da população escrava de diversos municípios, contém documentação referente aos temas dos índios, escravidão negra, baiaiada, terras e colonização, existem também documentos produzidos a partir do século XX, etc.

Na **Biblioteca de apoio** é realizado o processo de técnico das obras, onde seu acervo é composto de livros, periódicos, enciclopédias e outras publicações, estimadas em cinco mil volumes, incluindo publicações das áreas de Arquivologia, História do Brasil e do Maranhão, etc., que servem de auxílio nas leituras dos pesquisadores.

**Setor de conservação e restauração de documentos** é responsável por fazer a análise da documentação, observando o estado de conservação, se o mesmo encontra-se danificado por fatores internos e externos, físicos ou biológicos, que provocam a degradação do papel, pois se a documentação não estiver em condições adequadas ela precisa passar pelo processo da restauração.

Sendo assim, o APEM além de apresentar um conjunto de documentos que estão divididos e reunidos por setores, contém ainda duas peças fundamentais incomporadas ao acervo documental, a mapoteca e a hemeroteca. Na **Mapoteca** encontra-se documentação cartográfica formada por mapas geográficos de diversos municípios

maranhenses, plantas, projetos de obras públicas do Estado e cartazes. Já a **Hemeroteca** compõe-se de aproximadamente 23 títulos do que há de mais representativo na imprensa maranhense, entre os quais são: o Publicador Maranhense, Diário do Maranhão, A Pacotilha e Jornal Pequeno, produzidos entre os períodos de 1844 até os dias atuais. (MARANHÃO..., 2012).

E tratando-se de um órgão de grande valor histórico para sociedade, “[...] um arquivo é por excelência a instituição que tem como função a conservação do patrimônio arquivístico de um povo, a manutenção e a valorização de sua identidade [...]” (DUCHEIN, 1986, p. 87).

Como se pode observar, o arquivo é um órgão responsável em guardar, zelar e preservar documentos de valores históricos, que retratam a vida de pessoas, de bens culturais e materiais. Além de servir aos usuários e pesquisadores, disponibilizando diversas informações contidas nos mais variados tipos de documentos, tanto de importância histórica quanto informativa.

Observando a função de um arquivo é importante destacar qual é a missão do APEM na sociedade:

Recolher, organizar, conservar, preservar, divulgar e tornar acessível o acervo de documentos produzidos e/ou acumulados pelos órgãos públicos e também particulares do estado do Maranhão, que sejam de interesse para preservação da memória e para pesquisa histórica visando contribuir para o fortalecimento da cidadania e da identidade maranhense. (MARANHÃO, 2009, p. 2).

O APEM tem sob a sua guarda o maior acervo documental de obras raras do Estado constituído de manuscritos, datilografados e impressos do período Colonial, Imperial e Republicano, possui do-

cumentos oriundos da Secretaria de Governo (1728-1914), de suas sucessoras (1914-1991), do arquivo da Secretaria de Polícia (1842-1963), da Câmara Municipal de São Luís (1646-1973). Além disso, é composto também de documentos como: mapas, plantas, discos, microfimes, jornais, quadros e passaportes. (MARANHÃO..., 2012).

E por ser um órgão de grande reconhecimento na área de preservação conservação e restauração do Estado e ter uma diversidade de documentos que precisam ser restaurados, o APEM dispõe de um Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis (LACREPE), o qual foi criado no ano de 1987, através de convênio feito entre a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a finalidade de recuperar e preservar o acervo de documentos raros existentes nos órgãos do Estado.

O LACREPE é um laboratório totalmente modernizado com equipamentos de ponta como mesa de sucção, deionizador de água, secadora de papel, máquina obturadora de papel, prensa metálica, entre outros, fruto de um projeto apresentado no ano de 2008, pela Associação de Amigos Público do Estado do Maranhão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual se realizou nos anos de 2010 a 2012. (MARANHÃO..., 2012).

Cabe destacar, que o LACREPE conta com uma equipe técnica de profissionais capacitados composta por uma coordenadora técnica, quatro técnicos em restauração e um encadernador responsável em desenvolverem trabalhos de conservação e restauração de documentos, primando pela vida e integridade física do material de

forma, que as informações possam ser recuperadas e acessíveis a sociedade em geral.

O APEM é responsável também em desenvolver projetos cooperativos de conservação, que servem para fazer a manutenção da documentação, valendo destaque para o projeto Preservação da Documentação Histórica do Acervo da Arquidiocese do Maranhão, que teve por objetivo livrar do abandono um dos mais valiosos acervos históricos que tem no Estado do Maranhão.

Os recursos utilizados por esse projeto serviram para a higienização e acondicionamento do acervo, de modo que o mesmo pudesse ficar em condições adequadas para o uso de pesquisadores, historiadores e a comunidade estudantil.

Já o Projeto de Revitalização do Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis do APEM, foi realizado através de financiamento do BNDES, com duração de vinte e cinco meses, tendo como finalidade a higienização e o acondicionamento de parte do acervo e restauro de códices e documentos avulsos dos séculos XVIII e XIX, onde serviu também para melhoria das condições técnicas do LACREPE.

Dessa forma, observa-se que o APEM, é responsável pela guarda e preservação de documentos históricos do Estado e de Instituições de caráter público e privados, onde funciona como Centro de Informação para fins de fonte de pesquisas e disseminador da memória maranhense, além de servir para contribuir e enriquecer o conhecimento de historiadores, pesquisadores e toda comunidade em geral.

O APEM é essencial para o resgate, preservação e (re) construção da história maranhense - um verdadeiro repositório de me-

mória, onde se armazenam relatos de instituições ou pessoas que representam a história local. Estabelece-se como um importante espaço para salvaguarda de documentos, pesquisa e acesso a informação, fator essencial à evolução desta sociedade que está pautada no conhecimento.

De um modo geral “[...] o arquivo, pode ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória.” (PEREIRA; CHAGAS, 2011, p. 320). De forma que a apropriação deste espaço como lugar de memória gera um intercâmbio entre o passado e o presente, auxiliando na construção da identidade e história, sem estes espaços, capítulos históricos da nossa sociedade teriam se perdido.

A preservação da memória está relacionada ao valor secundário do arquivo, ao seu valor histórico, pois os documentos encontrados nos arquivos “[...] passam a ter um valor residual, que já não valerá como prova de ‘fé’, e sim como testemunho, como informação”. (BELLOTO, 2002, p. 22). Ressalta-se que a noção de valor primário está diretamente ligada à razão de ser de documentos e recobre exatamente a utilização dos documentos para fins administrativos. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 117).

Fratini (2009, p. 2) coloca que os “arquivos públicos existem com função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar documentos originários na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador.” Além destas funções cabe ao APEM à responsabilidade de garantir o acesso às informações sob sua guarda, direito constitu-

cionalmente garantido nos termos da Lei 8.159, previsto da seguinte forma:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991, p. 4).

É importante entender a função histórica do APEM no contexto da sociedade atual (da informação), pois apesar dos novos valores sociais, culturais e econômicos que se estabelecem, o arquivo continua a ser um importante lugar de guarda e resgate do grande diferencial desta sociedade: a informação. Entretanto, o fato de existir a informação não garante conhecimento e desenvolvimento da sociedade, neste sentido o APEM pode assumir uma dimensão social, através da difusão cultural e assistência educativa, que vise despertar no indivíduo a consciência da necessidade de preservar e valorizar o patrimônio cultural através da reflexão da sua própria história.

Para que o APEM cumpra com a sua função social é necessário que a sociedade tenha acesso à educação patrimonial, que busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural da comunidade, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Segundo Fratini (2009, p. 1) “A educação patrimonial em arquivos precisa ser mais bem explorada e assim ganhar espaços e se tornar mais freqüente nos arquivos brasileiros.” Considera-se como coadjuvante deste processo a escola, pois os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia, referentes às quatro primeiras séries da Educação Fundamental, ressaltam o ensino-aprendizagem de habilidade de pesquisa histórica com o uso de fontes documentais:

Intervenções pedagógicas específicas, baseadas no trabalho de pesquisa histórica, provocam significativas mudanças nas compreensões das crianças pequenas sobre quem escreve a História. Por exemplo: passam a considerar a diversidade de fontes para obtenção de informações sobre o passado, discernindo sobre o fato de que épocas precedentes deixaram, intencionalmente ou não, indícios de sua passagem que foram descobertos e conservados pelas coletividades. Podem compreender que os diferentes registros são fontes de informação para se conhecer o passado. (BRASIL, 1997, p. 39).

Portanto, a educação patrimonial é forte aliada para a conscientização do indivíduo sobre a relevância dos arquivos históricos, onde se encontram informações documentadas decorrentes das atividades da sociedade que possibilitam a (re) construção da memória.

#### **4 CONCLUSÃO**

Neste artigo buscou-se destacar o contexto histórico e conceitual do APEM, na tentativa de mostrá-lo como espaço para resgate da memória local. Percebe-se a necessidade da aproximação deste arquivo com a comunidade, pois verificamos o quanto o APEM deveria se aproximar, por exemplo, das escolas. Trazer as escolas para

dentro do arquivo, na tentativa de aproximar e divulgar o acervo deste, mostrando de forma mais evidente o seu acervo.

Estamos carentes de memória, não lembramos dos principais acontecimentos marcantes, o pior, a nossa cidade está perdendo as características de cidade histórica. No Centro Histórico encontramos poucos casarões restaurados, ruas sujas e fedidas. E, talvez, o APEM seja um espaço que realmente, resgate a nossa história e a perpetue. Temos documentos que são verdadeiras relíquias, portanto, temos que preservar tal acervo e divulgá-los, pois quem sabe assim ele perdue por muito mais tempo em nosso meio.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <[http://repositorio.ufrn.br:8080/monografias/bitstream/1/141/1/LucineteBCF\\_Monografia.pdf](http://repositorio.ufrn.br:8080/monografias/bitstream/1/141/1/LucineteBCF_Monografia.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8159.htm>>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2013.

DICIONARIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic\\_term\\_arq.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2012

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, v. 10 – 14, n.1, abr. 1986.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica* – **Revista on line do Arquivo Público de São Paulo**. Edição nº 34, jan., 2009. Disponível em: < [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes\\_anteriores/pdfs/historica34.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica34.pdf) >. Acesso em: 09 set. 2013.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: \_\_\_\_\_. COUTURE, Carol; ROSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Plano estadual da cultura do Maranhão**, São Luís, 2007.

\_\_\_\_\_. (Estado). Arquivo Público. **Histórico**. São Luís, 2009. Disponível em: < <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/apem/> >. Acesso em 18 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. (Estado). Arquivo Público. **Histórico**. São Luís, 2012.

\_\_\_\_\_. (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Manual de conservação e preservação de documentos**. São Luís, [2013].

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PRADO, Heloisa de Almeida. **A técnica de arquivar**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da; et. al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da. et. al. A importância dos arquivos públicos na construção da memória da sociedade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1-2, 2009.



## O ARQUIVO ESCOLAR COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: história e memória da unidade de ensino

*Eva Cristina Leite da Silva*<sup>1</sup>

*Elisabeth Reis do Nascimento*<sup>2</sup>

*Camila Schwinden Lehmkuhl*<sup>3</sup>

### RESUMO

Contemporaneamente vivemos o marco da procura pelos mais diversos tipos de fontes documentais existentes, com um novo olhar para aquelas que advêm de discussões, leituras e releituras da história, inclusive da história institucional e educacional. Todavia, a partir de mapeamentos realizados em unidades escolares de Florianópolis foi possível perceber que os acervos arquivísticos dessas unidades, salvo casos pontuais, estão em total desorganização e em riscos de extinção, seja por falta de conhecimentos arquivísticos daqueles que são os gestores dessa documentação, de iniciativas de preservação do patrimônio cultural educativo, sendo, em grande maioria, reflexo da falta de conhecimento dos agentes responsáveis, ou pela falta de políticas públicas com respeito a gestão desses arquivos escolares. Considerando o valor desses acervos para toda a sociedade, *é mister* que cada instituição seja responsável por sua produção documental, em todas as idades ou fases documentais (corrente, intermediária e permanente) e que conheça e compreenda a história e construção do arquivo, como parte integrante da vida institucional quanto qualquer outro setor da organização. Dificilmente a formação do arquivo escolar é pensada como algo que servirá para além das questões probatórias, como importante prática, que origina os suportes para guarda documental, a cultura, a memória, a história educacional e a educação, servindo como importantes locais para educa-

---

1 Docente do Curso de Graduação em Arquivologia, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, UFSC. [eva@cin.ufsc.br](mailto:eva@cin.ufsc.br)

2 Discente do Curso de Graduação em Arquivologia, UFSC. [elisabeth.rdn@gmail.com](mailto:elisabeth.rdn@gmail.com)

3 Discente do Curso de Graduação em Arquivologia, UFSC. [camila.lehmkuhl@gmail.com](mailto:camila.lehmkuhl@gmail.com)

dores, historiadores e demais pesquisadores realizarem suas pesquisas, praticando uma releitura, em muitos casos e dando nossos significados a fatos passados. Por esse motivo e por vários outros a gestão documental, apresentada com o ciclo de vida dos documentos, a preservação, a conservação, a descrição (espelhada na própria trajetória de vida da instituição), a avaliação, o acesso, dentre outros, devem ser feitas nessas instituições de ensino como forma de melhor disponibilização da informação a quem dela necessita. A história da educação precisa do respaldo documental, do apoio de fontes documentais, que estão construídas em um contexto histórico específico. Deste modo, os agentes pertencentes a esse processo de criação, gestão, e disseminação da informação documental de uma escola devem apoiar e intermediar, por meio da difusão do acervo, políticas e programas relacionados à preservação da história e memória institucional ou de uma sociedade.

**Palavras-chave:** Preservação. Organização. Disponibilização.

## 1 INTRODUÇÃO

Na sociedade do século XXI vivemos uma amplitude do termo patrimônio cultural, constituído segundo a vontade da coletividade em defender a composição dos testemunhos de experiências cotidianas, que constituem a história compartilhada (DURHAM, 1984).

Neste contexto salientamos a formação do patrimônio cultural composto por bens materiais e imateriais que apresentam valor para a construção e reflexão da identidade de uma sociedade e que, portanto, é *mister* a sua preservação que são constituintes e constituidores da história. No Brasil, o tema preservação tem espaço no âmbito legislativo a partir do decreto Lei nº25, de novembro de 1937, que indicia um contexto de discussões a cerca da preservação, entretanto não representa a efetivação das políticas publicas a esse respeito em território nacional.

No âmbito da preservação do patrimônio cultural material existem diferentes ambientes eleitos para a guarda dos registros que

testemunham acontecimentos vivenciados na sociedade, é possível elencar: agremiações, bibliotecas, museus, centros de memória, arquivos, centros de documentação, entre outras unidades de informação que tem a responsabilidade de organizar e disponibilizar esse patrimônio material de interesse coletivo.

O arquivo enquanto uma das unidades de informação pode ser apresentado como de caráter público ou privado os quais são regidos pela Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Esses arquivos podem ser especializados em diversas áreas do conhecimento, sendo o foco do presente artigo os arquivos provenientes de Unidades Escolares.

Os arquivos escolares são constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos pelas unidades, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades. As informações registradas estão apresentadas em diferentes gêneros como: documentos textuais, iconográficos, audiovisuais, cartográficos, entre outros, e em suportes analógicos ou digitais. Essa produção documental é criada segundo as necessidades do fazer pedagógico e reflete todos os aspectos culturais, administrativos, educacionais, políticos, ou seja, o cotidiano no contexto macro e micro da instituição e são portanto contributivos e indiciários para todas as leituras e releituras pretendidas. Pela constituição funcional e orgânica das fontes documentais e suas possibilidades de fundamentação e testemunho, os arquivos escolares compõem o patrimônio cultural material da história e memória de uma sociedade.

## 2 JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

Conhecer o que foi produzido pelas escolas está relacionado à compreensão cotidiana de usos e costumes das práticas escolares. Com isto, também a relevância de atividades voltadas para o planejamento e gestão da unidade de arquivo (em suas fases corrente, intermediária e permanente) os quais serão abordados posteriormente no presente artigo.

Como contributo para identificar e minimizar problemas de grande envergadura apresentados pela área da arquivologia, relacionados a má gestão documental, e encontrados em diferentes instituições escolares, em especial de caráter público, decorrem pesquisas e projetos que discutem aspectos teóricos, metodológicos e práticos da gestão documental em benefício da sociedade. Apesar dessa abordagem e da literatura contemporânea tratar das problemáticas do arquivo escolar, ainda assim, não há uma visibilidade de mudanças e/ou de implementações de políticas públicas relacionadas a organização e disponibilização desses arquivos, sendo ainda essenciais maiores aprofundamentos e o desenvolvimento de atividades que contemplem, por exemplo, os processos de preservação, classificação, avaliação, descrição, difusão, e acesso as fontes documentais sob custódia do arquivo escolar.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, discentes e docente do curso de graduação em Arquivologia, têm pesquisado na temática dos arquivos escolares. E o presente artigo trata de algumas das considerações referentes a um projeto de mapeamento dos arquivos das escolas públicas estaduais da Ilha de Florianópolis. O mapeamento das informações se deu por meio de visitas às instituições escolares, com apresentação da pesquisa, análise da situação

atual do acervo (documentos nos diferentes suportes físicos), entrevistas e, ou depoimentos com integrantes da comunidade interna, preenchimento de cadastro (elaborado pelos integrantes do grupo de pesquisa) com identificações do corpo docente, discente e da vida funcional administrativa de cada escola.

### 3 GESTÃO DOCUMENTAL

A gestão documental historicamente tem seus embasamentos pautados na área da gestão administrativa e na arquivologia. Segundo a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, “Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Frente ao mapeamento realizado nas instituições escolares é possível perceber a ausência da gestão documental em especial nos aspectos da avaliação e arquivamento dos documentos produzido e/ou recebidos pelas escolas. Atribui-se a uma falta de formação dos conceitos arquivísticos por parte da comunidade interna e externa das escolas, e desenvolvimento das atividades pertinentes aos arquivos, o que remete necessariamente a ausência de políticas públicas para tratamento das fontes documentais escolares respeitando o ciclo de vida dos mesmos.

O ciclo de vida documental compreende três fases/idades:

**1ª idade** – arquivos correntes: os documentos estão em plena fase ativa, em uso funcional, administrativo, jurídico e este

uso está ligado às razões pelas quais foram criados. A permanência dos documentos nesta idade dependerá de sua função.

**2ª idade** – arquivos intermediários: os documentos (papéis) já ultrapassaram seu prazo jurídico administrativo, mas ainda podem ocasionalmente ser consultados e, ou utilizados por seu produtor. (...)

**3ª idade** – arquivos permanentes: abre-se essa idade ou fase após os documentos terem cumprido as anteriores, ou seja, quando não tem mais valor ou função para trâmites administrativos e nem passa por consultas esporádicas, pois suas informações já prescreveram, não servem para os serviços vigente da administração escolar (SILVA, 2004, p.72).

A terceira idade e/ou arquivo permanente, foco principal do estudo, é conhecido também como arquivo histórico, nesta fase está aberto para uma polissemia de interpretações, para usos culturais, de pesquisa, entre outros. As fontes são indiciárias.

Um arquivo permanente não tem seu acervo constituído de ‘preciosidades’ colecionadas aqui e ali e recolhidas para que, com elas, o historiador estabeleça o seu referencial de fontes. Um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos há mais de 25 anos pelos vários órgãos da administração (...) cada órgão vindo a constituir um fundo de arquivo – remanescentes de eliminação criteriosa (BELLOTTO, 1991, p.68).

A constituição do arquivo permanente só é possível por meio da classificação e avaliação documental, processos fundamentais para determinar a vida das fontes documentais. Na literatura da área em arquivologia é recorrente o termo classificação documental para retratar o procedimento ou seqüência de operações que distribuem os documentos, segundo as funções, estruturas e, ou atividades do

órgão produtor dos documentos. Portanto, a distribuição ou classificação documental exige o estudo do produtor e análise da organização, produção dos documentos e das relações orgânicas entre os documentos.

Sem entrar na discussão da diferenciação existente entre os termos classificação e arranjo documental, salientamos que eles são aqui entendidos como a mesma atividade nos arquivos correntes e permanentes. E a justificativa pode ser simples, os documentos não são gerados com o intuito de ser fonte documental histórica, logo, os documentos foram organizados e classificados segundo os usos de seu produtor. Ao chegar à fase permanente há todo um esforço para transparecer as relações orgânicas existentes entre os documentos, é o contexto de produção que possibilita esta transparência, visando as resignificações. Assim, não faz sentido reelaborar toda a classificação, ou seja, dissolver as possíveis relações.

O acervo documental histórico deverá ter passado ao longo dos seus ciclos de vida, inclusive, por uma avaliação documental criteriosa, pautada em tabela de temporalidade elaborada por comissão interdisciplinar, e aplicada por profissionais capacitados para tal procedimento. O que resultará em eliminação documental, seguindo os procedimentos legislativos. Mas ainda sim, a classificação documental será mantida, haverá um arranjo do todo, visando agora os usos históricos, culturais, memoráveis, porém, a história do produtor não mudará por ter documentos históricos em fase permanente (SILVA, 2010).

Tendo como ponto de partida a classificação documental, será estudado o processo de descrição dos documentos, levando também

em consideração as necessidades do arquivo, pautadas em especial na demanda e utilização das fontes pelos usuários e equipe técnica.

A descrição, segundo a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) tem como objetivo

(...) identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isso é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativa e acessíveis

(...) A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. (...)” (ISAD-G, 2000, p.11).

Essa Norma, em conjunto com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) estabelece diretrizes para a descrição de documentos no Brasil. As normas apresentam um conjunto de regras gerais para a elaboração de descrição, em um processo que visa:

- elaboração de uma descrição coesa e auto explicativa;
- assegurar a recuperação da informação e propiciar a troca de informações sobre documentos;
- contribuir no compartilhamento de dados;
- possibilitar a integração de descrições de diferentes arquivos (ISAD-G, 2000).

As regras apresentadas pela NOBRADE estão organizadas em oito áreas de informação descritiva: identificação, contextualização,

conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas e controle da descrição, e pontos de acesso e indexação de assuntos.

A descrição visa possibilitar o acesso da informação aos usuário do arquivo, sejam eles internos ou externos, ou seja, a todo cidadão, respeitando contudo as determinações de acesso da instituição arquivística, levando em consideração o sigilo e as condições de preservação dos documentos, entida segundo Cassares (2000, p.12) como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”.

A preservação dos documentos visa garantir a imparcialidade; autenticidade; naturalidade; inter-relacionamento; unicidade, características essas necessárias ao registro documental, como apontado por Duranti (1994), reenfazado por Lopez (2004) e também por outros autores da área. A preservação visa também garantir o acesso aos conteúdos dos documentos arquivísticos independentes dos seus meios.

#### **4 O ARQUIVO ESCOLAR: problemática dos lugares e a difusão**

Muitas vezes os arquivos são caracterizados como lugares escuros nas instituições escolares por configurarem em ambientes abarrotados de documentos antigos, pouco utilizados, ou sem uso algum, os arquivos, em especial os históricos, são considerados sem funções importantes ou sem valores administrativos. Ainda sim, deve-se perceber que implicitamente o significado da palavra arquivo não remete ao local físico, e sim ao que há nesses locais: papéis e inúmeros

outros suportes com registros de informações produzidos e recebidos pela escola, como já abordados.

Os documentos escolares considerados velhos e sem importância para o cotidiano são muitas vezes, amontoados em locais escusos da instituição ou eliminados indiscriminadamente. Nessa esfera o documento escolar ocupa lugar à margem da vida institucional, ele fica escondido, como apontado nas imagens abaixo:



Fotos: Eva C. Leite Silva, 2012.

Imagens dos lugares de guarda dos documentos escolares.

Apesar dos inúmeros descasos os arquivos escolares apresentam-se como lugares de memória, constituídos de fontes que auxiliam não apenas às atividades administrativas da instituição, mas também a pesquisa da educação, da identificação de uma comunidade, das mudanças dos suportes e instrumentos de escrita, entre outras tantas possibilidades de pesquisa. Portanto, o arquivo recolhe, custodia, preserva e organiza. Serve ao administrador, ao historiador, ou seja, ao cidadão.

Considerandos os aspectos abordados o arquivo histórico escolar, em especial, tem e necessita assumir papel na difusão cultural e ser um ambiente propício às relações educativas (formal e informal), aspectos estes também apontados por Bellotto (2009) ao tratar da difusão editorial, cultural e educativa em arquivos.

## **5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

No mapeamento realizado nas escolas estaduais de Florianópolis, assim como demais pesquisas no âmbito dos arquivos escolares, foi possível perceber que as atividades correlacionadas ao arquivo têm ocorrido sem embasamentos teórico-metodológicos, acarretando a perda de muitas informações.

Assim, para a sociedade contemporânea, é fundamental o acesso as informações existentes nos arquivos, enfatizando como aponta Le Goff (1994, p.545), que:

(...) O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória cole-

tiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Pensar nas instituições de ensino fundamental, médio ou superior é repensar continuamente nas suas histórias, é reler com o apoio das fontes documentais, portanto, faz-se necessário preservar os registros escolares que são bens culturais, materiais e imateriais.

Assim, a escola, o professor, os estudantes e o arquivista precisam intermediar a disseminação da informação, visando a reelaboração de conhecimentos, cada um em seus respectivos campos de atuação, todavia, apoiados pela multidisciplinaridade.

Em síntese, a importância dos arquivos escolares está na possibilidade de indiciar práticas e contextos escolares, que no entrecruzamento com outras fontes e literaturas possibilitam a construção de narrativas, o suscitar de novos entendimentos a respeito de cotidianos particulares, que contribuem ou que na somatória constroem a história da educação escolar.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL, Lei 8.159, de 01 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 dez. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CASSERES, Norma C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. v.5. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma brasileira de descrição arquivística. de Janeiro. 2006.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, nº13, jan./jun. 1994. p.49-64.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Produzindo o passado. In: Antonio Augusto Arantes. (Org.). **Cultura, patrimônio e preservação**. São Paulo: Brasileira, 1984, p. 23-58.

LE GOFF, Jaques. Memória; e Documento/monumento. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão (et al.). 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p.423-483; e p.535-553.

LOPEZ, André P. A. Princípios arquivísticos e documentos digitais. **Arquivo Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, v.2, 2004. p. 70-85.

SILVA, Eva C. L. Os papéis de porão na constituição da cultura escolar: “Escola Normal Carlos Gomes”, 1949-1966. Campinas, SP: **Dissertação**, Unicamp, Faculdade de Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Os registros da Escola Normal, Brasil e Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX. Campinas, SP: **Tese**, Unicamp, Faculdade de Educação, 2010.



# DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO IBICT: problemas e recomendações técnicas



Ana Suely P. Lopes<sup>1</sup>

## RESUMO

Esse trabalho visa apresentar o diagnóstico referente às atividades finalísticas do Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia (IBICT), tendo em vista o direcionamento das ações a serem tomadas no dia a dia da instituição, seja na tomada de decisões ou no apoio ao planejamento estratégico, com o uso dos recursos humanos, físicos, materiais e tecnológicos utilizados na gestão documental e no gerenciamento da informação. Estudo do histórico, atribuições de cada área fim, atividades e funções finalizando com a identificação da tipologia documental; considerando que o diagnóstico serve para detectar problemas na gestão dos arquivos e proporcionar subsídios à definição de procedimentos e políticas internas referentes à gestão da informação e à elaboração do Plano de Classificação e do Plano de Avaliação e Destinação das informações e documentos institucionais. No inventário observaram-se características sobre a evolução político-administrativa do IBICT, atribuições, funções e atividades de cada unidade acumuladora de documentos da área fim, informações quantitativas e qualitativas sobre o acervo, condições dos depósitos, iluminação e espaços físicos, condições de armazenagem e de acondicionamento, formas de arquivamento, de localização, acesso e recuperação dos documentos e utilização de recursos tecnológicos. O produto que apresenta o diagnóstico permitiu conhecer a situação da instituição em todos os aspectos relacionados à gestão da informação arquivística, proporcionando várias

---

1 Consultora em Gestão de Arquivos e Bibliotecas pela UNESCO/IBICT. Graduada em Arquivologia (UnB) e em Biblioteconomia e Documentação (UFC) e Especialista em Gestão de Projetos (UCB). E-mail: pinholopes.anasuely@gmail.com

informações relevantes a seu respeito. Dentro desse foco, acredita-se que o IBICT atingirá suas metas em um menor prazo, contará com uma gestão documental eficaz e poderá proceder a eliminação dos documentos de forma segura preservando a sua memória institucional.

**Palavras-chave:** Gestão Documental. Arquivos. Atividades Finalísticas.

## **DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE LOS ACERVOS DOCUMENTALES DE LAS ACTIVIDADES FINALÍSTICAS DEL IBICT: problemas y recomendaciones técnicas**

### **RESUMEN**

Este artículo presenta un diagnóstico relacionado a las actividades finalísticas del Instituto Brasileño de Ciencia y Tecnología (IBICT), dada la orientación de las acciones a realizar en el día a día de la institución, ya sea en la toma de decisiones o en el apoyo a la planificación estratégica, con el uso de los recursos humanos, físicos, materiales y tecnológicos utilizados en la gestión de documentos y gestión de la información. Estudio del historial, las asignaciones de cada área-fin, las actividades y funciones finalizando con la identificación de la tipología documental, mientras que el diagnóstico sirve para detectar problemas en la gestión de archivos y proveer subsidios a la definición de los procedimientos y políticas internas relacionados con la gestión de la información y con la preparación del Plan de Clasificación y el Plan de Evaluación y el Uso de las informaciones y documentos institucionales. En el inventario se observaron las características de la evolución política y administrativa del IBICT, las competencias, las funciones y actividades de cada área fin, la información cuantitativa y cualitativa sobre el acervo, las condiciones de los depósitos, la iluminación y los espacios físicos, condiciones de almacenamiento y embalaje), formas de archivamiento, localización, acceso y recuperación de documentos y el uso de los recursos tecnológicos. El producto que presenta el diagnóstico ha permitido conocer la situación de la institución en todos los aspectos relacionados con la gestión de la información de archivo, proporcionando diversas informaciones relevantes a su respecto. Dentro de ese enfoque, se cree que el IBICT alcanzará sus metas en un corto plazo, tendrá una gestión eficaz de documentos y podrá iniciar la eliminación de los documentos de forma segura, preservando su memoria institucional.

**Palabras clave:** Gestión de Documentos. Archivos. Actividades Finalísticas.

## 1 INTRODUÇÃO

O diagnóstico da situação arquivística de uma instituição é o instrumento que direciona as ações a serem tomadas no planejamento dos recursos humanos, físicos, materiais e tecnológicos utilizados na gestão documental e no gerenciamento da informação.

O Diagnóstico aplicado aos acervos do IBICT teve como objetivos: registrar a realidade da situação arquivística dos documentos da área finalística do IBICT; apresentar propostas de melhorias e sugestões à gestão da informação orgânica do IBICT e subsidiar a elaboração e revisão do Plano de Classificação e do Plano de Avaliação e destinação das Informações e documentos do IBICT com as tipologias documentais levantadas.

O levantamento dos dados nas unidades do IBICT contou com o apoio da equipe do Arquivo Geral, no acompanhamento das entrevistas e disponibilização de documentos, e com a disponibilidade dos gestores ao prestarem informações relevantes no ato das visitas com respostas ao questionário aplicado. A visita técnica foi realizada com exclusividade nas áreas finalísticas, tendo em vista a existência dos instrumentos determinantes do tratamento documental da área meio.

O IBICT foi criado pelo Decreto N. 35.124, de 27 de fevereiro de 1954 (publicado no “Diário Oficial” de 4-3-1954, nos termos da Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951), tendo como finalidade promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional e incentivar e coordenar o melhor aproveitamento

dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.

Tem como Missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico.

A origem do IBICT remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia. A ação da Unesco, à época, foi decisiva para o surgimento de instituições do gênero em diferentes países. A escolha inicial da FGV deveu-se ao fato de aquela instituição estar realizando importantes atividades na área de bibliografia e documentação.

Por essa época, estava sendo criado, também, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que tinha, entre suas atribuições, “manter relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica”. Por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado em 27 de fevereiro de 1954, pelo Decreto do presidente da República nº 35.124, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que passou a integrar a estrutura organizacional do CNPq.

Os anos 70 são marcados por uma reorganização das atividades de ciência e tecnologia no país. Registra-se a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ampliando o seu poder, transformando-o em fundação, ligando-o à Secretaria do Planejamento e à Presidência da República. Da mesma maneira que o CNPq, o

IBBD passa por uma transformação, inclusive com a mudança de nome para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a publicação da Resolução Executiva do CNPq nº 20/76. O IBICT consolidava-se, então, como órgão que coordenaria, no Brasil, as atividades de informação em C&T.

O IBICT, desde então, tem atuado também na promoção da popularização da informação científica e tecnológica. São exemplos dessa iniciativa, o projeto “Ciência às Cinco”, lançado em 1987; um ano mais tarde, a Base de Dados de Filmes em C&T; e, em 1993, o “Programa de Tecnologias Apropriadas”.

Desde 1975, o IBICT vem desenvolvendo as funções de Centro Nacional da Rede ISSN, para atribuição do número internacional normalizado para publicações seriadas. A partir de 1980, o IBICT se estabeleceu como Centro Brasileiro do ISSN e passou a ser o único membro no Brasil para atribuição do código ISSN.

Um dos primeiros serviços do IBICT, o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), foi criado em 1954, pelo então IBBD, como um catálogo convencional de fichas, com prestação de informações presenciais, por telefone ou correspondência. Desde então, o serviço tem acompanhado a evolução das tecnologias, passando pela edição impressa, por microfichas, e finalmente para sua atual versão eletrônica.

O Programa de Comutação Bibliográfica (Comut), instituído pela Portaria nº 456 de 5 de agosto de 1980, é um dos produtos tradicionais do IBICT, que possibilita a obtenção de cópias de documentos técnicos científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.

O IBICT hoje é referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento. Exemplo desse compromisso é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), lançada em 2002, que utiliza as mais modernas tecnologias de arquivos abertos e integra sistemas de informação de teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. A BDBTD possui um acervo de mais de 126 mil teses e dissertações de 90 instituições de ensino. Isso faz dela a maior biblioteca dessa natureza, no mundo, em número de registros de teses e dissertações de um só país.

Faz parte também da história recente do IBICT o lançamento do CanalCiência, portal de divulgação científica e popularização da ciência, concretizado em 2002, que utiliza as mídias audiovisuais como recurso para inclusão de jovens na Sociedade da Informação. Vale frisar que o CanalCiência foi indicado ao prêmio da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, como melhor exemplo de conteúdo eletrônico e criatividade desta categoria.

Em 2005, além de aprimorar os serviços tradicionais, o IBICT ampliou sua atuação ao abranger outros segmentos da sociedade carentes de informação organizada na Web que ainda não faziam parte da sua comunidade de usuários. Para tanto, criou o Programa de Inclusão Social e passou a utilizar sua expertise em organização, armazenamento e disseminação da informação para apoiar as políticas públicas voltadas ao campo social, notadamente no que diz respeito à implementação de ações diretas no campo da aprendizagem informacional e digital.

O diagnóstico serviu para detectar problemas na gestão dos arquivos e proporcionar subsídios à definição de procedimentos e políticas internas referentes à gestão da informação e à elaboração

do Plano de Classificação e do Plano de Avaliação e Destinação das informações e documentos institucionais.

Tendo em vista a elaboração do diagnóstico das áreas finalísticas do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica - IBICT, como primeiro produto do Projeto 914BRA2015 e início das atividades de implantação de gestão arquivística das áreas fins, foi realizado o levantamento da situação das unidades e dos arquivos intermediários e permanentes (massas documentais acumuladas) geradas nas áreas fins do IBICT. Nesse inventário observaram-se características sobre a evolução político-administrativa do IBICT, atribuições, funções e atividades de cada unidade acumuladora de documentos da área fim, informações quantitativas e qualitativas sobre o acervo, condições dos depósitos, iluminação e espaços físicos, condições de armazenagem (mobiliário utilizado, estado de conservação e de acondicionamento (embalagens e material para guarda documental, adequação ao tipo de mobiliário), formas de arquivamento, suporte, mídias) formas de localização, acesso e recuperação dos documentos e utilização de recursos tecnológicos.

A pesquisa identificou as tipologias documentais produzidas, recebidas e acumuladas no âmbito do IBICT/IBBD, os métodos de arquivamento e sua adequação as normas arquivísticas federais e a existência de instrumentos de busca.

Os dados desse levantamento foram o objeto do diagnóstico da situação arquivística atual.

O produto que apresenta o diagnóstico permitiu conhecer a situação da instituição em todos os aspectos relacionados à gestão da informação arquivística.

Diante das informações coletadas tornará possível propor mudanças que facilitem o tratamento, a organização, recuperação da informação e a preservação da memória institucional, com melhor aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos na gestão documental.

A elaboração do diagnóstico foi realizada em quatro etapas, com a aplicação da seguinte metodologia:

- pesquisa de fontes documentais: consulta a legislação interna, pesquisas em trabalhos realizados por outros órgãos, sites, estudos sobre instrumentos de gestão da informação e evolução/alteração da estrutura orgânica do IBICT, além de pesquisa bibliográfica;
- elaboração do instrumento: desenvolvimento de um questionário e de um formulário conforme os dados a serem incluídos na análise do diagnóstico (anexo). Esse instrumento é composto por duas partes:
  - Identificação da unidade: inclui dados sobre o setor nome, denominação, nome do responsável pelo setor, contato, especificação do mobiliário utilizado para a guarda de documentos, estantes, armários, gavetas; levantamento dos recursos tecnológicos que influenciam direta ou indiretamente na produção documental; computadores, notebooks, impressoras, aparelhos de fax, copiadoras multifuncionais, scanners, laboratório de digitalização, sistemas de recuperação da informação, GED, GDE, Banco de Mídias; recursos humanos da unidade, quantidade de analistas, técnicos, bolsistas, terceirizados, e o grau de escolaridade dos mesmos, dimensionamento do acervo em

metros lineares (identificando-se quando possíveis originais e cópias) e data-limite do acervo, ano de criação do documento mais antigo e do mais recente.

- levantamento de tipologias: elaborado com o intuito de fornecer informações sobre as tipologias documentais existentes; no caso das massas documentais acumuladas, geradas por uma unidade específica, considerada, até então, “extinta”, verificou-se se havia de fato sido extinta, ou se apenas sofreu alteração na denominação e a pesquisa nos levou a constatação de que a mesma continua gerando documentos relativos a mesmas atividades/funções, em consequência produzindo as mesmas tipologias documentais e que sofreu alteração apenas na denominação.
- Visitas às unidades/entrevistas: aplicação do questionário em cada unidade finalística por meio de entrevista com o gestor ou funcionário que conhecesse os dados das unidades, incluindo recursos humanos, tecnológicos, e demais informações sobre o arquivo corrente. A realização das visitas foi previamente formalizada e agendada. Nessa fase foram realizadas as coletas de dados, com análise da composição dos arquivos correntes, das tipologias documentais encontradas, das formas de acondicionamento dos documentos, do volume documental, dos gêneros, (textuais, iconográficos, informáticos e outros), e das datas limites. No ato da entrevista, foram aplicados questionários seguidos de formulários referentes às tipologias documentais. No caso de algumas divisões, que centralizam a guarda dos documentos das coordenações a qual são subordinadas, foram aplicadas a cada

uma delas questionários de identificação da unidade, e toda a documentação foi analisada durante a visita à coordenação gestora do acervo.

- análise dos dados: após a conclusão das entrevistas os dados foram avaliados e consolidados. Com o auxílio desse instrumento, procedeu-se a análise das informações de forma descritiva e analítica da situação atual dos arquivos correntes, dos recursos tecnológicos e humanos disponíveis e tornaram-se perceptíveis os problemas existentes nas diversas áreas. Formulou-se então, recomendações técnicas e sugestões de melhorias à gestão documental do IBICT.

Mesmo com a existência do Plano de Classificação e do Plano de Avaliação e Destinação das Informações e Documentos da área meio do IBICT, percebeu-se a não aplicação desses instrumentos pelas unidades, não foi possível identificar até que nível houve a implantação da gestão documental na área meio quando da elaboração dos seus instrumentos determinantes.

Instrumentos de pesquisas eficientes são utilizados em poucas unidades, prevalecendo métodos empíricos de arquivamento, organização e identificação nem sempre proporcionam uma rápida recuperação da informação. Os métodos observados consistem na identificação simples do conteúdo de pastas e caixas a partir da atividade que gerou o conjunto documental ou a partir da espécie documental. Os documentos estão quase sempre arquivados por nome do projeto, muito embora esta informação não apareça na etiqueta de identificação do suporte de forma completa.

Na maioria das unidades, a organização e o gerenciamento dos documentos é feita pelo gestor do projeto, ou em alguns casos pela secretária, isto demonstra a falta de padronização de procedimentos, de uso de metodologias definidas que envolva toda a equipe no conhecimento da metodologia empregada.

Uma anomalia identificada é a prática de que a biblioteca mantém sob sua guarda, junto à memória técnica os documentos de caráter permanente, de valor histórico que deveriam estar sob a guarda do arquivo geral; certamente pela cultura da instituição ser fortemente atuante na biblioteca, contar com profissionais altamente competentes e em contrapartida pela ausência do profissional arquivista. Esses documentos deveriam estar tratados e organizados com as devidas técnicas e tratamento adequado em respeito ao seu valor informativo, legal e histórico.

Segundo Belloto (1991, p. 68) um documento é histórico quando, passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica (testemunho). Sua utilidade é da administração e da historiografia, no sentido mais crítico e científico, e não no de “deleite cultural”.

Quanto aos documentos que compõem a memória técnica da instituição, para (Silva, 2010, p. 42) trata-se de “toda a documentação sobre a produção técnica científica gerada na instituição, ou seja, publicações editadas e seriadas, produzidas pelas unidades e relatórios técnicos produzidos pelos pesquisados nas unidades”.

Esta dúvida e que leva à reunião dos acervos torna-se bem atuante tanto na forma de guarda como no imaginário dos profissionais da informação, revelando a falta de clareza da diferença entre os dois acervos.

As diferenças básicas estariam entre - o documento de arquivo é único, orgânico, é gerado de uma função da instituição, tem valor legal, probatório e histórico; na essência, são documentos sem valor administrativo e função, que já estão em desuso, sendo preservado pelo seu valor histórico, cultural ou informativo, seu acesso é irrestrito, porém não há empréstimo, é destinado apenas par consulta local.

Enquanto que o documento de memória técnica (biblioteca) trata-se de produção editorial, intelectual, este serve para tomada de decisão e planejamento estratégico; um instrumento de organização do conhecimento; àquele para comprovar, que tem a função de servir de testemunho no ato de uma pesquisa histórica. Muito embora, ambos tenham muito em comum, a questão da preservação, de serem fontes documentais de pesquisa. Outro fator preocupante e que vem confirmar a ausência de uma gestão documental eficaz, foi colocada por alguns gestores, que tomam a iniciativa para organizar seus arquivos, demonstrando preocupação com o amanhã, em deixar o acervo organizado para os que virão, para que esses não se deparem com dificuldades no ato de recorrer ao passado seja para uma tomada de decisão, ou na busca ao passado de uma informação relevante. Isto torna bem claro a importância do trabalho e da conscientização e envolvimento de todos os servidores. Justifica mais uma vez a necessidade da organização dos arquivos, do uso de melhores técnicas de tratamento e de instruções sobre a aplicação das normas de gestão documental. Esse interesse revela a necessidade de treinamento e divulgação da gestão documental no IBICT.

No decorrer da entrevista, percebeu-se, que existe carência de servidores, e que o quadro atual é composto, na maioria por bolsistas e terceirizados.

▫ Das massas documentais acumuladas:

Conta-se com um acervo de aproximadamente 70 metros lineares de documentos encontrada nos diversos locais. A maioria, acondicionados em caixas de polietileno, com descrição sumária muitas vezes na própria caixa, outras em etiquetas/espelhos, com poucas informações. Na maioria, não foi possível identificar o ano de referência, mas em geral trata-se de documentos da década de oitenta até os dias atuais.

Parte do acervo que compõe essa massa documental acumulada da área fim encontra-se no Arquivo Geral que detém os documentos do IBICT das fases intermediária e permanente, localizado no primeiro andar do prédio do IBICT/UNESCO, dentro da biblioteca. É composto por documentos referentes a uma unidade que trocou de denominação, no caso o DEP/IBICT/RJ que passou a ser uma coordenação, esta continua desenvolvendo as mesmas atividades e funções, gerando, portanto, o mesmo tipo de documentos.

Identificou-se também uma quantidade significativa de documentos históricos catalogados como documentos de biblioteca considerados memória técnica e que se encontram em condições precárias de higienização, acondicionamento e preservação.

Ao entrevistar uma servidora da época sobre a referida documentação, esta nos relatou como se originou a ideia de catalogar e guardar os documentos de arquivo como memória técnica (biblioteca), “era que havia muitos documentos dispersos e para não se perderem no tempo ela rastreava esses documentos e catalogava como tal; eram documentos referentes a produtos e serviços que tinham relação com o público externo; manuais, relatórios técnicos; alguns manuscritos”. Esse depoimento vem firmar a necessidade da existên-

cia de uma unidade de arquivo na estrutura e a falta de clareza da diferença entre documento de biblioteca e de arquivo. Confere mais uma vez a preocupação do profissional de biblioteca em assumir as atividades de arquivista, tendo em vista a não existência desse profissional, caso muito comum ainda nas instituições.

No ato das entrevistas, identificou-se em algumas coordenações, que o gestor fica alocado em um ambiente e o respectivo acervo corrente em outro, o que leva à dificultar a localização e o acesso imediato.

Os acervos correntes, contam em média com 75 metros lineares de documentos compostos principalmente por documentos administrativos que subsidiam as atividades de rotina das unidades; verificou-se que mesmo com a existência do Plano de Classificação e a Tabela de temporalidade da área meio tais documentos são arquivados e transferidos ao Arquivo Geral sem critérios/metodologias de gestão documental, o que aponta a necessidade de um treinamento e conscientização da importância da implantação da gestão documental na instituição.

Os documentos técnicos, relacionados com as atividades-fim das unidades, originam procedimentos administrativos ou fazem parte de projetos, e por isso não há um valor significativo desse conjunto documental sob a guarda dos setores de trabalho, além do que, na maioria dos documentos gerados na unidade já nascem digitais e são arquivados em mídia eletrônica. É comum nas unidades, o uso de arquivos compartilhados na rede.

Outro fator apontado, considerado anomalia é o fato de duas unidades atuarem tanto na área meio quanto na área fim; Comunicação social e Tecnologia.

No caso da Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia, que presta suporte ao público externo em tecnologias apoiadas pelo IBICT, não há acúmulo de documentos impressos, pois esses são gerados quase que no todo em mídia digital e encontram-se disponíveis na web, com acesso direto no site, porém foi identificado que não existe uma organização estruturada para a busca, isto sinaliza que mais cedo ou mais tarde, quando do crescimento da produção venha a indicar necessidade de padronização de pastas, arquivos, nomeação, extensão e demais tributos. Quando perguntado pela eliminação no corrente, o gestor respondeu prontamente que ocorre sim, quando o software torna-se obsoleto eles retiram do ar, ou quando o documento perde o valor legal. Os documentos gerados por essa coordenação referem-se no geral a manuais, cartilhas, guias referentes aos serviços oferecidos ao cliente externo no apoio a tecnologia do IBICT. Neste segmento foi encontrado um arquivo de aço quatro gavetas com pastas suspensas de documentos de outra unidade, tanto de área meio com da área fim.

Em relação à existência de um sistema informatizado de gestão de documentos, também não existe, muito embora todos façam uso de tecnologias com repositórios em bancos, bases e fontes informatizadas por meio de documentos eletrônicos.

Em contrapartida, foi verificada a forte existência de uso das tecnologias da informação nas atividades desempenhadas nas unidades; tais como sites, portais, biblioteca digital e todos fazem uso de documentos eletrônicos, os documentos já nascem eletrônicos.

Foi colocada pela maioria dos gestores a dificuldade de localizar os documentos físicos gerados pela unidade, no ato de uma tomada de decisão, de elaboração de um novo documento referente

ao projeto atual; e também dos documentos já consolidados. Não há clareza onde, como e com quem localizar. Isto revela a falta de uma gestão documental efetiva.

Em algumas unidades, não há espaço suficiente para acomodar o mobiliário necessário para o armazenamento dos documentos e estes ficam guardados fora da respectiva unidade em caixas-arquivo desordenadas e empilhadas dificultando o acesso e a recuperação da informação. Esses ambientes oferecem riscos à integração física dos documentos, pois em alguns casos, há o compartilhamento de espaços de documentos com materiais não pertinentes ao arquivo, neste caso recomenda-se a aplicação de um “cinco S”.

Quanto às formas de acondicionamento dos documentos do Arquivo Geral, se encontram em caixas de papelão, com identificação e descrição do conteúdo em espelhos. O acervo arquivístico existente na biblioteca compartilhando espaço com a memória técnica, está arquivado em caixas de polietileno com uma identificação muito precária, não há padronização de modelos de espelhos para caixas. Nos arquivos correntes, faz-se uso de pastas suspensas e caixas de polietileno em cores variadas.

Outra prática de acondicionamento que foi encontrada e é desaconselhável é o envelopamento, que foi observado em casos isolados, (massa documental acumulada) mas, ainda assim, em grande quantidade. A utilização do envelope dificulta a consulta porque o material é na maioria das vezes lacrado com fita adesiva e danificado quando reaberto (com possível dano do conteúdo), o motivo percebido é porque se trata de documentos gerado de uma unidade considerada “extinta” até então, mas que, na realidade apenas trocou de denominação. Ainda assim há necessidade de tratamento, orga-

nização e identificação para facilitar a disseminação e o acesso desse acervo.

Verificou-se a existência de um laboratório de digitalização com tecnologia de ponta, destinou-se em princípio, a digitalização do material referente às publicações a serem disponibilizadas no Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação. Publicação vinculada às instituições brasileiras públicas no âmbito dos ministérios.

As mudanças nas exigências do mercado de trabalho ocorridas nas últimas décadas tornam o conhecimento um requisito básico para qualquer área de atuação, inclusive no setor público. O nível de escolaridade de quem trabalha na instituição influi diretamente na gestão dos arquivos setoriais. Características como a gestão ambiental, a racionalização do uso do espaço tanto físico como eletrônico, a necessidade de agilidade nos processos e o uso de abrangentes sistemas informatizados, que modificam a produção e os métodos de gestão de arquivos, acentuam-se à medida que o servidor adquire conhecimentos específicos e gerais ou aperfeiçoa conhecimentos inerentes à gestão de arquivos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a elaboração do diagnóstico, da situação arquivística observou-se que os problemas referentes à gestão documental acontecem, em grande parte por desconhecimento técnico dos servidores que lidam diariamente com os documentos além da implementação de um programa de gestão documental efetivo que abranja todo o corpo funcional.

Dentre os problemas identificados, podemos destacar:

- A ausência de implantação de um programa de gestão documental eficaz;
- O desconhecimento e/ou a não utilização do Plano de Classificação da área-meio nos setores;
- O uso de materiais não recomendáveis para guarda de documentos; caixas de polietileno, sacos plásticos, envelopes;
- Guarda de documentos mesclados (na memória técnica da biblioteca encontram-se documentos históricos que deveriam estar no arquivo);
- Ausência de um arquivista responsável direto pela gestão do Arquivo Geral;
- Falta de capacitação/conscientização da importância dos arquivos para a tomada de decisão que impacte na agilidade dos processos;
- Número reduzido de servidores para realizar a orientação técnica na área de gestão documental nas unidades;
- Inexistência de políticas para a gestão dos documentos tradicionais e eletrônicos;
- ausência de um sistema de gestão eletrônica de documentos, bem como de gestão de documentos eletrônicos;

Recomendações técnicas

- Criação da unidade de arquivo na estrutura para sistematizar a gestão documental, e exercer as seguintes atribuições:
- gerir a política de gestão dos arquivos, visando à garantia da aplicação de procedimentos para a recuperação e dissemi-

nação da informação, bem como à preservação da memória institucional;

- coordenar os serviços de tratamento, organização, avaliação do acervo acumulado e gerado nas unidades incluindo o serviço de transferência e recolhimento conforme metodologia aplicada;
- determinar critérios para digitalização;
- promover treinamentos relacionados à Gestão Documental visando à melhoria do nível técnico do pessoal e conseqüente progresso no desenvolvimento da instituição;
- garantir a acessibilidade física e eletrônica de documentos, por meio da elaboração de procedimentos de tratamento e preservação dos documentos institucionais;
- contratar um profissional para o quadro formado em arquivologia;
- criar metodologias, definir procedimentos e padronizar via criação de manuais e formulários de gestão documental;
- implantar um programa de gestão documental, por meio de workshops com representantes de todas as unidades;
- definir políticas de gestão de arquivo;
- implantar a gestão documental desde a fase corrente, com a aplicação do PC e da TTD, com critérios de avaliação para a destinação na origem;
- utilizar ferramenta de Gerenciamento dos Arquivos Eletrônicos;

Sugestões

- destinar maior espaço para abrigar o acervo intermediário e permanente;
- tratar a massa documental acumulada no Arquivo Geral e demais depósitos encontrados;
- diferenciar espaços reservados para tratamento técnico e pesquisas;
- substituir todas as caixas de polietileno pelas caixas arquivo de papelão, por serem mais recomendáveis à preservação dos documentos e mais proporcionar mais segurança;
- informatizar o gerenciamento do arquivo permanente das áreas meio e fim;
- tratar o acervo histórico, hoje considerado Memória Técnica, destinar aqueles de caráter permanente ao arquivo geral e digitalizá-lo, disponibilizando a cópia para consulta, visando preservar o original, memória da instituição;
- evitar acúmulo de cópias de documentos, seja físico ou eletrônico;
- centralizar os documentos na unidade corrente, enquanto o projeto/processo estiver em andamento, logo que concluir enviar o conjunto documental ao arquivo geral.

Para o bom funcionamento do arquivo, é imprescindível que conte com pessoal capaz, diligente e, sobretudo, com formação profissional. Além disso, para que o arquivo não atravesse fases de bom e mau funcionamento, é preciso que haja estabilidade de seu pessoal, o que permitirá continuidade de ação, visando a tornar possível o aproveitamento da experiência do passado na solução dos problemas técnicos e administrativos, que se apresentem a todo o corpo exe-

cutivo e diretivo de uma instituição. Não é se não essa, a finalidade primordial de um arquivo.

Sugere-se capacitar a equipe para executar as atividades colocadas sobre gestão documental, tanto dos acervos setoriais quanto das massas documentais acumuladas; outra sugestão seria a contratação de uma consultoria para tratar o acervo acumulado e implantar a gestão documental nas unidades como um todo, de modo que os servidores absorvam a metodologia implantada e deem continuidade ao programa, tanto nos setores quanto no arquivo geral. Além do mais, adotar a prática de um acompanhamento periódico para avaliar a continuidade da aplicação da metodologia adotada. As atividades de arquivo são contínuas, nunca acabam.

Aos dirigentes e servidores em geral, sugere-se palestras de sensibilização e conscientização sobre a importância da gestão documental no IBICT.

### **3 CONCLUSÃO**

Com base nas colocações expostas, conclui-se que, com a adoção dessas recomendações técnicas, o IBICT atingirá suas metas em um menor prazo, terá uma gestão documental eficaz e poderá proceder a eliminação dos documentos de forma segura preservando a sua memória institucional.

**REFERÊNCIAS**

BELETTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Legislação Arquivística brasileira**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis/downl.htm>>. Acesso em: 11 de ago. 2013.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação. **Acervo arquivístico: diagnóstico 2008**. Brasília: TSE, 2009.

FERREIRA. L. C; MELO. D. G. P. **Diagnóstico de arquivos: instrumento de ação efetiva na gestão documental**. João Pessoa, UEPB, 2008.

SILVA. D. A. **Memória Técnica das unidades de Pesquisa da EMBRAPA**. Londrina, 2010. Sobre o IBICT. <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico>>. Acesso em: 06 de ago. 2013.



## O ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA E O PARADIGMA PÓS CUSTODIAL: um estudo de caso

Joana Gusmão Lemos<sup>1</sup>

Natália Nakano<sup>2</sup>

Maria José Vicentini Jorente<sup>3</sup>

### RESUMO

O uso das novas tecnologias digitais instaura aos processos infocomunicacionais contemporâneos novidades que, ao mesmo tempo em que acentuam a importância dos estudos da Ciência da Informação, apresentam à área grandes desafios. Neste cenário de reordenamento de estruturas e novos comportamentos informacionais surge o paradigma Pós-custodial, propondo às instituições de Arquivo uma forma original de pensar sua gestão e disponibilizar o acesso aos seus documentos. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica, este estudo reúne conceitos teóricos sobre o novo paradigma em questão para então realizar um estudo de caso. A partir da exploração do *website* do *National Archives of Australia* o presente trabalho busca identificar e retratar pontos e características que apresenta em conformidade com as premissas do Pós-custodial, especialmente nos projetos sociais e educacionais de integração com a comunidade tanto no ambiente físico quanto no virtual. Percebemos que a abertura dos Arquivos e seus documentos ao ambiente virtual

- 
- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Linha de Pesquisa Informação e Tecnologia - UNESP, Marília. É bolsista CAPES e colaboradora do Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação (GPNTI). jobalemos@gmail.com
  - 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Linha de Pesquisa Informação e Tecnologia - UNESP, Marília. É bolsista CAPES e colaboradora do Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação (GPNTI). natinakano@gmail.com
  - 3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Linha de Pesquisa Informação e Tecnologia - UNESP, Marília. mjjorente@yahoo.com.br

em rede traz um admirável ganho de visibilidade à Instituição, ampliando seu espaço de atuação, aproximando-a do público e revigorando-a.

**Palavras-chave:** Informação e Tecnologia; Paradigma Pós-custodial; Arquivologia.

## 1 INTRODUÇÃO

A existência dos arquivos confunde-se com a própria existência da escrita. Desde que o homem dominou a escrita, ele percebeu a necessidade do registro para posterior utilização. Ao longo da História, os arquivos se encontraram em diferentes suportes, desde as placas de argila de Ebla até o suporte eletrônico, desenvolvendo-se e se tornando mais complexos e especializados à medida que as sociedades evoluíram e demandaram práticas arquivísticas mais eficientes, “o que demonstra a ideia de que eles sempre foram encarados como bases e veículos de informação.” (RIBEIRO, 2011).

No entanto, de acordo com Ribeiro (2002), a Arquivística como disciplina ou corpo do saber mais ou menos estruturado é conquista recente e tem como marco inicial a Revolução Francesa. No mesmo sentido, Reis (2006) afirma:

Um dos grandes marcos, para a História dos Arquivos, é sem sombra de dúvida a fundação de raiz, logo em 1789, dos *Archives Nationales* da França, e com eles a já muito conhecida Lei de 7 Messidor, que sai no Ano II da Revolução, que proclama que os Arquivos estabelecidos junto da representação nacional eram um depósito central para toda a República. A esta Lei traz um conceito moderno e liberal de Arquivo, onde o Arquivo Central do Estado deixou de constituir um privilégio dos órgãos de poder e passou a ser entendido como Arquivo da Nação aberto ao cidadão comum.” (Reis, 2006, p. 5)

A Lei 7 de Messidor criou os *Archives Nationales* com a incumbência expressa de que todo o cidadão poderá pedir em todos os depósitos, em dias e horas fixados, o acesso aos documentos aí colocados. O direito dos cidadãos ao acesso à Informação ficou consagrado nesses termos nos artigos 37 e 38.<sup>4</sup>

Silva et. al. (1999) distinguem três fases na transformação dos Arquivos:

A primeira, denominada fase sincrética e custodial, relaciona-se ao período do início dos arquivos com as Civilizações Pré Clássicas até o século XVIII. Na Idade Média foi reconhecida a importância e o valor inestimável dos Arquivos como detentores de memória de acontecimentos passados, sendo por isso mantidos em palácios, catedrais e mosteiros, ou seja, custodiados em locais privilegiados por uma elite que decidia quem poderia ter acesso à informação e quando isso deveria ocorrer. Com a Revolução Francesa em 1789, os Arquivos deixaram de ser privilégio dos órgãos de poder para se tornar aberto ao cidadão comum. A segunda se inicia em 1898 e se estende até 1980. A partir de 1898, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses por Muller, Feith e Fruin, a Arquivística

---

4 Artigo 37 e 38 da Lei 7 de Messidor no original em francês. Fonte: <[http://spip.lponline.eu/IMG/pdf/Tema\\_1-2\\_-\\_A\\_transicao\\_de\\_Paradigmas\\_na\\_Era\\_da\\_Informacao.pdf](http://spip.lponline.eu/IMG/pdf/Tema_1-2_-_A_transicao_de_Paradigmas_na_Era_da_Informacao.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

XXXVII. *Tout citoyen pourra demander dans tous les dépôts, aux jours et aux heures qui seront fixés, communication des pièces qu'ils renferment: elle leur sera donnée sans frais et sans déplacement, et avec les précautions convenables de surveillance. Les expéditions ou extraits qui en seront demandés, seront délivrés à raison de quinze sous de rôle.*

XXXVIII. *Tous citoyens qui avaient produit, dans des procès terminés ou non, des titres non féodaux ou des procédures, seront admis à les réclamer avant la clôture du triage ordonné par le présent décret; et, ce délai expiré, leurs productions seront supprimées. Les dépositaires sont autorisés à les remettre, avant ce terme, à ceux qui justifieront qu'elles leur appartiennent, et à la condition d'en fournir leur décharge.*

passou a ser considerada disciplina independente da Paleografia e da Diplomática, e os arquivos mantidos em centros públicos como Arquivos Históricos e Arquivos Administrativos. Nesse período houve a consolidação do conceito e função dos Arquivos, gestão de documentos, normalização arquivística, reformulação crítica da noção de “fundo”, caracterizando o paradigma tecnicista. A terceira e última fase, intitulada fase científica e pós custodial conceitua os arquivos como sistemas de informação e a Arquivística como uma ciência epistemologicamente abarcada na área da Ciência da Informação, dentro das Ciências Sociais.

A Ciência da Informação, ainda que constitua um campo de pesquisa recente e não completamente consolidado, pois enfrenta problemas de consenso científico quanto à sua natureza e identidade, frutos de um desenvolvimento desigual nos diferentes países e contextos em que atua, apresenta um acentuado crescimento frente aos complexos processos info-comunicacionais que se desenham com o uso das novas tecnologias digitais. Assim, caracterizada por uma dinâmica transdisciplinar e delineada como área teórico-prática, sustenta competências profissionais multifacetadas que lidam com questões interdisciplinares sobre a informação e seus processos, especialmente no que diz respeito ao seu acesso pelo usuário.

Assim, profissionais da informação como bibliotecários, arquivistas e museólogos convivem desde sempre com a variável da disponibilização de documentos e conteúdos informacionais, posicionando-se, ao longo da história dessas profissões, em duas linhas distintas: ou a favor do direito do usuário à informação, abrindo a ele seu acesso, ou a favor da privacidade e de interesses particulares ou do Estado, vetando o contato do público em geral com os docu-

mentos. Neste último caso, podemos falar em um comportamento historicista e patrimonialista, característico do paradigma custodial e predominante ao longo da existência dos Arquivos. Trata-se de uma concepção de “mediação passiva” que não favorece o usuário, uma vez que prioriza a guarda do patrimônio cultural acumulado em detrimento do acesso e de sua difusão plena. (RIBEIRO, 2009).

Por mediação podemos entender, segundo definição adotada por F. Ribeiro (2009), os nós de articulação, na comunicação e na vida social, entre o indivíduo com sua singularidade e o coletivo estabelecido pelas relações sociais. Desse modo, pode-se considerar a língua e os símbolos como fundadores das mediações, pois oferecem um conjunto de códigos coletivos (socialmente determinados) que, apropriados pelos sujeitos, são utilizados por cada um na expressão de seus interesses e particularidades – geram uma sociabilidade. Neste processo, as mídias são também consideradas como importantes mediadores, já que trazem ao público informações culturais que entremeiam a identidade de um grupo social num determinado momento de sua história. E, por fim, constituindo um terceiro tipo de mediação, Ribeiro aponta as mediações institucionais e estratégias de comunicação: formas de mediação e de comunicação protagonizadas por sujeitos que assumem institucionalmente o papel de atores sociais, obedecendo a lógicas institucionais e orgânicas.

A autora afirma que todos esses tipos de mediações se fazem presentes na área da documentação e da informação, ressaltando, entretanto, que na esfera pública há um predomínio da mediação enquanto comunicação no espaço social e das mediações institucionais/estratégias de comunicação. Por isso as Bibliotecas Públicas e Arquivos Históricos nascem com a intenção de se instituírem como instrumentos de comu-

nicação no espaço social e identitário, mas sob a postura de seus atores, agentes ou funcionários, cujo comportamento modela decisivamente a mediação das respectivas estruturas no espaço social. Neste contexto,

[...] A concentração de informação/documentos em depósitos apropriados, e mais tarde, em serviços/unidades orgânicas dentro das instituições produtoras da informação – que além dos cuidados da conservação física também se encarregavam de gerir o acesso e o uso dessa informação – ocorreu sempre por razões instrumentais e operativas, servindo os interesses dos seus utilizadores mais frequentes, em regra, as respectivas entidades produtoras. (RIBEIRO, 2005, p.3)

Em outras palavras, desde meados do século XIX é reproduzido e difundido dentro desses espaços o paradigma custodial, estabelecido por uma atitude passiva e reativa dos serviços para com o acesso e uso da informação pelos usuários.

Mas a partir do pós II Guerra Mundial, com a explosão informacional ocorrida devido aos avanços técnicos implementados nos meios de comunicação, se inicia de fato um processo de mudança de foco nos serviços de informação. Estes passam a priorizar as necessidades dos usuários, utilizando estudos de comportamento informacional para se adequarem a uma tendência de atendimento personalizado aos diversos perfis e grupos de usuários.

Mais recentemente, essa preocupação com os diferentes grupos é refinada e volta-se aos indivíduos, independentemente do sistema utilizado para a recuperação da informação – transita-se de um modelo de análise centrado no sistema para um modelo centrado no usuário, em que aspectos psicológicos, emocionais e de contexto são também considerados como fatores de interferência no processo de busca da informação de cada sujeito.

Logo, levando-se em consideração essa importância do contexto e de todo o conjunto de fatores que influenciam os usuários nos processos informacionais, torna-se urgente a necessidade de estudos voltados à realidade que se configura atualmente: uma era regida pela lógica digital das novas linguagens e tecnologias, que ultrapassa fronteiras espaço temporais e se constrói sob uma nova ordem do conhecimento<sup>5</sup>.

Há, assim, uma multiplicidade de tipos informacionais produzidos e comunicados (emitidos por alguém e por um meio/canal, procurados, recebidos e assimilados por outrem e com recurso a algo) que emergem numa complexa e vasta trama dinâmica de interconexões, mutações e fragmentações estanques e que configuram, genericamente, o campo de problemas (objeto específico) da C.I.<sup>6</sup> [...] (SILVA, 2006, p. 24)

Desafios originais são lançados à área da Ciência da Informação como um todo, impondo alterações aos seus modelos tradicionais que devem se adequar ao novo cenário da realidade virtual. Conforme Ribeiro (2009), em meio a uma infra-estrutura telemática possibilitada pela internet e pela tecnologia digital, a produção, o armazenamento, a recuperação e a disseminação de volumes desmedidos de informação no ciberespaço<sup>7</sup> forçam as estruturas dos serviços de informação a um reordenamento, instaurando novos comportamentos aos seus profissionais mediadores e também aos seus usuários. Assim, o objeto “documento”, valorizado historicamente

---

5 Sobre a “Nova Ordem do Conhecimento”, veja a obra “A nova desordem digital: os novos princípios que estão reinventando os negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura”, de D. Weinberger (2007).

6 Ciência da Informação.

7 Leia mais sobre o ciberespaço e sua linguagem hipertextual em “As Tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na Era da Informática”(1993), de Pierre Lévy.

como patrimônio tanto pela sua importância informacional quanto pela sua existência enquanto artefato de testemunho, cede lugar ao objeto “informação”, entendido como fenômeno humano e social, que se torna potencializador da produção de conhecimento científico sobre si próprio. (RIBEIRO, 2005).

As instituições de preservação da memória se deparam com uma realidade virtual dinâmica e em constante modificação, na qual a informação é transferida de lugar e de suporte físico num piscar de olhos, reproduzindo-se sem limites em tempos e espaços pluridimensionais. Configura-se um cenário de mudanças gerais, inclusive no âmbito das mediações dos processos info-comunicacionais. Estas devem adequar-se para atuar conectadas à rede e seguir um movimento de descentralização. Trata-se, ainda segundo Ribeiro (2005), da promoção de mediações institucionais, mas também coletivas e pessoais galgadas na interação de ações colaborativas. São ações mediadoras que primam pela participação social, cívica, espontânea e ativa: uma participação em rede, que traz à tona uma nova abordagem sobre Arquivos, Bibliotecas, e aqui acrescentamos também os Museus, inserindo-os na chamada “era pós-custodial”.

Inevitavelmente, tal mudança de paradigma atinge diretamente os profissionais da área. Se tradicionalmente eram tidos como guardiões de memória a serviço de investigadores ou cientistas, na era pós-custodial passam a estruturadores e gestores de Informação em contextos orgânicos produtores de fluxos informacionais. Ou seja, a preocupação com a preservação da memória permanece, mas agora por meio de uma gestão de qualidade e não mais pela privação do acesso aos documentos. E este deve ser já um ponto primário no tratamento da informação, posto que no universo do digital os processos informacionais adquirem

tamanho velocidade e fluidez que a decisão sobre o que conservar se faz necessária logo no instante da criação, não podendo deixar de considerar, obviamente, as condições técnicas/tecnológicas necessárias para garantir sua perduração em longo prazo. (RIBEIRO, 2005).

Há, portanto, um quadro de integração na rede digital entre mediações realizadas por especialistas da informação e mediações praticadas por usuários de perfis diversos. Estes, ao mesmo tempo em que utilizam as informações exercem também o papel de mediadores, pois criam e compartilham na rede variados e criativos recursos de informação, estabelecendo neste meio relações e ações colaborativas na construção de conteúdos.

Nessa trama se arquitetam os serviços virtuais (*online*), clamando por um novo perfil de profissionais da informação: mediadores capazes de investigar, compreender e explicitar a informação social e cultural, aptos a entender a complexidade do fenômeno infocomunicacional da sociedade em rede. Especialistas em identificar, filtrar e fornecer apenas as informações que atendem às necessidades do usuário em cada momento. Profissionais que, mesmo lidando com toda a volatilidade da informação digital, possam continuar garantindo a preservação da memória. Contudo, para o desenvolvimento de todas essas habilidades, faz-se necessária uma base científica muito bem consolidada – um grande desafio apresentado à Ciência da Informação frente à emergência do paradigma pós-custodial, como afirma Ribeiro (2005).

Como ponto central de toda essa reorientação profissional do arquivista, ou de qualquer outra profissão do ramo informacional, está uma revolução fundamental que afeta a natureza da memória

coletiva da sociedade, ocasionada pela rápida difusão do uso das novas tecnologias computacionais, como aponta Cook (2007).

Pela primeira vez nossa sociedade se depara com um volume de informações tão grande, enfrentando o desafio de “manusear” registros virtuais impalpáveis. Por outro lado, há uma mudança de comportamento do usuário que ganha independência para criar e guardar seus próprios registros, não precisando necessariamente da ajuda de um especialista para isso. Pela primeira vez, segundo Terry Cook, não produzimos, gestamos ou asseguramos objetos físicos ou artefatos, mas sim buscamos entender e preservar padrões lógicos e virtuais que fornecem à informação eletrônica estrutura, conteúdo e contexto para que possa se constituir como um registro ou evidência de ações e transações. E todas essas novidades significam que estamos começando a desviar nossa atenção profissional do objeto arquivo para o processo arquivar.

Assim, devemos enxergar o que está por trás de um documento, as necessidades que o geraram, as ações, o processo e a função maior de sua criação e criador. Perceber o contexto funcional mais amplo de sua gravação alcançando as variadas dimensões de seus processos de criação torna-se, então, condição necessária para que se possa dar conta dessa nova forma de organização da informação: não linear, descentralizada e hipertextual (ou rizomática<sup>8</sup>).

Desse modo, em um contexto de transformações disparadas pelas tecnologias da informação – que modifica estruturas administrativas e organizacionais e gera novas necessidades de informação às

---

8 Gilles Deleuze e Félix Guattari tratam da natureza rizomática apontando como “características aproximativas do rizoma”: princípios de conexão e heterogeneidade; princípio de multiplicidade; princípio de ruptura a-significante e princípios de cartografia e de decalcomania. Para uma leitura mais aprofundada, o tema é desenvolvido em sua obra “Mil Platôs” (1995).

corporações e instituições, novos quadros legislativos, novas perspectivas de valor à informação enquanto recurso corporativo e uma maior consciência sobre a importância do acesso à informação no exercer da responsabilidade pública democrática – Cook (2007) indica como solução a mudança de ênfase do trabalho dos gestores de documentos, transferindo-a dos registros físicos para uma gestão mais conceitual. Pois, como ele próprio assume, uma mentalidade do papel tentando lidar com realidades eletrônicas não trará resultados efetivos ao pós-custodial, científico e informacional.

Ao invés de promoverem somente um serviço de armazenamento da informação, esses profissionais devem trabalhar na integração dos processos e negócios de seus mantenedores propondo um novo design para seus sistemas. Dito de outro modo, os arquivistas devem ultrapassar o foco em objetos físicos para abarcar o contexto funcional em que as atividades geradoras dos registros acontecem. Devem deixar sua postura passiva sobre a constituição de um registro ou documento para assumir uma função ativa na investigação dos modos como a sociedade (instituições e indivíduos) grava, utiliza, descreve, armazena e dispõe as informações. Devem, principalmente, determinar funções, programas, atividades e transações para os quais essas ações de registro servem, providenciando evidências sobre sua importância ou não para a esfera pública, sociocultural, nacional ou mesmo pessoal, afirma o autor. Cook (2007) fala de documentalistas ativos, que muito além de gerenciarem registros materiais, entendem seu contexto conceitual, seus processos de negócio e o propósito funcional por trás de sua criação. Não se preocupam somente com o que é comunicado, mas quando o é, por que, por quem e para quem, onde, como, em

relação à quais outros documentos, usando quais mídias ou suportes, conectados à que outras funções, programas e atividades, tanto agora como ao longo do tempo.

Para tanto, estes profissionais devem estar habilitados a operar dados provenientes de variadas mídias e numerosas fontes. Elementos que se combinem eletronicamente para produzir um documento na tela ou monitor. Documentos que podem mudar a cada instante de acordo com as alterações ocorridas em sua fonte ou base de dados, e que apresentam, não um registro físico como ocorre com os documentos em papel, mas uma série de representações para cada função em cada momento ou circunstância. E, sendo fruto de diferentes combinações e recombinações entre dados, são providos de tal fugacidade que sua preservação, como dito anteriormente, traduz-se em um grande inquietamento para os profissionais da informação.

Um desafio, porém, que já vem rendendo frutos, pois encontramos na atualidade iniciativas nessa direção, ainda que pontuais. Podemos identificar um movimento encabeçado por alguns arquivos e repositórios de informação que estão adequando suas estruturas e serviços ao universo digital, reunindo condições para atuarem na/em rede em prol da abertura do acesso aos seus documentos.

## 2 OBJETIVOS

Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa é buscar, dentre *websites* de arquivos oficiais nacionais de diferentes países, um exemplo prático da concretização dos conceitos pós custodiais especialmente com relação ao seu papel social e educacional. Especificamente, objetiva-se explorar o site oficial nacional da Austrália, apresentando

suas principais ferramentas virtuais de interação e integração entre o usuário, a instituição, a informação e, conseqüentemente, o conhecimento.

### **3 METODOLOGIA**

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico para construção de uma base teórica sobre o novo paradigma Pós-custodial. Em um segundo momento, elaborou-se uma lista com os endereços eletrônicos dos arquivos oficiais nacionais de diferentes países por meio do motor de busca Google.

A partir dessa lista, os sites oficiais dos países foram selecionados e visitados a fim de conhecer as possibilidades de acesso *online* a documentos digitalizados oferecidas aos usuários, e os projetos implantados para aproximar a instituição do Arquivo aos cidadãos daquele país.

O *website* da Austrália foi o escolhido para esse trabalho por apresentar-se como um exemplo prático da concretização da nova visão de Arquivo inaugurada pelo paradigma Pós-custodial, além de trazer especial destaque aos projetos sociais e educacionais.

### **4 NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA**

A página inicial do site apresenta-se de forma bastante dinâmica. Em seu banner superior, seis imagens diferentes de campanhas, vídeos, exposições, comemorações e eventos que envolvem a instituição são exibidas alternadamente. Essa página é dividida em 2 seções:

uma superior, com o banner e as últimas ações da instituição, e uma inferior, com links para a coleção, registros, eventos e educacional.

Clicando no banner mostrado na figura 3, *National Apology for Forced Adoptions*, o usuário é direcionado a uma página explicativa do projeto de iniciativa do governo australiano de se desculpar formalmente pela política de adoções forçadas que ocorreram na Austrália. A importância desse projeto para nossa análise é que os interessados são convidados a enviar suas histórias se foram de alguma forma afetados por essa política.

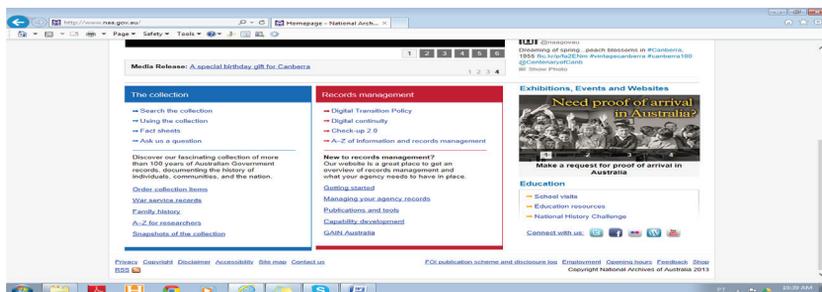
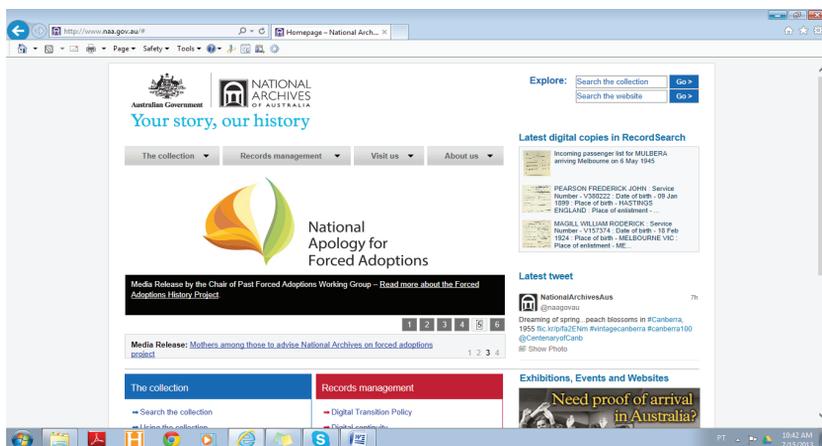


Fig 1.: Página inicial do National Archives of Australia. Fonte: <http://www.naa.gov.au/>. Acesso em: 15 ago. 2013.

Para a exploração desse site, foi escolhida a seção *Connect with us* por ser a seção que engloba os projetos educacionais e os esforços no sentido de trazer a comunidade para a instituição.

Acessando o *connect with us*, o usuário é redirecionado a uma outra página contendo uma lista dos links para os projetos e exposições em andamento, elencados na seguinte ordem:

- o primeiro traz a real história sobre a criação de Canberra, com o foco no design da cidade;
- o segundo convida o visitante a ler sobre a história secreta da censura em um *blog*;
- o terceiro intitulado *SODA* traz um link para os registros recém digitalizados dos Arquivos;
- o quarto convida o ator a descobrir fotos, mapas, etc.;
- o quinto, *The arcHive*, convida o visitante a ajudar a listar alguns dos registros que ainda não estão *online* a fim de melhorar as buscas dentro do site;
- abaixo desse, o site sobre o navio Montevideo Maru, que afundou em 1942. Esse site permite visualizar e acessar a lista de passageiros, imagens, etc.;
- o sétimo projeto intitulado *Destination Australia* explica que na época da Segunda Guerra Mundial, a Austrália se tornou destino de muitos imigrantes, e então convida os visitantes a entrar em contato e compartilhar sua história de migração;
- o oitavo site, *Mildenhall's Canberra*, traz imagens do início do desenvolvimento da cidade de Canberra, possibilitando ao visitante realizar o *upload* de fotos, marcar localizações e fazer comentários;

- o site seguinte, *Mapping ou Anzacs*, reúne documentos da Primeira Guerra Mundial;
- o projeto *Faces of Australia* traz 227 fotos escolhidas das cerca de 3 milhões de imagens dos Arquivos Nacionais. O informativo pede a ajuda dos visitantes para auxiliar na identificação das pessoas, lugares e datas das fotos. Possibilita também compartilhar comentários e solicitar cópias das fotos.
- o projeto seguinte, um projeto educacional intitulado *VR-Room ou Virtual Reading Room*, é direcionado para estudantes e professores. Esses podem acessar documentos relacionados a disciplinas da História Australiana, Educação Cívica e Cidadania, e outras;
- o décimo primeiro projeto, *Australia's Prime Ministers*, convida o visitante a explorar a vida e a época dos Primeiros Ministros australianos;
- o décimo segundo projeto da lista, *Constitution Day: Have your say*, é um blog com artigos sobre a Constituição por líderes australianos. Os visitantes são convidados a ler suas opiniões e fazer comentários;
- o último projeto da lista, *Uncommon Lives*, é uma série sobre cidadãos australianos famosos ou não que constam nos registros dos Arquivos Nacionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES

A partir da exploração do site acima, a primeira observação realizada é que o site do Arquivo não pretende substituir a Instituição

ção física. Percebe-se que não se trata de uma instituição física que foi trazida para o ambiente digital, como um site de vendas, por exemplo, que tem todas as características e produtos da loja física transposta ao ambiente virtual. Nem tampouco funciona como um *banner* de divulgação, estático. Os sites dos Arquivos, de maneira geral, devem conter características e ferramentas que sejam próprias do ambiente virtual, tais como, *podcasts*, imagens digitalizadas, vídeos, interfaces atraentes aos olhos do usuário, no sentido de serem intuitivos, simples, coerentes e harmônicos na escolha das cores, além de possibilitar compartilhamento, interação e produção de informação.

Os projetos em andamento desenvolvidos pelo Arquivo Nacional da Austrália estabelecem uma interessante parceria entre o ambiente educacional e o arquivo que se estende e integra os dois ambientes, virtual e físico. Muitos deles convidam o usuário/visitante a trazer sua história, colaborar voluntariamente, bem como produzir e compartilhar informação quando pede seus comentários.

Acreditamos que pode, assim, servir de referência às tantas outras instituições da área que deverão inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, adequar-se a essa nova realidade pós-custodial.

Percebemos que a abertura dos Arquivos e seus documentos ao ambiente virtual em rede traz um admirável ganho de visibilidade à Instituição, ampliando seu espaço de atuação, aproximando-a do público e revigorando-a. Surge assim uma outra dinâmica capaz de favorecer, dentro das novas relações infocomunicacionais que permeiam a digitalidade, as instituições, os usuários, a preservação da informação, dos conteúdos e conseqüentemente da memória. Desse modo, em uma era digital que impõe transformações tão profundas aos diversos setores da sociedade, pensamos que o paradigma pós-

custodial representa muito mais uma solução ou ampliação de horizonte aos Arquivos, que, forçados a inovar, se renovam e fortalecem sob a lógica colaborativa dessa nova Era.

## REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, T.; HENDER, J.; LASSILA, O. **The semantic Web:** a new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. *Scientific American*, New York, may. 2001.

COOK, T. **Electronic Records, Paper Minds:** The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*. Vol. 1, no. 0, March 2007. Disponível em <[http://archivo.cartagena.es/files/36-164-DOC\\_FICHERO1/06-cook\\_electronic.pdf](http://archivo.cartagena.es/files/36-164-DOC_FICHERO1/06-cook_electronic.pdf)> Acesso em 30 jul. 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** esquizofrenia e capitalismo, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 (Coleção Trans).

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência:** O futuro do pensamento na Era da Informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993 (Coleção Trans).

NATIONAL HISTORICAL ARCHIVES. Disponível em <<http://en.www.mcu.es/archivos/MC/AHN/index.html>> Acesso em 03 Ago. 2013.

REIS, Luís. **O arquivo e a arquivística evolução histórica.** *Biblios*. Año 7, Nº 24, Abr./Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>>. Acesso em 15 ago. 2013.

RIBEIRO, F. **Gestão da informação/Preservação da memória na era pós-custodial:** um equilíbrio precário? In: *Conservar para quê? Atas 8ª Mesa Redonda de Primavera*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/39365>> Acesso em: 29 jul. 2013.

RIBEIRO, F. **O papel mediador da Ciência da Informação na construção da sociedade em rede.** 2009. João Pessoa: Ideia. 2009. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26612>> Acesso em: 29 jul. 2013.

SILVA, A. B. M. **Informação e comunicação:** as duas faces de Jano. Porto: CETAC.com/FLUP. 2006. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26181/2/000106377.pdf>> Acesso em 10 jul. 2013

WEINBERGER, David. **A nova desordem digital:** os novos princípios que estão reinventando os negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura. Tradução Alessandra Mussi Araujo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.





## **PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**

*Hilza Costa Cavalcante<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

Apresentaremos neste artigo nossa proposta para Implantação de um Arquivo Geral para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Uma instituição de ensino superior que atualmente conta com de oito Campi e um Campus avançado recentemente inaugurado, primeiro do Brasil a funcionar dentro de um presidio. Nesses, estão distribuídos mais de 45 cursos de Graduação e mais de dezessete programas de pós-graduação. Mostramos a trajetória feita, bem como a que ainda se seguirá até alcançar a efetiva implantação de um Arquivo Geral que acolherá a documentação acumulada nos mais de quarenta e cinco anos da UEPB, seja ela produzida ou recebida pela Universidade. Pontuaremos o pouco que se caminhou até aqui, falaremos breve e resumidamente da evolução da UEPB, citaremos a Comissão para Criação da Comissão de Avaliação de Documentos que se tentou instituir no sentido de colaborar com a organização da documentação; compromisso dos oito Arquivistas que trabalham na instituição no sentido de fazer arquivístico diário e contribuição para Implantação de um Arquivo Geral com melhores condições de trabalho e arquivamento da documentação existente. Além de apontar o muito que ainda se tem para caminhar até alcançar a excelência arquivística. A gestão de documentos que se pretende implantar, juntamente com a criação de um Arquivo Geral atuante, vão inferir positivamente em todas as ações da UEPB e ainda reduzirão custos com armazenamentos desnecessários de documentos sem valor legal, garantindo, assim, respostas rápidas, serviços cada vez mais eficientes e desburocratização dos processos administrativos e melhor acesso a documentação

---

1 Arquivista da Universidade Estadual da Paraíba E-mail: hilzacavalcante@yahoo.com.br, hilzacavalcante@uepb.edu.br. João Pessoa, Paraíba - Brasil

de caráter permanente ou valor histórico. Para pensar e oferecer melhores condições a documentação, já acumulada pela administração nos seus setores de arquivosemi organizados. Criamos um grupo de trabalho formado por arquivistas da instituição que vivenciam e pensam melhorias para as ações de gerenciamento da informação, política de informação e gestão de documentos que vão sendo feitas dia a dia, plantando sementinhas nos diversos sentidos para alcançar o melhor resultado. Tentamos com nosso esforço, sensibilizar e adquirir mais apoio dos gestores para que possamos continuar com as ações de qualificação do gerenciamento das informações nos vários setores de documentos. Assim, almejamos a efetiva implantação e funcionamento do Arquivo Geral da UEPB.

**Palavras-chave:** Arquivo Geral; documentos; Universidade Estadual da Paraíba.

## 1 APRESENTAÇÃO

Pensar em eficácia no serviço público carrega consigo pensamentos como: acesso a informação, busca constante pela excelência na rotina do atendimento em geral e agilidade nas respostas que diariamente precisa-se dar sobre atos da administração pública. Sendo assim, buscar políticas públicas de transparência estar ligada a gestão de arquivos e estruturação dos centros de informação. É a partir dessa compreensão, dos arquivos públicos como arsenal da administração e celeiro da ciência e da memória, que se sustenta o Projeto de Implantação do Arquivo Geral da Universidade Estadual da Paraíba.

Um arquivo para que esteja preparado a desempenhar suas reais funções, necessita que os documentos estejam ordenados de modo a servir ao usuário com agilidade e precisão. Porém, para isso, é preciso que antes de se pensar uma organização dos documentos, que se faça um estudo da estrutura administrativa e histórica da instituição a que os documentos estejam ligados.

Abordaremos o estudo e importância da Implantação do Arquivo que se pretende propor para a Universidade Estadual da Paraíba, visando melhor eficiência e agilidade na recuperação da informação.

O planejamento do sistema de arquivo passou a ser pensado a partir das reuniões da Comissão de Criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documento da Universidade Estadual da Paraíba (CCCPAD/UEPB), uma vez que nas reuniões da comissão supracitada, passou a se observar melhor a necessidade de reunir e organizar a grande massa documental da UEPB em um arquivo geral e com ele uma eficiente gestão de documentos, que possibilite a racionalização e qualificação do volume informacional de toda instituição.

As gestões de documentos implantadas juntamente com a criação de um Arquivo Geral atuante vão inferir positivamente em todas as ações da instituição e ainda reduzirão custos com armazenamentos desnecessários, garantindo, assim, respostas rápidas, serviços eficientes e desburocratização dos processos.

Ao arquivo geral, ainda caberá orientar os demais setores de arquivo da instituição sobre os processos técnicos de arquivamento, guarda conservação e preservação da massa documental. .

## **2 BREVE RESUMO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

A Universidade Estadual da Paraíba primeiramente inicia suas atividades como Universidade Regional do Nordeste (URNe). Tendo como primeiro Reitor Williams Arruda e como Vice Reitor Edvaldo do Ó que logo assumiu a Reitoria.

A URNe inicia suas atividades com poucos cursos e foi criada por uma lei municipal de março de 1966. Apenas no ano de 1973, a URNe recebe autorização do Conselho Estadual de Educação, para funcionar com a Resolução nº17/73. Em 1987, quando sancionada a lei nº 4.977, a URNe passa a condição de Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Quando a UEPB completava três décadas, recebe o reconhecimento do MEC. Já no ano de 1996, a instituição conta com um número superior a 11mil alunos e corpo de funcionários de 1581 entre técnicos e professores e contava com 26 cursos de graduação, com especializações, mestrado e escolas técnicas.

E em 2004 consegue sua autonomia financeira pela Lei nº 7.643, de 6 de agosto do mesmo ano. Começa assim uma nova fase, podendo assim ampliar muitos de seus serviços e melhorar a qualidade e expansão do ensino, pesquisa e extensão. Contando atualmente com um total de oito Campus, espalhado pela Paraíba onde estão distribuídos mais de 45 cursos de Graduação e mais de dezesseite programas de pós-graduação. Com a conquista de sua autonomia, pode expandir cada vez mais o ensino de Graduação e Pós, assim como aumenta a pesquisa e extensão. Foi possível também investimentos em infraestrutura e equipamentos que somam na qualidade que hoje tem a UEPB.

### **3 COMISSÃO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (CCCPAD)**

De acordo com Le Coadic (2004), *“Documento é o termo generico que designa os objetos portadores de informação. Um documento*

*é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma ideia ou uma informação por meio de signos gráficos e iconicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras, símbolos), sonoros e visuais (gravados em suporte de papel ou eletrônico). O documento, segundo o tipo de suporte, é denominado documento em papel ou documento eletrônico”.*

A CCCPAD da UEPB iniciou suas reuniões em no final de 2010 foi uma iniciativa da Pró-reitora de Recursos Humanos, que sempre demonstrou sua preocupação em implantar uma gestão de documentos para toda universidade. Com isso, teve início das reuniões, a fim de criar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e discutir estudos de viabilização da implantação do sistema de arquivo e gestão documental da UEPB. Assim, os membros que participaram da CCCPAD, começaram se reunir e pensar o fazer arquivístico da instituição. Assim, passou-se a enxergar algumas necessidades como a criação do arquivo geral que irá recolher e tratar toda documentação de caráter permanente, interligado a esse arquivo, estará os arquivos setoriais.

Dentre as coisas que a comissão pensou, estava um levantamento por diagnóstico da situação dos depósitos de documentos da universidade, assim se faria sugestão para a instalação de um arquivo geral que agregaria a massa documental de caráter permanente acumulada pela instituição o longo dos seus mais de 45 anos, elaboraria o plano de classificação e Tabela de Temporalidade Documental que seria utilizado em todos os setores produtores de documentos da UEPB.

Com reuniões periódicas, um grupo composto por técnicos administrativos e professores da Universidade discutiam ações para a proposta de implantação dos arquivos da instituição, bem como fa-

zendo grupos de estudos acerca do que trata o assunto e essas pessoas se propuseram a integrar a Comissão de Avaliação de Documentos quando a mesma fosse aprovada pelo Conselho universitário. Trata-se de profissionais que estiveram preocupados com a gestão documental e carregam consigo um desejo de ver a UEPB no nanquim das instituições que praticam uma eficaz gestão documental.

Apesar de todo esforço e reuniões de uma comissão interdisciplinar. No momento de instituir a Comissão, faltou interesse da gestão maior da UEPB naquele momento. Assim, o grupo que estava tão integrado e comprometido, acabou se desfazendo.

#### **4 PROPOSTA DOS ARQUIVISTAS**

Hoje, com incentivo da primeira arquivista contratada por concurso público na UEPB, acontecem encontros mensais entre os oito arquivistas da instituição, os mesmos, mostram grande interesse em por em prática medidas que os auxiliem diariamente no fazer arquivístico. Nesses encontros são discutidos, traçados planos e metas para a implantação da gestão de documentos e Arquivo Geral da Universidade.

Foi em uma dessas reuniões que veio a tona a ideia de retomar o Projeto de Implantação do Arquivo Geral, pois, assim como a instauração da Comissão de Criação da Comissão de Avaliação de Documentos. Os profissionais arquivistas da UEPB passaram perceber e de modo mais minucioso a necessidade de centralizar a documentação recebida e produzida pela universidade ao longo dos seus mais de 45 anos, bem como a unificação das atividades operacionais arquivísticas desenvolvidas dentro da instituição, no intuito de colaborar

com o fortalecimento e excelência administrativa da UEPB. Nesta direção, o Projeto de Implantação do Arquivo Geral da Universidade Estadual da Paraíba visa otimização de espaço, tempo e a racionalização de recursos financeiros para instituição. A primeira proposta é reunir em um mesmo setor a documentação referente às atividades meio e fim da UEPB. Em seguida, a proposta objetiva centralizar as atividades que possibilita recuperar a informação de maneira ágil tornando o processo de resposta para questões administrativa mais eficiente.

Deste modo, no intuito de transformar a realidade dos arquivos e criar o Arquivo Geral com características de sistema de arquivos, promovendo assim, uma unidade de informação eficiente e eficaz, pretende-se com esse projeto, criar o Arquivo Geral da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tendo este norte, o projeto apresenta os motivos que justificam a criação do Arquivo Geral, dentre os quais destacamos:

- a) Economia de Tempo, uma vez que a informação documental passará ser organizada com métodos e técnicas apropriados para uma recuperação rápida; racionalização de espaço físico, visto que após implantada a gestão de documentos a instituição deixará de produzir documentos em grande escala, produzindo e guardando apenas documentos originais e únicos. As ações anteriores implicarão em economia de recursos financeiros para UEPB que passará gastar menos com material de armazenamento e acondicionamento de documentos desnecessários que hoje vem sendo feito por falta de uma política de arquivos na instituição;

- b) Padronização e otimização das rotinas e atuações arquivísticas dentro da instituição em seus diversos setores produtores da documentação;
- c) Ampliação da transparência administrativa. Estando a informação documental tratada e devidamente organizada, facilitará o acesso e resposta das informações solicitadas aos setores de arquivo, bem como ao Arquivo Geral, garantindo maior fortalecimento do Acesso à Informação;
- e) Criar uma política institucional de Gestão de documentos seja para documentação administrativa ou documentos oriundos de convênios com outros órgãos e
- f) Preservação da Memória Institucional como forma de auxiliar tanto nas questões administrativas corriqueiras, como para o conhecimento histórico.

Em seguida, apresentamos alguns pontos que representa a razão de ser do projeto, e pontuamos os objetivos específicos que darão sustentação a sua concretização física e oficial.

Criar do Arquivo Geral da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e vincular o Arquivo Geral à Reitoria e desse modo, tornar a administração constantemente ciente das atividades do setor. Além de inserir o Arquivo Geral na estrutura organizacional da UEPB. Bem como, institucionalizar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) a qual terá grandiosa contribuição nas atividades de classificação e destinação da documentação da Universidade e buscar por em prática políticas de Gestão de Documentos na UEPB, vislumbrando a Gestão Eletrônica de Documentos (GED) para a qual a instituição vem aos poucos se preparando.

Entendendo que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”; apontamos os seguintes itens como fundamentais para sustentação, concretização e sucesso do Projeto de Implantação do Arquivo Geral da UEPB:

- a) Legislação e Normas (incluindo aqui a institucionalização da CPAD);
- b) Recursos Humanos destinados exclusivamente para atividades do Arquivo (incluindo treinamento do pessoal que atua no apoio técnico em Arquivos);
- c) Edifícios e materiais próprios para o setor;
- d) Recurso financeiro destinado a suprir as necessidades do Arquivo Geral.

Tendo em vista que segundo o Art. 1º da Lei 8.159 de 08 de Janeiro de 1991, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (LEI 12.527/2011), bem como o inciso XIV do Art. 5º do Capítulo I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que assegura a todos o acesso à informação a criação do Arquivo Geral da UEPB busca alcançar:

- a) Excelência e otimização da Gestão da informação;
- b) Eficiência no acesso e recuperação da informação;
- c) Preservação e resgate da memória institucional.

Tomando tais pontos como eixo norteador do Projeto de implantação do Arquivo Geral da UEPB, em seguida, buscará os caminhos necessários para fazer do Arquivo Geral da UEPB um marco que auxiliará a instituição em seu crescimento diário de acesso e disponibilidade de uma informação previamente organizada, presando ainda pela construção da memória coletiva e, ao mesmo tempo, infraestrutura para a produção de conhecimento científico.

## **5 DOCUMENTAÇÃO E TEMPORALIDADE DOCUMENTAL**

As ações arquivísticas pensadas para o conjunto de documentos da UEPB, se fundamentará ainda na LEI No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

A classificação é uma das atividades do processo de gestão de documentos arquivísticos, o qual inclui procedimentos e rotinas específicas que possibilitam maior eficiência e agilidade no gerenciamento e controle das informações. (CONARQ,2001).

A Proposta para o Arquivo Geral da UEPB deverá ser integrado e dinâmico. Com a atuação dos arquivistas e posteriormente a consolidação da Comissão de Avaliação de Documentos, o arquivo contará com seu próprio Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade como instrumento de destinação, o mesmo será elaborado após o processo de avaliação documental e deverá ser aprovada pelos membros da comissão e também pelo conselho universitário para depois ser implantada em todos os setores de arquivo da instituição.

A Tabela de Temporalidade dos documentos determinará os prazos de guarda dos documentos nas três idades do arquivo e definirá se o documento deverá ser de guarda permanente ou eliminado.

A utilização desses instrumentos, além de possibilitar o controle e a rápida recuperação de informações, orientará as atividades de racionalização da produção e fluxodocumentais, avaliação e destinação dos documentos produzidos e recebidos, aumentando a eficácia dos serviços arquivísticos da administração pública em todas as esferas. ( CONARQ,2001).

Os resultados decorrentes da aplicação da Tabela de Temporalidade acontecerão também como uma economia de tempo, espaço físico e dinheiro para toda instituição desde a documentação das atividades meio e fim. E posterior mente se pretende pensar mais minuciosamente na gestão de documentos eletrônicos e em outros suportes que fazem parte do acervo informacional da UEPB.

## **6 CONSIDERAÇÕES**

Observamos a preocupação da UEPB, a partir da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, quando deu todo apoio para as reuniões da Comissão de Criação da Comissão de Avaliação de Documentos e hoje, juntamente com os gestores do Campus V, Campus III e Pro Reitoria de Graduação na liberação de seus profissionais Arquivistas para encontros periódicos onde são discutidos, traçados planos e metas para a implantação da gestão de documentos e Arquivo Geral da Universidade. Isso nos mostra pontos positivos no que tangein-

teresse dos gestores com a qualidade de atendimento e satisfação na recuperação da informação.

Com o trabalho e propostas que vem sendo feito pelos arquivistas, no momento que for concretizado a implantação do Arquivo Geral na UEPB muito do que diz respeito à gestão de documentos já se encontrará em prática. Pois, paralelo à elaboração e encaminhamento da proposta, o fazer arquivístico propriamente dito, vem sendo executado com bastante afinco por seus profissionais nos setores de documentação onde os mesmos desempenham suas atividades laborais diárias. Pretendendo ainda, iniciar em curto prazo o levantamento da situação nos depósitos de documentos a fim de identificar tipos documentais que existem na massa documental acumulada Universidade. A gestão arquivista que discretamente vamos tentando aplicar, tomará mais corpo com a Implantação do Arquivo Geral e reconhecimento da Gestão maior para a importância dos arquivos da instituição. Porém, acreditamos e já observamos sinalizado o interesse da Administração como um todo no processo de tratamento e acesso da informação. Aja visto que esse compromisso foi feito pelo atual Reitor em seu projeto de Gestão.

Com todo benefício trazido com a implantação do arquivo, esperamos que o estudo de viabilização de sua implantação logo alcance o patamar da efetivação e satisfação de todos que necessitam da informação de arquivo da Universidade.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** / Heloisa Liberalli bellotto. - reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LE COADIC, Yves-François. **Aciência da informação** / Yves-François Le Coadic ; tradução de Maria Yêda F.S. De Figueiras Gomes. 2. ed. Rev. e atual. Brasília, DF : Brinquet de Lemos / Livros 2004.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Marilena Leite Paes. 7 reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 228p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de arquivo relativos as atividades-meio da Administração Pública. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolucao\\_14.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolucao_14.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2013.





## **PRESERVACION, CONSERVACION, RESTAURACION DE LA SALUD**

Un Asunto de los profesionales  
de la Información

*Lilliana Maria Perez Sierra*<sup>1</sup>

### **1 INTRODUCCIÓN**

En el mundo de la información, ahora ya accesible a través de múltiples opciones, existen en gran cantidad tratados, documentos, reglamentos, manuales sobre la conservación, preservación, reparación, restauración, factores de deterioro, métodos de aislamiento y limpieza, normas para edificios, entre otras, direccionadas específicamente garantizar que la información sobreviva y sea accesible el mayor tiempo posible. En contraste con esta realidad y no por ello menos importante, poco se encuentra y habla sobre la salud y riesgos a que esta expuesto específicamente el profesional de la información, incluyendo en el término a todas aquellas personas que laboran en una Unidad de información llámese biblioteca, archivo, centro de recursos, centro de documentación, desde el que manipula el material para brindar un servicio, hasta los vigilantes o cuerpo de seguridad y personal del aseo o mantenimiento, personas que cuando

---

<sup>1</sup> Bibliotecóloga, Especialista en Educación Ambiental, con 23 años de trabajo en bibliotecas, de los cuales 15 en la Amazonia Colombia, Universitaria y públicas.

enferman o enfermamos ingresan a la larga lista de los diagnosticados como “enfermedad común”, ya que un resfriado, una rinitis, laringitis, dolor lumbar, pérdida de su capacidad visual, urticaria, escozor, piquiña, dermatitis... la padece en términos generales, cualquier persona, en cualquier clima, con las constantes quejas de que sus alteraciones de salud rara vez son relacionadas o atribuidas a la labora que desempeña.

El aporte que la Salud ocupacional también conocida como higiene ocupacional ha venido realizando es de suma importancia, dado que su objetivo se centra en garantizar la salud del trabajador; del interés de reparar el daño causado de las empresas en antaño, a partir del siglo XX se ha transformado y evolucionado a considerar de gran importancia el ambiente laboral en el que se desempeña el individuo, con la premisas de: cómo realiza el trabajo, cuáles son las condiciones que lo rodean, cómo se encuentra física y mentalmente en para su desempeño?, tratando de esta forma, de identificar los riesgos a los que se encuentra sometido y enfatizando en la protección de su salud, claro esta y es de anotar, como uno de los factores que inciden de forma directa en la productividad de las empresas; a este respecto la OIT la definió claramente el término de higiene ocupacional, como *“la protección de vidas y bienestar físico de los trabajadores mediante la eliminación o control de los riesgos en el ambiente de trabajo o en el sistema de trabajo en el que operan los trabajadores”*.

Con el advenimiento de la Salud ocupacional, podemos hablar en la actualidad del compromiso de las empresas e instituciones de prevenir, evitar, como paliativos, que permitan evitar la ocurrencia de los accidentes de trabajo, mitigar las causas que generen enfermedades laborales, bajo la premisa del “único interés” de generar

acciones que hagan de la prevención y la protección una filosofía del trabajo, y por ende, tendiente a disminuir o desaparecer todo aquello que pueda considerarse como riesgo para la ocurrencia de un accidente laboral. Al respecto, son muchas las pérdidas no solo humanas, sino también económicas que se reportan en el mundo: la OIT reporta: cada 15 segundos 160 trabajadores tienen un accidente laboral, cada 15 segundos un trabajador muere a causa de accidentes o enfermedades relacionadas con el trabajo, los costos totales aproximados de tales enfermedades y muertes, representan cerca del 4% del PIB mundial (ca.US\$ 1.251.353 dólares estadounidenses) .

La confluencia de trabajo y las condiciones presentes u operantes para su realización, no deben omitir uno de los factores que considero el más importante de todos “El auto cuidado”, o aquella actitud que asume cada individuo frente al riesgo, “Todo lo que yo hago o no hago para proteger o asegurar mi vida y la de todos los demás”, en otras palabras el manejo de la Bio-seguridad en el trabajo, donde todo inicia con el conocimiento que se tiene del entorno donde realiza o realizará la función, desde el tipo de elemento que debo manipular, su conformación, estado, hasta las medidas de protección que debo tener en cuenta para garantizar, no solo mi calidad de vida, sino también, la del grupo familiar y social en el cual me desempeño.

En esta presentación se analiza el caso de la División Biblioteca e Información Científica de la Universidad de la Amazonia, con sus esfuerzos por garantizar un ambiente sano, direccionándolo específicamente a las medidas tendientes a mitigar el impacto del ambiente circundante en el profesional de la información que labora en las Unidades de información, de tal modo que si bien no se analizan

de forma minuciosa la actividad laboral específica que pueda generar exposición a un riesgo, ni las enfermedades que le atañen, se desglosan a manera de ejemplo algunos agentes patógenos, en atención a las medidas de auto cuidado que deben imperar en cada uno de los funcionarios, con base en las investigaciones realizadas y capacitación ofrecida al personal de la misma.

## **2 CONOCIENDO EL INSUMO BÁSICO CON EL CUAL TRABAJAMOS**

El libro esta conformado físicamente por tres elementos: papel, tinta, encuadernación, la mala calidad de algunos de estos, propicia su deterioro:

### **El papel:**

El papel, insumo fundamental en la manufactura de los impresos en la actualidad, es una estructura obtenida en base a fibras vegetales de celulosa, las cuales se entrecruzan formando una hoja resistente y flexible, dependiendo del uso final que se le dará, se utilizan en su fabricación, una mezcla de diferentes tipos de fibras, las que aportarán sus características específicas al producto final, con características propias:

- Según su aspecto: verjurado, granos y barbas
- Según su textura: gramaje y espesor
- Según su identificación y marcas: filigrana, moleta y timbrado en seco

- Según su calidad: implica la permanencia en el tiempo: blancura, PH (reserva alcalina), anti fúngico.

### **Las tintas:**

Una tinta es una mezcla homogénea de materia colorante, resinas, disolventes y algunos aditivos cuya finalidad es reproducir una imagen sobre un soporte mediante un proceso de impresión, su composición esta determinada por las propiedades necesarias en relación a la función que desempeñara.

Las tintas están formadas por sustancias colorantes (tintas, pigmentos), vehículos o medio en el cual se disuelve el colorante o pigmento (disolventes, aceites, secantes), las cuales al terminar su proceso de fijación entran al estado de secado, a través del cual la tinta pasa del estado viscoso al sólido, es decir, seco al tacto; este secado puede ser por evaporación, por penetración, por oxidación, por radiación. Ha sido tanto su protagonismo en el deterioro de los documentos, que se le ha llegado a llamar “la tinta asesina”.

### **Encuadernación:**

Es la acción de coser, grapar, pegar, o fijar varios pliegos o cuadernos de papel y ponerle una cubierta; utilizando telas, cartón, pegamentos o colas, cuero, entre otras.

Teniendo pleno conocimiento de los materiales, elementos y sustancias que hacen parte de toda la composición de lo que llamamos libro, detengámonos un momento en los factores que contribuyen en su deterioro.

## Factores de deterioro:

Los documentos impresos son una fuente nutricional para diferentes organismos y microorganismos, no sólo porque la naturaleza constitutiva de su soporte es el papel, los compuestos orgánicos que intervienen en su manufactura (tintas, colas vegetales y animales) y en su encuadernación (cartones, cueros y telas...). Recordemos algunos de éstos:

Factores de deterioro en los libros			
Causas	Agente de deterioro	Efecto en los libros	
Internas	Mala calidad en el papel	Poca duración	
	Acidez en el papel	Amarillamiento del papel	
	Acidez en las tintas	Manchas en el papel	
	Malas encuadernaciones	Deshojamiento del libro	
Externas	Biológicos	Microorganismos	Manchas y degradación del papel
		Insectos	Orificios en hojas y pastas
		Roedores	Destrozo parcial o total del libro
	Fisicoquímicas	Luz	Debilitamiento y decoloración del papel
		Humedad y Temperatura	Formación de colonias de microorganismos e insectos. Manchas y oxidación
		Contaminantes	Aumento de la acidez en el papel y en las tintas. Manchas y debilitamiento
	Humanas	Uso y manejo	Mugre, manchas, roturas
		Almacenaje	Robos, mantenimiento precario
		Fuego	Quemaduras parciales o totales
		Inundaciones	Humedad en los libros

Frente a la salud del personal que labora en las Unidades de información, vale la pena detenernos un momento en los insectos, los cuales conforman el grupo más importante como agente de deterioro biológico, siendo perjudiciales también para el ser humano; estos bibliófagos producen un daño físico en el papel (perforaciones, túneles) y la degradación de la superficie a medida que se alimentan de él. Perjudiciales al ser humano en la medida que pueden entrar en contacto con la piel y producir desde dermatitis hasta problemas respiratorios por la inhalación de sus excrementos.

Nombre común		Nombre científico	Material que afecta	Tipo de Daño
Pescadito de plata		<i>Lepisma saccharinum</i>	Cola, engrudo, gelatina, aderezo de telas y papel	Erosión superficial irregular
Cucarachas		<i>Periplaneta orientalis</i> L., <i>americana</i> L., <i>Phyllodromia germánica</i> L.	Pergamino, piel, aderezo de telas de encuadernación, engrudo y papel	Daño superficial, manchas oscuras
Termitas	De madera seca	<i>Calotermes flavicollis</i> F. <i>Reticulotermes Eucifugus</i> R.	Devoradores omnívoros, principalmente de maderas, piel, pergamino, papel, etcétera	Gran cantidad de galerías que destruyen el papel y material gráfico
	Subterráneas	R.		
Hormigas blancas		*****		
Piojos de los libros		<i>Troctes divinatorius</i>	Engrudo y microorganismos que se forman en las encuadernaciones	Daño superficial cerca del lomo
Escarabajos de alfombras		<i>Dermestes maculatus</i>		
Carcomas	Carcoma	<i>Anthrenus museorum</i>	Cuero, pergaminos, engrudo, cola, tela, madera, papel, etcétera	Gran cantidad de galerías irregulares. Surcos en los cueros
	Del pan	<i>Anobium paniceum</i>		
Reloj de la muerte		<i>Anobium punctatum</i>		
Grillos		<i>Ptinus fur</i> L.	Plantas secas, papel, cartón y cuero	
Polilla de la ropa		<i>Tineola biselliella</i> <i>Tieno pellionella</i> L.	Plumas, planas, pieles, papel, cartón, encuadernaciones de piel y pergamino	Las enzimas de la saliva de las larvas provocan daño en el papel, haciendo galerías

Con base en lo antes expuesto y conocedores del amplio panorama referido al material insumo básico de nuestra labor, conocemos el caso de la Universidad de la Amazonia y sus esfuerzos por mejorar las condiciones de conservación, preservación de sus colecciones unido al mejoramiento de la salud de sus funcionarios:

### **3 BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE LA AMAZONIA**

La Universidad de la Amazonia, viene realizando desde hace ya más de una década, una serie de esfuerzos para detener la proliferación de microorganismos que deterioran las colecciones tanto bibliográficas como de archivo, que a su vez vienen afectando la salud de las personas que hacen uso de ellas (funcionarios, usuarios). El panorama imperante en 1998 era de unos salones acondicionados como biblioteca, donde la humedad, las altas temperaturas, con la asistencia asidua de insectos, roedores, reptiles era notable; por lo que se da inicio a procesos de desinfección, fumigación y adecuación de las áreas. En el 2005 se da el traslado a un edificio diseñado para albergar, conservar, preservar y difundir colecciones, conforme a las normas existentes para el caso.

En el transcurso del tiempo, se hacia notable el hecho de que el personal que trabajaba en la Biblioteca, permanentemente presentaba ausentismo laboral por índoles de salud, hecho que pasaba desapercibido y siempre era catalogado como ausencias por enfermedad común, debido a el clima imperante: la humedad relativa del Caquetá y su capital Florencia oscila entre el 84% a 98% y una temperatura que fácilmente oscila entre los 13°C a 40°C, con lluvias constantes con calores abrasadores.

En aquellos tiempos se dio inicio a la primera investigación *“Caracterización y Diagnostico de Hongos Celulolíticos Presentes en la Biblioteca de la Universidad de la Amazonia (Florencia – Caquetá- Colombia), realizada por Edith Lucia Buitrago García, como trabajo de grado para optar al título de Biólogo con Énfasis en Biorrecursos; es durante su desarrollo (2000) que se lograron detectar la presencia de microorganismos nocivos para la salud humana, siendo la pauta para el primer descarte a gran escala que se llevo a cabo de colecciones, como medida para reducir e implementar medidas de control frente a la contaminación de todas las colecciones y las afecciones respiratorias y dérmicas que frecuentemente afectaban a los funcionarios.*

Con respecto a la investigación enunciada anteriormente, es de anotar que aunque los microorganismos se encuentran en todo tipo de ambientes y materiales, sólo el microclima y la naturaleza de los soportes, determinan el grado de deterioro que se puede producir sobre éstos.

Resalto algunos de sus apartes:

*...“Las zonas muestreadas fueron la Biblioteca, la Hemeroteca, la Bodega y Procesos Técnicos. ... Los resultados mostraron un total de 1373 ufc repartidas proporcionalmente con un 25% en cada uno de los cuatro sitios muestreados. El 48% de las ufc eran del ambiente y el 52% de los libros. De acuerdo con el color y textura anversos, se encontraron 52 tipos de UFC en ambos sustratos. De los 109 microcultivos o cultivos directos, se identificaron 11 géneros de los cuales *Aspergillus niger* (20.18%), *Aspergillus sp1* (14.67%) y *Penicillium sp1* (10.09%), fueron los mas observados. La alta proliferación de hongos presente en la biblioteca estuvo asociada a las condiciones climáticas de temperatura y humedad en las instalaciones”.*

Tabla 2. Géneros de Hongos y materiales sobre los que actúan

HONGOS	MATERIAL SUCEPTIBLE AL BIODETERIORO				
	Papel, Cartón	Cuero	Adhesivos de origen animal y vegetal	Fotografía	Textiles
Mucor	X	X			X
Rhizopus	X	X		X	X
Aspergillus	X	X	X	X	X
Penicillium	X	X	X	X	X
Trichoderma	X	X		X	X
Cephalosporium	X				X
Cladosporium	X	X		X	X
Fusarium	X	X	X	X	X
Alternaria	X	X	X		X

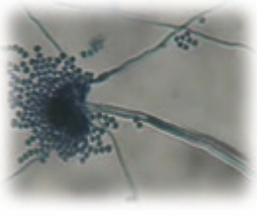
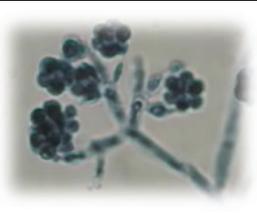
Fuente: UNESCO (1969), Gallo (1992), Szczepanowska (1992), Vaillant (1996), citado en Rojas & Rojas (2002).

Tabla 3. Apartes de Principales géneros representativos de microhongos presentes en materiales de archivo y su actividad catalítica. (ALGUNOS APARTES)

GÈNERO	FUENTE DE AISLAMIENTO	TIPO DE ACTIVIDAD
<i>Cladosporium sp.</i>	Materiales orgánicos, fotos, cintas magnéticas y ambiente.	Decoloración de papel, acidificación, manchas miceliares azul-violeta y/o rosa.
<i>Alternaria sp.</i>	Materiales orgánicos y ambientes.	Manchas miceliares color pardo.
<i>Aspergillus sp.</i>	Materiales orgánicos y ambientes.	Manchas miceliares de diferentes colores, degradación y acidificación.
<i>Penicillium sp.</i>	Materiales orgánicos y ambientes.	Manchas miceliares color verde, degradación de fibras y acidificación.
<i>Mucor sp. ; Rhizopus sp.</i>	Materiales orgánicos y ambientes.	Manchas miceliares color pardo, acidificación.
<i>Chaetomium sp.</i>	Papel, cartón, pieles, fotodocumentos.	Manchas pigmentarias tonos crema y rosa, acidificación.
<i>Fusarium sp.</i>	Materiales orgánicos y ambientes.	Manchas rosadas, cambios cromáticos, afectan las fibras celulósicas.
<i>Stachybotrys sp.</i>	Materiales orgánicos.	Manchas pardo oscuro, afectan las fibras.

Fuente: Vaillant (1996), Garcés & Urbina (2001), citado en Rojas & Rojas (2002).

Tabla 10. Características de los géneros de hongos encontrados en la Biblioteca de la Universidad de la Amazonia (Algunos apartes)

GÉNERO	CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS	FOTOGRAFÍA DE LA IDENTIFICACIÓN
<i>Acremonium</i>	Colonias usualmente aterciopeladas a veces el centro algo elevado y liso, color desde blanco y en algunas colonias con ligero tono rosado sin embargo, hay cepas anaranjadas y hasta oscuras.	
<i>Aspergillus</i>	Son de crecimiento rápido, aterciopeladas, algodonosas, lanosas, polvorosas, en blanco, verde, café o negro.	
<i>Curvularia</i>	Crecen rápidamente, son de aspecto lanoso, blancas al principio, luego adquieren pigmentos grises, verde oliva, a negro, con un envez fuertemente pigmentado.	
<i>Thichoderma</i>	Las colonias son de crecimiento rápido, blancas, verdes, amarillo verdosas, pareciéndose a un prado.	

Luego de la investigación realizada, con el conocimiento exacto de los microorganismos que afectaban de forma alarmante las colecciones y los procesos de desinfección iniciados, se establecía como

un hecho, que la salud de los funcionarios mejoraría a tal grado que disminuirían los trastornos de salud y las ausencias por enfermedad, pero no fue así, se dio la alerta sobre la efectividad de los métodos de desinfección empleados hasta el momento, el equilibrio efectivo del microclima de la biblioteca y la búsqueda de personal capacitado que en conjunto con la academia, establezca el protocolo de conservación y preservación del material bibliográfico; es así como se solicitó al Programa de Biología, por lo cual en mayo del presente año (2013), se dio inicio a la Investigación “Caracterización microbiológica de la División de biblioteca de la Universidad de la Amazonía” por parte de la Bacterióloga, M.Sc Tarin Alexandra Lucero Garzón, quien frente a los adelantos comentados, a encontrado para gran sorpresa nuestra y entre otros, la presencia de microorganismos asociados a deficientes normas de higiene personal, por lo que sin temor a equivocarme se puede concluir, que si bien el medio circundante en el cual están insertas las colecciones, unido a la composición física de las mismas y a la manipulación a la que están enfrentadas, son factores de deterioro de éstas, lo mismo sucede con la salud del personal que la labora en ella con un elemento totalmente nocivo y que marca su estado de salud de forma radical: Sus hábitos de higiene.

#### **4 POR QUÉ NOS ENFERMAMOS**

Se nos dice que la Salud es una manifestación del cuerpo humano, donde ejerce normalmente sus funciones, lo que tiene que ver con las condiciones físicas, mentales y emocionales en que se encuentra ese individuo en una situación específica. El derecho a la *salud* está consagrado en tratados internacionales y regionales de

*derechos humanos* y en las constituciones de países de todo el mundo “*Toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure, asa como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial, la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios*” Declaración Universal de los derechos Humanos, Art.25.

Toda enfermedad o alteración en el estado físico, emocional y mental de un persona, va acompañada de una sintomatología relacionada con un malestar en el cuerpo que nos alerta sobre el hecho de que algo no anda bien en el organismo, los más comunes son: fiebre, dolores, debilidad, cansancio, sueño excesivo, inapetencia, cambios en el estado de ánimo, alteraciones estomacales, estornudos.

Como resultado de la aparición de los síntomas, se inicia la indagación de los sucesos previos que rodearon a la persona, la expresión frecuente en nuestros padres y abuelos era: qué comió que le cayó mal, eso fue que se metió algo a la boca que estaba sucio, con que fue a la casa de fulanito que tenia gripa, eso si fue que no se lavo las manos antes comer, ajá no se ha lavado esa boca desde ayer, huele a chivo revuelto valla báñese... innumerables expresiones dotadas de gracias pero que un trasfondo direccionado siempre a los hábitos de limpieza e higiene, y eso si, no faltaba la tradicional agua de yerbas, el no se serene, no se ventee, no salga.

Actualmente los médicos, unidos por lazos invisibles a los computadores, levantan sus cabezas y preguntan con voz parca: qué siente, dónde le duele, pero por lo regular ignoran el hecho de: dónde trabaja, cual es su labor dando como resultado el medicamento del momento, lo último en analgésicos: el acetaminofen o acido acetilicilico, ante tan pobre, deficiente y por demás deficiente atención (sin el ánimo de desmeritar aquellos galenos que hacen su obra con

gran dedicación y compromiso con el paciente), muchos ya optan por ir a la droguería de turno por una inyección milagrosa que mitigue los síntomas, o por “dejarlo así”, ¡craso error!, ingresando a la lista de funcionarios que pronto se agravara y morirá sin saber que fue lo que en realidad padecía y del por qué lo padecía.

**Los Hábitos:** el hábito es cualquier comportamiento repetido regularmente, que requiere de un pequeño o ningún **raciocinio** y es aprendido, más que **innato**, lo que quiere decir que los hábitos se crean y no se obtienen por herencia, se pueden volver necesidades y nos llevan a realizar acciones automatizadas.

Cada persona suele moldear continuamente su forma de ser y de actuar en consecuencias a las influencias que recibe del medio que la rodea, en tal sentido el hábito estará presente en toda situación o actividad, logrando modificarse por las exigencias del medio; se ejemplifican como prácticas cotidianas, modos de hacer las cosas que forman parte de la manera de vivir de las personas y suele ser nocivo cuando perjudica la salud de la persona que lo practica, afectando negativamente su vida y la de quienes la rodean. La confluencia de salud, enfermedad, hábitos y riesgos hacen indispensable contar con un protocolo de Bioseguridad a seguir por cada funcionarios de la Unidad de Información.

Muchas son las enfermedades que agobian al ser humano, y que están ligadas a un sistema inmunológico, asociado a hábitos alimenticios poco sanos, deficientes en nutrientes, carencia de normas básicas de limpieza e higiene, y a una ambiente de trabajo plagado de riesgos. Al preguntarnos porque nos enfermamos los bibliotecarios, archivistas, bibliófilos, la respuesta la hallamos en dos aspectos: La inmunología y la higiene:

## **Inmunología:**

La inmunología es la ciencia que estudia los procesos moleculares y celulares implicados en la defensa de la integridad biológica del organismo a través de la identificación de las sustancias propias y la detección de las sustancias extrañas. Todo ello con el objetivo principal de destruir a los microorganismos patógenos y evitar así las infecciones.

Todo ser vivo posee unas barreras naturales: la piel, la cual aísla lo interior de lo exterior otra gran cantidad de elementos naturales; las mucosas que actúan como un puesto fronterizo entre dos compartimientos; la lisozima de la saliva y las lágrimas y nasales que tienen la capacidad de romper la unión de los azúcares presentes en las paredes bacterianas, favoreciendo su destrucción; los pelos de la nariz o de los conductos auditivos, el mucus que recubre las vías digestivas y respiratorias, las secreciones ácidas del estómago y de la vagina, el sudor, las bacterias que constituyen la flora intestinal y la flora vaginal normales son barreras biológicas, puesto que compiten con los microorganismos patógenos por el espacio y por los nutrientes, dificultando su multiplicación.

Los mecanismos de defensa son de tipo innato y de tipo adaptativo: En el innato, el ser humano trae consigo diversas moléculas y células que se caracterizan por su capacidad para actuar de manera inmediata, sin requerir un aprendizaje previo; en el mecanismo de defensa adaptativo se caracteriza por desarrollarse solo y específicamente frente a cada una de las sustancias extrañas que han conseguido penetrar en el organismo y que no han sido previamente eliminadas por los mecanismos de la respuesta innata, lo importante de esta respuesta es que genera memoria de un estímulo antigénico a otro

de la misma índole, por lo que a mayor exposición mejor debe ser la adaptación del individuo al medio ambiente imperante.

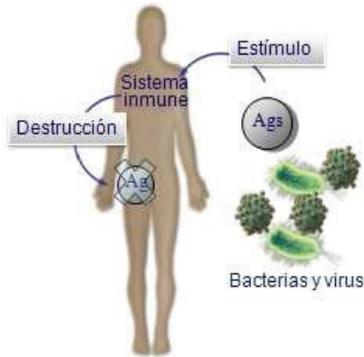


Figura: Sistema inmune. El objetivo del sistema inmune es identificar antígenos perjudiciales para el organismo, tales como virus y bacterias patógenos, y posteriormente su destrucción para preservar su integridad biológica.



Fig. Respuesta inmune: El sistema inmune responde frente al estímulo antigénico mediante la respuesta inmune cuyo objetivo es la destrucción del antígeno.

En ausencia de un sistema inmune eficaz y competente, muchos microorganismos pueden producir diversas infecciones que en la mayoría de los casos pueden resultar mortales. Cuando la persona, a pesar de poseer un sistema inmune eficiente, desarrolla cuadros clínicos asociados a infecciones, generalmente es debido a que necesita tiempo para construir una respuesta fuerte contra los microorganismos invasores, lo que favorece, que estos patógenos tomen ventaja sobre todo durante la infancia o la vejez, épocas en las que el individuo es más vulnerable inmunológicamente.

### Higiene Personal:

La higiene personal es el concepto básico del aseo, limpieza y cuidado de nuestro cuerpo, es importante para la salud y seguridad

de los trabajadores en el sitio de trabajo. Lo trabajadores que prestan atención a su higiene personal, pueden prevenir la propagación de gérmenes y enfermedades, reducir su exposición a productos químicos y contaminantes y evitar el desarrollo de alergias, trastornos de la piel y sensibilidad a sustancias químicas.

La pregunta a seguir es: se ha practicado algún examen para determinar como esta su sistema Inmune? ; desarrolla hábitos sanos de higiene personal?.

La respuesta la podemos hallar en la guía sanitaria que se viene elaborando para los funcionarios de la División Biblioteca de la Universidad de la Amazonia y apartes de las normas de Bioseguridad, que puede serle útil al momento de determinar las posibles causas de las afecciones que padece:

## **GUIA SANITARIA Y DEL ORDEN**

**1. Guía Sanitaria:** El auto cuidado como mecanismo de evitar la aparición y circulación de enfermedades, al compartir espacios. El funcionario debe dar aviso inmediato, a salud ocupacional, a raíz de cualquier lesión que pueda presentarse durante la realización de sus funciones (en caso de no dar aviso oportuno o haber sido provocado deliberadamente, la Institución no responderá):

- a. Higiene de la piel y el rostro: Ducharse diariamente, prestando especial atención a las axilas, ingle, alrededor del ano y zona genital, pies y manos. Después de la ducha, la piel se secará perfectamente. El rostro debidamente limpio sin exceso de maquillaje, sin pestañas postizas, barba bien rasurada. Se prohíbe el uso de, joyería, collares, relojes, pulseras, anillos o cualquier adorno durante la jornada laboral.

- b. Higiene del cabello: El cabello debe lavarse con jabón o champú frecuentemente. El cabello debe llevarse recogido, nunca suelto, sin sombreros, boinas u otros accesorios.
- c. Higiene de manos: Desinfectar frecuentemente las manos con alcohol glicerinado o gel antibacterial, sin que esta conducta exima de un lavado de manos con agua y jabón al comienzo y final de la jornada, así como, antes y después de ir al baño o sanitario . Utilice frecuentemente el cepillo para la limpieza de las uñas.
- d. Higiene de los pies: Los pies deben lavarse diariamente, y mantenerse secos para evitar la aparición de hongos, tomar en cuenta recomendaciones de calzado, antes descrito.
- e. Higiene de las uñas: Las uñas han de mantenerse cortas, para evitar el cúmulo de suciedad. Tratar de forma inmediata las heridas o grietas localizadas en los dedos y uñas, si se presentan es obligatorio el uso de guantes.
- f. Higiene genital: La flora bacteriana y microorganismos ubicados en esta zona son fácilmente transmisibles a objetos y espacios, por lo cual para evitar todo tipo de infecciones en general, resulta imprescindible mantener una higiene diaria.
- g. Higiene de los ojos: La correcta visión es importante en la labor que se desarrolla, por lo que cualquier defecto, debe ser tratado y corregido. Proteja los ojos frente a agentes físicos, químicos o mecánicos, mediante el uso de gafas o pantallas protectoras adecuadas al riesgo concreto. Las infecciones oculares, principalmente las conjuntivitis, son muy contagiosas, por lo que han de tratarse de inmediato, y todos los objetos

que estén en contacto con los ojos serán de uso personal (toallas, pañuelos...). En caso de uso de lentes, mantenerlos limpios y descontaminados.

- h. Higiene del oído: Las orejas deben limpiarse diariamente para eliminar sus secreciones y evitar prurito, el funcionario debe evitar manipulación con introducción de: dedos, palillos, bastoncillos de algodón.

## 2. Del Orden y aseo general:

Las 5 S	Seiri	= Clasificación y descarte
	Seiton	= Organización
	Seiso	= Limpieza
	Seiketsu	= Higiene y visualización
	Shitsuke	= Disciplina y compromiso

El principio de orden y limpieza al que haremos referencia se denomina método de las Cinco S (5'S) está orientado hacia la calidad. Este método es originario del Japón, donde el significado de cada palabra es importante para lograr un

puesto de trabajo agradable, digno y seguro.

- CLASIFICAR Y DESCRATE:** Separa los objetos según: tamaño, clase, tipos, frecuencia de uso, etc. Su objetivo es “mantener solo lo necesario”.
- ORDEN:** Organiza todos los elementos clasificados como necesarios, de tal manera que, se pueden encontrar cuando estos se vayan a utilizar. “Un lugar para cada cosa y cada cosa en su lugar”.
- LIMPIAR:** Eliminar la suciedad de todos los utensilios. Identifica la fuente de suciedad y contaminación. “Mantenga todo limpio”, no tirar nada al suelo.

- d. **HIGIENE Y VISUALIZACIÓN:** Permite mantener los logros alcanzados. “Unifique y cumpla con sus tareas de orden y aseo”.
- e. **COMPROMISO Y DISCIPLINA:** Convierte en costumbre el cumplimiento de los estándares de orden y limpieza en el lugar de trabajo. “Conserve el hábito de limpiar. Consiste en mantener los altos niveles de organización, orden y limpieza. Disciplina, nos quiere decir que debemos tener voluntad para hacer las cosas, es decir, mantener nuestro entorno de trabajo en buenas condiciones.

## **NORMAS DE BIOSEGURIDAD**

Un archivo, una biblioteca, un museo son espacios especialmente dispuestos para la conservación y difusión del patrimonio, donde los lineamientos de preservación y conservación entran en juego para garantizar no solo la preservación en el tiempo de los materiales, sino también la salud del personal que labora en ellos, por lo cual todo el personal (auxiliares, personal administrativo, personal técnico informático, archiveros, bibliotecarios, conservadores, restauradores, personal de seguridad, personal de mantenimiento y limpieza) deben conocer, aplicar y velar por el cumplimiento de las Normas de Bioseguridad.

**Medidas Preeventivas:** En el lugar de trabajo, se concentran la mayor cantidad de bacterias, que afectan la conservación del material bibliográfico y la salud humana, por lo cual deben adoptarse las llamadas precauciones estándares, o normas generales de bioseguridad:

- a. Manter o cabelo limpo e recolhido, conforme as normas de higiene.
- b. Usar roupa que cubra a maior quantidade do corpo.
- c. Trocar diariamente a roupa de assistir ao trabalho.
- d. Usar calçado que cubra o pé e de sola baixa.
- e. Não usar jóias, nem adereços (bijuteria) durante o tempo laboral.
- f. Quando possível não usar maquiagem ou em seu defeito somente maquiagem suave.
- g. Usar os EPP de forma permanente durante o tempo laboral.
- h. As batas e outros EPP, devem descansar na área de trabalho designada, não se permite deambular; os objetos pessoais somente serão mantidos no locker.
- i. Manter as unhas curtas e limpas, quando possível sem maquiagem ou usar somente maquiagem suave.
- j. Manter o local de trabalho limpo e em ordem.
- k. Lavar as mãos frequentemente e entre lavagens aplicar gel antibacteriano ou álcool gelificado.
- l. Não tocar documentos, telefones e demais elementos de apoio, com os luvas.
- m. Usar de forma exclusiva, sem empréstimo, as toalhas, o copo, o guardanapo e elementos de trabalho.

- n. Se prohíbe fumar, mascar chicle u otros, comer y beber al interior de las salas y áreas de la biblioteca (agua, gaseosas, tintos, dulces...)
- o. En caso de poseer una afección respiratoria como resfriado o gripa, debe portar tapabocas correctamente dispuesto de forma permanentemente, evitando estornudar, toser sobre personas y objetos.
- p. El cafetín es un área de descanso de las actividades operativas, por lo que NO se debe acceder con los EPP, ningún residuo o restante de alimentos podrá salir de esta área; debe conservarse limpio y organizado.
- q. Las expectoraciones o esputo, son material biológico contaminante, que solo debe ser arrojado en el sanitario.

La “Bioseguridad” comienza con el pensar “¿Cómo me protejo?”, “¿Cómo protejo a los demás?”, “¿Cuál es mi responsabilidad?”.

## 5 CONCLUSIÓN

“Es una profesión [profesión de bibliotecario y archivero] en la que se tiene menos riesgos de sufrir accidentes en comparación con otras, pero hay una mayor disposición a contraer enfermedades derivadas del deterioro lento y paulatino de la salud producido por una exposición crónica a situaciones adversas para el organismo humano...(Revista *Cejillas y Tejuelos*. Artículo escrito por José Antonio López Pineda).

El conocimiento de los riesgos a que se enfrentan, la formación preventiva y la aplicación de medidas de Bioseguridad, son los factores predominantes en el aseguramiento de la calidad de vida laboral, que permite el desarrollo de las actividades de bibliotecario, archivero, bibliófilo y cualquier otro personal que labore en una unidad de información, sin afectar su salud.

El seguimiento la implementación de medidas de conservación y preservación del material bibliográfico, el estudio de los riesgos presentes en los puestos de trabajo, asociados a revisiones médicas constantes del personal, así como el riguroso cumplimiento de las medidas de aseo e higiene personal, son elementos fundamentales en el establecimiento de la preservación, conservación, restauración de la salud del profesional de la información.

## BIBLIOGRAFIA

Alérgenos. Documento en línea: <http://www.jorge-bacigaluppi.com.ar/alergenos.htm>

Bacterias que amenazan la salud de los bibliotecarios. Documento en línea: [www.lajornadamichoacan.com.mx/2004/09/01/planitas/contra.pdf](http://www.lajornadamichoacan.com.mx/2004/09/01/planitas/contra.pdf)

Buitrago García, Edith Lucia. Caracterización y diagnóstico de hongos celulolíticos presentes en la biblioteca de la universidad de la amazonia (Florencia – Caquetá- Colombia). Tesis (bióloga). Universidad de la Amazonia, 2005.

Características del papel. Documento en línea: <http://papiersrl.com.ar/caracteristicas%20del%20papel.html>

Enciclopedia Temática. Documento en línea: [http://www.conevyt.org.mx/cursos/enciclope/salud\\_y\\_enfermedad.html](http://www.conevyt.org.mx/cursos/enciclope/salud_y_enfermedad.html)

Fakhri Zuheir. Riesgos Biológicos en el lugar de Trabajo. // En: Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo. Documento en línea: [www.ilo.org](http://www.ilo.org)

Frost, G. y Briceño, A. Métodos de conservación de libros en la Biblioteca Nacional de Venezuela: un manual de procedimientos del Centro Nacional de Conservación Documental. Caracas: Biblioteca Nacional de Venezuela. 1995.

Guerrero Mateus, L. (2006). Deterioros más comunes en material de archivo. Documento en línea: <http://200.75.50.44/archivo/sic/DeteriorosMaterialArchivo.pdf>.

Mansilla Izquierdo. Manual de Riesgos Psicosociales en el trabajo: Teoría y Práctica. Documento en línea: <http://www.psicologia-online.com/ebooks/riesgos/>

Papel enfermo. Documento en línea: <http://pulpnivorio.wordpress.com/2009/04/19/papel-enfermo/>

Riesgos y protección personal en bibliotecas y archivos. Documento en línea: <http://www.slideshare.net/lisbethflores/taller-de-riesgos-y-proteccion-personal-proyecto-i-i>

Sterling, TD, C Collett, D Rumel. 1991. Epidemiología del edificio enfermo (en portugués). *Rev Saude Publica* 25(1):56-63.



## DESENVOLVENDO AÇÕES EMPREENDEDORAS NA WEB: A CONSTRUÇÃO DO SITE DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB

Danilo de Sousa Ferreira<sup>1</sup>  
Manuela Eugênio Maia<sup>2</sup>  
Jefferson Higino da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

A *web*, que tem o poder de renovar-se muito agilmente, é uma ferramenta indispensável na sociedade, pois se constitui como um espaço de divulgação e acesso à informação. Fruto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), torna-se, na Era atual, um valioso instrumento de democratização e uso de informações, bem como facilita e amplia a interação entre usuários e o seu desenvolvedor. Usufruir dessas facilidades e potencialidades, criou-se um site para o curso de Arquivologia da UEPB. A principal função do site é a de informar aos usuários acerca das novidades na Arquivologia e no curso da UEPB, divulgando, dinamizando e promovendo o debate e a maior interação com a comunidade de usuários. O objetivo do projeto é promover o curso de Arquivologia do Campus V da UEPB por meio do *website*. Para isso, baseou-se teórico-metodologicamente nos princípios da Arquitetura da informação. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: (a) entrevista aberta com coordenador e ex-coordenadora do

---

1 João Pessoa/Brasil, Arquitetura da informação, danilo.sousa@gmail.com, mestre em Informática pela Universidade Federal de Campina (UFCG) e docente do Departamento de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

2 João Pessoa/Brasil, Ciência da Informação/ Tratamento e arquitetura da informação, manuelamaia@gmail.com mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e docente do Departamento de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

3 João Pessoa/Brasil, jeffersonhigino@yahoo.com.br, bolsista de extensão e discente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

curso de Arquivologia da UEPB; (b) tabulação dos documentos de arquivo e do Projeto-Político-Pedagógico do curso de Arquivologia da UEPB e da legislação da referida instituição; (c) captura e triagem de informações na *web* que envolvam promoções, eventos, fornecedores privados de materiais e organismos públicos em arquivo. A análise dos dados baseou-se em leitura, interpretação e produção textual das informações coletadas. O site, disponível na URL <http://arquivologiauepb.com.br/> atende diretamente a 381 usuários, alunos matriculados no curso de Arquivologia da UEPB. Assim, o foco é que o internauta seja auto-educado a explorar o ambiente virtual, sugerindo e participando do processo de construção cotidiana das informações, tornando ser ativo e agente do processo informacional.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento de site. Arquivologia - UEPB. Usuário *web*.

## **DESARROLLO DE ACCIÓN EMPRESARIAL EN LA WEB: CONSTRUCCIÓN DEL SITE DEL CURSO DE ARQUIVOLOGÍA DE LA UEPB**

### **RESUMEN**

La página *web*, que tiene el poder de renovarse a sí misma muy ágil, es una herramienta indispensable en la sociedad, ya que es un espacio para la difusión y el acceso a la información. Fruto de Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs) se convierte, en la época actual, una valiosa herramienta para la democratización y el uso de la información, así como facilita y mejora la interacción entre los usuarios y su desarrollador. Así que, pensando en utilizar de esas facilidades y capacidades, se creó un sitio *web* para el curso de Archivología de la UEPB. La función principal de este sitio es informar a los usuarios sobre las noticias en el curso, difundir y estimular el debate y la Archivología UEPB, promoviendo una mayor interacción con la comunidad de usuarios. El objetivo del proyecto es promover el curso Archivología del Campus V de la UEPB a través de la página *web*. Para esto se basó en los principios teóricos y metodológicos de la Arquitectura de la información. Se utilizaron los instrumentos de recolección de datos: (a) la entrevista abierta con el coordinador y ex coordinador del curso de Archivología/UEPB (b) la tabulación de los documentos de archivo y del Proyecto Político-Pedagógico del curso de Archivología/UEPB y la legislación de la dicha institución, (c) la captura y clasificación de la información en la *web* implica promociones, eventos, proveedores privados y materiales públicos en archivo. El análisis de datos se basa en la lectura, la interpretación y la producción textual de la información recopilada. La página *web*, disponible en URL <http://arquivologiauepb.com.br/> teniendo en cuenta directo a 381, los usuarios, los

estudiantes inscritos en el curso de Archivología/UEPB. Por lo tanto, el objetivo es que el usuario sea autodidacta para explorar el entorno virtual teniendo en cuenta sus necesidades y tareas de información, sugiriendo y participando en la construcción de la información diaria siendo agente de proceso de información.

**Palavras claves:** Desarrollo de sitios *web*. Archivo - UEPB. Usuario *web*.

## 1 INTRODUÇÃO

A *web* é um marco para as relações sociais e comunicacionais da Era Moderna. Fruto das Tecnologias da Comunicação e Comunicação (TICs), a internet vem promovendo transformações no comportamento e na percepção de mundo dos indivíduos.

Contextualizados nesse processo, temos o intento de inserir o curso de Arquivologia da UEPB e as suas práticas, sejam pedagógicas, científicas, culturais e empreendedoras, de modo sistematizado, visando a produzir o debate e o envolvimento da comunidade de internautas arquivística.

A grande vantagem do uso da *web* é que integra a noção de tempo e espaço, facilitando e democratizando o acesso às informações. Facilita a convivência e a obtenção de informações que tratam das necessidades dos usuários, pois se cria nesse espaço, o virtual, formas de interação efetivas, as quais temos dificuldades nas relações face a face do dia a dia. Associada à página *web*, podemos utilizar as redes sociais como *facebook*, *twitter* e *msn*, além do correio eletrônico (*e-mail*).

Desse modo, o projeto “Divulgação eletrônica: a *web* promovendo o curso de Arquivologia da UEPB e as suas práticas empreendedoras” visa ao desenvolvimento da página eletrônica do citado

curso. Sua construção é fundamental para a sociedade paraibana, alunos e egressos do curso de Arquivologia da UEPB, pois servi de base para informações que envolvem ações voltadas para o fazer do seu corpo docente e discente. Propõem-se a envolver a comunidade num espaço de inter-ação e de divulgação de suas atividades extensionistas, de pesquisa e de ensino, promovendo a Universidade, o curso e suas atividades.

## 2 METODOLOGIA

A *web*, fruto das TICs, torna-se na Era atual um valioso instrumento de democratização, acesso e uso de informações, bem como facilita e amplia a interação entre usuários e desenvolvedor. (VIDOTTI; SANCHES, 20--).

Assim, a criação do *site* do curso de Arquivologia da UEPB possibilita a integração da comunidade acadêmica e amplia os olhares sobre os objetos de nossa descrição, a saber, o arquivista, o arquivo e o curso supra. A principal função que envolve a construção desse *site* é a de informar acerca das novidades e das atualidades ocorridas na área e do curso, divulgando, dinamizando e promovendo o debate e a maior interação com a comunidade da Arquivologia, o que não se resume apenas aos alunos do curso. Para isso, o uso de metodologia apropriada; no nosso caso, a opção foi pelo uso da Arquitetura da informação.

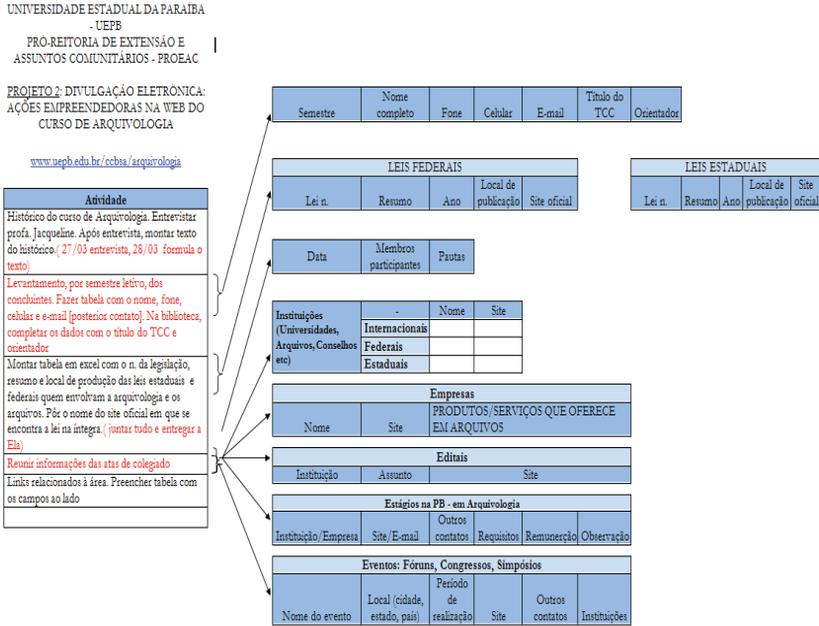
De acordo com Reis (20--), a Arquitetura da informação “é a arte e a ciência de organizar ambientes de informação para satisfazer as necessidades das pessoas”. Valendo-se desse instrumental metodológico, visou-se a disponibilização dos requisitos básicos e essenciais

para a criação do *site*, pois trata da organização da informação para torná-la clara e compreensível. A Arquitetura da informação fornece subsídios para que o sistema informacional torne-se fácil, atraente e manipulável para os usuários. Assim, o foco é que o internauta seja auto-educado a explorar o ambiente virtual considerando suas necessidades de informação e suas tarefas; também é relevante que esse mesmo usuário seja conduzido a sugerir e participar no processo de construção cotidiana as informações, tornando ser ativo e agente do processo informacional. (REIS, 20--).

Do ponto de vista da coleta de dados, baseou-se nos seguintes instrumentos de coleta de dados: (a) entrevista aberta com coordenador e ex-coordenadora do curso de Arquivologia da UEPB no intuito de obter um levantamento do histórico e da trajetória do curso desde a sua implantação em 2006.2 até os dias atuais. Essas informações foram primordiais para a propositura e a estruturação da rotulação do *site*; (b) a tabulação dos documentos de arquivo, do Projeto-Político-Pedagógico do curso de Arquivologia da UEPB e da legislação da referida área, constituem três sublinks de informação do *site*; (c) a captura e a triagem de informações na *web* que envolvem promoções, eventos, fornecedores privados de materiais e organismos públicos em arquivo, possuem o intuito de disponibilizar informações amplas e sistematizadas em torno desse universo para os usuários que navegarem nosso *site*; (d) por fim, a última etapa, a compra e o registro de domínio.

Como forma de sistematizar a coleta de dados, elaboramos um esquema com a seguinte estrutura:

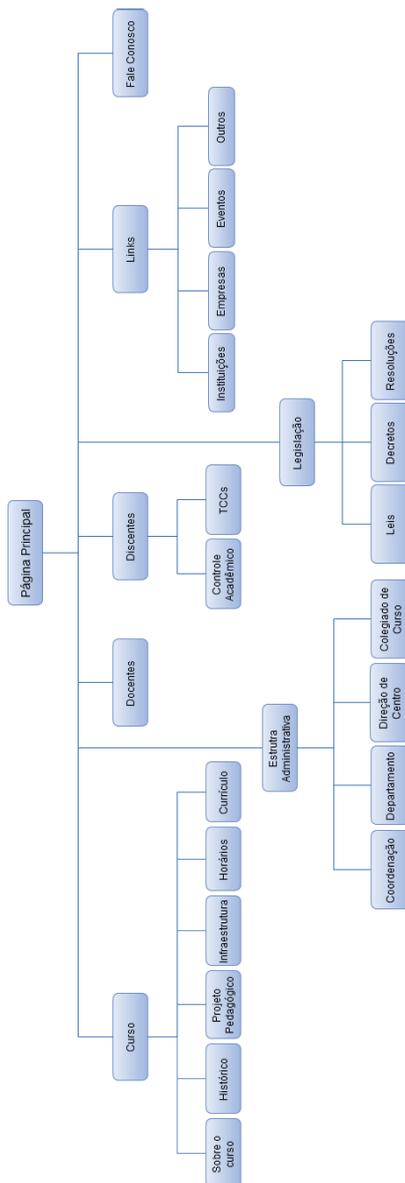
**FIGURA 1:** Coleta de informações para o *web site* do curso de Arquivologia da UEPB



**FONTE:** Dados do projeto, 2012

A análise dos dados baseou-se em leitura, interpretação e produção textual das informações coletadas. Tais dados subsidiaram os conteúdos disponíveis de forma sistematizada no *site*, que seguiu a seguinte organização classificatória:

FIGURA 2: Desenvolvimento do site – Mapa estrutural



FONTE: Dados do projeto, 2012

Por meio do mapa estrutural, pudemos organizar os termos amplos e específicos, dos aspectos macro e micro, agrupando a informação em um sentido lógico e sistêmico.

### 3 O SITE DE ARQUIVOLOGIA SUBSIDIANDO A PRÁTICA EXTENSIONISTA

Considerando a necessidade de organizar e de sistematizar as informações para os alunos de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nosso público alvo, no que se refere ao conteúdo da arquivística, surgiu essa ação extensionista. Em junho de 2012, contactou-se o registro de **381 alunos/usuários** do curso de Arquivologia da UEPB, que necessitam de informações referentes ao curso, estrutura curricular, docentes e os seus projetos de pesquisa e extensão, entre outros assuntos. Além disso, a sociedade, ao saber desses registros, passa a ter conhecimento do propósito e da missão do arquivista, em especial, os formados pela UEPB.

Atualmente, é indiscutível a importância da *web* no processo de disseminação da informação (LAUDON; LAUDON, 2007; CRUZ, 2010), devido, dentre outros fatores, ao número crescente de usuários. No primeiro trimestre de 2012, o número de usuários da internet no Brasil ultrapassou a marca de 82 milhões de usuários. (OLHAR DIGITAL, 2012).

Como se trata de um ambiente virtual, as ações estariam relacionadas ao número de visitas, informações mais consultadas e solicitadas pelos usuários nos canais de comunicação.

O desenvolvimento de um *site web* é de fundamental relevância nos dias de hoje, pois organiza e dissemina informações relevantes para uma determinada comunidade de usuários. É uma das

mídias de comunicação mais penetrantes na vida cotidiana. Por isso, a necessidade de explorar as suas potencialidades. Contudo, a penetrabilidade e facilidade da produção de um *site* ocorrem em função do uso de inúmeras ferramentas que existem para esse propósito. Nesse sentido, produz-se muitas informações na *web*, poluindo-a com desinformação ou excesso, desconstruindo conhecimentos ou trazendo morosidade no acesso da informação que o usuário necessita. (VIDOTTI; SANCHES, 20--).

Assim, a criação de um *site* na área e no curso de Arquivologia da UEPB possibilita a integração da comunidade acadêmica e ampliar os olhares sobre o arquivista, a Arquivologia e o curso supra. A principal função que envolve a construção desse *site* é a de informar acerca das novidades e das atualidades ocorridas na área e do curso, divulgando, dinamizando e promovendo o debate e a maior interação com a comunidade da Arquivologia, o que não se resume apenas aos alunos do curso.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O site “[www.arquivologiauepb.com.br](http://www.arquivologiauepb.com.br)” encontra-se concluído, contando inicialmente com 36 páginas de informações, distribuídos nos seguintes macrotermos informacionais: pedagógico, administrativo, histórico, legislativo e acadêmico. O usuário da *web* tem ao seu alcance informações essenciais sobre o curso de Arquivologia da UEPB e inovações na área, permitindo também a interatividade com o usuário.

Os dados coletados, analisados e sintetizados foram baseados em entrevistas, pesquisas aos documentos de arquivo, ao projeto

político pedagógico do curso de Arquivologia da UEPB e sua legislação. Capturou-se alguns links referentes aos eventos da área, às instituições estaduais, federais e internacionais e aos fornecedores de materiais e equipamentos relacionados aos arquivos, aproximando os internautas nas relações jurídicas e comerciais da Arquivologia.

Ancorados na Arquitetura da informação, buscou-se subsídios para que o sistema informacional torne-se fácil, atraente e manipulável para os usuários. Assim, o foco é que o internauta seja auto-educado a explorar o ambiente virtual considerando suas necessidades de informação e suas tarefas; também é relevante que esse mesmo usuário seja conduzido a sugerir e participar no processo de construção cotidiana as informações, tornando ser ativo e agente do processo informacional.

A página eletrônica presta um serviço à comunidade acadêmica, funcionando como uma ferramenta auxiliar no processo de aprendizagem; também subsidia ao cidadão comum, possibilitando ao internauta uma compreensão acerca do trabalho do arquivista e sua contribuição para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

CRUZ, T. **Sistemas de informações gerenciais**: tecnologias da informação e a empresa do século XVI. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

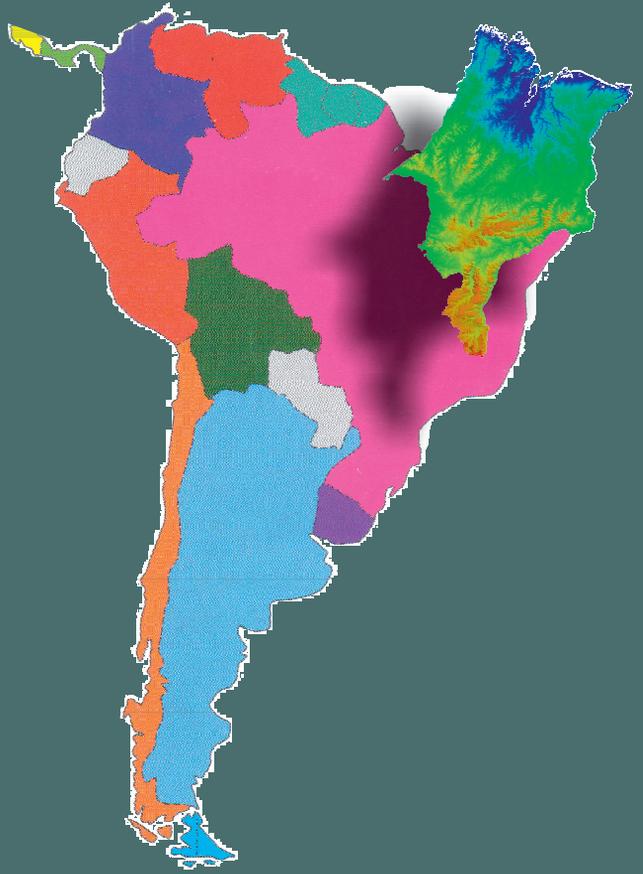
LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

OLHAR DIGITAL. **Número de usuários da internet no Brasil chega a 82,4 milhões**. Disponível em: <[http://olhardigital.uol.com.br/negocios/digital\\_news/noticias/internautas-brasileiros-ja-sao-82-milhoes](http://olhardigital.uol.com.br/negocios/digital_news/noticias/internautas-brasileiros-ja-sao-82-milhoes)>. Acesso em: 20 ago. 2012.

REIS, Guilherme. **O que é arquitetura de informação em *websites***. 2006.  
Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/2006/04/15/o-que-e-arquitetura-de-informacao-em-websites/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

VIDOTTI, S. A. B. G.; SANCHES, S. A. S. **Arquitetura da informação em *web sites***. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=8302>>. Acesso em: 20 jun. 2012.





*Bibliotecas*





## **ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA ESTRUTURA FÍSICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA QUANTO À ACESSIBILIDADE DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL**

*Nayadia Kênia Araujo Serra<sup>1</sup>*  
*Felipe Magno Silva Pires<sup>2</sup>*  
*Iraselma Costa Reis<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Aborda sobre um estudo da situação atual da estrutura física da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão – UFMA relacionado com a acessibilidade de usuários com deficiências físicas e visuais. Objetiva diagnosticar a situação atual da estrutura física Biblioteca Central da UFMA quanto à acessibilidade de usuários com deficiência física e visual. Assim como estudar a legislação que regulamenta a estrutura física de ambientes públicos, do tipo Biblioteca, Mapear a estrutura física da Biblioteca Central da UFMA quanto à acessibilidade de pessoas com deficiências, e comparar a realidade da estrutura física da Biblioteca Central da UFMA com a literatura. Ressalta o espaço físico da biblioteca como o reflexo da concepção de lugar de concretização, de acessibilidade à informação, leitura e reflexão, onde são disponibilizados os serviços de atendimento aos usuários, dentre outros serviços, por isso esses espaços devem ser amplos e de qualidade garantindo o acesso, procedimentos e atividades previstos pelo serviço. Para realização do trabalho primeiramente fez-se o levantamento bibliográfico acerca da temática abordada, em seguida a observação do campo estudado e por último a pesquisa de

---

1 Universidade Federal do Maranhão- UFMA (nayadia-kenia@hotmail.com)

2 Universidade Federal do Maranhão- UFMA (felipemkalyma@hotmail.com)

3 Universidade Federal do Maranhão- UFMA (ira.selma@hotmail.com)

campo através da aplicação de questionais com deficientes físicos e visuais. Conclui-se que os resultados encontrados em parte não condizem com o que as leis e normas estipulam para acessibilidade de deficientes físicos e visuais.

**Palavras-chave:** Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Biblioteca Universitária. Acessibilidade. Deficientes Físicos e Visuais.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu na disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções (FORCOL), na unidade referente à Avaliação de Materiais Informacionais, onde foi proposto uma atividade que ocasionasse a avaliação da Biblioteca Central da UFMA.

A lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade, juntamente com a NBR 9050/2004 registrada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que se refere à acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Nesse sentido, sentiu-se a curiosidade de saber se a Biblioteca Central da UFMA possibilita as pessoas com deficiência física e visual o acesso com segurança às dependências físicas e aos materiais informacionais de forma independente.

Para nortear esta pesquisa, serão levadas em conta as opiniões dos discentes da UFMA que possuem algum tipo de deficiência física ou visual, de modo que seja possível saber de que forma a implementação dessas leis influenciam na apropriação de informação por parte desses discentes.

Esta pesquisa tem como objetivo diagnosticar a situação atual da estrutura física Biblioteca Central da UFMA quanto à acessibilidade de usuários com deficiência visual e física, estudando a legis-

lação que regulamenta a estrutura física de ambientes públicos, do tipo Biblioteca, mapeando a estrutura física da Biblioteca Central da UFMA quanto à acessibilidade de pessoas com deficiência física e visual.

A pesquisa terá caráter descritivo-explicativo e também abordagem qualitativa dos dados e se desenvolverá por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Quanto à pesquisa de campo, esta ocorrerá na Biblioteca Central da UFMA, localizada no bairro Bacanga. A escolha dessa instituição deu-se pela necessidade de avaliar todos os aspectos que compõe a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.

## **2 LEGISLAÇÕES QUE REGULAMENTAM A ESTRUTURA FÍSICA DE AMBIENTES PÚBLICOS, DO TIPO BIBLIOTECA**

O espaço físico da biblioteca é o reflexo da concepção de lugar de concretização, de acessibilidade à informação, leitura e reflexão, onde são disponibilizados os serviços de atendimento aos usuários, dentre outros serviços, por isso esses espaços devem ser amplos e de qualidade garantindo o acesso, procedimentos e atividades previstos pelo serviço.

É imprescindível que os espaços garantam acessibilidade aos seus usuários, seguindo os principais instrumentos reguladores: leis 11.345/93, regulamentada pelo Decreto 45.122/04 e a norma técnica ABNT NBR 9050: 2004, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade urbana, apoiando ações que garantem acesso universal aos espaços públicos.

Levando-se em consideração estas leis, a biblioteca deve ser um espaço tanto para os usuários sem nenhum tipo de problemas físicos como para os que têm limitações físicas, enfatizando deste modo atendimento especializada, acessibilidade arquitetônica, mobiliária e ao acervo. Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e área de conveniência devem ser acessíveis.

Todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender aos requisitos da ABNT NBR 9050 para serem considerados acessíveis. Já as edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, 2004.).

A Lei 11.345/93, regulamentada pelo Decreto 45.122/04, determina que todos os locais de reunião, ou seja, locais que recebam mais de 100 pessoas por dia ou aqueles destinados a qualquer outro uso e que tenham capacidade superior a 600 pessoas/dia, deverão atender ao que dispõe a NBR (Norma Técnica Brasileira) 9050/04 para efeitos da aplicação das disposições especiais para as pessoas com deficiência. Deste modo, qualquer imóvel que se enquadre nessa lei deverá dispor de acessos, banheiros, rampas, elevadores, sinalização, entre as adaptações necessárias para permitir o acesso, circulação e permanência de pessoas com deficiência.

De acordo com a NBR ABNT 15599:2008 a entrada deve estar preferencialmente localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. Deve existir pelo menos uma rota acessível, ou seja, livre

de escadas e com espaço suficiente para a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas, interligando o acesso dos estudantes a todos os ambientes da biblioteca. Os corrimãos das rampas devem ser instalados em duas alturas: 0,70m e 0,92m do piso.

Melo (2010, p.10) Aponta que as portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre de no mínimo 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Também devem ser respeitadas as distâncias de aproximação frontal e lateral. Existem muitos outros aspectos a serem considerados conforme o tipo da porta.

Quanto ao acervo, à distância entre as estantes de livros deve ser no mínimo 0,90 m de largura, nos corredores entre as estantes deve haver um espaço que permita a manobra do cadeirante, a cada 15 m. As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, garantindo posicionamento para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m. Deve ser garantida ainda uma faixa para a circulação.

As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,76 m em relação ao piso para garantir um posicionamento de uma aproximação frontal. Deve-se manter uma faixa livre para circulação de 0,90 m e área de manobra para acesso às mesas por parte dos cadeirantes.

### **3 ESTRUTURA FÍSICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**

Leitão (2005, p.25) destaca que a biblioteca universitária deve “estimular, apoiar, fomentar e desenvolver o saber em seus múlti-

plos aspectos por meio de seus acervos e das relações que nela se estabelecem”.

Dessa forma, a biblioteca existe para atender seus usuários, por isso deve estar voltada especificamente para atender a todos, mas para isso acontecer ela primeiramente deve conhecer quem são os seus usuários, quais as suas necessidades tanto informacionais quanto de acessibilidade, pois só assim é que se poderá promover o acesso, a preservação, a disseminação, a recuperação e socialização da informação a todos que dela necessitar.

A Biblioteca Central da UFMA abriga em suas dependências: balcão de referência, salas de estudo em grupo e individuais, guarda volumes, balcão de acesso à internet, terminal de consulta ao catálogo, mural de novas aquisições e acervo geral. Também possui climatização (ar-condicionado), iluminação, extintores de incêndio e saída de emergência.

A biblioteca possui um balcão de referência, em que é neste local que os usuários podem estar se dirigindo para obter informações em relação à biblioteca ou esclarecimento de outras dúvidas pertinentes. Nesse balcão também é feito os serviços de empréstimos de materiais. Existe outro balcão que fica logo na entrada da biblioteca em que nesse é feito as renovações ou devoluções de materiais.

As áreas de estudo envolvem as salas de estudo em grupo e as cabines de estudos individuais. Sendo treze cabines de estudos individuais e seis salas de estudos em grupo. Dessa forma, podemos destacar que a quantidade de sala de estudos em grupos e cabines individuais é insuficiente para atender a quantidade de usuários que frequentam a biblioteca.

Figura 3 – Ambientes de estudo individuais e em grupo.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Em relação à climatização da biblioteca é feita principalmente pelo uso de ar-condicionado, em que alguns não estão em perfeito estado de funcionamento, mais também possui alguns ventiladores que estão distribuídos no espaço da biblioteca. Outro espaço que compõe a área da biblioteca, podemos perceber através da análise da imagem a pouca iluminação da biblioteca principalmente no que se refere ao acervo de periódicos e no acervo geral da biblioteca.

Figura 5 - Iluminação do acervo da Biblioteca Central da UFMA.



Fonte: Próprios autores.

Em relação a iluminação da biblioteca há tanto a iluminação artificial quanto a natural e em alguns locais da biblioteca percebe-se a quase que inexistência de iluminação, o que acaba por prejudicar os usuários no acesso à informação.

Assim, é no terminal de consulta é o local onde os usuários podem estar pesquisando se a biblioteca possui algum material do seu interesse, a pesquisa pode ser feita por autor, título, assunto entre outros.

Figura 8 – Terminal de consulta ao acervo.



Fonte: Próprios autores.

Sendo assim, foram observadas algumas irregularidades em relação à estrutura física no que se referem a infiltrações na área do acervo, fiação elétrica exposta, equipamentos em locais não apropriados. Nesse sentido, destacamos esses pontos, pois acreditamos que são fundamentais para poder identificar se a estrutura física da biblioteca esta acessível aos usuários com deficiência física e visual. Desse modo, é importante a biblioteca ser acessível, pois só assim os deficientes físicos e visuais poderão se locomover dentro da bi-

bliblioteca com segurança e autonomia, eliminando tanto as barreiras arquitetônicas quanto informacionais.

#### **4 ANÁLISE DA ESTRUTURA FÍSICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA COM A LITERATURA, TECENDO COMENTÁRIOS E SUGESTÕES PARA AS MUDANÇAS**

O Decreto Federal nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, define a acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

Voltando-se para as bibliotecas, a acessibilidade dá-se não somente por meio da disponibilização de livros, como principalmente de espaço físico, ate porque para se chegar ao acervo o usuário tem na maioria das vezes um longo caminho a percorrer. A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos garantindo:

Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000, p.1).

Somando-se a esta lei a Norma de acessibilidade NBR 9050 (2004), garante que os portadores de deficiência tenham facilidade

de acesso, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos nos projetos de construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, além de espaços e equipamentos urbanos.

Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender aos requisitos da ABNT NBR 9050 para serem considerados acessíveis. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, 2004, p. 88).

Comparando tanto as normas da ABNT 9050/2004 como a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, com a realidade da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, percebe-se que esta não está completamente nos padrões exigidos.

Durante a visita feita à Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (BC), percebeu-se que a entrada está de acordo com a norma 9050/2004, que garante que a entrada deve estar localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos, no caso da BC, a entrada cumpre com este requisito.

Quanto à porta de acesso principal, a principal dificuldade está no espaço em relação a uma porta e outra, uma vez que um lado da porta é fixo e o outro móvel, podendo passar apenas duas pessoas por vez, e o cadeirante tem que fazer muito esforço para empurrar a porta e passar.

Os aspectos observados pela norma (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, 2004, p. 88) que enfatiza a acessibilidade em bibliotecas são:

### 8.7 Bibliotecas e centros de Leitura

8.7.1 Nas bibliotecas e centros de Leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e área de convivência devem ser acessíveis,

8.7.2 Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.7.3 A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0.90m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15m deve haver um espaço que permita a manobra de cadeira de roda. Recomenda-se a rotação de 180 graus.

8.7.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7.

8.7.5 Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

8.7.6 Pelo menos 5% do total de terminal de consultas por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a PCR e PMR. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% adaptáveis para acessibilidade.

Em relação à disposição das estantes de livro, percebeu-se que esta também não está de acordo com a exigência da norma, além da falta de espaço para a manobra do cadeirante. As mesas da sala de leitura também não se enquadram nos padrões, que deveriam possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, para garantir o posicionamento para a aproximação frontal do cadeirante, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m, mas ultrapassam estas medidas com 0,87m de altura e com a superfície da mesa de 0,60m, além de que não há faixa para a circulação do cadeirante.

O balcão de atendimento não está dentro dos padrões estipulados para proporcionar acessibilidade aos deficientes físicos, pois tem 1,05m de altura, quando deveria ter 0,90m do piso, dificultando a utilização por parte do usuário em cadeira de rodas, com relação ao alcance manual e, principalmente, ao alcance visual. Os terminais de consulta, também não se enquadram nas normas, com 1,20m de altura, sendo que do piso para a bancada com o teclado a altura é de 0,90m e da bancada com o teclado para a bancada com o computador a altura é de 0,60m. Para um cadeirante e deficiente visual, fica inviável fazer sua pesquisa nos terminais de consulta, uma vez que a visualização do resultado nos computadores não pode ser lida, e os teclados não possuem Braille, e o sistema não apresenta o programa de viva voz.

A partir das observações efetuadas, foi possível perceber que as determinações presentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR-9050 de 2004, não foram seguidas, de forma criteriosa. Os resultados encontrados não condizem com o que as leis e normas estipulam para acessibilidade de deficientes físicos e visuais. Este fato pôde ser comprovado a partir da estrutura física e do mobiliário.

## **5 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS EM RELAÇÃO A ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Dos itens avaliados foram levados em conta o gênero, a faixa etária, a formação o tipo de deficiência (física ou visual- baixa visão ou visão subvisual, cegueira congênita, cegueira adquirida), a frequência com que estes usuários vão à biblioteca, os serviços que mais utilizam (xerox, COMUT, reservas, empréstimo, normalização, ca-

tálogos e outros). Levou-se ainda em consideração as maiores dificuldades enfrentadas por estes usuários, pedindo a sua avaliação por parte destes no: acesso às dependências, no setor de atendimento, acesso ao acervo e serviços e produtos oferecidos.

Avaliaram-se ainda quais equipamentos que a Biblioteca Central (BC) poderiam oferecer aos usuários, com deficiência visual e quais equipamentos estes usuários gostariam que tivesse na BC (computador com utilizador de voz, livros em *Braille*), além do espaço de estudo quanto ao favorecimento da acessibilidade.

### **5.1 Entrevista realizada com os usuários da biblioteca central da UFMA**

De 100% dos entrevistados 75% eram do sexo feminino e 25% do sexo masculino, com faixa etária de vinte e três (23) a quarenta (40) anos de idade, sendo que 50% possui deficiência visual, incluindo nessa porcentagem portadores de deficiência congênita (25%) e baixa visão (25%) e, outros 50% possuem deficiência física, e todos encontram-se na graduação.

### **5.2 Resultado dos dados avaliados**

Todos os entrevistados responderam que frequentam a biblioteca, sendo que o serviço que mais utilizam é o de empréstimo. Ao questionarmos sobre as maiores dificuldades enfrentadas em relação ao acesso as dependências, os deficientes físicos (50%) afirmaram que melhorou bastante, a partir da construção de rampas, porem na sua opinião, ainda falta muito, como por exemplo melhor o acesso

a entrada principal da Biblioteca e ao acervo. Já para os deficientes visuais (50%) a maior dificuldade estar no acervo, uma vez que este não possui livros e nem placas de sinalização em *Braille*, o que dificulta as suas pesquisas e localização dentro da Unidade de Informação. Outro fator considerado negativo pelos deficientes visuais diz respeito ao atendimento, que segundo estes faltam profissionais capacitados.

Ao serem questionados a respeito de quais equipamentos gostariam que tivessem disponível na biblioteca 25% responderam que gostariam que tivesse impressora em *Braille* e 75% gostariam de computadores com utilizador de voz. Quanto o acesso ao acervo 25% dos entrevistados afirmaram que conseguem se movimentar sem maiores dificuldades, já 75% destacaram que o espaço entre as estantes é ruim, uma vez que ambas estão muito próximas, dificultando a locomoção.

Em relação aos serviços e produtos prestados pela Unidade de Informação 25% consideraram ruim os produtos, uma vez que não é possível encontrar livros em *Braille*, outros 25% afirmaram que poderia ser de maior qualidade, ainda 25% acreditam que tanto os serviços quanto os produtos oferecidos são insuficientes e 25% avaliaram como sendo normal .

Ao avaliarmos o espaço de estudo, levou-se em consideração ainda cabines de estudos individuais, guarda-volumes, sala de estudo em grupo, salão de leitura, balcão de acesso a internet, balcão de referencia, terminais de consulta ao acervo e acesso ao acervo, pedindo para que os entrevistados os classificassem como bom, ótimo e péssimo. Na avaliação geral destes itens 25% consideraram bom e 75% consideraram péssimo. 99% consideraram as cabines de

estudos individuais péssimo, apenas 1% consideraram como sendo bom. Para os guarda-volumes 50% consideram bom e outros 50% consideram péssima, a mesma porcentagem se dá para a sala de estudos em grupo, quanto ao salão de leitura, apenas 1% considerou bom, 99% consideraram como sendo péssimo.

Em relação ao balcão de acesso a internet 50% avaliaram como sendo bom e outros 50% consideraram péssimo. Já o balcão de referência foi avaliado como péssimo por apenas 1% dos entrevistados e bom por 99%. Ao serem questionados sobre os terminais de consulta 99% classificou como péssimo e apenas 1% considerou bom. O acesso ao acervo foi avaliado como bom por 50% dos entrevistados e péssimos pelos outros 50%.

## 6 CONCLUSÃO

A partir das observações efetuadas, foi possível perceber que as determinações presentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR-9050, 2004), não foram seguidas, de forma criteriosa, na biblioteca da universidade. Os resultados encontrados corroboraram as afirmativas de diferentes autores apresentados no referencial teórico desta pesquisa, que afirmam que os deficientes físicos enfrentam enormes obstáculos no ambiente físico.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos cadeirantes está à locomoção entre uma estante e outra, além dos terminais de acesso ao acervo. Percebeu-se a ausência de preocupação com os alunos portadores de deficiências físicas, dando a impressão de que a Instituição desconhece a presença desses alunos que, apesar do fato de estarem em minoria, continuam tendo as mesmas necessidades informacio-

nais que os demais alunos. Questões como a altura de mesas, terminais de consulta e balcão de empréstimo, altura e distância das estantes, são itens que não exigiriam gastos exorbitantes por parte da Unidade de Informação para estar de acordo com a norma de acessibilidade.

Com relação aos deficientes visuais, a maior dificuldade está na ausência de sinalizações sonoras e sinalizações em *Braille*, fator este que contribuem para o aumento das dificuldades enfrentadas por esse grupo de pessoas.

O que se percebeu dentro deste cenário é que é impossível a inclusão de deficientes físicos e visuais, contrariando a missão de uma biblioteca universitária de ser um espaço que permite a relação de aprendizagem e disseminação de informação para todos os indivíduos.

#### **STUDY ON THE PRESENT SITUATION OF PHYSICAL STRUCTURE OF CENTRAL LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF FEDERAL MARANHÃO - UFMA ACCESSIBILITY FOR USERS WITH PHYSICAL DISABILITIES AND VISUAL**

##### **ABSTRACT**

Discusses a study on the current situation of the physical structure of the Central Library of the Federal University of Maranhão - UFMA related to the accessibility of users with physical disabilities and visual. Objectively diagnose the current situation of the physical structure of the Central Library UFMA accessibility to users with visual and physical disabilities. Well as study the laws governing the physical structure of public environments, the type library, map the physical structure of the Central Library UFMA accessibility to people with disabilities, and to compare the reality of the physical structure of the Central Library UFMA with literature. Emphasizes the physical space of the library as a reflection of the design rather than implementation, accessibility to information, reading and reflection, which are provided care services to users, among other services, so these areas should be spacious and quality assuring access, procedures and activities provided by the service. To carry out the work first became the literature concerning the topic discussed, then the observation of the studied field and last field research by

applying questionais with physical and visual handicaps. We conclude that the results found in part not consistent with the laws and regulations stipulate accessibility for disabled and visually impaired.

**Keywords:** Federal University of Maranhão-UFMA. University Library. Accessibility. Handicap and Visuals.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 9050:2004**. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 15599:2008**. **Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCVIL/leis/2003/L10.753.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 dez. 2004.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Decreto 45.122/04, de 29 de novembro de 2004**. Regulamenta a Lei n.º 11.345/93 de 29 de novembro de 2004 que estabelece critérios e normas nas edificações, espaços, transportes coletivos, mobiliário e equipamentos que garantem a acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccvil/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccvil/_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 8 jul. 2013.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa Biblioteca Universitária**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

MELO, Amanda Meincke. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: livro acessível e informática acessível. Brasília: Ministerio da Educação, 2010.





## A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM RELAÇÃO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: aspectos teóricos e técnicos da mediação

*Suelem Gadelha Pother<sup>1</sup>*  
*Jadson Santos Mendes<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho apresenta a atuação do bibliotecário em relação à Lei de Acesso à Informação, abordando seus aspectos teóricos e técnicos de mediação. A lei de acesso a informação é uma forma de direito que o cidadão tem em relação a informações de seu interesse e o bibliotecário com o seu papel de mediador, está entre a informação e o usuário, surgindo para ajudar a utilizar a informação e disseminá-la. Como objetivo geral aborda como o bibliotecário pode atuar frente a lei de acesso a informação como mediador para que o cidadão possa conhecer e usar a lei. Já como objetivos específicos, conhecer a lei e verificar o papel do bibliotecário como mediador entre o usuário e a informação. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica para ter um embasamento teórico e assim desenvolver a pesquisa onde foi utilizado livros, artigos de periódicos e meios eletrônicos. Como referencial teórico são utilizados fundamentos de Mariz, Silvia, e a lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, sem dispensar ideias de outros autores que trabalham com essa área de estudo. Como resultados e conclusões o bibliotecário interage com esse novo meio tecnológico e utiliza suas ferramentas de trabalho na ajuda com o usuário na divulgação da lei de acesso a informação.

**Palavras-chave:** Lei de Acesso à Informação. Mediação. Atuação do Bibliotecário.

---

1 Universidade Federal do Pará. E-mail: [suelem\\_pother@hotmail.com](mailto:suelem_pother@hotmail.com)

2 Universidade Federal do Pará. E-mail: [jadson.mendes@icsa.ufpa.br](mailto:jadson.mendes@icsa.ufpa.br)

## ABSTRACT

This paper presents the role of the librarian in relation to the Law on Access to Information, approaching its theoretical and technical aspects of mediation. The law on access to information is a way to right the person has in relation to information of interest to the librarian with its role of mediator is between information and user, emerging to help utilize the information and disseminates it. As a general objective addresses how the librarian can act against the law on access to information as a mediator so that citizens can know and use the law. Have specific objectives, know the law and to verify the role of the librarian as mediator between the user and the information. The methodology used was a literature search to have a theoretical basis and thus develop the research which has been used books, journal articles and electronic media. The theoretical foundations are used de Mariz, Silvia, and Law 12,527 of November 18, 2011, without giving ideas of other authors working in this area of study. The results and conclusions librarian interacts with this new technological environment and uses its tools work in helping with the user in publicizing the law on access to information.

**Keywords:** Law on Access to Information. Mediation. Acting Librarian.

## 1 INTRODUÇÃO

A recente Lei de Acesso à informação, a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, determina procedimentos para assegurar o direito fundamental de acesso à informação e que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública, onde se apontar algumas diretrizes. Fazendo do bibliotecário um profissional tenha uma atuação importante tanto na aplicabilidade da lei nas instituições públicas onde exista uma unidade de informação quanto na sua efetividade na sociedade.

A partir de suas técnicas biblioteconômicas no tratamento dos documentos e de uma análise apropriada que possa contribuir na disponibilização dos mesmos usando as tecnologias da informação

indicadas pela lei de maneira estratégica que atraia o interesse do brasileiro não apenas no aspecto de curiosidade e sim no dever na realização do papel da cidadania.

Como objetivo geral deste trabalho aborda o bibliotecário atuando frente à lei de acesso a informação como mediador para que o cidadão possa conhecer, utilizar e disseminar informações sobre a lei. Já como objetivos específicos, conhecer a lei, e verificar o papel do bibliotecário como mediador entre o usuário e a informação.

Assim como ajudar na popularização da regulamentação destacando pontos importantes para o povo brasileiro a assuntos que se faz necessário tomar conhecimento como cidadão em saber os seus direitos no acesso a essas informações e exigir dos órgãos públicos transparência no cumprimento da mesma.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Lei de acesso à informação**

A informação é de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade, e atualmente com o advento das tecnologias a era da informação passa por algumas transformações, que estão envolvendo o conhecimento, a cultura, economias entre outras. Mas o que vem a ser informação? De acordo com Le Coadic “a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital) oral ou audiovisual, em um suporte.” (2004, p. 4).

Mas para Souza e Carvalho (2006, p. 116) a informação é:

a poderosa força de transformação do homem. O poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. Resta-nos, tão somente, saber utilizá-la sabiamente como um instrumento de desenvolvimento que é, e não, continuarmos a privilegiar a regra estabelecida de vê-la como instrumento de dominação e, conseqüentemente, de submissão.

A Informação possui vários conceitos, pois varia o tipo de informação sobre o que é pesquisada, ela é transmitida e através dela que é gerado o conhecimento, ou seja, sem informação não há conhecimento. Com a aprovação da Lei 12.527 de Acesso à Informação de 18 de novembro de 2011, o Brasil dá um passo importante para a transparência pública e a democracia do país.

A lei em questão acaba proporcionando um considerável aumento da atuação do bibliotecário no sentido da sua atuação na prestação de serviços informacionais em uma instituição de administração pública que procure ser adequar à ordem estabelecida e com o usuário no aspecto da transparência da informação no que diz respeito à divulgação e tendo como principal recurso os meios de comunicação com auxílio das tecnologias da informação. Como se encontra no Art. 8º no parágrafo 3º em outras palavras:

- Desenvolvimento de uma ferramenta de pesquisa as informações que facilite as necessidades informacionais do usuário;
- Utilização de sistemas que possibilite os acessos automatizados;

- Aspectos como a autenticidade e a integridade da informação relacionada as fontes onde são extraídas;
- Adoção de medidas para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência adaptando uma das leis de Ranganathan em dizer que a informação é para todos.

Com esta lei o cidadão tem o direito de acesso a informações e tem que estar conforme os princípios básicos da administração pública, pois alguns documentos são previstos em legislações vigentes, já estabelecidos que o acesso seja a regra e o sigilo a exceção, onde qualquer cidadão poderá ter acesso a informações públicas, exceto as que são consideradas sigilosas, que correspondem à honra, a intimidade e a imagem das pessoas conforme a cartilha da Controladoria Geral da União

A Lei 12.527/2011 prevê exceções à regra de acesso para dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas. Informações sob guarda do Estado que dizem respeito à intimidade, honra e a imagem das pessoas, por exemplo, não são públicas (ficando protegidas por um prazo de cem anos). Elas só podem ser acessadas pelos próprios indivíduos e, por terceiros, apenas em casos excepcionais previstos na Lei. (2011, p. 16)

Observa-se que nem todas as informações são públicas, pois se tratando de segurança própria da pessoa elas se tornam sigilosas.

Toda informação que não seja sigilosa é de direito do cidadão, pois o que adiantaria tanta informação se não poderia ter nenhum uso, já que precisa saber dos direitos como saúde, lazer, educação e outros benefícios. Esse direito é reconhecido internacionalmente

pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

Qualquer pessoa pode fazer o pedido de acesso à informação aos órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, identificando a pessoa que requereu a informação, e a entidade fica responsável de dá acesso a informação desejada, se no momento não for possível ter acesso ao documento e/ou informação, o órgão tem um prazo de 20 dias, que poderá ser prorrogado por até 10 dias, e explicar o fato de não ter acesso ao documento imediatamente. E quando positivo o requeinte será informado em que suporte se encontra a informação. Uma forma de disponibilizar essas informações é a internet como afirma Mariz (2012, p. 39)

Pode-se perceber que a Lei e o decreto que regulamenta a lei definem com muita naturalidade que a divulgação das informações seja feita por meio de sites. Assume como realidade, tanto a existência dos sites dos órgãos e entidades quanto a possibilidade dos interessados terem acesso a eles. Cabe saber se procede. Em relação às instituições arquivísticas, sabemos que muitas ainda não possuem sites. Entre as que já tem os sites cabe verificar em que situação se encontram.

E se caso o pedido for indeferido a lei explica no capítulo III, Seção II, Art. 15 “No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência”.

Se o pedido for negado talvez à informação seja sigilosa quando está em risco a segurança da população ou do Estado. A cartilha da CGU (2011, p. 16) classifica as informações como:

- Ultrassegredo: prazo de sigredo 25 anos (renovável uma única vez);
- Segredo: prazo de sigredo 15 anos;
- Reservado: prazo de sigredo 5 anos.

A lei também pune o servidor que não cumprir em fornecer a informação, que tirar proveito para ele, e poderá ser punido com uma advertência, multa, rescisão do vínculo com o poder público, suspensão temporária. Valendo lembrar também que a linguagem deve ser clara e objetiva de leitura fácil, ou seja, termos técnicos não devem ser utilizados e se foram devem ser “traduzidos” para a linguagem informal.

Até algumas entidades privadas também devem dar acesso as informações pedidas do cidadão como fala Mariz de acordo com o Art. 63

As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para a realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às informações em seu sítio na internet, o que pode ser dispensado nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-las, mediante justificação. (2012, p. 39)

Assim, com ligações as entidades privadas também estão incluídas com a lei de acesso à informação. Portanto, todos têm direito de receber informações dos órgãos públicos de interesse pessoal, particular e coletivo, e a entidade fica responsável em prestar o serviço ao cidadão, exceto em se tratando de situação sigilosa, onde se trata da segurança da sociedade e do Estado, e o órgão tem que estar pre-

parado para receber essas demandas e responder as solicitações de acesso à informação.

## **2.2 O papel da mediação**

Para Rabelo (1980, p. 21) o fator principal de uma biblioteca desenvolver seus serviços que diz respeito à seleção do material e o método de organização do acervo está centrado na transparência de informação do seu leitor. Tendo como sua principal técnica, o desenvolvimento de um estudo sobre o perfil do usuário com base de um bom serviço de comunicação seja da forma presencial ou virtual no intuito de realizar um tratamento adequado da informação para futura disseminação da mesma, sendo um requisito para “um bom profissional da informação deve conhecer o usuário de sua instituição não apenas das impressões do contato cotidiano, mas a partir de estudos sistêmicos e cientificamente fundamentados, se quiser realmente oferecer um serviço centrado no usuário” (SIRIHAL DUARTE, 2001, p. 73).

De modo geral a mediação na área da Biblioteconomia é formular métodos de aproximação do leitor com a informação desejada e como “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indiretamente; consiste ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 92).

O mesmo autor apresenta dois tipos de mediações inerentes aos fazeres do profissional da informação podendo ser a implícita destacando a participação dos equipamentos informacionais (utili-

zações das tecnologias da informação e comunicação) que dispensa a presença de quem necessita levando o bibliotecário a recorrer aos recursos tecnológicos para avaliar o desempenho do sistema adotado para esse serviço; e a explícita que requer a presença do usuário (2009, p. 92-93). O bibliotecário é o profissional que facilita o acesso à informação de forma ágil e eficiente por ser:

- Atento às fontes de informação indiferente ao seu suporte;
- Astuto juiz das vantagens e desvantagens de várias fontes de informação;
- Capazes de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independentemente do seu suporte;
- Especialistas no uso de fontes jurídicas ou não;
- Procura sempre poupar o tempo do usuário da informação;
- Desenvolver pesquisa mais ampla por conhecer variadas fontes informacionais.

O parágrafo 3º possibilita as ações da mediação na seção específica de que trata o parágrafo 1º:

- I – estrutura organizacional, competências, legislação aplicáveis, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- II – programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- III – repasses ou transferências de recursos financeiros;
- IV – execução orçamentária e financeira detalhada;

- V – licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VI – remuneração e subsídios recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajuda de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VII – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e
- VIII – contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Logo, o interesse desse trabalho é dá ênfase a prática da mediação (seja ela implícita ou explícita) onde o bibliotecário possa exercer seu papel em tornar ainda mais pública a lei de acesso a informação destacando assunto de interesse geral (proporcionando o cumprimento do dever do cidadão) e que poucos ainda conhecem e menor ainda as que executam (desempenhando suas atividades nas organizações de administração pública, criando técnicas para apresentar a população as informações necessárias no cumprimento da lei).

### **2.3 O bibliotecário como agente social**

A partir quando ocorre a mudanças de paradigma na biblioteconomia no sentido de oferecer apenas serviços e produtos em suas unidades de informação, passando a centralizar no seu usuário (SIL-

VA, 2010, p. 3). Faz com que o bibliotecário procure a desempenhar seu papel social na profissão com base na sua metodologia de atuação com auxílio dos equipamentos tecnológicos tornando mais evidentes suas competências na sociedade como:

- Demonstrar forte compromisso com a excelência do serviço ao usuário;
- Reconhecer a diversidade dos leitores e da comunidade;
- Entender e apoiar a cultura e o contexto da biblioteca e das instituições similares;
- Entender o contexto sócio-econômico-político em que o sistema legal existe;
- Demonstrar conhecimento da teoria da Ciência da Informação e do ciclo documentário;
- Demonstrar compromisso com o trabalho em grupo para alcançar objetivos comuns;
- Agir dentro da organização para implementar os princípios do conhecimento administrativo;
- Exibir compreensão da importância da multidisciplinaridade dos programas e projetos dentro da organização;
- Dispor de habilidades de comunicação e ser capaz de promover a biblioteca e defender suas necessidades;
- Reconhecer o valor da rede profissional e participar ativamente das associações profissionais.

Para Silva e Lopes (2011, p. 5) com advento da internet propicia a desintermediação (termo usado na década de 1960 e 70) da

informação mudando o comportamento do usuário – atribuindo certa autonomia no processo de busca da mesma – e do profissional em repensar no seu papel na sociedade. De fato, essas mudanças de alguma forma podem até sido esperado por sociedade que se encontra em constante transforma sendo que a função exercida de intermédio entre o leitor e informação continua a existir sendo de maneira mais aprimorada, denominada de mediação informacional, como Quadros (2001, p. 53):

Como mediador, esse profissional deverá passar a atuar na orientação do uso das tecnologias da informação e comunicação, nos procedimentos de acesso e mecanismos de busca, na seleção, análise e síntese de conteúdos de informação, no desenvolvimento de sistemas especialistas para responder as questões de referência, na capacitação por meio de instruções bibliográficas, entre outras tarefas mais complexas

Portanto, a lei nº 12.527 que regula o acesso a informação, o bibliotecário pode torna público outras informações, não somente divulgar salários de servidores de alguma forma expõem de forma perigosa o funcionário público, Destacando dados que podem contribuir para o conhecimento do cidadão sobre o que está sendo feito em favor de seus direitos.

A certa independência gerada pelo avanço tecnológico ao usuário pode de alguma forma também ser o fator de exclusão por exigir das pessoas conhecimento para o uso adequado desses equipamentos e comprometer a qualidade da informação recupera por essas buscas sofisticadas sem se preocupar com as fontes onde são extraídas. Com isso, necessitando do bibliotecário com suas competências e habilidades na forma correta em realizar uma pesquisa e desenvolver

artifícios para auxiliar qualquer tipo de usuário na sua necessidade de informação.

#### **2.4 práticas da biblioteconomia sobre a lei de acesso a informação**

A Lei de Acesso a Informação, já está em vigor e nada melhor do que o profissional da informação para ajudar a divulgá-la, ajudar a entender mais a lei, e disseminar para todo cidadão que necessita dessas informações.

Um fator relevante é a utilização da internet como principal ferramenta na difusão das informações de interesse público pela sua característica de interagir com as pessoas, podendo citar a participação da web 2.0, e o uso estratégico das redes sociais criando links com o site da organização. Precisando de uma elaboração de plano de ação desse mesmo canal de comunicação (MARIZ, 2012, p. 41-42):

- Conhecer o público alvo;
- Planejar as mensagens e ações;
- Fornecer conteúdos dinâmicos e fazer atualizações frequentes;
- Elaborar palavras-chave ou termos remissivos;
- Realizar indexação dos documentos.

A internet é uma ótima ferramenta, pois é uma enorme rede de computadores, e lá se encontra vários recursos para facilitar os serviços utilizados. No entanto, possui algumas instituições que em seus sites disponibilizam as informações de interesse para o usuário, e o bibliotecário é o mediador entre eles, pois ele auxilia o usuário

para encontrar a pesquisa de maneira correta, já que na internet também encontramos lixos eletrônicos e todo o tipo de informação.

Outra forma que a biblioteca pode colaborar com a aplicabilidade da lei é através de redes sociais, que é o melhor meio para disseminar informações, e Mariz (2012, p. 41) afirma:

Entre as várias formas de difusão disponíveis na internet, existem as mídias sociais, que são ferramentas de comunicação de uso gratuito. As mídias sociais mudam o relacionamento com o usuário, que podem passar a colaborar, uma vez que podem falar e as instituições podem não apenas ouvir, mas envolvê-los em suas decisões.

Esta é a primeira parte, pois as conversas nas redes sociais iriam aumentar, então entra as Instituições com sua web site que precisa sempre está atualizado para que o usuário possa utilizá-lo e as mídias é que irão direcionar para o site. Cabe a casa instituição fazer a divulgação, o ideal seria um bibliotecário, com ajuda de um profissional de computação, para atualizar o site, já que ele tem o conhecimento teórico e prático de como divulgá-lo, poderia criar um tópico de busca por palavras-chave, assim o usuário poderia recuperar a informação desejada conforme o Art. 8º no parágrafo 3º:

- I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações;

- III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para a estruturação da informação;
- V – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e
- VIII – adotar medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Assim, está o profissional da informação ligado a lei de acesso a informação, utilizando as ferramentas da internet para divulgar e facilitar a busca pela informação, compartilhando e contribuindo para a sociedade.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica referente a mediação informacional exercida pelo bibliotecário em base de dados de Biblioteconomia e Ciência da Informação, fazendo assim uma análise da contribuição deste profissional na aplicabilidade da

lei da acesso a informação de âmbito organizacional e na sociedade com um todo.

#### **4 RESULTADOS PARCIAIS**

A Lei de Acesso à Informação, no Brasil, apesar de recente, estabelece normas administração pública brasileira. Em termos de transparência se tornando um dos instrumentos que a sociedade tem para o combate à corrupção e que força a Administração Pública a aperfeiçoar a qualidade dos seus serviços.

É importante ressaltar que na busca por uma sociedade mais justa, visando o fim das desigualdades sociais, cabe ao bibliotecário em seu papel de mediador da informação utilize novas tecnologias alicerçadas ao desenvolvimento social, ou seja, tem participação fundamental para acabar com a exclusão digital e a falta de acesso à informação.

A nova sociedade oferece campos de atuação ao bibliotecário possuindo como característica a habilidade de lidar com a informação e o conhecimento, gerando novas informações e novo conhecimento com valor agregado, levando seu leitor a ter consciência de sua participação na construção do ambiente que vive e exercer a sua cidadania a partir da lei de acesso informacional; e também esse mesmo profissional relacionando com outros profissionais da informação na criação de sistemas de informação facilitando a comunicação com o público externo (sociedade) e interno (propondo as organizações formas de disponibilizar suas informações de maneira clara e objetiva como exige a lei em questão)

Perante as transformações da sociedade concedendo a importância da informação e na formação do cidadão para seu uso, o bibliotecário deve ser um profissional acessível e flexível a realidade, consciente do seu papel social seja de caráter individual ou coletiva no desenvolvimento de uma educação e métodos de gestão informacional com qualidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a lei de acesso à informação o bibliotecário fornece informações para uma demanda maior seja pelas instituições e pelos cidadãos de modo geral utilizando a internet e outros acessórios tecnológicos em questão, com objetivo de criar um sistema de informação que não apenas possa interagir com o usuário e sim extrair de sua satisfação os serviços informacionais prestados.

Importante destacar a realização de estudo dos leitores com base tanto na teoria (o que se estuda no período de formação profissional) quanto na prática (experiência adquiridas ou no processo de educação continuada) a mediação, uma atividade inovada pelo desenvolvimento tecnológico, sendo decisivo na qualidade da informação disseminada.

Apresentando o bibliotecário como um agente social se preocupando com o usuário o grande responsável em que desempenhar suas atribuições no gerenciamento da abundância informacional nos meios eletrônicos exigindo um controle de filtragens, criação de estudos de usuários e estratégias de pesquisa de acordo com a realidade no seu local de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. **Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- MARIZ, Anna Carla Almeida. Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e a lei de acesso à informação. **Ciência da Informação**, Salvador, v.3, n. 2, jul. / dez. 2012.
- QUADROS, A. L. L. **A mediação da informação: os mediadores humanos e seus agentes de software inteligentes**. 2001, 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- RABELLO, Odília Clark Peres. O conteúdo do campo de conhecimento relativo a usuário de biblioteca. In: \_\_\_\_\_. **Análise do campo de conhecimento relativo a usuário de biblioteca**. 1980. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1980. Cap. 4.
- SILVA, Armando Malheiro. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n. 9, 2010. Disponível em: <[http://prisma.cetac.up.pt/Prisma.Com\\_n9-Mediacao\\_e\\_mediadores\\_em\\_Ciencia\\_da\\_Informacao.pdf](http://prisma.cetac.up.pt/Prisma.Com_n9-Mediacao_e_mediadores_em_Ciencia_da_Informacao.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2013.
- SILVA, Edna Lúcia da; LOPES, Marili Isensee. A internet, a mediação e a desintermediação da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/abr11/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/abr11/Art_04.htm). Acesso em: 13 abr. 2011.

SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. Mediação da informação e estudos de usuários: interrelações. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n.1, p. 70-86, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/94/pdf>>. Acesso em: 03 nov. de 2012.

SOUZA, Leila Barbara Menezes; CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação sobre plantas medicinais: fontes formais, informais e eletrônicas. In: CARVALHO, Kátia de; SCHWARZELMULLER, Anna Friedericka. **O ideal de disseminar**: novas perspectivas, outras percepções. Salvador: EDUFBA, 2006.





## **A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: institucionalizando as atividades arquivísticas no Conselho Regional de Serviço Social-CRESS PB 13ª Região**

*Josivan Soares Ferreira<sup>1</sup>*  
*Josivaldo Soares Ferreira<sup>2</sup>*  
*Risomar Ferreira da Costa<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivos apresentar e discutir as ações relacionadas à implantação e institucionalização de políticas públicas para os arquivos do Conjunto CFESS – CRESS. Assim, para localizar nosso discurso, tomamos como referência o projeto de Gestão Documental ora desenvolvido no Conselho Regional de Serviço Social na Paraíba – CRESS/PB 13ª Região. Sabemos que o desenvolvimento de políticas públicas para os arquivos e a informação arquivística no Brasil tem redimensionado o *fazer-arquivístico* para uma quebra de paradigmas em relação ao lugar do arquivo nas referidas instituições. Assim, tal premissa se justifica pela

---

1 Estudante de Direito (UEPB). Graduado em Arquivologia (UEPB). Pós-Graduando em Gestão em Arquivos (UAB/UFSM) e em Gestão Pública (UAB/UEPB). Membro-Pesquisador do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade-GEAAS. Técnico em Recursos Naturais (IFPB). Arquivista do Serviço Social do Comércio – Administração Regional da Paraíba- SESC-PB. E-mail: josivansoares@yahoo.com.br

2 Pós-Graduando em Gestão Pública (UAB/IFPB). Graduado em Arquivologia (UEPB). Técnico em Radiologia (MATERDEI). Membro-Pesquisador do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade-GEAAS. E-mail: ferreirajosivaldo@yahoo.com.br

3 Estudante de Pedagogia (UAB/UFPB). Pós-Graduanda em Gestão Pública (UAB/UEPB). Graduada em Arquivologia (UEPB). Colaboradora do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade-GEAAS. E-mail: risomarferreira@hotmail.com

emergência em proporcionar a tomada de consciência nos gestores e colaboradores da instituição sobre a importância do arquivo para a memória da instituição e sua atuação junto aos profissionais de Serviço Social e para a sociedade enquanto arquivo público. Destarte, de maneira exitosa e pioneira as atividades arquivísticas que legitimam e garantem a preservação do patrimônio documental e da memória da instituição, como também da garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos iniciaram em fevereiro de 2013 e, a partir das resoluções do CFESS nº 648 e 650 de maio de 2013, as metodologias de tratamento das informações arquivísticas tomaram corpo. Tais instrumentos direcionam as discussões referentes à necessidade em normalizar as rotinas de tratamento dos arquivos na referida instituição. Mas, é preciso potencializar tais normativas a partir da inserção do Arquivista, como também da criação de programas de capacitação de gestores e colaboradores em todas as esferas da instituição entre outros. A pesquisa fundamentou-se nos conceitos e importância da inserção de políticas públicas para os arquivos discutidas por Jardim (2006 e 2009) Lopes (2009), Sousa (2006) entre outros. Com isso, a partir das discussões apresentadas neste artigo, chegamos a algumas considerações finais entre elas, que o amparo legal e os instrumentos normativos elaborados e discutidos pelo Conjunto CFESS-CRESS contribuem para legitimar a importância da criação de políticas públicas para os arquivos, como também a urgência em institucionalizar as atividades arquivísticas de forma integral para que a Preservação da Memória e do Patrimônio Documental seja garantida para não apenas atender às necessidades administrativas e direito cidadão de acesso à informação, como também eleger o arquivo como uma Unidade de Informação para a Produção de Saberes e Conhecimentos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas para Arquivo. CRESS-PB 13ª Região. Arquivologia.

## 1 INTRODUÇÃO

O arquivista tem como objetivo de trabalho o desafio de construir e desenvolver metodologias que garantam a produção, a utilização, a guarda, o acesso e o uso das informações arquivísticas contidas nos documentos de arquivo, que abarquem a instituição como um todo, ou seja, em todos os setores produtores de documentos ou informações arquivísticas de maneira integrada.

Esse desafio encontra barreiras, sobretudo, na versada cultura organizacional, por conseguinte, nas lacunas normativas – políticas públicas para os arquivos - que como primeira instância objetivam descortinar as barreiras administrativas em relação às rotinas de produção e utilização da documentação na empresa.

Nesse contexto, as políticas públicas na área de arquivologia e a gestão da informação arquivísticas é tema instigante e aparece com frequência no cenário das discussões da área, seja para reforçar o *fazer-arquivístico*, seja para localizar o espaço social do profissional de Arquivologia na sociedade da informação – como Gestor da Informação -, seja para simples e desafiadoramente fazer do arquivo uma Unidade de Informação para produção de conhecimento e para preservar-se enquanto espaço privilegiado da Memória social.

Para tal, o Arquivista vem quebrando paradigmas e ampliando os espaços de atuação em relação à supremacia sobre as instituições públicas. Mostrando a urgência em institucionalizar as atividades arquivísticas que, sobretudo, tem que estar inseridas e alicerçadas a partir de políticas públicas para os arquivos.

Destarte, as políticas públicas devem envolver mais do que uma decisão política, requer diversas ações articuladas de instruções normativas estrategicamente selecionadas para implementar um conjunto de programas, ações e atividades de gestão entre outros.

Assim, a partir das normativas sobre a emergência no tratamento dos arquivos elencados nas Resoluções do CFESS nº. 648 e 650, como também as discussões e ações normativas para implantar as atividades de tratamento do acervo documental ganharam corpo.

Por fim, institucionalizar as Atividades Arquivísticas mediante os preceitos da Política Nacional de Arquivos de forma conscien-

te, obedecendo aos princípios éticos e ambientalmente corretos de destinação adequada aos documentos que não possuem mais valor probatório, informativo, histórico ou científico e, principalmente garantir a custódia aos documentos de valor permanente, possibilita ganhos significativos em relação à salvaguarda da Memória do CRESS/PB 13ª Região como legitimar políticas para a garantia dos direitos e atuação dos Assistentes Sociais.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ARQUIVOS BRASILEIROS: reflexões pertinentes**

O desenvolvimento de políticas públicas para os arquivos e a informação arquivística no Brasil tem redimensionado o fazer-arquivístico para uma quebra de paradigmas em relação principalmente, no caso brasileiro, de uma política do silêncio, para uma política do Acesso.

Assim, vemos a criação de políticas públicas para arquivos tomar corpo a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Rodrigues (2011, p. 27 *apud* FERREIRA, 1988), é preciso compreender que o termo “política” significa um “sistema de regras respeitantes aos negócios públicos; conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução”.

Para Jardim (2009, p. 47) política de arquivo implica em um

conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.)

relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

É notório que em novembro de 2011, as políticas públicas para os arquivos avançaram significativamente para consolidar e/ou reavivar a noção de estado democrático, onde as decisões e ações sociais devem estar respaldadas no pleno acesso as informações produzidas pelo estado em relação às atividades/ações sociais. Tais pressupostos que outrora enveredavam para um silêncio ou supremacia do poder do estado que, muitas vezes, se afastava das necessidades emergentes à Sociedade da Informação.

Assim, vemos com a constituição de 1988, em seu artigo, § 2º que “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.”

Esse foi o primeiro passo para subdividir as correntes políticas para (re) pensar sobre a importância de cuidar, administrar e preservar e acessar as informações de interesse nacional e social.

Vemos também em 1838 a criação do Arquivo Nacional e a criação do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, SINAR entre outros as questões da necessidade em verticalizar as discussões sobre a valorização, por conseguinte, do Patrimônio Documental.

Outro aspecto que impulsionou decisivamente o pensar e criação de políticas de arquivos foi à criação dos primeiros cursos de arquivologia no Brasil (UNIRIO e UFMS em 1977). Como também a contribuição das pesquisas pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Assistimos agora, como anteriormente anunciado, com a lei de acesso à informação uma postura que institucionalize, *a priori*,

a criação de programas e ações que elejam o Arquivo como Espaço Cidadão.

Segundo Sousa (2006) as leis e outros instrumentos normativas não implicam em uma política de arquivo consolidada e nem um espaço reconhecido do Arquivista. Ainda precisamos verticalizar as ações junto ao poder público – como também na esfera privada – sobre a importância de se ter acessível e de maneira integral as informações resultantes do desenvolvimento social.

Para Sousa (2006 p.4) “Políticas Públicas são construções de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana. E este é um princípio fundamental”.

Ou seja, legitimar as ações nos arquivos parte, a priori, de decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos políticos envolvidos, expressando uma decisão que representa interesses de grupos regionais, econômicos entre outros.

Assim, as políticas públicas para os arquivos precisam priorizar o acesso à informação como um direito social. Não podemos acreditar que algumas ações que já foram feitas tem sido suficiente para garantir esse direito. A exclusão social é marcada por uma serie de fatores e com certeza a falta de informação e uma delas, pois ela é vital para a conquista do desenvolvimento de um país.

Desta forma as decisões políticas que na maioria das vezes são decisões que determinam quais interesses serão favorecidas num meio social. Uma política pública em um arquivo deve envolver mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar um conjunto de programas, ações e

atividades desenvolvidas pelo governo diretamente ou indiretamente, que visam assegurar o acesso a informação.

As ações do Estado como um todo devem ser delineadas para um único objetivo comum e primeiro: **uma melhor prestação de serviço à sociedade**, com o intuito de fomentar as transformações necessárias para quebrar o paradigma do subdesenvolvimento, pois na atualidade, um dos diferenciais que conferem êxito às ações do governo é o desenvolvimento de suas atividades precípuas, culminando em dados e informações que agreguem valor para o desenvolvimento permanente do País.

Segundo as reflexões de Sousa (2006 p.4) a valorização das informações arquivísticas em uma sociedade deve ser agregada, tratada e entendida como elemento estratégico

A importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. É um capital informacional pouco compreendido e pouco explorado e que poderia dar uma enorme contribuição para a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços e, no caso dos órgãos públicos, para a transparência das ações do Estado.

Destarte, a sociedade moderna, cada vez mais consciente, reivindica por melhores serviços e transparência nas ações, o que exige dos gestores públicos e privados uma nova perspectiva gerencial, visto que um governo bem organizado é um dos componentes fundamentais para a prestação de um bom serviço.

Em se tratando de Administração Pública é importante frisar que um de seus princípios é o da Eficiência. Este princípio refere-se ao fato de que a prestação de serviço deve ser rápida e precisa, sem

lentidão, de modo a satisfazer às necessidades da população e da coletividade.

### **3 O CONJUNTO CFESS-CRESS<sup>4</sup>: breve percurso histórico, seus objetivos e finalidades**

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho.

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e

---

4 As informações sobre a história do Conjunto CFESS-CRESS estão disponíveis em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess> Acessado em: 30 de agosto de 2013.

aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS.

### **3 O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA PARAÍBA – CRESS/PB 13ª REGIÃO**

O **Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região/Paraíba** é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com jurisdição no Estado da Paraíba, regulamentado pela Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, dotado de autonomia administrativa e financeira, com objetivo de disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social em seu âmbito de jurisdição.

Tem como atribuições, dentre outras: organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais; fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social; zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional e aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.

A história do CRESS/PB teve início em 1982, quando se tornou autônomo do Conselho Regional de Assistentes Sociais de Pernambuco, deixando de ser uma Seccional e passando a ser denominado de Conselho Regional de Assistentes Sociais da Paraíba (CRAS/PB). Em 1993, com a atual Lei de Regulamentação da Profissão, o CRAS/PB passou a ser denominada de Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região, compondo o então Conjunto CFESS/CRESS.

#### **4 INSTRUMENTOS NORMATIVOS DO CONJUNTO CFESS-CRESS: discussões iniciais**

As discussões sobre as necessidades em criar políticas públicas para os arquivos, sobretudo a partir da promulgação das leis de Acesso à Informação e dos Programas de Transparência da Gestão nas instituições públicas, autarquias e entidades de personalidade jurídica de direito público, como é o caso do CRESS PB, iniciaram-se de maneira pontual no 41º Encontro Nacional CFESS-CRESS, ocorrido em setembro de 2012, em Palmas-TO.

Na ocasião foi discutida a importância em institucionalizar as atividades nos arquivos do conjunto CFESS-CRESS em todo o Brasil. Como resultado dessas discussões foi elaborado a Manifestação Jurídica nº 23/13-V<sup>5</sup> que teve como resultados a saber:

Art. 1º. Criar no âmbito do CFESS e recomendar a criação no âmbito dos CRESS de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, tomando como base as atribuições estabelecidas na legislação arquivística brasileira.

Art. 2º. Os documentos do conjunto CFESS-CRESS serão classificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

Art. 3º. As comissões permanentes de avaliação de documentos elaboração tabelas de temporalidade, tomando como base os parâmetros estabelecidos na legislação arquivística brasileira.

---

5 Documento resultante das discussões sobre as atividades nos arquivos do Conjunto CFESS-CRESS cedido pela CRESS/PB 13ª Região.

Art. 4º. Para proceder à eliminação de documentos do conjunto CFESS-CRESS, as comissões permanentes de avaliação produzirão Listagem de Eliminação de Documentos e Termo de Eliminação de Documentos, bem como Edital de Ciência de Eliminação de Documentos.

Art.5º. A eliminação de documentos no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS será efetuado por meio de fragmentação manual ou mecânica, com a supervisão de servidor autorizado.

§ 1º - O papel destruído será destinado à reciclagem.

§ 2º - O procedimento de incineração não será utilizado, em obediência à legislação de proteção ao meio ambiente<sup>6</sup>.

Art.6º. Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos do Conjunto CFESS-CRESS de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.

Art. 7º (...)

Art. 8º (...)

Assim, após apreciações superiores e discussões temáticas nos CRESS, o Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, publicou as Resoluções:

- ❖ Resolução CFESS nº. 648, de 15 de junho de 2013 – Regulamenta o arquivamento e eliminação dos documentos do Conjunto CFESS-CRESS.
- ❖ Resolução CFESS nº. 650, de 26 de junho de 2013 – Estabelece parâmetros para o cumprimento da lei nº. 12.527 – Lei de Acesso à Informação.

---

<sup>6</sup> Lei nº. 12.305, de 02/08/2012, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como também o artigo 54, da Lei nº. 9.605/1998 de Crimes Ambientais.

Assim, a partir desses instrumentos jurídicos as atividades de institucionalização das atividades e rotinas nos arquivos do Conjunto CFESS-CRESS tomam um outro fôlego, uma postura no rigor das atividades mais urgente. Mas, bem sabemos, que não basta uma norma ou lei para que os arquivos tenha um espaço privilegiado nas instituições.

É preciso normalizar rotinas nos arquivos, padronizar as metodologias, treinar pessoal, ter orçamento para tais atividades e, sobretudo, do profissional de Arquivologia para criar, implantar, treinar e supervisor os programas de Gestão de Documentos entre outros.

## **6 O TRABALHO PIONEIRO E EXITOSO DE GESTÃO DOCUMENTAL NO CRESS/PB 13ª REGIÃO: “novas” possibilidades de atuação do Arquivista**

A partir da tomada de consciência sobre a importância constitucional sobre as atividades teórico-metodológicas para as atividades nos arquivos, o Conselho Regional de Serviço Social-CRESS/PB 13ª Região, iniciou o Projeto de Gestão Documental em 16 de fevereiro de 2013 que, constitui-se em um marco histórico dentre as instituições integrantes do conjunto CFESS/CRESS em todo país, pois tem desenvolvido de forma integral todas as etapas necessárias para a constituição do Arquivo como uma Unidade de Informação de apoio à administração e Espaço Privilegiado de Memória da atuação da referida instituição no estado da Paraíba.

Destarte, institucionalizar as Atividades Arquivísticas mediante os preceitos da Política Nacional de Arquivos de forma consciente, obedecendo aos princípios éticos e ambientalmente corretos de

destinação adequada aos documentos que não possuem mais valor probatório, informativo, histórico ou científico e, principalmente garantir a custódia aos documentos de valor permanente, possibilita ganhos significativos em relação à salvaguarda da Memória do CRESS/PB 13ª Região como legitimar políticas para a garantia dos direitos e atuação dos Assistentes Sociais.

Assim, é importante salientar que o Projeto de gestão Documental no CRESS-PB é anterior às resoluções normativas para os arquivos, ou seja, a consciência sobre a importância dos arquivos para o bom desenvolvimento administrativo da empresa e da preservação da memória institucional é preciso salientar, partiu das iniciativas da Gestão 2011-2014 do CRESS-PB 13ª Região.

Com isso a instituição tem desenvolvido e alicerçado as atividades de produção, tramitação, uso, avaliação, seleção, eliminação e salvaguarda dos documentos de guarda permanente mediante uma equipe de Consultoria em Gestão em Arquivos<sup>7</sup>, que vem desenvolvendo e acompanhando as seguintes etapas da Gestão Documental.

- Plano de Gestão Documental:
- Plano de Classificação de Documentos
- Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos
- Metodologias de Avaliação e Seleção de Documentos
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

---

<sup>7</sup> O Projeto de Gestão Documental no CRESS/PB 13ª Região e Seccional em Campina em foi iniciado em 16 de fevereiro de 2013. A Consultoria é formada pelos Arquivistas Josivan Soares Ferreira e Risomar Ferreira da Costa, como a colaboração do Arquivista Josivaldo Soares Ferreira.

- Metodologias de Transferência, Recolhimento, Arquivamento, Eliminação e Guarda Permanente de Documentos.
- Metodologias de Conservação Preventiva de Documentos.
- Cartilha sobre Arquivologia – Convite à Organização
- Criação de um Instrumento de Referência para respaldar a classificação.
- Tomada de Preços em Empresas do Brasil sobre Mobiliário, Material para Acondicionamento e Materiais específicos para a guarda e conservação de documentos.
- Curso de Gestão e Organização de Documentos

Tal projeto encontrou terreno fértil após um Diagnóstico de Arquivos realizado nos meses de novembro e dezembro de 2012 e, a partir de então, a instituição junto com seus colaboradores entenderam a importância *a priori* em criar/desenvolver/melhorar no CRESS/PB 13ª região uma Política de Arquivo, para uso racional e agilizado dos conteúdos informacionais, vislumbrando assim, uma rápida tomada de decisão da própria junto à administração e *a posteriori*, fazer do arquivo um espaço privilegiado da Memória Institucional garantindo a salvaguarda do Patrimônio Documental para a produção de novos Saberes e Conhecimentos.

Assim, o Arquivista precisa trilhar e conquistar seu espaço como um Cientista Social da Informação. E, para tal, o profissional de Arquivo precisa trazer para o ceio das discussões acadêmicas uma postura teórica e prática de atuação nas áreas que estão, a primeira vista, estava outrora longe do universo de atuação desses

profissionais. Ou seja, desenvolver pesquisas, projetos de extensão, cursos de capacitação etc., nas instituições ora citadas nesse artigo para que a Memória das referidas intuições sejam preservadas para a posteridade.

Assim, temos que ver além “do horizonte do setor público” a pesquisa e o trabalho do Arquivista. Com isso, vemos que os espaços de atuação do Arquivista emergem a partir das demandas sociais de diversas instituições, como também da urgência na organização e gestão das informações e, por conseguinte, a criação de metodologias e do desenvolvimento de técnicas que garantam sua preservação independentemente de seu suporte.

Com isso, assiste-se ao desenvolvimento de setores que demandam uma melhor e eficaz qualidade na gestão das informações de nível administrativo, técnico, científico e tecnológico como os as intuições de fomento à pesquisa, conselhos de classes como serviço social, contabilidade, química entre outros.

## **7 CONSIDERAÇÃO FINAIS**

O Brasil tem caminhado a passos cautelosos para a consolidação do regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública e de políticas públicas de arquivos através dos instrumentos normativos, afeiçãoamento funcional, congressos, pesquisas entre outros.

A lei de acesso à informação, sobretudo, mas não unicamente, representa uma mudança de paradigmas em matéria de transparência pública, pois estabelece o que o acesso é regra e o sigilo, a exceção. Assim, qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações nos

órgãos, autarquias e instituições públicas, pois os arquivos são reflexão do desenvolvimento social.

Com isso, o Arquivista e sua atuação desde a produção dos documentos à sua preservação nos arquivos permanentes, como também a eliminação dos mesmos precedida de avaliação e seleção, tem possibilitado ganhos significativos à preservação da Memória Social do Brasil.

Pois, toda e qualquer ação ou desenvolvimento científico e tecnológico precisa ser registrada e disseminada em qualquer que seja seu suporte. E, para que a Preservação da Memória seja garantida a posteridade de maneira integral e imparcial é preciso a intervenção de um gestor da informação habilitado que desenvolva técnicas e metodologias para a salvaguarda desse patrimônio histórico:

### **O Arquivista.**

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº. 648, de 15 de junho de 2013 – Regulamenta o arquivamento e eliminação dos documentos do Conjunto CFESS-CRESS.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS nº. 650, de 26 de junho de 2013 – Estabelece parâmetros para o cumprimento da lei nº. 12.527 – Lei de Acesso à Informação.

JARDIM, J. M. *Diversidade arquivística e políticas de arquivo*. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <[www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br)>. Acessado em 05.12.2009

\_\_\_\_\_. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*. V. 5, n. 2. p. 5-16, jul./dez. 2006.

LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416 p.

RODRIGUES, George Melo (2011). *Arquivologia: coleção técnica e a lista tribunais*. Salvador: Editora Jus Podivm.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *O arquivista e as políticas públicas de arquivo*. In: Anais do II Congresso Nacional de Arquivologia: Porto Alegre , 2006. P.1-15.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Políticas Públicas e Gestão da Informação Arquivística*: aula 01. Snt.





## POLÍTICA PÚBLICA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN-COLOMBIA<sup>1</sup>

*Jaime Bornacelly*<sup>2</sup>

*Nathalia Quintero Castro*<sup>3</sup>

*Deiman Cuartas Celis*<sup>4</sup>

### RESUMEN

La ponencia pretende reconstruir la política pública de biblioteca pública de Medellín. En específico, revisar el lugar que dicha institución social ocupa en la planeación municipal y en la normatividad reciente del ordenamiento jurídico Colombiano. Para ello, nos proponemos evidenciar elementos teóricos y jurídicos que han guiado y direccionado las acciones de política pública. En un primer momento se describirá la presencia de la biblioteca pública en los planes de desarrollo entre el 2004 y 2012; luego, se revisará la normatividad vigente que le da sustento jurídico y político y, por último, unas conclusiones que buscan sintetizar en qué consiste la política pública de biblioteca pública de Medellín.

**Palabras claves:** Política pública, biblioteca pública, legislación, planes de desarrollo

---

1 Ponencia derivada de la investigación *Evaluación de Políticas Públicas sobre biblioteca Pública: Una construcción desde un enfoque cualitativo*, financiación del Comité para el Desarrollo de la Investigación -CODI-, el Centro de Investigaciones en Ciencia de la Información -CICINF- y la Escuela Interamericana de Bibliotecología -EIB-

2 Bibliotecólogo y politólogo. Candidato a Magíster en Estudios Socioespaciales. Profesor investigador de la Escuela Interamericana de Bibliotecología. Universidad de Antioquia. Colombia. Correo: [jbornacelly@bibliotecologia.udea.edu.co](mailto:jbornacelly@bibliotecologia.udea.edu.co)

3 Licenciada en historia y filosofía. Especialista en Cultura política: Pedagogía de los Derechos Humanos. Magíster en Hábitat. Profesora investigadora de la Escuela Interamericana de Bibliotecología. Universidad de Antioquia. Colombia. Correo: [nathalia@bibliotecologia.udea.edu.co](mailto:nathalia@bibliotecologia.udea.edu.co)

4 Economista y filósofo. Magíster en Ciencia Política. Doctorando Ciencias Sociales FLACSO sede Ecuador. Colombia. Correo: [dlicuartas@gmail.com](mailto:dlicuartas@gmail.com)

## POLÍTICA PÚBLICA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN-COLÔMBIA

### RESUMO

A proposta pretende reconstruir a política pública da biblioteca pública de Medellín. Em específico, revisar o lugar que dita instituição social ocupa no planejamento municipal e na nomenclatura recente do ordenamento jurídico Colombiano. Para isso, propomos evidenciar elementos teóricos e jurídicos que têm guiado e direcionado as ações de política pública. Num primeiro momento se descreverá a presença da biblioteca pública nos planos de desenvolvimento entre 2004 e 2012; logo, se revisará a normatividade vigente que dá sustento jurídico e político e, por último, umas conclusões que buscam sintetizar em que consiste a política pública da biblioteca pública de Medellín.

**Palavras chave:** Política pública, biblioteca pública, legislação, planos de desenvolvimento

### 1 LA BIBLIOTECA PÚBLICA EN LOS PLANES DE DESARROLLO DE MEDELLÍN ENTRE EL 2004-2015<sup>5</sup>

Uno de los principales documentos en los cuales puede rastrear la construcción del problema de la política pública de bibliotecas públicas en la ciudad de Medellín, es el Plan de Desarrollo 2004-2007 “Medellín compromiso de toda la Ciudadanía” y el “Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios Públicos de Medellín”. En efecto, los fundamentos del Plan de Desarrollo 2004-2007 parten de un modelo de ciudad basado en el Desarrollo Humano Integral, enfoque de desarrollo donde se pone en el centro a la ciudadanía, la participación y la organización comunitaria como el baluarte para la

---

5 Se seleccionó estos periodos de gobierno debido a la relevancia que han tenido las bibliotecas públicas en estos Planes de Desarrollo. Pero también, a la conformación y fortalecimiento, entre el 2004 y el 2012, del Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín y a las entidades responsables de la política pública.

construcción de ciudad. La adopción de este enfoque obedece a un diagnóstico de ciudad que arroja cinco problemas gruesos: crisis de gobernabilidad; altos niveles de pobreza; concentración de ingresos en unos pocos; la obsolescencia de la estructura económica y social y la mínima integración de la ciudad con el país y con el mundo (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2004-2007: 4-7) y es justamente sobre este diagnóstico, donde el plan estructura sus cinco líneas estratégicas: Medellín Gobernable y Participativa; Medellín, un Espacio para el Encuentro Ciudadano; Medellín Social e Incluyente, Medellín Productiva, Competitiva y Solidaria y Medellín Integrada con la Región y con el Mundo. Para su seguimiento y evaluación se propuso, en correspondencia con el concepto de Desarrollo Humano Integral, los índices de Desarrollo Humano (IDH) y de Calidad de Vida (ICV).

En la línea 1: *Medellín gobernable y participativa*, del componente *Cultura Ciudadana*, uno de los proyectos del programa “Medellín ciudad multicultural” fue la construcción de la red de Bibliotecas y entidades de Memoria como centros de desarrollo integral y cultural. Dicha red de bibliotecas estuvo concebida como un proyecto que apuntaba hacia la consecución de un fin estratégico del componente de *Cultura ciudadana* que era: “Transformar la cultura a través de los símbolos que trasmitan el espíritu de solidaridad y convivencia en el comportamiento cotidiano de la ciudadanía” (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2004-2007: 70).

Por otro lado, en la línea 2: *Medellín Social e Incluyente*, en su componente de *educación*, las bibliotecas públicas zonales se constituyen como un apoyo a los procesos de aprendizaje junto a proyectos tales como: Parque Explora y Aula Abierta de Ciencia y Tecnología.

En la línea 3, Medellín, un lugar para el encuentro ciudadano, los Parque Biblioteca se encuentran como uno de los proyectos estratégicos con los cuales se buscaba, entre otros objetivos, “Intervenir integralmente en la ciudad, mediante macroproyectos estratégicos que apunten a solucionar la deuda social acumulada” y “Mejorar la oferta de infraestructura para brindar igualdad de oportunidades de desarrollo social y económico a los diversos grupos humanos” (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2004-2007: 104), dichos objetivos fueron construidos con base en un diagnóstico de la situación social de la ciudad que básicamente se enfoca en cuatro puntos:

El desequilibrio social como causa del aumento de los corredores de miseria en zonas de riesgo.

La falta de organización y cualificación del espacio público y de la dignificación de éste como lugar de encuentro ciudadano.

La ocupación indebida y deterioro del espacio público como causa de la privatización y ausencia de control.

Las áreas libres públicas que posee la ciudad, no alcanzan a ser aún espacios públicos de convocatoria o referentes sociales y culturales, y los pocos parques de la ciudad, que en los últimos años se han venido realizando crean la necesidad de la conformación de nuevos parques para los barrios, las comunas, las zonas y la ciudad (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2008-2011: 100)

El Plan de Desarrollo 2004-2007, posibilita la construcción del Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios Públicos de Medellín. Documento realizado por distintos actores del sector bibliotecario

de la ciudad<sup>6</sup> y donde se propone el modelo de biblioteca pública que requiere la ciudad para contribuir a los propósitos del Plan de Desarrollo en su lógica de reconocimiento de derechos y de Desarrollo Humano Integral. Sobre este aspecto, el Plan Maestro señala que “para lograr que Medellín sea una ciudad con un alto nivel cultural, se necesita que los sectores: económico, político, social, tecnológico y académico, definan y consideren al conocimiento como el principal capital para el desarrollo” (Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios, 2003: 9). Igualmente, se justifica la implementación del Plan Maestro en la ciudad, al considerar el acceso y uso de la información como un importante elemento para la garantía y ejercicio de los “derechos y deberes ciudadanos, que le permitan al individuo propiciar el desarrollo local, gracias al impacto de su formación integral” (Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios, 2003: 9).

Dicho Plan Maestro, está dividido en cinco apartados, a saber: Marco conceptual; escenario real; escenario deseado; escenario futuro y recomendaciones. En el marco conceptual se concibe la biblioteca pública como un “organismo de construcción de sociedad, que fortalece las identidades culturales, dinamiza la participación, complementa las prácticas y los espacios educativos y culturales, estimulando a las comunidades para que transformen la información en conocimiento” (Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios, 2003: 10).

En el apartado que corresponde al escenario real, se encuentra el diagnóstico zonal donde se describe la situación social de las comunidades que allí habitan, como también, el estado de las bi-

---

6 Las instituciones que participaron en su elaboración fueron: Alcaldía de Medellín; las Cajas de Compensación Comfenalco y Comfama; Biblioteca Pública Piloto, Red de Biblioteca Populares de Antioquia (REBIPOA) y la Escuela Interamericana de Bibliotecología.

bliotecas públicas existentes en la ciudad. Con base en estos análisis, se propuso la construcción de 5 bibliotecas con carácter zonal que aglutinen acciones y desarrollen diversas formas de servicios y de trabajo; la construcción de 10 bibliotecas intermedias con carácter de zonal o sucursal que consolide redes de áreas o de varias comunas para integrar recursos y servicios; fortalecer y adecuar 24 bibliotecas existentes en la ciudad con menos de 300 metros y que actualmente se encuentran funcionando adscritas al Municipio de Medellín; y Cajas de Compensación y Redes de Bibliotecas Públicas y Culturales (Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios, 2003: 181-182).

Los impactos sociales que esperaban cuando se implementó el Plan Maestro, se centraron “en la superación de las carencias culturales, como generadoras, en relación con otros factores, del deterioro social, educativo y económico; el mejoramiento del tejido social; la contribución en el mejoramiento de la calidad de la educación y el fortalecimiento de la democracia y de la convivencia ciudadana” (Plan Maestro de Servicios Bibliotecarios, 2003: 173).

Durante la siguiente administración municipal, correspondiente a la alcaldía de Alonso Salazar Jaramillo (2008-2011) y que a juzgar por los analistas de políticas públicas, fue un programa de gobierno de continuidad de la anterior administración, en general, no contiene grandes modificaciones en la concepción de la biblioteca pública. En el Plan de Desarrollo (2008-2011) de esta administración denominado “Medellín es Solidaria y Competitiva”<sup>7</sup> se puede observar que las bibliotecas públicas aparece como

---

7 Este Plan está estructurado en tres partes: Parte I –Fundamento, Parte II – Líneas Estratégicas y Parte III – Inversiones y Financiación. Es sin dudas un plan de desarrollo organizado y sistemático tanto en sus fundamentos como en sus líneas estratégicas y fuentes de financiación e inversión

proyecto en la línea 2: *Desarrollo y bienestar para toda la población*, mientras que los Parque biblioteca son concebidos, al igual que en el Plan de Desarrollo anterior, como un proyecto estratégico para la ciudad y por tanto, están incluidos en el Plan de Ordenamiento Territorial. Se resalta en este Plan el lugar otorgado al *Sistema de bibliotecas públicas de Medellín* como estrategia en la consecución de una Medellín intercultural, incluyente y también como centro de desarrollo integral y cultural (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2008-2011: 31).

En el Plan de Desarrollo Municipal (2012-2015), Medellín un hogar para la vida, correspondiente al alcalde Aníbal Gaviria Correa, el SBPM como el Plan de Lectura, hacen parte del programa “Medellín, lectura viva” correspondiente a la línea 3 *Arte y Cultura ciudadana para la vida y la convivencia*. Dichos programas apuntan a la consecución del siguiente objetivo: “desarrollar acciones encaminadas al fomento de la lectura y la escritura en los ámbitos educativos y de ciudad para la formación de ciudadanos críticos, participativos y que respetan la vida como valor supremo” (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2012-2015).

Este objetivo parte de una situación problema o diagnóstico: 1) La ciudadanía tiene una débil valoración de la cultura como factor de transformación social; 2) Falta fortalecer la institucionalidad cultural y la articulación entre los actores culturales y la Administración y 3) Poco aprovechamiento de la oferta cultural de la ciudad (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2012-2015).

En este Plan, se buscan consolidar las bibliotecas existentes mediante su vinculación con los territorios, fortaleciendo la oferta

de servicios bibliotecarios que garanticen el acceso a la información, y vinculados a una

Red activa y creciente de infraestructura orientada al ejercicio libre e incluyente, intergeneracional y creativo, que los espacios para el arte y la cultura potencian en una ciudad que le apuesta a la vida y a su respeto como valor fundamental (Plan de Desarrollo Municipal de Medellín, 2012-2015: 56).

Otro proceso de importancia para la ciudad referido al tema de políticas culturales, fue la construcción del Plan de Desarrollo Cultural de Medellín 2011-2020, documento en donde se condensan las apuestas (objetivos y funciones) de las bibliotecas públicas en el contexto de la ciudad. En este plan, la lectura y las bibliotecas públicas son concebidas como derechos culturales y recogen buena parte del espíritu que se encuentra en la distinta normatividad y en los documentos institucionales locales, particularmente, en el acuerdo 079 de 2010.

En este Plan se concibe a la biblioteca, junto con los museos y los archivos, como escenarios de construcción cultural para la gestión del conocimiento y el encuentro ciudadano y a la lectura (que comprende la escritura y el acceso al libro) como un “derecho de todo ciudadano y, al mismo tiempo, una condición para el ejercicio de la ciudadanía y de la participación en la vida democrática” (Plan de Desarrollo Cultural de Medellín 2011-2020: 106). Estos dos elementos: biblioteca y lectura, hacen parte del lineamiento 6 del Plan: *gestión del conocimiento, acceso a la información y a las tecnologías en diálogo con la cultura*, y son asumidos como parte de las estrategias culturales y de la ciencia que “sirven para afrontar retos éticos y políticos que se requieren para crear capital humano, social

y cultural para el desarrollo de la urbe” (Plan de Desarrollo Cultural de Medellín 2011-2020: 106).

Así, las bibliotecas como centros para la gestión del conocimiento “debe ser un lugar donde se crea información desde y para lo local” (Plan de Desarrollo Cultural de Medellín 2011-2020: 108) y por lo tanto

más allá del almacenamiento de la información, las bibliotecas son herramientas de comunicación y generación del conocimiento al servicio de lo público, referente para la formación política y cultural, permiten hacer lectura social y cultural de la información y hacer producción y gestión de conocimiento, y contribuyen además al acceso a la información (Plan de Desarrollo Cultural de Medellín 2011-2020: 108)

## **2 LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EN LA NORMATIVIDAD: SUS OBJETIVOS, FINES Y PRINCIPIOS**

Según la IFLA, los lineamientos programáticos de la biblioteca pública se desprenden del acceso a la información y la lectura, mediante los cuales las personas logran configurarse como agentes políticos en tanto ciudadanos bien informados, que ejerzan sus derechos, participen activamente en la sociedad, tomen decisiones, sean críticos y deliberativos. De otro lado, la biblioteca también contribuye a la educación, la lectura y el aprendizaje para el perfeccionamiento personal y la apropiación de principios de colectividad, la pluralidad, la paz y los valores espirituales. También, logra el progreso cultural, el impulso de la cultura local y la preservación de la memoria colectiva, así como el entretenimiento, el ocio y el progreso

artístico. Finalmente, podemos relacionar las funciones de la biblioteca pública con asuntos de orden económico, lo referido con el progreso social y económico y su contribución para alcanzar la igualdad, la inclusión y el mejoramiento de la vida.

Por su parte, la ley 1379 de 2010<sup>8</sup> (ley de bibliotecas públicas) dispone como fines estratégicos: garantizar los derechos de expresión y acceso al conocimiento, la información, la ciencia, la tecnología, así como a la diversidad cultural y el diálogo intercultural; promover la lectura y lograr una sociedad lectora, la circulación del libro y los distintas formas de acceder a la información; desarrollo y valoración de la cultura local y universal, la reunión, organización, conservación y acceso al patrimonio bibliográfico y documental de la Nación; así como crear una infraestructura bibliotecaria apta para las necesidades educativas, científicas, sociales, políticas y recreativas de la población.

Esta ley, dispone como principios de la biblioteca pública garantizar el derecho a los servicios bibliotecarios, al acceso en igual de condiciones y sin discriminaciones, y a la privacidad de los usuarios, a su vez, que son espacios idóneos para la lectura, la formación a lo largo de la vida, el desarrollo de una cultura de la información que fomente el conocimiento y el manejo de nuevas tecnologías.

De otro lado, la política pública de lectura y escritura de Medellín regulada mediante el Acuerdo 79 de 2010 y en el Decreto Reglamentario 0917 de 2011, promueve lo estipulado en la ley de bibliotecas públicas concerniente a los servicios básicos y comple-

---

8 El ordenamiento jurídico Colombiano tiene la siguiente jerarquía: Constitución Política de 1991, leyes, decretos reglamentarios, resoluciones ministeriales. En el nivel territorial existen Ordenanzas departamentales y Acuerdos municipales con su respectiva reglamentación.

mentarios que debe tener toda biblioteca pública para garantizar derechos, alcanzar los fines y principios trazados en dicha ley. Ésta norma, en su artículo tercero, dice: “se impulsará la creación y el fortalecimiento de los servicios básicos en bibliotecas públicas, escolares, populares y comunitarias según lo estipulado en el artículo 20 de la ley 1379 de 2010” (Municipio de Medellín. Decreto 0917: 2010) De esta manera, la política de lectura y escritura del orden municipal, junto con la ley de bibliotecas públicas –de carácter nacional- se convierten en documentos de importancia donde se fijan los objetivos y funciones de la política pública de biblioteca pública.

La formulación de la política pública de lectura y escritura fue una acción del Comité Interinstitucional del Plan de Lectura y Escritura de Medellín donde tiene asiento, entre otras instituciones que promueven la lectura y el libro en Medellín, la Subsecretaría de Bibliotecas, Lectura y Patrimonio quien coordina el SBPM. Es por ello que, teniendo presente los límites y objeto del Acuerdo 79 de 2010 con relación a no poder regular y construir una ruta o directrices específicas para las bibliotecas públicas de la ciudad, lo que hizo fue acoger el artículo tercero concerniente a los servicios bibliotecarios públicos fijados en la ley de bibliotecas públicas.

Por su parte, el Decreto Municipal 1364 de 2012 -que crea la Estructura de la Administración Municipal de Medellín- establece que la Biblioteca Pública Piloto para América Latina<sup>9</sup> (BPP), como establecimiento público, queda adscrito a la Secretaría Vicealcaldía de Educación, Cultura y Participación y ésta última, a su vez, le otorga la competencia a la Secretaria de Cultura Ciudadana para co-

---

9 Esta Institución fue creada en 1952 por la UNESCO y el Gobierno Nacional, y desde el 2006 pertenece al Municipio de Medellín.

ordinar el Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM). Las funciones que tiene la Secretaría de Cultura Ciudadana, mediante su Subsecretaria de Bibliotecas, Lectura y Patrimonio, son:

direccionar las política pública para el reconocimiento de los derechos culturales; direccionar las políticas de bibliotecas, lectura, escritura y circulación del libro en Medellín; asegurar el libre acceso a la información, a la lectura, al conocimiento, al pensamiento y a la cultura; direccionar el Sistema de Bibliotecas Públicas de la ciudad; fomentar la lectura, la escritura y la circulación del libro; preservar el patrimonio cultural material e inmaterial mediante la investigación, la restauración, la apropiación y la difusión; impulsar acciones de fomento a la lectura para garantizar el cumplimiento a la política de lectura; coordinar y desarrollar la política archivística con los archivos de las entidades del territorio de Medellín que hacen transferencias de los documentos de valor patrimonial al archivo histórico y general de Medellín; promover y fortalecer la investigación cultural, implementar estrategias de divulgación y conservación del patrimonio cultural tangible e intangible; realizar las investigaciones en memoria cultural y su socialización; implementar, mantener y mejorar el sistema integral de gestión de acuerdo a las directrices definidas por la entidad. (Gaceta oficial no. 4087, 2010: 34-35)

### 3 CONCLUSIONES Y A MODO DE SÍNTESIS

Con base en el estudio de la normatividad municipal y los documentos oficiales sobre la biblioteca pública de la ciudad de Medellín, expusimos las coordenadas de la política pública y con ello, la identificación de las problemáticas que las últimas tres administraciones municipales han querido atender mediante la intervención

de la Sistema de Bibliotecas Públicas de la ciudad. Así mismo, presentamos los objetivos de estas instituciones sociales y su papel en la resolución de las problemáticas identificadas colectivamente.

Si una política pública es un conjunto de objetivos colectivos surgidos como propósitos para mejorar una situación social problemática mediante la acción gubernamental, consideramos que existe una política pública de biblioteca pública en la ciudad de Medellín; lo cual representa una relación social entre el Estado y la ciudadanía o comunidades implicados en el uso, desarrollo, inversión y administración de las bibliotecas públicas.

Así las cosas, la política pública en biblioteca pública de Medellín se concibe como una forma de participación, gestión y coordinación de las necesidades y expectativas que los agentes sociales relacionados con las bibliotecas públicas desean ver canalizadas y resueltas por el sistema político.

## BIBLIOGRAFÍA

Colombia (2010). Congreso de la república. Ley 1379 por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. Bogotá: El Congreso.

Declaración de Caracas sobre biblioteca pública como factor de desarrollo e instrumento de cambio en América Latina y el Caribe (1982). Disponible: [http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/docs\\_marco\\_declaracion.pdf](http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/docs_marco_declaracion.pdf). Consultada octubre de 2012.

IFLA / Unesco (2001) directrices para el desarrollo del servicio de bibliotecas públicas. París: Unesco.

IFLA (2005) Manifiesto de Alejandría: la sociedad de la información en acción. Alejandría: IFLA.

Medellín. Alcaldía (2004). Plan Maestro para los servicios bibliotecarios públicos de Medellín. Medellín: la Alcaldía.

Medellín (2010). Concejo de Medellín. Acuerdo 79 de 2010: por medio del cual se crea la política de lectura y escritura de Medellín. Medellín: El Concejo.

Medellín (2011). Alcaldía de Medellín. Decreto 0917 de 2011: por medio del cual se adoptan los lineamientos de la política pública en materia de lectura y escritura para el Municipio de Medellín. Medellín: La Alcaldía.

Medellín (2012). Alcaldía de Medellín. Plan de Desarrollo de Medellín, 2012-2015. “Medellín, un hogar para la vida”. Medellín: la Alcaldía.

Salazar, Carlos (2009) “La evaluación y el análisis de políticas públicas”. En: Revista Opera, No. 9, 2009, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, pp. 23-51.



## BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O P avanços e desafios no incentivo à leitura

*Vitória Gomes Almeida<sup>1</sup>*  
*João Bosco Dumont<sup>2</sup>*

### RESUMO

Aborda o Plano Nacional de incentivo à leitura no âmbito das bibliotecas públicas brasileiras e expõe as diferentes práticas exercidas por essa instância no contexto histórico das sociedades. Aponta as funções de democratização da informação e preservação e transmissão da cultura, ressaltando o papel social, cultural e educacional que a biblioteca ocupa na contemporaneidade. Destaca os avanços e desafios para se obter um país de leitores. Por meio de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, apresenta e analisa os dados de pesquisas e de censos referentes às bibliotecas e aos índices de leitura no país. Expõe os instrumentos legais que regulamentam a criação das políticas públicas de incentivo à leitura. Analisa os dados e constata que as deficiências das bibliotecas públicas de grande parte do Brasil, refletem diretamente na qualidade do serviço prestado, afastando a população de um espaço que deveria ser de produção e difusão da cultura e elege as políticas públicas efetivas como a solução para essa problemática. Apresenta o Plano Nacional de Livro e leitura, elencando seus respectivos eixos, que consistem em: Democratização do acesso, Fomento à leitura e à formação de mediadores, Valorização do livro e comunicação, Desenvolvimento da Economia do Livro. Mostra quais eixos do Plano são voltadas ou relacionadas para as bibliotecas, apresentando as ações. Verifica que com a criação do Plano Nacional foi possível que o livro, leitura e bibliotecas estivessem integradas por meio de uma política pública. Acredita que é de suma importância, a existência dos Planos Estaduais e Municipais, pois compreende que é a partir de ações locais, que se constrói a luta que é da esfera nacional. Conclui que no contexto das bibliotecas públicas é necessário além da

---

1 Universidade Federal do Cariri. E-mail: [vitoriagomesalmeida@yahoo.com.br](mailto:vitoriagomesalmeida@yahoo.com.br)

2 Universidade Federal do Cariri. E-mail: [fb\\_dumont@ymail.com](mailto:fb_dumont@ymail.com)

presença do profissional adequado, no caso o bibliotecário, dar os subsídios necessários para que essa instituição possa de fato, cumprir seu papel enquanto unidade de informação e centro de difusão da cultura. Quanto ao Plano, percebendo a dimensão e complexidade do mesmo e que passados setes anos de existência, ainda há muito a se fazer: apesar de o documento contemplar diversas demandas do setor do livro, leitura e biblioteca, sua problemática persiste pela sua incompleta efetivação, sendo necessário estudar essas barreiras para criar soluções, para que exista no Brasil uma nação de leitores.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de incentivo a leitura. Leitura. Bibliotecas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Têm-se notícia da existência das bibliotecas desde a Antiguidade. Nomes famosos como Alexandria, Nínive e Pergamo são os primeiros a serem lembrados quando pensamos nesse período. No contexto histórico da humanidade, essa instituição passou por grandes transformações, desde o tipo de acervo do qual comporta até sua finalidade.

A princípio fazia jus a seu nome (*bibliothēke: caixa de livros*) por não ter essa característica de preservar o conhecimento para disseminá-lo, tendo essa prática, sido lentamente abandonada com o surgimento das universidades e o início do período Renascentista, onde a demanda por livros pelos estudantes era crescente e onde à posse a livros e bibliotecas, conferiam a aqueles que o detinham o prestígio perante a sociedade.

A partir de sua evolução, Santos (2010, p. 9) afirma que

[...] a biblioteca não deve ser entendida apenas como um fenômeno social e cultural, mas sim como uma instituição social das mais complexas e importantes do sistema de co-

municação humana, sendo responsável pela preservação e transmissão da cultura.

Hoje, a biblioteca contemporânea se configura por além de ser um espaço de democratização da informação, presentes nos mais variados suportes - impressos, eletrônicos, digitais, virtuais... - mas que levam a pensar essa instituição como um local que introduza “projetos culturais, atendendo ao seu objetivo de disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários” (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 31), contribuindo para a efetivação da responsabilidade de preservar e transmitir a cultura como mencionado acima. De acordo com Batista esse é justamente o grande desafio que a mesma enfrenta:

O grande desafio da biblioteca contemporânea é justamente o de se converter no espaço de convergência entre a informação, como elemento básico de todo conhecimento, e a leitura, como elemento indispensável na construção de um país melhor (BAPTISTA, 2009, p 26)

Para romper esse desafio, além do empenho dos bibliotecários (sejam em bibliotecas públicas, escolares, comunitárias...) se faz necessário que se tenha instrumentos criados pelo governo que possam auxiliar e incentivar o trabalho desses profissionais. E é através das políticas públicas, que os bibliotecários, encontram esse instrumento, que definida por Goldim (2003, p.163) pode ser compreendida como

Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação. Sua eficácia se mede por sua sustentabilidade e sua coerência interna, que faz com que nos distintos setores envolvidos tenha repercussão positiva. Uma política

pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram

No Brasil as políticas públicas direcionadas à leitura e ao livro, consistem atualmente no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), cujas ações estão organizadas em quatro eixos principais: Democratização do acesso, Fomento à leitura e à formação de mediadores, Valorização do livro e comunicação, Desenvolvimento da Economia do Livro.

Dessa forma sabendo que dentro das atribuições da biblioteca pública está a de promover a leitura, e que segundo Medeiros (2012) deve se ofertar serviços variados, que contemplem educação e cultura, proporcionando inclusão digital e social aos menos privilegiados, por meio de ações em sua comunidade local fazendo uso simultaneamente às TIC's e a internet, o presente artigo tem por objetivo estudar o Plano Nacional de Incentivo a Leitura no que tange as bibliotecas públicas brasileiras, por entender que para que se tenha a democratização da leitura no país, é necessária uma ação conjunta entre bibliotecários e ação governamental, e para isso estruturamos nossa análise através de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo por meio de levantamento bibliográfico e análise de documentos. Dessa forma ressaltaremos os avanços e desafios para que se alcance “um país de homens e livros”.

## **2 LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA PÚBLICA: realidade brasileira**

Resguardado pela Constituição Federal no artigo V inciso XIV, o acesso a informação se configura como um direito de todos

os brasileiros. Nesse contexto, nem é preciso se aprofundar, falando sobre o papel que a informação ocupa atualmente: além do volume gigantesco de informações que são produzidas e consumidas, a mesma é considerada como peça principal para a tomada de decisão em todas as esferas, sobretudo a econômica e política (TARGINO, 2004). Também assegurado por lei está o livro, tido no inciso II do artigo I da Lei do Livro como:

meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2003).

Nesse contexto é impossível pensar em livros ou informação sem pensar na instituição que as comporta. A biblioteca é tida no PNLL como uma das instâncias cujo papel é de ajudar no “desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa” (PNLL, p. 21, 2010), porém para que a biblioteca pública assuma esse papel é necessário ações para fazer mudar a realidade que foi apresentada no Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas.

A pesquisa aconteceu nos 5.565 municípios do país e constatou que há 79% de bibliotecas públicas municipais (BPM's) em pleno funcionamento. Quanto às características gerais, percebeu-se uma média de 296 empréstimos mensais, com frequência de 1,9 vezes dos usuários por semana. Com relação ao gestor, a pesquisa mostrou que em 84% têm-se mulheres atuando como bibliotecárias,

sendo que em 57% há profissionais com ensino superior (o que não significa dizer que a frente dessas bibliotecas, exista profissionais graduados em biblioteconomia, pois diante da pergunta de possuir ou não capacitação na área de biblioteca 52% respondeu negativamente). Quanto aos pontos negativos levantados, estes se voltaram para a questão da acessibilidade e atividades desenvolvidas: 91% das BPMs não possuem serviços para pessoas com deficiência visual, 94% não oferecem serviços para pessoas com demais necessidades especiais e em 88% não existem atividades de extensão.

Já os dados fornecidos pela pesquisa Retratos da Leitura, cujo objetivo central é “Medir intensidade, forma, motivação e condições de leitura da população brasileira” indicaram que no tempo de lazer dos brasileiros sua atividade favorita é a de assistir televisão (85%) enquanto ler (desde livros até textos da internet) é a opção de apenas 28% da população (sendo importante lembrar que esse índice caiu em relação à pesquisa anterior cuja porcentagem era de 36%), número explicado talvez pelo índice referente à pergunta da significação da leitura, onde apenas 18% a consideram como uma atividade prazerosa. Nessa pesquisa também foi questionado sobre o que a biblioteca representa, e ocupando o topo da lista está a visão de que é um lugar para estudar (71%) e pesquisar (61%). A visão de que é um lugar de lazer ou que proporciona apresentações de concertos, exposições e eventos culturais é de apenas 12 e 2% respectivamente.

Tais números falam por si só: longo é o caminho a percorrer em torno de melhores índices de leitura e de se possuir uma biblioteca pública que preste serviços de qualidade. Analisando os dados dessas pesquisas verifica-se um paradoxo na relação entre população e bibliotecas: apesar de estar presente em grande parte dos

municípios é também um dos menos presentes no cotidiano da população, evidenciado na pesquisa Retratos da leitura, onde diante da pergunta do que faria frequentar à biblioteca, teve como resposta mais recorrente (30%) a de que nada faria frequentar. Recursos humanos insuficientes (média de 4), infraestrutura de qualidade (49% dos próprios dirigentes, levando em consideração quesitos como iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos, disseram ser inadequados na biblioteca que trabalham), profissionais capacitados (dos 57% dos dirigentes com ensino superior, apenas 11% são graduados em biblioteconomia) e acervo defasado se constituem nos motivos para tal “inexistência” da biblioteca pública no dia a dia dos brasileiros.

### **3 PLANO NACIONAL DE LIVRO E LEITURA**

As necessidades para a criação de uma política pública eficaz no âmbito do livro e leitura se fizeram necessárias, a partir dos baixos índices de alfabetização, leitura e consumo de livros no país, como os que foram mencionados anteriormente.

Dessa forma, visando garantir essa eficácia e contemplar o princípio democrático que rege o Estado, os anos que precederam a criação do Plano foram marcados por reuniões, eventos e encontros cuja participação envolvia diversos setores da sociedade, como pessoas dos Ministérios, da cadeia produtiva do livro além de profissionais da educação e do livro, na tentativa de construir uma política que beneficiasse as demandas desses setores.

Criado no ano de 2006 através de uma parceria entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação, o Plano Nacional de Livro

e Leitura foi apresentado no final do FÓRUM – PNLL/Vivaleitura, com o intuito de

[...] assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. (BRASIL, 2006, p. 36)

Os princípios que nortearam o Plano pautam fatores quantitativos e qualitativos que foram apontados pela UNESCO como fundamentais para a existência expressiva de leitores em um país, além desses existem outros, como os que consideram a leitura como um elemento social e cultural fundamental na construção de sociedades democráticas garantindo o exercício da cidadania, onde é também um instrumento que fortalece a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, partindo da perspectiva da cultura como valor simbólico, como direito de cidadania e como economia. E sabendo que o Brasil é o maior produtor da América Latina, mercado esse financiado não somente pelas vendas avulsas, mas também pelas compras governamentais, de livros didáticos e, em menor proporção, para bibliotecas, que puxam o faturamento das editoras, foi colocado entre os princípios a necessidade de

criar condições para que a produção das obras necessárias aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades, tudo convergindo para a produção de livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população. (BRASIL, 2006, p. 35)

É importante ressaltar que a maioria das editoras tem como desafio fazer livros mais acessíveis, não apenas no sentido do custo, mas também de proporcionar o acesso às pessoas que se encontram fora dos principais eixos comerciais e culturais, e a existência de um princípio no Plano que ajude nesse quesito se torna uma importante ferramenta para superação do seu maior obstáculo que consiste no baixo índice de leitura que implica negativamente no crescimento do setor.

Silva destaca que para os três primeiros anos de Plano foram estabelecidas algumas metas da qual se evidenciam:

Aumentar o índice nacional de leitura em 50% (de 1,8 para 2,7 livros por habitante/ano);

Implantar bibliotecas municipais em 100 % dos municípios do País;

Implementar e fomentar centros e núcleos, voltados para pesquisas (BRASIL, 2006a, p.7).

Para a concretização do Plano são estabelecidos 18 objetivos a serem realizados num período de curto, médio e longo prazo, que estão divididos em quatro eixos de ação que ajudam a sistematizar essas iniciativas perante instituições e entidades da sociedade:

**Eixo 1 – Democratização do acesso** (privilegio às bibliotecas de acesso público)

**Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores** (reconhecimento da necessidade de fomentadores que ajudam a criar novos leitores)

**Eixo 3 – Valorização da leitura e da comunicação** (trabalhar o livro como valor social e cultural e como bem público a se preservar como direito de cidadania)

**Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro** (não separar a leitura de sua base material – o livro em seus vários suportes – e entender essa base como parte de uma economia da cultura que deve ser apoiada e defendida). (BRASIL, p. 7-8)

#### **4 BIBLIOTECA PÚBLICA E O PNLL**

A biblioteca que está inclusa nos fatores qualitativos da UNESCO para que se tenha uma sociedade leitora, onde “Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas...” (BRASIL, 2006, p. 31), é contemplada nas ações de três, dos quatro eixos do Plano:

**EIXO 1 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO:** é composta por seis diretrizes que visam implantar novas bibliotecas de acesso público com acervos que respeitem mesmo que minimamente os padrões da UNESCO; tem como intuito fortalecer a rede de bibliotecas e promover sua integração de acervos, catálogos, capacitando permanentemente gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos por meio de programas permanentes de atualização; fazer a conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura; transformar as bibliotecas em unidades orçamentárias; garantir que as bibliotecas públicas tenham recursos humanos adequado às necessidades além de produzir e desenvolver tecnologias para preservar, ampliar e difundir bens culturais como: livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais; visa também conquistar novos espaços de leitura (citam ônibus, vans, peruas, trens, barcos, pontos de transporte coletivo, parques, praças, hospitais, penitenci-

árias e etc) denominados como “pontos de leitura” além de oferecer apoio aos já existentes como às salas de leitura e as bibliotecas.

**EIXO 2 - FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES:** nesse eixo as ações voltadas para as bibliotecas se configuram em prêmios para as ações de fomento à leitura desenvolvida nessa instância; em pesquisas para que se entenda o dia a dia das bibliotecas além de apoio as pesquisas sobre a história das bibliotecas; com programas que capacitem os bibliotecários enquanto mediadores da leitura fazendo uso dos métodos da Educação à distância dentro de escolas, bibliotecas e comunidades.

**EIXO 3 - VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO:** aqui o foco das ações é voltado, para transformar o fomento às práticas da leitura em Política de Estado, por meio de estudos das políticas públicas para biblioteca pública além da criação de campanhas que conscientizem sobre a importância da mesma e publicação de materiais em diversas mídias sobre a biblioteca.

Observando esses eixos é possível perceber que o PNLL tornou possível que o livro, leitura e bibliotecas estivessem integradas dentro de uma política pública (CAVALCANTE, 2010, p. 189), e que se estende aos estados e municípios do país com a possibilidade de criarem seus próprios Planos juntando forças e acumulando compromissos, afinal apenas se os mesmos abraçarem a causa é que a política poderá se efetivar nacionalmente, garantindo assim “um lugar

de destaque para a leitura e o livro na agenda política e orçamentária de estados e municípios” (GUIA PELL e PMLL, p. 12).

## 5 CONCLUSÃO

Decorridos sete anos da criação do Plano Nacional de Livro e Leitura e após sua análise, foi possível perceber que

O PNLL é um plano ambicioso, pois sua proposta busca abranger a leitura, não apenas pela distribuição de livro, mas ampliar o olhar para a cadeia que a envolve: a biblioteca, a pesquisa e a formação do mediador, além da indústria do livro. (SILVA, 2009, p. 90-91)

Ou seja, essa política se configura num instrumento poderoso de transformação social, cultural e econômica. Porém, a partir desta constatação surge um questionamento, esse foi ressaltado por Maria Antonieta Antunes Cunha, no ano passado no II Seminário Nacional Retratos da Leitura no Brasil, pois:

[...] com tantos e tão evidentes esforços de tantos, por que os índices de leitura não melhoram, e, em algum momento ou medida, se mostram piores?.

Resultado de uma ação conjunta de várias pessoas de diversos setores e que desde então vem sendo amplamente discutida e avaliada por todo o setor da cadeia produtiva do livro, se nota a partir das avaliações do próprio plano alguns caminhos para garantir sua efetividade dentre elas:

- Regulamentação do PNLL por meio de Lei Federal;
- Desenvolvimento de trabalho conjunto com o MEC;
- Articulação com os atores responsáveis pelo cumprimento do Plano, tanto da esfera pública, quanto da iniciativa privada, bem como do terceiro setor;
- Sensibilização dos dirigentes municipais e estaduais de educação e de cultura em todo o país;
- Revisão das metas estabelecidas visando à abrangência do Plano junto à população, por meio da adequação de prazos e quantitativos almejados. (BRASIL, 2010, P. 214)

Já no âmbito das bibliotecas a presença de um profissional da biblioteconomia é o primeiro elemento para a transformação dos dados apresentados nas pesquisas e posteriormente um meio de contribuir para a realização das metas previstas no Plano, pois entendemos que é somente esse profissional que está habilitado a desenvolver as ações que contemplem todas as atividades e serviços que a biblioteca tem a oferecer. Somado a presença de um bibliotecário é preciso priorizar a biblioteca pública onde na maioria das vezes não existe uma verba específica e contínua, fazendo com que essa instituição dependa única e exclusivamente de doações (CALDAS E TÁLAMO, 2007, p. 5) além de ser necessário o empoderamento dessa instituição garantindo assim sua autonomia enquanto agente cultural.

As metas, os prazos e abrangência do Plano, são de uma complexidade e grandiosidade inédita no cenário brasileiro, e sem dúvidas seu maior desafio é fazer com estados e municípios (sobretudo aqueles que estão fora do eixo econômico-cultural) aliem-se à causa para o cumprimento das metas em suas ações locais. Por fim em resposta à sua própria pergunta, Maria Antonieta acredita que talvez

ainda seja cedo para se perceber os avanços, visto que o tempo da educação e cultura é lento. No entanto a mesma concorda que é nosso dever prosseguir com o processo de avaliação enquanto persistimos pacientemente nesse trabalho de “incentivar nossos alunos, nossos usuários, a população em geral a não aceitar menos do que o melhor serviço, o melhor livro, a melhor e a mais vasta leitura – aquilo que, afinal, é o direito do cidadão e que, por princípio, é o que almejamos fazer” (CUNHA, 2012, p. 6).

### REFERÊNCIAS

Análise introdutória da pesquisa III Retratos da Leitura no Brasil. Disponível em: < <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/3182.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. 2013

BAPTISTA, Dulce Maria. ENTRE A INFORMAÇÃO E O SONHO: o espaço da biblioteca contemporânea. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 19-27, jan./abr. 2009.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. *As metas do plano nacional de cultura*. Brasília: MinC, 2012. Disponível em: <[www.cultura.gov.br/politicas-culturais](http://www.cultura.gov.br/politicas-culturais)>. Acesso em: 25 de ago. 2013

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 15 de ago. 2013

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano nacional do livro e da leitura. Brasília: MinC, 2006.

CALDAS, Elaine Formentini; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Biblioteca Pública no Brasil: políticas de incentivo à Leitura. **Seminário do 16º COLE**, 2007.

GOLDIN, Daniel. **En torno a las políticas públicas del libro y la lectura**. In: PASAJES de la edición: hablan los profesionales. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 162-168.

\_\_\_\_\_. Fundação Getúlio Vargas. Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. Disponível em: < <https://docs.google.com/file/d/0BxO2JdCNFFDfUVI1Q01fU19Sc1E/edit?usp=sharing&pli=1>>. Acesso em: 17 de ago. 2013

\_\_\_\_\_. Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura. Disponível em: < [http://corp.ciatech.com.br/prolivro/conteudo/bibliotecadigital/3/Guia\\_PNLL.pdf](http://corp.ciatech.com.br/prolivro/conteudo/bibliotecadigital/3/Guia_PNLL.pdf)>. Acesso em: 25 de ago. de 2013

\_\_\_\_\_. Instituto Pró-Livro. 3ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Disponível em: < [http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834\\_10.pdf](http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf)> Acesso em: 17 de ago. 2013

\_\_\_\_\_. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm)>. Acesso em: 17 de ago. 2013

NETO, José Castilho Marques (org.). PNLL: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora, 2010. 340p. Disponível em: <[http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/plano\\_nacional\\_livro\\_leitura\\_-\\_textos\\_historias\\_.pdf](http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/plano_nacional_livro_leitura_-_textos_historias_.pdf)>. Acesso em: 17 de ago. 2013

SANTOS, Josiel Machado. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Vida de Ensino**, v.01, n.01, p.01 - 10, ago/fev. 2009/2010.

SILVA, Rovilson José da. Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil. **Brazilian Journal of Information Science**, v.3, n.2, p.75-92, jul./dez. 2009.

TARGINO, Maria das Graças. A Biblioteca como Marco Constitucional no País. **Transinformação**, Campinas, 16 (1): 7-15, na./abr., 2004.





## UMA REFLEXÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA BIBLIOTECAS

*Janira Iolanda Lopes da Rosa<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo, provocar uma reflexão sobre a importância do planejamento da construção de um prédio destinado a abrigar, preservar e disponibilizar para estudo e pesquisa, acervos bibliográficos, em seus diferentes suportes, considerando que, além da definição do modelo conceitual e do planejamento da estrutura organizacional, das ações a serem desenvolvidas e dos recursos humanos, financeiros e materiais, exige o planejamento do espaço físico, para a construção de um prédio de biblioteca inteligente, que maximiza a eficiência dos ocupantes, que incluem a equipe de trabalho e os usuários, e permite gerenciamento eficaz dos recursos, com menor tempo e esforço. A pesquisa bibliográfica, no intuito de localizar literatura publicada sobre o tema, possibilitou constatar que são raras as instituições que tem a preocupação de formar uma equipe multidisciplinar para planejar a construção de prédios de bibliotecas, que considere, tanto as necessidades dos usuários quanto as condições relativas à estrutura física adequada para a preservação desses acervos, que sofrem a ação das intempéries e dos agentes biológicos que contribuem para a sua deterioração.

**Palavras-chave:** Biblioteca. Planejamento. Preservação de acervos.

---

1 Bacharel em Biblioteconomia, pós graduada em Docência do Ensino Superior, Coordenadora da Biblioteca do Campus de Porto Nacional/UFT. Email: janiraiolanda@uft.edu.br; janiraiolanda@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O planejamento da construção de um prédio destinado a abrigar acervos documentais, artísticos ou bibliográficos não é tarefa que possa ser levada a efeito por uma só pessoa. Nesta análise, o enfoque volta-se, especificamente, para as bibliotecas, levando-se em consideração que, de acordo com Waters (2001), a qualidade e a quantidade da produção em todas as áreas do conhecimento dependem, decisivamente, do acesso pronto e oportuno à informação relevante.

A biblioteca da Sociedade da Informação, não é, necessariamente, uma “biblioteca eletrônica”, nem é sua missão, preservar simplesmente o conhecimento registrado. Ela tem, sim, como objetivo maior, a geração, a preservação e o acesso, físico e intelectual, ao conhecimento registrado.

A construção de uma nova biblioteca ou serviço de informação, de acordo com Almeida (2005), além da definição do modelo conceitual e do planejamento da estrutura organizacional, das ações a serem desenvolvidas e dos recursos humanos, financeiros e materiais, exige o planejamento do espaço físico, para a construção de um prédio de biblioteca inteligente, que maximiza a eficiência dos ocupantes, que incluem a equipe de trabalho e os usuários, e permite gerenciamento eficaz dos recursos, com menor tempo e esforço. A necessidade de planejamento do espaço, considerando os serviços existentes, é motivada por cinco fatores básicos que podem aparecer isolados ou conjugados:

- 1) Falta de espaço para crescimento da coleção;
- 2) Falta de espaço para usuários e funcionários;

- 3) A mudança de conceito - missão, função, finalidade;
- 4) Ampliação da comunidade a ser atendida;
- 5) Criação de novos serviços.

A falta ou a inadequação do espaço para funcionários e usuários, assim como barulho, desconforto térmico, mobiliário inadequado, equipamento obsoleto ou sem manutenção, falta de segurança, etc., podem causar conflitos e dificuldade de relacionamento entre as pessoas, repercutindo na produtividade, na qualidade de atendimento, gerando insatisfação, alta rotatividade de funcionários e baixa frequência de usuários.

Para elaborar o programa de necessidades, seja qual for o tamanho do projeto, o ideal é que se forme um grupo de trabalho para planejamento do espaço. Devem fazer parte desse grupo um bibliotecário, um representante dos usuários, um representante da área administrativa e um arquiteto. Nesse grupo multiprofissional, cada componente traz sua contribuição, pois essa interação é fator fundamental para o sucesso do projeto.

A flexibilidade deve caracterizar a posição da equipe e deve garantir que todas as funções da biblioteca ou serviço de informação sejam contempladas, equacionando-as com outras variáveis tais como: custo da construção ou manutenção, recursos financeiros disponíveis, restrições de espaço ou de soluções em edifícios já existentes, dimensões ou topografia do terreno, etc.

Antes de iniciar a elaboração do projeto de construção, é necessário determinar o período de projeção das necessidades de espaço, isto é, deve ficar claro para quanto tempo o prédio será projetado.

do, levando-se em consideração que as bibliotecas, geralmente, são organismos em permanente crescimento.

O princípio fundamental em serviços de informação que possuem coleções de documentos, como é o caso das bibliotecas, consiste em prover o edifício de condições ambientais que, além de oferecer conforto ao usuário, garantam a preservação do acervo, o que certamente, auxiliaria muito na redução de custos de manutenção das coleções. Alguns itens devem ser considerados desde o início do processo de seleção do local:

- 001) Evitar zonas de risco, sujeitas à inundações, ou à poluição atmosférica;
- 002) Evitar terrenos pantanosos, excessivamente úmidos
- 003) Preparar o terreno e tratar com termicidas, que mantêm a área livre de resíduos de madeira e outros materiais orgânicos.

Em relação ao acabamento interno, Trinkley apud Almeida (2005), alerta para o fato de que diversos produtos químicos, presentes em alguns materiais, são muito prejudiciais, não só para os acervos, mas também para as pessoas, principalmente aquelas que tem problemas alérgicos, destacando-se os danos que podem ser causados pelo formaldeído, gás incolor que pode ser encontrado em alguns materiais têxteis, em aglomerados, em compensados de madeira, em laminados baseados em papel ou fibra plástica e em determinadas tintas, fibras de vidro e plásticos.

As infiltrações também constituem grandes desafios na construção e manutenção de edifícios de bibliotecas e Trinkley apud Almeida (2005), alerta que elas ocorrem, principalmente, devido à má

qualidade dos sistemas construtivos utilizados, que devem garantir coberturas estanques, impermeabilização adequada, pingadeiras e soleiras junto às esquadrias, calhas bem dimensionadas, etc. As instalações hidráulicas devem evitar tubulações nas áreas de acervo, exceto as destinadas aos sistemas de aspersão contra incêndio, o que evitaria possíveis infiltrações, de elevados níveis de umidade e crescimento de mofo.

A instalação elétrica deve ser funcional e prever as situações de emergência, com a instalação de dispositivos de desligamento imediato, no caso de acidentes, bem como recurso que assegure o fornecimento de energia nessas situações, ressaltando-se ainda, a importância de prever flexibilidade dos pontos das redes elétrica e lógica, como cabeamento e ligações para redes de computadores, permitindo a ampliação dos pontos de expansão.

## **2 EQUIPES DE PLANEJAMENTO**

O conceito de equipe de planejamento é fundamental para o sucesso do planejamento das bibliotecas. Entretanto, é preciso entender que existem duas instâncias diferenciadas, que refletem dois níveis do processo de tomada de decisão. Um primeiro nível, em que as decisões têm um caráter predominantemente político e um outro, de sentido mais técnico. Evidentemente, estas duas instâncias não são estanques. Ao contrário, são mutuamente dependentes. Corresponde ao primeiro nível a “equipe decisória”, e ao segundo nível a “equipe técnica”. Essas duas equipes devem compor a Equipe de Planejamento da biblioteca.

A equipe decisória é aquela formada pelos dirigentes da biblioteca e da instituição, constituída durante os trabalhos preliminares de gestação da própria idéia de construção da biblioteca. Este grupo de decisão será responsável, portanto, pela definição das diretrizes gerais de ação que irão nortear todos os trabalhos posteriores de construção e delineará os aspectos determinantes da construção, desde a estimativa de seu volume global, até o período em que as obras deverão iniciar, bem como os recursos financeiros necessários e a estratégia de captação ou comprometimento destes recursos.

Especial atenção deverá ser dada, quanto à definição preliminar de três fatores básicos do planejamento de uma biblioteca, quais sejam:

- a) definição da capacidade da biblioteca, em termos do tamanho do acervo e do número de postos para leitores;
- b) avaliação preliminar da área construída necessária para abrigar as facilidades;
- c) avaliação preliminar de custos.

Além destas avaliações, uma das decisões mais importantes da equipe decisória, diz respeito à constituição da equipe técnica e de seus assessores.

A equipe técnica tem por objetivo principal, a análise dos Tópicos de Planejamento, bem como a elaboração definitiva e detalhada do Programa de Necessidades Espaciais. Dentre os tópicos de planejamento destacam-se os seguintes:

- a) a questão de linguagem;
- b) estrutura administrativa;

- c) definição da tipologia funcional;
- d) a escolha do sítio;
- e) uso de equipamentos mecânicos;
- f) recomendações gerais: crescimento vs. sítio, informática vs. biblioteca, recursos para portadores de deficiências físicas;
- g) programação das necessidades arquitetônicas;
- h) avaliação de projetos.

A equipe técnica incorpora, em sua constituição, bibliotecários, arquitetos e engenheiros, que devem trabalhar de maneira solidária e integrada desde o início até o término de suas atividades. Os arquitetos e engenheiros, por dever de ofício, sabem que a fase de programação de necessidades espaciais não é simplesmente uma etapa que “precede” o projeto arquitetônico, mas constitui um aspecto do próprio processo de elaboração do projeto, uma vez que as decisões tomadas, refletem-se e condicionam o desenho do edifício. Os bibliotecários devem partilhar deste entendimento e participar intensamente desta fase. Os arquitetos e engenheiros, membros da equipe técnica, devem ser, de preferência, membros do quadro de funcionários da instituição. Este vínculo é extremamente salutar, em virtude de sua dedicação e envolvimento com os problemas locais.

As equipes técnica e decisória, devem ser constituídas formalmente, a fim de que as responsabilidades possam ser assumidas e os trabalhos não sofram solução de continuidade. É extremamente salutar a prática da manifestação, ou da explicitação das aspirações da comunidade usuária, relativas ao prédio da biblioteca pois, de acordo com Galbinski e Miranda (1993), é preciso entender que

não se trata de uma interferência na prática projetual, mas sim de fornecer insumos conceituais aos próprios autores do projeto, que os interpretarão e darão expressão palpável, de acordo com suas sensibilidades estético-culturais. Por vezes tratam-se de recomendações bem simples, como o desejo de que sejam levadas em consideração, no novo prédio, certos aspectos do meio construído existente como, por exemplo, o uso recursivo de materiais predominantes na região, tais como tijolo aparente, ou a madeira, ou ainda uma dada cobertura com telhas de cerâmica. Em outros casos, as aspirações comunitárias referem-se à questões ecológicas, como a manutenção de um bosque, ou de um grupo de árvores existentes no local, ou mesmo de uma só árvore centenária. Pode, ainda, ser o caso de recomendações no sentido do emprego de técnicas construtivas que preservem, de maneira natural, um certo nível de conforto ambiental, para evitar-se o emprego e equipamentos mecânicos.

Na ânsia de se acelerar os trâmites administrativos e abreviar as etapas de planejamento que antecedem a fase de elaboração do projeto arquitetônico e por medo de interferir indevidamente no processo criativo do arquiteto, são sepultadas - muitas vezes - legítimas aspirações comunitárias que teriam sido, quando devidamente expressas, uma rica fonte de inspiração ao próprio autor do projeto.

### **3 PROGRAMAÇÃO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS**

Dentre os tópicos de planejamento a serem elaborados pela Equipe Técnica, sem dúvida, o Programa de Necessidades Espaciais – PNE, é o de maior abrangência, por consolidar parte substancial do planejamento. Naturalmente, o PNA deve ser entendido no con-

texto das demais recomendações de planejamento. Neste sentido, o PNA deve ser precedido das recomendações de planejamento, compondo um único instrumento orientador para o arquitetonico.

A programação de necessidades espaciais consiste na especificação de todos os espaços e ambientes previstos para a biblioteca caracterizando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- descrição da função,
- área,
- número de postos de leitura,
- número de funcionários,
- quantidade de livros/revistas/documentos,
- equipamentos e mobiliário,
- condições de conforto,
- geração de população,
- relações funcionais com outros ambientes e esquema de compatibilidades,
- esquema gráfico funcional,
- fluxograma do livro,
- organograma administrativo.

A descrição de cada ambiente deve conter detalhada descrição das atividades, levando-se em conta as características locais, específicas do funcionamento da biblioteca. As áreas afins, ou setores da biblioteca, deverão ser agrupados. A estes setores deverão corresponder subtópicos de áreas, postos de leitura, etc. Estes resumos fornecerão

uma visão global da biblioteca, facilitando sua apreensão integral. Para cada ambiente, ou grupo de ambiente, deverão ser definidas as interdependências e conexões necessárias, em termos de fluxos ou proximidade. Da mesma forma, deverão ser indicadas as incompatibilidades entre funções, tendo em vista a evitar a contaminação deletéria dos ambientes, e propiciar um zoneamento de funções compatíveis com as recomendações de planejamento. Para este fim, são empregados, com muita freqüência, as matrizes triangulares.

#### **4 LOCALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA**

A idéia é de que a biblioteca deva ser localizada em lugar privilegiado pela acessibilidade, de forma a exigir dos usuários o menor esforço em seus deslocamentos, desde seus locais de estudo/trabalho até a biblioteca e vice-versa. Para isso, o centro geográfico nem sempre é a melhor escolha, mas sim o centro demográfico da dispersão da comunidade. Os estudos de localização deverão levar em consideração a área requerida pela biblioteca e compará-la com os sítios em disponibilidade. Cada local deverá ser analisado tendo em vista vários aspectos, tais como:

- 1) Acessos de veículos e de pedestres;
- 2) Área para estacionamento de veículos;
- 3) Características físicas do solo e cobertura vegetal;
- 4) Umidade do solo e declividade para escoamento natural de águas pluviais e de esgotamento;
- 5) Disponibilidade de infra-estrutura de serviços públicos;

- 6) Fontes de poluição sonora, de fumaças e odores;
- 7) Disponibilidade de espaço para futuro crescimento;
- 8) Acessibilidade.

Especial atenção deverá ser dada, não só à área total do sítio em estudo, mas também à sua forma geométrica. Deve ser elaborado quadro comparativo de vantagens/desvantagens de cada local, para efeitos de decisão final. Naturalmente, serão decisivamente analisados os aspectos de visibilidade, do relacionamento da biblioteca com a paisagem construída, e do sentido simbólico da implantação da biblioteca em cada um destes locais.

Na escolha do sítio, devem ser analisadas as possibilidades de crescimento da biblioteca. Quando existir disponibilidade de área, o crescimento físico da biblioteca será desimpedido e em qualquer tipo de solução que for adotada, a expansão poderá ser acomodada no local. No entanto, em muitos casos, existem impedimentos para o crescimento ilimitado, seja pela proximidade de outros prédios, seja pela inexistência de área para abrigar acréscimos. Por este motivo, juntamente com a escolha do sítio, deverá ser fixada uma estratégia para o crescimento da biblioteca. Os tipos de crescimento de uma biblioteca são vários, não existindo nenhum modelo pré-estabelecido. Cada biblioteca deve ser analisada dentro de suas particularidades e conveniências, sendo que até o crescimento nulo no local é uma das alternativas que pode ser escolhida. O fato que se façam previsões de crescimento, não implica em que elas venham a ser aceitas de forma integral. Mas isto é outro problema. Cumpre aos planejadores adotar um curso de ação claro e decisões definidas com respeito a este tópico, de expansão, para que possam ser previstas

hoje, as implicações do crescimento futuro no projeto arquitetônico da biblioteca.

## 5 USO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

A previsão de uso de ar-condicionado e de elevadores para público em uma biblioteca, é uma questão aberta ao planejamento. Este tópico está intimamente relacionado à escolha do sítio e ao montante do orçamento previsto para a construção do prédio, bem como com as verbas de sua manutenção. Trata-se, pois, de definir a política da instituição em relação uso desses equipamentos, tendo em vista os benefícios, em termos de conforto, e seus custos, em termos dos investimentos iniciais e posterior manutenção.

Em relação ao emprego de ar-condicionado, a questão a ser tratada diz respeito ao problema de custos de investimento e manutenção, pois embora os recursos disponíveis e previstos para manutenção não contemplem esse equipamento, nada obsta a inclusão nas especificações e no projeto de instalações especiais da obra. Realmente, o emprego de ar-condicionado em muito melhora as condições de conforto de uma biblioteca, especialmente em países tropicais, como é o caso do Brasil. Os custos de instalação de ar-condicionado são muito elevados. As verbas necessárias para sua manutenção são, também, expressivas. Este último aspecto da questão nem sempre é claramente analisado durante a fase de projeto, mas deve ser realisticamente enfrentado, pois inflaciona em demasia as despesas operacionais da biblioteca. Diminuir estes custos é um objetivo de qualquer administrador. No entanto, quando as verbas são escassas, é preciso que se adote uma posição adequada quanto à esta

questão, de forma a diminuir - senão, evitar - os transtornos e desconforto em decorrência de sua ausência.

Para atingir estes propósitos, Galbinski e Miranda (1993), recomendam que sejam feitos estudos especializados de conforto ambiental, durante a fase de projeção arquitetônica do prédio. Para este trabalho, seria aconselhável a contratação de assessoria especial para fornecer orientação à equipe técnica responsável pelo projeto da biblioteca. Este tipo de assessoria terá dupla finalidade; por um lado, objetivará encaminhar soluções de tipo natural para criar condições ambientais propícias ao bom funcionamento; por outro lado, no caso da instalação de ar-condicionado, a assessoria teria como propósito, o rebaixamento da carga térmica incidente, para reduzir o custo dos equipamentos e da manutenção.

Além destes problemas, as verbas destinadas ao custeio das instituições, nem sempre são liberadas dentro do cronograma previsto, o que acarreta problemas adicionais em caso de mau funcionamento dos equipamentos, tornando, por vezes, quase impossível o uso da biblioteca. Nessas ocasiões, o prédio deve oferecer condições naturais mínimas de conforto, como alternativa para não prejudicar drasticamente o funcionamento da biblioteca. Uma adaptação ecológica da construção terá múltiplas vantagens, com reflexos no melhoramento de suas características de habitabilidade, mesmo em condições adversas e imprevistas. Não deverão ser poupados esforços para se obter um bom sombreamento das fachadas, um eficiente isolamento térmico das coberturas e das paredes externas e, sempre que possível, a ventilação cruzada nos ambientes. Para este objetivo, em muito contribui um amplo estudo técnico das condições climáticas da região, merecendo ênfase especial a caracterização do regime de

ventos e chuvas. Finalmente, não será demais referir a importância de um projeto paisagístico bem elaborado que vise não só a criar a beleza plástica que as massas verdes proporcionam, mas também ao manejo das espécies vegetais como elementos de proteção e condicionamento natural dos espaços habitáveis, internos ou externos.

Naturalmente, setores específicos como das obras raras e certas coleções especiais devem, independente da solução geral adotada, ser dotados de ar condicionado setorial, requerido para a própria manutenção destas coleções. É bom referir que uma das vantagens do emprego de ar-condicionado diz respeito à preservação do livro, não pela temperatura mas pelo controle do grau de umidade relativa do ar. É sabido que excesso de umidade provoca o aparecimento de fungos, acelerando o processo de deterioração do livro. No entanto, para essa finalidade é possível prover o prédio, ou setores do mesmo, com desumidificadores, que realizam tarefa semelhante a custos bem mais baixos. Evidentemente, deverão sempre ser evitados, no prédio ou em sua proximidade imediata, o recurso de lagos ou espelhos d'água, por mais decorativos e atraentes que possam parecer, por motivo da elevação brusca do grau de umidade que provocam.

A previsão de uso de elevadores para público, tem suscitado muitas opiniões divergentes, devido aos custos elevados destes equipamentos em prédios com intenso fluxo de usuários. No entanto, algumas alternativas podem ser analisadas para minimizar este problema. O sistema de elevadores em bibliotecas tem duas demandas principais: o atendimento do público, e o transporte vertical de livros e de funcionários. Deve-se considerar que os funcionários fazem uso diário da biblioteca e constituem uma população de faixa etária heterogênea, em que podem ocorrer casos de incapacidade física ou

de desconforto ao subir ou descer escadas em demasia. Ao mesmo tempo, o transporte do livro é feito, geralmente, em carrinhos que podem ser acomodados em elevadores de dimensões apropriadas. Assim, poderão ser previstos “elevadores de serviço” para atender a esta demanda que, por sinal é a menor, mas constante e invariável.

## **6 INFORMÁTICA E ÁREA FÍSICA DA BIBLIOTECA**

Há alguns anos, julgava-se que o advento da era da informática eliminaria o predomínio do livro na biblioteca, cedendo espaço aos novos tipos de suportes, como CDs, pen drives, etc., e as suas mais variadas utilizações na organização da biblioteca, bem como a substituição de grandes acervos em papel por coleções compactas de micro-formas, o que não aconteceu.

Mesmo sem subestimar as novas tecnologias e processos de registro da informação, sempre haverá um espaço considerável para os acervos tradicionais. As bibliotecas já contam com coleções em diferentes suportes e as novas tecnologias, estimuladas por um consumo crescente, não vieram para substituir as formas mais convencionais, mas para conviver com elas. Hoje verifica-se que a informatização é, de fato, uma realidade irreversível, mas que esta mudança não tem ocorrido por simples substituição mas sim, em complementação ao livro. Portanto, ao invés da redução da quantidade de livros e conseqüente liberação de área para acomodar outras atividades ou um maior número de leitores, o que se percebe - ao contrário - é a necessidade de aumento de área da biblioteca. Isto ocorre em virtude de que a informatização possibilita a criação de novos serviços ao usuário, de tipo mais sofisticado, que requerem áreas não previstas an-

teriormente e mais, que atraem maior número de usuários. Como este processo demanda custos relativamente elevados, ele ocorre de maneira lenta e gradual ao mesmo tempo em que os antigos serviços são mantidos. Hoje, a oferta de novos equipamentos tende a acelerar o processo de informatização das bibliotecas brasileiras, mas, por enquanto, o livro continua exibindo sua imperturbável presença nas estantes, em convivência pacífica com o terminal de vídeo.

Alguns aspectos relativos à presença dos computadores na biblioteca, devem ser equacionados antecipadamente. A questão de disseminar as estações de trabalho nos locais de uso, ou de se implantar um serviço centralizado, por exemplo, está sendo superada pelo próprio ritmo, lento e gradual, com que a informática tem sido adotada: nossos bibliotecários têm preferido estações de trabalho junto a cada posto de serviço. Estas estações geram a necessidade de maior espaço: o balcão de circulação, por exemplo, necessita ser equipado com um ou mais terminais de vídeo para registro da movimentação de livros e a instalação de impressora, o que aumenta ainda mais a demanda de área.

Não se pode considerar apenas as necessidades dos funcionários, devendo ser incluídos terminais para usuários, para pesquisas bibliográficas. A presença disseminada de terminais de vídeo na biblioteca, coloca a necessidade de se projetar uma iluminação interna que elimine reflexos prejudiciais à leitura das telas. Isto é um dado novo no projeto de iluminação e representa um complicador sério. Igualmente importante, é a previsão de instalação de rede elétrica independente, com corrente estabilizada e aterramento perfeito, para evitar flutuações de corrente e danos aos aparelhos. O projeto da rede deverá ser concebido com grande flexibilidade para instalação

de “tomadas” nos locais de trabalho e em áreas de acesso ao público, bem como a previsão de uma rede telefônica bem mais extensa e complexa para possibilitar a interligação do sistema. Ao mesmo tempo, ao ampliar as capacidades da biblioteca pelo uso da informática, são ampliadas, simultaneamente, as necessidades de comunicação com o exterior via telefonia, a níveis muito além do que seria previsto em decorrência do crescimento natural da demanda. Trata-se, portanto, de se aumentar substancialmente a capacidade da rede telefônica, para atender à demanda ampliada.

As estações de computação dispendo de impressora têm criado sérios problemas de isolamento acústico na biblioteca, que não podem passar despercebidos. As dificuldades de resolução deste problema não são poucas. A adoção de soluções pontuais é muito complexa. Por isso, recomenda-se o tratamento acústico do prédio, em geral, mas que seja dada especial atenção a estas áreas internas, geradoras de ruídos, para minimizar seus impactos poluidores nas áreas de leitura. Isto torna-se importante quando verifica-se que são poucas as bibliotecas dotadas de isolamento acústico adequado, no Brasil.

## **7 ISOLAMENTO ACÚSTICO**

Do ponto de vista estritamente do usuário, o prédio da biblioteca deve oferecer das melhores condições de isolamento acústico, mantendo-se relativamente distante das zonas mais ruidosas do entorno. Mas, ao mesmo tempo, deveria situar-se em área privilegiada quanto ao fluxo de pedestres, para facilitar o acesso.

A manutenção de níveis adequados de silêncio nas bibliotecas, é um dado muito importante no planejamento e implica em previsões de projeto que incluem, inclusive, condicionantes no próprio “layout” dos fluxos internos. De outra forma, sem estas previsões, o mais provável é que o ruído interno torne-se prejudicial aos usuários. Com relação aos ruídos provenientes do exterior do prédio, o problema pode ser superado, em grande parte, pelo próprio tratamento térmico da edificação. Este tratamento envolve não só o emprego de ar condicionado, como também a previsão de paredes externas com isolamento, bem como de esquadrias com encaixes perfeitos, providas de vidros duplos. O conjunto destas precauções, conferem ao edifício, via de regra, um razoável isolamento acústico relativamente aos ruídos externos. Internamente, são comumente empregadas pavimentações com carpetes, combinadas com materiais acústicos nos tetos, o que complementa e melhora as condições de conforto acústico.

Nos países tropicais, são freqüentes as bibliotecas com isolamento deficiente, quando não totalmente desprovidas de tratamento acústico. Por motivos climáticos, são empregados, amplamente, materiais de acabamento de tipo frio, como as cerâmicas, os mármore e, por vezes, o concreto aparente. Todos eles com acentuada capacidade de reverberação sonora. O conjunto destas circunstâncias coloca as bibliotecas em situação extremamente vulnerável tanto a ruídos externos, quanto aos produzidos internamente.

Face às peculiaridades regionais, é difícil definir claramente a “atmosfera” que se quer imprimir à biblioteca, como lugar de estudo e pesquisa. Deve-se, ainda, levar em consideração que os níveis de ruído em grande parte das bibliotecas brasileiras, de acordo com a

pesquisa de Galbinski e Miranda (1993), atingem, níveis considerados de perturbação à leitura e ao estudo.

## **8 ACESSIBILIDADE**

A questão da acessibilidade é um dos aspectos que não podem ser esquecidos em um projeto de biblioteca. O tema começou a ser discutido, de acordo com Mazzoni et al. (2001), a partir da década de 60, quando surgiu, na área de arquitetura, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, o conceito de projetos livres de barreiras, enfatizando, principalmente, a deficiência física, em particular os problemas que afetam os cadeirantes. Nos anos 90, com a popularização da Internet, surgiram novas possibilidades e expectativas em termos de estudo, trabalho e lazer, assim como consideráveis avanços da tecnologia assistiva, associada à informática, evoluindo então, do movimento do projeto livre de barreiras no espaço físico, que incluía edificações, espaços urbanos, transporte, saúde e lazer, para o que é hoje conhecido como desenho para todos, movimento que engloba tanto aspectos do mundo físico quanto do mundo digital, tais como redes de computadores e sistemas de comunicações.

A Lei nº 10.098, (BRASIL, 2000), estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e o Decreto no 3.298 (BRASIL, 1999), que regulamenta a Lei no 7.853, em seu artigo 53, estabelece que as bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar devem dispor de espaços reservados para cadeirantes e de lugares específicos para pessoa com deficiência auditiva e visual, inclusive

acompanhante, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

O item 8.7, da Norma Brasileira sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), estabelece que:

8.7.1 Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis,

8.7.2 Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.7.3 A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°.

8.7.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais.

8.7.5 Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

8.7.6 Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Na estrutura de uma biblioteca, a acessibilidade abrange aspectos urbanísticos, tais como estacionamentos, caminhos de acesso, etc., aspectos arquitetônicos, como iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas, etc. e, aspectos

referentes à informação e comunicação, que incluem, por exemplo, a sinalização, sistema de consulta e empréstimo, etc.

A acessibilidade não deve ser caracterizada apenas por um conjunto de normas e leis, mas também e, principalmente, por um processo de observação e construção, pensado e elaborado por todos os membros da sociedade.

## 9 CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica, no intuito localizar literatura publicada sobre o tema, possibilitou constatar que são raras as instituições que tem a preocupação de formar uma equipe multidisciplinar para planejar a construção de prédios de bibliotecas.

As questões a serem consideradas na elaboração do projeto, são múltiplas e relevantes em vários aspectos, principalmente aqueles que dizem respeito aos anseios e necessidades dos usuários. Espera-se que este estudo possa contribuir, embora modestamente, para uma maior reflexão dos administradores, tanto das bibliotecas quanto das instituições mantenedoras, sobre importância de se planejar adequadamente a construção de um prédio destinado a abrigar acervos que serão disponibilizados aos usuários, para estudo e pesquisa. É preciso considerar, tanto as necessidades dos usuários quanto as condições relativas à estrutura física adequada para a preservação desses acervos, que sofrem a ação das intempéries e dos agentes biológicos que contribuem para a sua deterioração.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRAILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 905**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**: regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000.
- GALBINSKI, José; MIRANDA, Antonio L. C. de. **Planejamento físico de bibliotecas universitárias**. Brasília, DF: PROBIB, 1993.
- MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil**: reflexões sobre a problemática. Brasília: CAPES/MEC, 1978.
- MAZZONI, Alberto Angel. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 29-34, Maio/Ago. 2001.



## ESTUDO DE USUÁRIO DA INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA ANTÔNIO TOMÁS DA ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO<sup>1</sup>

*Cleudiane Pavão<sup>2</sup>*

*Dirlene Santos Barros<sup>3</sup>*

### RESUMO

O estudo de usuário da informação na Escola de Música do Estado do Maranhão. Objetiva verificar as necessidades informacionais dos seus usuários reais da Biblioteca Antônio Tomás da EMEM são satisfeitas. A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica e documental de cunho exploratório e explicativo, com abordagem qualitativa e quantitativa, na avaliação dos serviços e produtos da biblioteca, sendo estes avaliados com aplicação de questionários com perguntas aberta e fechada aplicado a 53 usuários. O resultado mostra que a biblioteca precisa se adequar com urgência aos mecanismos tecnológicos para melhor atender e satisfazer as necessidades de seus usuários da informação.

**Palavras-chave:** Estudo de Usuário da Informação. Escola de Música do Estado Maranhão. Biblioteca Antônio Tomás.

---

1 Pesquisa resultado da Monografia de conclusão de curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão defendida em fevereiro de 2013.

2 Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. (cleudi.pavao@gmail.com)

3 Doutoranda de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPEMA); Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. (dirsb@yahoo.com.br)

## RESUMEN

El estudio de la información del usuario en la Escuela de Música del Estado de Maranhão. Tiene como objetivo verificar las necesidades de información de sus usuarios reales Biblioteca La biblioteca de Antonio Tomás EMEM se cumplan. La metodología adoptada fue bibliográfica y documental exploratorio y explicativo, la evaluación cualitativa y cuantitativa de los productos y servicios de la biblioteca, ya que se evaluaron con cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas, aplicado a 53 usuarios. El resultado muestra que la biblioteca tiene que adaptarse a los mecanismos tecnológicos con urgencia para atender y satisfacer las necesidades de sus usuarios una mejor información..

**Palabras clave:** Estudio de la información del usuario. Escuela de Música del Estado de Maranhão. Antonio Tomás Library.

## 1 INTRODUÇÃO

A busca por conhecimento e educação continuada nas diversas áreas do conhecimento é característica marcante da Sociedade da Informação que tem bibliotecas, arquivos, museus entre outros como ambientes de excelência na área da informação.

A necessidade dessas instituições em potencializarem sua atuação ou se adequarem aos padrões de qualidade com um espaço democrático; estruturado com recursos tecnológicos; e, com a presença de profissionais qualificados se constituem em um desafio em face dos poucos orçamentos destinados as mesmas.

É nesse percurso, que se percebe a importância do estudo de usuário da informação, no sentido, de possibilitar conhecer as lacunas informacionais dos seus usuários que não são respondidas pela biblioteca, seja em âmbito informacional, quanto estrutural e humano.

Dessa forma, a pesquisa em tela teve como objetivo geral verificar se as necessidades informacionais dos usuários reais da Biblioteca Antônio Tomás estão sendo satisfeitas. Para tanto, traçou-se como objetivos específicos: perfilar os usuários reais da biblioteca da EMEM; identificar o grau de satisfação em relação aos serviços e produtos da referida biblioteca pelos seus usuários; e identificar as lacunas existentes na biblioteca.

A pesquisa se configura como descritiva com abordagem quantitativa, cuja coleta de dados ocorreu pela aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas aplicados em cinquenta e três usuários da biblioteca da EMEM.

Para validar tal instrumento foi aplicado um pré-teste com quatro usuários que participaram da pesquisa final por não ter tido alteração no questionário. Utilizou-se também, como instrumento de coleta de dados o diário de bordo para registrar as observações feitas pela pesquisadora no local da pesquisa.

O referencial teórico foi oriundo da pesquisa bibliográfica e documental. A primeira se baseou em autores como Baptista (2007), Figueiredo (1983), Dias e Pires (2004) dentre outros. Já a documental realizou-se a partir do estudo dos documentos como Regimento Interno da EMEM (1981), a fim de melhor conhecer a estrutura, missão e função da Escola em questão e as ações desenvolvidas pela mesma.

## **2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS DE USUÁRIOS**

É fato que as investigações em torno dos estudos de usuários da informação dentro e fora da área de Biblioteconomia e as revisões

da literatura têm algumas preocupações básicas: com o método empregado nos estudos e com a especificidade do ambiente de acesso a informação (bibliotecas, centros de informação, arquivos etc.) pelos usuários.

Segundo Dias e Pires (2004, p. 17) “[...] para desenvolver estudos de usos e usuários, em geral, utiliza-se os métodos de pesquisa psicossociológica aplicado por meio de entrevistas e questionários planejados previamente.” com vistas a conhecer quem é o usuário e quais as suas necessidades de informação.-

É importante apontar que Baptista e Cunha (2007) em seu artigo intitulado “Estudo de usuários: visão global dos métodos de coletas de dados” lista vários autores que acompanharam a evolução de estudos de usuários como: Menzel, H.(1966); Herner, S. & Herner, M. (1967); Paisley, W. J. (1968).

É importante destacar que, muitas vezes, esses estudos de usuários são no que tange as técnicas concebidas, de pouca cientificidade porque segundo Figueiredo (1983, p. 47) “[...] o bibliotecário alerta pode fazer uma estimativa razoável de quem são os usuários, sem a necessidade de um estudo formal.”

Traduzem-se, como uma ferramenta administrativa desenvolvida pelos bibliotecários no intuito de conhecer seus usuários de maneira a satisfazer suas necessidades informacionais. Mas configura-se também, como um estudo científico, quando traz consigo o uso de métodos e técnicas que possibilitam responder a problemas de ordem teórica que, por sua vez, contribuem para o amadurecimento ou para a agregação de novas construções.

No que diz respeito ao ambiente e o seu mapeamento a temporal, os estudos com mais evidencia são as pesquisas realizadas com

os usuários nas áreas científica e tecnológica. Destacam-se ainda, as investigações voltadas para as necessidades de informação para a pesquisa, o trabalho, a tomada de decisão, o dia a dia dentre outros. Abrangem diversas unidades de informação como: bibliotecas, arquivos, museus, centro de documentação etc. (SANZ CASADO, 1994).

Nessa direção pode-se afirmar que para realizar esses estudos, é preciso saber o que se quer investigar sobre as necessidades, usos, opiniões ou avaliações a respeito dos serviços e produtos oferecidos aos mesmos. Conforme enfatiza Figueiredo, (1979a, p.79) são:

[...] investigações que se fazem para se saber o quê os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

Percebe-se que essas investigações buscam compreender o usuário enquanto um sujeito que necessita de informação para desenvolver atividade que lhes propiciem satisfação. Essa satisfação ocorre por meio de serviços e produtos ofertados pela unidade de informação em que os próprios usuários os avaliam no que diz respeito à eficácia e qualidade. Segundo Moraes (1994, p. 2), essas investigações visam “[...] determinar os documentos requeridos pelos usuários; descobrir os hábitos dos usuários para obtenção da informação, bem como as maneiras de busca; estudar o uso feito dos documentos; e estudar o uso feito do acesso aos documentos.” Isto é evidenciado também na visão de Barros (2008, p. 20).

[...] o estudo de usuário é compreendido como a identificação das necessidades informacionais dos usuários com vistas

a oferecer serviços e produtos de qualidade que correspondam as essas necessidades. São estudos que possibilitam conhecer suas necessidades, expectativas, demandas, atitudes, e características, a fim de responder satisfatoriamente a suas necessidades informacionais.

As palavras identificação, satisfação e avaliação são determinantes nessas investigações, pois conduzem a melhoria da oferta de serviços e produtos das bibliotecas, arquivos e todas as instituições que trabalham com informação para ser recuperada pelo usuário; do uso informacional, e conhecer o usuário como um todo, ou seja, suas dimensões situacionais (de onde vem e atua); emocional (sentimentos e expectativas); e cognição (lacunas informacionais existentes).

Ou seja, é preciso conhecer o usuário. Este concebido como o sujeito que tem necessidade informacionais e se dirige a uma biblioteca; é o sujeito que precisa de informação “[...] aquel indivíduo que necessita información para el desarrollo de sus atividades [...]” (SANZ CASADO, 1994, p. 19). Todas as pessoas em potencial são usuários da informação, por terem uma necessidade informacional.

### **3 A BIBLIOTECA DA ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO (EMEM)**

Para melhor compreender a trajetória e o espaço da biblioteca da Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM) é preciso, em um primeiro momento, tecer algumas considerações a cerca da instituição a qual faz parte.

A EMEM foi reconhecida em 1961 como Academia de Música do Estado do Maranhão, tendo como principais responsáveis a Prof.<sup>a</sup> Lilah Lisboa e o Dr. José Belo Martins.

A EMEM “Lilah Lisboa de Araújo” era extraoficialmente conhecida assim até meados dos anos de 1973, cuja criação só foi oficializada através do “Decreto-lei nº 5.267, de 21 de janeiro 1974, na lei 3.857/60”, que trata da profissão de músicos do Brasil, das normas baixadas pelo Conselho de Educação e pelo próprio regimento interno da Escola, fixados ao sistema de ensino estadual. (SILVA, 2011, p. 27)

Inaugurada no dia 13 de maio do mesmo ano, recebeu essa denominação em homenagem à pianista e musicista Lilah Lisboa de Araújo<sup>4</sup>, sempre referenciada entre os seus pares pelas suas incansáveis lutas para que o ensinamento de música no Maranhão não morresse.

A Academia de Música funcionava na Av. Beira Mar, alocada nos fundos do Palácio do Governo do Estado tendo, a Sociedade de Cultura Artística o órgão responsável, administrando com verbas do Governo de Newton Belo.

A EMEM teve uma “[...] duração efêmera, com a mudança do governo em 1966 [...] começaram a surgir dificuldades na manutenção dos recursos para o funcionamento da academia, culminando com o fechamento de suas portas”. (COSTA,1995, p. 17). Verificase que a problemática de recursos financeiros escassos já era uma realidade em sua nascença e evolução e que se reflete nos dias atuais.

Desde o seu reconhecimento em 1974, de acordo com os autores Costa (1995); Silva (2011) e a própria Escola de Música do

---

4 Lilah Lisboa – Tradicional professora de música de São Luís, Lilah Lisboa de Araújo foi fundadora da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão (SCAM), instituição que animou os artistas e os intelectuais de São Luís, na década de 1950. Foi uma das idealizadoras da Escola de Música do Maranhão. Disponível em: <http://passeiourbano.com/2012/05/28/escola-de-musica-lilah-lisboa-de-araujo/>. Acesso em: 2 fevereiro 2013.

Estado do Maranhão (1981), a EMEM esteve em vários endereços como: Avenida João Pessoa; depois mudou para a Rua da Saavedra; Rua de Santo Antônio; no Solar da Baronesa de São Bento; e Rua do Giz, no Solar Santa Teresinha, sendo que em 2001 obteve sua sede própria, permanecendo até o momento da pesquisa em um sobrado de estilo colonial do século XVIII, localizada na Rua da Estrela, nº 363, Praia Grande, onde em 13 de junho de 2012, teve que fechar as portas, devidos a problemas de infraestruturas do prédio. Após reforma, a EMEM reabriu suas portas em 01 de outubro do mesmo ano.

### **3.1 Biblioteca Antônio Tomás da Escola de Música do Estado do Maranhão**

A Biblioteca Antônio Tomás, para a Escola de Musica do Estado do Maranhão ‘Lilah Lisboa de Araújo’, tem um papel importante na aprendizagem de seus alunos, no processo de ensino dos docentes pela mediação que faz entre o conhecimento registrado e as necessidades informacionais desses usuários.

A biblioteca surgiu juntamente com a criação da EMEM conforme relato de funcionários<sup>5</sup> como forma de intermediar no respaldo teórico e científico dos alunos da Instituição no processo de aprendizagem dos mesmos.

Foi criada como espaço de leitura/biblioteca com um acervo de aproximadamente de 1200 volumes, distribuídos em várias áreas da música como: canto; canto coral; bateria; cavaquinho; clarinete; contrabaixo; flauta; flauta doce; flauta transversal; guitarra; história

---

5 Não se localizou qualquer documento que comprove a existência da organização da biblioteca em questão antes da criação da EMEM.

da música; iniciação musical; música de câmara; música popular e folclórica; percussão; piano; saxofone; trombone; trompete; viola; violão; violino; violoncelo e teclado, disponibilizados para consultas a seus usuários da informação.

As funções do bibliotecário, conforme Regimento Interno aponta que é responsável pelo processamento técnico do acervo, como a catalogação e a classificação dos documentos; se comunicar com outras instituições como livrarias, editoras etc; atender aos usuários de informação; preservar a organização na biblioteca não só do acervo, mas também de todo os equipamentos existentes na mesma; e, criar relatórios referentes às atividades desenvolvidas à frequência dos usuários, as obras consultadas e o levantamento do material existente para ser enviado ao Diretor da EMEM. (ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO, 1981).

Verifica-se que o bibliotecário tem vários recursos informacionais disponíveis na biblioteca para melhor servir aos usuários como catálogos, dicionários, enciclopédias, índices/bibliógrafos, monografias, revistas de musicas, partituras, cds, dvd e vídeos.

Já o corpo técnico da biblioteca é composto por uma bibliotecária; uma Turismóloga; um técnico em digitação e um estagiário de Biblioteconomia, cujo horário de funcionamento é das 8h às 12h e 12:30h às 19h.

O acesso à informação é permitido para leitura local com direito a fazer fotocópia, que é tirada dentro da EMEM em espaço próprio e empreendimento particular, onde o usuário paga um valor R\$ 0,10 (dez centavos) por folha fotocopiada.

O espaço é democrático e não precisa ter cadastro para adentrar e usufruir aos serviços da biblioteca Antônio Tomás, sendo fran-

queado: os alunos matriculados da EMEM e de outras instituições de ensino; os professores, os funcionários e os pesquisadores da própria instituição, como de outras, ou seja, atende a comunidade de música em geral.

#### **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A discussão dos dados ocorre como forma de dar sentido aos dados coletados no campo de pesquisa com base no observado e no que a literatura aponta.

A primeira questão contemplou a faixa etária, dos usuários em que a maioria tem entre 20 e 30 anos de idade, sendo que dos 53 pesquisados, 63% eram do sexo masculino e 35% eram do sexo feminino, cujo percentual de 2%, não obteve-se respostas do usuário.

Ao questionar os usuários sobre qual instituição os mesmos pertenciam, observou-se nos resultados o vínculo maior com outras instituições de ensino superior, como: Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Acredita-se que o grau de exigência desses alunos se torna maior em função do nível de formação que se encontram, sendo estes da graduação e pós-graduação, cuja busca por informação é mais intensificada por terem a necessidade e exigência na produção do conhecimento. Realidade identificada igualmente na observação, quando os usuários fazem comparações entre serviços, produtos, atendimento e outros oferecidos por bibliotecas das outras instituições.

No intuito de saber quais instrumentos musicais eram mais usados pelos estudantes da EMEM, teve-se o seguinte resultado: dos 53 entrevistados, 2% não responderam; 21% estudam saxofone, seguidos dos outros instrumentos como mostra. Essa pergunta subsidia o direcionamento da biblioteca na aquisição de novas coleções para o acervo que contemplem os conteúdos trabalhados nas disciplinas ministradas na EMEM e, por sua vez, satisfaz a necessidade dos seus usuários da informação (ROMANI; BORSZCZ, 2006).

Assim, é importante destacar que a melhoria desses serviços e produtos tem como fator preponderante não só a seleção e aquisição, mas também o processo de avaliação. A avaliação de um serviço proporciona um maior controle na utilização de informações e na aplicação às tomadas de decisões para a organização das bibliotecas, é um processo onde se colhe e faz-se interpretação formal e sistematicamente da “[...] informação pertinente sobre suas atividades, permitindo produzir juízos de valor a partir dessas informações e tomar decisões condizentes para manter, projetar, reformar ou eliminar partes das atividades ou sua totalidade, quando for o caso.” (DIAS; PIRES, 2004, 34). São etapas que ao longo da análise dos dados, buscará a clareza da disponibilização e uso dos serviços e produtos da Biblioteca Antônio Tomás.

Sendo assim a questão seguinte relaciona-se sobre quem o usuário procura quando vai fazer alguma pesquisa, com as seguintes opções: professor, colegas, biblioteca, arquivo, internet e outros meios. O resultado mostra que 40% buscam como primeira fonte a biblioteca.

A análise deste dado comprova que os serviços e produtos oferecidos por esta biblioteca são importantes para o auxílio na apren-

dizagem e crescimento dos seus usuários da informação e como Vergueiro e Carvalho destacam (2001, p. 29) a qualidade do serviço e produto corresponde ao “[...] atendimento das necessidades e expectativas dos usuários, a segurança, incluindo a confiabilidade e a comunicabilidade.”

Mas torna-se significativo a aplicabilidade e uso das ferramentas digitais, como a internet, por exemplo, tendo um percentual de 41% como fonte mais utilizada para fazer pesquisas. Tal fato mostra importância da inclusão deste serviço na biblioteca.

Hoje a biblioteca, necessita desta ferramenta para melhor se organizar e torna o acervo mais acessível aos usuários. Segundo Kuhlthau (2002, p. 23) “[...] o crescente domínio desta importante fonte de informação vai permitir ao aluno explorar os recursos da rede e, paralelamente, entender a necessidade de ter uma visão da informação ali veiculada.”

A falta de tecnologias da informação nas bibliotecas gera distanciamento do usuário e causando desconforto para a mesma, pois será vista aos olhos dos que seria seus usuários, como desatualizada e arcaica, como se verá a frente. Os 6% que responderam outros meios, colocaram que buscam em todas as fontes de pesquisa.

Outra questão importante foi sobre o grau de dificuldade ou não dos usuários na recuperação da informação para satisfazer suas necessidades informacionais. Os resultados da amostra comprovam que o usuário tem problema na recuperação da informação quando, 61% não consegue identificar fontes sobre o assunto; 19%, as informações encontram-se dispersas; 10% desconhece a existência de biblioteca com aquele assunto; 4% responderam outros, mas não especificaram quais seriam e 6%, não responderam.

O resultado mostra falha no serviço de referência, sendo este o cartão postal de entrada da biblioteca, sendo que o serviço de referência consiste no “[...] fornecimento de informação ao usuário identificado em fontes de informação em formato impresso ou eletrônico e orientação sobre métodos e técnicas do trabalho bibliográfico.” (ROMANI; BORSZCZ, 2006, p. 68).

Os dados mostram ainda, que a biblioteca, precisa trabalhar a educação de usuário no sentido de orientar seus usuários na recuperação da informação, conhecer seus serviços e produtos e torna a biblioteca um ambiente agradável.

## **5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Nesta pesquisa se desenvolveu um estudo de usuário da informação na Biblioteca Antônio Tomás da Escola de Música do Estado do Maranhão, sendo uma importante ferramenta para as bibliotecas na busca pela qualidade na gestão e organização de informação e, principalmente, na prestação de serviços especializados.

As deficiências nas disponibilizações dos recursos informacionais da biblioteca são os principais fatores responsáveis por lacunas no acesso ao acervo informacional pelos usuários.

É importante destacar que a responsabilidade das bibliotecas também é possuir um acervo atrativo, coleções vastas, mas de acordo sua especificidade, possuir ferramenta ágil de busca da informação, como as ferramentas tecnológicas.

De acordo com os resultados, a falta de automação da biblioteca em estudo tornou-se uns dos pontos reais de necessidade de adequação, pois os seus usuários da informação devido a sua realida-

de (busca constante por informação e com agilidade e rapidez), não dispõe de tempo e paciência para o manuseio do catálogo impresso no papel, os usuários da informação querem e necessitam de agilidade, ou seja, um sistema automatizado e catálogos eletrônicos para dinamizar e facilitar a recuperação da informação o que foi constatado in loco.

Recomenda-se, para tanto, que a Biblioteca Antônio Tomás, disponibilize acesso informatizado e atualização do acervo, para que possa oferecer serviços e produtos de qualidade e satisfação dos seus usuários.

Sugere-se para a biblioteca da EMEM, crie permanentemente um quadro de oportunidade de capacitação, contribuindo para o desenvolvimento dos recursos humanos tão necessários na implantação da gestão de serviços de informação de qualidade, somada ao instrumental teórico-metodológico que a apoia, contribui para que esta leitura seja mais fecunda e desdobrada de representações dos textos existentes nas bases de dados da biblioteca.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 168-184, ago. 2007.
- BARROS, Dirlene Santos. **Dimensões metacognitivas no comportamento de busca de Informação**: estudo de usuário no arquivo público do estado do Maranhão (APEM). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- COSTA, Lisianne Nina de Araújo. **Escola de Música do Estado do Maranhão: uma abordagem histórica**. São Luís – MA, 1995. Monografia (Trabalho de

Conclusão de Curso em Educação Artística) – Centro de Estudos Básicos. Universidade Federal da Maranhão, 1995.

DIAS, Matilde Konkra; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Regimento Interno**. São Luís, 1981.

FIGUEIREDO, Nice. **Aspectos especiais de estudos de usuários**. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979a.

\_\_\_\_\_. Avaliação de coleções e estudo de usuário. Brasília, DF: **Ciência da Informação**, v.12, n.2, p. 43-57, jul./dez. 1983.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para a pré-escola e ensino fundamental. Belo Horizonte: Autentica, 2002. 303p.

MORAES, Cláudio. Usuários de bibliotecas: informação x cidadão comum. **Biblos**, Rio Grande do Sul, v. 6, p. 219-223, 1994.

ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci (Orgs.). **Unidades de informação**: conceitos e competências. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

SANZ CASADO, Elías. Evolución histórica. In: \_\_\_\_\_. **Manual de estudios de usuários**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994. cap. 3, p. 45-87.

SILVA, Helen Regina Benevenuto Soares da. **O ensino da prática instrumental como auxiliador na aprendizagem, disciplina e sociabilidade dos alunos da Escola de Música do Maranhão**. São Luís: [s. n.], 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro; VALLS, Valéria Martin. A gestão da qualidade em serviços de informação no Brasil: uma revisão da literatura. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 41-46, jan./jun.1998.





## **PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO RARO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE**

*Aline Carvalho do Nascimento*<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A Biblioteca Pública Benedito Leite, segunda biblioteca mais antiga do País, ao longo dos seus quase dois séculos de existência, de prestação de serviços à comunidade maranhense e de guarda da memória cultural do seu Estado e também do seu País conseguiu formar um acervo bibliográfico único no Maranhão, de valor histórico incalculável. Essas coleções necessitam passar constantemente por processos de higienização e digitalização. Para tanto, na perspectiva de salvaguardar, modernizar seus serviços e tornar acessível a memória documental bibliográfica do Maranhão, está realizando o projeto PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO RARO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. Durante um período de 12 meses, estará realizando um conjunto de ações preventivas possibilitando assim, que o acervo raro dessa Casa de Cultura secular seja perpetuado e não só essa, mas as gerações futuras também tenham acesso à história e à cultura do Maranhão.

**Palavras-chave:** Acervo raro. Recuperação da informação. Tratamento técnico.

---

<sup>1</sup> Graduada em Biblioteconomia/UFMA. Especialista em leitura e Formação de Leitores/UFMA, em Gestão de Projetos/TWA, com MBA em Desenvolvimento Gerencial. Diretora Técnica da Biblioteca Pública Benedito Leite.

## 1 INTRODUÇÃO

A **Biblioteca Pública Benedito Leite**, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Maranhão, é, segundo historiadores, a segunda biblioteca mais antiga do País. Criada em 1931, é depositária de parte da memória bibliográfica e documental do Maranhão possuindo um acervo formado por mais de 120.000 volumes, assim distribuídos:

- 90 mil exemplares de livros em tinta: técnicos, literários e didáticos;
- 9.670 obras raras;
- 2 mil manuscritos do século XVI < XVII < XVIII e XIX;
- 555 títulos de jornais maranhenses entre 1821-2012;
- 8.000 Livros em *braille*;
- 500 livros sonoros;
- Cd's, dvd's, e fotografias.

Ao longo dos seus quase dois séculos de existência, de prestação de serviços à comunidade maranhense e de guarda da memória cultural do seu Estado e também do seu País, a Biblioteca Pública Benedito Leite conseguiu formar um acervo único no Maranhão, de valor histórico incalculável. Além da valiosa coleção de obras raras, possui também a maior coleção de jornais maranhenses (555 títulos), tornando-se a mais completa fonte de pesquisa desses documentos no Estado.

O acervo de periódicos maranhenses é formado por jornais como O Conciliador do Maranhão (1º jornal maranhense), O Cen-

sor, O Progresso, O Telegrapho (Caxias), O Farol, A Actualidade, Alavanca, Pacotilha, A Cruzada, O Norte (Barra do Corda), O Rosariense, O Ser (Rosário), O Alcantareense (Alcântara), Anapuru (Brejo), O Martello (Codó), O Coroatá (Coroatá), A Ordem (Pedreiras), O Cruzeiro (São Vicente Férrer), A Semana (Cururupu), A Pátria, O jornalzinho (Carolina), O Pharol, Jornal de Balsas (Balsas), Trabalhista (Itapecuru-Mirim), Gazeta Popular (Chapadinha), Jornal de São Bento (São Bento), Folha de São Mateus (São Mateus), Tribuna de Barra do Corda (Barra do Corda), O Curioso, Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, Jornal Pequeno, O Debate, O Estado do Maranhão, O Imparcial, enfim, de 1821 a 2012, são 555 títulos de jornais. Esses jornais contam a história do Maranhão, ou melhor, são a própria história do Maranhão. São jornais de vários municípios maranhenses, nos mais diversos formatos, nas mais diferentes linguagens, tratando dos mais diferentes assuntos.

Esse acervo é a expressão da história maranhense, oferecendo a possibilidade de estudo do cotidiano do homem comum, permitindo a percepção dos costumes, das idéias, da mentalidade vigente num determinado espaço histórico-cultural. Suas informações são variadas e representam os saberes e fazeres de uma comunidade, cidade ou região. Fundamentam pesquisas, livros, monografias, dissertações e teses, recebendo constantemente solicitações de informações de pesquisadores de vários estados do Brasil e do mundo.

Além do acervo de jornais e obras raras, a sua coleção é composta também por cerca de 90.000 exemplares de livros em tinta (técnicos, literários, didáticos), livros em *braille*, livros falados, cd's, dvd's, fotografias e cerca de 2.000 manuscritos. Enfim, mais que

quantidade, esse acervo possui qualidade, preciosidade e raridade de conteúdo.

A Benedito Leite foi uma das pioneiras no nordeste e também no Brasil em trabalho de digitalização de seu acervo raro. Hoje, grande parte dos manuscritos que fazem parte de sua coleção já está digitalizada e disponibilizada em formato eletrônico. Já possui quase 2.000 obras raras digitalizadas a exemplo de: “O Conciliador do Maranhão” (1821 – primeiro jornal do Maranhão); “Revista Maranhense”; “Revista Elegante”; “Alterações [sic] de Évora” (1637); “Mentor Inglês” (1829); “Coleção de Leis do Maranhão” (Século XIX); “Almanaques Administrativos” (documentos raros mais pesquisados); “Crônica Maranhense” e muitos outros totalmente disponibilizados em formato eletrônico. E, mais que isso, alguns já com acesso, integralmente, na página da Biblioteca **[www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl](http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl)**. Ressaltamos que o acesso a essas obras se faz de uma das formas mais modernas e democráticas em matéria de *sites* de busca na *internet*.

Apesar do trabalho já iniciado pela Benedito Leite, muito mais ainda deve ser feito, pois o que já foi realizado contemplou apenas uma pequena parte de sua coleção, necessitando que as demais também sejam beneficiadas, haja vista a importância do acervo da Biblioteca Pública. Ressalte-se que em se tratando de jornais maranhenses e obras raras, em sua grande maioria, essa Casa é a única guardiã dessa memória, tornando a sua preservação e disponibilização, uma necessidade vital para a continuidade e resgate da nossa história, contada nos jornais e nas obras raras.

Das cerca de 9.600 obras raras, 2.000 encontram-se digitalizadas e dos 555 títulos de jornais maranhenses, 125 estão microfili-

madados e apenas 5% do seu total, está digitalizado. Considerando a enorme demanda de usuários por pesquisas nesses documentos e a importância histórica e informacional dos mesmos é necessário que se dê continuidade ao trabalho de conservação preventiva e digitalização desse acervo, obedecendo-se à Lei de Direito Autoral e, dessa forma, garantir a sua preservação para essas e futuras gerações, assim como para a sua disponibilização através da *internet*, possibilitando o acesso de todos à memória informacional da qual a Biblioteca Pública Benedito Leite é a maior guardiã.

A Biblioteca recebe diariamente cerca de 1.000 usuários, faz visitas orientadas com escolas e universidades, serve como laboratório para algumas disciplinas dos cursos de Biblioteconomia e História, recebe solicitações diárias de pesquisadores de vários lugares do Brasil que procuram por documentos, principalmente obras maranhenses e manuscritos, é fonte de pesquisa diária de professores, historiadores, escritores, bibliotecários, jornalistas, alunos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além da comunidade em geral. O manuseio constante das obras, a inexistência de uma política de preservação de acervos, o crescimento diário das coleções, principalmente de jornais, está colocando em risco essa memória documental. Essas coleções necessitam passar por processos urgentes de higienização e digitalização. Para tanto é necessário realizar um conjunto de ações preventivas e assim possibilitar que o acervo raro dessa Casa de Cultura secular seja perpetuado e que não só essa, mas as gerações futuras também tenham acesso à história e à cultura do Maranhão.

A seguir um Memorial Descritivo do acervo que será contemplado com o Projeto ora apresentado.

## 2 MEMORIAL DESCRITIVO DO ACERVO

**JORNAIS MARANHENSES** – A Biblioteca Pública Benedito Leite dispõe de um acervo de 555 títulos de jornais publicados no Estado do Maranhão, formando assim, o arquivo histórico e corrente de notícias publicadas nesse formato de periódico. Dos 555 títulos, 125 estão microfilmados os quais são disponibilizados para o usuário realizarem suas pesquisas em máquinas leitoras e copiadoras de microfilmes, sendo possível a impressão dos mesmos. Dentre os microfilmados, pode-se citar **O Conciliador Maranhense**, primeiro jornal publicado no Maranhão, que data de 1821, sendo o primeiro jornal maranhense. Os jornais microfilmados estão distribuídos em 592 rolos de microfilmes de 35mm.

Diariamente são arquivados os jornais que circulam em São Luís que são: O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno, O Debate, Tribuna do Nordeste, Atos e Fatos, Extra e Diário da Manhã.

Esse acervo é disponibilizado para consulta dos usuários em geral e especialmente para pesquisadores, constituindo-se em fonte para os mais variados tipos de trabalho, como: pesquisas históricas, pesquisas escolares, monografias, dissertações e teses.

**DIÁRIOS OFICIAIS** – estão arquivados e disponíveis ao usuário a coleção que data de 1906 aos dias atuais, do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

**OBRAS RARAS** – esse acervo é constituído de 9.670 obras raras, nacionais estrangeiras, dessas, cerca de 2.000 são maranhenses. Dentre as gerais podem-se citar como mais antiga **Alterações de Évora** - 1637, e a maranhense **Mentor Inglês** de Joaquim Picaluga

– 1829. Os usuários que buscam por esse acervo são pesquisadores, historiadores e estudantes de graduação, sendo as obras mais consultadas as **leis de 1800, relatórios de presidente da província e mensagens de governo.**

**MANUSCRITOS** – Com um acervo de cerca de 2.000 manuscritos, a Biblioteca Pública Benedito Leite possui uma das mais valiosas coleções do Estado. O mais antigo data de 1539 e dentre as maiores preciosidades destaca-se uma crítica teatral feita por Machado de Assis e encaminhada a Arthur Azevedo. Esses manuscritos estão sendo tratados tecnicamente (catalogados e acondicionados) e transcritos paleograficamente para que o pesquisador possa ter acesso à informação contida no documento original, haja vista as várias dificuldades inerentes à época da sua produção, como forma caligráfica, abreviaturas e estado deteriorado do papel.

### 3 METAS

- a. Transcrever em 12 meses, 200 manuscritos, utilizando a escrita paleográfica visando a publicação futura do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Benedito Leite;
- b. Realizar em 12 meses, 02 pesquisas sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite, sendo que uma abordará toda a sua história, desde a sua criação (1829) e posterior abertura ao público (1831), aos dias atuais. A segunda abordará os programas de incentivo à leitura da Benedito Leite, entre o período de 1990 a 2013. Essas pesquisas serão transformadas futuramente em dois livros;

- c. Higienizar todo o acervo raro, visando a prevenção da ação de agentes poluentes e biológicos. Essa higienização será feita com equipamentos já existentes na Biblioteca, que são duas mesas de higienização para dois operadores, cada. A higienização será realizada no período de 12 meses;
- d. Adquirir no prazo de 01 mês, um *scanner* planetário para digitalização de documentos raros;
- e. Adquirir no prazo de 01 mês, equipamentos de informática (03 HD externo e 01 computador servidor), para armazenar todo o conteúdo das obras digitalizadas, de forma segura;
- f. Digitalizar 5.000 obras raras, entre livros, jornais e manuscritos, no período de 11 meses;
- g. Disponibilizar, na íntegra, no *site* da Biblioteca Pública Benedito Leite, 1.000 obras raras digitalizadas, no período de 10 meses, respeitando a Lei de Direitos Autorais;
- h. Higienizar e digitalizar 100 rolos de microfimes de 35 mm, no período de 03 meses.

#### 4 OBJETIVOS

O Projeto PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO RARO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE tem como objetivo principal **PRESERVAR, MODERNIZAR E DISSEMINAR O ACERVO RARO DA BIBLIOTECA**. Para tanto será necessário a realização de processos técnicos e científicos em seu acervo raro, que compreendem a pesquisa, catalogação hi-

güenização, transcrição, digitalização e disponibilização na *internet*. Serão tratados nesse projeto, a coleção de acervo raro da Biblioteca, que inclui manuscritos, jornais maranhenses (em papel e em microfilme), diários oficiais e livros.

#### **4.1 Geral**

Preservar, modernizar e disseminar o acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite.

#### **4.2 Específicos**

- a) Transcrever 200 manuscritos, utilizando a escrita paleográfica visando a publicação futura do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Benedito Leite;
- b) Elaborar arquivos sobre a história da Biblioteca contada através do seu acervo raro, assim como sobre os assuntos mais procurados no acervo de jornais, com vistas à preservação dos originais, facilidade do acesso a essas informações e publicação futura de dois livros: um sobre a história da Biblioteca Pública Benedito Leite, desde a sua criação, em 1829 e outro sobre as políticas de leitura desenvolvidas por ela no período de 1990-2013;
- c) Realizar a higienização de todo o acervo raro, visando a prevenção da ação de agentes poluentes e biológicos;

- d) Digitalizar 5.000 obras raras, entre livros, jornais e manuscritos;
- e) Disponibilizar, na íntegra, no *site* da Biblioteca Pública Benedito Leite, parte do acervo digitalizado, respeitando a Lei de Direitos Autorais;
- f) Adquirir equipamentos de digitalização de acervo;
- g) Higienizar e digitalizar parte do acervo de jornais microfilmados.

## **5 RESULTADOS, AVANÇOS E APLICAÇÕES ESPERADOS**

- a) 200 manuscritos transcritos paleograficamente e digitalizados;
- b) 200 manuscritos originais preservados;
- c) Levantamento de toda a história da Biblioteca Pública Benedito Leite contada através de seu acervo de jornais, obras raras e manuscritos;
- d) Resgate da memória da Biblioteca, com vistas à elaboração do livro: Biblioteca Pública Benedito Leite: dois séculos a serviço dos maranhenses;
- e) Acervo raro higienizado e livre da ação de agentes poluentes;
- f) 100 rolos de microfilmes higienizados;
- g) 100 rolos de microfilmes digitalizados;

- h) Acervo de jornais microfilmados preservados;
- i) Disponibilizar aos pesquisadores, a história dos jornais maranhenses no suporte microfilme, livres de agentes poluentes;
- j) 1.000 OBRAS RARAS disponibilizadas na íntegra, no *site* da Biblioteca Pública Benedito Leite [www.cultura.ma.gov.br/bpbl](http://www.cultura.ma.gov.br/bpbl);
- k) Biblioteca modernizada, com ser acervo raro tratado tecnicamente, acessível, em condições de manuseio e preservado;
- l) Pesquisadores satisfeitos, com suas necessidades informacionais plenamente atendidas;
- m) Memória documental bibliográfica maranhense preservada e acessível.

### **5.1 Resultados já alcançados ( 06 meses de execução)**

- a) 200 manuscritos transcritos, desses 118 digitados, revisados e concluídos;
- b) 1.381 obras raras higienizadas;
- c) 746 obras raras digitalizadas;
- d) 515 obras raras disponibilizadas no acervo digital [www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl](http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl);
- e) 260 obras raras tratadas tecnicamente;
- f) 185 microfilmes higienizados e digitalizados;

- g) 200 rolos de microfilmes recuperados;
- h) Pesquisa sobre a história da Biblioteca – período pesquisado – 1826 a 1970.

## 6 NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DE ACERVO RARO

- ✓ A pesquisa em manuscritos, obras raras (independente do ano de publicação) e jornais anteriores a 1960, só é permitida com uso de luvas; a Biblioteca não fornece esse material, sendo de responsabilidade do pesquisador a aquisição da mesma;
- ✓ Não é permitida a reprodução de jornais anteriores a 1960 (independente do seu estado de conservação física), assim como de obras raras ou de manuscritos. A reprodução desses, dependendo do seu estado de conservação, será permitida apenas com uso de máquina digital, sem a utilização de *flash*, após análise do bibliotecário responsável;
- ✓ Não é permitido o consumo de alimentos e bebidas no salão de consulta ao acervo;
- ✓ A utilização de leitoras de microfilmes deverá ser com agendamento, feito no balcão do Setor de Jornais/Revistas e Obras Raras. Sempre que a demanda superar a oferta de equipamentos, a Biblioteca determinará limite de tempo para seu uso;

- ✓ Não é permitido o empréstimo domiciliar de quaisquer que sejam as obras do Setor de Materiais Especiais;
- ✓ A retirada e reposição do acervo nas estantes e arquivos deverá ser feita exclusivamente pelo atendente do Setor.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visando preservar e disseminar o acervo raro da Biblioteca, desde 2007 vem sendo realizado um conjunto de ações compreendendo Pesquisa, Catalogação, Higienização, Digitalização, Acondicionamento e Disponibilização de parte do acervo raro no site da Biblioteca Pública Benedito Leite - [www.cultura.ma.gov.br/bpbl](http://www.cultura.ma.gov.br/bpbl).

Além de atender o público formado por pesquisadores presenciais, pretende-se atingir com esses trabalhos, também os usuários mais longínquos, que poderão acessar o acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite, em qualquer lugar do Brasil e do Mundo.

Para tornar possível essas ações, a Biblioteca conta com parte da equipe do seu quadro de servidores, totalizando 05 funcionários com experiência em conservação preventiva, higienização e digitalização de acervo raro.

A equipe foi acrescida de bolsistas de Apoio Técnico, contratados através da FAPEMA, edital 031/2012 - ADOC. Os bolsistas foram assim distribuídos: 04 de nível superior (historiador, jornalista, bibliotecário e administrador) e 06 de nível médio. Esses bolsistas estão desenvolvendo suas atividades durante 20 horas semanais, distribuídas em 04 horas diárias.

Todas as atividades do projeto são voltadas para a conservação e modernização do seu acervo raro e estão sendo desenvolvidas dentro do espaço físico da Biblioteca. Para tanto, foram adquiridos equipamentos, *softwares* e materiais de consumo. Essas aquisições, somadas ao treinamento no manuseio dos equipamentos e à experiência da equipe de especialistas da Biblioteca, já com vasta experiência em projetos dessa natureza, a exemplo do MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE OBRAS RARAS E JORNAIS MARANHENSES DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE – PRONAC 075902, financiado pela PETROBRAS através da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet e realizado entre os anos de 2008 e 2009, têm garantido o êxito do mesmo e o cumprimento de todas as metas, nos prazos estabelecidos.

O único serviço que não está sendo realizado pela equipe da Biblioteca e de bolsistas, é a higienização e digitalização de 200 rolos de microfimes, uma vez que a relação custo/benefício levantado indicou a terceirização do mesmo, como melhor alternativa. Pela ausência de empresas no Maranhão que desenvolvam esse trabalho com rolos de 35mm (tipo de microfilme usado pela Biblioteca), garantindo a qualidade e a segurança dos microfimes e das informações neles contidas, optou-se pela realização do mesmo, por empresas do eixo Rio e São Paulo. Dessa forma, os rolos de microfimes em pior estado de conservação e com maiores procuras, a exemplo da PACOTILHA, estão sendo enviados através dos Correios, para que o trabalho possa ser desenvolvido. Esse material não pode sair todo de uma única vez, considerando que o público pesquisador não pode ficar sem a informação por um longo período de tempo. Além da higienização e digitalização, o serviço tem contemplado também

a troca das caixas box e carretéis com etiquetagem de identificação e com geração em imagem digital gravadas em dvd em arquivos tif ou pdf dos microfilmes de 35mm.

Com relação à higienização do acervo restante composto por obras raras e jornais maranhenses, essa está sendo feita com mesas de higienização já existentes na Biblioteca. Essas mesas, com dois operadores cada, permitem que as obras sejam higienizadas, folha a folha, livrando o acervo de todas as sujidades existentes, num curto espaço de tempo. Como auxiliares das mesas de higienização, são utilizados bisturis, pincéis, trinchas, de acordo com o tipo de suporte de cada obra higienizada assim como pelo seu estado de conservação. A higienização segue rigorosamente as normas vigentes de preservação e conservação de acervos.

A digitalização dos documentos tratados tecnicamente e higienizados, está sendo feita com *scanner* planetário para obras encadernadas até o formato A2. As obras digitalizadas são disponibilizadas no *site* da Biblioteca, na íntegra, respeitando-se a Lei do Direito Autoral. Para o melhor armazenamento e recuperação da informação, foi adquirido um *software* de compressão de imagens. A alimentação da base de dados e disponibilização no *site* da Biblioteca, conta com o apoio da Supervisão de Informática da Secretaria de Estado da Cultura.

Paralelo ao trabalho de higienização e digitalização está sendo realizada a transcrição paleográfica de parte dos manuscritos antigos do acervo da Biblioteca. Esse trabalho, que tem como meta transcrever 200 documentos, é realizado por um historiador com vasta experiência em paleografia e pesquisa, contratado como bolsista, uma vez que a Biblioteca não dispõe de nenhum profissional de História

em seu quadro de pessoal. Fazem parte da equipe nesse trabalho também, 02 estagiários do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, que já fizeram a disciplina de Paleografia. Todos os manuscritos transcritos já foram digitalizados e serão publicados futuramente no Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Além de todas as ações mencionadas, dois bolsistas da FAPEMA, um JORNALISTA e outro de nível médio, estão desenvolvendo uma pesquisa exaustiva sobre a história da Biblioteca Pública Benedito Leite, da data de sua criação aos dias atuais. A pesquisa terá como produto final, a publicação futura de um livro sobre essa Casa de Cultura, que está prestes a completar 02 séculos de existência.

## REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Acervo Digital**. Disponível em: [www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl](http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl). Acesso em 09 de agosto de 2013.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Catálogo de Jornais do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1827-2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007. 226p.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: [www.bn.br](http://www.bn.br). Acesso em 03 de ago. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Plano Estadual da Cultura do Maranhão: 2007-2010**. São Luís, 2007. 128p.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>. Acesso em 15 de abril de 2009.



## **TRATAMENTO IMAGÉTICO APLICADO AO RARO ACERVO DE CORDEL DA BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS ÁTILA ALMEIDA/UEPB: sistema de banco de dados e disponibilização do acervo via web**

*Manuela Eugênio Maia*<sup>1</sup>

*Ana Cristina Coutinho Flôr*<sup>2</sup>

*Lydia Kelly Vicente de Souza*<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, há um valioso acervo, doado pelo Governo do Estado da Paraíba e que, desde 2004, pertence à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB): a Biblioteca de Obras Raras Átilda Almeida. Este acervo trata-se de um projeto familiar, colecionado em vida pelo professor Átilda Almeida e seu pai, o famoso historiador areense Horácio de Almeida. O cordel é uma espécie de “livro pequeno”, impresso normalmente em papel jornal, com número de páginas múltiplo de quatro, de forma a facilitar tanto a impressão quanto à montagem do exemplar. Percebendo o cordel como patrimônio cultural nordestino e constatando-se a grande quantidade e riqueza da coleção de cordéis da referida biblioteca, foi realizada uma pesquisa em seu torno da coleção, elaborando

---

1 João Pessoa/Brasil, Ciência da Informação/ Tratamento e arquitetura da informação, manuelamaia@gmail.com, mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e docente do Departamento de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

2 João Pessoa/Brasil, Ciência da Informação/ Arquivologia, anajp.pedro@hotmail.com, bolsista de projeto PIBIC, discente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

3 João Pessoa/Brasil, Ciência da Informação/ Arquivologia, kelly1315@hotmail.com, voluntária de projeto PIBIC, discente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

um sistema para a descrição física e temática dos cordéis com vistas à disponibilização via web. O objetivo desse texto é expor os meios de preservar e disseminar a cultura brasileira por meio dos cordéis. Paralelamente aos cadastros dos cordéis, é realizado o procedimento de digitalização e tratamento da imagem digital. Os títulos catalogados que apresentam baixa qualidade visual de seus documentos digitais ou danos de natureza média ou grave, como rasgos, riscos e marcas de ferrugem, são tratados para a sua disseminação na web. Conseguiu-se catalogar 1401 títulos de cordéis, destes, foi possível realizar o tratamento das imagens digitais de 700 documentos. Conclui-se a relevância dessa pesquisa, uma vez que a descrição dos cordéis e a visualização de seu conteúdo digitalizado disponibilizados na web faz com que sua integridade física seja preservada, já que não haverá manuseio do cordel aumentando sua vida útil.

**Palavras-chave:** Cordel - Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida; Tratamento documental; Sistema de informação web.

**TRATAMIENTO DEL IMAGIN APLICADA A LA COLECCIÓN DE  
CORDEL DE LA RARA BIBLIOTECA ATILA ALMEIDA/UEPB:  
base de datos del sistema y colección disponibles a través del web**

**RESUMEN**

En la ciudad de Campina Grande, Paraíba, hay una valiosa colección, donada por el Gobierno del Estado de Paraíba, y que desde el año 2004, pertenece a la Universidade Estadual da Paraíba (UEPB): la Biblioteca de Libros Raros Atila Almeida. Esta colección es un proyecto familiar, recogido con vida por el profesor Atila Almeida y su padre, el famoso historiador Horacio de Almeida areense. El cordel, una especie de “librito”, por lo general impresos en papel de periódico, con números de páginas múltiples de cuatro, con el fin de facilitar tanto la letra como el conjunto de la muestra. Al darse cuenta de la línea como patrimonio cultural y el noreste de destacar es la gran cantidad de la riqueza y la colección de cadenas de la biblioteca, se realizó una encuesta en su torno a la colección, el desarrollo de un sistema para la descripción física de la materia y de la gaita con el fin de poner a disposición a través de web. El objetivo de este trabajo es exponer los medios para preservar y difundir la cultura brasileña a través del cordel. Junto a las entradas de hilo, el procedimiento es la digitalización y procesamiento de imágenes digitales a cabo. Los títulos catalogados que tienen baja calidad visual de sus documentos digitales o medianas naturaleza o daños graves, como rasgones, rasguños y el moho son tratados para su difusión en la web. 1401 se consiguió títulos de catálogo de estos cordeles, era posible llevar a cabo el procesamiento de imágenes digitales de documentos 700. Se concluye la importancia de esta investigación, ya que la

descripción de la guita y ver sus contenidos digitalizados disponibles en la web hace que su integridad física se conserva, ya que no será el manejo de la creciente cadena de la vida.

**Palavras claves:** Cordel - Biblioteca de Livros Raros Attila Almeida; Tratamiento documental; Sistema de Información en la web.

## 1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, cuja mantenedora é a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), apresenta-se como a maior guardiã no Brasil de um tipo de documento de rico impacto cultural: o cordel. A referida Biblioteca possui mais de 12.000 (doze mil) títulos de folhetos, preservando e possibilitando o acesso a uma riqueza de peculiaridade cultural nordestina.

Além de transcender o seu espaço local, disponibilizando as informações acerca dos cordéis na *web*, com o processo de digitalização e descrição informacional, pode-se instaurar práticas de conservação e tratamento técnico adequado para a recuperação da informação do acervo. Desenvolvido o banco de dados na página eletrônica da UEPB, atualmente, disponibiliza-se 1.401 (um mil, quatrocentos e um) cordéis na *web*, descritos em 30 (trinta) campos. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi a de cadastrar os cordéis da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida do ponto de vista físico e temático.

## 2 METODOLOGIA

Essa pesquisa, caracterizada por sua aplicação tecnológica, voltou-se para um conjunto de atividades de intervenção cujo foco

foi aprimorar um produto de informação especializado, a saber, o tratamento técnico informacional desse patrimônio cultural, constituído por um rigoroso controle do vocabulário e pela qualidade técnica instrumental da biblioteconomia e da arquivologia a fim de facilitar o acesso e o uso do usuário ao sistema que se encontra na internet. De abordagem qualitativa, tal pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental, representando os folhetos de cordel em seus aspectos discricionários como resumo, classificação, autoria, análise terminológica e física, perfazendo um total de 30 elementos que o descrevem.

### **3 DESCRIÇÃO FÍSICA E TEMÁTICA DOS CORDÉIS**

Pode-se considerar o Renascimento europeu (fins do século XIV e meados do século XVI) o marco histórico do cordel, quando surgiu a impressão em papel de histórias produzidas diariamente. Era a novela escrita, publicado em folhetins e vendido nas praças e nas ruas das cidades. Inicialmente, relatos orais feitos pelos trovadores ganharam popularidade e materialidade com o desenvolvimento da imprensa e escrita. Atravessou século e permaneceu até hoje no Brasil, em especial, em seu Nordeste. (CURRAN, 2009; SARAIVA, 2011).

O cordel é considerado na academia (meio universitário) como sendo um gênero literário popular escrito em rimas. A palavra “popular” foi acrescentada ao termo literatura, no que se refere ao cordel, segundo Braga (20--), pelo francês Raymond Cantel (1914-1986), estudioso que se dedicou à língua portuguesa e a literatura popular brasileira.

Atualmente, o cordel vem sendo utilizado em sala de aula por muitos profissionais da área de educação. Em 2000, Arievaldo Viana ministrou as primeiras palestras do projeto “Acorda cordel em sala de aula” com o objetivo de levar os folhetos para a escola como ferramenta auxiliar (HAURÉLIO, 2010).

O cordel é considerado um patrimônio cultural porque traz enraizado em seu conteúdo a identidade cultural de uma mentalidade, mostrando um modo de pensar e agir de uma determinada época da história. Tão forte a sua representação para o povo nordestino que, para muitos, acreditar na veracidade de um fato ocorrido, este deveria ser publicada em cordel para atesta sua autenticidade. Entendemos que o cordel é considerado um patrimônio cultural, pois, de acordo com Castro (2008, p.10), é percebida a sua “identidade social como construção cultural necessária para que os indivíduos possam interpreta e classificar a realidade”.

Percebendo o cordel como patrimônio cultural nordestino e constatando a grande quantidade e riqueza da coleção de cordéis da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, foi realizada pesquisa nesse acervo em torno do seu tratamento e disponibilização. Culminou na elaboração de um sistema para a descrição física e temática dos cordéis para disseminação e recuperação via *web*.

A tecnologia de comunicações e de redes, composta por dispositivos físicos e também *software*, proporciona a interligação entre vários computadores. Uma vez conectados, estes equipamentos podem compartilhar dados, imagens, vídeos, etc. Uma das grandes diferenças de um serviço na internet é a sua disponibilidade 24 horas por dias, sete dias por semana. A utilização da internet para acesso ao conteúdo dos folhetos de cordel pode proporcionar um melhor

conhecimento por parte de toda a população, independentemente da região, o que inclui o acesso de qualquer lugar do mundo por meio da rede mundial de computadores. A informação neste contexto tem papel fundamental na construção e modificação dos elementos culturais.

Associada à tecnologia, foram criados os campos de descrições físicos e temáticos para a indexação e catalogação dos cordéis. Foi desenvolvido a partir de entrevista realizada com a viúva do professor Átila Almeida, Ruth Almeida, e seus usuários; também foi utilizado o dicionário biobibliográfico dos cordelista produzido pelo colecionador e José Alves Sobrinho. (MAIA; OLIVEIRA, 2008).

O sistema foi criado com o intuito de facilitar o acesso ao acervo, disseminando o conhecimento e a existência do mesmo, o que possibilita qualquer pessoa a desfrutar das informações disponíveis nos campos de descrição que é o mais completo em detalhes dos cordéis existente na internet atualmente. (MAIA, 2011).

A descrição dos cordéis precisa ser feita com muita cautela, devido à complexidade de tal gênero, pois devemos considerar os aspectos lingüísticos (regionalismo), a ironia, muitas vezes presente em diversos textos, e a parcialidade de seus autores ao defender suas ideologias. (MAIA; OLIVEIRA, 2008). Começa com a identificação do autor ou proprietário do folheto; seleciona o ciclo o qual consiste em adicionar o tema que se refere o cordel; a próxima etapa é o preenchimento de um formulário com os dados extraídos dos folhetos. (BRASIL, 2006). Eis imagens do sistema:

FIGURA 1: Página principal – Áttila Almeida



FONTE: Banco de dados de cordel via web, 2012. (UEPB, 2010; MAIA, 2011).

A partir da melhoria do sistema já disponível na *web*, ampliamos informações, divulgando o acervo de cordéis da Biblioteca de Obras Raras Áttila Almeida para toda a população, além da expansão do sistema para outras instituições, almejando até mesmo a criação de um banco de dados nordestino ou nacional de cordéis.

#### 4 TRATAMENTO DIGITAL DOS CORDÉIS

O procedimento de digitalizar, no contexto da biblioteca supra, envolve a preservação do documento impresso, evitando-se o contato físico com o documento original, pois, uma vez reformataado, o usuário o acessa por meio do seu segundo formato, o digital. Assim, amplia-se a “vida” do documento impresso, que passaria a ser

menos manipulado fisicamente. Outra vantagem da reformatação é a de extrapolar a barreira do espaço. Em um ambiente propício para o tratamento, a guarda e o acesso dessa informação, potencializam as condições para que o usuário utilize a informação de modo sistematizado. Por isso, o banco de dados de cordel via *web* foi criado, auxiliando o usuário nas informações catalográficas e imagéticas, associando o documento digital a sua descrição representativa. (MAIA, 2011).

A reformatação, compreendida no escopo das tecnologias da preservação, trata-se de um: conjunto de conhecimentos, procedimentos e equipamentos necessários ao tratamento dos documentos, ao controle de seu ambiente de guarda, acondicionamento, reformatação e uso para a prorrogação da vida útil dos registros produzidos e acumulados ao longo da história, possibilitando acesso quanto à forma e/ou conteúdo. (SILVA, 2011, p. 45). Eis as imagens:

**FIGURA 2:** Imagem original do cordel, capa



**FONTE:** Acervo Átila Almeida, 2012

**FIGURA 3:** Imagem tratada do cordel, capa

**FONTE:** Acervo Átila Almeida, 2012

Duas são as possibilidades de reformatação: a microfilmagem e a digitalização. Foi utilizada a segunda possibilidade na pesquisa, em função do barateamento do processo e da facilidade de manipulação para obtenção do objeto digital. Para o Brasil (2011, p. 06), “o documento digital é a informação registrada, codificada em dígitos binários e acessível por meio de sistema computacional”. Já Hedstrom (1997-98 apud THOMAZ, 2004, p. 113) aplica-se o conceito de documentos digitais para aqueles originários do meio digital (nato-digital) quanto para os que são convertidos para este formato.

No caso da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, no que se refere ao seu acervo de cordel, os documentos impressos estão passando pelo processo de digitalização, seguindo critérios para a mudança deste formato, criando-os para o modo digital, com vistas

à preservação do original impresso e à qualidade visual para leitura em máquina.

Segundo Conway (1997, p. 25), ainda, “a preservação no universo digital não é simplesmente o ato de preservar o acesso, mas também inclui a descrição do que deve ser preservado”, caso este realizado em nossa pesquisa. De acordo com o supra-autor, “o principal objetivo da qualidade na preservação é assegurar [...] o conteúdo intelectual e visual para, então, apresentá-lo aos usuários da maneira mais adequada as suas necessidades”.

Não importando o suporte, preservar os documentos num processo de reformatação, no nosso caso, em específico, o digital, são usadas ferramentas que auxiliem na proteção e na segurança do seu uso e manutenção. A digitalização deve proporcionar a prevenção de danos e minimização de riscos; quando possível, com uso de ferramentas adequadas, a restauração visual desses documentos (ARELLANO, 2004). Para Bullock (apud ARELLANO, 2004, p. 18-19), alguns requisitos são primordiais para se pensar em digitalização documental eis: “fixar limites do objeto a ser preservado; preservar a presença física (sempre que possível); preservar o conteúdo, a apresentação, a funcionalidade e a autenticidade; localizar e rastrear o objeto digital; preservar a proveniência e o contexto”.

## 5 CONCLUSÃO

Num mundo cada vez mais marcado pela busca dos elementos únicos de identidade das culturas regionais, o cordel representa a mentalidade do homem nordestino, do seu pensamento político, pedagógico ou sarcástico, configurando um registro do escrito tradi-

cional e de uma visão do real. De raiz européia, em especial, trazido no século XIX ao Brasil pelos colonizadores lusitanos, o cordel se apresenta com a capacidade de resistência, pois sobrevive e persiste em meio às tecnologias do século XXI. O cordel é marcado pela agilidade de circulação, barateamento de custo de produção e facilidade de venda, pois vale pouco e o encontramos nos mercados e feiras livres, prática essa conservada, sobretudo, no Nordeste brasileiro. (MAIA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2012; SARAIVA, 2011).

Hoje, temos cadastrados 1.401 (um mil e quatrocentos e um) cordéis na base, num total de 17.729 (dezessete mil, setecentos e vinte e nove) e exemplares e 12.000 (doze mil) títulos impressos contabilizados no acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, considerada uma das maiores do mundo nesse gênero. Como proposta dessa pesquisa, tratou-se das imagens de 700 cordéis já catalogados no sistema *web*.

Assim, essa pesquisa vislumbra a necessidade de profissionais de várias áreas, a saber, bibliotecário, arquivista e cientista da computação, integrados no sentido de otimizar e disponibilizar no banco de dados o conteúdo imagético dos cordéis com maior qualidade visual, conduzindo as atividades para a produção de instrumentos de busca e acesso à informação, capazes de direcionar os usuários para um uso efetivo, claro e objetivo do sistema de informação.

## REFERÊNCIAS

- ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004.
- BRAGA, L. M. **Breve história do cordel**. João Pessoa: Queima-Bucha, 20--.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Nobrade**: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- BRASIL. CONARQ. **e-arq Brasil**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2011.
- CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: AN, 1997.
- CURRAN, M. J. **História do Brasil em cordel**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- HAURÉLIO, M. de. **Breve História da literatura de cordel**. [S. l.]: Claridade, 2010.
- MAIA, M. E.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Tratamento documental para cordéis: o raro acervo Átila Almeida. In: Fórum Internacional de Arquivologia, 1., 2008, **Anais eletrônicos...** João Pessoa, UEPB, 2008.
- MAIA, M. E.. Folhetos De cordel na rede: o desenvolvimento de uma aplicação web para gerenciamento de cordéis na Biblioteca Átila Almeida/UEPB. In: BATISTA, M. de F. B. M. et al (Orgs.). **Estudos em literatura popular II**. João Pessoa: UFPB, 2011.
- MAIA, M. E.; AZEVEDO NETTO, C. X. de; OLIVEIRA, Bernardina M. J. F. de. A experiência nos processos de digitalização do acervo de cordel da Biblioteca Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 85-104, jul./dez. 2012.
- SARAIVA, A. **Folhetos de cordel portugueses**. Recife: Museu de Arte Popular, 2011. (Exposição Teia de Cordéis, no Museu de Arte Popular).
- SILVA, S. C. de A. Decifra-me ou te devoro: desafios no uso de tecnologias para preservação e acesso em arquivos. **Revista Encontros Biblio**, Florianópolis, n. esp., 1. sem. 2011.

THOMAZ, K. de P. **A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas.** 2004. 389 f. Tese (Doutorado no PPGCI)- UFMG, Belo Horizonte, 2004.

UEPB. **Acervo digital e cordéis da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.** Campina Grande: UEPB, 2010. Disponível em: <<http://cordeis.bc.uepb.edu.br/index.php>>. Acesso em: 12 jul. 2013.





## **BIBLIOTECÁRIO, LEITURA E PRÁTICA CULTURAL**

*Maria Mary Ferreira<sup>1</sup>*

*Aldinar Martins Bottentuit<sup>2</sup>*

*Roberto Sousa Carvalho<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

A formação de leitores se constitui no atual contexto uma das preocupações dos gestores de educação brasileira, dada à divulgação dos indicadores de leitura que coloca o Brasil em patamares bastante incômodos, uma vez que esses indicadores refletem de forma muito direta a qualidade da educação, haja vista os dados apresentados pelo INEP e IBGE que indicam que o desempenho dos jovens brasileiros em idade escolar na área da leitura e escrita é muito baixo. Tal evidência é resultante do pouco investimento em políticas públicas de informação e de leitura reflexo da ausência de espaços informacionais que venham estimular a leitura e a pesquisa. Essa ausência é fruto de uma política educacional equivocada por parte dos gestores que não priorizam ações pedagógicas de ensino, leitura e pesquisa como parte dos programas e conteúdos escolares. A partir dessa preocupação o Programa de Educação Tutorial- PET de Biblioteconomia (UFMA) desenvolveu durante três anos o projeto de extensão “Informação e Cidadania: leitura e práticas de pesquisa na construção de sujeitos” no bairro do Sá Viana de São Luís (MA) com o intuito de desenvolver as práticas de leitura e pesquisas

---

1 Professora Adjunta do Departamento do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Sociologia pela UNESP/FCLAr, Tutora do PET/Biblioteconomia – UFMA. (São Luís-MA/ Brasil, mmulher13@hotmail.com).

2 Professora Adjunta do Departamento do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Ciência da Informação pela UNESP/Marília.

3 Bibliotecário da Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA). Mestre em Estudos Editoriais pela Universidade de Aveiro, Portugal..

escolares, visando fortalecer o interesse pela leitura de crianças e jovens que atuam no projeto Casa Brasil. A realização deste trabalho deu-se através de oficinas de leituras, teatros, rodas de histórias infantis com a perspectiva de contribuir para diminuir os processos de exclusão de acesso à informação e de leitura em comunidades vulneráveis, proporcionando assim a cultura e a inclusão social de jovens e crianças através da leitura.

**Palavras-chave:** Leitura – Cultura. Inclusão Social. Leitura e Prática bibliotecária. Informação. Sá Viana.

## ABSTRACT

The formation of readers in the current context is one of the concerns of managers of Brazilian education, given the disclosure of indicators of reading that puts Brazil at levels very troublesome, since these indicators reflect very directly the quality of education, there view the data presented by INEP and IBGE indicate that the performance of youngsters of school age in the area of reading and writing is very low. Such evidence is the result of low investment in public policy and information reading reflection of the lack of information spaces that will encourage reading and research. This absence is the result of a misguided educational policy by managers who do not prioritize actions pedagogical teaching, reading and research as part of the school curriculum and programs. From this concern Tutorial Education Program-PET Library (UFMA) developed during three years extension project “Information and Citizenship: reading and research practices in the construction of the subject” in the district of Viana Sá de São Luís (MA) in order to develop the practices of reading and school research, aimed at strengthening the interest in reading for children and young people who work on the project Casa Brazil. This work took place through workshops readings, theater, children’s stories wheels with a view to contributing to reduce the processes of exclusion from access to information and reading in vulnerable communities, thus providing the culture and social inclusion of young and children through reading.

**Keywords:** Reading - Culture. Social Inclusion. Practice reading and librarian. Information. Sá Viana.

## 1 INTRODUÇÃO

Na última década o Brasil passou por profundas mudanças, cujos reflexos podem ser observados nos indicadores sociais que alteraram a vida das camadas mais empobrecidas, na medida em que oportunizou acesso ao trabalho, a renda, ao ensino superior, e aos espaços de cultura. Tais avanços, entretanto, ainda não possibilitaram a superação das desigualdades sociais, haja vista que muitos indicadores se mantêm praticamente inalterados ou retratam uma situação desigual nos estratos sociais referentes a populações do Norte e Nordeste em relação ao Sul Sudeste do Brasil.

Ao refletir sobre os processos de mudanças e os mecanismos para construir uma sociedade de iguais não basta a criação de estruturas, é necessário criar programas de formação continuada envolvendo a comunidade como um todo e apostar na socialização da informação e do conhecimento como canais que irá municiá-la para uma melhor compreensão dos fatos, e poder desse modo tomar decisões refletidas a partir da apropriação de conhecimentos. Para tanto a leitura é visto como um elemento civilizador pode proporcionar o acesso ao conhecimento e permite que os indivíduos se tornem cidadãos à medida que a informação passa a iluminar as mentes e permite dessa forma discernir sobre temas da atualidade. Além disso, a leitura proporciona na sociedade, prazeres, saberes, reflexões e ações.

Foi com essa preocupação que o programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia da UFMA (PET), desenvolveu durante três anos uma parceria com a Casa Brasil<sup>4</sup>, no Bairro do Sá Viana

---

4 O projeto Casa Brasil é uma iniciativa do Governo Federal que tem o propósito de implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado às ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e ren-

o projeto de extensão Informação e Cidadania: leitura e práticas de pesquisa na construção de sujeitos, objetivando articular ações integradas no campo da leitura, pesquisa escolar e informação cidadã, na perspectiva de contribuir com o fortalecimento da identidade de crianças e jovens daquele bairro. Esse trabalho foi iniciado a partir de um estudo do usuário no qual foi identificadas as necessidades de leitura das crianças e jovens estudantes da rede pública de ensino no Bairro do Sá Viana<sup>5</sup>.

A partir dos dados colhidos na pesquisa observamos que a maioria dos cidadãos da comunidade do Sá Viana não tem acesso a uma unidade de informação na própria localidade, observou-se também a falta de hábito de ler ocasionado principalmente pela ausência de espaços de leitura naquela localidade. Observa-se ainda que esta comunidade enfrenta diversos problemas, como falta de saneamento, faltas de escolas públicas de educação infantil, ausência de postos de saúde e segurança, falta de mercados ou feiras que incide sobre a qualidade de vida dos moradores deste bairro. Tais evidências demonstram o quão distante ainda estão a construção de uma unidade federativa que trabalhe de forma uníssona para romper com as disparidades regionais.

Neste debate o bibliotecário emerge como o profissional da informação que tem a responsabilidade de identificar as demandas

---

da, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. Com o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação visando capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na sociedade do conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza.

5 O Bairro do Sá Viana está localizado ao lado da Universidade Federal do Maranhão, é considerado um bairro pobre com indicadores sociais que denotam uma situação de exclusão social, dada a falta de estruturas sociais para atendimento das necessidades básicas da comunidade.

sociais por informações em diferentes contextos, envolvendo públicos os mais diversos. Ao atuar no processamento, disseminação e socialização dos mais diferentes documentos e suportes físicos que a sociedade necessita, esse profissional cumpre um papel importante na sociedade que busca democratizar o acesso a informação.

A proposta deste estudo é refletir sobre leitura e o papel do bibliotecário na formação de leitores a partir da experiência e resultados do trabalho desenvolvido no Bairro do Sá Viana assim como contribuir com a socialização de novos saberes e práticas que possam subsidiar mudanças sociais no campo da leitura, fortalecer a cidadania da população do bairro e estimular novas experiências neste campo. Este artigo está dividido em dois momentos: no primeiro discutimos sobre o papel do bibliotecário como mediador da informação e no segundo apresentamos uma reflexão sobre a experiência do trabalho de extensão desenvolvido no bairro do Sá Viana em São Luís do Maranhão.

## **2 A/O BIBLIOTECÁRIA(O) COMO MEDIADOR(A) DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

O papel do bibliotecário tem ao longo das três últimas décadas sofrido profundas alterações na sua formação, contribuindo para reestruturação do seu perfil e práticas profissionais. Tais mudanças refletem as exigências da sociedade por informação e serviços neste campo, dada às necessidades cada vez mais prementes que os indivíduos têm de intervir nos processos de mudanças nas estruturas sociais no País.

Até meados dos anos setenta do Séc. XX a atuação dos bibliotecários brasileiros esteve restrita as bibliotecas públicas, escolares, universitárias e especializadas, assim denominadas pelo público que em geral frequentava esses espaços. Posteriormente esse profissional passa a atuar em diversas áreas e campos diversos sem, entretanto, perder de vistas os campos considerados tradicionais já mencionados. A ampliação dos campos de atuação é fruto desse novo momento reflexo das transformações vivenciadas no País a partir de meados dos anos oitenta quando a redemocratização do Brasil altera substancialmente as relações sociais e a sociedade passa a exigir do Estado políticas públicas como estratégia para construir a igualdade social.

Nesse processo a informação passa a ser vista como uma estratégia importante na medida em que é considerada um bem social que tem como função primordial iluminar as ideias, abrir as mentes e dirimir dúvidas para que a tomada de decisões possa refletir uma visão racional. Vista como determinante na melhoria da qualidade de vida das populações dada a sua capacidade de agregar valores e oportunizar ao indivíduo condições de criar produtos e serviços e transformar a realidade em que vive e assim ampliar sua capacidade de intervenção.

A informação leva ao conhecimento que por sua vez é uma resposta para problemas pensados a partir da ciência. Os problemas ao ser refletidos por cientistas e pesquisadores contribuem para ampliar o olhar da sociedade a partir de diferentes contextos. Neste sentido é imprescindível a criação de redes de bibliotecas públicas, escolares, infantis, salas de leitura com acervos adequados e informações disponibilizadas a todas gerações e classes sociais que poderão

contribuir para criar uma sociedade leitora e cidadã. Para Ferreira (2012, p. 2):

[...] o acesso à informação tem como propósito desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos; entreter; dar sentido às ações dos homens no cotidiano; tornar públicas as proposições políticas e decisões que, tomadas na esfera do Estado, têm reflexos diretos sobre a qualidade de vida das populações.

A garantia do acesso à informação subentende-se também a mediação de profissionais qualificados com capacidade, competência e discernimento para atender e potencializar as demandas de informação da sociedade. Neste sentido o bibliotecário é considerado um dos sujeitos da informação com habilidades para processar, gerenciar e socializar a informação dada a sua formação e conhecimentos técnicas, sociais, educacionais e consciência para exercer sua profissão com eficiência e eficácia, e oportunizar a sociedade o acesso aos bens culturais através da leitura.

Ao refletir sobre a missão do bibliotecário no século no início do Século XX, Ortega y Gasset, (2006) chama atenção do papel desse profissional como guardião do saber, sem perder de vista que sua atuação estava além do cuidado com os livros, ele deve ser um profissional receptivo, criativo, determinado, perseverante, inovador, carismático e principalmente ter paixão pelo que faz, visando disponibilizar seus conhecimentos de forma objetiva, unindo a técnica à visão mística da sociedade, transformando-se em um parceiro idôneo para o desenvolvimento das instituições.

Para cumprir esta missão a/o bibliotecário ao longo do processo de constituição da profissão no Brasil, buscou novas habilida-

des visando atender as demandas dos usuários a partir de uma visão humanista, tendo o livro em um primeiro momento se constituído o objeto principal de seu trabalho, posteriormente o livro abre caminhos para a informação, dada a amplitude do termo no qual o livro é considerado um dos suportes privilegiados, uma vez que como bem enfatiza Ortega y Gasset (2006) é no livro que se materializa o conhecimento, sendo considerado, mesmo com todas as mudanças provocadas pelas tecnologias um objeto necessário, desejado, procurado, amado.

Ao se constituir como um consultor de informações, e ao mesmo tempo mediador do conhecimento, com habilidades interpessoais esse profissional pode contribuir com a construção de uma sociedade de iguais, tendo a leitura e a informação como os canais de construção da igualdade, uma vez que o exercício da cidadania, somente se efetiva quando cidadãos e cidadãs têm conhecimento pleno de seus direitos e deveres. É através desses conhecimentos que é criada a consciência e a tomada de posição por parte dos grupos excluídos.

Democratizar a informação é parte dos princípios éticos e morais do bibliotecário uma vez que o caminho para a formação de novos sujeitos locais se dá pelo conhecimento e pelo acesso a informação, por esta razão os bibliotecários devem adequar a transmissão das informações à realidade da sociedade tendo o cuidado de conhecer as comunidades para poder disseminar a informação de acordo com os interesses e necessidade de cada grupo social. Agindo desta maneira o bibliotecário pode se constituir um mediador da informação e da leitura.

Para Freire (2004) o papel de mediadores de leitura e do conhecimento é fundamental para marcar a diferença e atingir os objetivos a que se propõem uma vez que no processo de comunicação social, principalmente a comunicação de conhecimento técnico e científico para os diversos grupos da sociedade é necessário que haja conhecimento da realidade, para que a informação e o conhecimento atinjam os reais interesses da comunidade. Além disso, é importante assegurar informação não apenas para aquelas pessoas que demandam, que dominam os signos linguísticos, mas, devem acima de tudo criar mecanismos que estimulem todo o grupo social a buscar informações independentemente de ter demandado ou não. Para tanto o bibliotecário deve buscar diferentes suportes e recursos informacionais a fim de estimular nos não leitores o acesso ao conhecimento.

### **3 EXPERIÊNCIA DA AÇÃO CULTURAL NO BAIRRO DO SÁ VIANA**

O Programa de Educação Tutorial (PET) de Biblioteconomia por meio da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desenvolveu no período de 2009 a 2011 na comunidade do bairro do Sá Viana em São Luís (MA) o projeto de extensão “Informação e Cidadania: leitura e práticas de pesquisa na construção de sujeitos” que tem como objetivo compartilhar conhecimentos no campo de pesquisa escolar, leitura, informação e cidadania com a comunidade, proporcionando assim o acesso a leitura de forma dinâmica, gerando conhecimento a jovens e crianças, auxiliando-os em suas pesquisas escolares, internet, e orientando-os através de temas de interesse da comunidade. A consecução dos objetivos proposta teve como meta

primordial a organização e dinamização de uma biblioteca comunitária para atender os interesses de leitura, pesquisa e informação da comunidade.

O projeto de extensão foi realizado em parceria com a Casa Brasil, localizado na União de Moradores do Bairro do Sá Viana o apoiado pelo Governo Federal, seu objetivo era implantar um espaço para por em prática as ações inclusivas do governo, nas mais diversas áreas, com a finalidade de gerar melhores condições de vida, trabalho e renda em benefício das comunidades carentes. Apesar da importância do projeto, o governo federal cessou a liberação de recursos o que de certa maneira diminuiu as ações do Projeto na comunidade.

Ao ser convidado pelo presidente da associação de moradores para desenvolver um projeto de leitura na comunidade a equipe do PET Biblioteconomia<sup>6</sup> aceitou o desafio de criar de uma biblioteca comunitária para estimular o gosto pela leitura com crianças e jovens e ao mesmo tempo desenvolver ações culturais que pudessem criar uma dinâmica de frequência e uso do acervo da biblioteca e assim aproximar a comunidade com a Casa Brasil tendo a biblioteca como canal de estímulo a utilização daquele espaço.

Ao pensar a ação cultural não se pode perder de vista a dimensão social e política dessa ação vista por Ferreira (2006) como:

[...] toda ação política e pública voltados para a melhoria da qualidade de vida da população com ações governamentais que garanta a todos o acesso aos bens culturais em uma perspectiva de apropriação, descentralização e democratização dos bens, serviços e espaços de cultura.

---

<sup>6</sup> A equipe é composta por uma professora tutora e doze (12) alun@s do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

A ação cultural na perspectiva do projeto desenvolvido pelo Pet Biblioteconomia tem como objetivo a socialização do livro e da informação assim como os bens culturais e outros mecanismos visando a tomada de consciência e a integração da comunidade do Sá Viana a partir do conhecimento, da informação e da leitura de forma dinâmica.

A experiência da ação cultural que o PET desenvolveu no Sá Viana, iniciou-se pelo diagnóstico realizado na comunidade para conhecer o perfil da dos moradores. Este diagnóstico foi realizado a partir de instrumento de pesquisa (questionário) que possibilitou o conhecimento da comunidade estudada, identificar suas necessidades de leitura, as condições sociais do bairro e as expectativas em relação ao projeto. A partir daí iniciou-se a mobilização da sociedade por meio da promoção da campanha de doações realizada junto com alunos e professores da Universidade Federal do Maranhão, com o apoio da biblioteca central para o recebimento das doações e ampliar o acervo que era muito pequeno. O tema da campanha: “incentive a leitura, comece pelo Sá Viana”, ajudou no recebimento de mais de 500 livros, embora nem todos estivessem em bom estado de conservação, mas consideramos que a campanha contribuiu para mobilizar a comunidade acadêmica e os moradores do bairro.

Após a campanha iniciou o trabalho de organização do acervo da biblioteca e ao mesmo tempo a realização de oficinas de leitura, rodas de contos, teatro, dinâmicas de grupos e socialização de informação sobre cidadania á comunidade por meio de palestras promovidas em parceria com o Pet de Direito. A dinâmica dos trabalhos realizados durante três anos contribui em grande parte para formar

leitores naquela comunidade, estimular uma maior frequência na biblioteca e despertar a consciência crítica e cidadã.

Compreendemos que a leitura é um dos meios mais importantes de se chegar ao conhecimento e através dela o indivíduo torna-se capacitado a refletir e discutir a realidade em que vive. Para Solé (1998, p.21) “A leitura é um processo de interação entre leitor e texto, configurando-se um meio de aquisição do que se passa ao redor do homem, por tanto tem dimensão social e cultural; provoca, enriquece e encaminha a reflexão.” Através da leitura o homem interage com o meio, troca experiências, e tornar-se conhecedor do que se passa ao seu redor, para que desta forma possa transformar-se como ser humano, e mudar seu status quo.

O Bairro do Sá Viana é considerado uma das localidades mais carentes de estruturas de cultura: bibliotecas, cinemas, teatros, espaços de lazer dentre outros direitos básicos, componentes preponderantes, para a formação de sujeitos cidadãos e cidadãs. A ausência dessas estruturas dificulta sua compreensão no que se refere a seus direitos, inclusive os culturais que na visão de Cunha Filho (2000, p. 34) são considerados:

Aqueles afeitos as artes, a memória coletiva, e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.

É considerado direitos culturais aqueles que são necessários para que o ser humano possa constituir-se como sujeito de direito, para que tenha consciência de si e dos outros, uma vez que a construção do sujeito passa necessariamente pelo conhecimento e pelo

acesso a informação que como mencionado anteriormente, ilumina a mente e amplia o olhar sobre fatos e acontecimentos. É através dos direitos culturais que conquistamos a cidadania cultural que no contexto do estado democrático é uma garantia de que todos tem acesso igualmente aos bens produzidos pela humanidade. Para Teixeira Coelho (2011, p. 6) “os direitos culturais constitui, de fato, uma validação e uma ampliação dos direitos humanos” [...] foram os direitos culturais que deram uma nova dimensão ao sentido do ser enquanto indivíduo dotado de potencialidades com capacidade para interagir, viver em sociedade.

O acesso aos direitos culturais pode contribuir direta e indiretamente para o processo de humanização dos seres e tornar a sociedade mais fraterna e justa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: alguns resultados**

A proposta do Projeto desenvolvido no Bairro do Sá Viana era de construir um espaço de leitura que possibilitasse aos moradores daquele bairro o acesso a informação e ao conhecimento e assim diminuir as distâncias sociais que tem na falta de informação um dos principais fatores. A criação da Biblioteca denominada “Antônio Vieira” em homenagem a um cantor popular da Cidade de São Luís representa um esforço de construir alternativas de leitura em um Estado que carece de projetos neste campo, dada a falta de políticas públicas assim como da pouca demanda da sociedade para com este tipo de instituições.

Os resultados desse trabalho e as mudanças provocadas podem ser avaliados a partir de vários pontos: pelo volume de acervo colhi-

do na campanha de doação que envolveu grande parte dos alunos e professores da UFMA o que demonstrou solidariedade por parte dos doadores; pelo número de crianças que passaram a frequentar a biblioteca a partir da sua organização e inauguração; pela participação das crianças que deram vida as programações culturais realizadas para dinamizar o espaço da biblioteca e estimular novos leitores. Avaliamos como positivo também a participação das alunas do curso de Biblioteconomia que se permitiram receber e trocar conhecimentos, partilhar experiências, favorecendo um crescimento coletivo do grupo.

As expectativas do grupo PET são de que o projeto tenha continuidade e que as mudanças sociais vislumbradas neste estudo sejam consolidadas a fim de estabelecer a cidadania da comunidade do bairro Sá Viana, tendo a leitura e a informação como mecanismos de fortalecimento da identidade cultural de jovens e crianças beneficiadas pelo projeto Casa Brasil, bem com articular ações integradas no campo da leitura, pesquisa escolar e informação cidadã na perspectiva de contribuir para o crescimento da consciência cidadã de crianças e jovens daquele bairro.

## REFERÊNCIAS

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais**: no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: jurídica, 2000.135p.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas para onde vão? **Transinformação**. Campinas, v.18, n.2, p.113-122, maio/ago.2006.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. In: **Ciência da informação**, v.32, n. 1, Brasília, jan./abr. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100004)>. Acesso em: 30 de jun. 2012.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da ciência da informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 1, fev/ 2004. Disponível em: <[dici.ibict.br/archive/00000343/01/A\\_responsabilidade\\_social\\_da\\_ciencia\\_da\\_informacao\\_na\\_perspectiva\\_da\\_consciencia.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000343/01/A_responsabilidade_social_da_ciencia_da_informacao_na_perspectiva_da_consciencia.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2009.

MINISTÉRIO da Educação. Secretaria de Educação Superior. Programa de Educação Tutorial. **PET apresentação**. [2007]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=657&Itemid=303>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. [s.l.]:[s.n.], [200-?].

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COELHO. José Teixeira. Direito cultural no Século XXI: expectativa e complexidade. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo n. 11, jan./abr, 2011.





## **O ESTADO DE CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DE LIVROS DA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA DA BIBLIOTECA CENTRAL (BC) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)**

*Jádna Carla Cabral Sousa Dutra<sup>1</sup>*

*Kettuly Costa Machado<sup>2</sup>*

*Sandra Gleice Silva e Silva<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo identificar, com base nas teorias e literatura existentes da disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções (FORCOL), com as aulas expositivas e discussões em sala de aula, analisar o estado de conservação, preservação e atualização do acervo da área de Biblioteconomia da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Campus Bacanga. Fazendo um breve diagnóstico técnico dos materiais disponíveis encontrados no referido acervo das subáreas de Catalogação, Classificação e Leitura, escolhidas aleatoriamente. Para a construção dessa comunicação utilizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica dos conteúdos aqui abordados e a pesquisa quanti/qualitativa respaldada no levantamento de dados relacionados ao estatístico de livros disponíveis no acervo das três subáreas a cima citadas bem como o estado físico atual desses registros informacionais. Analisou-se no total de 520 exemplares, discriminando suas características intrínsecas e extrínsecas a fim de detectar possíveis danos causados pela ação direta de agentes químicos, biológicos e do Homem e quais foram seus efeitos no suporte livro, que nesta pesquisa foi estudado. Observa-se que a pesquisa aqui abordada é de grande relevância para o campo do conhecimento que se preocupa com a organização de coleções em

---

1 Universidade Federal do Maranhão (jadna41@hotmail.com)

2 Universidade Federal do Maranhão (kettulykeys@hotmail.com)

3 Universidade Federal do Maranhão (sandragleyce@hotmail.com)

unidades de informação, uma vez que se constitui de uma atividade necessária para tratar e manter atualizados os registros do conhecimento existentes nesses ambientes, proporcionando um melhor aproveitamento de sua função informacional por seus usuários os transformado em sujeitos críticos, capazes de mudar a realidade em que vivem. Conclui-se, assim, que o presente estudo torna-se fundamental para que se conheçam as condições atuais do acervo que compõe a área de Biblioteconomia, tendo em vista que este necessita de uma maior atenção em relação ao tratamento e manuseio responsável, tanto por parte dos funcionários da Biblioteca, como dos usuários que constantemente manuseiam tais registros. Faz-se necessária, dentre outras iniciativas, a educação de usuários reais e potenciais da Biblioteca Central da UFMA, informando-os como conservar as coleções que são disponibilizadas para o uso, bem como a interferência direta e efetiva dos bibliotecários no diagnóstico dos documentos, visando reconhecer suas o seu estado em relação aos critérios de conservação, preservação e atualização dos mesmos.

**Palavras-chave:** Conservação. Preservação. Atualização.

## **EL ESTADO DE CONSERVACION, CONSERVACION Y ACTUALIZAR LA COLECCIÓN DE LIBROS EN ZONA BIBLIOTECA BIBLIOTECA CENTRAL (BC) UNIVERSIDAD FEDERAL MARANHÃO (UFMA).**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo identificar, con base en la literatura existente y las teorías de la formación disciplina y Desarrollo de la Colección ( FORCOL ) , con conferencias y discusiones en clase , analizar el estado de conservación y mejora del acervo comunitario en el ámbito de la Biblioteca Biblioteca Central de la Universidad Federal de Maranhão ( UFMA ) - Campus Bacanga . Haciendo un breve diagnóstico técnico de los materiales disponibles se encuentran en el acervo de la subáreas Catalogación , clasificación y Reading, elegido al azar . Para la construcción de esta comunicación se utilizó inicialmente para la literatura teórica de los contenidos discutidos en este documento y cuantitativos de investigación / estudio cualitativo con el apoyo de los datos estadísticos relacionados con los libros disponibles en la biblioteca de las tres sub- áreas mencionadas anteriormente, así como el estado físico actual de estos expedientes informativos. Se analizaron un total de 520 ejemplares , detallando sus características intrínsecas y extrínsecas para detectar posibles daños causados por la acción directa de químicos, biológicos y humanos y lo que eran sus efectos en el libro de asistencia , que fue estudiado en esta investigación. Se observa que la investigación discute aquí es de gran importancia

para el campo de conocimiento que se ocupa de la organización de las colecciones en las unidades de información , ya que es una actividad necesaria para tratar y mantener registros actualizados de los conocimientos existentes en estas ambientes , proporcionando un mejor uso de su función de información por parte de sus usuarios se convirtieron en los temas críticos , capaces de cambiar la realidad en la que viven . Concluimos, pues, que el presente estudio es fundamental para conocer el estado actual de la colección que conforma el área de la bibliotecología , para que esto requiere una mayor atención en el tratamiento y manejo de carga , tanto el personal de la Biblioteca , y los usuarios que constantemente se ocupan de estos registros. Es necesario, entre otras iniciativas, la educación de los usuarios actuales y potenciales de la Biblioteca Central UFMA informándoles cómo conservar las colecciones que están disponibles para su uso, así como la intervención directa de los bibliotecarios y eficaz en el diagnóstico de los documentos, con el objetivo de reconocer su estado en relación con los criterios para la preservación y actualizarlos.

**Palabras-clave:** Conservación. Preservación. Actualizar.

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas dispõem de uma gama de materiais informacionais em diferentes formatos e/ou suporte que auxiliam na produção científica, independentemente da área do conhecimento em que se está pesquisando. Esses recursos informacionais promovem o desenvolvimento crítico e reflexivo dos usuários em relação à sociedade vigente, tornando-os verdadeiros cidadãos.

Visando um maior aproveitamento dos registros bibliográficos e sua adequação em relação aos objetivos estabelecidos por uma unidade de informação e de sua instituição mantenedora, faz-se necessário uma avaliação sistemática do acervo, levando em consideração aspectos quantitativos e qualitativos do mesmo. A revisão de coleções constitui-se de uma atividade essencial para um desempe-

nho satisfatório da unidade, assim como o atendimento ao usuário, sendo indispensável no planejamento das atividades da biblioteca.

O processo de avaliar o acervo contido no ambiente da biblioteca seja ele físico ou virtual, relaciona-se diretamente com o grau de satisfação dos usuários em relação a cobertura, atualidade, e quantidade disponível de um determinado livro, com o intuito de identificar os pontos favoráveis e desfavoráveis da coleção, além da existência ou inexistência de um documento de grande relevância na área.

Baseado na literatura referente ao processo de avaliação de coleções e a necessidade de conhecer efetivamente o acervo do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão contido na Biblioteca Central desta mesma instituição de ensino, que emergiu o desejo em diagnosticar a atual situação dos livros referentes a essa área do conhecimento, com o objetivo de identificar se este corresponde às exigências estabelecidas pelo currículo e indicações dos docentes do curso.

Tal problemática emergiu no ambiente de sala de aula, na disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções (FORCOL), ministrada pela professora Ms. Isabel Diniz, correspondendo a uma das especificidades da área. Motivado por discussões e leituras científicas realizadas na referida disciplina, o projeto pretendeu categorizar cada uma das temáticas referente aos livros disponíveis para os usuários, detalhando suas características a fim de conhecer a situação real dos mesmos a nível de quantidade e qualidade.

Uma vez escolhida a Biblioteca Central da UFMA em que o curso está vinculado, os discentes da matéria de FORCOL se teve a oportunidade de aplicar os conhecimentos sobre a área de avaliação

do acervo, configurando como um campo de estudo ideal, para que se conhecesse as limitações e pudesse transformá-lo positivamente.

Ao optar pela revisão dos livros do curso de Biblioteconomia buscou-se diagnosticar se nossa área está sendo contemplada pelo que há de novo em termos de produção científica, bem como eles estão sendo manuseados e armazenados, ou seja, seu estado de conservação, o que favorece a execução de uma triagem também sobre o que o acervo poderia adquirir em relação às outras temáticas da área.

## **2 O ACERCO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Vivemos um período de grande explosão informacional, cabendo às bibliotecas universitárias estarem preparadas para subsidiar a busca por informação, que se assimilada de forma adequada gerará novos conhecimentos. Visto que estas unidades de informação atendem a um público heterogêneo e bem exigente, deve estar munida de uma coleção que satisfaça seus usuários. Sendo imprescindível conhecer as necessidades informacionais de seus usuários antes de selecionar o acervo, que deve ser ajustado às demandas e expectativas de seus usuários.

As bibliotecas universitárias são órgãos que dão suporte às atividades de pesquisa, ensino e extensão, trabalhando sempre em parceria com a universidade ao desempenhar a função de preservar e disseminar o conhecimento. Segundo Miranda (2007):

O principal papel da biblioteca universitária é atender as necessidades informacionais da comunidade acadêmica (corpo docente, discente, pesquisadores e técnico-administrativo), direcionando sua coleção aos conteúdos programáticos ou em projetos acadê-

micos dos cursos ministrados pela universidade a qual encontra-se inserida.

O acervo das bibliotecas universitárias públicas enfrenta alguns problemas, como a quantidade insuficiente em relação à demanda de usuários, além da falta de coleções completas e atualizadas. Daí a necessidade de se elaborar políticas de seleção, que se adequem à realidade das bibliotecas universitárias. Em se tratando de instituições públicas, com recursos escassos, há certa dificuldade em se manter um acervo atualizado diante de um cenário, onde a informação é produzida em um curto espaço de tempo.

As coleções precisam evoluir de forma harmônica em todas as áreas do acervo, sendo essencial a existência do processo de avaliação da coleção, que deve verificar a importância e adequação do acervo, além de traçar parâmetros para aquisição e descarte.

Conforme Miranda (2007) os métodos utilizados para avaliar o acervo são quantitativos, avaliando tamanho e crescimento e qualitativos, onde há o julgamento por especialistas e a análise do uso real. Na avaliação do acervo são sugeridos os critérios de distribuição percentual do acervo por área e de análise das estatísticas de uso do material, a fim de identificar os títulos que necessitam de mais exemplares e aqueles cuja duplicação é desnecessária.

A avaliação é uma das etapas mais importantes no desenvolvimento de coleções, por se tratar de uma etapa na qual pode-se constatar se a formação do acervo correspondeu às expectativas dos usuários. Para Lancaster (1996) “[...] pode ser feita com o objetivo de melhorar as políticas de desenvolvimento de coleções, melhorar as políticas relacionadas com períodos de empréstimos e taxas de duplicação, ou embasar decisões relacionadas com o uso do espaço”.

Quanto a preservação e conservação do acervo Kremer (1992) afirma que é uma função administrativa, que depende de decisões políticas [...] envolvendo um planejamento criterioso de prédios e instalações para armazenagem e organização física das coleções, além de treinamento e conscientização de pessoal e usuários.

O acervo das bibliotecas, visto sua natureza material estão sujeitos a deteriorações, devido à submissões constantes a uso, manipulação e armazenamento variados, necessitando de alguns cuidados especiais a fim de prolongar o seu tempo de vida útil.

Os materiais tem em sua composição agentes químicos que se oxidam em reação com o oxigênio do ar causando a deterioração, não sendo possível impedir a ação nociva desses agentes, no entanto cabe ao bibliotecário providenciar para que esses danos não se agravem.

Segundo Kremer (1992) são vários os fatores como o ar poluído, umidade, temperatura e excesso de luminosidade que exercem efeitos danosos e outras deteriorações. O ambiente físico adequado à preservação das coleções, o armazenamento correto e o manuseio cuidadoso irão contribuir para que os usuários disponham de uma coleção em melhores condições.

As atividades de preservação devem ser ações contínuas, que envolvam todos da biblioteca, dizem respeito ao controle ambiental, limpeza, armazenamento e manuseio adequado, além de um trabalho de conscientização. Quanto às obras já danificadas, deve-se adotar procedimentos simples de reparação ou encadernação.

A Biblioteca Central da Universidade federal do Maranhão, conforme o Art. 2º de seu regimento tem a função de adquirir, receber, organizar, manter atualizado e divulgar o material bibliográfico

convencional, não convencional e áudio visual sobre os assuntos relativos aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFMA e de interesse da comunidade técnico e científica do Maranhão.

No Artº 5 apresenta-se a estrutura da Biblioteca Central, que tem um Serviço de Controle e Formação do Acervo, presumindo-se que tenha uma avaliação periódica das condições da coleção disponível. Há também uma Comissão Consultiva que analisa o acervo e seu uso, visando sua atualização e adequação às necessidades dos usuários, além de avaliar, em colaboração com especialistas de cada área, as obras que deverão ser descartadas do acervo geral.

### **3 METODOLOGIA UTILIZADA**

Conforme Oliveira (2001, p. 17), o objetivo da metodologia “[...] é, [...] estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada qual, as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum [...]”. Nessa perspectiva, é necessário superar o obstáculo meramente tecnicista e instrumental, atrelada a essa metodologia foi feito o uso de pesquisa quantitativo-qualitativa; bibliográfica – onde se usou as literaturas sobre Organizações e Formação e Desenvolvimento de Coleções (FORCOL) - cada uma nos respectivos momentos e com seus conceitos e técnicas específicas.

Esta proposta de estudo foi ainda uma pesquisa de campo, que consiste “[...] na função de procurar pelos fatos, objetos ou pessoas a serem pesquisadas, observar os fenômenos que figuram como possível solução para a hipótese levantada e registrar o que perceber”. (VELOSO, 2011, p. 42-43). Nesta pôde-se perceber como

estava a situação atual da biblioteca estudada quanto ao acervo dos livros na área de Biblioteconomia e sua importância e relevância para os usuários; uma vez que o campo estabelecido é a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão e seu acervo na área de Biblioteconomia. Este foi um dos métodos que contribuiu a pesquisa de forma precisa e satisfatória, pois de acordo com Gil (2007) “[...] no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo [...]”.

Foi necessário utilizar-se ainda de métodos específicos para o estudo do problema, porém é indispensável um conhecimento sobre o que seria método.

O método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. Não é sempre, porém, que o pesquisador tem consciência de todos os aspectos que envolvam este seu caminhar; nem por isso deixa de assumir um método. Todavia, neste caso, corre muitos riscos de não proceder criteriosa e coerentemente com as premissas teóricas que norteiam seu pensamento. Quer dizer, o método não representa tão-somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador [...]. (OLIVEIRA, 2001, p. 17).

Com o intuito de gerar conhecimentos para a aplicação prática, na pesquisa de campo se trabalhou com o próprio acervo e em alguns momentos quando possível com bibliotecários, estes foram considerados como amostra.

Por ser uma pesquisa de campo, ocorreram as observações diretas no acervo de Biblioteconomia nas estantes, onde foi quantificado por disciplinas da área o estado de conservação, preservação e atualização dos livros; tentou-se observar ainda a existência ou não de acervos para portadores de deficiências físicas na referida área. Foi utilizado outro instrumento de coleta de dados, as conversas informais com os bibliotecários quando necessário; todos esses passos estruturados de acordo com os objetivos propostos e procedimentos técnicos. Também foi identificado o Projeto Político Pedagógico – PPP do departamento de Biblioteconomia; de posse desse material foi feito um quantitativo e dividido por três, onde cada membro participante do projeto ficou com 1 disciplina para fazer a listagem do material e análise. Na medida do possível também se tentou avaliar o acervo através do sistema automatizado da biblioteca, o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas).

Conforme os dados levantados, se seguiu com os demais passos de uma pesquisa, e a apresentação dos resultados ocorreu através de uma redação cunho científico. Embasando-se na Resolução 196/96, onde frisa que toda e qualquer pesquisa científica deve cumprir seus objetivos e propor soluções para os problemas levantados sem que o estudo, venha agredir ou ferir as pessoas nos contextos éticos, morais, culturais e humanos e sim, despertar o interesse para novas pesquisas com o tema estudado e outros afins.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

A área denominada Catalogação, cuja notação é 025.3 apresenta um acervo com 45 títulos, totalizando no geral, 229 exempla-

res na área. Os exemplares são datados entre 1963 e 2009 e ocupam 6 prateleiras da área de Biblioteconomia. Dos 229 exemplares disponíveis no acervo, foram encontrados apenas 191. As prateleiras estavam organizadas por títulos e de acordo com o recomendado, havia poucos exemplares fora do seu lugar.

O acervo é composto de vários exemplares por título, chegando a ter 22 exemplares da mesma obra, apenas 19 deles dispõem de apenas 1 exemplar. Atendendo aos usuários do curso de Biblioteconomia, especificamente aos alunos de Representação Descritiva I e II.

Grande parte dos exemplares encontra-se em um estado crítico, necessitando ser direcionados à restauração. Dentre os 191 livros encontrados, 57 estão com a capa danificada, 2 estão sem capa, 32 estão com folhas soltas e amareladas, 12 estão riscados internamente, 3 estão com a folha de rosto rasgada e 24 já passaram por processo de encadernação.

Avaliando o estado de conservação do acervo de catalogação pode-se constatar que dos 191 livros encontrados, 106 estão em péssimo estado de conservação, necessitando serem encaminhados à restauração, apresentando apenas 85 em perfeito estado. Ao fazer a busca no sistema SIGAA constatou-se que 5 títulos estavam em processo de restauração.

Quanto à atualização, uma parte do acervo que é composta pelos códigos é bem antiga (1983), e outra apresenta títulos atuais com publicações do ano de 2003, 2004 e 2009. Tais informações podem ser apreciadas na figura 1.

**Figura 01** – Estado dos exemplares de Catalogação.



Fonte: Própria da pesquisa.

A área denominada Classificações Decimais cuja notação é 025.45 foi elaborada através da Classificação Decimal Universal (CDU). O seu acervo conta com 82 títulos, com exemplares datados entre 1969 a 2009. Representa um acervo de pequeno porte e ocupa exatamente quatro prateleiras. A primeira prateleira acomoda 12 livros, a segunda 14, a terceira 17 e a quarta 35. Dos 82 títulos da área foram encontrados disponíveis no acervo 78 livros. As prateleiras encontram-se organizadas de acordo com o que recomenda a literatura na área de organização de coleções.

No entanto, devido à inobservância de cuidados com o acervo percebe-se que a conservação e preservação do mesmo deixa a

desejar, uma vez que o papel assim como diversos suportes de escrita e impressão são de natureza bastante vulneráveis a diversos tipos de deterioração. Os títulos encontram-se em péssimo estado de preservação, com visíveis interferências de agentes químicos, dadas pelas variações de umidade da temperatura do ar condicionado que não permanece ligado 24 horas; pela ação de agentes de deterioração como insetos; o manuseio direto dos usuários com o documento realizado sem nenhum tipo de normas e procedimentos que assegurem uma melhor preservação dos títulos e a nítida percepção da carência de higienização periódica do acervo da biblioteca, além de uma política mais efetiva de avaliação, remanejamento, substituição e descarte de livros obsoletos e em péssimo estado de preservação.

Feita uma análise do acervo em questão percebeu-se que dos 78 livros dispostos nas prateleiras havia 25 livros rasgados, 14 livros riscados e 13 livros já passaram por algum tipo de processo de restauração e/ou encadernação. Tal observação revelou que apenas 26 livros encontram-se em perfeito estado de preservação e aptos ao manuseio sem qualquer tipo de restrição

Em relação ao critério de atualização, diagnosticou-se que não há publicações posteriores ao ano de 2009, o que nos permite concluir que os títulos que estão dispostos na biblioteca não foram substituídos por edições mais recentes ou mesmo não passaram por nenhuma avaliação de conteúdo, por exemplo.

Observado o interior dos documentos, identificou-se que 14 dos 82 encontram-se marcados por grafite, caneta, lápis, entre outros, diminuindo a vida útil dos materiais. Dessa forma, infere-se que não há uma preocupação dos bibliotecários da unidade de informação em educar o usuário, podendo ser considerado como um

agente em potencial para justificar a pouca demanda dos documentos dessa seção, além de explicar também a adequada organização dos registros na estante, sendo uma das poucas seções que se mantém organizada mesmo com um fluxo considerável de usuários que fazem uso do acervo da área de Biblioteconomia (Figura 2).

**Figura 02** – Estado dos exemplares de Classificação



Fonte: Própria da pesquisa.

A outra área escolhida dentro do acervo do curso de Biblioteconomia foi a área denominada Leituras cuja notação é 028, tal notação também se deve a Classificação Decimal Universal (CDU). De acordo com a lista de livros fornecida pela Biblioteca Central o acervo conta com 209 títulos, cujos exemplares são de datas entre

1968 a 2011. Representa um acervo de pequeno porte e ocupa quatro prateleiras, onde conforme a observação pessoal se encontrou exatamente divididas da seguinte forma: primeira prateleira acomoda 47 livros, a segunda 39, a terceira 34 e a quarta 26.

De 209 títulos da área foram encontrados disponíveis no acervo 146 livros. As prateleiras também se encontraram bem organizadas estando de acordo com o que recomenda a literatura. É importante ressaltar que a maioria dos exemplares está em excelente estado de conservação e preservação, tal acervo conta com muitos livros novos e bem preservados, onde não há rabiscos (de caneta, lápis ou lapiseira) e exemplares rasgados, conforme figura 03.

**Figura 03** – Estado dos exemplares de Leitura.



Fonte: Própria da pesquisa.

Porém, existe uma minoria de livros que se encontram em um estado de conservação e preservação ruim (rabiscados e rasgados), mesmo com essa realidade ainda se pode permanecer o contato dos exemplares com os usuários, não estando dessa forma totalmente inacessíveis e precisando ser desbastados.

Continuando com a observação do acervo percebeu-se que dos 146 livros disponíveis nas prateleiras havia 8 rasgados, 7 riscados, 6 com folhas velhas e amareladas e 16 livros que já passaram por algum tipo de restauração ou encadernação. Estando assim 125 livros em perfeito estado de preservação e aptos ao manuseio sem qualquer tipo de restrição, como indicado na figura 04 a seguir.

**Figura 04** – Estado dos livros restaurados na área de Leitura.



Fonte: Própria da pesquisa.

Dos 7 livros riscados observou-se em suas partes internas que esses encontram-se marcados por grafite, caneta, lápis, entre outros materiais de escrita, diminuindo a vida útil dos materiais deteriorando-os.

Voltando-se o olhar para o critério de atualização, foi verificado que existem publicações desde o ano de 1968, da década de 70, 80, 90 e chegando aos anos 2000 até o ano de 2011, mostrando que o acervo passou por um processo de atualização.

Infere-se que nesta determinada área do conhecimento do acervo estudado há a preocupação dos bibliotecários da unidade de informação em manter um padrão de conservação, preservação e atualização de desenvolvimento de coleções.

Pode-se visualizar melhor as informações sobre os dados estatísticos citados ao longo do artigo no QUADRO 1 a seguir e nas imagens mostradas no Apêndice A.

**QUADRO 1** - Dados sobre o estado de conservação e preservação dos exemplares da área de Biblioteconomia da Biblioteca Central da UFMA.

ÁREA	Rasgados	Riscados	Velhos e Amarelados	Restaurados	Em bom estado para uso	Total de exemplares do acervo
Catálogo	61	12	32	24	85	229
Classificações Decimais	25	14	52	13	26	82
Leitura	8	7	6	16	125	209

Fonte: Quadro elaborado a partir da própria pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo fazer um levantamento do quantitativo de registros bibliográficos referentes ao curso de graduação em Biblioteconomia, analisando qualitativamente o estado de preservação e conservação dos títulos nas áreas de Catalogação, Classificação e Leitura.

Cabe salientar, que obras bibliográficas disponíveis para empréstimo precisam de uma avaliação emergencial de seu estado físico, pois se encontra em estado acelerado de degradação, em especial o acervo correspondente à temática de Classificação (025.45). Outro ponto a ser levantado diz respeito ao critério de atualidade dos livros que se encontram dispostos nas prateleiras o que foi assinalado por um bibliotecário da unidade, em uma conversa informal, como uma carência no mercado editorial na área de Biblioteconomia.

A organização do acervo consistiu em uma questão de análise, pois os títulos encontram-se desordenados nas estantes, o que dificulta na localização do registro bibliográfico no acervo, inviabilizando o uso do sistema automatizado que tem com finalidade facilitar a busca e recuperação da informação em um curto espaço de tempo.

Ao longo da pesquisa verificou-se que existem diversos fatores que aceleram o processo de desgaste desses registros, uma vez que estes se encontram no suporte papel e são mais vulneráveis aos danos dos agentes químicos diretos e indiretos encontrados no ambiente, tais como: as instalações; a relação entre unidade com temperatura, pois, o ar condicionado não funciona 24 horas por dia; cuidados com a exposição da documentação à luz por parte dos usuários seja ela natural ou artificial; higienização periódica do acervo; entre outros.

Verificou-se também que a Biblioteca Central necessita desenvolver atividades de educação do usuário, pois estes estabelecem contato direto com a obra tornando-se agentes de risco potencial para o acervo pelo mau uso do documento. Toda a sociedade acadêmica deve ser informada sobre os cuidados preventivos que se deve tomar para prolongar a vida útil do livro e evitar sua restauração ou perda.

O diagnóstico sobre a conservação e preservação é o primeiro passo para a sua manutenção muito antes em pensar em restauro dos documentos preventiva de um acervo, proporcionando uma melhor manutenção dos materiais a fim de evitar a sua deterioração e preservar a integridade do documento.

## REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1996. p. 356.

KREMER, Jeannette Marguerite; GOMES, Sonia de Conti; SILVEIRA, Julia Gonçalves da Silva. Avaliação das condições de preservação e do estado de conservação da coleção da biblioteca da escola de biblioteconomia da UFMG. **R. Escola de Bibliotecon.** UFMG, BH, v.21, n. 1, p. 133-173, jan-jun./92.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. 2007 – ISSN: 1678-765X.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

VELOSO, Waldir de Pinho. **Metodologia do Trabalho Científico: normas e técnicas para redação de trabalho científico**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2001. 366 p.





## BIBLIOTECA PÚBLICA E MEMÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

*Francilene Cardoso*<sup>1</sup>

### RESUMO

Problematizaremos a relação Estado/Sociedade e a memória social no Brasil, examinando o particular modo de constituição e vocação da Biblioteca Pública como aparelho hegemônico do Estado, bem como a prática dos profissionais da informação, pensando a necessidade de novas práticas que rompam silêncios e invisibilidade de memórias da população negra, possibilitada através de atitudes contra-hegemônicas, ou seja, de uma posição crítica frente a memória oficial e passe a acolher a memória de setores populares, voltando-se para questões étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Memória. Biblioteca Pública. Identidade negra.

### RESUMEN

Problematización a cerca de la relación entre Estado/Sociedad y la memoria social en Brasil, examinando el modo particular de la formación y vocación de la Biblioteca Pública enquanto aparato hegemónico del Estado, así como la práctica de los profesionales de la información, teniendo en cuenta la necesidad de nuevas prácticas que rompen el silencio y la invisibilidad de los recuerdos de la población negro, posibles gracias a las actitudes contra-hegemónicas, es decir, tomar una posición crítica frente a la memoria oficial y pasar la memoria de los sectores populares, convirtiendo a cuestiones étnicas y raciales.

**Palabras clave:** Memoria. Biblioteca Pública. Identidad negra.

---

1 Professora substituta de Biblioteconomia da UFRJ/Brasil. Doutoranda da Escola de Serviço Social pela UFRJ, email: negafranci@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de capítulo da pesquisa de mestrado **A Biblioteca Pública na (re) construção da identidade negra**, aprovada no ano de 2011 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense cujo objetivo foi realizar algumas reflexões teóricas a partir de uma experiência em oficina de práticas leitoras com Literatura Infantil e Juvenil (LIJ) constante no acervo em Biblioteca Pública no Maranhão, Estado com população majoritariamente negra, quando se constatou a insuficiência de materiais informacionais representativos da memória e história dos afro-brasileiros na coleção.

Nesse trabalho problematizaremos a relação Estado/Sociedade e a memória social no Brasil, examinando o particular modo de constituição e vocação da Biblioteca Pública como aparelho hegemônico do Estado, bem como a prática/formação dos profissionais da informação, pensando a necessidade de novas práticas que rompam silêncios e invisibilidade de memórias da população negra, possibilitada através de atitudes contra hegemônicas, ou seja, vendo a Biblioteca Pública enquanto aparelho estatal que tome uma posição crítica frente a memória oficial e a cultura da elite e passe a acolher a memória de setores populares, voltando-se para questões étnico-raciais.

É importante deixar claro que não se pretende negar a contribuição do que já foi preservado na biblioteca pública até hoje, mas é evidente que historicamente se preservaram as ideias, valores e ideologias de quem detinha o poder e que a própria prática de construção de lugares de memória histórica, desde o primeiro momento, nos contextos de seleção ou de tratamento da informação, reflete essas visões de mundo.

## 2 BIBLIOTECA PÚBLICA, ESTADO E SOCIEDADE

Na sociedade contemporânea, a biblioteca pública possui uma função fundamental que é a de produzir, organizar e permitir o acesso à informação/cultura, ser mediadora entre o público e a informação/cultura/memória, produtora de novos saberes que possam construir novas identidades. Depois precisamos considerar também que em sociedades divididas em classes, como a sociedade capitalista, as bibliotecas também atuam como o que o italiano Antonio Gramsci denomina de Aparelho Hegemônico do Estado - AHE, concretizando estratégias de persuasão e busca de consenso, ou seja, se constituem espaços de práticas, agentes de ideologias, que se somam para a propagação de determinados valores, concepções e representações de uma dada realidade.

Para pensar a biblioteca como AHE precisamos primeiramente entender o conceito de Estado, sua origem numa coletividade para suprir necessidades e transformações, bem como o conceito de hegemonia tal como foi elaborado pelo pensador italiano Antonio Gramsci.

Gramsci (1975) considera que o Estado sempre evidencia e representa a dominação político-ideológica de uma classe sobre outra, entendendo o Estado como sociedade civil mais sociedade política. De acordo com Gramsci (1975, p. 23)

A noção geral de Estado inclui elementos que precisam ser relacionados à noção de sociedade civil: o Estado=sociedade política + sociedade civil, em outras palavras hegemonia coberta com a armadura da coerção.

Segundo o autor, a primeira é a esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas de uma dimensão material própria, e a segunda, quer dizer o conjunto dos organismos comumente chamados “privados”, como igrejas, escolas, sindicatos, associações etc. No absolutismo, a Igreja como aparelho ideológico do Estado, não tinha autonomia nenhuma em relação ao Estado; este era absoluto e impunha sua ideologia, mas com as revoluções democrático-burguesas (como a Revolução francesa no século XVIII) e com o triunfo do liberalismo, o Estado “passa a ser laico”, não “impõe” mais uma religião ou uma visão de mundo em geral.

Surge assim, o que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia”, os velhos aparelhos ideológicos do Estado (igrejas, universidades, etc.) tornaram-se autônomos, passam a fazer parte da sociedade civil e também se criam novas organizações autônomas do Estado como os partidos de massa, os sindicatos, os jornais de opinião que passam a defender interesses particulares, mas também são portadores de cultura e de ideologias.

O conceito de AHE foi empregado por Gramsci pensando o reconhecimento da cultura como dimensão necessária à prática política a fim de situar o lugar e os momentos de uma revolução cultural na transformação da sociedade (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Gramsci construiu o conceito de Aparelho Hegemônico do Estado a partir de seus estudos sobre Hegemonia usando-a

[...] para designar a maneira como um poder governante *conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio*- apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar conjuntamente o consentimento e a coerção[...]. (EAGLANTON, 1997, p. 105)

No volume primeiro de *Cadernos do Cárcere* (1975, p. 56) Gramsci diz que

A hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais tem duas linhas estratégicas: uma concepção geral da vida, com uma filosofia que dê aos aderentes uma dignidade de contrapor as ideologias dominantes como princípio de luta; um programa escolástico que interesse e dê uma atividade própria no seu campo técnico a aquela fração de intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa, (professores de escolas, universidades) [podemos incluir também gestores culturais]. (Tradução da autora).

Gramsci atribuía à cultura uma dimensão política, valorizando seu papel tanto na transformação da sociedade quanto na conservação, o que nos faz perceber que *a hegemonia é uma direção político-cultural*, é obtenção de convencimento/consenso para um universo de valores, normas éticas e de conduta. Assim, falar de hegemonia em Gramsci é também falar de cultura; é a forma de obter consenso por um setor da sociedade objetivando realizar transformações (COUTINHO, 2009).

De acordo com Coutinho (2009, p.45)

Sem a transformação das estruturas econômicas da sociedade não podemos falar em revolução mais ao lado disso é preciso uma revolução intelectual e moral, isto é, cultural, que introduza novos valores, prepare e favoreça um caminho efetivamente revolucionário.

Nesse sentido, a tarefa dos que lutam por uma sociedade outra, justa e democrática, passa a ser a de combater um Estado coercitivo, mas também, transformar ideologicamente a consciência das camadas populares, especialmente aquelas que historicamente

têm sofrido com as desigualdades sociais e raciais existentes no nosso país, como a população afrobrasileira, afirmando diferentes identidades de classe, de gênero e de raça e, ainda, formar uma consciência crítica nos sujeitos.

É neste sentido que a Ciência da informação/Biblioteconomia pode se enriquecer com o pensamento gramsciano, para pensar as bibliotecas públicas como instituições sociais não neutras. No âmbito das bibliotecas públicas a hegemonia do Estado atua a partir da institucionalização das coleções, da formação dos acervos e das ações culturais da biblioteca satisfazendo os objetivos da classe dominante em garantir a hegemonia política que sustenta seu poder, utilizando, entre outros, a lembrança e o esquecimento como instrumentos para a dominação.

Para materializar este pensamento, podemos citar como exemplo, a vinda da Biblioteca Real de Portugal para a colônia brasileira, na qual, ao mesmo tempo em que marcou um importante passo para a cultura no país possibilitando a difusão do conhecimento registrado, assegurou a visibilidade ao poder constituído e silenciou o saber produzido pela classe social cuja via é predominantemente oral.

Assim, foram construídas biblioteca por todo o país. Emir Suaiden (1995) identifica cerca de 20 bibliotecas públicas que foram construídas por iniciativas de governos no século XIX, distribuídas nas várias regiões do país. Essas bibliotecas foram erigidas em lugares improvisados e inadequados para a alfabetização do público com instalações precárias e carentes de recursos. As melhores instituições eram freqüentadas por uma classe mais erudita, o que afastou cada vez mais a população desfavorecida da biblioteca, cuja preocupação

estava voltada para a preservação do material impresso; mais tarde surgem tentativas de fazê-las frequentadas pelos setores populares. Mas estes projetos não se mostravam eficientes uma vez que a função da biblioteca pública se limitava a apenas abrir suas portas.

Este espaço era financiado por pessoas da classe dominante, não despertando na sociedade a real importância desta, para o povo da oralidade que não via na biblioteca nem sua história, nem sua memória. Sendo assim, o que a biblioteca significou para as chamadas sociedades de memória, sociedades da oralidade?

Podemos entender que essas bibliotecas representaram mais um fosso, mais um aliado para a exclusão social; que nas bibliotecas têm-se dado entre outras coisas através da rara disponibilidade de materiais e ações didático-pedagógicas que retratem as experiências e o cotidiano desses povos.

O profissional da informação/bibliotecário, através dos discursos de neutralidade da profissão, acabou atuando como “um mero instrumento ideológico que apenas transmite e reproduz informações de interesses destoantes aos das classes populares” (ALMEIDA JUNIOR, 1995, p.1).

No Brasil Colônia, entre os anos de 1500 e 1822, os jesuítas, ao mesmo tempo em que facilitaram acesso aos bens escritos, instrumentalizaram e impuseram seus ideais religiosos à população. Na república, como mostra Gomes (1982, p. 84) em estudo sobre biblioteca e sociedade no período republicano, as bibliotecas brasileiras

*reuniram, conservaram e difundiram, limitadamente e de modo reflexo a cultura estrangeira. Baseavam-se nos mesmos padrões, compostas de livros que eram veículos de uma cultura erudita importada, fundamentada nos ideais humanistas de desenvolver virtualidades do homem. Eram acanhados repo-*

sitórios de produtos acabados do corpo ideológico da cultura erudita, consideradas insígnias do homem culto e superior.

Diante do quadro exposto, podemos perceber que a biblioteca pública não se constituiu num espaço neutro, como afirmam alguns profissionais que nela atuam. Seu mito de ser “centro local de informação disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento” e de que “seus serviços devem se basear na igualdade de acesso independente de raça, sexo, religião, etc, como preconiza o Manifesto da Unesco para Bibliotecas Públicas” (BRASIL, 2000, p.21), demonstra que “[...] a biblioteca pública se ligou, ideologicamente, aos que tradicionalmente detinham o poder econômico e constituíam a minoria da nossa população opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia”. (RABELO, 1987, p. 25).

Igualdade, liberdade e democracia são palavras e representam algo. São carregadas de conteúdo e têm uma disputa de significados nestas palavras, podendo ser utilizadas com objetivos diversos. Nossa hipótese é a de que, ao usar estas palavras, os profissionais da informação/bibliotecários estão se referindo a uma acepção liberal destas, reafirmando os princípios de uma doutrina, que é a doutrina liberal, aplicados a bibliotecas públicas e que têm sido reafirmados nas últimas duas décadas pelo neo-liberalismo.

O neo-liberalismo não é uma nova palavra, mas é uma nova face do liberalismo: vem da mesma tradição, e ainda que aditivada como nova, como neo, seus pilares fundamentais foram constituídos pelo economista austríaco Friedrich August Von Hayek em 1944 quando escreveu o livro *O caminho da servidão*. O que é o caminho da servidão? Para ele é um Estado intervencionista, um Estado que

intervém impondo-se nas relações comerciais. Toda intervenção estatal é o caminho da servidão, é a perda da liberdade.

O conceito de liberdade tem um peso para os liberais, é um conceito que alguns autores qualificam como negativa, não no sentido pejorativo ou como juízo de valor, mas como caracterizada pela ausência de impedimentos, constrangimentos, normas, isto é, a liberdade que se esgota na declaração de que todos são iguais perante a lei. É uma liberdade formal, que apenas considera no plano formal a inexistência de constrangimentos e impedimentos para que os indivíduos e empresas realizem seus anseios, seus desejos, mas jamais vai considerar as condições e as desigualdades de condições para que as pessoas realizem seus desejos, e, menos ainda, para que satisfaçam seus direitos.

Para os liberais, e particularmente os neoliberais, a desigualdade existente é produzida não pelo sistema social desigual. Segundo eles, o sistema deve garantir esta liberdade negativa, as desiguais condições e o desigual acesso aos bens e serviços de uma sociedade; a desigualdade na apropriação da riqueza social, para a corrente liberal, depende não de um sistema essencialmente desigual, mas o contrário, das capacidades diferentes dos indivíduos.

A tradição liberal se conforma com a existência de igualdade formal, basta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que todos nascem iguais perante a lei, de que todos têm direito à informação, de que não haverá qualquer censura a diferenças de raça etnia, religião etc; basta à garantia formal de liberdade ou liberdade negativa para que o sistema não possa mais ser responsabilizado pelas desigualdades.

Contudo, essa desigualdade que é percebida no pensamento liberal é o resultado natural das diferentes capacidades entre os indivíduos; o problema não estaria no sistema, mas é responsabilidade dos indivíduos, se ele ganha muito, se ele se apropria da riqueza social é porque ele é capaz, e se ele é pobre, não se apropria de riqueza social é porque ele é responsável da sua própria situação; se ele não tem acesso a serviços de informação e de cultura ele é incompetente, incapaz ou não está preparado; é essa a justificativa neo-liberal.

Com essa posição ideológica, a Biblioteca Pública fixa sua função social, passando a denotar espaço de acesso à informação mesmo que da informação registrada.

Segundo Milanesi (1989, p. 12) isso

[..] reduz drasticamente o papel da biblioteca dentro da sociedade contemporânea. Isso quer dizer que se ela não ocupar os espaços que as necessidades sociais e os avanços tecnológicos criam progressivamente será marginalizada como instituição do passado e, portanto, sem função. A questão que se levanta é relativa ao papel da biblioteca: ela organiza impressos ou informação?

A Biblioteca Pública sustenta sua ideologia através principalmente de suas ações de seleção e nas ações culturais (entre outras, ações como a da classificação e da catalogação) que desenvolve ao mesmo tempo em que decide por uma forma de olhar a realidade, automaticamente está excluindo outra.

Nesse processo de relação entre informação, cultura, Estado e biblioteca pública, esta vem selecionando, organizando e disseminando certa forma de perceber a realidade que não contempla uma maioria subjugada, atuando como um aparelho hegemônico que submete os sujeitos sociais ao poder dominante através do consen-

timento. Mas a Biblioteca Pública como aparato de hegemonia não estaria suscetível de acolher práticas de contra-hegemonia? De qual maneira?

### 3 BIBLIOTECA PÚBLICA E MEMÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA

Luis Augusto Milanese, em estudo fruto de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo no ano de 1985, apresentada no livro *Ordenar para desordenar*. Milanese (1989) analisa o papel da biblioteca e demonstra que esta pode ser aparelho de “desordem” ou, na nossa leitura, de contra-hegemonia, quando reconhece nesta instituição uma possibilidade de ruptura e de suscitação de novos modos de conceber a realidade social, tornando possível sua transformação, dada a organização que faz dos múltiplos discursos contidos em seu acervo, uma vez que “o fundamental não é a informação em si, mas o conflito que traz. [...] não é o conteúdo, a carga ideológica, mas a força dos antagonismos em choque. [...]” (MILANESI, 1989, p. 25).

A biblioteca pública enquanto aparato de hegemonia, pode acolher perspectivas contra-hegemônicas; foi o que aconteceu no Projeto Consciência Negra-PCN<sup>2</sup> quando do trabalho com a memória da população negra, que mesmo com todo o quantitativo de

---

2 Projeto de Ação cultural desenvolvido em 2011 na Biblioteca Infante-Juvenil “Viriato Corrêa” Biblioteca, em São Luis do Maranhão com o objetivo de comemorar o dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência através de atividades que congregasse informação, cultura, lazer e práticas pedagógicas de maneira a estimular o conhecimento da diversidade cultural do Brasil em particular da cultura africana e afro-brasileira e maranhense fomentando aos usuários o gosto pela leitura e pela pesquisa. ver Cardoso(2012)

negros no Maranhão e do significado do negro na história brasileira, apenas recentemente foi trabalhada naquela biblioteca. Este projeto está sendo entendido assim porque trabalhar qualquer tipo de cultura que vai à contra- mão da cultura hegemônica, para os quais esse aparelho existe, significa construir contra-hegemonia, e isso passa pela ordem da política e, voltando para Gramsci, pela cultura, ou seja, pela introdução de novos valores que favoreçam efetivamente uma transformação social.

Considerando a especificidade da biblioteca pública, é importante que esta contribua com o objetivo primordial desta instituição, que é a salvaguarda do patrimônio cultural material, mas também do patrimônio imaterial do Brasil. Assim, o papel desta biblioteca neste novo século será trabalhar com informação registrada, mais também com a memória, relacionada também com a cultura negra, tanto para permitir a fruição do acervo por parte de pesquisadores e do público em geral, como para promover e afirmar o conhecimento dessa coletividade entre seus produtores (artistas, contadores de histórias, movimentos sociais negro, griots, etc) preservando e valorizando a memória do local em que a biblioteca está situada.

Para o historiador francês Pierre Nora, especificamente no artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* do ano de 1984 e publicado no Brasil em 1993, memória:

é a vida, sempre levada por grupos vivos e, por isso mesmo, está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível a longas latências e a revitalizações repentinas. (...) é um fenômeno sempre atual, um elo vivido com o presente eterno; (...) Porque é afetiva e mágica, só se acomoda por detalhes

que confortam; ela se nutre de lembranças fluidas, que se interpenetram, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, é sensível a todas as transferências, filtros, censuras ou projeções. (...) A memória instala a lembrança no sagrado, a história daí a desaloja, torna-a sempre prosaica. A memória surge de um grupo que ela solda, o que significa dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos; que ela é, por natureza, múltipla e multiplicada, coletiva, plural e individualizada. (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto. (NORA, 1993, p. 3)

A memória fornece “quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social” (MENESES, 1992, p.22). Assim, ela pode mudar o passado para compensar o presente; a memória faz isso o tempo inteiro. Ela é individual, mas também é coletiva, construída socialmente, isto é, depende das relações sociais (familiares, escolares, profissionais, etc), como analisou o sociólogo francês Maurice Halbwachs em seu livro *Memória coletiva* de 1990.

Outra contribuição que merece destaque é a do francês Michael Pollak (1989), que entende memória como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar. [...] [a memória] se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais” (POLLAK, 1992, p.9). Pollak (1992) caracteriza a memória como seletiva, organizada em função das preocupações pessoais e políticas do momento “todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político”, chegando à conclusão de que a memória é um fenômeno construído em todos os níveis, social e individualmente, e que

“quando se trata da memória herdada, podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (Pollak, 1992, p. 5).

A biblioteca, assim, precisa atuar em coordenação permanente com os diferentes setores da sociedade, para funcionar como mediadora no acesso a memória histórica impressas, digitais e orais, bem como na produção desta através memória oral e no incentivo à leitura nas diferentes ações culturais desenvolvidas pela biblioteca. Para isso, resulta fundamental importância que o profissional da informação/bibliotecário exerça função de “intelectual orgânico” sendo, antes de tudo, um organizador e educador, atuando como um criador e mediador de ideologia e visões de mundo outras (GRAMSCI, 1980).

No Brasil, ainda hoje, a memória oral - de uma forma ou de outra - ainda resiste como um importante meio de transmissão da informação e do conhecimento. Essa tradição tem sido responsável pela preservação da memória coletiva do país, principalmente através das manifestações populares como e das práticas religiosas de matriz africana como candomblé, tambor de mina, umbanda, terêco, entre outras. Essa memória é transmitida, em sua maioria, por pessoas mais velhas e pelos griots, que são o que podemos chamar de mestres da tradição oral, que transmitem o saber através da palavra falada. Muitas vezes são líderes comunitários, ou de grupos culturais e religiosos, envolvidos com a cultura popular, podem ser pais e mães de santo, artistas, educadores populares, benzedeiros ou benzedeiros, envolvidos com a medicina tradicional, etc.

Pensando de forma mais abrangente, o trabalho do profissional da informação, em biblioteca pública, precisa apoiar as atividades de produção, preservação e disseminação da memória oral na

comunidade na qual a biblioteca se insere comprometendo-se com o desenvolvimento da mesma.

A constituição da biblioteca pública não se deu de maneira natural, mas foi fruto de determinadas condições materiais. Com esta consciência podemos torná-la verdadeiramente democrática na medida em que tanto “sua forma como seu conteúdo” considerarem o contexto sócio-cultural na qual esta se insere. A luta pela hegemonia deve passar também pela concretização da cidadania de sujeitos de camadas populares como objetivo central de uma biblioteca verdadeiramente democrática - este é o grande desafio para o profissional da informação/bibliotecário atuante nestas bibliotecas.

A biblioteca pública pode, de certo modo, produzir um acervo popular, de resistência à cultura dominante, mas apenas de dentro deste mesmo processo cultural. Entretanto, este novo acervo precisa advir das próprias camadas populares, com suas próprias narrativas, tradições e memórias.

#### **4 CONCLUSÃO**

A biblioteca pública tem como sinônimo a palavra inclusão, mas não surgiu para incluir toda a sociedade; seus serviços, por muito tempo, estiveram voltados para um determinado segmento da sociedade. É importante colocar que esse discurso democrático da biblioteca pública surgiu com os ideários iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, mas que não se sustenta considerando a realidade brasileira. No caso do Brasil, população em sua grande

maioria composta de pretos e pardos<sup>3</sup>, o mínimo que a biblioteca deve fazer é dialogar adotando a produção local dessa população, preservando-a e disseminando-a; para que esta se reconheça situada na história e incentive o respeito à diversidade étnico-cultural do país. Afinal, a biblioteca não é só espaço que disponibiliza informação, mas um ambiente que pode criar hábitos e valores.

Defendemos que na Biblioteca Pública podem ser incluídas memórias afrobrasileiras quando das ações culturais para tornar viável o desenvolvimento de coleções, exercendo de fato a relação informação, cultura e sociedade. Para tanto, o profissional da informação/bibliotecário precisa estar atento às práticas que desenvolvem no ambiente das bibliotecas, voltando suas ações para a abertura de caminhos que contemplem outras formas de desenvolvê-las, cumprindo o papel da biblioteca pública de ser tudo pra todos, isto é, para que de fato se torne democrática, pois como desenvolver coleções hoje se têm memórias que os profissionais da informação/bibliotecário desconhecem?

O desenvolvimento de um trabalho nesta perspectiva exige, entre outras coisas, que este profissional compreenda a dimensão do negro na sociedade e os muitos entraves que tem contribuído para sua pouca inserção social. Um caminho a ser trabalhado é reavaliar a constituição informacional da biblioteca e selecionar conteúdos históricos e memoriais que possam reparar a dignidade da população negra. Assim, poderá construir uma identidade através da ação cultural e de ação de seleção desenvolvida na biblioteca em que possa

---

3 De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 2000 a maioria da população brasileira se assume como não-branca, ou seja, preta, parda e indígena e amarela. Deve-se considerar que a população indígena e amarela é bastante reduzida no Brasil.

trabalhar com os usuários uma visão crítica da realidade e uma retrospectiva cultural em busca da identidade negra. Novas possibilidades se apresentam à biblioteca pública ao agregar à sua prática as memórias da população negra. Socializá-las é tornar viva e dinâmica a identidade e a cultura dessa população.

É importante pensar a biblioteca pública como fenômeno político. Como parte de um projeto de Estado, de uma cadeia de poder; a biblioteca pública, por muito tempo, foi espaço de determinado tipo de hegemonia informacional no qual, determinados tipos de memórias não foram agregadas e, sobretudo é importante deixar nítido que a biblioteca pública, como aparato de hegemonia, está suscetível de acolher atitudes contra-hegemônicas. Ela é uma área de embates e conflitos, mas como projeto, como instituição e como vocação ela é aparato de hegemonia e serve para reproduzir essa hegemonia. Então, trabalhar com a memória “negra”, ou com outras que não são parte dos projetos hegemônicos da classe dominante, tem uma relevância política na constituição da biblioteca pública.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário**. São Paulo: APB, 1995.

BRASIL. MANIFESTO DA UNESCO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: [http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss\\_FrancileneCarmo.pdf](http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss_FrancileneCarmo.pdf) DATA

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade**: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Revolução**. Anotações de Palestra na Escola de Serviço Social, 2009.

GOMES, Sônia de Conti. **Biblioteca e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Itália: Einaudi, 1975.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: círculo do Livro, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MENESES, Ulpiano T. B. A história cativa da memória. **Revista Inst. Est. Brasileiro**, São Paulo, 1992, n. 34, p. 9-24.

MILANESI, Luis. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2,v.3, p.3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>(1985).

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FVG, v.5, n.10, p.200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca Pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.



# O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO AMBIENTE DE TRABALHO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: uma questão social

*Marília do Socorro Trindade<sup>1</sup>*

*Isabel Cristina dos Santos Diniz<sup>2</sup>*

## RESUMO

Aborda-se a contribuição e influencia do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho das bibliotecas universitárias como uma questão social que merece atenção na atualidade e que influencia na atuação do bibliotecário e na sua imagem na sociedade. Conclui-se que os gestores precisam observar e rever o seu papel no ambiente informacional, tendo em vista que as relações de trabalho estão sujeitas a mudança e que esta pode afetar o comportamento das pessoas e o rendimento da produtividade.

**Palavras-chave:** Relacionamento interpessoal; Ambiente de trabalho; Biblioteca Universitária.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva traçar teoricamente a contribuição e influência do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho das bibliotecas universitárias, conforme descrito a seguir.

---

1 Graduada em Biblioteconomia – UFMA (mariliafisica@hotmail.com)

2 Docente do Curso de Biblioteconomia – UFMA (isantosdiniz@bol.com.br)

O estudo do comportamento humano teve como um de seus primeiros pesquisadores e grande colaborador o psicólogo Kurt Lewin, considerado o fundador da Escola da Dinâmica de Grupo. Em pesquisas sobre o comportamento social elaborou a Teoria de campo de Lewin, baseada em duas suposições fundamentais: a primeira é que o comportamento do homem é derivado da totalidade de fatos coexistentes e a segunda é que esses fatos coexistentes têm o caráter de um campo dinâmico, no qual cada parte depende de uma inter-relação com as demais partes (CHIAVENATO, 2003).

Segundo o mesmo autor, outra colaboração foram os estudos realizados sobre a Dinâmica de Grupos, chegando à constatação de que a produtividade de um grupo e sua eficiência está estreitamente relacionada à cooperação entre seus membros e não somente através da satisfação de suas necessidades materiais. Ressalta-se que a dinâmica de grupo é um dos assuntos preferidos da Teoria das Relações Humanas. Para que o indivíduo possa alcançar integração e rendimento no ambiente de trabalho é fundamental o desenvolvimento das relações humanas ou relações interpessoais. Isto, porque as organizações e suas atividades dependem, sobretudo, das pessoas, o que as fazem indispensáveis neste contexto. Podendo estas influenciar no comportamento das pessoas e afetar os resultados da empresa, dependendo das relações neste cenário.

Para a Teoria das Relações Humanas no contexto organizacional a produção tende a aumentar quando há contatos sociais decorrentes do processo de interação entre as pessoas. Dessa forma as relações interpessoais são vistas como “as trocas, as comunicações, os contatos entre pessoas, uns interagindo com os outros, nas mais diferentes situações que fazem parte da existência humana.” (MA-

GALHÃES, 1999, p. 18). Podem também serem chamadas e/ou consideradas competências relacionais:

Competências interpessoais, comunicacionais e que dizem respeito à capacidade de cooperar e trabalhar em equipe e de conviver com os outros. As competências relacionais se expressam pelas atitudes que favorecem o melhor relacionamento entre pessoas, gerando o espírito de compartilhamento [...]. (BARRETO, 2005, p. 170).

Com base nos autores supracitados, é possível presumir que as relações interpessoais são estabelecidas a partir da interação. Implica dizer que “a interação entre as pessoas ou a mera expectativa de tal, indica um relacionamento interpessoal, porque no momento em que nos comportamos segundo as expectativas do outro, já estamos nos relacionando com ele.” (UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, 200-?). E, no ambiente de trabalho torna-se imprescindível que o ser humano tenha condições de superar as diferenças em seus relacionamentos buscando, dessa forma, estabelecer meios de facilitar a realização do trabalho. Para que as relações interpessoais sejam estabelecidas dentro de uma organização, faz-se necessária a existência de um contato entre aqueles que nela trabalham - uma percepção entre e sobre os indivíduos (TOURINHO, 1982).

O mesmo acontece no ambiente de trabalho das Bibliotecas Universitárias, pois a sua estrutura organizacional requer a mesma preocupação para a otimização dos seus serviços. Dentro desta linha, ressalta-se a importância de considerar o fator humano como mola que impulsiona o desenvolvimento e a qualidade nos serviços prestados. Dessa forma, tanto gestores quanto os usuários da Biblioteca Universitária exigem não apenas as competências técnicas, mas tam-

bém competências sociais, pois a interação entre estas serão refletidas nas competências profissionais como um todo. Considerando que a execução das tarefas quase sempre pressupõe interação com outras pessoas, assim não basta apenas ser competente tecnicamente, é preciso estabelecer boas relações interpessoais. No entanto, para que as relações interpessoais estabeleçam-se de forma positiva no contexto das Bibliotecas Universitárias é essencial que seja observado pelos gestores o comportamento humano dos seus bibliotecários, considerando que estas “[...] são apontadas como um dos elementos que contribuem para a formação do relacionamento real na organização.” (COSTA, 2004, p. 21). Refletindo, portanto, os sentimentos, ansiedades, emoções e expectativas desses profissionais.

As relações interpessoais podem trazer interferências diretas no resultado da prestação de serviços das Bibliotecas Universitárias, levando-se em consideração que todas as suas atividades vão culminar em prestação de serviço ao usuário, e grande parcela é o contato direto com o público. Essa efetivação da missão da biblioteca depende, dentre outras coisas, da imagem que o bibliotecário apresenta aos usuários, porém tal imagem começa a ser construída durante a relação interpessoal de bibliotecário com bibliotecário, internamente. E, no ambiente de trabalho das Bibliotecas Universitárias as relações interpessoais existentes podem ser vistas de acordo com a sua moldagem, ou seja, a forma com que estas são desenvolvidas que podem variar dependendo da gestão, influenciando, inclusive, na qualidade de vida das pessoas, comportamento, objetivos pessoais e, conseqüentemente, no funcionamento da organização e resultado dos serviços, pois certamente, “[...] é difícil separar as pessoas das

organizações, e vice-versa [...]” (CHIAVENATO, 1989, p.18 apud SOUZA; RAMOS, 200-?).

Neste enfoque é de suma importância que os gestores de Bibliotecas Universitárias desenvolvam ações voltadas não apenas para questões técnicas, que na maioria dos casos parece ser a maior preocupação, mas paralelo a isto, a preocupação com as relações humanas estabelecidas nestes ambientes. Deve-se considerar que as empresas são constituídas de inteligência, algo que somente os seres humanos possuem, desta forma são considerados recursos essenciais, sem os quais nenhum investimento teria retorno (CHIAVENATO, 2000).

A administração dos recursos humanos da organização é um desafio a ser vencido cotidianamente pelos gestores das Bibliotecas Universitárias, levando em conta que o comportamento humano é complexo e imprevisível, o que demanda maior esforço dos gestores para alcançar as metas desejadas pela instituição. Embora a realidade exija este novo desafio aos gestores de bibliotecas, é possível constatar que as abordagens sobre a problemática ainda estão surgindo timidamente na área de Biblioteconomia. Essa afirmação dá-se devido à dificuldade de encontrar publicações acerca do assunto.

Com o advento da Teoria das Relações Humanas uma nova linguagem passa a fazer parte do contexto organizacional, onde a ênfase nas pessoas, isto é, a visão do homem social já desponta como relevante, considera-se o comportamento individual e em grupo, as competências exigidas de cada profissional, estando estas atreladas ao ambiente de trabalho.

Na atualidade, o homem econômico da Teoria Clássica da Administração deu espaço ao homem social da teoria das Relações Humanas, fatores como a **relação intrapessoal** ou **autoconhecimento**,

a **comunicação**, a **motivação**, a **ética**, a **liderança**, os **conflitos**, dentre outros, são considerados relevantes e por isso, estudados por vários autores na tentativa de entender e explicar as complexidades existentes nas relações interpessoais no contexto organizacional.

Na realização da revisão bibliográfica para o embasamento teórico desta temática, foram considerados os fatores acima destacados e os mesmos estabelecidos como aspectos mais relevantes nas relações interpessoais. A escolha foi feita a partir da ênfase dada pelos autores em seus trabalhos e, portanto, serão explorados nas subseções seguintes, a fim de entendê-los melhor e sempre contextualizando o ambiente da biblioteca.

### **Relação intrapessoal/ autoconhecimento**

O ponto de partida para entender melhor as relações interpessoais é a busca pela compreensão da relação intrapessoal, ou seja, do autoconhecimento. Aquele que permite conhecer primeiro a relação que o indivíduo estabelece com o seu próprio 'eu', para depois entender a relação com o outro. "As relações interpessoais, os conflitos e, em especial, a maneira como as pessoas se relacionam na equipe afetam a satisfação no trabalho, a autoestima e a forma como se sente em relação a si mesma." (BOM SUCESSO, 2002, p. 49).

De acordo com a colocação do autor é possível identificar que a relação intrapessoal implica em um fator próprio de cada indivíduo, ou seja, a relação que possui consigo mesmo. Por isso torna-se essencial a compreensão da relação intrapessoal para depois entender a relação interpessoal. Considerando que "o autoconhecimento e o conhecimento do outro são componentes essenciais na compreensão

de como a pessoa atua no ambiente de trabalho, dificultando ou facilitando as relações.” (BOM SUCESSO, 1997, p. 36).

Este tipo de relação está intimamente ligado à reflexão, através da capacidade de conhecer-se e de estar bem consigo mesmo, de administrar os próprios sentimentos e suas ações a favor de seus projetos. Neste sentido o bibliotecário precisa ter bem definidos os seus objetivos profissionais e, sobretudo, os objetivos da biblioteca, refletindo sempre sobre as suas atitudes, esta percepção é essencial para qualquer profissional. Trata-se da comunicação que uma pessoa tem consigo mesma, a forma de processar mentalmente a informação, corresponde ao diálogo interior, onde debatemos nossas dúvidas, perplexidades, dilemas, orientações e escolhas (BRESSER, 2009). O resultado desse processo poderá influenciar na interação do processo de comunicação Interpessoal, sendo assim quanto mais clara for a maneira de pensar, mais fácil será a sua maneira de se expressar.

Seguindo esta linha de pensamento, observa-se que mais importante do que conhecer as pessoas com quem se relaciona no ambiente de trabalho é a pessoa conhecer a si mesma. Pois a partir destes conhecimentos o indivíduo tornará possível a superação das diferenças em seus relacionamentos interpessoais, visando estabelecer meios de facilitar a realização do trabalho, evidentemente que, não podemos desconsiderar a história de vida e a maneira de pensar de cada um, que são refletidos no ambiente de trabalho, onde encontraremos pessoas de diferentes opiniões, posições, atitudes, hábitos, comportamentos, visão de mundo e objetivos que por sua vez podem dificultar ou facilitar as relações. Diante disso, também não podemos esquecer que o ser humano sendo único e individual, também reage de forma única e individual a situações semelhantes.

Estas colocações levam a considerar a necessidade que as pessoas têm de primeiramente perceber as suas próprias diferenças, sabendo lidar com as mais diversas situações advindas, para então facilitar as relações do ambiente de trabalho. Nessa linha de pensamento podem-se compreender os motivos do péssimo comportamento e atuação de alguns bibliotecários inseridos no mercado de trabalho.

## **Comunicação**

Usada desde os primórdios pelas pessoas como instrumento de integração, troca de informação e de conhecimento, a comunicação é um dos principais agentes de mudança da sociedade. Através desta ferramenta o indivíduo é capaz de se desenvolver e modificar o seu ambiente. Do latim *communicare*, comunicar é fazer saber; tornar comum; estabelecer relação. De igual modo, a comunicação é definida como o ato ou efeito de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos; é a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar, com vista ao bom entendimento entre pessoas (FERREIRA, 2011).

Embora se confundam, os termos comunicar e comunicação são distintos. Comunicar é entendido como um processo unilateral, com o objetivo apenas de se fazer tornar comum ou faz-se saber, como coloca o autor. Pode-se dizer que é o componente superficial do processo de comunicação, onde não há interação é apenas o meio pelo qual se desenvolve tal processo. Enquanto a comunicação trata-se de um processo bilateral, é possível perceber, segundo a percepção do autor, que esta é mais complexa, há troca de ideias, o diálogo e o envolvimento das pessoas no processo. Implica em fazer com que

a troca de informação entre as pessoas seja entendida. Assim sendo “constitui um dos processos fundamentais da experiência humana e da organização social.” (CHIAVENATO, 2003, p. 128).

A comunicação é transmitida de duas formas: oral e escrita. As duas podem ser auxiliadas por recursos visuais, gráficos, fotografias, objetos, linguagem corporal e etc. O canal primário e mais simples na relação interpessoal da organização é a comunicação oral, dela depende a maioria das atividades desenvolvidas, podendo ser complementada por recursos visuais, como as imagens e símbolos para facilitar a compreensão da mensagem. A linguagem corporal é outra forma de auxiliar a comunicação oral, podem ser utilizados gestos, movimentos, expressões, olhares dentre outras.

A utilização destes recursos ajuda na abstração da informação. A comunicação escrita também desempenha uma função primordial nas organizações, desta depende toda documentação, os relatórios, e-mails, propostas e etc. Considerada mais complexa que a comunicação oral, por depender de codificação da mensagem. Esta também pode utilizar recursos visuais. Contudo, mesmo com a utilização de todos esses recursos o processo de comunicação está sujeito a dificuldades que comprometem a transmissão, recepção e interpretação da informação e dos significados. Por parte do emissor pode ocorrer excesso de mensagem, mensagem complexa, uso incorreto da linguagem, dentre outros, por parte do receptor os problemas mais comuns são: a falta de disposição para ouvir, desatenção e reação apressada às mensagens (MAXIMIANO, 2008).

Da qualidade no processo de comunicação depende a eficácia das relações humanas no ambiente de trabalho, o que requer maior atenção de seus gerentes, culminando na maximização da

produtividade e do bom funcionamento do clima organizacional. As atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho das bibliotecas universitárias convergem sempre para a prestação de serviço aos usuários, mesmo as que parecem ser atividades isoladas como no caso do Processamento Técnico. Ressaltando que a comunicação do bibliotecário com os seus colegas de trabalho também podem influenciar na qualidade dos serviços prestados, uma vez que qualquer atividade desenvolvida dentro da biblioteca está interligada. O que faz da comunicação um fator essencial a ser considerado nestes ambientes.

É através da comunicação que estes profissionais estabelecem a troca de informações, “tratada, inclusive como um fenômeno social.” (CHIAVENATO, 2003, p. 129). Para que os serviços meios e fins oferecidos pela biblioteca universitária atinjam a qualidade esperada é necessário que os bibliotecários inseridos nestes ambientes, primeiramente estabeleçam um bom nível de comunicação, seja qual for o tipo, sugere dizer que, independente da forma de comunicação as relações interpessoais perpassam por ela. Esta exerce forte influência nas relações entre pessoas, é um processo tão natural que acontece mesmo sem ser requerida de maneira formal pelas organizações.

Quanto ao primeiro propósito da comunicação enquanto atividade administrativa, pode ser considerada como a mais básica de todas as necessidades, portanto, fator essencial para o desenvolvimento interpessoal, serve para trocar informações entre as pessoas, entre departamentos, destinando-se a garantir a fluência dos processos que envolvem a participação de pessoas no ambiente de trabalho. No contexto da biblioteca universitária este propósito pode ser visualizado nos processos de formação e desenvolvimento de coleção (seleção, aquisição, avaliação, conservação, preservação, dentre ou-

tros), nos serviços de referência, marketing dentre outros, onde são exigidas altas doses de comunicação, essenciais à realização das atividades e tomadas de decisão.

O segundo propósito da comunicação está ligado não somente a questões práticas das atividades rotineiras do ambiente de trabalho, mas tem ligação direta com as atitudes que precisam ser tomadas, é o tipo de comunicação que precisa ser estabelecida para que haja cooperação entre as pessoas, objetivando a satisfação individual e coletiva. Ressalta-se que a junção destes dois propósitos da comunicação culmina em melhores desempenhos das pessoas e conseqüentemente nos resultados de suas atividades.

Na esfera organizacional, o processo de comunicação merece atenção ainda maior, pois de fato “[...] as comunicações, troca de informações e transmissão de significados – são a própria essência de um sistema social ou de uma organização.” (HALL, 1984, apud SOUZA; RAMOS, 200-?, p. 5). Levando em consideração que cada um tem consigo uma gama de particularidades e de conhecimentos e suas próprias experiências de vida, é possível que haja interpretações diferentes em uma mesma situação e até mesmo que não se abstraia a mensagem corretamente.

Naturalmente que na perspectiva da Biblioteca Universitária a comunicação é o fator que determina a interação e a mediação entre usuário e bibliotecário. Esta necessidade requer que este profissional seja um bom comunicador, habilidade esta que pressupõe clareza, originalidade, empatia, atenção e outros fatores que possam somar-se a esta. Devido ao valor dado à comunicação no processo de compartilhamento das informações, entende-se que a falta ou a deficiência no processo comunicacional, certamente acarretará em

problemas para as organizações. Principalmente no caso das Bibliotecas Universitárias, que têm a informação como a essência de suas atividades e que estas precisam circular para o sucesso da instituição, dando respaldo para o ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, é necessário que haja o cuidado no processo da comunicação interpessoal, em que a forma de realização da transmissão das informações está diretamente ligada ao sucesso do processo das relações interpessoais no trabalho.

## **Motivação**

A palavra motivação deriva do latim *motivus, movere*, que significa mover, que em seu sentido original representa incentivo, estímulo ou energização por algum motivo ou razão. Ou seja, um estado psicológico em que o indivíduo encontra-se, onde afeta o grau de interesse ou vontade de realizar uma meta ou tarefa, sendo resultante da interação entre motivos internos das pessoas e os estímulos do ambiente. Para o autor os motivos internos dizem respeito às necessidades, interesses e valores das pessoas, fazendo com que estas tenham atração e sejam capazes de preferir e realizar determinadas tarefas. Quanto aos fatores externos podem ser favorecidos por incentivos do ambiente, são fatores que satisfazem a sua necessidade e oferecem recompensas almejadas. O somatório destes dois fatores determina o sentido em que a pessoa movimenta-se, ou seja, a razão pela qual se move para realizar determinadas tarefas.

As definições elencadas pelo autor podem ser entendidas e relacionadas com as atitudes que o indivíduo estabelece em cada situação, segundo o seu interesse, ou a satisfação de suas necessidades.

Em outras palavras “a motivação procura explicar por que as pessoas se comportam.” (CHIAVENATO, 2003, p. 116). As ambiguidades e mitos que permeiam os conceitos de motivação fazem deste um tema complexo, pois entender como e quais ações direcionam a pessoa a um determinado comportamento levanta vários pressupostos. Essa necessidade fez surgir várias teorias explicativas a respeito da motivação humana, dentre elas citam-se as duas mais conhecidas: a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow (1908-1970) e a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg (1923-1981). Ambas advindas da Teoria Comportamental da Administração, que trouxe um novo enfoque dentro da teoria administrativa: a abordagem das ciências do comportamento (CHIAVENATO, 2003, p. 328-331).

Para o mesmo autor, nesta nova concepção permanece o enfoque nas pessoas, como na Teoria das Relações Humanas, no entanto, num contexto organizacional mais amplo, sendo necessário conhecer melhor as necessidades humanas para compreender melhor o comportamento humano e utilizar a motivação para melhorar a qualidade de vida nas organizações.

A Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, afirma que existe uma hierarquia das necessidades humanas e que: “As pessoas tendem a progredir ao longo das necessidades, buscando atender uma após outra, e orientam-se para a autorrealização” – o nível mais elevado na hierarquia da pirâmide proposta por Maslow (MAXIMIANO, 2008, p. 182). Contextualizando, temos: **Necessidades fisiológicas**: relacionado às necessidades que nasce com o indivíduo, como a necessidade de alimentação (fome e sede). É o nível mais baixo e de maior importância das necessidades humanas, estando ligado com a preservação da espécie; **Necessidade de segurança**:

relacionado à estabilidade e proteção ou privação e fuga do perigo. Importante no ambiente organizacional onde as decisões administrativas arbitrárias podem gerar incerteza e insegurança quanto a permanência no trabalho. Surge quando as necessidades fisiológicas estão relativamente satisfeitas; **Necessidades sociais:** relacionado à aceitação, afeto, troca de amizades, associação, e quando estas não são satisfeitas a pessoa torna-se hostil. Dar e receber afeto são importantes forças motivadoras do comportamento humano; **Necessidades de estima:** relacionado a sentimentos de autoconfiança, aprovação social e de respeito, de status, etc. A frustração de um destes pode levar a pessoa ao desânimo; **Necessidades de autorrealização:** encontra-se no topo da pirâmide e está relacionada com o desenvolvimento contínuo e realização do próprio potencial.

Neste caso, segundo o autor, se alguma das necessidades da base não fosse atingida não se poderia chegar ao topo da pirâmide e mesmo que este fosse alcançado, no momento em que uma das necessidades abaixo deixasse de ser atendida voltaria ao ponto inicial. Para ele essas necessidades podem variar conforme o indivíduo (CHIAVENATO, 2003).

No caso da Teoria dos Dois Fatores de Herzberg configura-se em fatores higiênicos, que segundo ele são necessidades básicas, inerentes ao ambiente de trabalho e os fatores motivacionais que seriam inerentes a cada indivíduo, ou seja, fatores pessoais que influenciam no desempenho das atividades. Aqui o comportamento humano está pautado em fatores que não estão sob o seu controle, são os higiênicos, ou seja, são fatos ocorridos no ambiente no qual está inserido e que estão ligados à interação com outras pessoas, são extrínsecos. O outro fator é o motivacional, considerado intrínseco. Está relaciona-

do à natureza da tarefa sob a ótica da satisfação individual e sob o controle do indivíduo.

Diante do exposto vê-se que, seja na concepção de Maslow ou de Herzberg, a compreensão de fatores que conduzem a ação humana quando se trata de motivação é difícil, pois “[...] a psicologia da motivação humana é tremendamente complexa [...]”, complexidade conferida pela subjetividade que envolve o fenômeno da motivação (BEDRAN JÚNIOR; OLIVEIRA, 2009, p. 07). Apesar de ser considerado pela maioria dos estudiosos como um fator interno influenciador do comportamento humano, a motivação pode ser provocada por estímulos externos, resultados da interação entre indivíduos e situação que o envolve (PIMENTA; SANTINELLO, 2007). O que a faz ser um elemento vital e presente no discurso das organizações, vista como um ponto de suma importância para os seus objetivos e metas.

A gestão dos recursos humanos em Biblioteca tem o grande desafio de manter a equipe de trabalho desenvolvendo suas atividades em um bom nível de satisfação, boas relações interpessoais, boas condições de trabalho, enfim, fatores considerados motivacionais. O gestor deve proporcionar meios e estratégias que estimulem um bom resultado nos trabalhos desenvolvidos na biblioteca, onde a motivação é vista como “[...] o direito de exercer altos níveis de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer algumas necessidades individuais.” (CHIAVENATO, 2000, p. 128).

Pois por maior que sejam os investimentos, serão pessoas que irão operacionalizá-los, estejam estas motivadas ou não, o que irá consequentemente influenciar o resultado final e a qualidade do seu

trabalho. Tratando-se de fator peculiar e tácito a cada indivíduo, a motivação exige um desafio contínuo, pois além de considerar os fatores do ambiente de trabalho e objetivos da organização, é preciso considerar as tendências inatas que cada um tem. Assim, fica mais fácil entender a complexidade nas organizações ao estabelecerem clima organizacional motivado.

## **Ética**

No contexto deste trabalho não se pode deixar de falar sobre a ética, assunto que à primeira vista parece algo bem simples, isso porque geralmente todos incutem um conceito bem comum sobre o assunto, é o tão conhecido ‘agir corretamente’. No entanto, ao buscar na literatura, percebe-se que esse agir corretamente não é tão simples quanto parece, pois a ética exige reflexão sobre as nossas atitudes, ações, de como pensamos ou agimos com outros, sem prejudicá-los e sem sermos prejudicados.

O objeto de estudo da Ética é o comportamento humano e o seu objetivo é estabelecer níveis de convivência aceitáveis entre os indivíduos de uma sociedade (LISBOA et al., 1997). Um comportamento ético deve estar pautado como princípio de vida da organização, uma vez que esse comportamento implica na felicidade individual e coletiva. Dentre os conceitos destacados, encontra-se a visão de que a ética é vista como “a educação do caráter do sujeito moral para dominar racionalmente impulsos e orientar a vontade rumo ao bem e à felicidade individual e coletiva.” (CHAUÌ, 1994). Este conceito pressupõe que a ética está intimamente ligada ao convívio com outras pessoas, à coletividade.

Nesta perspectiva, a ética é responsável por orientar o bibliotecário no ambiente de trabalho, sobre o que é bom e correto e o que deveria assumir, orientando sua vida em relação a seus semelhantes, visando o bem comum. “[...] reporta-se, necessariamente, a toda prática humana, seja ela profissional ou não.” (BORGES; MEDEIROS, 2007, p. 64). O que aumenta ainda mais a necessidade de estudá-la e entendê-la.

A busca por valores éticos e pela consolidação da democracia no ambiente organizacional abre espaço para a discussão do papel das organizações como agentes sociais no processo de desenvolvimento humano do trabalhador e da importância da implantação de relações naturalmente mais éticas (ÉTICA NO..., 2010). É imprescindível, portanto, que a ética seja pauta de discussões no contexto da Biblioteca Universitária, por acrescentar a ideia de que só teremos um ambiente democrático se realmente respeitarem-se leis, direitos e deveres, que servem para manter um nível de excelência nas relações interpessoais e/ou profissionais.

Tendo em vista que o nosso padrão de comportamento reflete quem somos e o tipo de organização de que fazemos parte, é primordial que os profissionais das bibliotecas universitárias estimulem e adotem uma postura ética, uma vez que isso está intimamente ligado à autoimagem e à imagem da organização, além de ser fundamental para o estabelecimento de vínculos e a manutenção de boas relações de trabalhos e com os usuários.

## Conflitos

Ocorrência natural nos grupos e nas organizações, os conflitos devem ser aceitos, podendo ser benéfico para o desempenho do grupo. O conflito intraorganizacional pode ser conceituado como uma situação envolvendo duas ou mais pessoas que trabalham numa mesma organização e possuam diferenças de crenças, valores, ou objetivos que influenciam em sua habilidade de trabalhar juntas e/ou afetam seu ambiente de trabalho (JAMESON, 1999).

Apesar de ser visto como ponto negativo e aparentemente prejudicial o conflito seria no contexto das bibliotecas, caso corretamente administrado, uma espécie de mola propulsora para atividades importantes como a inovação, a mudança e a aprendizagem nas organizações. Pode se tornar fonte de ideias novas, podendo levar a discussões abertas sobre determinados assuntos, o que se revela positivo, pois permite a expressão e exploração de diferentes pontos de vista, interesses e valores. Estes não são necessariamente negativos, a maneira como se lida com eles é que pode gerar algumas reações. “Suas conseqüências poderão ser positivas ou negativas, construtivas ou destrutivas, em decorrência do grau de aprofundamento e intensidade, da duração, do contexto, da oportunidade e do modo como ele é enfrentando e administrado.” (MOSCOVICI, 2003, p. 6).

No contexto das bibliotecas, torna-se essencial a administração de conflitos, pois consiste exatamente na escolha e implementação das estratégias mais adequadas para se lidar com cada tipo de situação. Sobretudo lidar com o conflito em bibliotecas universitárias que possui um grupo numeroso de bibliotecários, implica trabalhar para tentar romper alguns dos estereótipos vigentes nas bibliotecas,

sabendo que essas mesmas estratégias deverão ser repetidas periodicamente. O manejo de situações de conflito é essencial para as pessoas e as organizações como fonte geradora de mudanças, pois das tensões conflitivas, dos diferentes interesses das partes envolvidas também nascem oportunidades de crescimento mútuo (NASCIMENTO; EL SAYED, 2002).

O redimensionamento constante das atividades nas bibliotecas universitárias e das competências exigidas do profissional da informação podem gerar conflitos, das mais diversas ordens nestes ambientes. Os conflitos podem ser vistos como um fator de sociabilidade e, portanto, necessário no ambiente de trabalho. A preocupação da gestão de bibliotecas em manter um bom clima organizacional não exime o surgimento de conflitos, estes são inevitáveis, pois para que a biblioteca modifique seus padrões de funcionamento e seus profissionais introduzam novas posturas, provavelmente irão ocorrer conflitos, pois as modificações, em alguns casos, geram resistências. E neste ponto, o profissional precisa ter bem definido as suas percepções sobre a nova realidade, para que o conflito reverta-se em resultados positivos e contribua para o bom funcionamento da biblioteca.

## **Liderança**

Assim como em todas as organizações o ambiente de trabalho das bibliotecas é constituído por pessoas com personalidades, características e atitudes diferentes. Por se tratar de um ambiente onde se tem metas e objetivos definidos, torna-se necessário a presença de uma habilidade de extrema importância para conduzir as pessoas no cumprimento de suas tarefas: **a liderança**. “[...] necessária

em todos os tipos de organização humana, seja nas empresas, seja em cada um de seus departamentos.” (CHIAVENATO, 2003, p. 122). Segundo o conceito do autor percebeu-se que liderar é levar as pessoas a agirem em um único sentido, é influenciar, conduzir e direcionar para o cumprimento de uma meta em comum. Para que o líder consiga desenvolver as suas competências é necessário entender as motivações da pessoa a ser liderada, pois o uso dessa influência não coercitiva dirige as atividades das pessoas a fim de alcançar os seus próprios objetivos. Nesta relação de dependência mútua precisa haver uma reciprocidade, pois a sua legitimidade da liderança dá-se pelo atendimento das expectativas do grupo (MAXIMIANO, 2008, p.192 - 194).

As atitudes de um líder, em alguns casos, fazem surgir dúvidas, especulações e comparações no ambiente de trabalho sobre a figura do chefe com a do líder. É possível dizer que o “chefe é alguém que exerce o poder de mando em virtude de uma autoridade oficial ou oficiosa.” (TOURINHO, 1981, p. 58), conforme coloca o autor. Já o líder, independente do cargo que exerça, pode possibilitar a satisfação da necessidade dos membros, tem a capacidade de acionar e manter a motivação do grupo, interage, ouve, impulsiona, observa o comportamento pessoal e profissional, enfim, incentiva e ajuda o grupo a atingir suas metas, mobilizando-o para um melhor desempenho das suas atividades.

Outro ponto a ser considerado é que existe certa divergência entre os autores quanto às características do líder, uns defendem a ideia de que seja uma habilidade nata, ou seja, o indivíduo já nasce com tais características e há autores que a consideram como uma habilidade adquirida ao longo de suas experiências. O fato é que nas

organizações, existirão sempre indivíduos com uma aptidão ou capacidade maior que os demais de exercitar a liderança. Essa característica pode ocorrer tanto por tendências inatas no indivíduo quanto às oportunidades que ele pode aproveitar para exercer o comando de pessoas (MAXIMIANO, 2000, p. 2).

Os objetivos das ações de um líder resumem-se em criar condições para que as pessoas tornem-se cada vez mais dirigidas e motivadas por si mesmas (PONTES, 2008). Enfocando que ações estas que têm um vínculo direto com o atingimento das metas da organização, pois complementam o resultado das atividades e aumentam a satisfação dos colaboradores. É importante que o líder estabeleça e mantenha a coesão do grupo liderado, é preciso ser flexível e aberto às mudanças e adaptações.

## 2 CONCLUSÃO

Conclui-se que sendo a biblioteca universitária uma organização os bibliotecários têm a necessidade de interagir com outros bibliotecários no ambiente de trabalho, tornando assim as relações interpessoais um fator de extrema importância para o cumprimento de suas metas. Neste contexto, tanto bibliotecários quanto os gestores de bibliotecas precisam observar e rever o seu papel no ambiente informacional, tendo em vista que as relações de trabalho estão sujeitas a mudança e que esta pode afetar o comportamento das pessoas.

As relações interpessoais no ambiente de trabalho das bibliotecas universitárias são indiscutivelmente imprescindíveis ao bom desempenho das atividades, por estas perpassam e dependem os serviços meios e fins desenvolvidos pelos bibliotecários. Assim, es-

tudar o comportamento humano destes profissionais no ambiente de trabalho se torna relevante tendo em vista que cada profissional é um ser particular e que suas atitudes nestes ambientes são o resultado de inúmeras variáveis, dentre estas as competências sociais estabelecidas.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Ângela Maria. O fator humano e o desenvolvimento de competências nas unidades de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 166-177, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/342/149>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- BEDRAN JÚNIOR, Paulo Elias; OLIVEIRA, Jorge Luiz Coimbra de. Motivação no trabalho: avaliando o ambiente organizacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO: Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade, 5., 2009, Niterói. Disponível em: <[http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8\\_0191\\_0811.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0191_0811.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Trabalho e qualidade de vida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Dunya, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- BORGES, Erivan; MEDEIROS, Carlos. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações juntos aos contabilistas. **Revista de Contabilidade Financeira – USP**. São Paulo, n. 44, p. 60 – 71, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n44/a06v1844.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BRESSER, Cristina. **Relação interpessoal não existe sem trabalho em equipe**. 2009. Disponível em: <<http://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/author/itambe-empr e serial/page/4/>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994. Disponível em:<[http:// rizoma. sites.uol.com.br/aulas\\_etica/chaui\\_etica.htm](http://rizoma.sites.uol.com.br/aulas_etica/chaui_etica.htm)>. Acesso em: 09 dez. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Como transformar o RH (de um centro de despesa) em um centro de lucro**. São Paulo: Makron Books, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 6ª reimpressão.

COSTA, Wellington Soares da. Humanização, relacionamento interpessoal e ética. Tutorial. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 17-21, jan./mar. 2004. Disponível em:<[http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq / arquivos / v11n1art2.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v11n1art2.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2011.

ÉTICA no ambiente de trabalho. 2010. Disponível em:<[http://www.newslog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&ID=722292&Titulo=%C9tica%20no%20ambiente%20de%20trabalho](http://www.newslog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=722292&Titulo=%C9tica%20no%20ambiente%20de%20trabalho)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2011.

JAMESON, J. K. Toward a comprehensive model for the assessment and management of intraorganizational conflict: developing the framework. **The International Journal of Conflict Management**, New York, v. 10, n.3, p. 268-294, July, 1999. Disponível em:<<http://www.mpdft.gov.br/comunicacao/site/arquivos/wagner2005.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2010.

LISBOA, Lázaro Plácido. et al. **Ética Geral e Profissional e Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

MAGALHÃES, L. R. **Aprendendo a lidar com gente**: relações interpessoais no cotidiano. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da escola científica à competitividade em economia globalizada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Administração**. Edição compacta. São Paulo: Atlas, 2008.

MOSCOVICI, Fela. **Equipe dá certo**: a multiplicação do talento humano. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

NASCIMENTO, Eunice Maria; EL SAYED, Kassem Mohamed. Administração de Conflitos. Coleção Gestão Empresarial - FAE Business School, Curitiba, Editora Gazeta do Povo, 2002, cap. 4, p.47-56. Disponível em:<[http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap\\_humano/4.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap_humano/4.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

PIMENTA, Symone Matioli; SANTINELLO, Jamile. **Relacionamento humano e motivação no trabalho docente**. Disponível em:<[http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista\\_Pos/P%C3%A1ginas/6%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/10-Ed6\\_CHRelac.pdf](http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/6%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/10-Ed6_CHRelac.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2011.

PONTES, Célia Maria. **O novo papel da liderança nas organizações**. (monografia). Fortaleza, 2008. Disponível em:<<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/243/1/Monografia%20C%C3%A9lia%20Maria%20Pontes.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

SOUZA, Andreza Aparecida de; RAMOS, Paulo. **Relacionamento Interpessoal na organização**. Disponível em:<<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-02.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

TOURINHO, N. **Chefia, Liderança e Relações Humanas**. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1981. Disponível em:<[http://www.ne\\_ad.unama.br/site/bibdigital/monografias/ética\\_relacoes\\_interpessoais.pdf](http://www.ne_ad.unama.br/site/bibdigital/monografias/ética_relacoes_interpessoais.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2010.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. **Relações Interpessoais e Intergrupais**. Programa Rio + Hospitaleiro. 200-? Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/96594329/R-Interpessoais-Sebrae-Estacio>>. Acesso em: 18 nov. 2012.



## ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO: o tripé universitário guiando as bibliotecas universitárias

*Luhilda Ribeiro Silveira*<sup>1</sup>  
*Keyse Rodrigo Fonseca Silva*<sup>2</sup>

### RESUMO

As bibliotecas universitárias se situam num contexto sustentado pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, portanto, não podem deixar de considerar essa máxima no planejamento e na execução das suas atividades. O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das políticas de formação do acervo nas bibliotecas universitárias pautadas no atendimento das necessidades de cada uma das bases que sustentam o princípio da indissociabilidade que funda as bases educacionais e sociais de atuação dessas instituições.

**Palavras-chave:** Biblioteca Universitária. Formação e desenvolvimento de coleções. Ensino. Pesquisa. Extensão.

### 1 INTRODUÇÃO

A coleção de uma biblioteca deve, além de satisfazer as necessidades informacionais dos usuários, se coadunar com os objetivos da instituição a qual está vinculada.

---

1 São Luís, MA/ Brasil, Bibliotecária da UFMA (luhilda@yahoo.com.br)

2 São Luís, MA/ Brasil, Bibliotecário do IFMA (keyserodrigo@yahoo.com.br)

O contexto universitário tem como fundamento o princípio da indissociabilidade, onde ensino, pesquisa e extensão se integram para construir um modelo sustentado por teoria e prática guiando o fazer universitário em suas expressões educacional e social.

Destarte, a biblioteca universitária situada neste contexto ímpar não pode se esquivar do tríptico paradigma que compõe esse universo. Sendo a biblioteca um lócus fundamentalmente de suporte informacional à universidade, suas atividades em termos de formação de acervo não podem carecer do paradigma do tripé universitário. As coleções devem, portanto, suprir demandas impetradas por cada uma dos três pilares.

O processo de seleção é uma das etapas mais importantes, senão a mais importante, dentro de uma política de formação e desenvolvimento de coleções. A formação e o crescimento dos acervos devem seguir parâmetros racionais e adequados, devendo identificar e suprir claramente as necessidades informacionais dos usuários, se alinhando aos objetivos da instituição.

Assim, ensino, pesquisa e extensão devem ser para além de um mero discurso universitário, devem fazer parte de um todo que compõe a universidade, incluindo-se nesse bojo as atividades concernentes ao fazer e bibliotecário.

Selecionar obras é uma tarefa complexa para as bibliotecas, apesar de haver na literatura especializada diversos critérios para isso. O grande problema é que esses critérios não podem ser aplicados universalmente, por um motivo óbvio, mas que é facilmente desconsiderado: as instituições apresentam realidades bem diferenciadas. Nesse sentido, a biblioteca universitária situa-se num contexto onde seus objetivos e suas atividades, inclusive a seleção de obras que

devem compor seu acervo, devem estar alinhados aos objetivos da universidade na qual está inserida.

Destarte, no âmbito das bibliotecas universitárias, não é possível estabelecer padrões universais para seleção de obras, no entanto alguns princípios podem se aplicar no processo de seleção deste tipo de biblioteca de modo a estabelecer diretrizes norteadoras pautadas em suas especificidades.

Em linhas gerais, o princípio que rege as universidades é a indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Assim, as bibliotecas universitárias não podem esquivar-se da responsabilidade de considerar também esse tripé como norteador para o desenvolvimento de suas atividades, e mais especificamente para a formação e o desenvolvimento de suas coleções, já que essa relação triádica é característica fundamental para que a instituição seja denominada – Universidade.

Nessa perspectiva, observa-se que estabelecer diretrizes eficientes e eficazes para a seleção de materiais informacionais é tarefa tão árdua quanto necessária para essas bibliotecas, pois no âmbito das bibliotecas universitárias é salutar destacar um aspecto que insere suas atividades num processo vital para a própria instituição – as avaliações pelos órgãos competentes para avaliar cursos de Graduação e Pós Graduação. Assim, além do seu compromisso com seus usuários, a biblioteca universitária tem que seguir parâmetros que se alinhem com o que órgãos como Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estabelecem para a autorização, credenciamento e avaliação de cursos oferecidos pela universidade. Nessa esfera, a biblioteca responde por

grande parte da responsabilidade pelas notas recebidas nas avaliações dos cursos da instituição da qual faz parte.

Apresentaremos neste trabalho uma proposta para o estabelecimento de diretrizes norteadoras no estabelecimento de linhas de seleção para conduzir as políticas de formação e desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias, considerando o enodamento ensino–pesquisa–extensão.

## **2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: o tripé guiando a seleção em bibliotecas universitárias**

A necessidade de definição de critérios de seleção em uma política ou procedimento específico é inquestionável para um processo de seleção adequado. No entanto, os critérios podem ser problema quando são considerados de forma isolada da própria instituição. Toda política e/ou procedimento representam a própria instituição, de forma que a mesma precisa ser considerada como um todo na sua elaboração. Falando especificamente sobre políticas de formação e desenvolvimento de coleções, Ogden (2001, p. 17) diz:

A política de coleção baseia-se nos estatutos institucionais que mencionam os objetivos que as coleções têm que atingir. [Define] As prioridades de aquisição [...]. Falando de modo coloquial, é como se os estatutos lhe dissessem para onde você está indo; a política de coleção lhe desse os detalhes de como chegar lá.

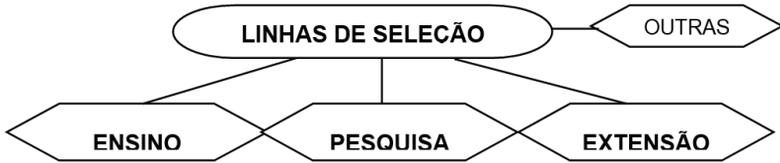
Nesse sentido, os critérios de seleção podem variar de acordo com o objetivo do acervo. Basicamente, podemos afirmar que os acervos universitários têm função educacional e social, objetivando

apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão. Estes objetivos podem ser traduzidos em uma política na forma de linhas de seleção que se sustentem no tripé da universidade (ensino - pesquisa – extensão).

Vergueiro (1989, p.43) já destacava a importância de se considerar a especificidade desse tipo de instituição, afirmando que: “[...] em bibliotecas acadêmicas e universitárias tanto o fator pesquisa como o ensino terão quase que pesos idênticos [...]. O critério básico de seleção, no caso, é o valor do item para as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas naquela unidade universitária em particular [...]”. Há ainda que se somar a esses dois, a extensão universitária, dotada do mesmo status que os dois primeiros, constituindo-se como atividade que compõe o tripé universitário. A Constituição de 1988 coloca: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988).

O Fórum Nacional da Educação na Constituinte liderou a aprovação de emenda popular que formulava o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada e expressão da expectativa de construção de um projeto democrático de sociedade, que se tornou o artigo 207 da Constituição. (MAZZILLI, 1996, p.4).

Nesse contexto, a biblioteca é um elemento fundamental para autenticar essa, que é a máxima da universidade, e para isso as atividades desenvolvidas nesse espaço devem, assim como toda a instituição, ter como foco esse princípio. Uma forma de garantir essa atuação pode ser através do estabelecimento de linhas de seleção (Figura 1) pautadas na hegemonia do princípio da indissociabilidade.

**Figura 1 - Linhas de Seleção para Bibliotecas Universitárias**

**Fonte: Produzida pelos autores**

### 2.1 Linha de apoio ao ensino

No Brasil, o funcionamento e o reconhecimento de cursos superiores necessitam da aprovação do Ministério da Educação (MEC). Suas ações são desenvolvidas pelas secretarias do Ministério que recorre ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para conduzir o sistema de avaliação de cursos superiores no País. Este processo é subsidiado através de instrumentos como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as avaliações in loco realizadas pelas comissões de especialistas. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2011).

Dito de forma simples, para um curso ser aprovado pelo MEC deve-se encaminhar um projeto pedagógico para prévia apreciação. Esse projeto

É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes;

recursos materiais; laboratórios e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2010, p.16).

Entre os itens constantes no projeto pedagógico encontra-se a grade curricular, juntamente com as ementas das disciplinas. Tais ementas devem prever tanto a bibliografia básica quanto a complementar. Assim, o estabelecimento de uma linha de seleção para apoiar as necessidades do ensino deve levar em consideração esses requisitos, que, por sua vez orientarão na escolha ou exclusão de determinados critérios e instrumentos de seleção.

Obviamente, as obras da bibliografia básica é o essencial para o acervo sendo prioridade de aquisição. Em segundo lugar viriam as obras presentes nas bibliografias complementares. Sob esta ótica o projeto pedagógico de cada curso é o principal instrumento auxiliar de seleção, desta linha.

E o que dizer de listas de solicitações de departamentos ou docentes, ou listas de sugestões de usuários? Embora, possam ser utilizadas em outras linhas de seleção, não seria adequado alistá-lo como instrumento auxiliar de seleção. Afinal, do ponto de vista documental o que é prioridade é o que está no projeto.

Evidentemente, para evitar prejuízos aos usuários a biblioteca terá que desenvolver ações para garantir uma adequada seleção no momento da elaboração das bibliografias básicas e complementares de cada curso, que, em geral é atribuição do corpo docente da instituição. É necessário, também, medidas para a atualização regular das bibliografias de curso. Por este motivo o acervo da biblioteca tem um

crescimento relativamente pequeno quando formado para atender as necessidades de ensino.

## **2.2 Linha de apoio à pesquisa**

Embora parte das bibliografias dos cursos possa servir como apoio as atividades de pesquisa, é possível que necessidades específicas de grupos e pesquisadores da instituição não sejam contempladas por esses acervos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma linha de formação de acervo voltada especificamente para as necessidades de pesquisa exige levantamento dos grupos e projetos de pesquisa que a instituição possui. A forma como são gerenciada as atividades de pesquisas podem variar de uma instituição para outra. Assim a redação da política deve levar em consideração os procedimentos, normas e práticas dos departamentos acadêmicos e dos setores ligados à pesquisa.

Podemos exemplificar o estabelecimento de critérios e instrumentos de seleção voltados para a linha de pesquisa utilizando o gerenciamento feito pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na Plataforma Lattes é possível cadastrar grupos de pesquisa e seus respectivos pesquisadores. O cadastro de grupos de pesquisa é simples e envolve elementos como: instituição; linha de pesquisa (conforme tabela de áreas do conhecimento própria do órgão); pesquisadores etc.

Caso uma universidade utilize uma forma de gerenciamento similar, a informação da linha de pesquisa ajuda a definir o assunto no qual deve ser formado o acervo para aquele grupo. Assim, assunto passa a ser o principal critério nessa linha. O diretório de grupos

passa a ser um importante instrumento auxiliar de seleção. Visto que não há regras rígidas para formação de bibliografias, a adoção de lista de sugestões direcionadas torna-se uma alternativa viável.

### **2.3 Linha de apoio à extensão**

A extensão é o retorno social oriundo das atividades de ensino e pesquisa. “Trata-se, pois, do ensino e da pesquisa articulados com as demandas sociais.” (RODRIGUES, 2007, p. 48). Assim a extensão universitária foi conceituada no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, p.11).

Observa-se que grande parte das universidades adota a monografia, dissertação ou tese como requisito para aquisição de grau. A ideia central é que o indivíduo deve ser capaz de desenvolver soluções para problemas sociais (pesquisa), utilizando o conhecimento científico adquirido na universidade (ensino) e apresentar essas soluções a sociedade (extensão). Durante o trabalho de conclusão de curso (TCC) o aluno deverá mostrar que está habilitado para isso.

Visto que os TCC apresentam resultados de pesquisa que interessam a sociedade, a biblioteca deve além de salvaguardar a produção institucional, disponibilizá-los para a consulta, não somente da comunidade acadêmica, mas também, da comunidade externa. O mesmo se pode dizer da produção científica dos grupos de pesquisa e pesquisadores independentes vinculados a instituição. Assim, como critério de seleção pode-se definir *produção acadêmica desenvolvida por pessoas vinculadas a instituição, avaliada pelos pares ou produzida por grupos de pesquisa oficiais*. Critério similar ao utilizado para criação de repositórios institucionais e de bibliotecas de teses e dissertações ou de monografias.

Vale ressaltar ainda que alguns projetos de extensão oficiais da universidade exigem apoio de fontes de informação. A comunidade na qual se encontra a universidade pode carecer de bibliotecas, de modo que um acervo voltado para suas necessidades pode ajudar a dar um retorno social. Esses são outros exemplos de aspectos institucionais que podem interferir na formação de critérios e na escolha de instrumentos de auxílio da seleção.

### **3 LINHAS ALTERNATIVAS DE SELEÇÃO**

Embora possam não ser assim especificadas, as linhas de seleção voltadas para o ensino, pesquisa e extensão devem sempre existir em uma universidade, e além delas pode-se ainda, criar linhas adicionais de seleção para atender a necessidades informacionais dos usuários que eventualmente não estejam inseridas no contexto dessas linhas. Consideremos, a exemplo, dois casos:

- a) *necessidades detectadas pela biblioteca que não podem ser enquadradas em nenhuma das linhas básicas* – a biblioteca dispõe de uma série de dados estatísticos que podem servir de auxílio na tomada de decisões da seleção. Como estatísticas de termos pesquisados, frequência de um determinado item em listas de sugestões, número de empréstimo e reservas de uma obra. Nem sempre pode-se enquadrar uma determinada obra em uma das três linhas básicas. Isto pode acontecer por diferentes fatores, como necessidade de informação ainda não foi identificada, bibliografias de curso não atualizadas, erros de seleção. Nem sempre convém esperar a atualização da bibliografia, a oficialização de uma linha de pesquisa, ou um estudo rigoroso para identificação de uma lacuna;
- b) *apoio às atividades meio da instituição* – A biblioteca vista atender as necessidades institucionais. Estas necessidades incluem as relacionadas a atividades administrativas da instituição. Assim, a biblioteca deve manter um acervo voltado para os setores da administração da universidade nas mais diversas áreas, como planejamento, contabilidade, gestão de pessoas etc.

Em todos os casos os critérios de seleção e os instrumentos auxiliares de seleção poderão sofrer mudanças de uma instituição para outra. Cabe ao bibliotecário estudar e definir os que melhor se adéquam a sua realidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o princípio da indisociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão possa apresentar uma tendência a acontecer muito mais no contexto das universidades públicas do que nas universidades privadas, a construção de políticas de seleção baseadas no apoio ao tripé universitário é uma possibilidade de garantir um processo de seleção eficiente e condizente com os preceitos constitucionalmente estabelecidos para essas instituições. Assim, cabe à biblioteca ser não apenas uma mera executora de ações definidas por outras instâncias dentro da universidade, mas ser um agente capaz de atuar de modo a ir além e propiciar abertura para ampliar as possibilidades do conhecimento a partir do cumprimento do seu papel frente ao universo acadêmico.

O ensino superior é regulado por instâncias públicas governamentais, podendo se exercido tanto pela iniciativa pública, quanto pela iniciativa privada. As políticas de seleção sofrem forte influência das determinações governamentais. Não sendo negociáveis, as leis e normas do governo, estas devem estar presentes no texto das políticas dessas bibliotecas.

Além disso, para que uma política de formação e desenvolvimento de coleções seja eficaz e eficiente é necessário que, além de respeitar questões relacionadas à Ciência da Informação e ao governo, ela esteja em harmonia com a instituição como um todo, na qual a biblioteca está inserida. Deve conversar, por assim dizer, com os departamentos e setores ligados ao ensino, a pesquisa e extensão. Esta característica torna toda política particular, uma vez que cada universidade tem a sua individualidade. Por este motivo, embora

seja necessária a elaboração ou determinação de critérios gerais de seleção, deve-se trabalhar especificamente cada uma das três áreas indissociáveis da universidade, redigindo políticas específicas para cada uma das linhas de seleção.

Vele a reflexão de que a relação entre a biblioteca e a universidade figura como princípio básico da formação acadêmica, tendo como destaque para o eixo educacional. No entanto, não deve se esgotar aí, a biblioteca seguindo os princípios norteadores da universidade deve estar aliada com o tripé universitário, propiciando um desenvolvimento mais abrangente do seu potencial tanto educacional quanto social no âmbito informacional.

### **EDUCACIÓN, INVESTIGACIÓN, EXTENSIÓN: tripod universitario llevando las bibliotecas universitarias**

#### RESUMEN

Las bibliotecas universitarias están situados en un contexto con el apoyo de trípede docencia-investigación-extensión, por lo tanto, no puede dejar de tener en cuenta esta máxima en la planificación y ejecución de sus actividades. Este artículo propone una reflexión sobre las políticas de formación del acervo en las bibliotecas universitarias a tierra para cumplir con las necesidades de cada uno de los fundamentos en que se basa el principio de indivisibilidad que funda la base de las actividades educativas y sociales de estas instituciones.

**Palabras clave:** Biblioteca de la Universidad. Formación y desarrollo de colecciones. Educación. Investigación. Extension.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. In: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília, DF. **Documento Final...** Brasília, DF: FORPROEX, 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Avaliação dos cursos de graduação.** 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação para renovação de reconhecimento de cursos de graduação.** Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento\\_renovacao\\_reconhecimento\\_cursos2.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_renovacao_reconhecimento_cursos2.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2012.

MAZZILLI, Sueli. Notas sobre indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. **Universidade e Sociedade**, v.6, n.11, p.4-21, jun. 1996.

OGDEN, Sherelyn. **Planejamento.** Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: referências para a formação em biblioteconomia e Ciência da informação. In: CASTRO, César Augusto. **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação.** São Luís: EDUFMA, 2007. p.45-61.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** [200-?]. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Pólis; ABP, 1989.



## O LUGAR DA BIBLIOTECA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E NAS REPRESENTAÇÕES DE ALUNOS

*Angela Cristina dos Santos*<sup>1</sup>

*Maria Josefa de Souza Távora*<sup>2</sup>

*Alcemir Pantoja Rodrigues*<sup>3</sup>

### RESUMO

A biblioteca é um espaço indispensável dentro do ambiente escolar, e está presente na maioria das ações pedagógicas dos Projetos Político-Pedagógico, seja público ou particular. Assim, este estudo objetivou analisar o lugar da biblioteca a partir das representações dos sujeitos escolares (alunos) e identificar o tipo de atuação realizada pelo profissional da biblioteca a partir das representações desses sujeitos. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo do tipo estudo de caso qualitativo. Utilizaram-se como técnica as entrevistas abertas que foram aplicadas a 31 (trinta e um) alunos de uma Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Belém/Pará. O critério da escolha da escola se deu por ser um dos primeiros ambientes escolares a possuir um espaço voltado para a pesquisa, leitura e desenvolvimento de trabalhos escolares, além de constar a biblioteca como um espaço de ação educativa registrado no projeto político-pedagógico da referida escola. Os resultados mostraram que as representações dos alunos acerca da biblioteca apontam que os mesmos a conhecem, contudo é visto como um lugar de passar o tempo, de pesquisa (leitura) e de brincar. A atuação do profissional da biblioteca ainda é de isolamento, de profissional afastado de seu usuário, de ainda procurar ser apenas tecnicista, pois não ocorre a partir das falas a interação entre o bibliotecário, professor e o próprio aluno para o desenvolvimento do senso crítico, pesquisa e circularidade de saberes. É necessário ainda repensar

---

1 UEPA. E-mail: angelacsmarques@gmail.com

2 UEPA. E-mail: majosefa@terra.com.br

3 UEPA. E-mail: alcemirp@gmail.com

ou reavaliar o espaço da biblioteca a partir do construto e da implementação do projeto político-pedagógico, como norte da escola.

**Palavras-chave:** Educação. Biblioteca Escolar. Representações. Projeto político-pedagógico.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre as representações do lugar da biblioteca a partir das representações dos educandos da escola pública é parte dos resultados de minha pesquisa do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA) que trata das representações do sujeito escolar sobre a biblioteca. Vale destacar que um dos papéis da biblioteca escolar encontra-se na presença da circularidade de saberes. Essa ideia tomou maiores proporções a partir de leituras sobre a literatura existente que, dada a sua escassez, suscitou-me o desejo de realizá-la.

Outro fator a considerar, está voltado para a relevância da temática para a Educação e para a academia, uma vez que o lugar da Biblioteca é um espaço também de saberes, cultura e aprendizagem. Nesse sentido, conhecer as representações desse espaço a partir das representações dos alunos implica (re) pensar acerca do atendimento e a forma como esse lugar se configura na escola, assim, pode contribuir para a melhoria desse espaço pedagógico e possíveis revisões no projeto político-pedagógico no que diz respeito ao plano de ação das bibliotecas do Estado do Pará, ou mesmo do nosso país.

No que diz respeito à relevância acadêmica, pode contribuir para novas pesquisas relacionadas a esse espaço pedagógi-

co, que muitas vezes ainda se encontra muito distante da relação ensino-aprendizagem-pesquisa.

Assim, dada à relevância da temática em questão, pretende-se esclarecer: qual o lugar da biblioteca nas representações dos sujeitos escolares? E a partir das representações saber: como ocorre a atuação do profissional da biblioteca a partir das representações dos sujeitos escolares?

Assim, a pesquisa reflete sobre a ênfase dada na atuação do Bibliotecário e no lugar que esse espaço ocupa nas representações dos alunos. Entende-se que não vivenciar as atividades de leitura e discussão dos conteúdos e atividades nesse processo implica em entender que as reflexões sobre o saber-fazer estão distanciadas de uma compreensão teórica, pois sabemos que não se muda todo um *habitus*<sup>4</sup> do professor só porque ele vivenciou algumas práticas metodológicas de formação.

Não podemos deixar de constatar que o processo da transposição feito pelo Bibliotecário implicará em mudanças, uma vez que é intrínseca a toda transposição didática<sup>5</sup> a construção de saberes. Essa construção não pode ser entendida apenas como repasse de conteúdos e/ou metodologias, ela se dá com a “cor local”, o *habitus* do Bibliotecário. Seu conjunto de saberes permitem construir

---

4 Habitus – certas disposições adquiridas na e pela prática, podem transformar-se num estilo de ensino e até mesmo em traços da “personalidade profissional”: manifestam-se através de um saber-ser e de um saber-fazer pessoais e profissionais validados pelo trabalho cotidiano (TARDIF, 2002, p. 49).

5 Aprender, pôr em prática uma inovação supõe um processo complexo, mas essa complexidade é superada quando a formação se adapta à realidade educativa da pessoa que aprende. Para que seja significativa e útil, a formação precisa ter um alto componente de adaptabilidade à realidade diferente do professor. E quanto maior a sua capacidade de adaptação mais facilmente ela será posta em prática em sala de aula ou na escola e será incorporada às suas práticas habituais (IMBERNÓN, 1994, p. 17).

todos juntos o saber dessa transposição. Daí, não podermos separar conhecimentos teórico de conhecimento prático e vivências do Bibliotecário, uma vez que eles se interligam. Entendemos que se deve dar ênfase em dizer como fazer, comprometendo-se com as bases de sustentação teórica e questionamentos que possibilitem as mudanças de qualquer prática educativa, e isso tudo deve acontecer partindo de um conhecimento contextualizado.

Nessa perspectiva teórica, os objetivos deste estudo foram assim, delimitados: analisar o lugar da biblioteca a partir das representações dos sujeitos escolares (alunos) e identificar o tipo de atuação realizada pelo profissional da biblioteca a partir das representações dos sujeitos escolares.

## **2 A BIBLIOTECA: ESPAÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DE AÇÕES EDUCACIONAIS**

A biblioteca está cada vez mais presente nos diversos níveis de ensino, seja ele fundamental, médio e/ou superior, no sentido de organizar e administrar fontes de informação de recursos didático-pedagógicos, no que diz respeito à atualização e pesquisa dos diferentes públicos que a frequentam.

As diferentes necessidades e o uso intensificado da informação dos distintos públicos (usuários/leitores) dinamizam a função da biblioteca que, por muitos anos, era considerada um “depositório” de livros, com presença marcante de uma parcela da população que tinha acesso a eles.

Como resposta a uma nova concepção de lugar de formação de leitores, foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola

(PNBE), desenvolvido desde 1997. Tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. (BRASIL, 2012)

É sabido que a eficácia de programas educacionais desenvolvidos pelo governo federal, como PNBE depende da atuação conjunta e positiva de muitos fatores, que vão, por exemplo, desde a linguagem, ideologia e organização do documento a fatores de ordem administrativa das secretarias de educação, tais como recursos financeiros para sua implementação e disponibilização de tempo para os professores desenvolverem suas ações. (BRASIL, 2012)

Além disso, a inserção de novas tecnologias da informação e comunicação na escola vem assinalando uma nova compreensão da biblioteca como espaço potencializador de serviços e produtos, sendo pertinente que se estabeleçam diretrizes de planejamento para a gestão interna e externa da biblioteca, no sentido de contribuir com as ações educacionais.

A biblioteca é considerada uma fonte de informação, pois em seu ambiente, seja ele virtual ou material ocorre à circularidade de saberes científicos e saberes do “senso comum”. Sabe-se que “a paixão nacional do brasileiro não é a leitura”, pelo menos não se observa a divulgação de práticas de leitura nas mídias impressas e/ou virtuais.

Nota-se que, a necessidade da formação de um cidadão vem de sua associação com o mundo. Portanto, a leitura passa a ser indissociável do conhecimento, este formado atualmente pelo excesso de informações existentes nos meios virtuais, os quais se encontram amparados pelas tecnologias da informação. Segundo Jenkins (2009), há mais de uma década, o público tem deixado uma posição predominantemente passiva e acomodada para ocupar um novo lugar no processo informacional.

O processo informacional, ou seja, as novas tecnologias são resultantes do processo de questionamento, de inquietações acerca de se obter informações globalizadas que possam estar disponíveis a qualquer hora e tempo.

Assim, a biblioteca no ambiente educacional tem como função desenvolver também atividades de ensino, cultura e lazer, além de despertar o gosto pela leitura, preparando o indivíduo para assumir uma atitude crítica em relação aos problemas de uma sociedade mutante e interconectada na aldeia global.

Em decorrência, a preocupação na busca pela qualidade no ambiente educacional perpassa diretamente pela presença das bibliotecas e bibliotecários no ambiente de ensino-aprendizagem. É nesse âmbito, que compreendemos o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como norteador das ações da escola, pois não podemos esquecer que no momento em que se define a missão, a visão, a filosofia, a proposta pedagógica de uma escola todos os espaços pedagógicos também passam a se organizar a partir de ações unificadoras do PPP, e, é nesse processo que no espaço da Biblioteca a relação professor x bibliotecário x aluno torna-se fundamental, uma vez que esse é um dos lugares de circularidade de saberes.

No que diz respeito à importância da biblioteca no ambiente educacional e no construto das ações do PPP, deveria ser um lugar para desenvolver e “fortificar” as competências necessárias para sobreviver na sociedade da informação, na qual o uso intensificado de tecnologias da informação e comunicação pudessem ser uma constante nas relações com as pessoas, não apenas um lugar de guarda, empréstimo ou devolução de materiais.

Para Baratin e Jacob (2000) a biblioteca também conserva a lembrança dos antepassados científicos e não científicos vivendo do sonho arqueológico, arquitetônico e nostálgico de memórias já perdidas e reconstruídas que a fazem falar. Definem-se bibliotecas a partir de seu papel (poder) em transmitir culturas e saberes, pois esse espaço dá continuidade e também rupturas da tradição (BARATIN; JACOB, 2000).

A biblioteca como ambiente integrador da escola e também lugar da implementação do PPP, deve participar de todas as atividades existentes, desenvolvendo o senso crítico do aluno no processo de formação intelectual, seja com a leitura ou com outras formas de interação.

Na interação entre professores e bibliotecários, ganhará o aluno porque estará em contato com uma nova forma de aprendizagem, voltada a prática a partir de uma teoria já discutida. Mas, para que essa prática seja realizada, é necessária a presença de um profissional bibliotecário e não de outro profissional que se encontra no espaço por doença ou por inaptidão à sala de aula. Bastos e Romão (2012) corroboram ao lembrar que, ao ser prejudicado por doença, velhice ou fastio pedagógico, o professor é relocado na biblioteca escolar, que é considerada pela gestão escolar, como um local de repouso,

de calma até que esteja apto a suas funções ou apareçam novas oportunidades.

Percebe-se a biblioteca como um lugar de silêncio, mas que passa a ser também local de recolocação de professores para o trabalho administrativo da escola, em virtude do afastamento da sala de aula por vários problemas, dentre os quais se destaca a saúde (BASTOS; ROMÃO, 2012).

Então, a Biblioteca apresenta vários lugares atualmente, mas não podemos esquecer que antes de qualquer ação ou tipo de função ocupada, esse espaço pedagógico e educativo é também, um lugar da implementação do projeto político-pedagógico, onde o aluno é ou deveria ser o maior beneficiado.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo se caracteriza como um Estudo de Caso. Para Yin (2010, p. 23) o Estudo de Caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Com a ideia de um exame mais profundo das interações teóricas entre os sujeitos, do modo como essas interações ocorrem e em que condições ocorrem em determinados contextos, optou-se por uma abordagem qualitativa. Para Barros (1990, p. 84), o Estudo de caso, pode ser considerado também como uma metodologia qualitativa de estudo, pois não está direcionada a se obter generalizações e nem há preocupações fundamentais com tratamento estatístico e de quantificações dos dados em termos de representações e índices.

Para Lüdke e André (2001, p. 47), a pesquisa dita qualitativa, para se fazer conhecer, depende inteiramente do relato do pesquisador. Para a autora, se ele não for bem feito, fica comprometido todo o conhecimento da própria pesquisa, por mais cuidadoso que tenha sido seu desenvolvimento.

O campo de atuação desta pesquisa foi uma Escola de Ensino Infantil e Fundamental localizada na cidade de Belém. Foi selecionada por ser considerada uma das primeiras escolas a possuir o espaço da biblioteca escolar. Hoje, ela compõe Unidade 5(cinco) vinculada a Secretaria de Educação e cultura (SEDUC).

Sabemos que uma amostra mais abrangente traria maior chance de elucidar o problema aqui destacado, no entanto, alguns fatores nos orientaram para a escolha da amostragem e da escola da qual os alunos e professores pesquisados fazem parte:

- A Escola de Ensino Infantil e Fundamental foi uma das primeiras escolas a implantar a biblioteca escolar;
- Concentra boa parte de professores com trabalhos voltados a sala de aula e a pesquisa na Biblioteca;
- Muitos professores que realizam trabalhos de pesquisa têm uma formação voltada ao desenvolvimento de projetos escolares; e
- O tempo disponível para realização do estudo está descrito no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Esta pesquisa utiliza uma amostra organizada pelas respostas dos discentes do 6º e 7º ano do ensino fundamental e que foram identificados nesta pesquisa como alunos a,b,c...Para que fosse dado melhor andamento na pesquisa, inicialmente, por meio de um do-

cumento, comunicamos a gestora da Escola sobre a realização da pesquisa. Nesse documento indicamos todo o percurso da mesma.

A aplicação do questionário de pesquisa foi realizada no espaço da biblioteca, cedido pela direção. Os alunos foram acomodados em mesas com quatro cadeiras cada para que fosse explicada a necessidade da aplicação da pesquisa. Todas as perguntas foram lidas em voz alta para que eles não tivessem dúvidas de respondê-las. Dentre outros cuidados, foi pedida autorização para que o material das entrevistas fossem manuseadas e publicadas. Conforme entendimento anterior, os sujeitos foram resguardados de qualquer exposição. Pois, para Costa (2002), ciência e ética são indissociáveis, e o conhecimento é “uma das mais belas façanhas do espírito humano, e por isso mesmo, sua produção deve obedecer a preceitos éticos em que, entre outras coisas, a vida digna, a justiça e a paz devem ser preservadas”.

A pesquisa contou com a participação de 31 alunos do 6º e 7º ano do ensino fundamental.

Para a análise das concepções desses alunos, observamos os escritos dos 31 alunos do ensino fundamental presentes no questionário aberto cujo tema foi “brincar, pesquisar e passar o tempo”: o lugar da biblioteca no projeto político-pedagógico e nas representações de alunos.

Com as falas dos alunos, pretendeu-se analisar o universo da biblioteca escolar aos quais estão habituados e as perspectivas da relação do bibliotecário x professores x alunos nesse espaço de construção do saber, buscando analisar o lugar da biblioteca a partir das representações dos sujeitos escolares (alunos) e identificar o tipo de atuação realizada pelo profissional da biblioteca a partir das representações dos sujeitos escolares.

Assim, a escolha pela análise do discurso foi decorrente da escrita dos alunos na perspectiva da vivência dos mesmos com o local onde se encontram presentes todos os dias, na qual procuramos compreender suas falas e suas palavras na ideologia constituída no questionário aberto aplicado.

Portanto, os enunciados passam a ser concretos e únicos e refletem em determinado campo tanto pelo seu conteúdo (nesse contexto tratado do tema proposto No questionário) e estilo, quanto por sua construção composicional, pois conteúdo temático, estilo e construção se encontram interligados no enunciado como um todo e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo de comunicação (BAKHTIN, 2003).

O *cópus* desta pesquisa foi estruturado a partir das falas dos sujeitos entrevistados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste tópico, buscamos apresentar a biblioteca nas representações dos alunos de forma a atender os objetivos aqui propostos. Os alunos responderam três questões básicas. A primeira relacionada ao reconhecimento da biblioteca na escola; a segunda trata do bibliotecário e a terceira do professor no ambiente da biblioteca.

##### **BIBLIOTECA NAS REPRESENTAÇÕES DOS ALUNOS**

Partindo dos nossos objetivos da pesquisa, buscamos inicialmente informações com os discentes sobre a existência da biblioteca,

como estratégia de identificar se havia por parte deles o reconhecimento desse espaço. Os alunos responderam:

“tia, tem sim. É um espaço pequenininho, que tem gibis, livrinho de história e de matérias da sala” (aluno a, 6º ano);

“é o local que brincamos na hora da merenda, comemos rápido para poder ir lá brincar” (aluno b, 7º ano).

Observamos que há o reconhecimento por parte dos alunos do espaço Biblioteca, apesar de nesse primeiro momento não ocorrer a identificação do verdadeiro papel da biblioteca. Como é perceptível a Biblioteca nas representações dos discentes é um lugar de livros e de brincadeira.

Para Baratin e Jacob (2000, p.9):

A biblioteca é um lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, também é o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira.

Buscamos ainda saber o lugar ocupado pelo bibliotecário, ou seja, que eles conheciam o profissional que fica responsável pela biblioteca, independentemente se ele é ou não formado em biblioteconomia e se está ou não preparado para assumir as funções da biblioteca. Os alunos afirmam:

“vamo na biblioteca sempre no lanche, lá tá sempre aberto, fico brincando e espero o pai” (aluno c, 6º ano);

“eu passo por lá e tá sempre aberto, a tia (bibliotecária) tá sempre no horário do lanche lá” (aluno d, 7º ano).

A partir das representações dos discentes vimos que eles conhecem o profissional que fica na biblioteca, apesar de não saberem de sua formação específica. Nos chama a atenção que a Biblioteca é mais visitada pelas falas dos sujeitos na hora do lanche, como se esse fosse o único momento em que o aluno tivesse a possibilidade de frequentá-la.

Quanto ao papel do bibliotecário, Porto (2006) afirma que uma de suas funções é o gerenciamento do acervo, ou seja, da informação necessitada pelos usuários, pois no ambiente escolar, a biblioteca possui um acervo diversificado de materiais e quando utilizado tecnologicamente o acervo, a biblioteca deve saber como e onde encontrar as informações e mais ainda, ensinar o usuário a encontrá-las. Logo, as concepções epistemológicas envolvidas no ensino têm sua forma de ser em virtude da identificação e condução do processo educacional a partir do olhar do conhecimento humano.

A utopia existente na biblioteca encontra-se na grande quantidade de conhecimentos que se encontram agrupados por assuntos e que somente são visivelmente agrupados quando indexados por um profissional da informação, ou seja, o bibliotecário. (BARATIN; JACOB, 2000)

Logo, perguntamos aos alunos sobre a relação entre biblioteca, pesquisa e o contato com o bibliotecário e a maioria deles afirma que “frequentam o local para pesquisar e tirar dúvidas com o profissional da informação presente no espaço” (aluno c, 6ª A).

Porém, mesmo os alunos apontando em suas representações que existe a presença do espaço e de um profissional para atendê-lo

permanentemente, verificamos que essa ida a biblioteca sob a supervisão do professor não ocorre, pois os professores só realizam as atividades em sala de aula e com o apoio do material didático.

É o que relata os alunos do 6º e 7º ano:

“Gosto muito da biblioteca, mas meus professores não vão com a gente lá, a gente fica só na sala com o livro dele”. (aluno x, 6º ano);

“a gente brinca na biblioteca e fica conversando com a tia da biblioteca, mas o professor diz que lugar de estudo é na sala”. (aluno y, 7º ano).

Kuhthau (2009, p.19) afirma que “é importante que as atividades desenvolvidas em sala de aula exijam que os alunos utilizem as habilidades para usar a biblioteca e a informação que estão adquirindo”. Silva (1999) compartilha do mesmo pensamento ao discutir que o papel da biblioteca escolar tem duas missões: que vai do processo do ensino e aprendizado no qual é o apoio aos professores como também na promoção pelo gosto e hábito da leitura. Portanto, implica assim, sua relevância no contexto escolar, ao iniciar e conquistar a criança ao hábito da leitura, que deve começar no ambiente familiar e ser intensificada com sua ida ao ambiente escolar. (SILVA, 1999)

Atitudes como essas apresentadas na escola pesquisada por parte de alguns professores é preocupante, uma vez que a escola já tem um histórico de ter uma das mais antigas bibliotecas escolares e com ações descritas no PPP relacionadas a atividades nesse espaço educativo.

Logo, para que o aluno esteja na biblioteca como “pesquisador” torna-se necessário que ele identifique a importância do espaço

não somente com local de brincadeira e conversa, mas como local de estudo e a presença do professor torna-se importante para a construção dessa representação do local aos alunos e também na ação do PPP no chão da escola.

Diante disso, é visível a necessidade de se repensar o PPP no que diz respeito a esse lugar educativo (a biblioteca), no intuito de ocorrer um planejamento integrado e sólido entre professores e bibliotecários para que os alunos entendam a importância desse espaço dentro do contexto escolar, não sendo este apenas um lugar para ser utilizado como passa-tempo e brincadeira.

É pertinente lembrar que a atividade quando programada para acontecer dentro do ambiente da biblioteca escolar ou em sala de aula, pode ocorrer em parceria entre professores e bibliotecários, desde que seja programada antecipadamente para que ambos possam trocar ideias e possuírem uma mesma linguagem para o contato com o discente.

Kuhthau (2009, p.19), contribui com essa discussão dizendo que “[...] a integração da programação da biblioteca com as atividades de sala de aula requer um planejamento conjunto, envolvendo o bibliotecário e os professores”. E mesmo sabendo que cada tipo de biblioteca possui uma função, um acervo, que é determinado pelo público que a frequenta, quanto mais utilizada, mais diversificada e em crescimento ela será (MILANESI, 1993).

De acordo com Severino (1982) e Carvalho (1981 *apud* BASTOS; ROMÃO, 2012), a educação deve ser vivenciada como uma prática concreta de libertação e de construção da história, ou seja, cabe ao sistema educacional entender a aprendizagem a partir das averiguações e pesquisas, que são encontradas através de fontes de

consultas, resultante do ambiente da biblioteca escolar, mas quando queremos que nossos alunos sejam somente cidadãos passivos, trazemos a eles uma educação sem a concepção crítica, ou seja, sem a visão de outras fontes de informações, daí a importância da biblioteca escolar.

Portanto, sem a existência de uma atividade do professor no ambiente da biblioteca escolar, deixa de existir a circularidade de saberes decorrente de uma ausência de parceria nas atividades que desenvolvam o senso crítico que vão além dos livros didáticos. O que na concepção de Freire (2008, p.8), encontra-se na “necessidade de educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou “astutas”, enganando de vez a pretensa neutralidade da educação”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A biblioteca no ambiente educacional está cada vez mais presente simultaneamente nas modalidades de ensino fundamental, médio e superior. Instituições de ensino buscam a racionalização dos ambientes e desta maneira cabe ao bibliotecário organizar e administrar as fontes de informação, utilizadas como recursos didático-pedagógicos bem como as de suporte informacional para a atualização, informação e pesquisa desses diferentes públicos, além de ser um espaço da implementação do PPP.

A partir das falas dos sujeitos acerca de suas representações sobre a biblioteca e a identificação do tipo de relação existente entre professores e bibliotecários vimos que estas estão ligadas a representações de um lugar de brincar, de espera e de pesquisa. Contudo, não

é perceptível a relação pedagógica entre professores da sala de aula e o bibliotecário, além de ser desnortado das ações do PPP.

Assim, vimos que há a necessidade de gestores de bibliotecas de instituições educacionais precisarem buscar o planejamento fazendo interface com o PPP no intuito de melhor oferecer serviços e produtos para atender os diferentes públicos (estudantes desde a pré-escola ao superior, professores e demais membros dessa comunidade educacional), e compreenderem as mudanças dos objetivos e das funções da biblioteca escolar.

A inserção de novas tecnologias da informação e comunicação deve estar intercalada no cotidiano do bibliotecário para potencializar serviços e produtos da biblioteca. Saber manusear tecnologias tornou-se tão importante como ler e escrever, assim, as bibliotecas precisam estar preparadas para dinamizar os processos de aprendizagem que envolvam desde o acesso aos documentos nos diferentes suportes e tipologias documentais até mesmo oferecer locais adequados para o uso da informação que requerem planejamento na gestão de ambientes multimídia, como a escolha de equipamentos, de *softwares*, e até mesmo o delineamento de treinamentos individuais ou em grupos.

Acreditamos que a biblioteca pode ser um lugar que pode influenciar diretamente a vida de toda a comunidade educacional e o desenvolvimento pleno do ser humano no qual são fundamentais competências e habilidades de cunho educativo, intelectual, cultural, social e tecnológico.

Como contribuição a uma nova forma de pensamento qualitativo e participativo, sugere-se a escola, que por meio da coordenação pedagógica, durante as jornadas de realização e avaliação do PPP, seja

realizadas ações da biblioteca com o professor e vice-versa, como, por exemplo, a associação do plano de ensino do professor com a biblioteca, como também dos profissionais da educação (professores e bibliotecários) para que possam desenvolver por meio do diálogo e projetos escolares a circularidade de saberes aos alunos como forma a despertar novos conhecimentos e questionamentos.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro; UFRJ, 2000.

BARROS, A. de J. P. de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BASTOS, Gustavo G; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Os sujeitos-escolares e a biblioteca: um estudo discursivo**. Disponível em: < [http://alb.com.br/arquivo-morto/portal/5seminario/PDFs\\_titulos/OS\\_SUJEITOS-ESCOLARES\\_E\\_A\\_BIBLIOTECA\\_UM\\_ESTUDO.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/portal/5seminario/PDFs_titulos/OS_SUJEITOS-ESCOLARES_E_A_BIBLIOTECA_UM_ESTUDO.pdf) > Acesso em: 02 abr. 2012.

BRASIL. **Programa nacional biblioteca na escola**. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12368&Itemid=574](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574) > Acesso em: 10 fev.2012.

COSTA, M. V. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: (org.). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 49 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (questões da nossa época, 13)

IMBERNÓM, F. (Org.) **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 1994.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Traduzido por Susana Alexandria. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca escolar**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 3 ed. Belo Horizonte: autêntica, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2001.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PORTO, Leonardo Sartori. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. (questões da nossa época, 45)

TARDIF, M. **Saberes docentes e Formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.





## O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: o bibliotecário em ação

*Rosilene Moreira Coelho de Sá<sup>1</sup>*  
*Cleide Vieira de Faria<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este artigo visa mostrar como é possível despertar a consciencia social dos bibliotecários que atuam em biblioteca universitária para que a mesma chame a comunidade à ultrapassar os limites dos campus e conhecer uma biblioteca que vai além do ensino e pesquisa e faça acontecer a extensão.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Universitárias. Ações culturais. Papel social.

### LA FUNCIÓN SOCIAL DE LA BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD: el bibliotecario en la acción

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mostrar cómo es posible despertar la conciencia social de los bibliotecarios de bibliotecas universitarias que trabajan para el mismo llamado a la comunidad para empujar los límites del campus y conocer a una biblioteca que va más allá de la enseñanza y la investigación y la extensión que esto ocurra.

**Palabras clave:** Bibliotecas de la Universidad. Las actividades culturales. Función social.

---

1 Bibliotecárias pela Universidade Federal de Minas Gerais, atuam na Biblioteca Central desta mesma Universidade. Têm experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Contatos: rosileneufmg@yahoo.com.br; cleidevf@gmail.com. Belo Horizonte – Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no mundo atual trazem à tona discussões sobre o excesso de informação e o pouco acesso à cultura, principalmente para as classes menos favorecidas. Portanto, torna-se necessário que as bibliotecas se preocupem, não somente com o tratamento e disseminação da informação, mas também que assumam seu papel de disseminadora cultural a toda sociedade.

No âmbito da Biblioteconomia / Ciência da Informação percebe-se um avanço ainda tímido no que se refere à prestação de serviços socioculturais aos usuários e usuários em potencial das bibliotecas, principalmente no contexto das bibliotecas universitárias. Muitas vezes o bibliotecário não percebe a importância em oferecer serviços diferenciados que tenham o intuito, por exemplo, promover a leitura prazerosa, descompromissada e de qualidade, bem como atividades que mostrem como a biblioteca universitária pode ultrapassar os limites do livro-texto e incentivar a leitura por prazer através dos mais variadas formas (hora do conto, lançamento de livros, exposições etc.) tornando-se um ambiente de interação e entretenimento para toda comunidade.

É interessante que a biblioteca universitária adote uma política sociocultural e proponha a realização de atividades culturais, sendo estas baseadas em livros, mas não apenas neles, pois a cultura possui as mais variadas manifestações.

## 2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As diversas unidades de informação assim como as bibliotecas universitárias, estão sentindo o reflexo do desenvolvimento da sociedade, principalmente no âmbito tecnológico, científico e cultural. A flexibilização das estruturas, o trabalho em equipes, o compartilhamento e o cooperativismo são algumas premissas que devem estar presentes nas bibliotecas universitárias. No entanto, tais características envolvem em algumas ocasiões, uma mudança considerável de comportamento, sendo, por isso, um processo lento na aquisição dos resultados. Neste contexto,

As bibliotecas universitárias são instituições e, como tal, constituídas por um conjunto de ações responsáveis, que vão desde a localização e organização até a recuperação da informação. A sua estrutura organizacional é formada por departamentos denominados de divisões e seções que, em muitos casos, são designados com outros nomes. A cada departamento cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento de algum produto e/ou serviço, formando uma cadeia até a execução final. (PINTO, 1993, p.).

Em relação ao papel do bibliotecário, principalmente no contexto universitário,

Os profissionais que atuam em bibliotecas universitárias, em especial, os bibliotecários confrontam-se com novas perspectivas de atendimento. Esses bibliotecários têm um papel fundamental nas bibliotecas universitárias. Eles estão diretamente envolvidos com os usuários e devem conhecer as tecnologias e atualizar-se constantemente para realizar suas atividades. (SILVA, 2006, p.).

De acordo com Maciel e Mendonça (2000), a biblioteca universitária está sujeita a receber influências do ambiente que a cerca, externa e internamente. Isso exige dos bibliotecários conhecimentos e habilidades específicas, que os permitem atuarem com eficiência neste cenário.

### **3 O BIBLIOTECÁRIO EM AÇÃO**

O bibliotecário deve estar atento ao ambiente da comunidade de usuários interna e externa, a fim de prover atividades socioculturais que sejam do interesse dos mesmos. Para Vicentini et. al. (2007), uma biblioteca deve servir a diferentes interesses e classes sociais e ser um espaço onde se acumulam contradições, oposições, afirmações, negações, tradições e inovações. O bibliotecário deve ser um articulador de atividades literárias e oferecer as diversas práticas de ações socioculturais à comunidade em geral.

O planejamento ou projeto de um serviço de informação necessita um conhecimento prévio da realidade social e o contexto em que o projeto será utilizado. Em caso de projetos que incluem novos serviços deve-se coletar alguns dados como, por exemplo: levantamento e análise das expectativas dos diferentes públicos que se deseja atingir e dados referentes a análise do contexto do local em que se pretende realizar o projeto.

Quando se tratar de atividades realizadas para a comunidade externa à universidade deve-se levar em conta o perfil e a quantidade de participantes que irá abranger, observando aspectos como: faixa etária, ocupações profissionais, nível de escolaridade, as condições gerais de vida das pessoas e o uso do tempo livre. Ao considerar

estes aspectos torna-se possível a construção de projetos de extensão que venham de encontro às necessidades culturais das várias esferas sociais.

Como cita Almeida (1987, p. 25) “A ação cultural não tem paredes: uma vez deflagrada poderá se multiplicar, se modificar e tornar muito difícil o controle sobre ela. Os espaços são apenas pontos de partida. Os benefícios dessa ação escaparão desse espaço”.

Também em bibliotecas universitárias, o bibliotecário pode ser um articulador de várias atividades literárias que visem o estímulo à leitura, seja através da exibição de filmes baseados em obras da literatura, indicação de livros e textos, ou organização de exposições e encontros para o resgate da oralidade, bem como oferecer diferentes suportes culturais e informacionais, através da arte, da música, da contação de histórias, do teatro, exposições, lançamento de livros, sessões de autógrafos com escritores, dentre outras atividades a motivar leitores, difundir e incentivar a leitura, fazendo da biblioteca um exemplo de centro cultural.

Milanesi descreve Centro Cultural como um espaço de:

[...] reunião de produtos culturais, a possibilidade de discutir e a prática de criar novos produtos. O público é formado pelos que exercitam a criatividade e pelos criadores potenciais – ou, em outras palavras, todos. Quem entra num centro cultural deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais. Ver um filme e discuti-lo pode ser uma experiência que atua sobre a sensibilidade e desordena o pensamento, tornando-se decisiva (1997, p. 28).

O bibliotecário pode ir além de suas atividades inerentes à biblioteca universitária e ser um gestor cultural no desenvolvimento,

apresentação e disseminação de práticas culturais. Cunha (2004, p. 25). explica o termo gestão cultural da seguinte forma:

Em poucas palavras, significa gerenciar serviços que se materializam em programas e atividades desenvolvidas a partir de um planejamento e definições apontadas por um plano de políticas culturais públicas, privadas e de organizações não governamentais, participando de todas as fases do processo de desenvolvimento das atividades culturais: criação, produção, distribuição e difusão cultural.

A biblioteca universitária ao realizar ações culturais para a comunidade acadêmica e para a comunidade externa estará realizando seu marketing social, que tem como contrapartida do desempenho de seu papel social, a visão que a sociedade terá sobre ela.

#### **4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A ação cultural não tem limites de conteúdo, como também não é restrita a determinados espaços, desenvolver ações culturais em bibliotecas universitárias tem por objetivo divulgar e incentivar a leitura em diferentes suportes, além de propiciar o acesso à cultura a toda sociedade.

O fomento de ações socioculturais em bibliotecas universitárias visa à democratização e socialização da cultura, ao desenvolver esse papel social o bibliotecário estará realizando o marketing social da biblioteca, ou seja, a partir do desenvolvimento de ações culturais se faz também dar visibilidade à biblioteca e a universidade criando assim um valor social, e desenvolvendo na sociedade o estímulo em utilizar seus serviços tendo em vista suas ações sociais.

A realização do trabalho sociocultural modifica o espaço e a visão da biblioteca, suas atividades determinam a imagem que o usuário terá da instituição e o que pode esperar de retorno, não só dos materiais bibliográficos que ali encontram-se, mas também do atendimento e eficiência dos funcionários em relação ao público em geral, e da prestação de serviços que propiciem o acesso à cultura, informação e entretenimento.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. Política social e combate à pobreza. In: ABRANCHES, Sérgio. **Política social e combate à pobreza: a teoria da prática**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987. p. 9 – 31.

ALMEIDA, C.B.A. Planejamento do projeto. In: \_\_\_\_\_. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet, 2005. cap. 5, p.93-111.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **R. Bras. Bibliotecon. e Doe.**, São Paulo, 20, n. 1/4, p. 31-8, jan./dez. 1987.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.

BRANDÃO, Carlos R. **A questão política da educação popular**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CUNHA, M. V. et al. O bibliotecário formado pela Universidade Federal de Santa Catarina: perfil profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 182-195, jul./dez. 2004.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão cultural: a profissionalização e a ampliação do mercado cultural**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/pensarte/opiniaio/08-24cun.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; GABRIEL, Maria Aparecida; VILLELA, Maria Cristina Olaio. **A educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à sociedade do conhecimento e a sua inserção nos novos paradigmas educacionais**. Disponível em: < <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t060.doc> >. Acesso em: 20 jul. 2013.

FERREIRA, S. M. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, v.25, n.2, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/250296/25029610.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **A função gerencial na biblioteca universitária**. Disponível em: < [www.ndc.uff.br/textos/t033.pdf](http://www.ndc.uff.br/textos/t033.pdf) >. Acesso em: 17 jul. 2013.

MAURI, Graciella; LENZI, Rafael; CÉSAR, Regina Célia Escudero. **Relações públicas na gestão cultural: Estudo de Caso da Biblioteca Central da UEL**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/organismospublicos/01/0045.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: Biblioteca Centro de Cultura**. 3.ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MORIN, Edgar. A revisão dos 2000. In: \_\_\_\_\_. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 23-88.

PINTO, V. B. Informação: a chave para a qualidade total. **Ciência da informação**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 133-137, maio/ago. 1993.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da Informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais . **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <[revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/download/24/35](http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/download/24/35)>. Acesso em: 17 jul. 2013>.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da. **O perfil do bibliotecário de referência das bibliotecas universitárias do estado de Santa Catarina**. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVEIRA, F. J. N. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VICENTINI, L. et al. **O papel da biblioteca universitária no incentivo à leitura e promoção da cidadania**. Março, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=16102706&iCveNum=6499>>. Acesso em: 17 jul. 2013.





## A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA NO CONTEXTO ESCOLAR

*Cecília de Jesus Rodrigues<sup>1</sup>*  
*Daiana Roberta Silva Gomes<sup>2</sup>*

### RESUMO

Reflete a importância da biblioteca escolar. Aborda o papel do bibliotecário. Estabelece o desenvolvimento de habilidades e competências, como elementos contribuintes para a formação de profissionais bibliotecários mais questionadores. Analisa a informação como agente transformador. O bibliotecário é um mediador ativo entre os usuários e os recursos disponíveis e sua formação profissional contínua é indispensável para assegurar serviços adequados.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Biblioteconomia. Informação. Bibliotecário.

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é exercitar a teoria através da prática, visando assim aumentar o nível do nosso conhecimento das bibliotecas públicas escolares de São Luís, construindo desse modo uma pesquisa para diagnosticar tal realidade.

---

1 Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. (São Luís-MA /Brasil, cecirodryflower@hotmail.com).

2 Acadêmica do Curso de Teatro da Universidade Federal do Maranhão. (São Luís-MA /Brasil, dayanaroberta@gmail.com).

Este artigo tem finalidade de refletir teoricamente sobre as questões que envolvem as bibliotecas escolares da cidade de São Luís – MA. A metodologia utilizada foi a aplicação dos questionários onde os profissionais das escolas visitadas responderam questões referentes ao uso da biblioteca. Realizou-se uma entrevista estruturada com a aplicação de questionários aos entrevistados buscando certa uniformidade e a entrevista não estruturada, onde a marca é a flexibilidade e plena liberdade na colocação das questões.

Sabe-se que as bibliotecas contribuem para a cultura e a tecnologia da humanidade, pois figuram entre as mais importantes ferramentas do progresso e cultura social, ou seja, através da transmissão da cultura do grupo social e da promoção da vida intelectual o bibliotecário tem sua função estabelecida pela necessidade social, a qual sua profissão serve.

Promover e favorecer a valorização do acervo para se construir o processo da informação se faz por meio de do desempenho da habilidade técnica, a qual ajuda a conduzir o cumprimento dos objetivos da instituição, incentivando o acúmulo de valores que são de fundamental relevância.

O acesso à informação e à leitura é condição básica para o exercício da cidadania e para uma participação ativa da sociedade além de se constituir em condição fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais, culturais e políticas que determinam a nossa existência no mundo e as nossas atuações profissionais. (MARTINS, 2007, p. 189).

Diante das crescentes mudanças, os bibliotecários escolares tornam-se competentes em questões de planejamento e instrução às diferentes habilidades para o manuseio de novas ferramentas de

informação, tanto a professores como a estudantes. Desta forma, obtêm contínua formação profissional. As habilidades provêm da tomada de consciência em próximas a possibilidades objetivas e mobilizadoras de ação. Assim, a missão da biblioteca escolar além de apoiar à aprendizagem possibilitar o pensamento crítico e efetivo dos seus usuários dos vários tipos de suportes documentários e meios de comunicação ajuda no desenvolvimento e difusão do conhecimento.

Entendendo que a biblioteca é uma instituição compromissada com a disseminação da informação independentemente de onde ela esteja inserida, usuário por sua vez busca nessa unidade informacional o suporte para suas pesquisas e a busca do conhecimento. Assim, também o Manifesto da UNESCO de 1994, anuncia que as bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação e as bibliotecas públicas colaboram para a educação, a cultura e a informação e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres e as autoridades nacionais e locais devem apoiar e comprometer-se no seu desenvolvimento.

Biblioteca pública tem materiais de caráter educacional, cultural e recreativo; seleção de material de nível médio; menor peso a itens de nível complexo no trato da matéria. Biblioteca escolar tem objetivos dos cursos oferecidos, nível dos alunos, materiais didáticos e aspectos pedagógicos dos materiais [...] (DIAS; PIRES, 2000, p. 50).

Desse modo, entende-se que a missão das bibliotecas escolares é oferecer livros; recursos e serviços como apoio à aprendizagem possibilitando o pensamento crítico e efetivo dos usuários dos vários tipos de suportes documentários e meios de comunicação. Portanto, destacam-se algumas medidas, as quais o poder público busca para

promover a igualdade social como meio para transformar a realidade da social.

## **2 BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO LUÍS**

As bibliotecas são um dos recursos indispensável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e formação do educando.

Assim, a pesquisa apresentada se efetivou a partir de uma visita técnica realizada em sete (7) bibliotecas das escolas públicas de São Luís, o que possibilitou contextualizar as bibliotecas escolares no Estado do Maranhão e perceber a importância de falar da biblioteca nas escolas como um espaço que promove o acesso facilitado à investigação e pesquisas científicas.

A construção social do conhecimento sistematizado requer máximo compromisso, diálogo e ideias que ajudem a promover a valorização e integração do aluno com a sociedade que compartilha, convive e constrói o processo dinâmico da informação.

Assim, a realização desta pesquisa, adotou-se como estratégias básicas as seguintes etapas: primeiramente, pesquisa bibliográfica, a fim de buscar subsídios teóricos que respaldassem a argumentação defendida sobre a temática proposta. Nesse sentido, escolheu-se leituras referentes à biblioteca escolar pública, onde será necessário investigar o contexto histórico, social, político e cultural.

Conforme descreve Almeida Júnior (2003, p.60) é imprescindível que o bibliotecário analise [...] o serviço fim da biblioteca é o de analisar a demanda do usuário.

Entendê-la e transformá-la dentro de parâmetros passíveis de recuperação, ou seja, a linguagem documentária, a linguagem artificial utilizada pela biblioteca. A partir dessa análise, fará uso dos produtos documentários, de estratégias de busca e de ferramentas de recuperação para levar o usuário até o documento que poderá satisfazer sua necessidade informacional. (2003, p. 60).

Os profissionais bibliotecários estão capacitados para manter o espaço vivo e fazer a ponte entre o projeto pedagógico da escola e a biblioteca pautada no intercâmbio de informações das diversas áreas do conhecimento ajudando a identificar bem cedo à promoção da cidadania igualitária pelo estímulo a leitura.

### **3 DADOS OBTIDOS**

Para a realização desta pesquisa em bibliotecas escolares, foram visitadas as seguintes escolas com suas bibliotecas e respectivos bairros:

Escola Menino Jesus de Praga - “Biblioteca” Monteiro Lobato (Vinhais); Centro de Ensino do São Cristovão – “Biblioteca” Raimundo Gerinaldo Ribeiro Alves (Tirirical); “Biblioteca” da Unidade Escolar Prof. Luís Rêgo (Vila Itamar); Unidade Integrada Prof. José Nascimento de Moraes - (Vinhais); Centro de Ensino Médio Mônica Vale – (São Francisco); Unidade Integrada de Ensino Médio Felipe Conduru – Biblioteca Mons. Felipe Conduru (São Cristovão) e a Escola Profa. Ecilda Ramos de Sousa – (Maranhão Novo).

Ao todo foram visitadas 6 (seis) escolas públicas estaduais e 1 escola pública do município de São Luís de Maranhão, totalizando

desse modo 7 (sete) escolas, as quais 8 (oito) pessoas foram entrevistadas, pois as mesmas mostraram-se receptivas. A maioria eram mulheres que ocupam o cargo de agente administrativo ou são professoras da escola.

Os 10 questionários, sete (7) questionários para escolas que possuem bibliotecas e somente três (3) não possuíam bibliotecas foram distribuídos para os bibliotecários e/ou outros funcionários das bibliotecas escolares, respectivamente.

Para iniciar a pesquisa, a primeira pergunta relaciona o sexo dos informantes é onde observa-se que a maioria das entrevistadas correspondente 70% do sexo feminino e 30% é do sexo masculino.

Quanto a faixa etária, 56% das entrevistadas está na faixa etária de 56 a 65 anos, ou seja, em fase de aposentadoria por tempo de serviço.

Quanto ao tempo de serviço o professor / diretor ou bibliotecário, 50% dos entrevistados está exercendo a profissão há pelo menos de 1 a 4 anos.

70% das entrevistadas nomearam o espaço destinado a depósito de livros, serem considerados como bibliotecas, mostrando desconhecimento de documentos que indicam o local tratamento técnico apropriado para uma biblioteca e para os usuários.

Para 60% das entrevistadas responderam que o local destinado as bibliotecas são adequadas, pois encontram-se dentro de uma escola. Ainda assim, explicam que o espaço deve ser mais amplo e climatizado.

Quando questionados sobre se os móveis e instalações são suficientes e adequadas ao porte da biblioteca, 70% das entrevistadas apontam como inadequadas e insuficientes os móveis e ins-

talações das bibliotecas. A precariedade dos móveis; do acervo e a falta de computadores contribuem para o afastamento dos alunos nas bibliotecas.

Na questão sobre quem mais usa a biblioteca, 72% disseram que somente alunos; 12% todos das comunidades e 16% disseram que todos da escola.

A biblioteca escolar é mais utilizada somente pelos alunos, o que denota o desinteresse da família e todo corpo docente da escola na indicação de leitura e pesquisas. No entanto, a comunidade próxima a escola tem liberdade para fazer suas leituras nas dependências, porém com restrição ao empréstimo de livros.

Dando continuidade com relação ao acervo da biblioteca escolar aparece às vezes como alternativa mais indicada por não ter outra opção para atender aos usuários, representando neste quesito 66% das entrevistadas.

As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir: tendências atuais e acompanhar a evolução da sociedade (a memória da humanidade e o produto da sua imaginação); isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

As missões-chave devem relacionar a informação, a alfabetização, a educação e a cultura que estão alistadas abaixo: Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis; assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; estimular a imaginação e criatividade

das crianças e dos jovens; promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo; fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural; apoiar a tradição oral; assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática e apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Os serviços da biblioteca pública devem ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais; apoiada em uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais; a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. A rede de bibliotecas públicas deve ser concebida tendo em consideração as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias; formulada em uma política clara (objetivo, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local).

A biblioteca pública deve ser eficazmente organizada e mantida padrões profissionais de funcionamento. Assegurada a cooperação com parceiros relevantes (grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional). Seus serviços têm de ser: fisicamente acessíveis a todos os membros da

comunidade; existir em edifícios bem situados com boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores (serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca) adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.

Para a melhoria do acervo da biblioteca escolar foram apontadas as seguintes soluções: Capacitação dos funcionários; Mais livros científicos e literários atualizados; Mídias digitais; conjunto de mapas completos; Computadores; Mídias recursos para compra de materiais; Compromisso dos bibliotecários com os usuários e o Funcionamento da Biblioteca aos sábados

Em resposta a contribuição da biblioteca escolar para o processo de ensino–aprendizagem, onde 90% das entrevistadas respondem sim.

Ao que se refere ao papel da biblioteca escolar, 10% responderam que é para fornecer livros para leitura e pesquisa; 60% para dar suporte para todas as atividades desenvolvidas dentro da escola e 20% que a biblioteca é um lugar para refletir e pensar.

Embora reconheçam a importância e contribuição da biblioteca escolar para o processo de ensino – aprendizagem dos alunos, porém os funcionários que ocupam cargo de direção da biblioteca, entendem que o principal papel da biblioteca escolar é dar suporte para as atividades desenvolvidas dentro da escola, sem o fornecimento pedagógico e metodológico diferenciados com o uso de material para alunos e professores.

Os serviços devem ser oferecidos de modo igual a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status profissional e social. Serviços

específicos devem ser disponibilizados também a pessoas especiais, não aptas ao uso dos materiais comuns da biblioteca uma vez que o acesso às coleções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da Declaração Universal de Direitos e Liberdade das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política e religiosa, ou a pressões comerciais.

A biblioteca escolar é essencial à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural. A responsabilidade sobre a biblioteca escolar cabe às autoridades locais, regionais e nacionais, deve ser apoiada por política e legislação específicas e ainda contar com os fundos para a manutenção de seu acervo, tecnologias, equipamentos e treinamento de pessoal, livres de qualquer ônus.

Quanto a projetos desenvolvidos pela biblioteca escolar, 80% responderam que possuem projetos voltados para leitura; conservação de meio ambiente; hora do conto (rei e rainha da leitura); campanha anti-rogas e aborto (dramatização), sendo estes dois últimos desenvolvidos no Centro de Ensino Médio voltados para alunos com faixa etária de 16 a 24 anos.

Para melhorar a biblioteca escolar, 69% das entrevistadas indicaram que seria a comprar livros; 15% promover atividades culturais e 16% nomear bibliotecário. Nas fotos tiradas nas bibliotecas observa-se que muitos livros estão dispostos no chão, em mesas até nas cadeiras, porém armazenamento indevido implicará prematuramente na precariedade dos livros e fatores como agentes físicos: iluminação, temperatura e umidade, bem como agentes biológicos: fungos, insetos e outros.

Para assegurar serviços efetivos e credenciados, deve-se ter-se em conta: Formular política própria para os serviços de biblioteca, definindo objetivos, prioridades e atividades, em consonância com as necessidades curriculares das escolas; obedecer a padrões profissionais na organização e manutenção da biblioteca escolar; prover acesso a serviços e à informação a todos os membros da comunidade escolar, e funcionar dentro do contexto da comunidade local; encorajar a cooperação entre professores, gestores experientes na área escolar, administradores; pais; outros bibliotecários e profissionais da informação, e grupos interessados da comunidade.

A biblioteca escolar é administrada por qual profissional, 50% afirmaram que é feita por professor com carga horária reduzida; 40% por auxiliar de bibliotecário e 10% por outro profissional.

Sabendo que o bibliotecário escolar - membro profissionalmente qualificado - é o responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar, deve contar com o apoio de equipe adequada, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade escolar, bibliotecas públicas e afins.

O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. De acordo o Manifesto (UNESCO, 1994): “[...] há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares quiserem desenvolver e operacionalizar serviços efetivos, a saber: gestão de biblioteca, de aquisição de recursos e de serviços de referência e informação, e gestão de ensino.

Analisando como é importante e se concordam que a biblioteca escolar seja administrada por bibliotecário formado, 60% das entrevistadas afirmaram que sim e 40% não concordaram.

De acordo o Manifesto (UNESCO, 1994): “[...] há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares quiserem desenvolver e operacionalizar serviços efetivos, a saber: gestão de biblioteca, de aquisição de recursos e de serviços de referência e informação, e gestão de ensino.” Diante das crescentes mudanças os bibliotecários escolares devem tornar-se competentes em questões de planejamento e instrução às diferentes habilidades para o manuseio de novas ferramentas de informação, tanto a professores como a estudantes. Desta forma, devem obter contínua formação profissional.

No quesito sobre que é responsável pela melhoria nas bibliotecas, 60% disseram que Prefeito e Governador/Secretário da Educação; 20% mencionaram o professor; 10% é atribuída pela iniciativa da comunidade e 10% da iniciativa dos diretores das escolas.

Segundo o Manifesto UNESCO/IFLA para bibliotecas escolares a responsabilidade sobre a biblioteca escolar cabe às autoridades locais, regionais e nacionais, deve ser apoiada por política e legislação específicas e ainda contar com os fundos para a manutenção de seu acervo, tecnologias, equipamentos e treinamento de pessoal, livres de qualquer ônus.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

Pode-se afirmar, a partir dos resultados da pesquisa, que um profissional bibliotecário tem maiores possibilidades de estar atento ao exercício de suas funções, pois favorecem com suas habilidades e competências soluções para aumentar este e outros espaços para a disseminação da informação, que primordialmente deve estar pau-

tado em mudanças úteis para orientar o agir consistente, com pleno domínio e exercício de seu papel de cidadão consciente.

Desse modo, nas bibliotecas escolares a descoberta pelo assunto contida nos livros ajuda as crianças a aprenderem o gosto pela leitura, mas para garantir a qualidade neste processo, a prática da sala de aula cria subsídios para a pesquisa pedagógica e da leitura. Nota-se que há insuficiente promoção para o acesso à informação, acarretando também o baixo índice da produção do conhecimento, pois sem informações transmitidas às relações pedagógicas não conseguem atingir um nível de melhoria porque mantêm o aluno de fora das estratégias de aprendizagem e de ensino.

Vale ressaltar que para o docente possa atuar na identificação dos problemas e necessidades de aprendizagem de seus alunos, implementem mudanças imediatas de ensino. Diante da perspectiva as bibliotecas escolares assumem um importante papel e utilizam a capacidade de pensar, de produzir e de criar dos seus usuários.

Dessa maneira, explicitamos que a pesquisa contribuiu muito para nossa formação crítica, pois nos possibilitou perceber o quão importante é pesquisar a veracidade dos episódios e examinar conscientemente a prática profissional sempre aliada ao bom senso. Assim, disciplina nos ajudou a investigar e redefinir a imagem do profissional bibliotecário, pois o envolvimento com as fontes de informação também consolidaram o que é ser um profissional mais participante e ativo socialmente.

As bibliotecas escolares são indispensáveis para o desenvolvimento dos educandos, pois leva aos seus usuários modalidades e recursos diferentes, ajudando no processo de ensino aprendizagem, favorecendo a formação e o desenvolvimento da prática de leitura e

pesquisa. A prática de leitura e pesquisa deve suscitar discussões que renovem as ideias e por conseguinte, a cultura, bem como as ações praticadas individual ou coletivamente com vistas ao benefício dos diversos grupos sociais.

As bibliotecas escolares, em especial, por estarem dentro das unidades de ensino, junto a um público ainda em formação, tem o papel de fomentadoras de informações e que estas levem a discussões que respeitem principalmente a diversidade e valores culturais, dessa forma estarão se constituindo como verdades de pontos de cultura, e a ação cultural estará conseguindo cumprir seus objetivos, de informar, discutir e reinventar por meio da criatividade, que é própria do ser humano.

## ABSTRACT

Reflects the importance of the school library. Addresses the role of the librarian. Establishes the development of skills and competencies, as elements contributing to the training of professional librarians more questioners. Analyzes information as an agent of change. The librarian is an active intermediary between users and resources available and their continuous professional training is essential to ensure adequate services.

**Keywords:** School library. Librarianship. Information. Librarian

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003. p. 288.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: UDUSFSCAR, 2004. 48 p.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. A formação profissional em Biblioteconomia e práticas interdisciplinares: construindo caminhos para um ensino universitário significativo nas ares de leitura e de formação de leitores. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Conhecimento, pesquisa e práticas sociais em Ciência da Informação**. São Luís: EDUFMA, 2007, p. 174-200.

UNESCO; IFLA **Manifesto UNESCO/IFLA para Bibliotecas Escolares**. Tradução feita por Neusa Dias de Macedo, Unesco, 1999. Disponível em: <[http://www file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Desktop/MAN%20II.htm](http://www.file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Desktop/MAN%20II.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2013.

UNESCO; IFLA **Manifesto UNESCO/IFLA sobre as Bibliotecas Públicas** (1994). Disponível em: <[http://www.iplb.pt/pls/diplb/get\\_resource?rid=938](http://www.iplb.pt/pls/diplb/get_resource?rid=938)>. Acesso em: 23 ago. 2013.





## **BIBLIOTECÁRIO SOCIAL:** agente transformador na revitalização da Biblioteca Nossa Senhora Aparecida

*Mariza Inês da Silva Pinheiro<sup>1</sup>*

*Valdeira Aparecida Cardoso<sup>2</sup>*

*Fabrcia Pereira do Nascimento<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Mostra a importância do bibliotecário social nas atividades realizadas na Biblioteca da Paróquia Nossa Senhora Aparecida da cidade de Rondonópolis-MT e, contextualiza alguns conceitos, as funções da biblioteca especializada e o papel da biblioteca religiosa, algumas reflexões acerca dos estágios e do bibliotecário. A organização desta biblioteca possibilitará aos funcionários, catequistas, catequizandos e à comunidade rondonopolitana, o acesso ao acervo. Os envolvidos no projeto relatam as vantagens para a carreira profissional e a importância da acessibilidade da informação para a Paróquia. Conclui-se que “ser social” é trabalhar em conjunto no favorecimento para todos os envolvidos: universidade, estagiários e instituição.

**Palavras-chave:** Biblioteca religiosa. Biblioteca especializada. Bibliotecário social. Estagiários de Biblioteconomia.

---

1 Curso de Biblioteconomia da UFMT, Rondonópolis, MT – Brasil  
(mariza.ines@terra.com.br)

2 Curso de Biblioteconomia da UFMT, Rondonópolis, MT – Brasil  
val20042@hotmail.com

3 Curso de Biblioteconomia da UFMT, Rondonópolis, MT – Brasil  
fabrypy@gmail.com

## RESUMEN

Muestra la importancia de la bibliotecaria social en las actividades realizadas en la biblioteca de la Paroquia Nossa Senhora Aparecida desde la ciudad de Rondonópolis-MT y, contextualiza algunos conceptos, las funciones de la biblioteca especializada y la función de biblioteca religiosa, algunas reflexiones sobre las prácticas y lo bibliotecario. La organización de esta librería permite a las autoridades, los catequistas y siendo catechised, comunidad de rondonopolitana, acceso a la colección. Los involucrados en el proyecto reportó beneficios a la carrera profesional y la importancia de la accesibilidad de la información para la Paroquia. Se concluye que “social” es trabajar juntos en favor de todos los involucrados: Universidad, pasantes e institución.

**Palabras clave:** Biblioteca religiosa. Biblioteca especializada. Bibliotecario social. Alumnos de Biblioteconomía.

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas das igrejas católicas, na sua maioria, apresentam acervos ricos, tanto de obras raras e antigas como atuais. Assim, percebe-se que essas instituições estão preocupadas em abrir “suas portas” a fim de disseminar as informações de coletâneas bibliográficas e documentos para a comunidade católica. Entende-se que, permanecendo esse espaço fechado, deixa-se de oferecer conhecimentos valiosos ao crescimento pessoal e espiritual da comunidade. Ao proporcionar o acesso à sociedade, será uma forma de socializar o ensinamento cristão. Um grande exemplo é a biblioteca virtual do Setor de Ensino Religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que está disponível desde 2008 a todos os interessados que buscam conhecimentos na área religiosa.

Por ser a biblioteca um espaço de formação de leitores, é de suma importância que a sociedade católica tenha acesso à informa-

ção, para que possa participar ativamente do processo educacional religioso.

Neste contexto, este trabalho, desenvolvido nessa Biblioteca em questão, a qual era acessível, até então, apenas para os catequistas e catequizandos porque os espaços da Paróquia eram limitados. Com novas construções, foram motivados a disponibilizar o acervo em um novo ambiente para envolver um número bem maior de pessoas.

Este relato de experiência tem a finalidade de disseminar a primeira parte do projeto de extensão com os seguintes objetivos: a “Limpeza das obras; Catalogar; Classificar (CDU) e Informatizar o acervo bibliográfico com o sistema PHL - Personal Home Library.”

A segunda parte deste projeto, que será relatada em outra oportunidade, terá os seguintes objetivos: “Preparar o acervo para empréstimos; Disseminar a biblioteca na comunidade local; Apresentar atividades de incentivo à leitura; Oferecer minicursos aos catequizandos e para a comunidade”.

A fim de que os objetivos desta primeira etapa do projeto fossem atingidos no primeiro ano de atividades, foi, inicialmente, realizada a limpeza e a seleção das obras bibliográficas para, depois, dar início à parte organizacional e técnica, conforme as normas biblioteconômicas.

Sendo assim, essa biblioteca é considerada especializada em religião católica, e tem o papel de disponibilizar conteúdos informativos a sua comunidade e, por isso, será franqueada para facilitar o acesso ao conhecimento, propondo se tornar um espaço dinâmico, vivo e agradável.

Com o propósito de tratar e disseminar o acervo, aderiu-se à técnica de observação participante, pois, em se tratando de experiência de um ano na referida biblioteca, isso nos possibilitou solucionar o problema deste estudo.

No decorrer da permanência nessa biblioteca, selecionou-se o acervo e iniciou-se o tratamento técnico (catalogado, classificado e automação), o desenvolvimento das coleções, assim como a gestão dos recursos informacionais, incluindo a relação bibliotecário/estagiários de biblioteconomia/usuários e direção dessa instituição católica.

Esta biblioteca é considerada uma unidade de informação para os meios educativos; sendo assim, o bibliotecário, neste processo, faz-se preponderante na sociedade, tratando-se de sua atuação como agente transformador social.

## **2 PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA**

A Paróquia Nossa Senhora Aparecida fica localizada na Av. Sagrada Família, 876, no Bairro Vila Aurora em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso. Foi criada em 25 de março de 1979 por D. Osório Stoffel, bispo da Prelazia de Rondonópolis.

Após a passagem de vários padres nesses 34 anos de existência, no dia 07 de julho de 2009, assume como Pároco, o Padre Ademilson Lopes da Assunção, com o objetivo de evangelizar a comunidade.

A Paróquia conta com o envolvimento de muitas pessoas: leigos e voluntários, responsáveis pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases), pastorais, serviços e movimentos nas diversas comunidades: São Miguel, São Cristovão, São Sebastião, Sagrada Família,

Santa Luzia e Nossa Senhora das Graças, que compõem a mística da evangelização em todos os ambientes.

A Paróquia oferece alguns projetos de formação diocesana, tais como: curso teológico catequético, escola de teologia para leigos, escola de ministérios leigos, catequese para crianças, entre outros.

### **2.1 Biblioteca Nossa Senhora Aparecida**

A Biblioteca Nossa Senhora Aparecida encontrava-se em uma sala de um dos prédios ao lado da Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Após o início da aplicação do projeto, ela passou para o prédio do Centro Catequético dessa Igreja.

A área do acervo, na sua maioria voltada à religião católica, dispõe de cerca de 2.300 títulos de livros, fitas de vídeo, revistas, CDs, fotografias, entre outros. Essa biblioteca atendia aos catequizandos e catequistas que utilizavam o espaço também para as aulas.

Deu-se início a este projeto porque a Biblioteca tinha a necessidade de disponibilizar o acervo à comunidade. Desta forma, apresentou-se uma metodologia de organização para facilitar a acessibilidade e a localização dos assuntos desses materiais bibliográficos.

### **2.2 Biblioteca especializada**

A informação sempre foi um elemento imprescindível na vida das pessoas e cada vez mais se precisa dela por ser, além de recurso social vital, um enorme agregador em todo processo educacional, tornando-se, assim, um direito de todo indivíduo.

Sobre esses aspectos, certamente, a biblioteca especializada apresenta inúmeras informações que poderão contribuir para o enriquecimento cultural da humanidade.

A biblioteca especializada tem um diferencial sobre as outras, pois oferece acervos específicos para um determinado usuário. Nesse sentido, Silva e Araujo (2003, p. 27) mencionam que “é aquela que existe em função de um grupo restrito de usuários, reunindo e divulgando documentos de um campo específico do conhecimento”.

Assim, as bibliotecas especializadas são fontes de informações fundamentais no processo de ensino, pesquisa, extensão, cultura e lazer, sendo, portanto, a porta de entrada para o conhecimento, conforme enfatiza Pimentel (2007, p. 25): “fornece as condições básicas para o aprendizado permanente, autonomia das decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”.

Uma biblioteca com acervo voltado à religião católica também é considerada uma biblioteca especializada. Neste caso, considera-se, devido ao seu acervo, a Biblioteca Nossa Senhora Aparecida, uma biblioteca especializada, pois suas obras, na maioria, são todas direcionadas à educação religiosa da Igreja católica.

Segundo Ashworth (1981, p.1), a biblioteca especializada significa “uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um determinado assunto em particular [...]”. Esta definição também inclui bibliotecas que são coleções de uma espécie particular de material bibliográfico. Conceitua-se, pois, biblioteca especializada aquela que dispõe de uma coleção bibliográfica destinada quase que, restritamente, a uma única área do conhecimento.

As bibliotecas da religião católica, como também de outras religiões, são criadas para atender à comunidade que se identifica com essa doutrina. Neste aspecto, Ashworth (1981, p.2) já mencionava

que “grande número de bibliotecas especializadas existem para acudir as necessidades do pessoal da organização que as criou.”

A realidade mais latente é a de que ainda são poucos os autores no Brasil que escreveram sobre bibliotecas da religião católica. Desta forma, há uma grande carência de literatura para pesquisa em bibliotecas especializadas nesta área.

### **2.3 O papel do Bibliotecário social nas bibliotecas religiosas**

Com as mudanças sociais, culturais e tecnológicas, o papel do bibliotecário enfrenta mudanças no seu comportamento profissional. O perfil de técnico está com “os dias contados” e, assim, apresentando outro direcionamento que, além de gerenciador de informações, deve ter também o papel de facilitador social. Por isso é preciso equilibrar e conjugar sem perder o foco no ser humano. Assim, para Lucca (s.d., p. 1), as “habilidades sociais são aqueles comportamentos considerados como desejáveis que capacitem a pessoa a interagir com o outro de modo que as necessidades sejam satisfeitas e satisfaçam as expectativas dos demais.”

Por isso, acreditando que o bibliotecário se posiciona no centro do processo de socialização e democratização da informação, jamais poderá deixar de manter uma postura humanística em defesa da leitura e da formação de leitores.

O bibliotecário que atua em uma biblioteca especializada deve ter um “olhar cuidadoso” no perfil de usuário. Primeiramente, sendo um profissional que trabalha na organização e disseminação da informação, faz-se necessário ter uma atenção especial, ou seja, diferenciada, no tratamento das informações para que a recuperação

dos temas seja abrangente, de modo completo e de fácil acesso, tanto virtual como presencial. Outro aspecto que merece prudência nessa discussão é que não se deve esquecer de que, sendo uma biblioteca especializada em religião católica, os bibliotecários deverão primar por atividades que estimulem a moral cristã nas crianças.

### **2.3 Estágios e os benefícios ao futuro bibliotecário**

Além destes fatores importantes, a interação dos estagiários, tanto supervisionado ou remunerado de Biblioteconomia, é fundamental para conjugar os saberes - a teoria na prática – que estejam interligados no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

Como dizem Santos et al. (2012), o Estágio Supervisionado resulta em meios inovadores para os alunos do Curso de Biblioteconomia, permitindo que os mesmos obtenham vivências com um dos seguimentos da profissão.

As atividades dos projetos de extensão nas bibliotecas ou unidades de informação são riquezas ímpares para os futuros profissionais bibliotecários. Neste aspecto, é imprescindível mencionar os relatos dos estagiários e dos padres no desenvolvimento deste projeto.

Para os alunos, o estágio propiciou a vivência do aprendizado obtido durante as aulas de indexação, classificação, catalogação e automação. Assim, mencionam-se alguns depoimentos dos estagiários e do padre, seguir:

- O estágio foi importante para praticar a classificação, indexação e catalogação das obras em uma biblioteca especializada. Foi uma experiência única e de muita valia.

- Devemos nos voltar para nosso papel social e educacional, incorporando ao nosso perfil a aceitação das diferenças e a valorização do trabalho social, atentando para a desigualdade encontrada, desta forma, buscar ser melhor como ser humano e com a sociedade em que vivemos, desempenhando plena cidadania e consciência enquanto profissional bibliotecário.
- Eu, padre Ademilson, sou grato e satisfeito por esses voluntários da UFMT - Universidade federal de Mato Grosso - coordenado pela professora Mariza Pinheiro e por estar prestando esse serviço de organização e informatização na biblioteca da nossa comunidade. Temos muitos livros de uma riqueza imensurável na prática pastoral, sacramental e intelectual que com essa informatização será muito mais utilizado pelo povo da paróquia e até mesmo da cidade de Rondonópolis.

Assim, Tracz e Dias (s.d. p. 12) apontam:

A Universidade tem um papel primordial nesse contexto, pois é através da estimulação do processo de estágio conjuntamente com a educação teórica, indispensável para o desenvolvimento da prática, que os docentes podem disponibilizar e também aprimorar seus conhecimentos e competências, fazendo a ligação direta do mundo acadêmico com o mundo empresarial, criando, assim, condições efetivas de crescimento e desenvolvimento.

De acordo com este ponto de vista, pode-se afirmar que a construção de parcerias das universidades com outras instituições, seja privada ou pública, é possível através de um trabalho de dedica-

ção e responsabilidade por parte dos discentes/docentes, com início já na base formativa destes profissionais.

### 3 O CAMINHO METODOLÓGICO

Entende-se que, para as bibliotecas das igrejas católicas, esta oportunidade se revela como importante fonte de auxílio à educação cristã e, desta forma, torna-se essencial que ela apresente alguns quesitos básicos para acompanhar os ensinamentos da Igreja Católica, pelos quais permitam seu perfeito funcionamento, atendendo aos objetivos e propósitos para os quais foram criadas.

Avaliando este contexto e conhecendo a realidade da Biblioteca da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, elaborou-se um projeto com o intuito de revitalizar esse espaço de informação, cultura e lazer, pois é possível transformar esse ambiente em um organismo vivo e imprescindível no despertar o gosto pela leitura.

O grupo de trabalho teve três estagiários e a professora coordenadora, sendo que a carga horária, na primeira etapa deste projeto, foi de 10h semanais e ocorreu de outubro de 2012 a julho de 2013.

Primeiramente, trabalhou-se com a limpeza e a seleção dos materiais bibliográficos; após, iniciou-se a parte técnica biblioteconômica que foram: a catalogação, classificação (CDU) e a indexação exaustiva do acervo bibliográfico; a automação com o sistema PHL (Personal Home Library) e as etiquetas de lombada com o número de chamada de 304 livros. Além disso, aconteceram treinamentos para os catequistas e funcionários, no tocante à utilização da base de dados e recuperação do acervo na estante.

O próximo passo do projeto (agosto de 2013 a julho de 2014) será a continuidade do processo técnico e o incentivo ao gosto pela leitura, através de algumas atividades como a hora do conto, teatro, desenhos e redação. Ainda, pretendem-se oferecer também minicursos de atividades educativas sobre os temas: meio ambiente, drogas, educação sexual, *bullying*, entre outros assuntos, aos catequizandos e a comunidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término destes meses de trabalho, percebeu-se que este projeto foi importante, não só para a instituição receptora, mas também para os alunos, pois essas atividades agregam conhecimentos para a futura profissão e beneficiam a comunidade.

No entanto, acredita-se que ações conjuntas entre a Universidade e outras Instituições possam contribuir como facilitadoras na aprendizagem, no processo formativo dos envolvidos.

Para Tracz e Dias (s.d. p. 12), “cabe à Universidade potencializar, portanto, o estágio como forma de profissionalização, pois ele é uma das opções de ferramenta que podem fazer a diferença para aqueles que estão adentrando ao mundo do trabalho, da competitividade, e do mercado global”.

Considera-se que o bibliotecário social é mediador da informação, assim como agente que potencializa, nas atividades sociais, um bem à sociedade.

Enfim, cabe salientar, também, que o estágio é um conjunto de desafios que exige comprometimento nas ações para efetivar a

formação dos educandos e, no caso da Biblioteca estudada, propicia a prática de uma boa ação em benefício do próximo.

A organização foi bem vinda pelos integrantes da Paróquia, pois revitalizou este espaço de informação/conhecimento.

Trabalhar, portanto, em parceria (universidade, estagiários e instituição) é o pilar da construção da formação cidadã em prol da humanidade. Isso é ser social!

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca faz a diferença. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-15.

ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

LUCCA, Eliana de. **Habilidade social**: uma questão de qualidade de vida. Disponível em: <<http://http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0224.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2013.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio\\_esc.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2011.

SANTOS, Renilda Souza dos et al. **Monitoria, estágio e a leitura**: uma união que deu certo. In: ENCONTRO DE PEDAGOGIA DA UFMT, 17, 2012, Rondonópolis.

SILVA, Divina Aparecida; ARAUJO, Iza Antunes. **Auxiliar de Biblioteca**: técnicas e práticas para formação profissional. 6. ed. Brasília : Thesaurus, 2009

TRACZ, Marcelo; DIAS, Anderson Nasareno Alves. **Estágio supervisionado**: um estudo sobre a relação do estágio e o meio produtivo. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/adverbio/artigos/artigo04%20-%20adv06.pdf>>. Acesso em. 08 ago. 2013.

# A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE SÃO LUÍS-MA



*Thayland Mafra Muniz<sup>1</sup>*

*Valdirene Pereira da Conceição<sup>2</sup>*

## RESUMO

Investigação do uso da política de indexação em bibliotecas universitárias de São Luís. Trata de um estudo exploratório e por meio de uma pesquisa de campo, da abordagem qualitativa, e de revisão literária objetiva conhecer os impactos da política de indexação no processo de organização, busca e recuperação da informação em bibliotecas universitárias da capital maranhense, com vista à detectar como é realizado e formalizado o processo de indexação em tais instituições. Concebe política de indexação, como um conjunto de procedimentos estabelecidos para que sejam contínuos durante a realização da indexação, sendo de suma importância em um sistema de recuperação da informação, agindo como um elo entre o usuário e o documento, interligando-os. Define a estrutura, as variáveis, os princípios e os critérios que servirão de guia para a elaboração da política de indexação. Evidencia o uso e a importância da política de indexação na tomada de decisão para otimização do serviço, para a racionalização dos processos e para a consistência das operações nele envolvidas. Destaca os requisitos básicos para uma boa política de indexação, que deve ser desenvolvida considerando todos os elementos que influenciam direta ou indiretamente no processo de indexação como identificação da instituição, dos usuários e dos recursos humanos e financeiros, assim como os elementos: a cobertura de assunto, a seleção e aquisição dos documentos-fontes, o nível de exaustividade, o nível de especificidade, a capacidade de revocação e

---

1 Graduanda pela Universidade Federal do Maranhão (thayland.muniz@gmail.com)

2 Universidade Federal do Maranhão (cvaldirene@bol.com.br)

precisão, a estratégia de busca, o tempo de resposta do sistema, a forma de saída e a avaliação do sistema. Trata de um estudo de natureza exploratória. Conclui revelando a ausência de política de indexação nas bibliotecas universitárias ludovicianas bem como os entraves resultantes da falta de formalização da indexação na organização e sobretudo, na recuperação da informação padronizada. Oferece sugestões que podem colaborar e despertar reflexões dos bibliotecários, evidenciando a necessidade do profissional ter conhecimentos das áreas de assuntos tratados, da linguagem de indexação adotada pelo sistema e das necessidades informacionais dos usuários, bom nível de concentração e capacidade e compreensão de leitura, a fim de criar e estabelecer para sua instituição uma política de indexação que vai ao encontro dos objetivos e a satisfação da necessidade informacional do usuário, finalizando assim, com apresentação de orientações para a elaboração da política de indexação nas instituições.

**Palavras-chave:** Política de indexação. Política de indexação em bibliotecas universitárias. Processo de indexação.

## 1 INTRODUÇÃO

A recuperação de informação armazenada numa base de dados bibliográficos resulta basicamente em uma boa indexação dos assuntos compreendidos nos documentos inclusos ao acervo de uma biblioteca (NUNES, 2004). Nesse sentido, indexar um documento tem o propósito de identificar e selecionar os descritores que o descrevem, e traduzir esses conceitos para uma linguagem documental. Geralmente *a identificação dos termos é executada no decorrer da leitura documental, acarretando empenho extra de compreensão de texto por meio de revisão literária*. Porém, a utilização de uma dessas ferramentas, não é suficiente para que se conquiste a tão desejada qualidade da indexação.

Para que isso aconteça, é necessário que a biblioteca defina para si uma política de indexação. Assim a política de indexação é a diretriz que explica as escolhas técnicas feitas pela biblioteca e que

os bibliotecários precisam observar em suas rotinas, considerando principalmente o seu usuário e o seu acervo (NUNES, 2004).

A importância da elaboração de uma política de indexação garante padrões permanentes de qualidade e excelência no processo de representação de conhecimento. Desta forma, esse processo não deve ser considerado como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim como uma filosofia que represente os anseios e os objetivos da biblioteca, o que leva a refletir sobre a indexação não somente do ponto de vista do processamento técnico, mas da biblioteca como um todo, ou seja, uma organização, na qual o processo de indexação só terá diretriz deste que seja norteada e respaldada por essa filosofia. Assim, pode-se inserir a indexação no contexto administrativo da biblioteca (RUBI 2004).

Para Rubi (2008), a elaboração de uma política de indexação vai auxiliar a administração da biblioteca no momento da tomada de decisão, quando essa ação desenvolvida representa uma filosofia que reflete os objetivos e os anseios da instituição servida de guia para os bibliotecários, no instante da indexação.

O estudo se deu por meio de pesquisa de campo a fim de conhecer o universo das bibliotecas das instituições públicas e particulares de Ensino Superior de São Luís. A escolha desse ambiente de pesquisa se deu em virtude do relevante papel desenvolvido pelas bibliotecas universitárias no fomento ao ensino, pesquisa e extensão, isto é, papel social de gerar e disseminar conhecimento. Ambas preocupam-se com a qualidade de professores, espaços físicos, equipamentos modernos entre outros aspectos, que podem e devem colaborar para o desenvolvimento da sociedade através dos estudos que desenvolvem e dos alunos que formam, uma vez que é com esse

objetivo que elas são mantidas. Na universidade pública a pesquisa científica é o que diferencia a qualidade de ensino da organização.

Sendo assim, as bibliotecas universitárias deveriam dedicar uma maior atenção a esta questão, por mais que a instituição disponha de poucos recursos e de um número insuficiente de profissionais bibliotecários pode ocupar-se da política de indexação. Logo, qualquer biblioteca de maior ou de menor porte pode formular sua política utilizando os recursos que dispõe.

Desta forma, pretende-se analisar as possíveis causas da falta da política de indexação nas bibliotecas universitárias ludovicenses, apontando os elementos integrantes de tais políticas e indicando a necessidade de sua formalização pelos bibliotecários.

## **2 A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

A indexação é uma das atividades centrais do sistema de recuperação da informação (SRI), uma vez que permite o armazenamento e a recuperação da informação no momento em que o usuário busca um assunto. É uma das técnicas que seleciona ou define termos (palavras ou expressões) que irão representar o conteúdo do documento. A indexação é realizada em dois momentos distintos: na entrada, quando o documento chega à unidade para o tratamento temático da informação, e na saída, quando define a estratégia de busca e recuperação da informação para o usuário.

O processo de indexação é estabelecido com o intuito de facilitar a recuperação da informação, o que proporciona maior precisão e confiabilidade no processo de busca. Desta forma, a política de in-

dexação é formada por métodos que devem ser utilizados durante a realização da indexação. Destaca-se como sendo de suma importância em um SRI, agindo como um elo entre o usuário e o documento, interligando-os.

Neste sentido, a política de indexação deve ser constituída de estratégias que permitam o alcance dos objetivos no SRI. A indexação de assuntos constitui-se em uma atividade complexa que deve ser desenvolvida considerando todos os elementos que influenciam direta ou indiretamente no processo: a instituição a que serve, o usuário a que se destina e os tipos de recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis. Portanto, no momento de estabelecer uma política de indexação, todos estes condicionantes devem ser levados em consideração. (FUJITA; RUBI, 2006).

De acordo com Carneiro (1985, p.221), uma política de indexação deve servir:

Como um guia para a tomada de decisão, deve levar em conta os seguintes fatores: característica e objetivos da instituição determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários para o atendimento de suas necessidades e informação e recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação da informação.

Cesarino (1985) complementa a constatação de Carneiro (1985) explicando que uma política de indexação só pode ser estabelecida depois de observados aspectos como a identificação das características do usuário, da literatura integrada ao sistema, e da qualidade dos recursos humanos e financeiros disponíveis para a criação e a manutenção do sistema. Esses critérios influenciam diretamente na política de indexação.

Para Rubi (2008, p.83) “A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca”.

O SRI precisa de uma série de fatores para que os processos nele sejam executados, afetando assim a política de indexação. Para que isso ocorra, são necessários que alguns elementos sejam colocados em prática para uma melhor recuperação da informação. Segundo Guinchat e Menou (1994, p. 180), “[...] o nível de indexação deve ser definido para que estas necessidades possam ser satisfeitas com o menor custo possível”. Sendo assim, Carneiro (1985) descreve os seguintes elementos que são indispensáveis para uma política de indexação:

**Cobertura de assunto:** São os assuntos cobertos pelo sistema os centrais e os periféricos, permitindo, desta forma, identificar as áreas que merecem maior destaque para uma cobertura aprofundada, e qual deve ser tratada de modo superficial. Conforme Schar-dong (2010), a cobertura de assunto deve ser estabelecida junto com a política de Formação e Desenvolvimento de Coleção, que vai determinar o universo temático da comunidade servida pela biblioteca.

**Seleção e aquisição dos documentos-fonte:** Trata-se de um processo primordial ao estabelecimento da seleção e aquisição dos documentos que serão incluídos no sistema. Tendo em vista a extensão de cobertura do sistema, os documentos podem ser inclusos em cada área de interesse, além da qualidade dos documentos para os usuários específicos, o que implicará na determinação de prioridade na aquisição.

- **Processo de indexação:** O processo de indexação está diretamente ligado à qualidade de termos atribuídos, à linguagem do vocabulário controlado, entre outros que irão nortear a política de indexação. Este processo é dividido em:
  - *Nível de exaustividade:* É medida de extensão em que os assuntos discutidos no documento são identificados e determinados na indexação e traduzidos na linguagem do sistema.
  - *Nível de especificidade:* a extensão do sistema permite a indexação do conceito específico selecionado, a fim de especificar o conteúdo temático que se está processando.
  - *Escolha da linguagem:* A linguagem de indexação desempenha um papel imprescindível para a recuperação da informação do documento, Para Lancaster (2004), a escolha da linguagem documentária deve atender às necessidades específicas do usuário, daí porque a instituição deve tomar decisões sobre sua manutenção, atualizando a forma em que o usuário será atendido adequadamente na biblioteca, a fim de facilitar o trabalho do bibliotecário.
  - *Capacidade de revocação e precisão do sistema:* A capacidade de revocação avalia a quantidade de documentos úteis recuperados no sistema em uma busca. Já a capacidade de precisão, impede a recuperação de documentos irrelevantes do sistema. Segundo Nunes (2004), a exaustividade, a especificidade, a revocação e a precisão são elementos fundamentais para uma boa política de indexação, assim, tais critérios são essenciais para se determinar a eficiência e eficácia do SRI.

- Estratégia de busca: Este processo é caracterizado pela busca, de modo delegado ou não.
- Tempo de resposta do sistema: O tempo de resposta é o período utilizado pelo sistema entre o recebimento de uma solicitação de informação e, o fornecimento da resposta tida como aceitável, o tempo de resposta do sistema vai depender da revocação e precisão utilizada pelo usuário.
- Forma de saída: É o formato apresentados pelos resultados das buscas dos usuários, essa resposta no sistema pode ser representada em forma de número de acesso aos documentos, referências bibliográficas, resumos ou texto completo dos documentos.
- Avaliação do sistema: identifica se o sistema está satisfazendo as necessidades do usuário.

Todos esses fatores citados afetam a qualidade do sistema de indexação e, conseqüentemente, se aplicam à política de indexação que será adotada, no entanto ela deve se atualizar progressivamente. Nunes (2004) complementa dizendo, que há de se admitir diferentes transições dessa política, o que não é admissível é à ausência completa de política documentada formalmente em biblioteca ou serviço de informações de instituições que são razoavelmente dotadas de recursos e que contêm acervos documentais de proporção considerada, ou seja, mesmo uma pequena biblioteca com poucos recursos pode e deve formular sua política de indexação. Dessa forma, a política de indexação vai estabelecer diretrizes para implementação do processo na instituição, seguindo a lista de procedimento a ser adotada pelo sistema de recuperação.

### **3 A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE SÃO LUÍS**

A biblioteca é um órgão vital na universidade, e um dos seus principais objetivos é sanar as necessidades informacionais de professores, alunos e da comunidade em geral, facilitando assim o acesso, a consulta, e a recuperação de informação para comunidade acadêmica. Nesse sentido, a biblioteca universitária busca desempenhar o seu papel educacional, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

A biblioteca universitária, segundo Tarapanoff (1981), deve:

- Preocupar-se com as funções e atividades da universidade a qual pertence;
- Planejar os serviços, relacionando-os aos objetivos de ensino, pesquisa e extensão da universidade;
- Reestruturar suas atividades, em relação às da universidade;
- Restabelecer os seus objetivos de acordo com a política geral da instituição;
- Ter objetivos essencialmente dinâmicos que devem sempre representar as necessidades da universidade a qual pertence.

Desse modo, o propósito da biblioteca universitária é atender com eficiência as necessidades da prática educativa, utilizando meios de mediar o objetivo e a ação através de planejamento, ou seja, oferecendo o acesso à informação (impresa e/ou eletrônica) e promovendo, conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos que dará sustento à universidade.

Nas bibliotecas universitárias ludovicenses, a indexação inicia-se pela análise de assunto que é realizada por meio da leitura documental para atribuir termos ou códigos que serão úteis, posteriormente, na recuperação do documento ou registro. Lancaster (1993) diz, de um modo muito prático, que a ‘boa indexação’ é aquela que permite a recuperação de termos de uma base de dados, para os quais sejam agilizadas as pesquisas decorrentes dos usuários.

Assim Rubi e Fujita (2006) discorrem que é preciso que as bibliotecas compreendam a importância da indexação e do profissional bibliotecário capacitado para estar sintonizando os interesses e as necessidades de informação dos usuários de forma eficiente.

Outro caminho são os sistemas, por mais que se difiram, têm a mesma finalidade no processo de indexação. Os softwares consistem primeiramente na identificação dos termos. Análise do título da obra, o sumário, a introdução, o resumo (quando houver) e a conclusão, é tudo que os bibliotecários declaram ser possível, pois não dá para ler a obra por completo para uma melhor indexação. Segundo Lancaster (2004, p.25), “[...] todos esses elementos devem ser examinados e avaliados pelo indexador durante a análise que faz do documento”. O referido autor não recomenda fazer a indexação utilizando somente o título ou substituindo-o pelo resumo, pois nenhum dos dois são suficientes para expressar o conteúdo do documento, por outro lado a leitura do conjunto de elementos já citados torna a indexação do documento mais completo.

Do mesmo modo, vale salientar a importância da qualidade da indexação, pois vai permitir a recuperação de resposta útil impedindo a resposta inútil na base de dados durante a busca realizada pelo usuário. A qualidade da indexação apenas pode ser aferida com

base no resultado de busca alcançada na recuperação, mais essencial, se existir uma avaliação do sistema de recuperação.

De acordo com Lancaster (2004), indexar um documento auxilia na sua localização, pois os termos a ele atribuídos contribuem como pontos de acesso para que os documentos sejam recuperados. É unânime, nas bibliotecas estudadas, a utilização de 6 a 10 descritores por documento, posto que varia de acordo com o tipo de documento com a necessidade informacional dos usuários e as possibilidades das instituições. Os profissionais das instituições estudadas preferem uma indexação exaustiva.

As bibliotecas universitárias ludovicenses realizam algum tipo de avaliação, seja através de aplicação de questionário, de entrevistas ou relatório disponibilizado pelo sistema de busca, com o intuito de saber se o nível de indexação realizado pelos bibliotecários está satisfazendo a ânsia informacional dos usuários.

É unânime entre as bibliotecas universitária ludovicense a inexistência da política de indexação estabelecida e formalizada, o que confirma as ratificações de Nunes (2004) sobre a falta de políticas de indexação nas bibliotecas brasileiras. Da mesma forma, Rubi e Fujita (2003) falam que essa deficiência é devido a problemas enfrentados pelos sistemas de bibliotecas do país com relação à normalização de procedimentos de indexação, pois não há manual de indexação, assim como política de indexação.

Nunes (2004) descreve que não há razão porque se deixar de formalizar, estabelecer pequenas regras de procedimentos realizados no dia-a-dia do bibliotecário, como a linguagem de indexação adotado entre outros aspectos realizados diariamente no processamento técnico.

Observamos que não há uma política de indexação formalizada e estabelecida nas instituições pesquisadas. Os bibliotecários consideram que a política de indexação é uma ferramenta de padronização que garante a qualidade e continuidade dos serviços no processo de indexação. A este propósito, Rubi (2008) salienta que a política de indexação deve ser entendida pela instituição como uma decisão administrativa que represente aos objetivos e que seja reconhecida por condutas teóricas e práticas dos profissionais participantes no tratamento da informação da biblioteca para determinar um padrão de cultura organizacional harmonioso com a busca dos usuários.

Portanto, o roteiro é um dos recursos pelo qual a política de indexação do sistema de informação pode ser analisada. Ele deve ser composto de três tipos de elementos:

- a) Os procedimentos: deve relatar a prática da indexação, dar diretriz sobre a realização desse serviço e dispor métodos que assegurem o seu desempenho de maneira uniforme, descrevendo quais os elementos da política de indexação é utilizada na biblioteca: a cobertura de assunto, a estratégia de busca, a forma de saída o tempo de resposta do sistema, a avaliação e o processo de indexação sendo eles nível de exaustividade, especificidade, capacidade de revocação e precisão e a escolha da linguagem de indexação;
- b) A política: deve mostrar os procedimentos da política de indexação que precisam ser seguidas pelos bibliotecários no momento da indexação, conduzindo, assim, o empenho da instituição, relatando para isso, o passo a passo das atividades dos bibliotecários no momento em que se está indexando;

- c) A organização: deve ressaltar os anseios e objetivos da instituição, identificando os procedimentos teóricos e práticos dos bibliotecários que estão envolvidos no tratamento da informação para estabelecer um padrão da cultura da organização, apontando as experiências dos bibliotecários mais antigos a fim de facilitar a aprendizagem dos novos, para isso faz-se necessário à identificação da instituição, dos usuários, dos recursos financeiros, materiais e humanos para que haja um bom funcionamento da política de indexação.

Para tanto, as diretrizes da indexação sistematiza e objetiva aspectos mais importantes de um SRI, descrevendo no documento oficial as etapas para a análise dos assuntos e fornecendo baseamento para a realização do trabalho do bibliotecário, sendo esse um dos mecanismos para a política de indexação de um sistema de informação.

#### **4 CONCLUSÃO**

A política de indexação tem por objetivo padronizar, aprimorar e auxiliar os instrumentos utilizados na instituição, a fim de assegurar a qualidade informacional e de orientar os profissionais na realização do processamento de indexação e no atendimento da informação desejada ao usuário, sanando por consequente a sua necessidade. Dessa forma deverá estar declarado formalmente em um documento oficial da biblioteca, sendo aprovado pela administração da instituição, para garantir a sua permanência ininterrupta mesmo que haja mudança no quadro de bibliotecários. Nesse sentido, a po-

lítica de indexação poderá ser atualizada conforme a necessidade da instituição.

Como foram relatadas no decorrer deste trabalho as bibliotecas universitárias ludovicenses não possuem uma política de indexação estabelecida e formalizada, devido ao número reduzido de profissionais e à falta de cursos básicos, especializados, encontros e palestras na área de Biblioteconomia em São Luís, o que aumenta ainda mais as dificuldades desses profissionais em estar se atualizando sobre novas tendências para que se coloque em prática de forma rápida e eficaz para o seu usuário final. Na realidade, mesmo com a falta de atualização, os profissionais têm conhecimento satisfatório na área na qual atuam, assim como são especialistas nos mecanismos de estratégias de busca ofertados pelo sistema.

A indexação nessas instituições é realizada por profissionais capacitados com anos de experiência no processo de indexação. Utilizam aproximadamente dez descritores para representar o conteúdo, preferindo termos que vão do geral ao específico. O nível de indexação pode ser tanto exaustivo como específico, tal preferência depende do tipo de obra e a exigência da comunidade acadêmica. Do mesmo modo a avaliação da indexação é feita através da recuperação da informação no momento da pesquisa realizada pelo usuário e pela aplicação de questionário.

Segundo Rubi (2008, p.92), “o bibliotecário que faz a catalogação do documento deve, portanto, ter consciência da importância da política de indexação e de seus princípios, especialmente a especificidade, a exaustividade, a capacidade de revocação e de precisão do sistema de busca”. Para isso, se faz necessário o emprego de termos satisfatórios para contemplar o conteúdo temático do documento de

forma mais completa possível, do qual o profissional deve compreender de maneira generalizada o documento para identificar e selecionar descritores que representarão o mesmo para a recuperação da informação. A escolha do número de descritores pode ser por área, tipo de documento ou localização geográfica, o que fica a critério da instituição.

A política de indexação passa por todo o processo do ciclo documentário, vai deste a coleta informacional até recuperação e disseminação, porém faz-se necessário a criação de um manual que esteja descrita e registrada de maneira clara e objetiva as definições e orientações gerais e específicas aos profissionais, facilitando o desenvolvimento da política de indexação na instituição, pois com o estabelecimento da mesma vai padronizar o processo quanto ao tratamento técnico da informação, condicionando assim um melhor resultado de estratégia de busca na base de dados, permitindo, dessa forma, a sua avaliação e recuperação eficaz. Por outro lado, as discussões sobre a política de indexação ainda encontram-se escassas, portanto faz-se necessário que se estimule novos estudos para que venha fortalecer a literatura na área em estudo.

A esse propósito, o manual de política de indexação deve ser preparado pelas seguintes finalidades: melhorar o atendimento das necessidades informacionais dos usuários da rede de bibliotecas, a dificuldade da tarefa de indexação e a necessidade de padronização de seus procedimentos por parte da instituição; registro dos procedimentos adotados para que, em caso de novo funcionário, a indexação possa continuar sendo realizada da mesma maneira. Esse manual deve fazer parte da documentação oficial da instituição, estar exposto com critérios claros das etapas a serem seguidas para a aná-

lise de assuntos, fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do bibliotecário e, de preferência, conter os elementos que constituem a política adotada pelo sistema de informação.

Diante do que foi exposto, a política de indexação deve ser inserida no contexto da biblioteca universitária refletindo os anseios dos profissionais envolvidos no tratamento da informação para que dessa forma possa definir um padrão coerente satisfazendo a necessidade dos usuários.

Espera-se com este estudo disponibilizar mecanismos sobre a teoria e a prática da política de indexação, permitindo aos bibliotecários que tenham uma melhor perspectiva da sua realidade, com argumento sobre o ato de indexar e a importância que pode estabelecer ao seu dia-a-dia, evidenciando um impacto direto na transformação de ações e postura frente a novos desafios que lhes são colocados todos os dias. Releva-se a necessidade de desenvolvimento de outros estudos e pesquisas sobre o devido assunto, tendo em vista a complexidade e importância englobada no tema.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Método para análise de documentos, determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, v.21, n.1/2 p.63-79, 1988.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma Política de Indexação. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.221-241, set. 1985.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega; PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.268-288, set. 1978.

\_\_\_\_\_. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, set. 1985.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: \_\_\_\_\_. VIDOTTI, Silvana Gregório (Coord) **Tecnologia e conteúdo informacionais: abordagens teóricas e práticas**. São Paulo: polis, 2004, p.43-52.

GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michael. A indexação. In: \_\_\_\_\_. **Introdução geral as técnicas da informação e documentação**. 2.ed. Brasília: IBICT, 1994. p. 175-185.

LANCASTER, Frederic Winfred. **Indexação e Resumos: teoria e prática**. Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1993.

\_\_\_\_\_. **Indexação e Resumos: teoria e prática**. Briquet de Lemos. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LOUSADA, Mariana *et al.* Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191-202, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4136/5607>>. Acesso em: 21 Nov. 2011.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

PINTO, Virgínia Bentes. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223 - 234, jul./dez. 2001, p.223-234.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação**. São Paulo: Global, 1994.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2002.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-24, 2009. Disponível em: <www.dgz.org.br>. Acesso em: 26 Ago. 2011.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

\_\_\_\_\_. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

\_\_\_\_\_. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1 (jan./abr. 2006), p.48-66.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 2, p. 118-150, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewissue.php?id=20>>. Acesso em: 23 Dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.moodle.ufscar.br/mod/resource/view.php?id=30400>>. Acesso em: 13 Jan. 2012.

SCHARDONG, João Leonel dos Santos. **A relevância de elementos para definição de uma política de indexação documental e como eles se apresentam na prática de bibliotecários do sistema de bibliotecas da UFRGS**. Disponível em: <[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/script=sci\\_zzarttext&pid=S010019652001000200006](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/script=sci_zzarttext&pid=S010019652001000200006)>. Acesso em: 13 Dez. 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

TARAPANOFF, Kira. Objetivos de bibliotecas universitárias. **Revista Latinoamericana de Documentación**, Brasília, v. 1. n. 1/2, p. 13-17, 1981.

MUNIZ, Thayland Mafra. **Impactos da política de indexação no processo de organização e recuperação da informação nas bibliotecas universitárias de São Luís**. 2012.77 p. (Monografia) Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

VIEIRA, Simone Bastos. **Indexação automática e manual**: revisão de literatura. Ci. Inf., Brasília, 17 (1): 43-57, jan./jun. 1988. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php>>.. Acesso em: 11 jun. 2012.





## O SETOR DE OBRAS RARAS E JORNAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SEU PAPEL DE PRESERVADOR DA MEMÓRIA CULTURAL

*Djalda Maracira Castelo Branco Muniz<sup>1</sup>*

*Dulce Hirli Costa Almeida<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo ressaltar a relevância do setor de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite e seu acervo como preservador da memória cultural do Maranhão. Destaca os resultados da pesquisa bibliográfica e entrevistas livres utilizadas como instrumentos de coleta de dados. Utiliza o estudo de caso de caráter histórico e exploratório com abordagem qualitativa. Destaca a importância do acervo nos estudos acadêmicos feitos no setor de obras raras e como fontes de pesquisa para variadas áreas do conhecimento. Apresenta um breve histórico da fundação da Biblioteca Pública Benedito Leite e o processo para a consolidação como patrimônio da memória cultural do Maranhão. Analisa no referido trabalho a contribuição do setor para a democratização da informação principalmente o histórico e o seu papel na sociedade de disseminador da cultura. Aborda a noção de obra rara e a formação do acervo no decorrer da fundação da Biblioteca Pública Benedito Leite. Estuda o uso da tecnologia e da digitalização de acervos bibliográficos como uma alternativa de preservação do acervo pelos projetos financiados pela PETROBRAS e FAPEMA. Trabalha o valor histórico cultural, as medidas tomadas para a digitalização do acervo, conservação e divulgação de parte do acervo na internet. Apresenta os critérios que a Biblioteca Benedito Leite adota para a identificação da raridade de uma obra. Ressalta que os programas de financiamento por órgãos públicos de fomento a cultura como subsídios na preservação

---

1 UFMA (ivetedjalda@hotmail.com)

2 UFMA (dulce\_hirli@hotmail.com)

e manutenção do acervo raro. Demonstra através da entrevista a bibliotecária a elaboração e manutenção dos projetos de preservação do acervo e a preparação dos funcionários para atividades relacionadas à conservação do acervo. Analisa o setor sob o ponto de vista dos pesquisadores entrevistados e a importância do acervo em suas pesquisas. Abrange a questão da preservação da memória e do patrimônio histórico cultural. Aborda a preocupação da equipe de funcionários do setor com a utilização para a pesquisa o que desencadeou nas novas habilidades e qualificações dos bibliotecários do setor com as novas tecnologias digitais. Apresenta a visão dos pesquisadores que utilizam o acervo para desenvolver seus trabalhos acadêmicos nos diferentes níveis de pesquisa. Descreve as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores com o período em que ficou fechada a BPBL e o que constataram em relação ao cerceamento do acesso ao acervo. Conclui que o caráter preservador da memorial cultural da sociedade maranhense é legítimo e reconhecido nacionalmente.

**Palavras-chave:** Obras raras. Biblioteca Pública Benedito Leite. Memória.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar dos muitos estudos e pesquisas sobre a história das bibliotecas, não se sabe ao certo qual foi a primeira biblioteca que existiu, porém em se tratando de suas funções não nos resta a menor dúvida. A biblioteca deve aglutinar várias funções como: reunir, organizar, preservar e disseminar informações para todos os públicos (ECO, 1987, p. 15) é o seu papel de disseminador da cultura na sociedade. Dentre os muitos setores de uma biblioteca pública encontra-se 'o setor de obras raras e jornais', o qual consiste, sobretudo, em construir e preservar a história do lugar no qual faz parte.

Com a diversidade cultural a cada dia em expansão, urge que a biblioteca pública seja um centro de apoio ao exercício da cidadania, disponibilizando às pessoas - qualquer que seja a faixa etária, classe, profissão, condição social -, informações, conselhos, divertimentos,

lazer, mostrando que a diferença é sua razão de ser e que está aberta a todos. Esse é um estudo de caso de caráter histórico e exploratório com abordagem qualitativa. A metodologia técnica empregada foi feita através de pesquisas bibliográficas para auxiliar na abordagem da pesquisa. Além de utilizar a pesquisa bibliográfica, foi feita uma entrevista semiestruturada no dia 22 de fevereiro do presente ano à responsável pelo setor de obras raras e jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite, Aline Nascimento.

Objetivando saber os motivos que levam muitos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, a condensarem seus estudos através das obras do referido setor, tanto com uso dos jornais quanto da literatura antiga, bem aquinhoar das principais temáticas requisitadas no local e o arquétipo do setor idealizado por intelectuais da academia e estudantes eventuais, confirmar a grande relevância do setor, optou-se pelo tema “o setor de obras raras e jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite e seu papel de preservador da memória cultural”. O presente artigo, no qual enveredamos a nossa investigação que além de refletir sobre o setor de obras raras e jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite, haurimos em descrever a história da formação de seu acervo raro, abordar-se também a questão da preservação do acervo através da tecnologia de digitalização utilizado pelos funcionários do setor, como referencia para a conservação das obras e o uso posterior para as mencionadas pesquisas.

Optamos por uma pesquisa exploratória, por ela ter como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado. Podendo ser usada, para facilitar a elaboração de um questionário ou para servir de base a uma futura pesquisa, ajudando a formular hipóteses, ou na formulação mais precisa dos problemas

de pesquisa (MATTAR, 1996, p. 279). Também visa clarificar conceitos, ajudar no delineamento do projeto final da pesquisa e estudar pesquisas semelhantes, verificando os seus métodos e resultados. A escolha da entrevista semiestruturada foi realizada por acreditarmos que através dela, a entrevistada Aline Nascimento e os pesquisadores se sentiriam mais livres para responder nossos questionamentos e se posicionarem de maneira mais clara perante a temática.

Como colocado no decorrer do trabalho, o campo de pesquisa escolhido tratou-se da Biblioteca Pública Benedito Leite, considerada a segunda biblioteca pública mais antiga do Brasil e dona do mais rico acervo no que tange a história do Maranhão e do Brasil através das obras raras e dos jornais. A Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na Praça do Pantheon, apesar de no momento inicial de nossa pesquisa ainda se encontrar fechada para reforma, “abriu as portas” para que nós vislumbrássemos o setor de obras raras, contribuindo assim para a nossa pesquisa. Posteriormente a reinauguração da BPBL, entrevistamos alguns pesquisadores e usuários do setor, que prontamente responderam a entrevista e elucidaram as nossas elucubrações até então não desveladas sobre o uso intelectual do acervo.

## **2 CONHECENDO A BIBLIOTECA PÚBLICA**

A grande criação da democracia moderna, a biblioteca pública, está na vanguarda da luta encetada para assegurar plenamente a educação popular; seu papel consiste em conservar e organizar os conhecimentos humanos a fim de colocá-los de forma ordenada ao serviço de toda a coletividade, sem distinção de profissão, de reli-

gião, de classe ou raça. Sua missão é a seguinte segundo a UNESCO (1951, p. 03):

1. Fornecer ao público informações, livros, material e facilidades diversas em vista de melhor servir aos interesses e de satisfazer às suas necessidades intelectuais;
2. Estimular a liberdade de expressão e favorecer uma crítica construtiva dos problemas sociais;
3. Dar ao homem uma formação que lhe permita exercer uma atividade criadora no quadro de coletividade e trabalhar no aperfeiçoamento de compreensão entre os indivíduos, entre os grupos e entre as nações;
4. Completar a ação dos estabelecimentos de ensino, oferecendo à população a possibilidade de continuar a se instruir.

Cumprir tais objetivos não é uma tarefa fácil para as bibliotecas. As limitações, impostas à liberdade para difusão da cultura e autonomia de ação, são determinantes e a descaracterizam como a principal porta de acesso aos registros dos conhecimentos e das ideias produzidas pelo homem e às expressões de imaginação criadora, necessários a novas construções ou adaptações do acervo cultural. As Bibliotecas públicas tomaram maiores projeções na época do Renascimento, no século XV, a partir do surgimento do livro tipográfico, quando ocorreram grandes transformações nas comunidades livrescas e leitoras bastante significativas. O avanço da ciência e na tecnologia para a impressão de livro, a diminuição do analfabetismo, a fundação de universidades que incrementam as necessidades de atendimento aos estudos e pesquisas acadêmicas, são fatores que impulsionaram a revolução na função das bibliotecas e, aos poucos, elas

foram se constituindo em centros de divulgação do saber (BRAGA, 2002, p. 73).

O século XIX foi a era da “segunda revolução Gutembergiana” do desenvolvimento da imprensa industrial a democratização da biblioteca, foi o século XIX que surgiu o novo tipo de biblioteca – a de empréstimo. A partir do final desse período e com o início do século XX, a proliferação do saber registrado em diferentes suportes de leitura, inviabiliza a manutenção de uma biblioteca domiciliar pelos leitores. A posse particular do conhecimento estava condenada, salvo se fosse reduzida drasticamente ao domínio de assuntos especializados. As bibliotecas tornam-se, então, um recurso absolutamente indispensável, espaço de preservação e difusão, que limitava as inevitáveis perdas (CHARTIER, 1999, p.124-126). Com o final da 1ª Guerra Mundial nasceu a biblioteca fora dos muros, marcada pela criação das bibliotecas volantes e caixas estantes que passaram a levar os livros até o leitor e é a partir daí que uma ênfase maior passa a ser dada aos termos “utilização” e “usuários”.

Com o advento da 2ª Grande Guerra as bibliotecas tomam novos impulsos e vão-se transformando em centros de informação (NÓBREGA, 1999, p. 667). Hoje considerada como um espaço cultural de instituição de domínio público para atuação do sujeito social é fundamental uma integração maior entre a biblioteca pública e a sociedade, para o bem social, o fornecimento de subsídios educacionais, o acesso à cultura e o lazer, e oferecer soluções imediatas a problemas cotidianos. Para Braga (2002, p. 74) a biblioteca pública em sua forma física é destinada a ser

um espaço cultural e instituição de domínio público e para atuar, efetivamente, dentro desta concepção, é fundamental

uma maior integração entre a biblioteca pública e a sociedade na qual está inserida, considerando que se deve perseguir um bem social caracterizado pelo fornecimento de subsídios educacionais, o acesso à cultura e o lazer, e oferecer soluções imediatas a problemas cotidianos.

Outro designio é combater o analfabetismo e complementação do ensino, aliando-se às escolas em programas de alfabetização e desenvolvimento de práticas leitoras para a descoberta das delícias e eficácia da leitura é outro caminho para desenvolver uma missão sublime: re-valorizar o livro e o conhecimento escrito no combate ao iletrismo presente nos esquecidos da sociedade.

### **2.1. Biblioteca Pública Benedito Leite**

A Biblioteca Pública Benedito Leite, até chegar à forma como a conhecemos nos dias de hoje passou por diversas sedes, mas a ideia de Biblioteca Pública iniciou-se com o projeto

[...]elaborado pelo Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira – que, posteriormente, galgou o título de Barão de Pindaré -, e aprovado em 29 de setembro de 1829. Foi o segundo projeto de criação de uma biblioteca pública no Brasil (BRAGA, 2002, p. 81).

Antecedida apenas pela Biblioteca Pública da Bahia, é uma das maiores fontes de informação da história do Maranhão. Seu ‘setor de obras raras e jornais’ é de grande importância tanto para a comunidade acadêmica quanto para a história maranhense propriamente dita. A BPBL – constituiu seu acervo de obras raras e jornais, segundo Castro, Silva e Castellanos (2011, p.257) desde quando foi aberta

“[...] em 29 de setembro de 1829, criou-se a Biblioteca Pública Provincial [futura Biblioteca Pública Benedito Leite] desde que foi aberta oficialmente ao público no dia 3 de maio de 1831.” Esta ocupou uma das salas do Convento do Carmo e tinha como acervo 1448 volumes, adquiridos com dinheiro arrecadado da subscrição popular e com doações dos ilustres ludovicenses, entre os quais se destacou o seu idealizador Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, que doou mais de 300 volumes do seu acervo pessoal. O Poeta Gonçalves Dias em seu relatório ao império acerca da criação do acervo da BPBL onde diz que o objetivo era o de

[...] formar o seu núcleo com obras, que recebesse em donativo dos particulares, ou comprando-as com as quantias, porque outros subscrevessem [...]. [Ressalta que] [...] Os cofres provinciais concorreram também, mas escassamente, e montou-se a biblioteca maranhense. Muitos dos particulares concorreram com obras de valor e somas de dinheiro, enquanto outros, disfarçando a sua má vontade, remeteram volumes traçados e estragados a ponto de que para não danificarem os outros, um dos últimos presidentes ordenou que fossem lançados à praia. (DIAS, 1973a, p. 246 grifo do autor apud BRAGA, 2002, p. 211).

O empenho esmerilado de intelectuais como o próprio Benedito Leite que dá nome a biblioteca, doador de 300 obras de seu acervo pessoal para a mesma, as sucessivas mudanças da sede por conta de incidentes até a atual, a doação de jornais, são fatores que passaram pela história da BPBL. A aprovação do projeto inicial para uma biblioteca em São Luís e os recursos para o estabelecimento da obra tenham sido rejeitados pelo imperador D. Pedro II, em 1829, somente dois anos depois, no dia 03 de maio de 1831, foi aberta ao público, após a obtenção dos recursos necessários à sua instalação na

parte superior do Convento do Carmo, na rua do Egito. Os recursos foram conseguidos através de uma subscrição popular e voluntária, encabeçada, principalmente, pelos intelectuais da época. O esforço de elementos isolados da sociedade, que lutaram para vingar a ideia da Livraria Pública, cuja subscrição foi acatada pelo Governo e levada a efeito pela Câmara Municipal. Sem sede própria para seu funcionamento, decadente e sem utilidade social, em 1851, a Biblioteca foi anexada ao Liceu Maranhense, fato esse que minimizou ainda a sua importância. Encurtando a história a BPBL foi transferida de diversas vezes até o local onde está localizada na Praça do Pantheon, centro de São Luís.

Subordinada à Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA, da Secretaria Estadual da Cultura da qual depende financeiramente para sua manutenção e operacionalização dos projetos sociais. A BPBL tem como objetivos principais “[...] formar uma comunidade leitora; proporcionar a continuidade da educação familiar e formal; fornecer informações para que o indivíduo saiba exercer sua cidadania e preservar a história do Estado”. (FERREIRA, 2000, p.12).

A Biblioteca possui uma estrutura hierárquica “leve e enxuta”. Com uma Chefia Geral, única no primeiro escalão e representada pela pessoa da Diretora, que responde administrativamente pelas ações da Biblioteca. Diretamente subordinadas à Chefia Geral, existem três Divisões – a Divisão de Informação e Municipalização, a Divisão de Informática e Processamento e a Divisão de Apoio Técnico (BRAGA 2002, p. 11). Em nível de Assessoria tem a Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Correia, o Apoio Administrativo e a Secretaria. Seu acervo de um modo geral é riquíssimo, formado por 127.000 obras, entre livros, revistas, jornais, fotografias, microfilme,

manuscritos, diários oficiais, obras raras, livros em braille e folhetos. Está localizada na área central da cidade de São Luís, Praça do Pantheon (ou Praça Mal. Deodoro), e quando aberta ao público funciona de segunda à sexta, das 8:30 às 19:30 horas (MARANHÃO, 2013).

## 2.2 O Setor de Obras Raras

Sabemos que ao longo da história as obras raras têm tido um lugar especial na evolução das bibliotecas. Apesar de ser um material fundamental para a pesquisa, seu acesso é restrito para as consultas e empréstimos. A formação de uma coleção de obras raras sempre solicitou uma perspectiva diferente por parte dos seus organizadores. As coleções requerem um conjunto de critérios específicos que, vão além daqueles usados no acervo geral. O uso de critérios para diferenciar esse material é variado. Desde as primeiras tentativas de catalogação, têm sido várias as circunstâncias que determinam se um material é raro (ARELLANO, 1998, p. 5). Para a Aline Nascimento, diretora do setor de Obras Raras e de Jornais da BPBL, em primeiro critério adotado para definir obra rara é o quesito da antiguidade, ou seja

[...] toda obra anterior a 1900, passa pela análise do Bibliotecário, para verificar o assunto do documento, caso seja um assunto sobre leis administrativas ou relatórios vão automaticamente para o setor de obras raras. Se for algum documento, que tenha carimbo de autoridade ou uma rubrica de escritor famoso ou alguma pessoa de renome nacional ou estadual. Expandimos esse critério de obra rara, assim como descartamos muita coisa que estava no setor que não era obra rara, foram para o setor de custódia, que é o setor intermediário,

que é disponibilizado para o usuário, mas não é descartado ele ficam *stand by*[...]

O Setor de obras raras segundo entrevistada é formado por livros impressos jornais, cartas, documentos, manuscritos históricos e além de

Incunábulo (livro impresso nos primeiros tempos da imprensa com tipos móveis); Materiais impressos até 1900; Primeiras edições de autores literários renomados; Primeiras edições de autores maranhenses; Edições especiais, reduzidas, clandestinas; Exemplares especiais, com marcas de propriedade, anotações Manuscritas e/ou dedicatórias de pessoas célebres[...]

O setor mantém o acervo de custódia formado por obras que são anteriores à 1970, que estejam em bom estado de conservação e que tratem de assuntos relevantes, mas que dificilmente são consultados. Os critérios para descarte e baixa do acervo consistem na retirada definitiva do acervo de uma obra por ter sido danificada pelo uso, perdida, doada, permutada etc. São passíveis de descarte:

Obras desatualizadas em termos de conteúdo. Por exemplo: gramáticas da Língua Portuguesa anteriores a 1971 (ano acordo ortográfico Brasil – Portugal); livros ou atlas geográficos que não incluam os novos Estados: Mato Grosso do Sul, Tocantins e outros; obras escritas com ortografia desatualizada; obras de ciência e tecnologia muito antigas, etc.; Os livros da área jurídica anteriores à 1980 deverão ser descartados, salvo os de valor histórico.

Obras inadequadas pelo assunto tratado ou pelo idioma, ou ainda pela localização da biblioteca. Por exemplo: literatura em chinês ou noutra língua qualquer numa comunidade

onde tais idiomas não são lidos; livro sobre as estradas de ferro do Paraná numa biblioteca do Amazonas.

Obras em quantidade excessiva: quando, por uma razão ou outra, a biblioteca possuir diversos exemplares de determinada obra pouco ou nada utilizada.

Obras fisicamente danificadas, a tal ponto, que não tenham condições de serem recuperadas: por lhes faltarem partes essenciais ou por estarem infestadas por pragas como broca, cupim etc. que podem contaminar o restante do acervo. (BIBLIOTECA PÚBLICA..., p.65).

**Acervo de originais de jornais microfilmados** onde guarda os jornais do período de 1821 a 1970, já se encontram disponíveis em microfilmes. Para sua preservação esses jornais em sua forma impressa não são mais disponibilizados para o pesquisador, cujo acesso é restrito ao Serviço de Apoio Técnico. Segundo Aline Nascimento, várias outras bibliotecas possuem acervo de obras raras, as é a Biblioteca Nacional quem praticamente determina as normas adotadas no Brasil e que quando houve um projeto anteriormente para a seleção de obras raras e entrou em contato com muitas outras bibliotecas, inclusive a Biblioteca Nacional que

[...] apesar não sermos subordinados a Biblioteca Nacional, é quem praticamente determina essas normas a nível de Brasil, então tudo o que fazemos é de acordo com a normas da Biblioteca Nacional.[...]

Em que pese os critérios emanados pela Biblioteca Nacional, a BPBL estabelece política criteriosa para formação do acervo de obras raras e conta com bibliotecários especializados em conservação e restauração. O ultimo curso que ocorrido em nosso estado sobre conservação e restauração foram disponibilizados 3 bibliotecários da

casa para fazer o curso, os gestores sempre tiveram a preocupação de fazer esse tratamento com o acervo, e, segundo a diretora dentro das bibliotecas públicas do Brasil a Benedito Leite é umas das únicas que tem essa política mais criteriosa com formações de coleções.

Quanto aos projetos recentes desempenhados no setor para a preservação da memória cultural a diretora falou que

Fizemos o trabalho da PETROBRAS, envolvendo o setor de obras raras e jornais, a gente acabou aprovar trabalho pela FAPEMA que já está em vigência que é para preservar o acervo raro da BPBL, onde agente vai tratar exclusivamente com o setor de obra rara então é uma preocupação que a Biblioteca tem hoje é com a preservação do acervo.

Foram digitalizadas 2.000 obras raras pelo projeto realizado com o apoio da PETROBRAS, com o projeto de modernização do setor de obras raras e jornais maranhenses da Biblioteca, onde estavam previstos no projeto a digitalização de somente 1.600, porém conseguiram digitalizar mais 2.000 obras raras, ou seja digitalizou-se 400 obras a mais. Somando tudo a 4.000 obras digitalizadas e prontas para o uso dos pesquisadores.

Tendo a biblioteca sido fechada para reforma nos últimos 3 anos, o serviço de digitalização do acervo raro diminuiu o ritmo e só começou a retomar a pouco tempo, segundo a diretora, a base de dados *on line*, é alimentada diariamente pelos funcionários do setor, obras como o livro *Alterações de Évora*, a revista *Elegante* já estão totalmente digitalizadas, o manuscrito de Machado de Assis encaminhado a Arthur Azevedo está digitalizada e disponibilizada na internet, percebe-se que houve um trabalho árduo para não dei-

xar a memória cultural longe do alcance do usuário e principalmente a intenção de preservar o documento original.

Quanto as atividades exercidas no setor, Aline Nascimento organizou o mencionado projeto da FAPEMA onde foi adquirido um *scanner* para digitalização das obras raras e os jornais mais antigos tudo com o intuito de preservar o documento original. Pelo Projeto da Petrobrás, foram conseguidas máquinas higienizadoras, onde foi possível higienizar todas as obras raras do setor, parte destas obras possuíam pó químico, cerca de 9600 obras raras, trabalho que durou 1 ano. Todo trabalho será refeito durante a nova implementação do projeto de preservação do acervo, anteriormente, foi encontrado pó químico, outrora era colocado inseticidas químicos para matar os insetos que estavam nos livros. Antes dos funcionários e bolsistas fazerem a higienização das obras ela tiveram um treinamento com uma especialista em conservação e preservação, todas as folhas das obras raras foram higienizadas uma a uma. O setor de obras raras possui um leitor de microfimes e digitalizador de microfimes portátil que custa 25 mil reais, para que o pesquisador possa digitalizar o microfilme em formato digital e guardá-los em um pen-drive, podendo realizar sua pesquisa em casa.

Os suportes mais procurados no setor pelos pesquisadores, segundo Aline Nascimento, são os jornais, os almanaques, ações administrativas e os manuscritos. A categoria que mais utiliza os serviços do setor de obras raras são os pesquisadores que estão na fase de monografia, especialização, dissertação, tese, e outras por pesquisadores e historiadores contratados para profissionais. As temáticas mais procuradas por estes pesquisadores geralmente são as leis, relatórios, ações administrativas, pensando nisso foram disponibilizados estes

itens os primeiros a serem digitalizados e disponibilizados no site da BPBL.

Todas estas obras foram, inicialmente, digitalizadas por câmera digital, mas sendo digitalizadas agora através do scanner recentemente adquirido. Mas nem tudo pode ser digitalizado por conta da política do direito autoral, que a própria biblioteca coordena, tendo que obedecer aos 70 anos de publicação da obra e cair em domínio público para poder digitalizar qualquer obra ou com a autorização do autor ou do detentor do direito autoral, não podendo a biblioteca digitalizar uma obra que acabou de ser publicada e foi doada pra biblioteca.

A frequência de usuários da biblioteca antes de fechar para a reforma era de 400 a 450 pessoas por mês em média. Não há como saber qual o tema mais pesquisado não há controle sobre o que está pesquisando o usuário, pois muitos não informam qual é a sua pesquisa.

Aline Nascimento considera o setor como preservador da cultura, visto que nele se encontra preservada grande parte da história do Maranhão, contada e apresentada em livros, jornais, revistas e manuscritos. A BPBL é detentora de todos esses documentos sendo ela a única que os tem e que é a única forma de preservação. Em outras bibliotecas poderemos encontrar livros didáticos, livros técnicos, mas não encontraremos a obra rara. *Alterações de Évora*, escrita por Dom Francisco Manuel, em 1637, só na BPBL. O *Diário Oficial do Estado* desde 1916 até os dias de hoje está preservado, *O Conciliador* pode ser encontrado no site da Biblioteca Nacional digitalizado, mas a BN não o possui em seu formato original impresso em papel, que

se encontra somente na Benedito Leite, sendo ela responsável por preservar essa memória.

O fechamento da Biblioteca para reforma durante 3 anos prejudicou a pesquisa em nosso Estado e o setor de obras raras marcou mais porque este é um setor que não pode ser substituído, pois todos os outros acervos podem ser supridos por outras bibliotecas, mas este acervo de obras raras e jornais, em especial não. Em se tratando de obra rara, qualquer forma de locomoção poderá ser nociva ao documento, por isso todo o acervo permaneceu na biblioteca durante a reforma, em local seguro. Todo o acervo ficou guardado em um cofre onde não ninguém teve acesso a ele. Pelo fato de o seu transporte para o anexo na Rua do Egito ser muito difícil, então a direção da BPBL, optou por deixá-los muito bem guardados.

### **2.3 Os Pesquisadores em relação ao Acervo**

Para os pesquisadores como a professora Cidinalva Neris a utilização do acervo utilizou principalmente “em minha pesquisa de mestrado, que foi sobre a lepra no MA, ele me foi muito útil porque tinha obras sobre o tema que só encontrei lá.” Segunda a pesquisadora o acervo “preserva a memória cultural do maranhão sim, contribui muito para isso, na medida em que busca preservar as obras raras referentes à nossa história, literatura, etc”. Para a historiadora Carla Romana, no decorrer de sua pesquisa no acervo “Eu encontrei sobre a sociedade ludovicense e empreguei como informações do período vivido” e o considera como “organizado e acessível”. Para professora Andréa Gonçalves “procuro, especialmente, informações relacionadas à política local. Em todos os casos utilizei estas informações em

análises qualitativas em minhas pesquisas.” E sobre o período em que a BPBL ficou fechada informou que prejudicou em sua pesquisa acadêmica, pois

[...]atrapalhou muito, pois estava na fase de escrita da minha dissertação e quando precisei retornar à pesquisa para coletar informações que num dado momento eram essenciais para o andamento da meu trabalho fiquei desesperada. A minha sorte é que o jornal O Estado do Maranhão tinha digitalizado os jornais do ano de 2004, então fiz uma assinatura do jornal para realizar minha pesquisa. Mas, se eu precisasse recuar um pouco mais no tempo estava ferrada porque se não estou enganada este jornal só tinha digitalizados exemplares a partir de 2002. De qualquer forma ainda fiquei um pouco prejudicada, pois como eu trabalhava com 2 jornais: O Estado do Maranhão e o Jornal Pequeno, teve informações de O Estado do Maranhão que utilizei em meu trabalho que não pude fazer um contraponto com o Jornal Pequeno porque não tinha como pesquisar neste último.

Segundo o professor Henrique Borralho, esse período o prejudicou do seguinte modo por que “A pesquisa é financiada pelo CNPq, órgão nacional de fomento ao setor. Tudo ficou parado, tivemos que realocar recursos e fazer uma justificativa explicando o porquê do atraso. Além disso, há várias pesquisas do curso de história que dependiam do acervo da biblioteca, muitos dos meus orientandos e muitos alunos do curso atrasaram suas pesquisas”.

A pesquisadora Carla Romana prossegue explanando sobre o setor que proporciona uma excelente fonte de pesquisa, pois “em minhas pesquisas utilizo, principalmente, jornais e, neste sentido, a biblioteca é o único local disponível que reúne um acervo de jornais. E além de importante, como já destaquei, é bem organizado”.

Segundo a entrevistada no setor de obras raras se encontra tudo de acordo com a sua análise, “tudo que estava disponível porque está tudo bem catalogado e disposto em pastas pra você pesquisar de acordo com o material, ano, edição...”. O professor Henrique Borralho da Universidade Estadual do Maranhão UEMA, o uso do material do setor de obras raras começou logo em sua graduação

Dei-me conta do acervo desde a graduação quando ainda estudava irmandades negras, depois passei a pesquisar sobre evolução urbana em São Luís, que virou meu tema de conclusão de curso. Com esse tema último, desenvolvi um projeto de mestrado sobre a relação entre política e literatura no Maranhão, séculos XIX e XX, virando mais tarde meu primeiro livro, intitulado: Terra e Céu de Nostalgia, tradição e identidade em São Luís, publicado em 2011 pela Café e Lápis e Fapema. Depois, já no doutorado, estudando literatura no século XIX, uma parte da pesquisa foi realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, se transformando no meu segundo livro: Uma Atenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro, vencedor do 32º Concurso Literário Cidade de São Luís. Hoje, desenvolvo pesquisa sobre circulação de livros no século XIX com o Núcleo de Estudos Sobre o Maranhão Oitocentista, o NEMO e, é desnecessário dizer que tal atividade também é realizada lá.

Nota-se que para o professor o valor cultural do acervo se deu desde a fundação da biblioteca que “é a segunda mais antiga do país, o projeto de fundação data de 1816, mas sua realização só deu concretamente em 1829 com o Barão de Pindaré. Como o Maranhão possuía um bom conjunto tipográfico, possuindo inclusive os dois maiores tipógrafos do Império, Belarmino de Matos e José Maria Correa de Frias, a biblioteca sempre reuniu obras importantíssimas

em todos os setores, sobretudo literatura maranhense, bem como a brasileira. Ela deveria ser a guardiã de uma memória, dos registros da produção brasileira e maranhense, já que sempre despontamos como uma região produtora de reflexão e narrativa escrita.” Além disso, a biblioteca é promotora de incursões sobre leitura e fazeres textuais, ou seja, deveria ser um atrativo para o conjunto de a população aqui-nhoar-se do que se faz no mundo em termos de acervo documental, em todos os segmentos. É inescapável dizer que se trata de uma referencia cultural em sociedades letradas, como a nossa, portanto, constitui-se como um símbolo da cidade, neste aspecto, também uma representação de como a sociedade ludovicense se encontra.

Avaliamos assim a importância do acervo para os pesquisadores em diferentes fases da vida acadêmica e os prolegômenos que levam os estudiosos a utilizarem o acervo e a destacá-lo como o único acervo em que se pode encontrar obras raras de relevância para as pesquisas desenvolvidas no Estado.

### **3 RESULTADOS**

Os resultados encontrados comprovam que a característica mais marcante do setor de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite é preservador da memória cultural do nosso estado, através da quantidade de buscas feitas pelos pesquisadores que frequentam quantidade bastante significativa, pois sua grande parte trata-se de pesquisadores profissionais e pesquisadores acadêmicos nos diferentes níveis de estudo, mantendo a maioria dos acadêmicos na área de História e também de pesquisadores profissionais realizando pesquisas particulares.

Os programas de preservação do acervo incentivados por órgãos públicos ajudam financiando os projetos elaborados pela equipe de funcionários da BPBL, com isso o investimento financeiro realizado para a preservação dos materiais ali guardados, é por conta do valor cultural intrínseco nas obras que ali estão. Obras de autores clássicos, de grandes intelectuais, Diários Oficiais, Almanques, ações administrativas, microfilmes, jornais antigos, manuscritos históricos, tudo que guarda a memória cultural do nosso estado estão ali preservados, por profissionais capacitados e, diga-se de passagem, o fechamento da biblioteca de 2010 a 2013 prejudicou a pesquisa profissional e acadêmica, no setor de obras raras, pois os pesquisadores não tiveram acesso ao acervo total, sendo que partes destes foram disponibilizados no site da biblioteca, mantido pela Secretaria de Cultura do estado do Maranhão (MARANHÃO, 2013). Todos os nossos questionamentos foram adequadamente respondidos e os resultados foram os esperados.

#### **4 CONCLUSÃO**

A Biblioteca Pública Benedito Leite, segunda biblioteca mais antiga do Brasil, é um centro de apoio ao exercício da cidadania, disponibilizando aos cidadãos - qualquer que seja a faixa etária, classe, profissão, condição social - informações, conselhos e divertimentos. Mesmo estando com sua sede localizada no centro da capital maranhense fechada por um período de 3 anos (2010 a 2013), manteve seus serviços de consulta e empréstimos em um anexo na rua do Egito. Acreditamos que isso possa ter causado muitas dificuldades

nas pesquisas daqueles que dependiam do material que não pode ser disponibilizado no acervo que foi para o anexo.

A aprovação de projetos de preservação do acervo por órgãos públicos como a FAPEMA e a PETROBRAS, ajudam financiando os projetos, deste modo, assim o investimento financeiro para a preservação do material guardado no setor de obras raras tem valor cultural intrínseco importantíssimo.

Concluiu-se que o setor de obras raras da BPBL preserva a memória cultural que ali se encontra guardada em variados suportes e o referido setor é de grande importância para as pesquisas acadêmicas e profissionais, mantendo a preservação de seu acervo através de projetos que viabilizam modernização do setor e digitalizar o acervo de obras raras, segundo a lei de direitos autorais.

## **THE SECTOR OF RARE BOOKS AND JOURNALS PUBLIC LIBRARY BENEDITO LEITE AND ITS ROLE AS PRESERVER OF CULTURAL MEMORY**

### **ABSTRACT**

The sector of rare books and journals Public Library Benedito Leite and its role as preserver of cultural memory. This article aims to highlight the importance of sector Public Library's rare books Benedito Leite and its collection as preserving cultural memory of Maranhão. We use literature review and interview with Aline Nascimento as instruments to collect the data. We observed most of the researchers are from different academic levels and that these studies are research sources to various areas of study. We understand that projects financed by public help in preserving rare maintaining the acquis. It was concluded that preserving the character of the cultural society maranhense memorial is legitimate and recognized nationally.

**Keywords:** Rare works. Preservation. Memory.

## REFERÊNCIAS

ARELANNO, Miguel Angel Márdero. **As coleções de obras raras na biblioteca digital**. Brasília, Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Setor de Biblioteconomia e Informação, Universidade de Brasília. 1998.

BIBLIOTECA PÚBLICA: Princípios e Diretrizes / Fundação Biblioteca Nacional, Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2000.1ª Edição. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28\\_08.pdf](http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28_08.pdf)>. Acessado em 27/05/2013.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. **Práticas informacionais e sociedade da informação na Biblioteca Pública Benedito Leite**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

CASTRO, Cesar Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.3, p.255-269, jul/set. 2011.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

ECO, Umberto. **A Biblioteca**. Lisboa: Difel, 1987.

FERREIRA, R.G.M.P. **A Biblioteca Pública “Benedito Leite” e a informação para a cidadania na sociedade da informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília. 2000. 97 f.

MARANHÃO, Secretaria da Cultura. **Política de Coleção**. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/index.php?page=politica-colecao>> Acesso em: 04/03/2013)

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

NÓBREGA, N. G. Acervos como memória do mundo (e sobre sua dinamização). **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 59-76, jan./jun.1999.

UNESCO. **Le développement des bibliothèques em Amérique latine**. Paris, dez.1951. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=135232&gp=0&lin=1&ll=1>>. Acessado em: 15 maio 2013.





## **MEDIAÇÃO E AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: gestão de espaços culturais em São Luís**

*Carlos Wellington Soares Martins<sup>1</sup>*

*Marta Cristina Sobrinho Avelar<sup>2</sup>*

*Rita Maria Oliveira Teixeira<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Discute a importância de uma ação cultural e sua aplicação em bibliotecas públicas com o enfoque voltado para a formação e o desenvolvimento da cidadania. Analisa a função cultural da biblioteca pública como um dos fatores da construção da cidadania. Aponta uma postura pró-ativa do(a) profissional bibliotecário(a) para que o mesmo atue como agente transformador e facilitador da disseminação da informação. Investiga, através de ações práticas, atividades que utilizam o espaço da biblioteca para suas realizações, confrontando com o que existe na literatura referente a ação cultural. A pesquisa iniciou-se com um levantamento bibliográfico referente à temática com os mais diversos autores que tratam em suas publicações sobre democratização do acesso a informação e ação cultural como Freire, Teixeira Coelho, Marilena Chauí, Milanesi dentre outros. A pesquisa de campo ocorreu in loco com a participação efetiva no desenvolvimento das atividades e análise dos projetos. Utiliza como campo de pesquisa a Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS), localizada no Bairro de Fátima, na cidade de São Luís no Maranhão. A BPMJS, conhecida orgulhosamente por Biblioteca do Bairro de Fátima apresenta-se como a segunda maior biblioteca pública do Estado em responsabilidades, pois tem como área de atuação, todo o município de São Luís. A Biblioteca Pública Municipal José Sarney desenvolve uma programação de eventos bem diversificada, que contempla projetos e atividades culturais e de incentivo a

---

1 Bibliotecário – UFMA (cawell2000@uol.com.br)

2 Bibliotecária – BPMJS (martaavelar@yahoo.com.br)

3 Bibliotecária – BPMJS (ritaoliveirao@bol.com.br)

leitura. Estas atividades acontecem no decorrer de todo o ano com base no calendário escolar e nas datas comemorativas, nacional, estadual e municipal. O problema proposto foi saber se a Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS), desenvolve ações culturais e quais são os resultados obtidos no desenvolvimento humano e cultural da comunidade onde se insere. Constata que a democratização do acesso a informação se configura como principal meio para que o indivíduo se sintá parte da construção de uma sociedade através das relações sociais.

**Palavras-chave:** Biblioteca pública. Ação cultural. Cidadania.

## 1 INTRODUÇÃO

A atuação em bibliotecas públicas requer do bibliotecário(a) uma gama de competências que o faça colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante sua formação para se tornar um agente transformador da realidade e propiciar aos usuários perceber-se enquanto cidadãos.

O problema proposto foi saber se a Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS), situada no bairro de Fátima na cidade de São Luís – MA, desenvolve ações culturais e quais são os resultados obtidos no desenvolvimento humano e cultural da comunidade onde se insere. Por causa dessa percepção mais humanística voltada para o social, é que resolveu-se questionar quais os resultados que podem ser alcançados com a ação cultural na formação e no desenvolvimento da cidadania.

Escolhendo como campo, uma unidade de informação situada em um contexto de violência e exclusão, onde foram analisadas as relações existentes entre Biblioteca pública e usuários e identificou os resultados alcançados com a ação cultural desenvolvida na insti-

tuição, oportunizando, dessa forma a construção de um quadro da atuação cultural em bibliotecas na periferia de São Luís.

A pesquisa iniciou-se com um levantamento bibliográfico referente à temática com os mais diversos autores que tratam em suas publicações sobre democratização do acesso a informação e ação cultural como Freire, Teixeira Coelho, Marilena Chauí, Milanesi dentre outros. A pesquisa de campo ocorreu in loco com a participação efetiva no desenvolvimento das atividades e análise dos projetos.

## **2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E AÇÃO CULTURAL**

As atribuições de uma biblioteca pública vão para além do espaço físico em que exerce gestão da informação e dos seus serviços, mas inclui também o envolvimento na elaboração e implementação de políticas públicas de informação que poderá vir a assegurar condições de oferta de produtos e serviços de qualidade e de exercer um papel político na formação e desenvolvimento da cidadania.

A Biblioteca Pública tem por definição e caracterização de ter seus serviços e acervo disponibilizado para a comunidade em geral sem restrições alguma, o que a diferencia dos outros tipos de bibliotecas como as especializadas, universitárias, infantis, etc, portanto deve incluir dias de interesse geral, incluindo além de textos de literatura, legislação, saúde pública, administração, etc, as Bibliotecas Públicas podem ser segundo âmbito de coletividade em que estão implantadas, federais, estaduais e municipais (MINISTÉRIO DA CULTURA, p.16)

Cada biblioteca possui características que a tornam única, seja pelas particularidades de gestão, até a própria cultura organizacional

que vai sendo desenvolvida na unidade de informação, sem perder de vista o caráter de satisfação do usuário. A biblioteca pública se configura como um centro cultural de informação disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento “[...] os serviços fornecidos por ela, baseiam-se na igualdade, acesso a todos independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social” (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2000, p.21).

A Biblioteca Pública é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros do conhecimento e às expressões de sua imaginação criadora. É ela que oferece a oportunidade da democratização da vida cultural, seja através do acesso da população aos bens culturais, seja através da formação indispensável dos conhecimentos, instrumentos e meios postos, em uso pela prática cultural, seja pela participação ativa de cada um, na medida de suas possibilidades no desenvolvimento cultural (SPONHOLZ, 1984, p.4).

A literatura referente aos serviços e a filosofia das bibliotecas públicas revelam-na como uma instituição primordial no apoio ao desenvolvimento científico, ao exercício da cidadania e cultura de modo geral, revelando dessa forma o papel social das unidades de informação.

Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática. Quando se fala no tocante a produção e incentivo por parte do Estado no que tange a cultura esbarra-se no direito do cidadão em participar das decisões da política cultural e de poder intervir nas diretrizes culturais da questão orçamentária com o intuito de garantir o acesso a produção cultural como explica Chauí (2006. p.238):

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

Dentre as funções da Biblioteca Pública (Quadro 3) destaca-se a cultural tendo na biblioteca um “espaço destinado à produção intelectual representa um instrumento vigoroso capaz de favorecer, ressaltar, silenciar ou ocultar a preservação e/ou difusão de informações que podem influir ou transformar [...] as inter-relações sociais” (VERRI, 1996, p.12).

Uma biblioteca democrática teria que ter como característica a sintonia com as necessidades e interesses de seus usuários com o intuito de proporcionar todo tipo de informação nos níveis de sua utilidade efetiva, lançando mão de todos os recursos disseminadores de informação, utilizando de serviços cooperativos (FEITOSA, 1998).

Mudar a biblioteca pública é, antes de tudo, adequá-la às mais diferentes demandas e não atender aos anseios de uma minoria letrada, mas sim libertá-la dos jugos simbólicos a que sua imagem está arraigada. Nesse sentido Flusser (1983, p.153) diz que uma cultura libertadora se engajaria em primeiro lugar, num “[...] processo que visaria dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades – decorrentes de sua cultura contexto – para, num segundo tempo lhe dar possibilidades de satisfazê-las”.

Através de uma ação cultural dialógica e libertadora é que o usuário pode interagir com a atividade refletindo sobre o tema apresentado, a partir da discussão é que o indivíduo toma conhecimento da realidade. Essa ação dialógica encontra, na proposta de Freire (1982), ressonância com o intuito de fazer dos indivíduos membros partícipes de sua realidade, não podendo, esse processo ser imposto pela cultura das classes opressoras. A conscientização alcança o seu mais alto nível quando se dá a prática da transformação libertadora, havendo a comunhão com as classes populares (FREIRE, 1982).

Flusser (1991) assim como Freire distingue ação cultural em duas formas, uma sendo a ação cultural para a domesticação, a alienação contribuindo para a manutenção do sistema, a outra é a ação cultural para a libertação, transformadora, instrumento de libertação social e cultural.

Coelho (2001) distingue ação cultural e fabricação cultural, para o autor fabricação é tentar enganar usando artifícios, pois ela tem início determinado e fins previstos ao contrário da ação cultural que lida com o imprevisto, possui início claro, mas sem fim especificado. Milanesi (2002) diz que ação cultural é a denominação que se aplica a tipos diferentes de atividades e raramente associados a biblioteca. De um modo geral giram em torno de atividades e práticas ligadas as artes como música, teatro, dança, literatura, sendo possível criar ações e serviços como oficinas, seminários, palestras que são claramente estímulos à ampliação do conhecimento pelos conflitos que suscitam ou pelo prazer que oferecem.

Por ação cultural compreende-se como:

[...] as atividades realizadas pelo pessoal da biblioteca pública, em conjunto com outros membros da comunidade, com

o objetivo de estimular e aprimorar o gosto pela leitura [...] No momento em que se desenvolvem atividades práticas e em que se abre espaço para a troca de idéias, de informações e discussões sobre tema de interesse do grupo, está se fazendo ação cultural (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1995, p. 69).

As atividades de ação cultural são serviços essenciais na biblioteca pública, pois possibilitam a participação, a troca e a interação entre os membros da comunidade, às vezes a única instituição cultural que vem a dar destaque a sua ação como fator de estreitamento dos laços da comunidade ao qual está inserida. Para Milanesi (2002) as atividades desenvolvidas na biblioteca como teatro, música, literatura e outros são ações culturais desde que o tema abordado possa ser encontrado em vários suportes de informação.

O que se espera é que a ação cultural provoque no indivíduo a sua capacidade de analisar, dialogar, interpretar e tirar suas próprias conclusões voltadas para a sua realidade. A ação cultural é uma das atividades ligadas a uma das principais funções da biblioteca pública, a função cultural.

A promoção de palestras, cursos e seminários também são um meio a ser explorado pela disseminação. Além de seu papel de divulgação institucional e de apresentação das pesquisas desenvolvidas, esses recursos podem mobilizar públicos inicialmente não atendidos ou previstos. Essa ação terá maior sentido desde que sua concepção origine-se num intenso processo de negociação com o público-alvo.

### 3 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY (BPMJS)

A Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS), encontra-se localizada à Rua do Correio, s/n, Bairro de Fátima, foi criada através da Lei nº 2.617, de 11 de maio de 1983, estando ligada então, à estrutura da Secretaria Municipal de Educação, que na época acumulava as competências da área cultural. Com a criação da Fundação Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, a biblioteca passou para responsabilidade desta, permanecendo ligada à Coordenadoria da Memória e Documentação, extinta em 1997, ficando, pois vinculada diretamente a Presidência da Fundação Municipal de Cultura de São Luís (FUNC).

A BPMJS, conhecida orgulhosamente por Biblioteca do Bairro de Fátima. Apresenta-se como a segunda maior biblioteca pública do Estado em responsabilidades, pois tem como área de atuação, todo o município de São Luís (áreas rural e urbana).

A BPMJS localiza-se em bairro de características populares, fato que lhe ocasiona destaque, pois se sabe que as bibliotecas populares constituem-se necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira por manter contato direto e permanente com agentes culturais diversos e por conviver no seio das comunidades, sendo que estas ajudam na elaboração de atividades, construção na formação do acervo, desenvolvimento de ações, enfim, a comunidade participa ativamente no alcance das metas determinadas para e pela biblioteca.

Além disso, a BPMJS desenvolve uma política de atendimento permanente ao público, primordialmente estudantil, e vem lutando pela melhoria do acervo e intensificando os serviços de registro, catalogação, indexação e classificação das obras.

A BPMJS tem como missão propagar a cultura, subsidiar a educação, disseminar a informação e promover lazer a sociedade ludovicense. A democratização do acesso à informação, o apoio a educação e a formação ao longo da vida, faz da BPMJS um instrumento precioso para a info-inclusão e formação cultural na progressiva sociedade global de informação, sendo assim, um instrumento precioso para o exercício consistente da cidadania.

### **3.1 Práticas de ação cultural na Biblioteca Pública Municipal José Sarney**

A Biblioteca Pública Municipal José Sarney desenvolve uma programação de eventos bem diversificada, que contempla projetos e atividades culturais e de incentivo a leitura. Estas atividades acontecem no decorrer de todo o ano com base no calendário escolar e nas datas comemorativas, nacional, estadual e municipal.

O principal objetivo dessa programação é tornar a biblioteca um espaço de promoção da educação, da cultura, de informação e de lazer, em torno do livro e da leitura de modo gratuito e universal.

#### **3.1.1 Projeto Férias na Biblioteca**

O Projeto “Férias na Biblioteca” tem como objetivo oferecer momento de lazer e entretenimento para crianças e adolescentes que residem no Bairro de Fátima e em áreas adjacentes, aproveitando o momento de férias escolares, como também, aproximá-las do ambiente da biblioteca.

Figura 1 – Projeto Férias na Biblioteca



Fonte: Acervo BPMJS

O evento foi realizado nos dias 31 de janeiro a 01 de fevereiro no horário das 14:30 às 17 h. As atividades foram ministradas pelas bibliotecárias, funcionários da biblioteca e alunos do curso de Biblioteconomia em parceria com a Universidade Federal do Maranhão.

As atividades realizadas foram: recepção das crianças e entrega dos crachás; momento de descontração e dinâmicas de entrosamento; jogos e brincadeiras diversas (cada dia novas brincadeiras) que auxiliam na troca de conhecimentos gerais; oficina de pintura; desenvolver o potencial criativo, estimulando assim o uso da tinta como um meio de expressão artística; teatro de fantoche; desenvolver a criatividade, a socialização e a interação das crianças proporcionando experiências e vivências através do teatro de fantoches. Hora

do conto: contação de histórias com livros de Rute Rocha, Monteiro Lobato entre outros escritores da literatura infantil.

### 3.1.2 Projeto Carnaval Cultural: leitura e folia

O Projeto “Carnaval Cultural: leitura e folia” tem como finalidade levar entretenimento e atrações culturais para a comunidade do Bairro de Fátima e área adjacentes, a fim de integrar crianças, jovens, adultos, idosos, em uma festa regada a arte literatura, sem esquecer o período momesco, fazendo um resgate dos bailes e de marchinhas dos antigos carnavais.

O evento foi realizado no dia 06 de fevereiro e teve início às 14 horas com a recepção dos convidados ao som de marchas carnavalescas, apresentação da equipe e da biblioteca e comentários sobre as atividades a serem realizadas.

No segundo momento houve a oficina de confecção de Máscaras Carnavalescas, orientadas pelo professor de teatro Bruno Oliveira. Logo em seguida, ocorreu a apresentação do espetáculo teatral: “A chegada de Lampião no Inferno”, encenado pelos jovens atores do grupo teatral: Os benditos.

O carnaval cultural contou também com a presença da Corte Momesca composta pelo Rei Momo, a Rainha e as Princesas. Em seguida, foi realizado o concurso de fantasia e o baile das crianças ao som de marchinhas carnavalescas, as quais relembrou a tradição dos antigos carnavais e unem gerações de foliões ao longo do tempo.

Houve a distribuição de lanches e público estimado foi de 30 pessoas.

Figura 2 – Carnaval na biblioteca



Fonte: Acervo BPMJS

### 3.1.3 Oficina de produção de Ovos de Páscoa e Bombons de Chocolate

Com a proximidade do período pascal e a possibilidade de garantir uma renda extra através da produção de ovos e bombons de chocolate, foi oferecida, no dia 16 de março das 9 as 12 horas a referida oficina que teve como finalidade, oferecer conhecimentos e técnicas que vão desde o preparo de chocolate até a embalagem.

Figura 3 – Oficina de produção de ovos e bombons de chocolate



Fonte: Acervo BPMJS

A oficina foi ministrada pelos servidores da biblioteca e contou com a participação de 30 mulheres. Lista-se as atividades realizadas: recepção, palestra com o tema: Economia solidária, com a palestrante Nilse Cardoso, oficina de produção de ovos de Páscoa e bombons de chocolate e distribuição dos ovos e bombons produzidos na oficina.

#### 3.1.4 Palestra “Falando sobre a doença de Alzheimer”

Realizada no dia 23 de março as 9 horas, a palestra “Falando sobre a doença de Alzheimer” visou a disseminação de informação

sobre a doença ao grupo de terceira idade da Associação Carente São Benedito do Bairro de Fátima.

A palestra foi ministrada por uma profissional da área da saúde, que abordou os seguintes tópicos: o que é Alzheimer, as causas, a importância de um diagnóstico precoce e a participação da família neste sentido.

De acordo com a palestrante, o diagnóstico precoce dá a possibilidade de garantir a qualidade de vida da pessoa e tenta evitar a internação do diagnosticado.

Figura 4 – Palestra sobre Alzheimer



Fonte: Acervo BPMJS

### 3.1.5 Curso de informática básica: introdução a computação e ao Linux

O referido curso teve como finalidade proporcionar as donas de casa e moradoras do Bairro de Fátima e adjacências, conhecimento básico de informática, em favor dos interesses e necessidades próprios e comunitários, atentando sempre para suas responsabilidades como cidadão(a).

Figura 5 – Curso de informática



Fonte: Acervo BPMJS

O curso baseia-se em aulas práticas e teóricas de informática básica, compostos por quatro módulos de introdução a informática, usos do computador, Linux e Internet sendo ministrado nessa or-

dem. Foi produzido material didático para todos destes módulos, e distribuídos para os alunos gratuitamente.

As aulas iniciaram em seis de abril de 2013 em três turmas: terça e quinta (manhã e tarde) e aos sábados (manhã). Foram matriculadas 42 mulheres, sendo 14 em cada turma. A ambiência utilizada para a realização das aulas foi o Telecentro da Biblioteca.

## 5 CONCLUSÃO

A ação cultural permite a elaboração, interpretação, visualização, uso e orientação de elementos culturais favorecendo a disponibilização do espaço físico para o contato com estes elementos culturais e com seus respectivos produtores. Conforme discutido, o conceito de ação cultural indica que a biblioteca deve possibilitar uma reflexão entre os sujeitos e sua relação com o mundo. A ação cultural deve oportunizar que os usuários produzam e tirem suas conclusões. As bibliotecas públicas não podem se abster de seu papel enquanto disseminadora da informação, participante vital nesse processo de democratização à informação.

A função cultural das bibliotecas públicas nos remete para a ação cultural, que pode vir a contribuir no desenvolvimento crítico, possibilitando uma interação, enquanto cidadão na comunidade. No entanto a literatura referente a ação cultural tendo na biblioteca o espaço principal de suas atividades é ínfima, o que resulta em algumas posturas equivocadas por parte dos bibliotecários na aplicação do método, resultando mais em animação do que uma ação propriamente dita.

Felizmente, foi criado na BPMJS um ambiente de companheirismo e solidariedade que permite uma integração maior por parte dos usuários, onde os mesmos se sintam a vontade em dar sugestões e fazer críticas as atividades. Através das respostas dos entrevistados, pode-se perceber que a ação cultural realizada na BPMJS é considerada satisfatória, percebendo-se que os usuários integram-se de forma total no planejamento e execução das atividades.

Devido o Bairro de Fátima ser uma comunidade com altos índices de violência e analfabetismo, caracterizando-se como periferia onde é comum a exclusão, a marginalidade e as segregações sociais, a prática de ações culturais favorecem a informação e o desenvolvimento da cidadania, libertando o usuário da ignorância, possibilitando a eles o exercício pleno de seus direitos e deveres enquanto cidadão.

Os percalços sofridos pela administração da biblioteca não poderiam deixar de estar sendo citados, onde a maioria dos projetos e atividades são realizadas sem dotação orçamentária, sendo que as vezes os próprios profissionais investem dinheiro para a realização das atividades. O desafio que se faz presente para o profissional bibliotecário é associar tais estratégias à inclusão dos segmentos sociais marginalizados e ao respeito à diversidade cultural, que podem ser adquiridos através de uma ação cultural bem planejada e executada tendo nos usuários os principais parceiros nessa construção de uma nova realidade social.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. **A biblioteca pública**: administração, organização e serviços. Rio de Janeiro: O Departamento, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Francisco Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga**: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume, 1998.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 12, n.2, set, 1983.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (O mundo hoje ; 10).

MILANESI, Luís. **Centro de cultura**: forma e função. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SPONHOLZ, Regina Maria Lamas Pegorano. **Atribuição de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. Recife: UFPE, 1996.



## **BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS: para além da sociedade da informação**

*Tony Bernardino de Macedo*<sup>1</sup>  
*Edna Meirelles*<sup>2</sup>  
*Divonete Gominho*<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Apresenta a rede de bibliotecas comunitárias da Região Metropolitana do Recife. Procuramos mostrar onde estas bibliotecas estão localizadas e o contexto socioeconômico onde elas estão inseridas, assim como a motivação de sua criação e sua relação com a chamada Sociedade da Informação. Dessa forma, a pesquisa foi caracterizada como pesquisa de campo, quanto à sua natureza. Este tipo de pesquisa busca obtenção de informação e conhecimento a respeito de um determinado problema para o qual se procura respostas. Quanto aos fins, a pesquisa é do tipo exploratória, a qual visa explorar um problema, no intuito de proporcionar um maior esclarecimento acerca do mesmo, na expectativa de torná-lo explícito. Foi utilizada também, a pesquisa bibliográfica, a qual nos orientou para um entendimento maior sobre o tema abordado. Dessa forma, traçamos o perfil das comunidades onde estas bibliotecas estão inseridas ao mesmo tempo em que construímos, a partir da pesquisa bibliográfica, o conceito de bibliotecas comunitárias. Este conceito “em construção” foi elaborado a partir do conceito de *comunidade*. Observamos que o tema em questão ainda é pouco explorado dentro da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. No entanto, foi possível observar que a criação de bibliotecas comunitárias não é um fato isolado ocorrido na região metropolitana do Recife, vimos que há em todo o Brasil um número relevante deste tipo de biblioteca. Foi possível detectar, também, que a organização da rede em estudo possibilitou mudanças nas políticas públicas da região onde estão localizadas.

---

1 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco. Endereço eletrônico: tonybernar@hotmail.com

2 Universidade de Pernambuco. Endereço eletrônico: ednaupe@gmail.com

3 Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: divagominho@bol.com.br

Neste caso, apontamos o projeto de lei Política Municipal do Livro e Incentivo à Cultura da Leitura. O projeto estabelece medidas voltadas para a formação de leitores, implantação de novas bibliotecas e qualificação das existentes; expansão do número de salas de leitura, formação de professores de bibliotecas e mediadores de leitura; valorização de bibliotecários; criação e manutenção de bibliotecas comunitárias e o incentivo à produção literária, autoral e editorial. Notamos que estes tipos de bibliotecas se comportam de maneira diferenciada das bibliotecas populares e públicas. Foi possível, através, da pesquisa, vislumbrar um campo onde a falta de informação, apesar de estarmos sob a Sociedade da Informação, ainda é uma realidade presente em regiões desprotegidas pelas políticas públicas educacionais. A construção de bibliotecas comunitárias é antes de tudo um ato de resistência, um ato de comunidades que vivem à margem da nossa sociedade da informação. Essas comunidades estão dando um exemplo do que é a *sociedade alternativa da informação*.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Comunitárias. Sociedade da Informação. Políticas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

*Antes de morrer de fome, morre-se de ignorância.*

*(MILANESI, 2002, p 105.)*

Conforme Giddens (1991, p.158) quando afirma que movimentos sociais fornecem pautas para potenciais transformações futuras e inspirado no manifesto da UNESCO que diz que a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais e só podem ser alcançados quando todos os cidadãos estiverem informados para exercerem seus direitos democráticos desempenhando um papel ativo na sociedade. E ainda pautado na Constituição brasileira de 1988 que diz que todos têm direito iguais à informação, com base nesses argumentos alicerçamos este artigo.

Investigar, estudar e refletir as bibliotecas comunitárias e sua relação com as políticas públicas na cidade do Recife irá desencadear estudos que vão entender fenômenos sociais que surgem de ações coletivas, como resposta a problemas e demandas coletivas informacionais. Contribuindo, portanto, para a identificação das reais demandas estruturais e políticas destes espaços, constituindo, assim, subsídios para a construção de políticas públicas efetivas.

Dessa forma, buscamos através de uma metodologia científica que comportasse um tipo de busca para apreender e compreender o fenômeno das Bibliotecas comunitárias na Região Metropolitana do Recife - RMR. Assim, a pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, quanto à sua natureza. Conforme Rampazzo (2008, p.66) este tipo de pesquisa busca obtenção de informação e conhecimento a respeito de um determinado problema para o qual se procura respostas, “além de descobrir as relações entre fenômenos ou os próprios fatos novos e suas respectivas explicações, sem a interferência do pesquisador”. Quanto aos fins, a pesquisa é do tipo exploratória “como condiz o termo, visa explorar um problema, no intuito de proporcionar um maior esclarecimento acerca do mesmo, na expectativa de torná-lo explícito” (RAMPAZZO, 2008, p.72). A coleta de dados foram recolhidos através da pesquisa bibliográfica e documental, foi utilizada também, como técnica de coleta a entrevista semiestruturada realizada com a coordenação da Rede de Bibliotecas Comunitárias do Recife.

## **2 À SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO**

O direito à informação, garantido pela constituição federal de 1988, aponta a necessidade de um olhar mais atento às questões

sociológicas e antropológicas presentes nas práticas informacionais locais e do cotidiano.

Na visão de Machado (2008, p. 15) “No mundo pós-moderno tanto a informação como o conhecimento passam pelo estabelecimento de valor”. Observa-se que nesse sentido a sociedade tende a considerar a informação como produto, gerando novas formas de concorrência que aliada a falta de políticas públicas de informação contribui negativamente restringindo-se as classes com poder aquisitivo.

Com os avanços tecnológicos a mais completa ferramenta de busca da internet, Google, saiu na frente e registra no endereço *www.print.google.com* um número significante de livros digitalizados e disponibilizados das bibliotecas parceiras das Universidades da Columbia, Harvard, Cornell, Ghent, Keio, Califórnia, Oxford, Princeton, Stanford, Complutense de Madrid, Lausanne, Virginia, Texas em Austin, Wisconsin – Madison, Michigan além da Austrian National Library, Bavarian State Library, Committee on Institutional Cooperation (CIC), Lyon Municipal Library, The National Library of Catalonia, The New York Public Library.

O Google disponibiliza o acesso do livro na íntegra quando autorizado pelas editoras e/ou autores responsáveis pela publicação, os demais estão digitalizados porém não é liberado o acesso ao conteúdo, quando muito trechos autorizados pela editora ou páginas. A internet contém um mundo de informações, porém, poucos sabem como usufruir de seu conteúdo.

A situação relatada acima evidência um fato importante, ou até mesmo intrigante. A informação produzida ao longo de toda a História da Humanidade poderá acabar nas mãos de algumas em-

presas. Vale ressaltar que a atitude desses grupos é importante no que se refere à preservação da memória, mas há de se ter cuidado com interesses que visam somente o lucro em detrimento à democratização e socialização da informação.

E assim caminha a Sociedade da Informação, que segundo Lima (2003): “Refere-se a um modo de desenvolvimento social e econômico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conduza à criação de conhecimento.” O autor diz que, a informação norteia ainda “à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenhando um papel central na atividade econômica” bem como, na criação de riqueza e na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais.

É louvável quando o autor afirma que a Sociedade da Informação conduz ao desenvolvimento social e econômico da sociedade; no entanto, quando essa sociedade está pautada em um produto - entenda-se por produto a informação, e, portanto, existe aí uma relação mercadológica. Entende-se, então, que os que não possuem “crédito” para adquirir informação ficarão à margem dessa Sociedade, Lemos (2005, p.12) diz que: “Informação hoje não é um bem público acessível, de maneira democrática, a todos que dela necessitam. Informação, nos dias atuais, é o que todas as outras coisas são na sociedade capitalista neoliberal: uma mercadoria.” Sendo assim, ressalta o autor: “a Sociedade da Informação deixa de fora quem não pode pagar para fazer parte dela, pois a matéria-prima do conhecimento (informação) é geralmente cara.”

Suaiden (2000, p.52) afirma que historicamente o acesso à informação no Brasil sempre foi definida pelo poder aquisitivo. Desta

forma, pode-se afirmar que a outra face da Sociedade da Informação seria a Sociedade da desinformação. “Ao lado desta Sociedade da informação, há sem dúvida outra – a *Sociedade da Desinformação* – que pouco é retratado, porque aquela esconde esta, ou esta não é objeto de desejo da Ciência da Informação.” explana Castro (1997, p. 20): que conclui: “Ao tratarmos da primeira, sem desviarmos o olhar para “outra” construímos um discurso vazio de sentidos.”

Porém, a parcela pertencente à Sociedade da Desinformação, procura um caminho. As bibliotecas comunitárias são um exemplo de Sociedade “Alternativa” da Informação, na qual procura suprir a necessidade desse item tão importante para o desenvolvimento humano que é a informação. Neste cenário é comum lermos em jornais ou revistas ou até mesmo vermos em telejornais notícias sobre o processo de criação de bibliotecas comunitárias.

Mesmo não sendo objeto de estudo nem de desejo da Ciência da Informação, como lucidamente afirma Castro (1997, p.20), alguns trabalhos já estão surgindo sobre o tema, revelando que o ato de criar bibliotecas comunitárias já não é uma ação isolada.

### **3 AS BIBLIOTECAS DO RECIFE: uma pequena trajetória**

Segundo Verry (1996) na década de 50 existiam na cidade do Recife quatro Bibliotecas Populares: Biblioteca Popular da Encruzilhada, Biblioteca Popular de Santo Amaro, Biblioteca Popular de Casa Amarela e Biblioteca Popular de Afogados. Além da Biblioteca Pública do Estado, localizada no Centro da Cidade. Na mesma década Souza (1954, p.88) relata que apesar do Recife nos oferecer uma Biblioteca estadual, esta não era suficiente para atender a de-

manda informacional de todas as camadas sociais recifense naquela década. Ele nos informa que a mesma não tem condições de penetração entre as camadas da população pobre do Recife. “Situada no centro, ela serve mais a um grupo de professores e intelectuais e a pequeno número e leitores de revistas, jornais e outros periódicos.” Revela Souza.

O Autor coloca em breves palavras o que acontecia na década de 50, o número de Bibliotecas na cidade já era insuficiente e não atendia as camadas mais distantes do centro da cidade, naquele momento a criação de Bibliotecas Populares foi um grande avanço. Mário de Andrade (1957, p. 7) expõe a importância dessas Bibliotecas no contexto cultural e social do Brasil:

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz, de vontade própria, menos indiferente à vida nacional.

Se na década de 50 o número de quatro bibliotecas populares e uma Biblioteca Pública já era insuficiente para atender às necessidades da população, imaginemos então no ano de 2013, onde a cidade conta apenas com duas bibliotecas populares: a popular de Afogados e a de Casa Amarela.

Podemos observar que em mais de meio século as políticas públicas voltadas para as bibliotecas, foram insuficientes ou mesmo inexistentes, o número de Bibliotecas diminuiu enquanto a popula-

ção cresce. É neste cenário pobre em políticas públicas e ricas em criminalidade que surgem as Bibliotecas Comunitárias. São bibliotecas organizadas do povo para o povo. Organizadas por pessoas da sociedade civil que viram nos livros, na leitura e na biblioteca um meio de amenizar os contrastes sociais e econômicos na cidade do Recife.

#### **4 COMUNIDADE E BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS**

Por ser um assunto ainda timidamente explorado dentro da Ciência da Informação, o termo Biblioteca Comunitária ainda não recebeu uma definição ou mesmo um conceito vindo de um teórico ou estudioso em Ciência da Informação. O termo muitas vezes é associado ao de Bibliotecas Populares por possuírem algumas afinidades, todavia são termos distintos. Por se tratar de um termo em “construção” tornar-se mais confortável falarmos em conceito e não em definição.

Para a conceituação deste tipo de biblioteca é imprescindível se fazer uma análise do ambiente onde estas bibliotecas surgem - a comunidade - de onde e o porquê elas emergem, esta análise responderá por si só o que são bibliotecas comunitárias.

Entre as diversas definições, a expressão comunidade recebe do dicionário Aurélio (2003) uma que associa comunidade à qualidade de comum. Assim considerando, pode-se afirmar que comunidade é o local real ou virtual onde indivíduos comungam dos mesmos valores e regras.

Gohn (2005, p.56) diz que a comunidade é uma entidade simbólica uma trama que possui sistema de valores e um código moral que proporciona a seus membros um senso de identidade que,

por sua vez, gera um processo de construção de sentidos e significados. As ideias do comum, do comungar passam à sensação de acolhimento, de sentir-se em casa. A comunidade representa nestes termos, o local e se faz mais fortemente – contraditoriamente - no mundo globalizado, por justamente trazer à tona a sensação de casa, onde as identidades, valores e característica ainda são preservados.

Bauman (2003) compartilha dessa ideia quando afirma que a palavra comunidade desperta uma boa sensação, uma ideia positiva de formação social, o local perfeito, o paraíso perdido. Mais adiante o autor faz uma chamada à realidade e diz que a comunidade tal qual o mesmo descreve não está ao nosso alcance, que as formações sociais perpassam por fatores desagregadores. O autor aponta como um desses fatores o novo modo de relação humana baseada no consumo e nas regras ditatoriais de beleza e comportamentos que tornam os membros das comunidades seres individualistas e egoístas, sem engajamento sóciopolítico.

É importante colarmos o pensamento deste autor em pauta, para termos consciência de que os fatores por ele citado existem de fato, porém não inibem por completo ações inovadoras dentro das comunidades.

Para este estudo sobre Biblioteca comunitária o pensamento de Gohn (2005, p.59) torna-se mais condizente, pois o autor vê a comunidade como uma força local organizada. Esta ideia também é compartilhada por Habermas (1987) quando fala de organização da sociedade civil e associação de indivíduos mobilizados por objetivos em comum. Voltamos ao sentido de comum, citado pelo dicionário Aurélio, a respeito do verbete comunidade. Habermas e Gohn falam

de organização e mobilização social com a intenção de chegarmos a um objetivo comum.

A biblioteca comunitária é o fruto desta organização e mobilização, sendo resultado da ação organizada e da mobilização de indivíduos privados que se reúnem em defesa de uma coletividade.

Podemos afirmar que a biblioteca comunitária tem sua idealização, formação e gerenciamento efetivados por moradores da comunidade que as criaram. Diferente das bibliotecas municipais, populares que também atendem grande parte da população menos favorecidas nos grandes centros urbanos, as bibliotecas comunitárias não recebe nenhum tipo de ajuda financeira dos órgãos do governo.

Todavia, para enfrentar o obstáculo da questão financeira, os membros criadores destas bibliotecas buscam apoio em instituições do terceiro setor que trabalham com educação e desenvolvimento comunitário.

O surgimento deste tipo de bibliotecas é o reflexo do atual contexto social, onde as políticas públicas não são suficientes – ou mesmo inexistentes - para atender a todos de forma igualitária, mas também retrata o inconformismo e a mobilização de pessoas que veem na informação um ato de transformação. Sobre este aspecto da informação Milanesi (2002, p.105) escreve o seguinte:

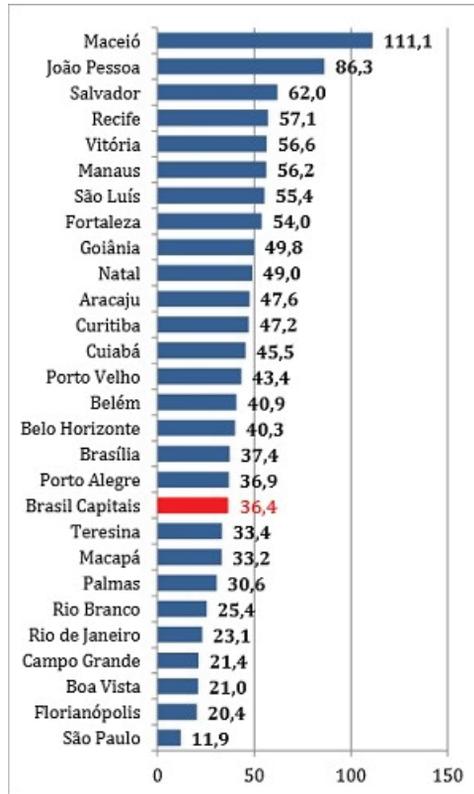
Se a distribuição de riquezas materiais é injusta, mais ainda é a impossibilidade de acesso à informação, esta que seria o instrumento mais poderoso para superar as condições que tornam os homens desiguais. Excluir a informação das necessidades básicas, vista às vezes como inútil ou perigosa- é cortar pela raiz um direito sem o qual os indivíduos perdem outros. Os bens culturais, progressivamente, tornaram-se menos onerosos, mas não faz parte da cesta básica de famí-

lias quem têm carência alimentar. Antes de morrer de fome, morre-se de ignorância.

A biblioteca comunitária é um produto manufaturado, uma obra de subsistência, símbolo de resistência, inconformismo e de participação onde se deixa claro que não se quer apenas comida, se quer também diversão, balé e cultura.

## **5 REDE DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS**

Um estudo elaborado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz (2013), aponta a cidade do Recife como sendo a quarta capital onde mais se registram homicídios no país. Este dado é de grande relevância para o estudo sobre Bibliotecas comunitárias na cidade do Recife, uma vez que a concentração de homicídios acontece nos bairros mais pobres da cidade, local onde estão surgindo estas Bibliotecas. A seguir o quadro onde Julio Jacobo Waiselfisz mostra o mapa da violência no Brasil:



Fonte: WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, 2013. p. 44.

Este movimento reflete a organização da sociedade civil, que busca com essa atitude provocar o nascimento de novas ações, tanto da sociedade quanto dos poderes públicos. As Bibliotecas Comunitárias existentes na cidade do Recife estão localizadas, nos bairros mais pobres e violentos. São localidades desprovidas de atenção pelo poder público. Até o momento foram registradas cinco Bibliotecas Comunitárias na cidade: Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaires, localizada numa localidade carente do bairro da Ilha do

Retiro; Biblioteca do Centro de Educação Popular Mailde Araújo no bairro de Brasília Teimosa; Biblioteca Popular do Coque localizada na Ilha de Joana Bezerra; Biblioteca Multicultural no bairro de Peixinhos e Biblioteca Comunitária Santo Cosme e Damião na Várzea.

É importante lembrar que, diferente das Bibliotecas Populares que, infelizmente, minguraram e quase sumiram, as Bibliotecas Comunitárias ganham fôlego e se animam a cada novo dia, incentivadas pela comunidade e por organizações não governamentais.

A boa organização das bibliotecas comunitárias da cidade do Recife resultou em uma rede. Rede esta que conta com a colaboração de todas as bibliotecas comunitárias do Recife além de algumas da região metropolitana. A Rede visa reunir forças e experiências a fim de cobrar políticas públicas que atendam a necessidade informacional daquelas comunidades que vivem em vulnerabilidade social.

A primeira conquista do grupo é o projeto de lei Política Municipal do Livro e Incentivo à Cultura da Leitura. O projeto estabelece medidas voltadas para a formação de leitores, implantação de novas bibliotecas e qualificação das existentes; expansão do número de salas de leitura, formação de professores de bibliotecas e mediadores de leitura; valorização de bibliotecários; criação e manutenção de bibliotecas comunitárias e o incentivo à produção literária, autoral e editorial, conforme descrito nos artigos 4º, 5º e 6º do referido projeto de lei.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O surgimento de Bibliotecas Comunitárias na cidade do Recife não é um fato isolado, é uma realidade presente em vários locais

do Brasil como nos mostra o estudo de Machado (2008), e deve ser estudado como movimento social que visa atender às demandas locais de acesso à informação. Observamos na concepção da criação destas bibliotecas, que existe um movimento social participativo e organizado. Formada por um grupo da própria comunidade que assume o desafio de criar um espaço alternativo, onde possa reunir um acervo de livros que atenda as crianças e jovens da comunidade onde esta inserida, permitindo contato com a leitura e o acesso a informação, numa busca constante de inclusão social.

Podemos observar que o movimento surgido através da criação da rede de bibliotecas comunitárias do Recife, impulsionou mudanças nas políticas públicas locais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. Bibliotecas populares. **Revista livro**, v. 2, n. 5, p. 7, 1957.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Margarida. Grupo quer salvar biblioteca. **Jornal do Commercio**, Recife, 30 mar. 2008. Cidades, p. 1.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARANGUEJO TABAIARES. Biblioteca Comunitária de Caranguejo Tabaiares. Disponível em: <<http://www.caranguejotabaiares.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

CASTRO, C. A. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, São Paulo, v.9, n.1, p-17-25, jan./abr., 1997.

COQUE VIVE. Biblioteca Popular do Coque na Semana de Literatura do Recife. Disponível em: <<http://coquevive.wordpress.com/2007/08/15/biblioteca-popular-do-coquena-semana-de-literatura-do-recife-2/>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; ANJOS, Margarida dos. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 687 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 79p.

GIDDEN, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais**,

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação Comunicativa**. Alfaguara, Madrid: Taurus, tomos I e II, 1987.

LEMONS, Charlene Kathleen de. **Bibliotecas comunitárias em regiões de exclusão social na cidade de São Paulo**. Disponível em: <[http://www.decigi.ufpr.br/anais\\_enebd/documentos/oral/artigoenebd.rtf](http://www.decigi.ufpr.br/anais_enebd/documentos/oral/artigoenebd.rtf)>. Acesso em: 19 fev. 2013.

LIMA, Paulo. Sociedade da Informação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 fev. 2003. Primeiro Caderno.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/>>. Acesso em: 2013-08-15.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê, 2002. 116p

RAMPAZZO, Sônia Elisete; CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Desmitificando a metodologia científica: guia prático para a produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago.2000.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro S. **Bibliotecário e mudança social:** por um bibliotecário ao lado do povo. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v.16, n.2, p. 207-215, jul./dez. 1988.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Os templários da ausência em bibliotecas populares.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. 181 p.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, 2013. Disponível em: <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)> Acesso em: 16 jul. 2013.



## IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA NO CÁRCERE: desafios e possibilidades

*Leni B. C. Colares<sup>1</sup>*

*Catia Lindemann<sup>2</sup>*

### RESUMO

Esta comunicação é resultado do projeto de Extensão intitulado Janela Literária: A Biblioteca no Contexto Carcerário, o qual busca avaliar os desafios e possibilidades de implantação de Biblioteca dentro do sistema carcerário. Para tanto, a ação está sendo executada na Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG), onde foi implantada uma biblioteca, visando dar substrato para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), num Convênio entre Administração prisional e Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. As dificuldades para atingir o objetivo, desde a burocracia que cerca as relações carcerárias até a execução do projeto, serviram como parâmetros para compreender que no cárcere as regras modificam as teorias bibliotecárias do que é estabelecido como aplicação correta da boa técnica. Por essa razão é necessário adaptar e muitas vezes reinventar padrões de ação, considerando que se trata de usuários com suas especificidades. A implantação de biblioteca no cárcere, é um desafio na medida em que sem quer levar ao detento a leitura e transformá-la em ferramenta dentro do sistema carcerário, auxiliando os gestores a programar espaços educativos nos quais os presos canalizem suas energias e encontrem alternativas para ampliar sua educação formal. Dessa forma, os presos podem colocar-se em melhores condições para o retorno à sociedade. Observamos, no entanto, como de suma importância e, ao mesmo tempo, um desafio, o fato da leitura estar alterando as rotinas no intramuros.

**Palavras-chave:** Biblioteca no Cárcere; Direitos Humanos; Biblioteconomia social.

---

1 Prof<sup>a</sup> Adjunta de Sociologia/FURG (lebecol@hotmail.com)

2 Graduada em biblioteconomia /FURG (catialindemann@hotmail.com)

## ABSTRACT

This article is a result of an extension project called “Janela Literária”. The library in the prison context aims to evaluate the challenges and possibilities of a implementation of library inside the prison system. Therefore an action extension has been implemented in the State Prison of Rio Grande (PERG), where it has been created a library which aims to support to Learning of Youth and Adults, it is an agreement between prison administration and State Secretariat of Rio Grande do Sul. There many difficulties to reach the main objective as bureaucracy, prison relations and the even the project execution. These difficulties show us that in prison the are modified and the librarian theories and good techniques are not always possible. For this reason, it is necessary to make an adaptation of these theories and techniques to this context. When the individual is arrested he starts to live the culture of the prison, his interactions with the others has a special language, special code and they don't have any relation with the world outside anymore. This reality affects the planning of the libraries and demands the flexibility in the treatment with the prisoners. Although this project is a challenge, we realize it is possible to provide to prisoners this opportunity of reading and to take them to the world outside the prison through reading.

**Keywords:** Library in prison, human rights, social library

## 1 INTRODUÇÃO

Tendo como objetivo geral oferecer alternativas ligadas ao conhecimento e ao incremento da escolarização para os apenados, o trabalho de implantação da biblioteca no cárcere objetiva, ainda, resgatar a autoestima do encarcerado, na medida em que o estímulo ao seu desenvolvimento individual pressupõe que o mesmo não seja tratado somente em razão de seu delito e anulando sua identidade, o que é comum nos ambientes prisionais.

Em 29 de junho de 2011 foi sancionada a lei 12.433, que define como direito do apenado a redução de sua pena por meio do estudo, o que antes estava afeito somente ao trabalho. Os presos que

cumprem pena em regime fechado, semiaberto e aberto tornam-se beneficiários da nova lei podendo remir a cada 12 horas de frequência escolar um dia de pena. Essas 12 horas devem ser divididas em no mínimo três dias, ou seja, uma média de quatro horas diárias de aula presencial ou mesmo à distância, de acordo com a realidade estabelecida em cada unidade prisional. Uma vez concluído o segmento correspondente ao Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante ou Nível Superior, o apenado diminui em 1/3 seu tempo de prisão. A perda do benefício ocorre caso o preso cometa alguma infração disciplinar.

De acordo com Mara Fregapani Barreto<sup>3</sup> (2011):

Em alguns estados, determinados juízes já aplicavam a remição. Mas agora isso vira uma lei federal. Em todo o país terá que ser aplicada a lei. Isso é uma conquista para todos nós já que entendemos a educação como elemento transformador de todo cidadão.

A obrigatoriedade da existência de uma biblioteca com livros diversificados (recreativos, instrutivos, didáticos) por unidade prisional é estabelecida na Constituição Federal em seu artigo 21 Capítulo V e definindo, ainda, que a mesma deva ser utilizada por todos reclusos, independentemente do regime da pena.

A possibilidade de remição da pena, bem como, o preenchimento das “horas mortas” na prisão através da leitura e do provimento de conteúdos que possam despertar o interesse dos presos para o conhecimento sistemático, com abertura de novos horizontes

---

3 Coordenadora-Geral da Reintegração Social e Ensino do Departamento Penitenciário em declaração ao Portal Globo de Educação. <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/07/preso-que-estudar-tera-pena-reduzida.html>. Acesso em: 13 abril. 2012

e, ainda, o atendimento às condições infraestruturais que permitam a abertura do Ensino de Jovens e Adultos referendam a importância do projeto Janela Literária ora em discussão. Nessa perspectiva, haveremos de estar oferecendo-lhe além da leitura e do acesso à produção literária, o gosto pelo prazer dos livros e a busca da escolarização além da barganha na redução de pena, dando suporte no seu retorno à liberdade.

É fato notório que o sistema prisional brasileiro não recupera na maioria dos casos, e apesar deste propósito estar incluído como objetivo geral da Lei de Execução Penal (LEP), não existe relação entre o propósito da lei e a realidade do trabalho ofertado nas prisões. As pesquisas<sup>4</sup> realizadas no cárcere apontam que seguimos utilizando a pena de prisão especialmente para punir e que os objetivos ressocializadores são, de fato, retórica que não logra o convencimento daqueles que lidam ou estão no sistema prisional.

## **2 OS DILEMAS DA IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA NO CÁRCERE**

A implantação da biblioteca na PERG e sua atual organização, bem como, os processos envolvidos no trabalho cotidiano desta ação extensionista foi desenvolvida em comum pelas áreas de Sociologia e Biblioteconomia, provando a importância do diálogo interdisciplinar. Os vínculos desenvolvidos entre as duas disciplinas se constituem em ferramentas importantes pois auxiliam os gestores a programar espaços educativos no cárcere nos quais os presos possam estabelecer novas pontes com o conhecimento, escolarizando-se e,

---

4 Cf Geraldo Ribeiro de Sá (1996) e Luiz Antônio Bogo Chies (2008).

por esta via, se colocar em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros. Também ao longo da execução penal torna-se fundamental para o preso ocupar seu tempo e reduzir o ócio que lhe é imposto, na medida em que a oferta de atividades como o trabalho é pequena, alcançando um número limitado de apenados, fato notório na maioria dos presídios brasileiros.

Realidades como a das prisões para serem objeto de intervenção pela biblioteconomia necessitam de novos aportes teóricos, que dêem conta de sua complexidade e, ao mesmo tempo, ampliem nossa capacidade de adaptação das técnicas necessárias aos ambientes diversificados nos quais nos inserimos. O conceito Biblioteconomia social oferece a aproximação necessária a essa realidade profissional. Não há mais como aceitar o papel do bibliotecário apenas como um documentalista tão somente técnico. Um dos aspectos contemplados pelo conceito é o da Responsabilidade Social, o que significa “[...] um comprometimento que uma organização deve ter com a sociedade como um todo, ou com uma comunidade, especificamente, de modo a prestar contas com a sociedade” (BOWEN apud ASHLEY, 2003, p. 6).

Sendo assim, a biblioteconomia social não deve ser apenas centrada na organização do acervo, e sim cada vez mais se preocupar com os processos de mediação da informação. O objeto de estudo da Biblioteconomia, conforme Cysne (1993, p. 53), deixa de ser somente a “organização de documentos com vistas à sua preservação, e se desloca para a difusão da informação” e, complementando, o objeto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação deixa de ser a organização de suportes informacionais (documentos) para ser

também a mediação da informação, conforme aponta Almeida Júnior (2009).

É no contexto de ampliação das funções do bibliotecário que Milano e Davok (2009) realizaram um estudo de caso sobre a prática profissional exercida no Brasil e identificaram as áreas em que estes profissionais se encontram atuando enquanto profissionais da informação, concluindo que a atuação do bibliotecário brasileiro vem sendo constantemente delineada e ao mesmo tempo ampliada para além dos ambientes tradicionais de atuação. Conforme apontou Cysne (1993), o objeto de trabalho do bibliotecário é a informação e, tendo a informação na contemporaneidade a forma de fluxos, conseqüentemente, o papel do bibliotecário passa a ser o de mediador do acesso à informação.

Dessa forma, o papel do bibliotecário se altera, ou seja, passa a ser o de alguém facilitador da informação, do seu acesso, ou o de um profissional capaz de mediar informação para a cidadania, indo ao encontro da proposta do Ministério de Educação e Cultura quando afirma que o bibliotecário deve “[...] responder às demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.” (BRASIL, 2001).

### **3 A PERG COMO CAMPO DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO**

Ainda na fase de elaboração do Projeto foi necessário conhecer as condições em que se encontrava a Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG) e obter dados sobre a população prisional. Apresentamos dados que permitam ao leitor uma visão sobre a PERG, bem como, sobre a escolaridade dos apenados. Também é hora de

relatarmos como chegamos até esta instituição e nos motivamos para dar início ao Projeto.

Localizada no km 15 da BR 392 – KM 15, na localidade da Vila da Quinta, a PERG contava no final de 2012 com uma população carcerária composta de 970 homens e 94 mulheres. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dezembro de 2012 cumpriam pena em regime fechado 405 presos (382 homens e 23 mulheres) enquanto outros 457 presos (404 homens e 53 mulheres) estavam aprisionados em regime provisório ou seja, ainda não haviam sido sentenciados.

A maioria dos detentos (65%) se compõe de presos com instrução fundamental incompleta, o que certamente caracteriza uma população precarizada em termos de sua inserção no mercado de trabalho. A obtenção do dado de escolaridade se tornou fundamental para que pudessemos pensar as necessidades em termos do acervo literário e técnico. No quadro abaixo, comprova-se o nível de escolaridade dos apenados usuários da biblioteca:

**Quadro 2.** Quantidade de presos por grau de instrução na PERG em dezembro de 2012

<b>Quantidade de presos por grau de instrução</b>		
	<b>MASC</b>	<b>FEM</b>
<b>Analfabeto:</b>	<b>41</b>	<b>1</b>
<b>Alfabetizado:</b>	<b>29</b>	<b>4</b>
<b>Ensino Fundamental Incompleto:</b>	<b>650</b>	<b>69</b>
<b>Ensino Fundamental Completo:</b>	<b>87</b>	<b>8</b>
<b>Ensino Médio Incompleto:</b>	<b>85</b>	<b>7</b>
<b>Ensino Médio Completo:</b>	<b>62</b>	<b>5</b>
<b>Ensino Superior Incompleto:</b>	<b>9</b>	<b>2</b>
<b>Ensino Superior Completo:</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>Ensino acima de Superior Completo:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Não Informado:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Relatório Infopen – DEPEN/Ministério da Justiça

A Penitenciária não possuía biblioteca, no entanto, esta já havia existido e manteve atividades durante certo tempo até tornar-se alojamento para detentos que possuem trabalho externo. Suas portas estavam fechadas sem cumprir sua verdadeira missão que é a de levar a leitura aos detentos como prevê a LEP.

No caso da abertura da biblioteca na PERG concorreram diferentes vontades para sua concretização: a disposição das alunas da biblioteconomia que acreditavam na militância de uma biblioteconomia social; o desejo do Administrador em oferecer a Educação para Jovens e Adultos (PROEJA); o aval e o compromisso da Juíza da Vara de execuções Criminiais de Rio Grande, Doris Muller Klug e do Conselho Penitenciário que se colocaram à disposição para mediar a autorização junto à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Segundo informações da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), entre todos os Estabelecimentos Prisionais do Rio Grande do Sul que possuem salas de aula, alguns possuem acervos literários, mas não necessariamente bibliotecas. Como o Projeto Janela Literária abarcava também a constituição de um espaço físico e tudo o que ele envolve enquanto universo de conhecimento, em diálogo, portanto, com a leitura e a informação, foi preciso tempo e disponibilidade da Administração em oferecer o espaço e colocá-lo ao alcance dos apenados, significando que as condições de segurança também tiveram que ser equacionadas.

A sala designada para a nova biblioteca foi a que servia anteriormente ao ensino de informática para os presos e que já se encontrava desativada, tanto porque a PERG não contava mais com esse curso como por estarem os computadores estragados e fora de uso.

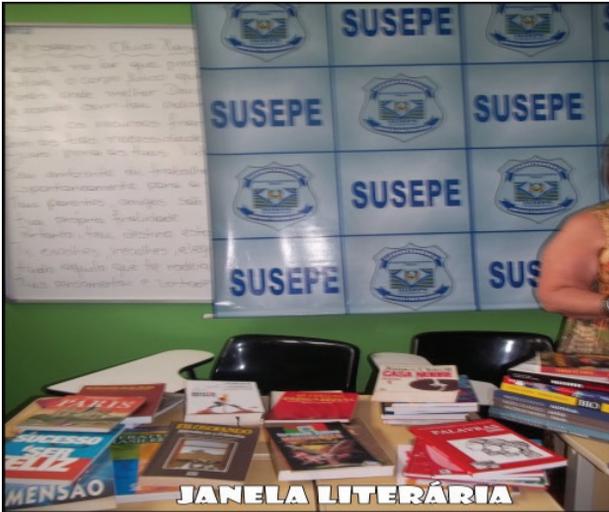
A sala situa-se no centro do prédio, dando fácil acesso aos quatro pavilhões masculinos e ao pavilhão feminino. Importante salientar que os presos ligados aos trabalhos da cozinha, faxina, manutenção e reforma predial, também conhecidos nas pesquisas como “trabalhadores da guarda”, em razão de sua confiabilidade e aproximação com os agentes penitenciários, possuem livre acesso à biblioteca, enquanto os demais recebem os livros diretamente em suas celas, por determinação da guarda.

Ao longo de oito meses, enquanto aguardávamos a autorização da SUSEPE e a reforma e pintura do local escolhido, recebemos o contato via Administração da PERG, da Fundação Gaúcha de Bancos Sociais da Federação da Indústrias do Rio grande do Sul (FIERGS) que se dispôs a doar uma grande quantidade de livros para o Projeto.

Parte desses livros já foram entregues conforme fotos ilustrativas do evento que contou com a presença de várias autoridades.

**Fotos 1 e 2.** Entrega de livros pela Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais





Fonte: Arquivos do Projeto Janela Literária

A partir de agosto de 2012 passamos a trabalhar no espaço disponibilizado, enfatizando que tudo o que obtivemos na época foi tão somente o espaço físico e uma parte dos livros doados.

**Fotos 3 e 4.** Espaço físico antes da inauguração e após





Fonte: Arquivos do Projeto Janela literária

O mobiliário da biblioteca atualmente está composto por quatro estantes, sendo duas pequenas e que não são suficientes já que o acervo está em expansão; duas mesas e seis cadeiras em condições precárias e uma escrivaninha também precária recebidas em doação. Quanto aos livros, também fomos recebendo doações de diferentes entidades, tais como, da Federação das Indústrias do Rio grande do Sul (FIERGS), de entidades religiosas e de particulares, o que permitiu compor o acervo da biblioteca.

As obras remanescentes do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) ainda estão sendo revisadas, tendo em vista que eram oriundas de 2001 e que muitas têm conteúdos desatualizados, avaliação esta que estamos procedendo na atual fase. O Ensino de Jovens e Adultos chegou a ser implantado na PERG, mas perdeu muito pouco tempo exatamente pela falta de biblioteca exigida pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, tendo sido extinto em 2001.

#### 4 EXPERIENCIANDO O TRABALHO BIBLIOTECÁRIO NA PRISÃO

As experiências do grupo de alunas em suas interações com ao apenados e agentes penitenciários podem ser melhor visualizados a partir dos relatos colhidos nos diários de campo. Com base nos objetivos, os relatos das atividades apresentam um caráter descritivo, quase etnográfico, uma vez que buscou descrever as características do sistema carcerário, a relação entre detentos e os livros, bem como a receptividade do preso com a implantação da Biblioteca.

A seguir elegemos trechos que permitem perceber as principais questões envolvidas até o momento no exercício das atividades e estabelecer alguns padrões para a discussão acerca do trabalho extensionista em uma instituição tão singular como é o caso das prisões.

Quando chegamos à PERG, os detentos nem nos olhavam, existe uma regra na prisão onde ao passar por nós o encarcerado deve olhar para parede ou baixar a cabeça. Aos poucos íamo-nos familiarizando, alguns deles foram recrutados para nos auxiliar no que precisássemos, tipo descarregar caixas de livros, manutenção do espaço, onde várias janelas estavam quebradas, não havia luz. Certo dia eu perguntei para um detento que nos ajudava qual seria o nome dele...ele respondeu timidamente que era “João”, e então argumentei que ele podia olhar pra mim, ele o fez sorrindo. Na hora de ir embora eu estendi minha mão para despedir-me dele e de modo imediato ele soltou: “Nem lembro a última vez que alguém apertou minha mão dona... estou aqui há 13 anos e minha família já desistiu de mim.” No dia seguinte ele voltou e pegou um livro de cabeça pra baixo... fingi que não vi, mas ele mesmo observou que a gravura da capa estava invertida...ele me fixou nos olhos e disse: “Já estou matriculado no EJA, ainda vou entrar aqui e pegar um livro direitinho, pois depois que passei a trabalhar aqui na biblioteca com vocês, me deu muita vontade de sair lendo tudo que tem aqui nestas estantes. Aqui dentro a hora não passa, quem sabe lendo a gente não sinta tanto isso.”(Diário de Campo)

O relato nos dá conta da observância dos códigos carcerários feitos pelos detentos, ou seja, o fato de imperar em qualquer prisão as “leis do cárcere”<sup>5</sup>, sendo uma das mais importantes a de não olhar diretamente para qualquer mulher que adentre uma prisão, principalmente para mulheres de outros presos, o que, em caso de não observância acarreta punições severas para o infrator. Como processo mais amplo, o da vivência da cultura da prisão, pudemos inferir que nossa presença lá estava em correspondência, pelo menos na fase inicial, com os códigos e valores que atravessam as prisões. Observamos que essas regras estavam valendo também para nós, o que implicava que somente através dos contatos cotidianos iríamos obtendo a confiança e a aproximação necessária que precisávamos para executar nosso trabalho.

Assim que a Biblioteca passou a funcionar, avaliamos que não bastava colocar os livros nas estantes e disponibilizá-los aos detentos, eles não fazem ideia do que ler pois a maioria mal tem o ensino fundamental. Então se observou que em verdade era necessário apresentar o livro aos presos, fazer a mediação de leitura, fato este que surpreendentemente ocorreu de forma espontânea, inesperada.

Verificamos que não bastava ter os livros nas estantes, era necessário aproximar a leitura de cada um e “dar a conhecer” as obras que tínhamos ali. Pensamos no trabalho de criação de oficinas que permitissem a motivação da leitura para os presos. Ainda não tínha-

---

5 São conhecidas como “leis do cárcere” as normas criadas pelos presos para se relacionarem nas prisões, bem como, para o tratamento que devem dar aos guardas. A não observância acarreta severas punições ao infrator, como por exemplo, a delação pode ser punida com a morte. Outra norma importante é a que se refere ao não pagamento de dívidas contraídas no cárcere, que também pode levar o mau pagador a ser condenado à morte. Trata-se, portanto, da cultura que atravessa o convívio em qualquer prisão.

mos toda a idéia formatada e não imaginávamos iniciá-las tão cedo, na medida em que nossa presença constante ali era recente. A idéia de antecipar as oficinas surgiu de uma “roda” de leitura espontânea que fizemos com os presos, na qual eles nos perguntavam sobre os livros que haviam pego nas estantes, seus conteúdos e importância. Fizemos a leitura de pequenos trechos, após, eles comentavam e, aos poucos, a “roda” foi tomando forma, com uma platéia atenta e participativa. Podemos afirmar então que interagir, tirar dúvidas, ensinar a buscar o que desejam é extremamente importante, faz valer o papel de mediador da informação em favor do usuário.

Cada pavilhão na PERG tem um chefe, um “prefeito”, como é chamado pelos presos e eles são os responsáveis pelos empréstimos de livros. Geralmente, eles se incumbem de cerca de 40 livros por pavilhão e os distribuem conforme os pedidos que recebem, retornando depois com os livros sobrantes, quando então, os substituímos por outros. Outra atividade importante do Projeto foi a de ensinar aos presos que trabalham na biblioteca a fazer a parte técnica do empréstimo e a usar o número de classificação e registro dos livros. Deste modo, foi consolidada uma das premissas do projeto que implicava na promoção de oficinas que adestrassem os presos na gestão da biblioteca.

Quanto a entrega de livros para as presas, esse foi um processo mais demorado em virtude da resistência que a administração manifestava em permitir nosso acesso à galeria das mulheres. Como se trata de um presídio masculino, as mulheres são secundarizadas nesse universo. Lembramos que o número de presas é pequeno e se trata de um presídio que incorporou as mulheres uma vez que, na cidade, ainda está em fase de construção um presídio feminino, não

havendo, portanto, uma política adequada para o tratamento penal da mulher presa, estando as mesmas colocadas na “tranca” ou em outros termos, estão fechadas diuturnamente em suas celas só saindo duas horas por dia para o banho de sol. Esse fato aponta para a invisibilidade da mulher presa<sup>6</sup> e a alteração na política do empréstimo de livros só aconteceu após diálogo com o Setor Técnico da PERG (Assistentes Sociais e Psicólogas) quando solicitamos que fossem estabelecidas alternativas na medida em que este fato caracterizaria discriminação com as mesmas.

Na questão das restrições é importante salientar a tensão permanente que observamos entre a exigência da manutenção da segurança e a necessidade de universalizar o conhecimento. Claro, não estamos falando aqui de informações acerca da feitura de produtos químicos explosivos, fato apontado pelo Chefe de segurança relativo à proibição de informações que possam levar ao descontrole na prisão, mas daquelas informações que possam oferecer subsídios aos presos no sentido de conhecerem melhor seus direitos previstos em lei. Falamos especificamente dos livros de Direito, nem sempre vistos com bons olhos pela segurança da PERG. Isso nos leva a considerar a característica democrática de reconhecimento de direitos que são conduzidos pela informação quando posta em fluxo pelo bibliotecário e seu papel mediador nesse contexto. Aqui podemos apenas apontar um caminho da discussão que ora se processa no ambiente da PERG: a de que consideramos ser nossa presença significativa para todos os segmentos envolvidos na sociedade prisional. Com

---

6 A invisibilidade da mulher presa em presídios mistos é discutida no trabalho intitulado “Mulheres nas so(m)brs: invisibilidades, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos”. COLARES, Leni Beatriz Correia, CHIES, Luiz Antônio Bogo. Revista Estudos feministas, vol 18, N. 2, 2010. P.407 a 423.

isso, consideramos que não só os presos mas também os agentes penitenciários devem protagonizar suas relações com o conhecimento, e que cabe à Universidade abrir espaço para que o conhecimento possa ser colocado à disposição de todos, reinventando, quem sabe, para os agentes penitenciários, a reflexão sobre as práticas de segurança e suas formas operacionais.

## 5 FRENTE AOS DESAFIOS, NOVAS RESPOSTAS

A atividade extensionista conta com quatro acadêmicos de biblioteconomia que se dispõem a trabalhar no local, sendo três remunerados e um voluntário. A necessidade de bolsistas se faz gritante, uma vez que depois da biblioteca inaugurada, passou então a abrir diariamente suas portas, atendendo para empréstimos, devoluções, auxiliando os presos na escolha da leitura e fazendo a mediação da mesma. Portanto, não há como manter a biblioteca sem ter no mínimo duas pessoas trabalhando dentro dela de forma permanente.

As alunas de Biblioteconomia, integrantes do projeto e responsáveis pelo processamento técnico dos livros, contaram com a ajuda de uma Bibliotecária<sup>7</sup>, que ensinou como proceder no tratamento das obras, em sua padronização, para que estas pudessem ser disponibilizadas rapidamente aos detentos. Em se tratando de uma população apenas com tamanho índice de baixa escolaridade, conforme constatado, a biblioteca adequou-se a utilizar nas obras

---

<sup>7</sup> Falamos da Bibliotecária Dóris Vargas que acompanhou o Projeto durante o período de instalação da Biblioteca, tendo sido responsável pelos critérios de registro do acervo e pelo ensino prático da dinâmica necessária ao funcionamento de uma biblioteca na prisão.

literárias a classificação por cores, facilitando assim a compreensão do detento na hora de pegar o livro na estante. Em função disso também se buscou formatar as rodas literárias que tornam possível a mediação da leitura, facilitando a busca do detento na hora de escolher um livro para empréstimo..

Necessário se faz acrescentar que muitos alunos e, também, vários professores, se negam a frequentar uma prisão, sendo este um forte impedimento para a presença de maior número de extensionistas no local, bem como, para as dificuldades que tivemos em obter um professor disponível para conduzir o processo técnico propriamente dito.

Situação limitante da atividade extensionista tem sido também a falta de computadores que se torna cada vez mais gritante, considerando que a demora em atender os detentos na busca de obras é lenta quando se trata de fazer esta prática manualmente, dispendendo tempo e muitas vezes deixando de atender outros detentos. Alguns detentos trabalham dentro da penitenciária e possuem tempo cronometrado para estar na biblioteca, quando a demora na busca manual dos livros se faz maior que o tempo deles, acabam indo embora sem levar o livro desejado.

O quesito segurança, trivial dentro deste tipo de unidade, nos levou a adaptar a disposição do mobiliário da biblioteca, em acordo com as exigências da instituição penal. Todas as estantes foram dispostas de modo que se pudesse visualizar o detento por entre os livros, obedecendo assim o critério estabelecido pela direção da penitenciária e não os critérios ditados dentro das regras bibliotecárias. As obras passaram por um crivo de títulos, estabelecendo-se como opção de leitura livros que não incitem à violência ou que levem o

detento a utilizar o conhecimento como ferramenta na produção de artefatos explosivos, como, por exemplo, livros que contemplem fórmulas químicas.

Aos poucos estamos conseguindo que alguns presos passem a compreender os tipos de leituras que estão à sua disposição, e a demanda pelos livros vai sendo acrescida de forma lenta mas constante.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa comunicação mostramos que um dos maiores desafios de implantar uma biblioteca no cárcere consiste no ainda existente preconceito social para com o local. Quando se trata de apenados, a sociedade ainda vira o rosto e se torna indiferente ou apática diante do contexto prisão. Obter apoio, tanto financeiro quanto mão de obra ou mesmo de doações de livros, tornou-se um percalço durante a execução do projeto.

Trabalhar diariamente, de modo voluntário, sem verba e montar ainda assim uma biblioteca que se propôs atender a demanda dos detentos foi desafio que provou ser possível, embora com inúmeros desafios.

Também se conclui que em se tratando de uma *biblioteca diferenciada para um público alvo diferenciado*, não cabe aplicar as regras da Biblioteconomia, é preciso estar atento que lidamos com um usuário especial, cujo qual necessita de certos cuidados que atendam os padrões de segurança estabelecidos pela Administração. Por outro lado, a segurança não pode ser um entrave quando se trata de questões relativas ao direito à informação que possam assegurar cami-

nhos jurídicos de acesso aos direitos mais amplos garantidos em lei, fato gerador de uma tensão latente no trabalho extensionista.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Pesq. Bras. Ci. Inf., Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BARBATO Jr, Roberto. **Direito informal e criminalidade: os códigos do cárcere e do tráfico**. Campinas, São Paulo: Millennium, 2006.

BARRETO, Mara Fregapani. **Globo Educação**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/07/preso-que-estudar-terapena-reduzida.html> . Acesso em: 13 abril. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cnc/arquivos/pdf/CES0492.pdf> . Acesso em: 11 Agosto 2012-08-11.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/12433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12433.htm) . Acesso em : 14 Abril

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena**. Pelotas: EDUCAT, 2001.

\_\_\_\_\_. **A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização da pena privativa de liberdade**. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

CYSNE, F. P. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: EUFC, 1993.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. São Paulo: Record, 2005. 432p.

COLARES, Ieni Beatriz Correia, CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Revista Estudos Feministas**, vol 18, N. 2, 2010. P.407 a 423

DEPEN – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em : <http://portal.mj.gov.br/depem/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRNN.htm>. Acesso em: 14 Abril.

DU MONT, R. R. **Ethics in librarianship: a management model**. Library Trends, Champaign, Ill., v. 40, n. 2, p. 201-215, Fall 1991.

FONSECA, Edson Nery da. Biblio – **Cultura Informacional**. Disponível em : <http://biblio.com.br/edson-nery-da-fonseca-2/>. Acesso em 09 abril. 2012

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão**. Trad. De Lígia M. Ponde Vassalo. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

IBGE . **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_xls/palavra\\_chave/justica/estabelecimentos\\_penais.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/justica/estabelecimentos_penais.shtm). Acesso em : 14 abril. 2012

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILANO, M. C. D.; DAVOK, D. F. Consultor de informação: serviços prestados por empresas de consultorias nas áreas de Biblioteconomia e Gestão da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 14, n. 1, p. 253-278, jan./jun., 2009.

MORÃES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006. 234p.

SOUZA, Ana Silvia R. de. **RELATO DE EXPERIÊNCIA - BIBLIOTECA PRISIONAL-BIBLIOTERAPIA: e o inspetor penitenciário na busca de sua identidade em um recorte inclusivo: perspectiva**. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/relato-de-experiencia-biblioteca-prisonal-biblioterapia-e-o-inspetor-penitenciario-na-busca-de-sua-identidade-em-um-recorte-inclusivo-perspectiva-5494615.html>. Acesso em: 13 abril. 2012

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. In: **Sociologias**, Porto Alegre: ano 8, nº 16, jp.274-307, jul/dez 2006.

SUSEPE – **Superintendência dos Serviços Penitenciários**. Disponível em: [HTTP://www.susepe.rs.gov.br](http://www.susepe.rs.gov.br). Acesso em: 13 abril. 2012

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**. Rio de Janeiro: Cátia Guimarães. V. 7, n. 1, mai./jun. 2009. ISSN: 1678-1007

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009\\_LeandroLopesTrindade.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf)>. Acesso em: 8 abril. 2012.





## **CATALOGAÇÃO COOPERATIVA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA ELETROBRAS ELETRONORTE: estudo exploratório**

*Jousiane Leite Lima*<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Estudo exploratório sobre a catalogação cooperativa no sistema de bibliotecas da Eletrobras Eletronorte, localizadas em São Luís-MA, Belém-PA e Brasília-DF. Aborda os aspectos conceituais e históricos da catalogação cooperativa, visto que esta permite que em uma rede de bibliotecas evite-se catalogar um documento várias vezes, favorecendo o intercâmbio de informações e com isso o bibliotecário economiza tempo e trabalho intelectual, bem como promove o trabalho colaborativo entre os profissionais. Com a introdução da automação de bibliotecas a catalogação cooperativa avançou na medida em que antes o bibliotecário levava tempo para tratar uma informação, hoje com o uso da tecnologia da informação é mais simples o usuário recuperar uma informação tratada, atualizada e em tempo hábil. A automação de bibliotecas determinou grande impulso na catalogação cooperativa com a diminuição dos custos com o processamento técnico e aumentando a padronização da descrição. Destaca a estrutura e o funcionamento do sistema de automação para bibliotecas, SophiA Biblioteca, o software utilizado na Eletrobras Eletronorte. O estudo teve como objetivo geral descrever a catalogação cooperativa nas bibliotecas da Eletrobras Eletronorte através do sistema de automação SophiA Biblioteca, e como objetivos específicos discutir a catalogação cooperativa nessas bibliotecas, e verificar se o SophiA Biblioteca preenche o perfil do sistema de bibliotecas da Eletrobras Eletronorte. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa exploratória. Discute e analisa a cata-

---

1 Universidade Federal do Maranhão (jousianeleite@hotmail.com)

logação cooperativa nas bibliotecas da Eletrobras Eletronorte e sua efetivação por meio do SophiA Biblioteca. Conclui com base nos referenciais teóricos de Mey e Silveira (2009), Campello (2006), Côrte (2002), entre outros; que a catalogação cooperativa utilizando o sistema de automação SophiA Biblioteca exerce grande importância no ambiente informacional estudado, pois a primeira constatação estudando as unidades de informação da Eletrobras Eletronorte é que esse sistema de automação permite a interligação de atividades desses locais e a segunda, é que os bibliotecários responsáveis aplicam a catalogação cooperativa ao realizar a representação descritiva, porém, julga-se necessário uma política de catalogação nesses locais para que haja uma maior padronização e formalização dessa atividade, uma vez que agiliza o trabalho de identificação, seleção e obtenção de dados referentes a descrição de um item, ou seja, possibilita ao bibliotecário encontrar e utilizar recursos apropriados no tratamento da informação.

**Palavras-chave:** Catalogação Cooperativa. SophiaA Biblioteca. Bibliotecas - Eletrobras Eletronorte.

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca constitui-se como organização que permeia questões envolvendo a preservação, representação e disseminação da informação e do conhecimento. Nesta perspectiva, esta organização desenvolveu suas atividades de acordo com os avanços tecnológicos, incluindo desde a utilização do computador com a automação de bibliotecas em meados dos anos 60, até a comunicação em redes, destacando-se a Internet.

Essa evolução tecnológica implica em trabalhos ágeis e de acesso em tempo real às informações disponibilizadas na Internet, permitindo assim o compartilhamento de dados e informações entre bibliotecas.

A catalogação cooperativa é um exemplo de uma atividade exercida dentro de uma unidade de informação, na qual foi aprimoro-

rando-se com os avanços da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na tentativa de definir ferramentas mais eficazes para a representação dos recursos informacionais, que agora estão disponíveis também em meio eletrônico. Esses recursos necessitam de métodos de representação mais específicos que os métodos tradicionais, ou seja, necessitam de novas formas de representação que atendam as suas características.

Esta pesquisa tem por objetivo geral descrever a catalogação cooperativa nas bibliotecas da Eletrobras Eletronorte através do sistema de automação SophiA Biblioteca. Como objetivos específicos: discutir a catalogação cooperativa nessas bibliotecas e verificar se o SophiA Biblioteca preenche o perfil do sistema de bibliotecas da Eletrobras Eletronorte.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento inicial de todo e qualquer estudo, na qual foi realizada em diferentes bibliotecas universitárias, bem como em trabalhos disponibilizados em bibliotecas digitais e artigos da Internet, e em bases de dados.

E ainda da pesquisa documental, por se referir aos documentos relacionados às bibliotecas estudadas e ao sistema de automação SophiA Biblioteca. E por fim teve respaldo na pesquisa exploratória, segundo a qual Gil (2010, p. 27) afirma que esta é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca do objeto estudado e, tendo como estudo de campo as bibliotecas da Eletrobras Eletronorte.

## 2 CATALOGAÇÃO COOPERATIVA: aspectos teóricos

Ao refletirmos sobre a história da humanidade, percebe-se que os homens possuíam uma característica diferenciada em relação aos outros animais: a racionalidade. Dessa forma, os homens criaram várias formas de sobrevivência de acordo com as suas necessidades e ambiente em que viviam, até chegar ao estágio atual da sociedade. Outra característica que foi fundamental para a sobrevivência humana é a cooperação.

Diante disso, a cooperação aplica-se às instituições, entre elas as bibliotecas, pois com o passar dos anos os serviços informacionais foram modificando-se como o próprio ser humano, com objetivo de melhorar suas atividades e prestação de serviços. As atividades biblioteconômicas moldaram-se impulsionadas por essas e outras características, tornando-se precisas e operacionalizáveis. Peregrinando nessa direção, depara-se com o trabalho de catalogação.

A catalogação consiste no processo de descrição de um conjunto de dados de um documento, para identificá-lo, entre tantos outros, mantendo suas características individuais e ao mesmo tempo possibilitando sua relação com outros documentos.

Para tanto, durante muitos anos, a catalogação preocupou-se com a preparação e produção de fichas catalográficas pelos bibliotecários, no qual exigia muito trabalho e tempo, podendo considerar um fator preocupante nessa atividade por parte dos mesmos.

A catalogação foi desenvolvendo-se juntamente com o campo de automação de bibliotecas e com isso “[...] as bibliotecas [e os bibliotecários] perceberam que não poderiam adquirir e processar ma-

teriais pelos sistemas tradicionais e que automatizar poderia também ajudar a controlar custos” (ORTEGA, 2002, p. 35).

Ortega (2002) continua ressaltando que a catalogação sendo uma das operações mais caras em bibliotecas, e materiais comuns existiam em locais distintos, o registro de um material realizado por uma biblioteca poderia ser aproveitado por várias outras. Pode-se afirmar então que essa ideia exprime a questão de compartilhamento e intercâmbio de dados, e de catalogação cooperativa.

As bibliotecas são entidades que de acordo com Mey e Silveira (2009, p. 8) precisam cooperar entre si e trabalhar integradamente em várias atividades. Quanto maior a integração, maiores se tornam os acervos, mais rapidamente se faz a representação bibliográfica e menores resultam os custos.

Entretanto, o trabalho cooperativo entre bibliotecas significa o “uso de uma linguagem comum, de padrões” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 9).

Dessa forma, Lopes (2010, p. 43) enfatiza que

A catalogação cooperativa se dá quando um grupo de bibliotecas se une, procurando eliminar a duplicação de esforços e o desperdício de recursos. Nesta perspectiva, forma-se um catálogo coletivo, onde o item que já foi catalogado por uma biblioteca não precisa mais ser catalogado pelas outras. Anteriormente, as bibliotecas trabalhavam isoladamente e, muitas vezes, duas ou mais bibliotecas de uma mesma cidade catalogavam o mesmo livro. Isso aumentava significativamente as despesas com recursos humanos.

Assim, a catalogação cooperativa permite que em uma rede de bibliotecas evite-se catalogar um documento várias vezes, na medida em que as informações em diferentes formatos e suportes, a cada

instante, aumentam devido aos avanços tecnológicos. Nesse sentido, o bibliotecário economiza tempo e trabalho intelectual ao fazer a representação descritiva de um documento.

Barbosa (1978, p. 73) também afirmava que

O trabalho isolado há muito perdeu sua razão de ser. A cooperação aplicada à catalogação vem transformando-a, pouco a pouco, numa disciplina revestida de novas características. Anteriormente, a função da catalogação era apenas a de servir como veículo de registro das coleções; sua redação trabalhosa e complicada tornava-a uma tarefa quase que indesejável. Hoje, sistematizada e adaptada às técnicas modernas, alia à sua função anterior, a de servir também como veículo de transmissão da informação.

Atualmente, a catalogação cooperativa favorece o intercâmbio de informações entre bibliotecas, embora que somente em meados do século XX, a catalogação cooperativa se tornou algo tangível.

Campello (2006, p. 68) relata que o pioneiro da catalogação cooperativa foi o bibliotecário Charles Jewett (1816-1868), que em 1850, propôs que a biblioteca *Smithsonian Institution* (Estados Unidos) onde ele trabalhava fosse a Biblioteca Nacional. Funcionaria como uma central de catalogação nacional, porém essa iniciativa não teve incentivo.

Em 1901 a Library of Congress (LC), concretizou a ideia de Charles Jewett em relação à catalogação cooperativa: “a impressão e venda de fichas. Ao invés de cada biblioteca elaborar a própria catalogação de seus livros, a LC passou a vender suas fichas impressas” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 73).

Após algum tempo, a LC além de imprimir e vender suas fichas catalográficas, “passou a receber registros de outras bibliote-

cas e deixou de ser centralizado para se tornar cooperativo” (CAMPELLO, 2006, p. 68).

Incidiram assim algumas iniciativas relevantes no âmbito de legitimar a catalogação cooperativa, como prática biblioteconômica, em vários países do mundo, inclusive no Brasil, a fim de que buscassem uma padronização ao representar informações.

No Brasil, a catalogação cooperativa, teve impulso em 1942, com a bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy, na biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que criou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) (CAMPELLO, 2006, p. 69).

Segundo Campello (2006, p. 69) qualquer biblioteca poderia participar do SIC, enviando suas fichas catalográficas, que seriam revistas, impressas e distribuídas às bibliotecas cooperantes, porém a falta de conhecimento dos bibliotecários sobre catalogação da época implicou em um maior cuidado na revisão das fichas antes de serem impressas.

Outra iniciativa foi, em 1947, com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), pois

Decidiu, por iniciativa própria, desenvolver um sistema de automação baseado em um padrão proposto e já suficientemente validado por instituições representativas da Biblioteconomia nacional, primeiramente para uso interno, mas voltado, desde sua concepção, para servir de infraestrutura para a formação de uma rede nacional de catalogação cooperativa que, esperançosamente, viria a se estabelecer em torno deste sistema. (VASCONCELOS, 1996, p. 2).

A catalogação cooperativa foi, então, iniciada no Brasil já em moldes aceitos internacionalmente, porém, com diversos reparos a

partir dos interesses específicos das instituições que primeiro a utilizaram, como por exemplo, a FGV. (GRAVINA, 2012).

Para tanto, Mey e Silveira (2009, p. 75) expõem que nos anos 1970 e 1980, o mundo caminhava para a padronização, pressionado pelos avanços tecnológicos, e todos os códigos iriam chegar a pontos comuns.

Vale lembrar que o bibliotecário que utiliza a catalogação cooperativa exerce grande responsabilidade, pois se o trabalho não estiver de acordo com os padrões estabelecidos, afetará todas as bibliotecas cooperantes e a recuperação da informação por parte dos usuários. Por isso, é importante haver uma política de catalogação nessas bibliotecas e avaliação desse serviço.

A automação de bibliotecas favoreceu o campo técnico das práticas biblioteconômicas, na medida em que antes o bibliotecário levava tempo para tratar uma informação, hoje com o uso da tecnologia da informação é mais simples o usuário recuperar uma informação tratada, atualizada em tempo hábil.

Campello (2006, p. 69) identifica que a automação possibilitou o aparecimento de redes de bibliotecas unidas por interesses comuns, como as bibliotecas universitárias, uma vez que essas instituições anualmente recebem milhares de materiais, e se o bibliotecário fosse catalogar item por item levaria muito tempo para tratar a informação e conseqüentemente o usuário teria acesso ao item tardiamente.

A automação de bibliotecas determinou grande impulso na catalogação cooperativa diminuindo os custos com o processamento técnico e aumentando a padronização da descrição.

### 3 SOPHIA BIBLIOTECA: estrutura e funcionamento

O SophiA biblioteca é um software de automação denominado de software proprietário, cuja reprodução, redistribuição ou alteração são vedados pelo seu criador ou distribuidor. Esse tipo de software é de acesso pago ou deve-se solicitar autorização para utilizá-lo ao proprietário, portanto não é de acesso livre, necessitando de uma licença.

O SophiA biblioteca foi criado em 1993 por profissionais do ITA e da Unicamp, da empresa Prima Informática, que é desde sua criação, especialista no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o gerenciamento de instituições de ensino curriculares, escolas de cursos livres, bibliotecas e acervos bibliográficos e não-bibliográficos (PRIMA, 2012).

O SophiA Biblioteca permite a informatização da biblioteca de acordo com as necessidades da instituição sendo cada versão composta pelo módulo gerenciador e por módulos opcionais que permitem ao usuário expandir o potencial do sistema (DANTAS; GOTTSCHALG-DUQUE, 2010).

De acordo com Côrte (2002, p. 194) o SophiA tem sua melhor performance no sistema operacional Microsoft Windows, no ambiente de rede Windows e no software de banco de dados MS-SQL Server, além de ser desenvolvido em linguagem Delphi, onde contempla todos os requisitos necessários para o processo de automação de uma biblioteca, destacando-se a manipulação completa de um registro MARC.

Além dos serviços tradicionais dentro de uma biblioteca como: a aquisição, circulação, catalogação; o Manual da versão 8 do So-

phiA Biblioteca (2010), relata que o sistema oferece integração com o Google Analytics, Módulo de Disseminação Seletiva da Informação (DSI), Enquete, Módulo Importação MARC, entre outros.

Com isso, o sistema integra-se com o Google Analytics, uma solução gratuita de análise da web que permite acompanhar as estatísticas de visitação e uso de sites. Este serviço possui uma série de recursos que permitem a visualização e análise de vários tipos de dados, tais como: quantidade de acessos ao site, origem geográfica do acesso e informações técnicas do computador do visitante.

O módulo DSI é um canal de comunicação entre usuário e biblioteca. Através desse módulo, é possível registrar o perfil de interesse do usuário, que pode ser cadastrado pelo mesmo ou pela biblioteca, informando-o sobre as publicações que foram incorporadas no acervo, encaminhando periodicamente, uma relação de informações sobre a temática de interesse dos usuários constantes no sistema. (PRIMA, 2010).

A enquete é uma ferramenta em que é possível elaborar pesquisas junto aos usuários finais da biblioteca através do terminal web, o que dispensa o uso de formulários impressos. O usuário tem que ser cadastrado no sistema e participa da enquete apenas uma vez.

Além disso, o módulo de importação MARC possibilita que a biblioteca faça importação de registros de qualquer instituição que disponibilize seus dados através do formato ISO2709 e acrescenta novos itens bibliográficos ao acervo sem necessidade de digitação. É possível realizar ajustes nos dados antes de finalizar o processo de importação, garantindo a inclusão de novos registros nas tabelas autorizadas, de acordo com o padrão descritivo adotado pela instituição.

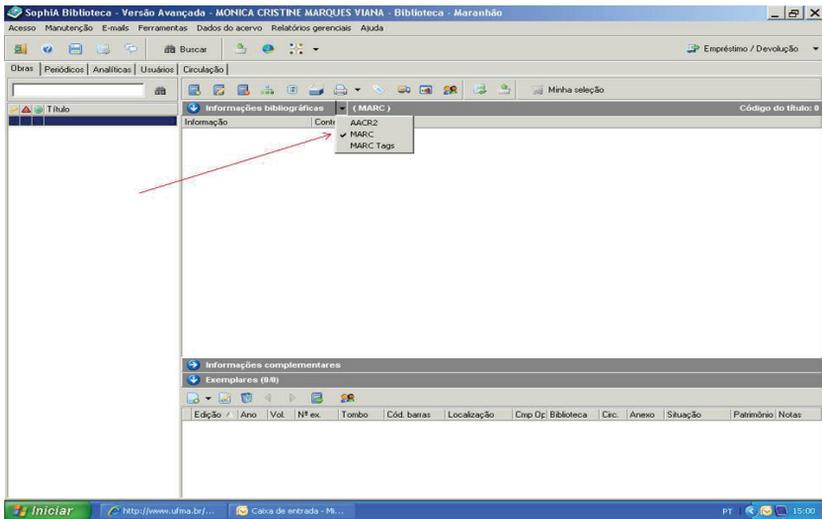
A versão 2008 do SophiA Biblioteca oferece o módulo biblioteca digital para o armazenamento e disseminação de todos os documentos cadastrados na base. Com isso, esse módulo facilita o acesso à informação sem barreiras geográficas, aumentando a visibilidade da biblioteca e da instituição em que está inserida, além de ser uma aliada à biblioteca tradicional.

Por isso, o SophiA Biblioteca é utilizado por mais de 600 instituições usuárias, entre universidades, faculdades, escolas, órgãos públicos e empresas, no Brasil e exterior. (PRIMA, 2012).

## **5 A APLICABILIDADE DA CATALOGAÇÃO COOPERATIVA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA ELETROBRAS ELETRONORTE: o caso do Maranhão**

O trabalho de catalogação utilizando o SophiA biblioteca pode ser realizado em uma planilha AACR2 ou no formato MARC como mostra a figura 1, sendo que os dados inseridos na ficha AACR2 serão preenchidos nos campos MARC correspondentes e vice-versa.

Figura 1 – Menu de seleção AACR2, MARC e MARC Tags



Fonte: Biblioteca Monteiro Lobato

Quando os dados de uma obra já estão incluídos no sistema, utiliza-se a catalogação cooperativa, pois como as bibliotecas são interligadas, evita-se a duplicação de mão de obra ao tratar a informação, possibilitando que o bibliotecário faça a catalogação de um material uma única vez. Assim, o bibliotecário reduz tempo e trabalho com essa atividade.

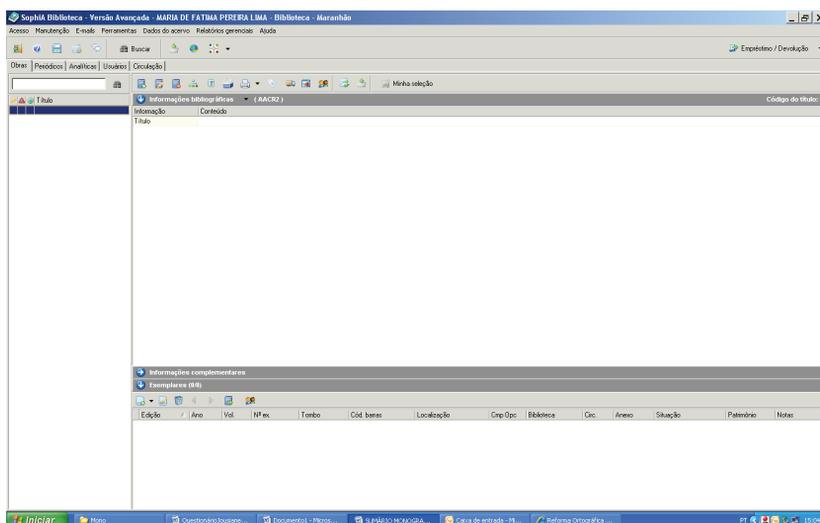
Com isso, a catalogação cooperativa no sistema de bibliotecas da Eletrobras Eletronorte, empregando o SophiA biblioteca, exige que o bibliotecário siga alguns passos determinantes para que haja eficiência e eficácia nessa atividade.

Dessa forma, as telas abaixo retratam a aplicabilidade da catalogação cooperativa nas bibliotecas da Eletrobras Eletronorte através do SophiA biblioteca. Este exemplo é de um livro que foi adquirido pela biblioteca do Maranhão, porém ainda não estava incluído no

sistema. Vale lembrar, que a inclusão de outros tipos documentais, como periódicos, fitas, CD's e DVD's, ocorrem da mesma forma, caso o material já esteja na base de dados.

A tela inicial do sistema da biblioteca do Maranhão está demonstrada na figura 2. Nesta figura observam-se as abas mais utilizadas nesta biblioteca, tais como:

Figura 2 – Tela inicial



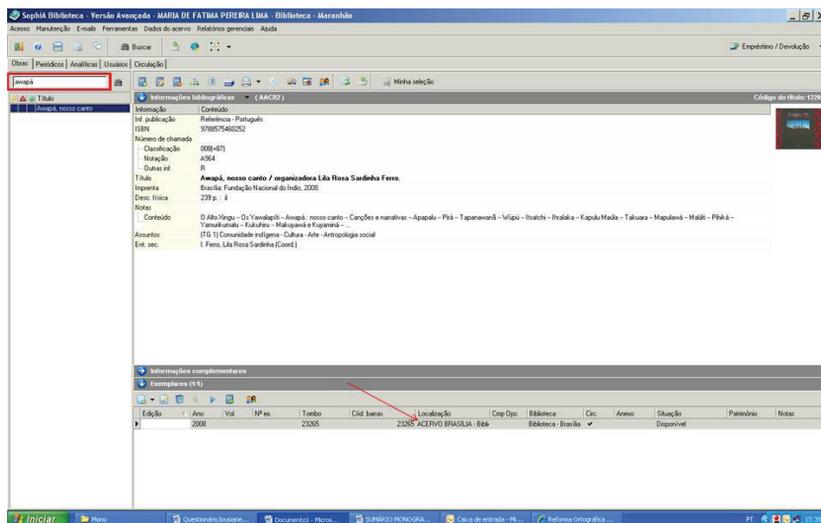
Fonte: Biblioteca do Maranhão

- 1) Clicando em uma dessas abas, pode-se fazer a pesquisa de uma obra, periódico ou de analíticas;
- 2) Clicando nesta aba pode-se buscar determinado usuário, incluir e/ou excluir outro usuário, bem como alterar os dados deste;

- 3) Na circulação, podem-se verificar usuários que estão com atraso de livro, emitir carta cobrança do material, além de emitir relatórios quanto à quantidade de empréstimo realizados por biblioteca durante o ano, mês dia, entre outras funcionalidades;
- 4) Esses campos permitem a inclusão, alteração e a exclusão de materiais, esses procedimentos são atualizados automaticamente no sistema, a partir do momento que confirma os dados;
- 5) Esta aba possibilita a impressão de etiquetas dos materiais, podendo o bibliotecário escolher qual parte da folha de etiquetas, aquela em que deseja imprimir;
- 6) Este botão permite realizar os empréstimos, devoluções e renovações de documentos. Nesse campo colocamos a matrícula do usuário na Eletrobras Eletronorte e o número de registro do livro, permitindo então realizar tal procedimento. Na devolução somente digitamos o número de registro do livro.
- 7) Nesta aba verificam-se as informações sobre os exemplares.

A figura 3 demonstra a busca de um livro recém adquirido pela biblioteca do Maranhão a fim de identificar se este item já é cadastrado no sistema.

Figura 3 – Busca no sistema

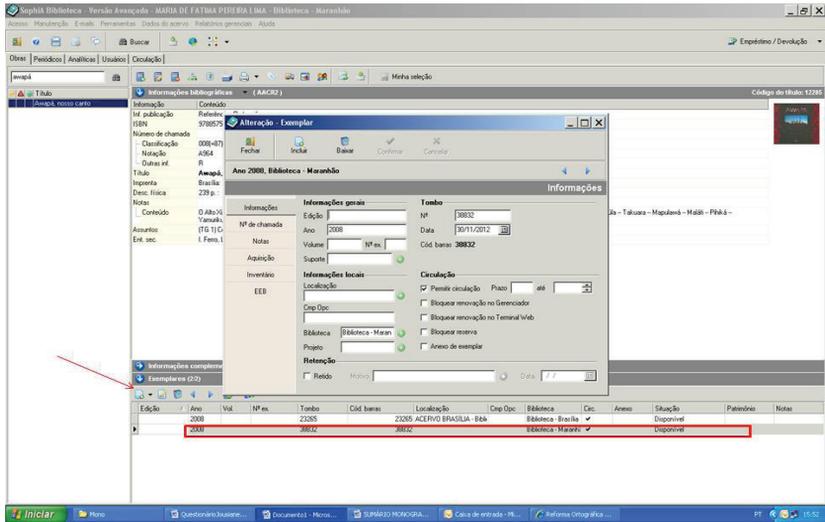


Fonte: Biblioteca Maranhão

A seta indica que este livro está cadastrado na biblioteca de Brasília e não possui exemplar no Maranhão e no Pará. Assim, conforme o destaque em vermelho ao centro desta figura, pode-se verificar na planilha do AACR2 os dados do livro como: a edição, autor, editora, até a imagem da capa do livro no canto direito; percebe-se que este exemplar possui os mesmos dados, e com isso faz-se a inclusão de exemplar para a biblioteca do Maranhão.

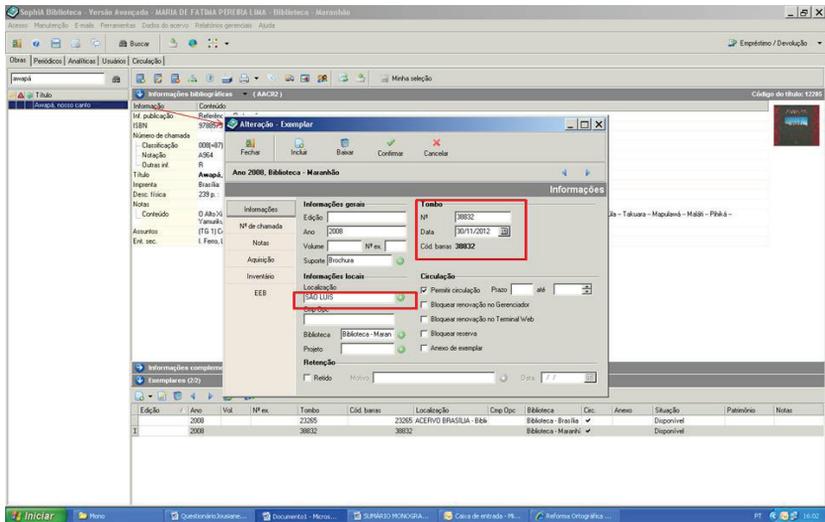
Conforme figura 4, o exemplar é incluído no sistema, a seta indica o botão incluir exemplar.

Figura 4 – Inclusão do exemplar



Fonte: Biblioteca Maranhão

Figura 5 – Alteração de exemplar



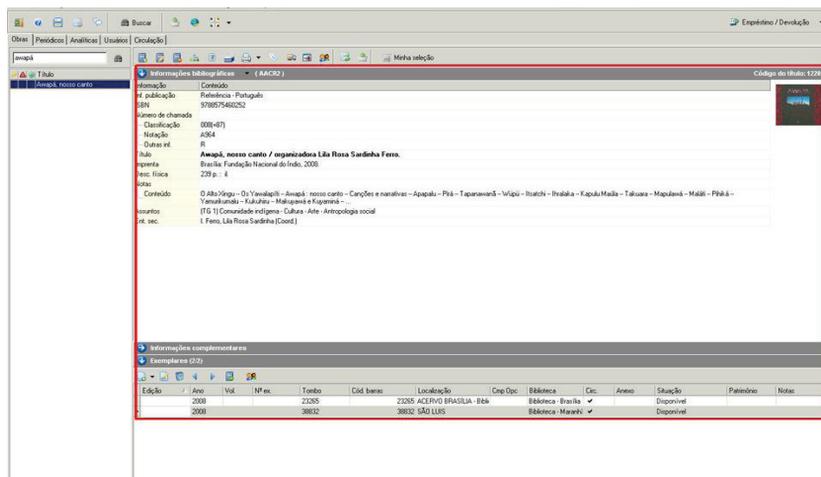
Fonte: Biblioteca do Maranhão

Nesse sentido, o retângulo na parte inferior da figura demonstra que o exemplar foi automaticamente gerado no SophiA Biblioteca para a biblioteca do Maranhão.

A figura 5 mostra a alteração de exemplar mediante a inserção dos dados referentes à biblioteca do Maranhão, como: localização, permite que o documento seja consulta local ou disponível para empréstimo, número de exemplar, dados de aquisição, notas, entre outros. Após isso, como mostra o círculo na figura, confirma-se a alteração dos dados. Vale ressaltar que o próprio sistema gera o número de tomo do livro, e imediatamente determina a biblioteca na qual pertence o exemplar.

A figura 6 mostra o exemplar já incluso no sistema e com todos os dados alterados para a biblioteca do Maranhão.

Figura 6 – Exemplar incluído no sistema



Fonte: Biblioteca Maranhão

Percebe-se que a aplicabilidade da catalogação cooperativa utilizando o SophiA Biblioteca nas unidades de informação da Eletrobras Eletronorte é de fácil utilização, bem como possibilita um menor tempo na realização dessa tarefa, sem causar duplicação de trabalho e nem de obra no sistema.

Outro fator relevante desse serviço, é que além das bibliotecas serem interligadas, permitindo a catalogação cooperativa na mesma instituição, o sistema permite essa atividade importando dados através do formato ISO2709, MARC, servidor Z39.50 ou Portal SophiA.

Por isso, reforça-se que a padronização dos dados ao fazer uma descrição de documento exerce grande importância, pois somente através disso e de instrumentos que permitam que haja esse fator, é que poderá ocorrer a catalogação cooperativa de forma efetiva e de qualidade.

## **6 CONCLUSÃO**

Com os avanços da TIC muitas atividades moldaram-se. A catalogação cooperativa é uma dessas atividades, ao passo que, esta era feita manualmente através de fichas impressas e atualmente é feita em tempo real em questão de minutos, através de uma máquina que permite a utilização de normas e protocolos de comunicação interoperante, por meio da Internet.

Tendo em vista o objetivo geral que consistiu em fazer uma análise da aplicabilidade da catalogação cooperativa nas bibliotecas da Eletrobras Eletronorte, através do sistema de automação SophiA Biblioteca; e os objetivos específicos demonstrando como é feita a

catalogação cooperativa nessas bibliotecas; pôde-se observar que a catalogação cooperativa utilizando o sistema de automação Sophia Biblioteca exerce grande importância no ambiente informacional estudado, pois a primeira constatação estudando as unidades de informação da Eletrobras Eletronorte é que o sistema de automação permite a interligação de atividades desses locais e a segunda, é que os bibliotecários responsáveis aplicam a catalogação cooperativa ao realizar a representação descritiva, uma vez que a integração dos profissionais e a interligação do sistema ao utilizar-se da catalogação cooperativa tornou-se essencial essa atividade, visto que agiliza o trabalho de identificação, seleção e obtenção de dados referentes a descrição de um item, ou seja, possibilita ao bibliotecário encontrar e utilizar recursos apropriados no tratamento da informação.

**CATALOGING COOPERATIVE LIBRARY  
SYSTEM OF ELETROBAS ELETRONORTE:  
an exploratory study**

**ABSTRACT**

An exploratory study about the cooperative cataloging of the libraries system of Eletrobras Eletronorte located at São Luis -MA, Belem-PA and Brasília-DF. It discusses the conceptual and historical aspects of cooperative cataloging, since this allows libraries 'network to avoid cataloging a document several times, encouraging the exchange of information and so the librarian saves time and intellectual work as well as promotes the collaborative work among professionals. With the introduction of library automation, the cataloging cooperative advanced since before the librarian took time to address an information, today with the use of information's technology is simpler to recover a stored information, updated and in a timely manner. The automation of libraries established great impulse in cooperative cataloging with the reduction of the costs with technical processing and increasing the standardization of description. Highlights the structure and operation of the automation system for libraries, Sophia Library, the software used in Eletrobras Eletronorte. The study aimed to describe the cooperative cataloging

in libraries of EletrobasEletronorte by Sophia library automation system, and had as specific objectives the discussion about the cooperative cataloging at these libraries as well as verify if the Sophia Library fills the profile of the library system of EletrobasEletronorte .It was used the literature, documentary research and exploratory research.It discusses and analyzes the cooperative cataloging in libraries EletrobasEletronorte and its implementation through the Sophia Library. It concludes based on theoretical references of Mey and Silveira (2009), Campello (2006), Corte (2002), among others, that the cooperative cataloging that uses the automation system Sophia Library has great importance in the information environment studied,since the first report studying the information units of EletrobasEletronorte is that automation system allows the interconnection of these local activities and the second report is that librarians responsible for implementing the cooperative cataloging perform the descriptive representation, however, it is thought necessary a cataloging policy in these places so there is a greater standardization and formalization of this activity, since it streamlines the task of identifying, selecting and obtaining data for the description of an item that is to say that allows the librarian to find and use appropriate resources to treat the information.

**Keywords:** Cooperative Cataloging. Sophia Library. Libraries – Eletrobas Eletronorte.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG / Brasilart, 1978. 246 p.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 94 p.

CÔRTE, Adelaide Ramos et al. **Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

DANTAS, Suellen Fernande; GOOTTSCHALG-DUQUE, Cláudio. Usabilidade: um estudo de caso dos WEBOPACS dos sistemas Aleph e SophiA na biblioteca Ministro Rubem Rosa do TCU, **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 10-24, 2010. Disponível em:< <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/4901>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GRAVINA, Roberta Amaral Sertório. A catalogação cooperativa no Brasil e o modelo espanhol: um estudo comparado entre a rede Bibliodata e a rede de bibliotecas do Instituto Cervantes. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FESPSP, 2, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FESP, 2012. Disponível em: <[http://www.fespsp.org.br/sic/papers/2010\\_2/IISIC\\_Catalogacao\\_Cooperativa.pdf](http://www.fespsp.org.br/sic/papers/2010_2/IISIC_Catalogacao_Cooperativa.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2012.

LOPES, Marcos Luiz Pereira. **Catalogação cooperativa em redes de informação**: estudo de caso da rede Bibliodata. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Informática documentária**: estado da arte. 2002. 259 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação)- Escola de Comunicação em Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PRIMA informática: softwares para gestão de escolas e bibliotecas. **Sophia Biblioteca**. Disponível em: <<http://www.primasoft.com.br/2006/html/institucional.php>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Sophia Biblioteca. **Manual versão 8**. 2010.

SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os FRBR e a escolha do ponto de acesso pessoal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 108-120, maio/ago. 2009.

VASCONCELLOS, Paulo de Avellar de Góes e. Bibliodata/CALCO - Informação Bibliográfica para o Desenvolvimento. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996.





**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO AGENTE  
SÓCIO-PEDAGÓGICO: um estudo do perfil  
dos usuários da biblioteca escolar**  
Ceres Costa Fernandes

*Maria Mary Ferreira<sup>1</sup>*

*Hellen Dayane Ferreira Araújo<sup>2</sup>*

*Joyce Mirella dos Anjos Viana<sup>3</sup>*

**RESUMO**

A proposta deste estudo é refletir sobre o papel da biblioteca escolar tendo como foco a biblioteca Prof<sup>a</sup> Ceres Costa Fernandes que integra o Centro de Ensino Prof.<sup>a</sup> “Maria Mônica Vale”, localizada no bairro Vinhais. Consideradas como parte do processo de ensino e aprendizagem as bibliotecas escolares cumprem importante papel na formação de estudantes e na formação cidadã a partir de materiais informativos educativos e pedagógicos que disponibiliza a seus usuários. Este estudo tem como objetivo estudar o comportamento informacional dos usuários da biblioteca escolar Ceres Costa Fernandes a fim de poder traçar projetos que visem contribuir com a formação dos alunos. Na metodologia utilizamos questionário como instrumento de coleta de dados para analisar a eficácia da Biblioteca escolar na formação do perfil do usuário. No estudo observou-se que os alunos apresentam desempenho mais eficiente que os alunos que não frequentam a biblioteca. Concluímos que os usuários e os atendentes da biblioteca escolar

---

1 Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Mestra em Políticas Públicas – UFMA. Doutora em Sociologia – UNESP/FCLAr. Pesquisadora do CNPq. Tutora do Programa de Educação Tutorial – PET. E-mail: mmulher13@hotmail.com

2 Graduanda da UFMA. Bolsista do PET – São Luis – Brasil.  
E-mail: hellen.biblio@gmail.com

3 Graduanda da UFMA. Bolsista do PET – São Luis – Brasil.  
E-mail: johravardd@hotmail.com

precisam conhecer e saber utilizar os recursos informacionais tradicionais e os modernos, tendo em vista o melhor atendimento na unidade de informação.

**Palavra-chave:** Biblioteca Escolar. Estudo do Usuário. Comportamento informacional.

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el papel de la biblioteca escolar con un enfoque en la biblioteca Prof. Ceres Costa Fernandes integrar el Centro de Enseñanza Profesor. <sup>a</sup> “Monica Maria Valley”, ubicado en el distrito de Bragança. Considerado como parte del proceso de enseñanza y aprendizaje de las bibliotecas escolares juegan un papel importante en la formación de estudiantes y la formación ciudadana de los materiales didácticos de educación e información que proporciona a sus usuarios. Este estudio tiene como objetivo estudiar el comportamiento de información de los usuarios de la biblioteca escolar Ceres Costa Fernandes con el fin de delinear proyectos que tienen como objetivo contribuir a la formación de los estudiantes. La metodología que utilizó un cuestionario como instrumento de recolección de datos para analizar la eficacia de la formación escolar biblioteca en el perfil de usuario. En el estudio se observó que los estudiantes tienen un rendimiento más eficiente que los estudiantes que no asisten a la biblioteca. Llegamos a la conclusión de que los usuarios y los asistentes de la biblioteca escolar deben conocer y utilizar las fuentes de información tradicionales y modernas, con vistas a la mejor atención en la unidad de información.

**Palabra clave:** Biblioteca de la Escuela. Estudio del usuario. comportamiento de información.

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar é no contexto das instituições de ensino fundamental e médio o espaço responsável pela formação educacional e cidadã de crianças e jovens preparando-os para o futuro a medida em que estas instituições se constitui como espaço educativo e informacional que disponibilizam recursos indispensáveis para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Considerada como um recurso pedagógico indispensável no desenvolvimento do processo ensino-aprendizado e formação do educando, a biblioteca escolar, é também, um espaço de mediação da informação e do conhecimento entre o aluno, o professor, o bibliotecário e demais membros da equipe pedagógica na formação dos alunos, uma vez que possibilita ao aluno familiarizar-se com a riqueza informacional disponível a partir de diferentes recursos e suportes ao tempo em que se apropria de conhecimentos do mundo letrado como bem enfatiza Caldeira (2002, p.6) “[...] a biblioteca escolar, pode sim ser o local onde se forma leitor crítico, aquele que seguirá vida afora buscando ampliar suas experiências existenciais através da leitura.”

A pesquisa escolar muitas vezes é um elemento de entrada, pois permite ao aluno fazer uso do espaço e do acervo da biblioteca, já que é vista como “[...] uma excelente estratégia de aprendizagem, pois permite maior participação do aluno nesse processo, o que o leva a construir seu próprio conhecimento.” (ABREU, 2002, p. 25). Desta forma a biblioteca escolar se constitui esse ambiente facilitador do acesso à informação, transformando as escolas em espaços dinâmicos na medida em que passa a trabalhar ativamente, em conjunto para inserir o aluno no mundo do conhecimento. Tanto as escolas como as bibliotecas devem buscar uma abordagem interdisciplinar agregando os conhecimentos da área Ciência da Informação e das Ciências da Educação, articulando novas práticas que norteiem e incluam a literacia da informação (SALVINA, 2007).

A proposta do trabalho surgiu mediante o anseio de investigar o comportamento informacional dos usuários da biblioteca Ceres Costa Fernandes, com o objetivo de refletir sobre a função

sócio-pedagógica da biblioteca na instrução dos alunos, pautando-se em Ferreira (2012, p.8) que diz que “a biblioteca [é um] recurso indispensável ao processo ensino-aprendizagem e formação do educando”. O trabalho vem trazendo um breve histórico da biblioteca, em seguida uma reflexão sobre o comportamento informacional dos alunos, cujas análises estão fundamentadas na visão de Ferreira, Campello entre outros autores. Por fim apresenta-se os resultados da pesquisa evidenciando-se que tanto alunos quanto profissionais da instituição precisam se articular com os novos meios de transmissão da informação, tendo em vista a importância da biblioteca para o desenvolvimento sociocultural do educando.

## **2 BIBLIOTECA PROF.<sup>a</sup> “CERES COSTA FERNANDES”**

Instituída na unidade escolar da Rede de Ensino Pública Estadual, no Centro de Ensino Prof.<sup>a</sup> “Maria Mônica Vale”, localizada no bairro Vinhais à rua 13, s/nº, atendendo a alunos da 1ª à 3ª ano do ciclo médio, com o número total de 1851 alunos matriculados nos três turnos no Censo Educacional de 2012, a biblioteca escolar Ceres Costa Fernandes, funciona nos horários de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 18:00. Atende a um público, na faixa etária de 15 a 18 ou mais anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

O nome da biblioteca é uma homenagem à Prof.<sup>a</sup>. Ceres Costa Fernandes ex-professora da Universidade Federal do Maranhão membro da Academia Maranhense de Letras, atual diretora do Centro de Criatividade Odilo Costa Filho, com vasta produção literária editada no Maranhão e no Brasil. A biblioteca sempre funcionou na instituição desde a inauguração da escola na década de 1980, época

em que a escola era integrada ao antigo sistema escolar do estado CEMA da coordenado pela fundação Roquete Pinto, porém o nome somente foi dado a biblioteca em 2008. A Biblioteca conta com acervo literário, didático e paradidático, advindos da secretária estadual da educação e Ministério da Educação e alguns livros vindos de doações conseguidas pelas iniciativas de arrecadação de livros das Gincanas Culturais ocorridas anualmente na escola, desde o ano de 1999, além de CD's e DVD's e VHS's.

Durante a gincana, os alunos têm que desenvolver diversas atividades, dentre elas pintura e grafiteagem no muro da escola, ressaltando a história da cidade; recuperação de carteiras escolares; aquisição de livros de autores maranhenses; busca por doadores de sangue; coleta seletiva de lixo na comunidade em torno da escola, entre outros. (SILVA, 2013).

A missão e filosofia da Biblioteca escolar Prof.<sup>a</sup> “Ceres Costa Fernandes” busca entre outras ações:

[...] disponibilizar serviços e recursos que permitam, a todos os membros da comunidade escolar, serem utilizadores competentes da informação, nos variados suportes e meios de comunicação e tornarem-se pensadores críticos. A biblioteca escolar promove nos utilizadores a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, proporcionando-lhes as ferramentas fundamentais para serem bem sucedidos na sociedade da informação e do conhecimento. (REGIMENTO INTERNO)

A Biblioteca com o auxílio dos professores da escola promove eventos de leitura como: A Roda de Leitura e a Semana Literária. A primeira é realizada a 3 anos e é um projeto que visa o letramento, fazer com que o aluno tome a leitura como hábito, mas também que

consiga ir além do texto, que consiga perceber nas entrelinhas do texto várias outras leituras e se identifique com o que faz, buscando nesta prática direcionar o usuário a um novo caminho.

Para tornar a prática da leitura, o manuseio do livro, como fonte de prazer, visando a realização para o alunos, para que ao folhear o livro, encontre prazer em cada página, para que torne-se o ápice da leitura. Tudo isso para ser alcançado é necessário dedicação e principalmente orientação, o primeiro passo ou o ponto de partida é sem dúvida o livro conforme enfatiza Vale:

O ponto de partida é o livro, na tentativa de fazer com que o aluno leia e descubra uma lição a cada página, até fazê-lo enxergar o porquê do livro, o sentido daquela obra, a importância dela para a sociedade, quando interagimos com a palavra escrita. É fazê-lo ver que a leitura é uma conversa que você estabelece, e que é tão ou mais rica do que um bate-papo pelos MSN's da vida, uma vez que a rede social on-line, não tem como se negar, é uma realidade atraente no dia-a-dia dos nossos alunos. (BLOG MARIA MÔNICA VALE, 2012).

Dessa forma, a parceria com a biblioteca é constante e importante no processo da leitura haja vista a diversidade de temas e livros disponíveis que contribuem para ampliar os horizontes dos alunos através de diversos recursos de linguagens e de gêneros literários capazes de ampliar conhecimentos, aguçar a imaginação e contribui sobremaneira para tornar o ato de aprender muito mais instigante.

### 3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

As bibliotecas escolares necessitam atribuir um novo sentido para o seu funcionamento dentro do ambiente educacional tendo em vista a necessidade de contribuir para melhorar a formação dos alunos e professores a partir de um conjunto de atividades que tenha o livro, a pesquisa escolar como foco central dos processos pedagógicos. Para tanto o papel do bibliotecário é visto como primordial uma vez que sua missão de mediador da informação e do conhecimento contribui para canalizar materiais educativos e pedagógicos que dão uma nova dimensão ao ato de estudar e aprender. A ação do bibliotecário como mediador da informação modifica o ambiente escolar e especialmente a biblioteca em um espaço dinâmico transformando o usuário e a informação em instrumentos de mudanças no espaço escolar a partir de um trabalho orientado pelo bibliotecário que passa ser visto como um educador de novas práticas informacionais transformando e estimulando nos alunos o desenvolverem habilidades de busca e recuperação da informação desejada, visando o amadurecimento sociopolítico e crítico deste aluno.

Campello (2003) destaca o papel da biblioteca escolar como espaço educativo, e o bibliotecário como um profissional da educação que deve trabalhar diretamente com os professores e os dirigentes de escolas. Para Ferreira (2012, p.12) o bibliotecário deve ser um profissional que atue:

[...] como um sujeito da informação na escola, deve saber articular ensino e pesquisa, leitura e lazer, livro e debate crítico, tendo o corpo de professores como aliado de todas as ações que venha a desenvolver para tornar a biblioteca um lugar de leitura, informação, memória e conhecimento.

O modelo ideal de ensino é aquele em que o centro é o próprio aluno, ao invés do professor ou até mesmo o bibliotecário, este modelo é apresentado através de estudos sobre competência informacional por autores da biblioteconomia e ciência da informação que segundo Campello (2003, p. 29) “perceberam a necessidade de ser este o momento de se ampliar a função pedagógica da biblioteca”.

Alguns programas de educação, que focam nas habilidades de usuários com informação, colocam o bibliotecário na mesa de planejamento curricular, o que aperfeiçoa a imagem do profissional a medida em que este profissional esteja “disposto a abandonar a postura de isolamento, concentrada apenas nas atividades da biblioteca” (CAMPELLO, 2003, p. 29).

Esta nova função do bibliotecário agrega atividades como “desenvolvimento de habilidades de pensar criticamente, ler, ouvir e ver, enfim ensinando a aprender a aprender” (CAMPELLO, 2003, p. 30), ou seja, coloca assim o usuário como o responsável pela construção do conhecimento, e o bibliotecário ganha o segundo plano como orientador, assumindo o compromisso por estimular a produção, e de facilitador da pesquisa. E é dentro deste cenário que as críticas surgem, pois agora se busca um redirecionamento no que diz respeito ao profissional da informação dentro da biblioteca escolar.

A novidade refere-se à função de liderança que é posta para o bibliotecário e que, de certa forma, contraria todas as expectativas, levando-se em conta as características negativas que há longo tempo são imputadas a esse profissional (passividade, isolamento, inflexibilidade etc.), aliadas ao problema de identidade que afeta em especial o bibliotecário escolar (LIESENER, 1985, p. 18).

Os usuários que desenvolvem competências informacionais apresentam destaque diferenciado dos demais usuários, eles integram a sua vida novos conhecimentos, informações e saberes que passa a nortear suas práticas e ações. Allan Bundy citado por Terra e Sá (2007, p. 84), define uma pessoa com competências informacionais:

[...] aquela que reconhece uma necessidade de informação; determina o âmbito dessa necessidade; acede à informação de maneira eficiente; avalia de forma crítica a informação e as suas fontes; classifica, armazena, manipula e reescreve a informação recolhida ou produzida; incorpora informação selecionada no seu próprio conhecimento; usa a informação para aprender, criar novos conhecimentos, resolver problemas e tomar decisões; compreende os aspectos econômicos, legais, sociais, políticos e culturais envolvidos no uso da informação; acede e usa a informação de maneira ética e legal; usa a informação para uma cidadania participativa e para o exercício da responsabilidade social, reconhecendo a literacia da informação como uma componente da aprendizagem autônoma e contínua.

E indiscutível, portanto, as oportunidades que a competência informacional pode atribuir a vida de usuários, ainda na sua formação de base. E não tem unidade mais apropriada para realizar este trabalho do que a biblioteca escolar, trabalhando de forma articulada: professores, bibliotecários e a gestão escolar, podendo fazer um excelente trabalho na educação de sua instituição, preparando cidadãos competentes, críticos e conscientes do seu fazer na sociedade.

#### **4 O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA PROF.<sup>a</sup> CERES COSTA FERNANDES**

Ao refletir sobre comportamento informacional um conceito chave é a informação, seu uso e na construção de novos conhecimentos e nos comportamentos dos indivíduos torna a informação um canal imprescindível uma vez que é:

[...] à atividade fim que o indivíduo pretende exercer com a informação que obteve. Seria uma etapa imediatamente posterior à busca, se considerarmos a busca composta por subetapas de recuperação e avaliação da informação recuperada, precedendo o uso (IMMIG, 2007, p. 14).

Partindo do fato que o comportamento na busca da informação passa por etapas necessárias a sua efetivação, o mesmo é definido segundo Crespo e Caregnato (2003, p. 249) como: “[...] compreender características complexas da ação e interação nas quais as pessoas se engajam quando procurando por informações de qualquer tipo e para qualquer propósito”, proporcionando, assim, muitas dúvidas durante o processo de obtenção da informação e a partir das dúvidas cada indivíduo vai construindo suas certezas, mesmo que essas certezas sejam transitórias tendo em vista a dinâmica do uso e processamento da informação e do conhecimento e de como age em cada pessoa de forma diferenciada.

Para Patrícia Silva (2008, p. 260), existem fatores que comprometem o comportamento do consulente, como “[...] a habilidade técnica específica desse usuário, influenciando diretamente na utilização dos sistemas; assim como o contexto e o espaço onde a pessoa

desenvolve o uso”, identificando que há uma necessidade de melhor preparação desse usuário no âmbito da recuperação informacional.

Ao analisar o grupo entrevistado da referida biblioteca observa-se que a maioria frequenta apenas 1 vez por mês a biblioteca escolar, em menor proporção estão os que frequentam mais de uma vez por semana, principalmente em épocas de provas onde a frequência aumenta significativamente. O período da tarde entre 5 e 12 usuários, frequentam a biblioteca, neste item 42% e 58% dos entrevistados não responderam. Pelas respostas observa-se a pouca frequência da biblioteca escolar, demonstrando falta de interesse ou ausência de programas que incentivem a prática da leitura e pesquisa escolar.

Quando questionados acerca dos serviços que a biblioteca oferece as respostas foram: empréstimos de livros: 29%; pesquisas em livros: 43%; pesquisa online: 7%. Nesse quesito 21% não responderam, o que subentende-se pouco frequentam e que não fazem demandas a biblioteca. Ao perguntar se procuram a ajuda do responsável pela biblioteca a maioria respondeu que raramente procuram e que quando procuram este raramente lhe dão um retorno inadequado e insatisfatório a sua busca informacional.

Há inúmeras causas que envolvem esse comportamento de alguns bibliotecários, muitos deles pouco sintonizados com as novas práticas escolares que exige educadores articulados e inteirados com os programas pedagógicos da escola, uma vez que sua função é apoiar os alunos buscando dirimir suas dúvidas, indicando referências que lhe permita ampliar seus estudos, ofertar serviços informacionais capaz de possibilitar novos horizontes incluindo ligação e intercâmbio com outras bibliotecas e outras instituições de pesquisas. Cabe ao bibliotecário também estudar as necessidades informacionais de seus

usuários antecipando-se as suas demandas e dessa forma dirimindo os “problemas do usuário na busca da informação; redução de incerteza; estados cognitivos e afetivos de usuários quanto a sucessivas buscas, e, por conseguinte nas suas questões de estilos cognitivos” (BEAULIEU, 2003, p. 245).

Quanto às atividades de pesquisa que fazem na biblioteca: 50% vão a biblioteca fazer leitura; 31% pesquisar na internet; 13% realizar trabalhos escolares; 6% não respondeu. Trata-se portando de um dado positivo haja vista que a busca pela biblioteca escolar se dá pela necessidade maior de leitura.

Ao questionar de onde partiu o incentivo para frequentar à biblioteca 71% dos alunos responderam que são em geral incentivados pelos professores, ou pelos pais 29%. Porém 33% respondeu que não tem incentivos e 17% não respondeu. Esse dado não nos surpreende haja vista os resultados da pesquisa Retrato da Leitura no Brasil que traz como indicação o fato de que o estímulo a leitura em grande parte da sociedade brasileira é feito na família e escola sendo que a maior parte desse incentivo ainda se dá na escola, através de atividades de sala de aula, em geral associado a exercícios das disciplina visto quase sempre como obrigatório, o que retira das crianças e jovens, o prazer de ler, daí o reflexo nos dados colhidos na escola investigada.

Ao discutir sobre comportamento informacional Immig (2007, p. 23) comenta que: “pode ser considerado uma constante na vida das pessoas, visto que necessidades de informação fazem parte da vivência humana” e contribui decisivamente para o crescimento científico e cultural do ser humano. Sabemos que a construção do hábito de ler e incentivo a frequência nas bibliotecas pelas crianças se

dá através do adulto ainda nas fases iniciais da vida levam as mesmas a incorporar o gosto pela leitura e a prática frequente leva a formação de cidadãos críticos. Porém este hábito é pouco usual em virtude da falta de espaços públicos de leitura e informação assim como pela situação sócio econômica dos pais e mães muitos deles com pouco tempo de estudo o que dificulta em grande parte o desenvolvimento da leitura pelas crianças e jovens.

Ao questionar como buscam a informação no espaço da biblioteca 83% dos usuários responderam que fazem a busca sozinhos, apenas 8% pedem a ajuda do responsável pela biblioteca e 9% respondeu que recebe ajuda voluntária do responsável pela biblioteca assim que entram na biblioteca. Segundo Wilson (2006, p. 660) os usuários tem um dos três níveis de comportamento de busca de informação:

- a) buscam informação através de um sistema de informação, onde o usuário recorre a “sistemas formais costumeiramente definidos como sistemas de informação”, por exemplo, uma biblioteca, arquivo ou museu
- b) buscam informação em “sistemas que podem desempenhar funções informacionais como complemento a uma função primária, não informacional”, por exemplo, uma repartição pública ou uma empresa;
- c) e, “alternativamente, o usuário pode procurar informação de outras pessoas, em detrimento dos sistemas”, isto é, buscar informação de uma fonte pessoal.

Como vimos os alunos investigados em geral buscam a informação sozinhos, sem ajuda da bibliotecária ou auxiliar o que

pode demonstrar independência ou também omissão por parte da bibliotecária. Quando perguntados sobre a quantidade de livros e outros suportes informacionais os usuários ficaram divididos entre ser suficientes, insuficientes ou pouco suficientes. 25% dos usuários respondeu que são suficientes, 25% respondeu que são insuficientes; 25% pouco suficientes e os outros 25% está dividido entre quem não soube responder ou optou por nenhuma resposta. Quanto à qualidade: 17% considera o acervo excelente; 33% de boa qualidade; 25% regular; 17% não respondeu; e 8% enfatizaram que o acervo é de péssima qualidade.

Diante dos resultados auferidos, infere-se que os estudantes desenvolvem suas pesquisas por consequência as atividades de sala de aula, não contam com orientação de um profissional bibliotecário que os oriente quando ao uso adequado do acervo. Apesar do problema detectado o estudo aponta que os alunos ao final da realização das atividades, geralmente o sentimento por eles manifestado é o de satisfação uma vez que 50% enfatizaram que a qualidade do acervo é satisfatória. Porém existe um pequeno percentual dentro da totalidade que considera que a biblioteca ainda possui falhas quanto ao seu papel principal, disseminar informação ajudando na criação do senso crítico por parte do educando.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa, foi possível perceber como a busca da informação atrelada ao comportamento informacional, na unidade de informação do centro de ensino médio Prof<sup>a</sup> Maria Mônica Vale. O fato da biblioteca escolar Prof.<sup>a</sup> Ceres Costa Fernandes não conta

com um profissional bibliotecário, explica em grande parte vários problemas apontados pelos alunos, principalmente no que se refere à recuperação adequada e socialização das informações e materiais educativos entre os alunos.

Concluimos que os usuários e os atendentes da biblioteca escolar precisam conhecer e saber utilizar os recursos informacionais tradicionais e os modernos, tendo em vista o melhor atendimento na unidade de informação. Pelos resultados apresentados no questionamento a respeito das fontes, demonstrou-se um total equilíbrio tanto no uso das fontes impressas quanto das digitais, no primeiro temos o aspecto da culturalidade milenar pelo apreço ao papel e na segunda, está à questão da facilidade e agilidade na obtenção desse tipo de fonte, também vale destacar que a maioria respondeu que usam os dois tipos com mais ênfase, abrigando tradicionalismo e tecnologia em presença do atual cenário em que estamos inseridos.

Ao final deste trabalho, pode-se inferir que os objetivos foram alcançados, obtenção de respostas foi condizente com o tema estudado, e também causa instigação a prosseguir questionando o fato de como a ausência do bibliotecário afeta no rendimento dos alunos?.

## REFERÊNCIAS

BEAULIEU, Micheline. Approaches to user-based studies in information seeking and retrieval: a Sheffield perspective. **Journal of Information Science**, Sheffield, v. 29, n. 4, p. 239-248, Aug. 2003. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/content/29/4/239>>. Acesso em: 30 jul 2013.

CAMPELLO, Bernadete. **O movimento da competência informacional**. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003.

Ferreira, Mary. **Bibliotecas escolares em instituições públicas de São Luis:** realidade e desafios para transformar esses espaços em lugares de memória, informação e de leitura. São Luis: UFMA, 2012.

IMMIG, Cássio Felipe. **Informação para prática docente:** o comportamento informacional dos professores de ensino fundamental da Escola Municipal Selvino Ritter do município de Estância Velha – RS. 2007. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://www.geocities.ws/cassioimmig/TCC/tcc.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

MINISTÉRIO da educação. **Censo Educacional**, Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/escola/34821-ce-maria-monica-vale/censo-escolar>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

SILVA, Patrícia Maria. O Comportamento dos usuários de bibliotecas em sistemas de informação. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 255-263, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=5605>>. Acesso em: 24 set. 2011.

TERRA, Ana Lúcia; SÁ, Salvina. 2007. Uma análise de comportamento informacional: a utilização dos recursos da biblioteca escolar. In: **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD, Portugal: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. n. 2, 2007. p. 82-92. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38515148008>>.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, London, v. 62 n. 6, p. 658-670, Dec. 2006. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/papers/1981infoneeds.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2011.

## OS CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESEMPENHO DOS PAPÉIS SOCIAL E EDUCATIVO DAS BIBLIOTECAS LIGADAS A ARTE E CULTURA

*Luciana de Oliveira Matos Cunha*<sup>1</sup>



### RESUMO

Analisa como prática da disseminação da informação o trabalho desenvolvido nas bibliotecas a fim de disponibilizar aos usuários o acesso aos materiais que integram seus acervos. Ao realizarem essa atividade, as bibliotecas contribuem para o processo de democratização do acesso à informação e promovem a execução dos papéis social e educativo que devem desempenhar. O artigo apresenta o catálogo de exposição e sua importância nas bibliotecas ligadas às áreas de arte e cultura. A coleção formada por esse tipo de material nessas bibliotecas favorece consideravelmente à prática da disseminação da informação artística e cultural e à realização de suas funções social e educativa. Menciona ainda aspectos relacionados à produção dos catálogos e destaca o seu aumento significativo nos últimos anos. Examina características específicas desse material, tais como a memória permanente e registro duradouro das exposições, relacionando-as aos valores de pesquisa, história e memória social intrínsecos ao conceito de fontes de informação registrada. Destaca a relevância dessas obras para os pesquisadores em arte, professores, artistas, estudantes entre outros usuários. Afirma a necessidade da competência dos bibliotecários em reconhecer o valor desse tipo de material para compor o acervo das bibliotecas especializadas em artes e cultura e aponta os desafios que esses profissionais enfrentam ao procederem ao trabalho técnico da catalogação e à disponibilização apropriada dos catálogos de exposição no acervo da biblioteca. O artigo estabelece orientações referentes às atividades ligadas ao tratamento e organização dado a esse material a fim de que as bibliotecas exerçam plenamente a função de interme-

---

1 Bibliotecária da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte – MG, Brasil. Área disciplinar: Ciência da Informação com ênfase em Biblioteconomia. Contato: lucianadeoliveira\_ufmg@yahoo.com.br

diárias entre a informação e o usuário. Para tanto, enfatiza o papel pró-ativo do bibliotecário envolvido nesse processo para que todo o potencial informativo da biblioteca seja usado em favorecimento à sua comunidade de usuários.

**Palavras-chave:** Bibliotecas de artes. Papel social e educativo. Catálogos de exposição.

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são permeadas de desafios que devem ser vencidos para cumprirem a missão de tornar a informação e o conhecimento acessíveis aos seus usuários. Um desses desafios consiste em lidar com uma diversidade de tipologias de materiais em seus acervos e contar com profissionais competentes com capacidade para avaliar e reconhecer a importância de cada um dos materiais que compõem o universo da área, visto que tais obras que compõem os acervos das bibliotecas contribuem para o alcance do propósito dessas unidades de informação.

Este artigo analisa um tipo desses materiais e expõe algumas características dos catálogos de exposição enquanto material indispensável nas bibliotecas ligadas às áreas de arte e cultura. Embora haja certo reconhecimento a respeito da importância desse tipo de material para os usuários das bibliotecas em questão, o tema aqui tratado é ainda pouco explorado na literatura da área.

## 2 OS PAPÉIS SOCIAL E EDUCATIVO DAS BIBLIOTECAS

Os diversos tipos de bibliotecas possuem particularidades tais como as funções, os acervos e os serviços aos usuários. Contudo, as bibliotecas são, em suas essências, organizações sociais. Todas as atividades por elas executadas têm a intenção maior de servir aos seus usuários. Há uma intensa e constante preocupação dessas unidades de informação em realizar seus trabalhos baseados nas necessidades, preferências e demandas da sua comunidade usuária. A função social da biblioteca é, portanto, a de disponibilizar e permitir o acesso às informações a os todos os seus usuários.

Esse papel social está intimamente ligado ao papel educativo das bibliotecas, isso porque o usuário recebe a informação disponibilizada pela biblioteca e a agrega às suas experiências e idéias, partindo do pressuposto de que todo indivíduo tem sempre algo a aprender ou a acrescentar ao seu conhecimento prévio.

As funções social e educativa características das bibliotecas estão apoiadas, deste modo, na disseminação da informação aos usuários. Para melhor entendimento do conceito apresentado, Lara e Conti (2003, p. 26) revelam que a disseminação da informação assume formas variadas, mas propõem que "disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição". Araújo e Oliveira (2005) mencionam o profissional envolvido nessa atividade:

Os Serviços de Disseminação em Bibliotecas e Unidades de Informação vêm ao longo dos anos se fortalecendo, na medida em que os profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação passaram a perceber tais serviços como um eixo a ser estabelecido entre os usuários e os diversos serviços/

materiais existentes e disponibilizados pela unidade de informação. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 42).

Uma das formas mais tradicional de disseminar informação consiste em disponibilizar o acesso aos materiais que formam as coleções das bibliotecas. O valor desses materiais é imensurável, seja qual for o tipo de biblioteca e a que público ela se destina. Alguns materiais são comuns às bibliotecas, como os livros e os periódicos; outros materiais vão pertencer aos tipos mais específicos de biblioteca. Nas bibliotecas ligadas às áreas de arte e cultura é comum a presença – presença essa algumas vezes confundida e passada despercebida como se fosse um livro –, de um material voltado especificamente para esse tipo de público: os catálogos de exposição.

### **3 OS CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO**

Com aparência bem variada, os catálogos de exposição se apresentam em formatos e tamanhos distintos. Alguns se apresentam como folhetos de poucas páginas que reproduzem as obras mostradas nas exposições individuais de artistas; outros têm maior número de paginações e podem apresentar trabalho de exposições coletivas dos artistas, como é o caso dos catálogos de exposições de bienais de artes plásticas e os catálogos de salões. Broker (2000) comenta a falta de padronização na produção e escrita desses catálogos como uma espécie de liberdade criativa que os artistas têm em acordo com os curadores, designers e instituição responsável pela exposição. A própria estética dos catálogos, a disposição do seu conteúdo no catálogo e a forma da escrita e as imagens neles apresentadas são traços

artísticos que em muito diferenciam esses materiais de outros mais convencionais presentes nas bibliotecas.

No que diz respeito à natureza desse tipo de material, são essencialmente iconográficos, reproduzem imagens de desenhos, gravuras, fotografias, pinturas, instalações de arte e mesmo *performances* dos artistas apresentadas nas exposições. Catálogos resultantes de exposições mais simples podem sofrer em número reduzido de ilustrações (NUNES, 2010, p. 126), mas é cada vez mais forte o uso constante de papel de melhor qualidade nas impressões dos catálogos de exposições, o que demonstra preocupação de quem o produz em exibir imagens de qualidade e impacto para quem irá apreciar a obra. Imagens com melhor padrão de qualidade são visualmente mais atrativas, permitem a observação de detalhes para a reflexão crítica e interpretação de significados ou para a simples contemplação da imagem em si e/ou do que nela está representado.

Num mesmo catálogo imagens e textos podem ser apresentados em perfeita harmonia, apesar da essência iconográfica já mencionada. Os textos presentes nesses catálogos, sejam eles de autoria do curador da exposição, de outros profissionais ou do próprio artista, são de grande relevância visto que o ato de compreender a arte ocorre, em parte, na percepção a respeito do artista, suas origens, sua vida e experiências que o levaram ao processo de imaginação e criatividade. (COOMBES, 2009). Os textos permitem, assim, melhor entendimento das características da exposição, da proposta do artista e muitas vezes da própria identidade do artista. É característica desses catálogos a inclusão de *curriculum vitae* atualizado do artista com registro de dados pessoais, relações das últimas exposições realizadas, participações em salões, prêmios recebidos etc.

Em algumas situações o catálogo de exposição constitui a própria obra artística, se torna o objeto de arte e passa a ser denominado livro de artista. Os livros de artista são autênticas obras de arte realizadas na forma de livros, “quando o catálogo é uma obra de arte, ele é, geralmente, um livro de artista que se faz passar como tal, acompanhando um evento expositivo”. (SILVEIRA, 2004 p.2)

Apesar da grande variedade nas proporções de tamanho, número de páginas e multiplicidade de conteúdo, todo catálogo de exposição tem seu valor reconhecido ao mostrar o trabalho, sua criação e registrar o evento. Segundo Nunes (2010, p. 150),

[...] em vários aspectos, o catálogo é também uma impressão da exposição: marca, vestígio, reprodução, resultado de uma ação exterior (contato com uma superfície gravada), bem como – e talvez principalmente – o tipo de sensação vaga sobre algo.

O catálogo de exposição é, sobretudo, o registro de informação da prática artística acontecida num dado período. “Em outras palavras, o catálogo transforma-se em um *backup* completo, exceto pela aura [da exposição]”. (NUNES, 2009, p. 140).

Exposições maiores ou menores costumam produzir catálogos. Como já exposto, essa produção muitas vezes é fruto do trabalho conjunto de artistas, curadores, instituição responsável pela organização da exposição além de outros atores envolvidos no processo artístico. A galeria de arte ou instituição que sede o espaço para a exposição geralmente produz o catálogo para divulgação do evento e, nas exposições em que não há financiamento ou grandes instituições envolvidas, acontece de o artista produzir o catálogo de sua exposição com recursos próprios. Silveira (2004, p. 1) traz a tona

uma questão a respeito da relevância da existência desse tipo de obra: “seria possível admitir que um bom evento de artes visuais esteja completo se não for acompanhado de um catálogo ou alguma peça semelhante que o substitua?”

O acesso aos catálogos de exposição enquanto material para pesquisa é, muitas vezes, dificultado por causa de sua forma de publicação. Normalmente são materiais reproduzidos em tiragens reduzidas para distribuição gratuita aos visitantes da exposição e, geralmente, não sendo publicados em outros formatos. Esse caráter de produção dispersa e acessível apenas a um número limitado de pessoas revela a importância de as bibliotecas especializadas em artes e aquelas ligadas à cultura reunirem em seus acervos esse tipo de obra de forma organizada e tratada tecnicamente pelo bibliotecário, a fim de facilitar o acesso a esse tipo de material. Caso não haja o acesso por meio de uma biblioteca, Guinchat e Menou (1994) afirmam que documentos com essas características de produção precisam ser procurados através de contatos pessoais com o autor – neste caso, o artista –, ou com seus produtores, o que explica a dificuldade de seu acesso.

Alguns catálogos de exposição são publicados no formato impresso e seguem todos os padrões necessários exigidos para a produção de livros. O aumento na produção desse tipo de material vem crescendo nos últimos anos e muitos deles são identificados, inclusive, com o ISBN<sup>21</sup>, daí a razão expressa neste artigo de que, muitas vezes, essas obras serem confundidas com os livros. Vale res-

---

2 <sup>1</sup> International Standard Book Number é um sistema que identifica numericamente os livros, individualizando-os. O sistema é controlado pela Agência Internacional do ISBN. Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.isbn.bn.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2013

saltar ainda que publicações padronizadas facilitam a circulação da informação.

Acesso ainda mais facilitado ocorre quando os catálogos de exposição se apresentam também no formato eletrônico, disponibilizado de forma gratuita na internet, normalmente no *site* da galeria ou da instituição responsável pela exposição e, também, em sites pessoais, *blogs*, *twitters* e redes sociais dos artistas.

O catálogo representa o registro e a memória de uma exposição e da própria arte, permite ao leitor o contato com informações e imagens de obras em exposições artísticas muitas vezes inacessíveis por fatores como tempo, distância geográfica entre outros. Essa aproximação possibilita a oportunidade ao leitor de vislumbrar, por exemplo, exposições que ocorreram em galerias de arte a ele inacessíveis.

Ao dar o devido tratamento técnico a esse tipo de material e disponibilizá-lo ao público, a biblioteca cumpre seu papel social de aproximar o leitor do catálogo de exposição e à própria obra de arte e ao artista em questão. Observa-se aqui a democratização do acesso à informação artística e cultural. No contexto social de disseminação da informação, cabe observar que os próprios artistas que têm suas criações e trabalhos artísticos apresentados em exposições e reproduzidos em catálogos são sujeitos que, além de produzir informações no campo da arte, também a buscam e a utilizam. Hélio Nunes, artista que mencionou em sua dissertação de mestrado a coleção de catálogos de exposição disponível na biblioteca da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, fez um comentário particular a respeito da importância desse tipo de material:

Já havia deixado de visitar as exposições sem catálogo, por que não tinham memória; agora nem preciso mais visitar exposições: elas estão aqui, todas elas, as de ontem, de hoje e do futuro, fora do tempo, perpétuas e em perpétuo acúmulo. É aí onde quero estar como aprendiz e, principalmente, como artista: quero expor para entrar na memória, quero expor onde existe catálogo. (NUNES, 2009, p. 39).

A informação que se apresenta registrada confere imenso valor de pesquisa, história e memória social. Nesse contexto, os catálogos de exposição contribuem para o registro histórico do conhecimento das artes e cultura. Catálogos são, portanto, importantes fontes de informação para pesquisadores em arte, professores, artistas e estudantes, mas o interesse nesse tipo de obra vai além, já que amantes de arte e cultura são também leitores interessados nessas obras.

Outro ponto que merece ser examinado diz respeito aos obstáculos que algumas bibliotecas enfrentam ao procederem ao tratamento técnico necessário a esse tipo de obra para a sua disponibilização apropriada no acervo da biblioteca. A falta de padronização presente nos catálogos de exposição demonstra, por um lado, a liberdade artística, conforme já mencionado; por outro lado, tende a dificultar a atividade de descrição física realizada pelo bibliotecário, a chamada catalogação. Isso se dá porque os organizadores do catálogo deixam, muitas vezes, de inserir na obra dados indispensáveis para uso pelo bibliotecário no ofício da catalogação. Para obter esses dados o profissional precisa realizar pesquisas na internet a fim de colher as informações que não foram dispostas na obra. Esse trabalho despenderá tempo ao bibliotecário para que o mesmo possa garantir um bom resultado no processamento técnico do material e, conseqüentemente, boa recuperação de informação na base de dados da

biblioteca, a partir de demanda e busca de informação por parte do usuário. Na maioria das vezes dados simples como ano da exposição e nome completo dos artistas envolvidos não são apresentados no catálogo, o que requer investigação posterior pelo catalogador.

Outra barreira enfrentada pela biblioteca consiste na variedade de tamanho e quantidade de páginas do catálogo de exposição, conforme já exposto. Armazenar numa mesma prateleira de biblioteca materiais pequenos e com poucas páginas – como os folhetos – ao lado de catálogos de grandes formatos e com grande número de páginas não é tarefa simples. Cabe ao bibliotecário realizar um bom planejamento para a organização física dos catálogos na biblioteca, sem se esquecer de levar em consideração o correto acondicionamento dessas obras para que possam ter maior vida útil.

O profissional da informação deve ter sempre em mente que a importância do catálogo de exposição não reside no seu tamanho, na sua quantidade de páginas. Uma exposição de pequeno porte pode gerar, por exemplo, um catálogo minúsculo, mas com informações preciosas sobre o artista e suas obras expostas naquele evento. Isto posto, todos os catálogos de exposição merecem ter o seu lugar no acervo da biblioteca.

A competência e o dinamismo constituem exigências aos bibliotecários em suas práticas diárias de trabalho na biblioteca. “O profissional da informação, portanto, deve perceber claramente seu papel de processador e filtrador da informação e utilizá-lo de forma coerente e eficiente, voltado para o usuário/cliente.” (VALENTIM, 2000, p. 139).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os papéis social e educativo são exercidos pelas bibliotecas na medida em que disseminam informações. Cabe a elas oferecer serviços de acordo com o perfil e interesse dos seus usuários. Essa percepção insere o usuário no foco central de todo o trabalho realizado nas unidades de informação.

Nas bibliotecas relacionadas às áreas de arte e cultura, os catálogos de exposição apresentam importância significativa nesse contexto, já que permite o diálogo do leitor com os trabalhos expostos nas exposições reproduzidos nesse tipo de material.

As coleções de catálogos de exposição configuram valiosa fonte de informação para artistas, pesquisadores e usuários das bibliotecas em questão.

O catálogo, hoje, por sua identidade mais aberta, é um poderoso espaço alternativo. Atende às instituições, apresenta um canal para o ensaísta, oferece um suporte diferenciado para o artista e informa (ou diverte) o público. Definir sua excelência implica reconhecer suas múltiplas formas e funções. (SILVEIRA, 2004, p. 7).

O registro da exposição consiste na sua memória permanente. Ao manter no acervo uma coleção de catálogos de exposições tratada e promover seu acesso aos usuários, as bibliotecas estarão democratizando o acesso à informação artística e cultural a todos os artistas e demais interessados no assunto.

Contudo, torna-se extremamente importante o serviço de divulgação da coleção organizada dos catálogos de exposição na biblioteca, a fim de informar sobre a existência desse tipo de material

ao usuário bem como incentivar o seu interesse por essas obras. O trabalho do bibliotecário vai além, uma vez que precisa também realizar a atividade de orientação no que diz respeito ao uso correto do material presente no acervo da biblioteca.

Nesse contexto, o profissional da informação assume o importante papel de mediador entre a informação e seu usuário, posto que “informação sem o devido tratamento não gera conhecimento, informação não utilizada se torna mais um objeto perdido na sociedade”. (EIRÃO, 2009, p. 25).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. cap. 2, p. 29-43.

BROKER, David. *Exhibition catalogues: a guide*. Tewantin: Noosa Regional Gallery, 2000. Disponível em: <[http://www.magsq.com.au/\\_dbase\\_upl/Exhibition\\_Catalogues.pdf](http://www.magsq.com.au/_dbase_upl/Exhibition_Catalogues.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

COOMBES, Jennifer. Talking art and drawing words: paper and oral history collections in the National Gallery of Australia's research library. *Australian Academic & Research Libraries*, Canberra, p. 305-317, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00048623.2009.10721419>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. *Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação*. São Carlos: EdUFSCar, 2003. 71 p.

EIRÃO, Thiago Gomes. Disseminação seletiva da informação: uma abordagem. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 20-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/412/276>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

GUINCHAT, Claire; MENO, M. J. Os tipos de documentos. In: \_\_\_\_\_. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília, DF: IBICT, 1994. p. 41-64.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3/4, p. 26-34, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a04v1734.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

NUNES, Hélio Alvarenga. *Pintura para catálogos: notas sobre o arquivamento da arte*. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVEIRA, P. Identidades e poderes do catálogo de exposição. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 24., 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: <[http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/textos/87\\_paulo\\_silveira.pdf](http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/textos/87_paulo_silveira.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p. 135-152 (Coleção Palavra-chave,11)



## O PERFIL DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE CULTURAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA

*Clara Duarte Coelho*<sup>1</sup>



### RESUMO

O presente artigo trata da ação cultural e sua relação com a atuação do profissional bibliotecário nas bibliotecas públicas. Aborda a biblioteca pública como espaço para que a comunidade de usuários tenha acesso aos bens culturais. Conceitua a ação cultural como a prática que instiga a desenvolver capacidade de criatividade, mudança interior e transformação do meio em que o usuário está inserido por meio de atividades culturais. Apresenta a ação cultural como forma de dinamizar os serviços oferecidos pela biblioteca empregando sentindo as atividades da biblioteca pública. Discute o novo perfil do profissional bibliotecário e sua atuação nas bibliotecas públicas. Enfatiza a importância do profissional bibliotecário, sujeito da informação e do conhecimento, como agente cultural responsável por desenvolver ações capazes de transformar o espaço em que atua e a sociedade como um todo. Mostra as mudanças no perfil do profissional bibliotecário para se adequar a essa nova sociedade onde às informações são difundidas com grande rapidez. Expõem como esses profissionais podem atuar como mediadores da cultura por meio de ações que possibilitem o desenvolvimento crítico daqueles que são atendidos na biblioteca pública. Apresenta um novo perfil profissional capaz de contemplar habilidades e conhecimentos necessários ao desenvolvimento da sua profissão. Finaliza com as estratégias eficazes que devem ser criadas com intuito de estimular a prática da ação cultural e como esse perfil pode contribuir para o sucesso dessas ações.

**Palavras-chave:** Bibliotecário. Ação Cultural. Biblioteca Pública.

---

1 Bibliotecária. E-mail: claraduartecoelho@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo hoje gira em torno da informação, onde aqueles que não têm acesso encontram-se a margem da sociedade, e principalmente fora do concorrido mercado de trabalho. Diante disso a biblioteca assume uma nova postura diante da sociedade da informação onde é cada vez mais exigida a articulação política da instituição, deixando de ser apenas um espaço para guardar livros transformando-se em um espaço dinâmico onde tenha usuários frequentes e circule informações que transforme a vida de cada um desses indivíduos a partir de suas leituras.

Nesse contexto tão debatido ainda há dificuldades nessa prática, pois exige a mobilização de vários setores e mudanças estruturais nos âmbitos políticos, econômicos e sociais para que ocorra de fato a inclusão informacional. Ações que eduquem culturalmente esses indivíduos são indispensáveis para vivenciar esta nova sociedade da informação e do conhecimento. Nesse contexto encontram-se as Bibliotecas Públicas fontes inesgotáveis de informação e o agente capaz de mediar o acesso e a disseminação da informação, o bibliotecário, que deve possuir um leque de conhecimentos advindos de constantes atualizações a fim de torna-se um profissional atuante capaz de transformar sua realidade e criar alternativas para formar cidadãos. O bibliotecário se encaixa nesse processo de democratizar informação e conhecimento cultural em sua esfera de trabalho desenvolvendo inúmeras ações que levem seus usuários a refletir e agir culturalmente sobre a realidade que vivem e das oportunidades que possuem para crescer. Mas para que o profissional atue neste sentido é necessário e indispensável que este esteja apto e preparado a fim de

executar um trabalho de qualidade e que seja um profissional criativo, inovador e conhecedor das técnicas para realizar seu trabalho de forma satisfatória.

Diante destas considerações, este estudo a partir de pesquisas bibliográficas trata sobre o perfil do bibliotecário como agente da ação cultural pode contribuir para que a cultura chegue a todos a partir dos serviços desenvolvidos pelas bibliotecas públicas. Quanto à construção do referencial teórico adotado sua fundamentação se baseia em autores Cabral (1998), Flusser (1983), Milanesi (2002), Suaiden (2000) que refletem sobre a questão do profissional bibliotecário e a realização da ação cultural no espaço da biblioteca.

O estudo encontra-se dividido da seguinte maneira: inicialmente tratamos da ação cultural apresentando os conceitos de ação cultural e biblioteca pública e quais as contribuições dessas ações para seus usuários. Na segunda seção abordamos o bibliotecário como mediador da informação e qual o perfil necessário para que esse profissional se torne um agente de mudança.

## **2 AÇÃO CULTURAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA**

A biblioteca pública é um espaço informação, conhecimento e aprendizagem, que atende os mais variados tipos de usuários e que encontram diversas barreiras no que diz respeito a sua atuação. A biblioteca pública entra como garantia para que a população tenha acesso aos bens culturais. Como afirma Suaiden (2000, p.6):

Nesse processo de globalização, de novos paradigmas tecnológicos e sociais e do modelo de desenvolvimento sustentável, caberá à biblioteca pública trabalhar no sentido de corrigir as

deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação.

A biblioteca deixou de ser um espaço estático, muito do que foi construído no passado tanto sobre o perfil tradicional da biblioteca quanto do profissional bibliotecário. Para Ribeiro e Cunha (2006) a biblioteca pública tem o papel de ser a instituição capaz de contribuir para o contato e o cultivo de valores humanos, estimulando à convivência com outras culturas, levando ao conhecimento das raízes culturais, e o desenvolvimento de culturas locais. Portanto apresenta contribuição fundamental na democratização da informação, pois atende diferentes classes sociais e oferece como produto de seu trabalho a informação.

Dentre as funções da Biblioteca Pública destaca-se a cultural tendo na biblioteca um espaço destinado à produção intelectual representa um instrumento vigoroso capaz de favorecer, ressaltar, silenciar ou ocultar a preservação e/ou difusão de informações que podem influir ou transformar [...] as inter-relações sociais (VERRI, 1996, p.12). Entretanto, a forma que a biblioteca presta seus serviços pode e deve ser mais ampla, incorporando atividades efetivas em busca de outros públicos, incluindo atividades ligadas ao cotidiano da população atendida, assumindo funções que possibilitem mudanças significativas a quem frequenta seu espaço. Trabalhar a questão do interesse pelo conhecimento e conseqüentemente a busca pela informação é tarefa fundamental da biblioteca para que essa mostre sua importância para a sociedade. Abrir suas portas não apenas para usuários ávidos pelo conhecimento, mas para as diversas manifestações culturais e formas de expressão, oferecendo seu espaço

físico para ser mais um lugar de convivência para a comunidade desfazendo o estereótipo ameaçador causado pela sua ligação a educação formal. Mediante o exposto a ação cultural vem como alternativa para que a biblioteca construa uma ligação forte entre seus serviços e a comunidade em que está inserida. Segundo SÂNCHEZ RODRIGUEZ (1984):

Ação cultural é um conjunto de teorias sociais que, baseadas na pedagogia participativa tem por finalidade promover praticas e atividade voluntaria que, com a ação ativa do individuo, desenvolve-se sendo de um grupo ou comunidade determinada, e se manifesta nos diferentes âmbitos do desenvolvimento da qualidade de vida. Trata-se, portanto, de um processo que implica mudanças internas no individuo.

Vimos que ação cultural envolve práticas que nos instiga a desenvolver capacidade de criatividade, mudança interior, transformação do meio em que está inserido. A ação cultural serve como instrumento para efetivar essas transformações inserindo a biblioteca na sociedade possibilitando mudanças na realidade em que está inserida. Sendo assim,

A biblioteca situa-se como uma agência social, criada para atender às necessidades da instituição à qual irá servir. Como tal, é também um instrumento moldado e condicionado pela estrutura social, de acordo com os padrões e valores culturais que regem as instituições dessa estrutura (GOMES, 1983, p. 5 apud CALDAS et al. 2005, p.4).

Práticas culturais estas que envolve várias manifestações simbólicas que permitem a cada sujeito refletir uma marca interpretativa ao mundo que o cerca, atuando conscientemente na tentativa de definir e agir em seus próprios lugares de representação para as

inúmeras vertentes que compõem sua vida individual ou coletiva. Segundo Cabral (1998, p.144):

Ação cultural bibliotecária visa a democratização da cultura através do exercício de uma nova prática profissional comprometida com as classes menos privilegiadas da sociedade, de modo que os indivíduos possam manifestar-se nas diversas formas de expressão cultural, artística e literária, como sujeitos da criação cultural.

A ação cultural tem a finalidade de educar e transformar o indivíduo e acima de tudo unir a população e a cultura, fazer com que indivíduos possam torna-se sujeitos formadores de opiniões, participantes no meio em que vivem a principalmente colaborar na conscientização de que a cultura é essencial para a vida em sociedade. Se o bibliotecário consegue fazer florescer dentro do individuo todos esses princípios esse com certeza ira propagar essas ações.

### **3 O BIBLIOTECÁRIO COMO SUJEITO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

O sujeito que aqui iremos trabalhar diz respeito a uma pessoa que é ativa, opina e gera conhecimento, pessoa capaz de contribuir para um novo olhar a seu próximo. Com as mudanças na formação curricular o bibliotecário também passou por um processo de transformação e hoje deixou de ser um mero tecnicista e guardador de livros e transformou-se em um profissional da informação que seleciona, organiza e dissemina a informação.

O bibliotecário é parte fundamental para que a biblioteca desenvolva suas atividades de forma satisfatória. Na biblioteca pública

é exigido um perfil profissional diferenciado e um profissional que saiba lidar com grupos diversos e políticas culturais. Algumas posturas devem ser assumidas como afirma Cabral (1998, p.7):

Devem se engajar politicamente em projetos mais amplos da sociedade/ a fim de obterem a necessária integração com a Comunidade escolar/o público em geral/assim como os grupos dos diversos movimentos sociais em seu relacionamento devem adotar uma postura democrática sem impor suas idéias/ de modo a conduzir o trabalho conjunto em relação dialógica – penetrar no universo do saber compartilhado pelas crianças e adultos/ de modo a dialogar e trocar experiências.

Para que a informação e o conhecimento sejam democratizados, vivenciados ou até mesmo mudar o seu meio, é indispensável que este primeiramente seja um sujeito que tenha base e formação para isso. É necessário todo um empenho, gosto pelo que faz. É preciso que a sociedade perceba a importância que tem o bibliotecário, de como este profissional pode estar formando e transformando a sociedade ao qual está inserido. Para isso é lógico que este esteja a par de tudo o que ocorre em seu ambiente externo e interno, e que não perca o foco da importância da educação continuada, pois a sociedade hoje pede por profissionais qualificados, experientes, inovadores, criativos, ativos, e esses valores só são conquistados através de estudos e especializações.

A biblioteca pública requer um profissional cheio de conhecimentos e que coloque em suas práticas ações que façam seus usuários senti-se importante, atuante, construtivo na sociedade em que está inserido, sendo esse profissional agente efetivo da cultura por meio da ação cultural realizada diariamente em suas atividades.

### 3.1 O bibliotecário como agente cultural

O desenvolvimento de ações culturais em Bibliotecas Públicas exige a participação ativa do agente cultural o profissional bibliotecário, com plena consciência do seu papel e das atividades que poderá desenvolver para estimular seus usuários a ler, a aprimorar suas leituras e torná-los capazes de transformar a sociedade em que vivem.

Sobre a formação do bibliotecário como agente cultural, Flusser (1983) afirma que ela deve se dar em basicamente três eixos complementares: a formação técnica, a humanística e a prática, consideradas como necessárias para que o profissional busque uma atuação através de contatos com públicos de diferentes contextos e realidades.

Esse campo de atuação do profissional é rico e transformador exige um perfil diferenciado, com conhecimentos específicos da área biblioteconômica, e de outras áreas principalmente conhecimentos sobre cultura que podem ser utilizadas como fortes aliados para impulsionar o desenvolvimento da ação social.

Para realizar ação cultural não é necessário um profissional cheio de habilidades e qualidades excepcionais, basta ser um bibliotecário versátil e comprometido com seu trabalho transformando a biblioteca em um espaço em que exista diálogo seja agradável e dinâmico.

O papel do agente cultural está voltado principalmente em criar estratégias eficazes com intuito de estimular a prática da ação cultural, sem deixar que suas opiniões, idéias e sugestões interfiram negativamente nesse processo e sim usar de sua liderança para an-

gariar recursos para a viabilização de seus projetos em benefício da comunidade. “É ponto pacífico que para que esse profissional possa desenvolver um trabalho conseqüente, é preciso que ele saia da biblioteca e vá para a rua conhecer a comunidade a que pretende atender” (ALMEIDA, 1987, p. 34).

O profissional da Biblioteca Pública pode desenvolver inúmeras atividades, projetos e oficinas visando aumentar o desenvolvimento da comunidade em que atua e enriquecer a cultura de seus usuários, sendo sua participação também indispensável para o planejamento e a execução das ações. É extremamente importante também divulgar o que está sendo desenvolvido pela biblioteca na tentativa de atingir o maior número de pessoas.

Para Milanesi (2002) as atividades desenvolvidas na biblioteca como teatro, música, literatura e outros são ações culturais desde que o tema abordado possa ser encontrado em vários suportes de informação. O desenvolvimento dessas atividades proporciona aos indivíduos uma espécie de conhecimento diferenciado, o qual pode ser empregado em sua própria realidade através de suas observações, reflexões e interpretações obtidas durante sua participação.

Por ser um processo político-educativo, a ação cultural deve ser constantemente avaliada para que não perca o seu foco que é educar os indivíduos e colocar a informação e a cultura ao alcance de todos, pois o maior desafio encontrado pelo profissional bibliotecário é inserir em seu planejamento políticas voltadas a inclusão daqueles usuários que são marginalizados pela sociedade capazes de atingir as mais diversas culturas tendo nos usuários os principais parceiros na construção de uma nova realidade social.

#### 4 CONCLUSÃO

A democratização da cultura é trabalhada em sua mais precária forma, as classes populacionais menos favorecidas essas mesmas que não tem vivenciado uma cultura e nem ao menos sabem da importância da prática da cultura. A Biblioteca Pública através de sua função social desenvolve ações culturais em seu espaço físico, formando sujeitos críticos e reflexivos em relação ao mundo, capazes de tirarem suas próprias conclusões a respeito da realidade social.

Portanto a sociedade já reconhece a necessidade de um profissional que seja mediador dessas informações, organizando para que todos tenham acesso, mas para que tal reconhecimento seja possível é preciso assumir um novo perfil com habilidades e competências que preencham esses novos campos de atuação e mostrem que esses profissionais são capazes de desenvolver várias funções dominando as ferramentas e serviços disponíveis.

Cabe ao bibliotecário pensar ações para integrar seu público ao ambiente da biblioteca para que esse leve a leitura para sua vida e transforme o que foi adquirido em conhecimento aplicável ao seu cotidiano. O responsável em tornar esse processo realidade é o profissional bibliotecário que na biblioteca pública assume um novo perfil desenvolvendo atividades com o objetivo maior de democratizar a cultura entre os cidadãos, ao tornar o ambiente da biblioteca propício ao diálogo, através do incentivo a criação e produção cultural, sem esquecer as classes menos privilegiadas.

Portanto após a consolidação desse novo perfil profissional, a função social também ganhou destaque tornando o bibliotecário como mediador envolvendo novas competências e habilidades para

melhora os serviços oferecidos, proporcionando o desenvolvimento social e econômico na sociedade assumindo também o perfil de agente cultura para que as ações culturais desenvolvidas por ele estimulem os usuários a participarem não apenas como indivíduos, mas como sujeitos da cultura.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n.1/4, p. 31-38, jan/dez. 1987.

CABRAL, Ana Maria Rezende. **Ação cultural**: possibilidades de atuação do bibliotecário. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CALDAS, Elaine F; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. **Biblioteca pública no Brasil**: políticas de incentivo à leitura. (Dissertação de Mestrado) Campinas: PUC, 2005.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 12, n.2, set, 1983.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RIBEIRO, Andréia S., CUNHA, Vanda A. **Ação cultural e biblioteca pública, novos caminhos para a educação e o desenvolvimento humano**. Bahia: UFBA, 2006.

SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Ramón. Dimension educativa da animacion sociocultural. **Adaxe**: revista de estudos e experiências educativas, Santiago de Compostela, n.1, p.57-65, jan./jun, 1984.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.** v.29, n.2 Brasília mai/Ago, 2000.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. Recife: UFPE, 1996.





## AS CONTRIBUIÇÕES DE DOMINGOS PERDIGÃO EM PROL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO

*Almicéia Laridds Diniz Boeges<sup>1</sup>*

*Josecleide Sampaio da Rocha<sup>2</sup>*

*César Augusto Castro<sup>3</sup>*

### RESUMO

Apresenta-se neste trabalho a trajetória de Domingos Perdigão enquanto diretor da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão; Objetiva-se compreender a gestão de Domingos Perdigão e as medidas implantadas durante o período estudado a partir dos seus relatórios,; evidenciando as principais contribuições que objetivaram fazer da Biblioteca Pública reconhecida e que estivesse condizente se comparada com bibliotecas de outros lugares. Essa pesquisa é fundamentada em dois momentos: a priori realizamos o levantamento bibliográfico sobre os autores que abordam sobre esta temática, as discussões e os comentários acerca do assunto, tais como: BASTOS (2011); GOMES (1983); PINHEIRO (2003); PINSKY (2008); SILVA (2008); SUADEIN (2000), entre outros. No segundo momento, realizaremos uma pesquisa documental, a partir do mapeamento de documentos históricos – no caso os Relatórios referentes aos anos de 1915 a 1920, encontrados no Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. Esta pesquisa contribuirá para os estudos referentes à História do Livro, a História das Bibliotecas, e os estudos sobre a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão.

**Palavras-chave:** Domingos Perdigão. Biblioteca Pública do Maranhão. Educação.

---

1 Formada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão.

2 Aluna do curso de Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão.

3 Diretor do Centro de Ciências Sociais, professor no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são importantes disseminadoras do conhecimento, além de propagarem a continuidade de tal saber, são os locais de guarda e preservação da memória humana. Em outros tempos, ter uma biblioteca significava poder e riqueza; portanto, quanto maior fosse o tamanho do acervo, maior seria o grau de importância político-social, nas quais, as classes menos favorecidas, provavelmente, não teriam acesso.

As instituições públicas deram início em Roma, no reinado de Júlio Cesar. Embora, já no século XIX, com a Revolução Industrial, estas bibliotecas se tornaram importantes, devido à necessidade de alfabetização e da cultura do povo. No entanto, atualmente “o conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

Sendo assim, a criação e manutenção dessas instituições esteve sempre atrelado aos momentos políticos, culturais, educacionais, podendo assim, serem objetos de referência, uso e/ou contemplação e, outras vezes de destruição, cujo elemento privilegiado para este fato, era o fogo, considerado como elemento de “purificação”. Para Báez (2006, p. 23), faz parte do homem destruir as coisas, sendo esse um processo de criação e destruição, necessário como forma de manter o equilíbrio do universo.

Todavia, apesar desse “conflito existencial”, observamos que tem predominado no decorrer da história pessoas que em diferentes lugares, em espaços diversos e sobre influências variadas, lutaram e

fizeram construir um discurso, um fazer e uma história para que esses estabelecimentos viessem a ser valorizados. Pessoas que estiveram preocupadas com seu funcionamento, encontrando-se entre elas, intelectuais, professores, amantes do livro e da leitura.

Domingos Perdigão foi diretor da Biblioteca Pública nos períodos referente aos anos de 1914 até 1923, se tornando assim um dos gestores mais duradouros na sua direção. Em seus relatórios escritos e apresentados aos administradores do Estado, nunca deixou de mostrar os seus contentamentos e descontentamentos relativos ao estabelecimento, reconhecendo assim a importância desse intelectual para o desenvolvimento organizacional instituição maranhense.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa almeja compreender as contribuições de Domingos Perdigão enquanto diretor da Biblioteca Pública do Maranhão, mas, também suas principais contribuições na área educacional, assim como a sua contribuição para a valorização da biblioteca do Estado, como uma instituição educacional e cultural.

Os processos metodológicos nesta pesquisa foram divididos em duas etapas: na primeira, priorizamos o levantamento bibliográfico sobre os autores que abordam a temática da biblioteca e aqueles que aprofundam sobre o estudo das fontes Campello (2006); Gomes (1983); Pinsky (2008); Suadein (1979; 2000); Pinheiro (2003) e Silva (2008). No segundo momento, realizamos uma pesquisa documental a partir do mapeamento de documentos históricos – no caso os Relatórios referentes aos anos de 1915 a 1920, encontrados no Arquivo Público e no Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite.

**2 DOMINGOS PERDIGÃO (1872 – 1929)**

O Maranhão na metade do século XIX exercia forte influência econômica com o cultivo do açúcar, utilizando máquinas modernas, movidas a vapor e força hidráulica, além do uso da tração animal. Devido a esse fator, o Maranhão começou a possuir um grande prestígio internacional, sendo a 3.<sup>a</sup> província que maior produzia, acarretando uma troca de intercâmbios socioeconômicos, e principalmente culturais com o continente europeu, proporcionando a ida dos filhos dos grandes senhores de engenho a frequentarem as universidades europeias, assim como a grandes faculdades de Direito, como a de Recife e São Paulo.

É nesse contexto sociocultural que Domingos de Castro Perdigão nasce na fazenda Santana, município de Pinheiro, interior do Maranhão em 1º de novembro de 1872.

Filho de Domingos Tomaz Velez Perdigão e de D. Maria Rita de Castro Perdigão, seus estudos primários foram realizados em escola particular, na cidade de Pinheiro, posteriormente para concluir a sua formação embarcou para Portugal, motivado em estudar Humanidades, por onde adoeceu. Retornando ao Brasil, foi nomeado amanuense<sup>4</sup> da Secretaria do Interior (antiga Secretaria do Governo do Estado). A partir desse momento a sua carreira na administração pública foi iniciada e em 1906, procurou reviver a “Sociedade Festa Popular do Trabalho”, a qual seu pai fez parte, realizando-se anualmente, tendo como objetivo expor os de produtos agroindustriais.

---

4 Funcionário que copiava ou registrava documentos e fazia correspondência oficial (FERREIRA, 2001).

Quando promovido a Diretor Geral da Secretaria, “[...] o Governador Luís Domingues entendeu premiar-lhe os serviços prestados ao Maranhão, quando o representou, como Comissário do Estado na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro” (COLEÇÃO BIBLIOTECA PÚBLICA, 1972, p.5). Essa exposição reunia diversos produtos manufaturados de todas as regiões do Brasil, além da comemoração do 1.º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil ao comércio internacional, tendo como objetivo também fazer um inventário da economia do país e apresentar a nova República (urbanizada e saneada) ao resto do mundo. Juntamente com Antonio Lobo, resolveu mostrar toda a coleção de autores maranhenses nessa exposição, especificamente a coleção Artur Azevedo. Em 1912 fez parte da organização do Álbum do Tricentenário da Fundação de São Luís, sendo esse álbum publicado em 1913. Assim, após assumir diversos cargos políticos, foi nomeado para a direção da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, assumindo em 16 de Janeiro de 1914.

Fazendo os seus estudos nesta capital, dedicou-se o pranteado cavalheiro ao magistério, desempenhando, também, varias funções publicas, entre outras a de director da Bibliotheca Publica do Estado, que exerceu por longos annos, revelando sempre inexcedível zelo e dedicação (O IMPARCIAL, 1929, p.1).

Passando cerca de dez anos na direção da mesma, Perdigão, assim como outros diretores, preocupou-se com as condições na qual se encontrava a biblioteca sem um prédio próprio e em péssimo estado, criando desta forma diversas iniciativas e procurando sempre chamar a atenção das autoridades, ao descrever minuciosamente em

seus relatórios enviados aos responsáveis pelo estado, toda a descrição física e situacional da Biblioteca do Estado, sendo este assunto mais detalhadamente abordado no último capítulo deste trabalho. Outrora, sempre esteve preocupado também com a educação do Estado, tanto em nível primário e secundário, como em nível superior; preocupação esta que o levou juntamente com Fran Pacheco, criar a Faculdade de Direito do Maranhão, em 1918. Sendo também um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1922.

Em 15 de Setembro de 1923, deixou a direção da Biblioteca Pública, por apresentar alguns problemas de saúde, tanto que chegou a pedir 3 meses de licença do cargo, sendo substituído pelo inspetor escolar Arthur Paraíso. Nesse mesmo ano, em dezembro de 1923, em reunião com Wilson da Silva Soares, Clodoaldo Cardoso, Elisabeto Barbosa de Carvalho, Josias Peixoto de Abreu, Basiliano de Castro Barroca e Antônio Abraão Soares, fundou a Biblioteca Popular de Pinheiro<sup>5</sup>, sendo esta inaugurada em 1.º de Janeiro de 1924.

Já em 1925, “um grupo de ilustres maranhenses, previamente convocado por Antonio Lopes da Cunha, reuniu-se [no] prédio da Rua Magalhães de Almeida, para tratar da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão” (INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO, 2008, p.11). Entre estes ilustres estava Perdigão, fazendo parte da Comissão de Bibliografia.

Também contribuiu na fundação do Centro Espírita Maranhense e foi um dos pioneiros do Sistema Naturalista do Maranhão, servindo na Comissão como encarregado da Repartição de Obras Públicas, Viação, Indústria, Terras e Colonização; no entanto, não

---

5 Tendo como bibliotecário Elisabeto de Carvalho. Funcionou na redação do jornal *Cidade de Pinheiro*. Iniciou suas atividades com doações, sendo a primeira feita por Domingos Perdigão e Clodoaldo Cardoso, com livros e moveis, respectivamente.

só de cargos no Governo vivia Perdigão, este representante da intelectualidade maranhense foi não só professor da Faculdade de Direito do Maranhão, lecionando Educação Moral e Cívica no Centro Caixeiral, na Academia de Comercio e no Ateneu Maranhense, como também colaborou com diversos jornais, tais como: *O Jornal*, *A Pacotilha*, o *Diário do Maranhão*, *O Estado*, o *Diário Oficial*, escrevendo sobre os mais diversos assuntos, como agricultura, utilidades públicas, instrução pública, pedagogia, naturalismo, etc., vindo a falecer em 5 de Janeiro de 1929.

Lançou diversas obras, destacando-se entre elas:

- Catálogo do Estado do Maranhão na Exposição Nacional de 1908 e O Maranhão na Exposição Nacional de 1908, obras referentes a participação do Maranhão no referido evento, sendo tal documento redigido na forma de um relatório por Domingos Perdigão,
- Álbum do Tricentenário (1612 – 1912);
- A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão em 1914, Relatórios da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão nos anos de 1915, 1916, 1917, 1918; A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão em 1919;
- Exposições e feiras (Trabalhos apresentados ao Congresso de Agricultores); O Esperanto, As Bibliotecas Infantis; O Colégio Perdigão (trabalhos impressos nos Anais do Congresso Pedagógico).

Em 1918, lançou “*O que se deve comer: adaptação do systema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros*”, falando sobre comida vegetariana, a composição química e o valor nutritivo das

frutas e legumes, além de mostrar a adaptação dos vegetais típicos da culinária brasileira às receitas vegetarianas europeias, tornando-se assim membro da Sociedade Vegetariana de Portugal e do Núcleo Naturalista Maranhense.

Participando de diversos projetos, Perdigão sempre se envolveu com diversos temas, tais como os referentes aos produtos naturais, ao vegetarianismo, ao esperanto e ao espiritismo. Uma de suas outras paixões esteve ligada à leitura e às bibliotecas, e somando a isso, sua preocupação com os jovens leitores que frequentavam o estabelecimento, escrevendo uma de suas principais, e talvez, a sua mais importante obra, o “*Vade-Mecum Bibliográfico: O que se deve ler*”. Esta obra lançado em 1923, tinha a finalidade de atender a esse público específico que frequentava a Biblioteca Pública, explicando que esse texto tinha sido escrito para suprir as necessidades e as reclamações dos frequentadores dessa instituição. Esse trabalho foi dividido em fases, pois, segundo o autor, devia-se “[...] fazer a distribuição por idades, do que pode ser lido com aproveitamento” (PERDIGÃO, 1923, p. 8).

Na primeira fase estão as “Leituras preparatórias – dos oito aos dez anos”, onde destaca tanto os autores patrícios, assim como a indicação dos livros escolares, sendo estes indicados aos leitores que frequentavam a escola primária e aos que ainda não dominavam a prática da leitura, pois segundo ele “se ainda [a criança] não sabe ler correntemente ou se ainda [tem] dificuldade na leitura, [se deve] principiar pelos livros escolares, que são geralmente uteis para a infância [...]” (PERDIGÃO, 1923, p. 11). Também são indicadas as coleções seriadas, pois assim como os livros escolares, possuem um alto valor educativo; as de educação cívica, para desenvolver o

físico e a moral, assim como são recomendadas as leituras de jornais ou revistas infantis. Ressaltam-se dois importantes itens dessa fase: a contrariedade do diretor em relação às fábulas e contos de fadas e a indicação de leituras voltadas para o público feminino, indicando para essa fase 95 títulos.

Na segunda fase, encontram-se as “leituras educativas e instrutivas – dos 12 aos 15 anos”, indicada para os alunos do ensino secundário. Ele ainda comenta que nas “[...] horas de folga, [os leitores procurassem] a Bibliotheca Publica, que [os] receberá satisfeita e alegre [...]” (PERDIGÃO, 1923, p, 40.), sendo essa etapa tinha como finalidade ser um preparatório para a próxima fase, que é onde começam as preparações para os exames gerais e preparatórios, neste caso, principalmente os do Liceu Maranhense. Para Perdigão, os alunos, com essa faixa etária possuem a melhor idade de compreensão dos assuntos, ressaltando também a importância das bibliotecas para a formação do indivíduo.

[...] a idade precisa para melhor comprehenderdes as cousas, [devendo] declarar-vos que as Bibliothecas são umas escolas, sem professor, sem a obrigatoriedade das lições, sem horário determinado para estudo; por outras palavras, a bibliotheca é uma escola onde os alumnos vão espontaneamente, e educam-se conforme lhe apraz (PERDIGÃO, 1923).

Na terceira fase, encontram-se as “leituras ilustrativas – dos 15 aos 18 anos”, pois nessa idade o leitor já teria a capacidade de iniciar tais leituras e plena liberdade de consultar qualquer livro do catálogo. Os primeiros a serem indicados foram a *Arte de Estudar*, de Augusto de Benedea; a *Arte de Escrever*, de Xavier Marques; e “*A formação do estilo pela assimilação dos autores*”. Assim, “depois de lidos, ou

melhor, depois de estudados, estes três manuaes, [poderiam] então entrar no campo vastíssimo das leituras litterarias.” (PERDIGÃO, p. 169). Entre os assuntos destacados estão: os dicionários, como os de Pierre Laurosse, e as enciclopédias universais, como as de Diderot e d’Alembert, (considerados livros de consulta para melhor compreensão da leitura); assim como a leitura de autores maranhenses, como Odorico Mendes e Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e João Lisboa.

No final da terceira fase, ele apresenta uma “*Synthese Systematica do Catálogo Maranhense*”, onde são listadas as obras mais divulgadas na literatura mundial, começando pelo Maranhão, dividindo-a por diferentes áreas: poesia, filologia, literatura, romance, contos e fantasias, teatro, crônicas e epístolas, discursos e conferências, bibliografia e biblioteconomia, imprensa, jornalismo na capital, geografia, história, viagens, religião, pedagogia, belas artes, educação cívica, direito e jurisprudência, matemática, engenharia, historia natural, botânica, física e química, medicina, naturismo, agricultura, indústria, burocracia, milícia, política, administração, relatórios e catálogos, e almanaks. Acredito essa que essa divisão tenha sido feita no intuito de facilitar a busca do leitor pelas obras da biblioteca, além de que “o conjunto da obra funciona como um protocolo de leitura operado pelo autor, que objetiva levar à pratica da leitura” (BASTOS, ERNEL, 2011, p. 427) Depois, ele divide a lista de autores por países, começando pelo Brasil, e passando por Portugal, Espanha, Holanda, entre outros. Nessa fase são indicados 611 livros.

Assim, Perdígão se considera como um pai ou professor, instruindo seus filhos, sendo que “a ampla lista de títulos, que recomenda para leitura, tem função pedagógica e disciplinar, que busca educar e moldar o leitor. (BASTOS, ERNEL, p. 4)”. Portanto, Perdígão

queria orientar os jovens frequentadores da biblioteca na escolha dos livros que deveriam ser lidos, não que quisesse delimitar, censurar o que deveria ser lido ou não, mais como forma de facilitar o estudo e a busca desses jovens dentro do ambiente da biblioteca.

Devido a sua trajetória administrativa, as suas contribuições foram marcantes também em prol da educação maranhense, na criação de um livro, e de dois órgãos importantes para o ensino superior ainda em desenvolvimento no Maranhão: a Faculdade de Direito, em 1918 e em 1922, a de Odontologia.

### **3 A BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO**

A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão foi criada em 1826, através da iniciativa do Dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira (posteriormente Barão de Pindaré), proposta na sessão de 8 de julho de 1826, no Conselho Geral da Província, onde foi sugerida a criação de uma Biblioteca Pública para o estado do Maranhão, devido ao fato de que alguns ilustres “[...] sentissem a falta de uma instituição pública estruturada, onde pudessem ter acesso ao que de mais atual estava sendo discutido nos principais Centros Urbanos do Brasil e do Mundo em relação à política, educação, cultura e economia” (ROCHA, 2008, p. 33). Para Jacob (2000, p. 9) a criação de bibliotecas tinha como objetivo “[...] oferecer à comunidade intelectual um lugar de leitura e trabalho adaptado às novas exigências de pesquisa [...]”. Contudo para Murisson Apud Oliveira (1994, p. 21), na verdade a biblioteca pública seria uma instituição voltada especialmente para os pobres, os desassistidos, os trabalhadores, com o objetivo de sua elevação moral. Percebe-se a importância que a

biblioteca tem principalmente para os pobres, claro, para aqueles que soubesses ler, como forma de uma mudança e melhora em sua condição social, como se a ida a biblioteca e o acesso as suas obras pudesse de alguma forma modificar a situação em que viviam.

Contando com um oitavo das rendas provinciais, somente em 1829, que foram tomadas as primeiras providências para a criação da mesma, sendo o projeto não aprovado imediatamente, pois, para o Imperador, as rendas públicas não podiam arcar com tal despesa. Em 1831 foi aberta ao público, sendo “o quadro funcional [...] composto por um diretor, um guarda e um servente. Com um acervo constituído por doações, abriu suas portas com. 1. 448 volumes, sendo que 300 livros foram doados pelo seu fundador” (PINHEIRO, 2004, p.27), sendo a distribuição de suas verbas ficando a cargo da Câmara Municipal. Entre os anos de 1832 e 1833, foi mantida por verbas da Província e das Câmaras Municipais. Já em 1834 passou a sobreviver dos recursos destinados pelos cofres provinciais. No entanto, esses recursos muita das vezes não se tornavam suficientes, deixando-a assim, carente de verbas e de infraestrutura, como a falta de dinheiro para a compra e a recuperação de livros, e pequenos ajustes, no prédio, no telhado e nos móveis.

Em 1835 fora criado seu primeiro Regulamento, onde são descritos o horário de funcionamento e as funções do bibliotecário. Sendo assim, ao bibliotecário competia:

- Guarda e segurança da Biblioteca;
- Bom regime, asseio e economia interna de todo o estabelecimento;

- Arranjo e classificação de todos os livros e a organização de um catálogo dos mesmos;
- Propor ao Presidente da Província quanto entender a bem da mesma biblioteca;
- Trazer os livros sempre limpos e ministra-los aos que concorrerem á biblioteca;

Quanto ao seu horário de funcionamento, deveria abrir das 8 horas da manhã e fechar às 2 da tarde. Destaca-se também que não era permitido tirar e colocar os livros nas estantes (função somente exercida pelo bibliotecário), além de não serem permitidos empréstimos, preocupação esta ligada a preservação do material bibliográfico e devido ao receio de o livro ser furtado. Percebe-se também que o acesso à biblioteca era limitado a poucos, pois só era permitida a entrada de pessoas devidamente vestidas, além de não serem tolerados conversas em voz alta e passos dentro da mesma, podendo ser expulso a quem não cumprisse esse item do Regulamento. Em relação a isso, Denipoti (2007) afirma:

Criar bibliotecas e dotá-las de regras de funcionamento – com delimitações claras sobre quem teria acesso aos livros e como deveria ser o comportamento das pessoas no ambiente em que esses livros eram guardados – se tornava uma premissa do acesso a códigos de comportamento “civil” – ao menos, dentro dessas instituições (DENIPOTI, 2007, p. 606).

Entre 1838 a 1840, não houve nenhuma alteração em seu orçamento, e a biblioteca continha muitos livros danificados, cabendo a algum destes serem queimados, reduzindo assim, ainda mais o seu acervo. Entre 1841 e 1843, apresentou os mesmos problemas an-

teriores, ou seja, orçamentários. Em 1844 e 1845, a biblioteca não esteve incluída nas despesas do Estado, sobrevivendo assim apenas de doações;

O que a biblioteca precisava era de uma grande reforma que pudesse fazê-la renascer e se encher de vida. Essa mudança começaria por suas instalações, pois precisaria que fosse colocado um novo telhado, as paredes necessitavam de pinturas, e o local de móveis novos e de obras modernas, estas que teriam que ser compradas e não doadas (PINHEIRO, 2004, p. 39).

Para atender as suas necessidades, em 1847, recebeu uma quantia de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) e em 1848, houve um aumento dessas verbas para 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis). No entanto, como das outras vezes, a verba não foi suficiente e ela continuou necessitando de reformas e reparos.

Ao decorrer dos anos, sua situação não mudou, continuava mal estruturada, com um acervo mal conservado, e com poucos livros, assim como diversas mudanças de locais para seu funcionamento. Sem condições de continuar com as despesas da mesma, foi passada a sua responsabilidade para a Sociedade 11 de Agosto. Todavia, a Sociedade, devido a problemas financeiros acaba fechando, sendo mais tarde o prédio ocupado pela Assembleia Legislativa e a biblioteca tendo que procurar novamente um lugar para adaptar-se, estando “[...] ora ligada a Instrução, ora ao Poder Legislativo, quer uma quer outra julgava aquilo coisa inútil e incomoda cada qual fazendo por desvencilhar-se da Livraria, como quem evita um inimigo perigoso” (FERNANDES, 2003, p.322). Desta vez, foi transferida para a Catedral da Sé, depois para a Assembleia Legislativa, e no final retornando para onde tudo começou: o Convento do Carmo.

Em 1889, com a República, deixou de ser chamada de Biblioteca Pública Provincial e passou a ser chamada de Biblioteca Pública Estadual. Em 1898, é criado um novo regulamento, sendo não muito diferente do anterior. E em sua direção ficou encarregado Antonio Francisco Lobo, dando assim uma reviravolta na sua trajetória: o seu horário de funcionamento mudou (diurno e noturno), recebia diversos homens ilustres, aumento do acervo, sala de leitura para mulheres, processamento técnico (baseado nos estudos biblioteconômicos), criação de um acervo infantil, seção de autógrafos, conferências ou conversas públicas, etc., tudo isto para melhorar a nossa “Livraria Pública”.

Em 1902, Ribeiro do Amaral assume a sua direção. Na sua gestão defendeu a permanência da biblioteca no prédio localizado na Rua da Paz, pois a sua localização oferecia condições propícias para o funcionamento da biblioteca: uma boa iluminação e ventilação. No entanto, ressaltava fortemente que seria necessário fazer reformas urgentes, como o reboco das paredes e a reforma do telhado, assim como sugeriu que fosse construído um segundo andar nesse edifício. Em 1913 assume Domingos Barbosa<sup>6</sup>, onde não permaneceu muito tempo no cargo. Propôs à encadernação de alguns jornais, sendo nessa mesma época a biblioteca foi transferida para a Rua do Egito, funcionando no prédio da Assembleia Legislativa. Desta maneira, o estado desobriga-se de arrumar um local adequadamente para a mesma, e eis que Domingos Perdigão assume. As condições da biblioteca como organização, edifício, público, etc., refletem implicitamente a cultura, o saber e a memória da sociedade de seu tempo (BARATIN;

---

6 Foi diretor de 12 de novembro de 1913 a 7 de janeiro de 1914.

JACOB, 2000, p. 10). Nesse caso, a do Maranhão reflete um descaso do poder público e o desinteresse da população local.

Diante de tantas problemáticas enfrentadas pelo diretor, destacamos a sua dedicação na organização, e desenvolvimento desta instituição, preocupando-se com as relativas instalações físicas, exercendo assim por nove anos consecutivos, iniciativas que pudessem alavancar a instituição na qual segundo ele, seria uma extensão da própria escola.

### **3 BIBLIOTECAS COMO INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR**

A educação no Maranhão passou e ainda passava nessa época por imensas dificuldades. A falta de verbas para a compra de materiais e edifícios adaptados para o ensino eram os maiores problemas enfrentados. Somando a isso, a carência de escolas, o abandono escolar, professores mal capacitados dificultavam ainda mais o ensino público no Estado. O ensino era dividido em escolas primárias de 1º grau (povoados), as de 2º grau (vilas), as de 3º grau (cidades), e ainda as escolas primárias elementares e integrais, também “[...] podemos notar o aparente interesse em romper com os métodos da escola tradicional, baseados no ensino abstrato, na memorização e repetição mecânica das lições” (SALDANHA, 2008, p. 141). Ressalta-se que até em meados de 1918 o Maranhão ainda não possuía estabelecimentos de ensino superior.

Portanto, Perdigão criou a seção infantil como forma de internalizar defeitos na instrução oferecida pelo Estado, ajudando a melhorar as condições educacionais do estado. De acordo com Perdigão (1916):

A nossa seção infantil, a qual tenho procurado, por todos os meios ao meu alcance, dar uma feição de utilidade, atraindo a infância com livros de fáceis leituras e profusamente ilustrados com belas estampas e, aos professores, franqueando o estabelecimento para seus alunos, examinarem e fazerem estudos das coleções aqui existentes, tendo sempre em vista o que diz Emma Gragim “o bibliotecário não pode ter amigo e aliado mais firme do que o professor, sobretudo quando este tem a compreensão clara do auxílio que a biblioteca e a escola se podem mutuamente dispensar (PERDIGÃO, 1916, p.77).

Para a formação do acervo das obras da seção infantil foi solicitado no ofício de 30 de maio, uma verba para a aquisição de obras referentes à leitura infantil. Sendo adquiridas por compra os seguintes livros:

Pátria brasileira; contos pátrios; alma; tratado de versificação; teatro infantil; poesias infantis; o meu sistema; coração; livros de exercícios; noções da vida prática; lições da vida doméstica; lições de cousas; sciencias naturaes e physicas; dictionario de rimas; botanica elementar; historia universal; historia do Brazil; Mario; sciencias naturaes em contos; historias da nossa terra; a arvore; atravez do brazil; minha terra e minha gente; contos para a infância (PERDIGÃO, 1916, p. 75).

Perdigão transcreveu sobre a relação existente entre a biblioteca e a instrução pública, pondo em destaque o aumento da frequência infantil, fator “[...] que atribuo às novas obras adquiridas e adequadas às idades juvenis, o que tem atraído consideravelmente os nossos bons amiguinhos da leitura infantil” (PERDIGÃO, 1916, p. 5). Para sua melhor acomodação, pedia-se a compra de “três ditas pequenas para leitura infantil”.

O diretor destacava fortemente essa relação entre biblioteca e ensino como forma de suprimir as carências da educação. Muitas crianças ainda tinham dificuldades de leitura e escrita, fator atribuído à falta de professores competentes, pois muitos dos que eram formados não conseguiam enfrentar os exames de admissão no qual eram submetidos, exames que feitos com muita rigorosidade, onde havia um grande número de matérias que deveriam ser estudadas para a prova. Devido a essas dificuldades da prestação desses exames, muitos desistiam ou não eram aprovados neles, ocasionando a contratação de professores por indicação, sendo dos quais muitos não tinham o magistério completo, ou haviam sido reprovados em outros exames.

Deste modo, para Perdígão (PERDIGÃO, 1916, p. 77), a finalidade das bibliotecas é que “são instituições de educação popular e, por isso, poderosos auxiliares da instrução pública”. As estratégias utilizadas pela biblioteca maranhense, para maior frequência e incentivo à instrução, estão na resposta do seguinte questionamento de Perdígão: “em que poderá, porém, influir a biblioteca na instrução de um povo que se não habituou a ler? Para esses mesmos poderá ser muito útil se conseguir habituar-lhe os filhos à leitura”. (PERDIGÃO, 1916, p. 77). Tendo esse como o objetivo das bibliotecas em geral, sempre incentivando o saber que se concretiza ao processo da leitura.

## 5 CONCLUSÃO

A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão nasceu por iniciativa de pessoas que viam a importância do papel de uma biblioteca dentro da sociedade, isto é, de lugar de memória e também de expressão cultural. Todavia, assim como em outras localidades do Brasil, essa iniciativa por muitas vezes ficava no papel, ou quando saía dele, não almejava os objetivos propostos da criação dessas instituições: envolver toda a sociedade. Tal fator, ora ligado a situações políticas, ora a fatores sociais, como numa sociedade empobrecida, e em sua maioria, analfabeta, vista simplesmente como um objeto estranho, sem um papel e local definido. Assim como tantas outras, esteve sujeita a disponibilidade de verbas e de incentivo público, sendo estes, na maioria das vezes insuficiente para a compra de livros, mobiliário e arranjos nas estruturas dos prédios.

Nesta perspectiva foi entusiasta e amante das letras, assim como tantos outros, se atentou com as dificuldades da mesma. Com seus estudos voltados para a área da educação e das bibliotecas infantis, procurou articular os seus conhecimentos nessas áreas com a sua administração na Biblioteca. Além disso, sempre procurou ressaltar a importância da mesma para a sociedade maranhense e, principalmente a sua contribuição para a instrução pública e na formação dos jovens.

Deste modo, nenhum diretor foi tão enfático em destacar a importância da biblioteca para a sociedade maranhense. Valorizava a biblioteca como instituição cultural e socioeducativa, como uma entidade que pudesse tirar os homens da ignorância e os trouxesse para a civilidade. Em suas justificativas para destacar a importância

do estabelecimento, questionava sempre com questões que instigassem os órgãos governamentais: “E não merecerá a Athenas Brasileira um prédio próprio para a biblioteca?” e “o Maranhão, a Athenas Brasileira – tem direito a uma bella Bibliotheca [...]”, onde reforçava a questão de Atenas Brasileira, período de maior desenvolvimento intelectual do Maranhão, onde por diversas vezes a instituição esteve presente. Destacava também a importância que a biblioteca tinha para a formação leitora dos jovens e como auxiliadora na instrução pública, onde esta era uma extensão da escola e objetivava diminuir os efeitos da falta de leitura.

## REFERÊNCIAS

BAÉZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

COLEÇÃO BIBLIOTECA PÚBLICA. Visite a Biblioteca Pública. Domingos Perdígão. (Homenagem da Biblioteca Pública do Maranhão ao 1.º centenário de nascimento do grande maranhense) vol. n.º4, 1972. São Luis.

DENIPOTI, Cláudio. Decência imperial, silêncio republicano: normas e gestualidades da leitura da leitura em regulamentos e estatutos de bibliotecas (1821-1918). **Varia História**, Belo Horizonte. v. 23, n. 38: p. 597-614, jul/dez 2007.

FERNANDES, Henrique da Costa. **Administrações Maranhenses: 1822-1879**. São Luis: Instituto Géia, 2003.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 160p.

MARANHÃO. Jornal O Imparcial. São Luís, 1929.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Bibliotheca do Estado do Maranhão apresentado ao Exm<sup>a</sup>. Sr. Dr. Secretario do interior pelo perspectivo director Domingos de Castro Perdigão.** São Luís: Imp. Official, 1916.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”:** políticas governamentais de Bibliotecas Públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação)- Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O que se deve ler:** vade-mecum bibliographico. S. Luiz do Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. **Caminhos e descaminhos da biblioteca pública da província do Maranhão.** 2004. 96 f. Monografia (conclusão de curso de graduação)- Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO, v.1, n.1 (ago.1926). São Luís: HIGM,2008. COMEMORATIVA DOS 83 ANOS, 1925 - 2008. eDIÇÃO ELETRONICA. Disponível em: <[http://issuu.com/leovaz/docs/revista\\_29\\_dez\\_2008](http://issuu.com/leovaz/docs/revista_29_dez_2008)>

SILVA, Diana Rocha da. **Recomeço de uma história: percurso histórico e a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão na Primeira República.** 2008. 104 f. Monografia (conclusão de curso graduação)- Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.





## **BIBLIOTECA, LEITURA E TECNOLOGIAS NA ATUAL CONFIGURAÇÃO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA: era da informação ou da indeterminação?<sup>1</sup>**

*Maria da Glória Serra Pinto de Alencar<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

Reflexões sobre a relação entre biblioteca, leitura e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC e a possibilidade da ampliação do acesso à informação no enfrentamento às desigualdades sociais na atual configuração de sociabilidade capitalista. Discute sobre a exclusão digital como decorrência da própria exclusão social. Adverte que o obstáculo maior ao acesso à informação via TIC, deve-se ao grave quadro social do Brasil, pela não efetividade das ações do Estado. Enfatiza a necessidade da prática da leitura como instrumento capaz de possibilitar o uso autônomo e crítico das TIC pela classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Biblioteca. Leitura. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC. Exclusão Digital. Desigualdades Sociais. Brasil.

---

1 Parte desse texto compreende alguns trechos originais extraídos da tese de nossa autoria apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada: “A POLÍTICA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DIGITAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: o elo perdido do Programa Casa Brasil, defendida em 17 de junho de 2013.

2 Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão Brasil. glorinha500@hotmail.com. Área de atuação: Biblioteconomia.

## 1 INTRODUÇÃO

“Nem o rádio, nem o cinema, nem a TV, nem a internet (quem lê tanto *e-book*?) foram capazes de dizimar a mágica da leitura, o fetiche do livro como objeto físico, palpável, ‘cheirável’.”

*Zeca Baleiro*

O surgimento das chamadas novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC, principalmente nestas últimas décadas, despertou, nos novos ideólogos da modernização ou do capital, um interesse ímpar em se entender como as TIC contribuem para uma nova dinâmica na sociedade. Sociedade essa denominada, pelos que discutem essa temática, como “Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento”, “Sociedade Pós-Industrial” ou, ainda, “Era da Informação”, “Era do conhecimento”, dentre tantas outras designações. Nesse sentido, preconizam que a sociedade, de um modo geral, deve participar efetivamente dessa nova dinâmica.

Incorporando essa lógica, teóricos, principalmente dos países dependentes, começam a discutir sobre a questão da inclusão digital, que seria a inclusão dos indivíduos na Sociedade da Informação, compreendendo a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços advindos das TIC e utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação.

Entretanto, não se pode pensar em inclusão digital sem nos remetermos à inclusão social. Além disso, as ações de inclusão digital não devem se limitar tão somente à questão do acesso, servindo apenas para ampliar os números das estatísticas. Torna-se necessário

que a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das novas tecnologias e para isso a prática da leitura crítica é condição essencial para atingir tal meta.

Dessa forma, apresentam-se alguns enfoques na tentativa de uma compreensão mais crítica e reveladora das diversas nuances que envolvem tal problemática.

## **2 A LEITURA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ATUAL CONFIGURAÇÃO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA**

Na segunda década do século XXI, os apologistas das novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC ainda proclamam que estamos em uma nova era: a da informação. Era da informação e do conhecimento ou seria, por trás de todo o apelo ideológico que permeia esse discurso, a era da indeterminação?

O advento da “revolução tecnológica” está, na realidade, relacionado com a reestruturação produtiva capitalista que se manifesta sob a égide da ideologia neoliberal iniciada na década de 1970 no centro do capitalismo mundial e, a partir da década de 1990, no Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que os ideólogos do capital tecem o seu discurso tecno-ufanista sobre a nova “sociedade da informação”, a teoria marxista contribui para o entendimento dessa nova configuração de sociabilidade capitalista, alertando para o fato de que, na verdade, estamos ainda vivenciando uma nova fase de intensas redefinições do capitalismo. Oliveira (2007, p. 34), numa análise consistente sobre a realidade brasileira, denomina tal fase de era da indeterminação: “trata-se de um novo processo no capitalismo

mundial, cujas expressões são ainda mais fortes na periferia.” Santos (2007, p. 292), ao se referir à análise de Oliveira (2007), destacou: “a era da indeterminação inaugura-se com os efeitos da financeirização do capitalismo, da explosão da dívida externa e da perda da centralidade do trabalho provocada pelo avanço tecnocientífico da Terceira Revolução Industrial.”

Isso significa atestar que a “Terceira Revolução Industrial” ou “Revolução Tecnológica” é uma revolução industrial capitalista pausada, em sua constituição, pelas reformas neoliberais. “A chamada Sociedade da Informação é uma sociedade da exclusão.” O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizado como um dos elementos determinantes dessa nova era, está intrinsecamente relacionado ao processo de mundialização do capital, à reestruturação produtiva e aos fenômenos que deles decorrem, como: o desemprego, a flexibilização e a precarização do trabalho e a perda de conquistas sociais por parte dos trabalhadores. (BOLAÑO, 2005, p. 2).

Assim, essa nova configuração capitalista, impulsionada pela lógica neoliberal que tenta a todo custo remover o trabalho da posição central que ocupa na estrutura dessa forma de organização societária, tem gerado “uma descomunal ‘sociedade dos excluídos’, esparramada mundialmente e para a qual as tentativas de resolução, nos marcos da lógica societária contemporânea, não passam de um exercício de manipulação” (ANTUNES, 2005, p. 24).

Dessa forma, sendo as inovações das TIC e a financeirização do capital (inovações/especulações financeiras) os elementos que movimentam o capitalismo contemporâneo (FARIAS, 2003), a clas-

se trabalhadora<sup>3</sup> deve “ajustar-se” às essas novas exigências do mundo do trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência, necessitando, então, da sua capacitação em relação ao uso das TIC. Os países periféricos que não fazem parte do centro do capitalismo mundial devem, assim também, buscar a inovação e o domínio das tecnologias mais avançadas como uma meta para que possam sobreviver na “nova ordem mundial”.

Ademais, a questão da inclusão digital no Brasil, no contexto da ideologia neoliberal, encontra-se pautada nos aspectos da modernização e da inovação, assumindo, também, como pressuposto, “a necessidade de se buscar um ‘novo perfil de qualificação’ do trabalhador” que atenda as exigências do novo padrão produtivo e tecnológico no atual contexto de globalização da economia, substituindo o paradigma taylorista-fordista. (LIMA, 2004, p. 117).

Para atender as exigências dos organismos internacionais e como forma de suprir a “demanda” desse novo perfil do trabalhador, iniciam-se os debates a respeito da inserção do Brasil na propalada “Sociedade da Informação”, desencadeando diversas ações do Governo Federal, cujo objetivo principal seria o de promover a “inclusão digital” como forma de atenuar a desigualdade social que se instala a partir dessa nova sociabilidade capitalista, apesar de sabermos que é típico do capitalismo dividir, marginalizar e excluir. Ou seja, diante desses aspectos conjunturais e estruturais, começam a proliferar inúmeras iniciativas de programas governamentais, no

---

3 O termo “classe trabalhadora” é empregado aqui referindo-se aos indivíduos que não possuem os meios de produção conforme Marx e Engels conceberam: compreende o proletariado como a classe dos trabalhadores assalariados modernos, **despossuidores de meios de produção próprios** e obrigados a venderem sua força de trabalho para sobreviverem.

sentido de resolver uma das expressões atuais da questão social: a exclusão digital.

Com todo esse apelo ideológico, fortemente disseminado na sociedade brasileira, torna-se impossível não procurar adequar-se ao que está sendo exigido. Assim, o acesso às TIC é condição *sine qua non* para acompanharmos as transformações na sociedade atual.

Nesse sentido, partimos da compreensão, então, de que a inclusão digital não deve se limitar apenas a uma instrumentalização básica de uso das TIC, mascarando uma realidade cujo objetivo principal é negar a luta de classes, mas sim como uma proposta de oferecer à classe trabalhadora condições de desenvolver a sua própria consciência, para que esta não se torne um elemento passivo diante do “fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes”, (GOLDMANN, 2008, p. 122), o fenômeno da reificação ou da coisificação, que transforma toda atividade humana em objeto, fazendo com que este assuma um valor acima do homem.

Defendemos uma concepção de inclusão digital que possibilite o uso crítico das TIC, tendo em vista o potencial que tais tecnologias oferecem ao se apresentarem como uma estratégia global capaz de mobilizar grandes massas da classe trabalhadora, podendo se constituir como um instrumento de luta para que “os novos ‘proletários’ deste mundo adquiram mais meios de se informarem e organizarem uma alternativa à atual” ordem existente, (ALMEIDA, 2002, p. 154), possibilitando a superação de toda e qualquer forma de exploração, humilhação e dominação do homem pelo homem. (FARIAS, 2009).

Isto é, mesmo garantindo-se o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, não está assegurada a apropriação autônoma e o uso efetivo das potencialidades que tais tecnologias, principalmente a Internet, possam vir a oferecer.

Nesse sentido, Mattelart (1994, p. 284) salienta que os meios de comunicação têm um papel muito importante a cumprir no processo de transformação e propõe uma reflexão sobre “o papel ativo do receptor e a necessidade de estudar as práticas cotidianas dos usuários segundo uma lógica de produção ou apropriação e não mais segundo a lógica da reprodução”.

[...] tal situação deve ser combatida com um processo de oferta universal de acesso aos equipamentos, às redes, às linguagens, sem restringir-se a aplicativos e sistemas, mas estendendo-se à própria cultura da rede mundial. Apropriar-se das tecnologias significa desenvolver e aperfeiçoar habilidades que vão de tarefas básicas, como: escrever um e-mail ou reconhecer um *spam*, a atividades complexas, como: pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços ou produzir um vídeo digital e transmiti-lo via web. Isso quer dizer que muitos aspectos da inclusão digital não estão nas máquinas nem na relação com as máquinas e, sim, no processo global de inclusão social. (ASSUMPÇÃO; MORI, 2006).

É nesse sentido que a leitura tem papel preponderante para a aquisição das condições de se fazer uso crítico das TIC, possibilitando a apropriação autônoma das mesmas. Como pesquisar de maneira eficaz, como nos alerta Mattelart (1994), sem compreendermos o que estamos realizando? Targino (2006, p. 43) nos oferece o seguinte esclarecimento sobre esta questão:

[...] a fim de que possa usufruir todos os recursos disponíveis em redes, de forma racional, lógica e ágil, o indivíduo necessita aprimorar a sua postura seletiva, recorrendo a mecanismos distintos, que incluem desde o simples hábito de leitura de resumos/*abstracts* à priorização de publicações especializadas, mas sobretudo, o completo domínio dos procedimentos de utilização das novas tecnologias.

E como obter completo domínio de uso das TIC sem que se tenha as habilidades necessárias para a prática da leitura? Em um país tão desigual como o Brasil, em que as TIC não estão asseguradas para o conjunto da classe trabalhadora, não seria mais adequado erradicarmos as inúmeras iniquidades geradas pelo capitalismo?

Poderíamos até pensar, de imediato, que a Internet e as TIC possibilitariam a melhoria da leitura e da pesquisa escolar em razão das inúmeras potencialidades que estas oferecem, porém, o que se presencia é que a internet tem sido muito mais utilizada como uma ferramenta de bate papo nas redes sociais. (FERREIRA; ALENCAR; BOTTENTUIT, 2011).

Ademais, considerando as implicações políticas, as quais se encontram vinculadas às econômicas e sociais, que historicamente formaram barreiras para o acesso público, não se pode pensar que a Internet seja, de imediato, a certeza de acesso público ao conhecimento. Não basta fornecer equipamentos de *hardware* e *software* às instituições públicas; precisamos, na verdade, combater algumas mazelas que se formaram ao longo da história, como: o analfabetismo, a fome, a pobreza e o abandono em que se encontra a maioria da população brasileira.

Ao lado da tão chamada Sociedade da Informação, reside outra, muito mais populosa, que é a sociedade não informada e não

conectada. A sociedade brasileira, caracterizada historicamente por alarmantes índices de desigualdades regionais, sociais e educacionais, não permite generalizar que se está em uma “Sociedade da Informação”.

Afinal, em um país com 11,4% de analfabetos entre as pessoas acima de dez anos de idade e com 50,7% da população recebendo até dois salários mínimos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, realizada pelo IBGE, em 2001, qual o sentido de se falar em exclusão digital? A exclusão digital não seria uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da melhoria de condições de vida e renda da sociedade? Em outras palavras, até que ponto o combate a essa exclusão seria importante diante de tantas carências? (SILVEIRA, 2008).

Embora a análise de Silveira reporte-se a dados de 2001, tal situação foi praticamente inalterada pelo último Censo realizado em 2010, o que comprova que a taxa de analfabetismo no país reduziu apenas para 9,6% e, ainda em relação aos rendimentos, os dados são praticamente os mesmos: 50% da população recebe menos do que um salário mínimo. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Parece que, diante desse quadro, a sociedade brasileira apresenta-se como imatura, sem condições de perceber a importância das TIC como propulsora de desenvolvimento. Não porque estas não possam efetivamente possibilitar o acesso à informação e assim contribuir sobremaneira para a alavancagem econômica, social e política do país, mas porque os indicadores sociais, ao longo do processo de construção da sociedade brasileira, ainda não conseguiram ultrapassar patamares mínimos de garantia

de melhoria de condições de vida e renda para a grande parte da população.

Além disso, percebe-se que o advento das novas TIC, em vez de diminuir, aumenta ainda mais a desigualdade social, como nos acrescenta Targino (2006, p. 59): “Em suma, é impossível relegar o descompasso e o *gap* que há entre as sociedades que detêm as informações e o monopólio da produção dessas tecnologias e aquelas que, como a brasileira, destinam-se mais a consumi-las e absorvê-las [...]”.

Na verdade, precisamos enfatizar mais as necessidades humanas do que todo esse aparato tecnológico que nos é apresentado como uma panaceia para todos os males.

Também não podemos perder de vista que as formas ou modalidades de acesso à informação, capaz de possibilitar a produção de conhecimento, não estão asseguradas para todos. E estas, as formas de acesso (*hardwares e softwares*), são bens materiais, esgotáveis e tangíveis. E nunca foram produzidas pensando no homem e no seu desenvolvimento social.

As TIC (modalidade de acesso à informação), vista aqui como fruto de conflitos e interesses, estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência. Foram criadas e sobrevivem preocupadas com a produção.

Neste sentido, a sociedade da informação está posta para mascarar ou, não enxergar, a dominação que existe. As TIC estariam então, a favor dos excludentes e não dos excluídos. As informações que proliferam nas redes de informação e comunicação, diga-se Internet, estão muito mais a favor da preservação do conhecimento da classe dominante do que o contrário. Assim, como, no seu processo histó-

rico, a biblioteca sempre esteve relacionada e comprometida com o poder dominante. O que nos permite concluir que grande parte da classe trabalhadora sempre esteve à margem de sistemas informacionais que pudessem conduzi-los a uma prática efetiva de leitura crítica, condição básica para que esta possa adquirir a sua consciência de classe e lutar por seus interesses.

### 3 CONCLUSÃO

O apelo ideológico que a elite dominante passou a difundir, a partir do final do século XX e início do XXI, voltou-se para o fetichismo tecnológico acerca de uma suposta inclusão digital.

É como se essa nova configuração de sociabilidade capitalista, decorrente do uso intensivo das TIC, funcionasse em benefício da classe trabalhadora, visando a oferecer melhorias para a sua vida, inclusive potencializando a leitura midiática. Desse modo, a inclusão digital é apresentada como a “solução” para todas as expressões da questão social.

Apesar de admitirmos que, ao possibilitar o uso crítico e autônomo das TIC, acessando informações que não reproduzam o modelo social vigente, a inclusão digital possa se constituir como uma atividade voltada para a emancipação do homem, tais tecnologias, conforme discutimos, nunca foram produzidas destinadas à real satisfação das necessidades humanas.

Enfim, para que se possa realmente acreditar em uma possibilidade da prática da leitura crítica por intermédio do uso das novas mídias ou TIC, necessário se faz concebê-las para “além do capital” (MÉSZÁROS, 2002), e não relacionadas a este, de tal maneira que

dissimule as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade contemporânea.

Dessa forma, torna-se necessário, então, que através da leitura a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das novas tecnologias, utilizando-as de modo autônomo e crítico para que consiga desenvolver sua consciência de classe de modo a favorecer a luta por seus interesses.

**LIBRARY, READING AND INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY IN THE CURRENT CONFIGURATION OF CAPITALIST SOCIABILITY:** the information age or indeterminacy

**ABSTRACT**

Reflections on the relationship between the library, reading and new Information and Communication Technologies-ICT and the possibility of increased access to information in addressing social inequalities in the current configuration of capitalist sociality. Discusses the digital divide as a result of their own social exclusion. Warns that the biggest obstacle to access to information via ICT, due to the severe social context of Brazil, not the effectiveness of government actions. Emphasizes the need to practice reading as an instrument to enable autonomous and critical use of ICT by the working class.

**Keywords:** Reading. New Information and Communication Technologies-ICT. Digital Divide. Social Inequalities. Brazil.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Lutas Sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil:** Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

ASSUMPCÃO, Rodrigo; MORI, Cristina. **Inclusão digital**: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer. 17 maio 2006. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Sociedade da informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento. **Telos**, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A economia política do financeiro. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.7, n.2, p. 141-174, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Aula expositiva sobre o Estado**. São Luís, 2009.

FERREIRA, Maria Mary; ALENCAR, Maria da Glória S. P. de; BOTTENTUIT, Aldinar M. Tecnologias de informação e desigualdades sociais no Brasil: acesso à informação e contradição do Estado democrático. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECARIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGOS, 3., 14-16 sept. 2011, La Paz. [**Trabalhos apresentados**]. La paz: Biblioteca y Archivo Histórico de La Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

GOLDMANN, Lucien. A reificação. In: LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. **Lucien Goldman**, ou, A dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**: história das ideias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Qualificação e emprego no Brasil**: uma avaliação dos resultados do PLANFOR. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: \_\_\_\_\_; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Laymert Garcia. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. Disponível em: <[www.cgee.org.br](http://www.cgee.org.br)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

TARGINO, Maria das Graças. Internet e a sociedade: um sonho a mais? In: \_\_\_\_\_. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006. Cap. 4, p. 39-61.



## LA MISIÓN DEL BIBLIOTECARIO<sup>1</sup>

María Nelly Gómez Ciro<sup>2</sup>

### RESÚMEN

Ante la reflexión de la “*dimensión social*” de nuestro ejercicio profesional, se propone un ligero recorrido desde la historia hasta la actualidad, para indagar y reflexionar, sobre los orígenes de la misión del bibliotecario. Ha cambiado la misión del bibliotecario? Porque es importante que esta disciplina sea oficial ante el Estado? Agilidad, precisión, dinamismo, intercambio de conocimientos, en suma, eficiencia en la búsqueda de la información, son cambios que deben influenciar la misión del bibliotecario y multiplicar la capacidad de servicio, siendo coherentes como género humano, con el segmento del tiempo que nos ha correspondido vivir.

### RESUMO

Missão do bibliotecário. No reflexo da “*dimensão social*” da nossa prática, propomos uma viagem pela história até o momento de investigar e refletir sobre as origens da missão da biblioteca. Tem a missão da biblioteca? Porque é importante que esta disciplina é oficial com o Estado? Agilidade, precisão, dinamismo, compartilhamento de conhecimento, em suma eficiência na busca de informações são as mudanças que devem influenciar a missão da biblioteca e multiplicar a capacidade de atendimento quanto a humanidade ser coerente com o segmento de tempo caiu em que vivemos.

---

1 He hurtado – de manera atrevida y sin consultar – este título para mi ponencia, de una publicación de José Ortega y Gasset , que lleva el mismo nombre: Misión del Bibliotecario.

2 Bibliotecaria y Archivista. Docente Universidad del Quindío – Medellín, Colombia.

## 1 INTRODUCCIÓN

Ante la reflexión de la “*dimension social*” de nuestro ejercicio profesional, propongo trasladarnos al pasado para indagar en él y reflexionar sobre los orígenes de nuestra misión<sup>3</sup>.

La evolución de la escritura y la lectura nos permitió dejar huellas a través del del paso del tiempo, y la aparición de nuevas formas de comunicación entre los seres humanos.

Es tan notoria la influencia que tienen estos elementos, que incluso su aparición, es la barrera sutil que partió la presencia de nuestra especie en pre e historia.

Desde la comunicación mural en el antiguo Egipto, los códigos y pergaminos romanos del medio oriente, hasta el sutil papel de seda de la china milenaria, hemos contado - los hombres y las mujeres privilegiados (aunque no debería ser tan excluyente ese derecho fundamental) con formas en donde los símbolos y los gráficos, se transforman en testimonios de evolución y legados de conocimiento.

Lo que también ha cambiado con el paso de los siglos es la forma como la humanidad preserva y accede a esos textos y amplía, verifica o renueva su visión del mundo. Templos, palacios, monasterios, antiguas universidades e incluso celdas y catacumbas han albergado los escritos y se convirtieron en santuarios para la lectura y la escritura.

---

3 **Misión.** El término misión proviene del latín *missio* y se relaciona con la práctica de realizar envíos. Entre los distintos usos de la palabra que reconoce la [Real Academia Española \(RAE\)](#), aparecen la facultad que se le otorga a un individuo para desarrollar alguna tarea; el encargo de tipo temporal que reciben los diplomáticos y funcionarios por parte de las autoridades de un gobierno; la iglesia o el lugar donde los misioneros se encargan de predicar.

Y cuando apareció el bibliotecario?Cuál era su misión antes y cuál es ahora? Habrá cambiado la misión del bibliotecario en este tiempo de transmodernidad?<sup>4</sup> Asomémonos al interior de la palabra MISIÓN – es lo que un hombre tiene que hacer en su vida, no impuesta, pero si propuesta, como un imperativo. Es un ingrediente de la condición humana – porque sin hombre no habría misión, ni bibliotecarios.

Para vivir, debemos estar haciendo siempre algo – o corremos el peligro de sucumbir - porque la vida es un quehacer permanente y para precisar solo basta mirar el contorno social y en él encontramos las vidas y en ellas una línea común que agrupa a las personas de acuerdo a la arquitectura esquemática de esas vidas: a lo que hacen, a lo que frecuentan, en lo que creen y de ahí determinamos que son: maestros, ingenieros, doctores, ó jóvenes, adultos, niños, etc.

Pero siempre estuvieron definidas estas denominaciones? Por supuesto que nó, como hubo épocas en las que no había medicos, ni ingenieros ni maestros... tampoco hubo bibliotecarios, pues ni siquiera había libros. Con la aparición de la imprenta de Gutemberg, la publicación de los libros pudo de alguna manera alcanzar un carácter más colectivo, se amplio la capacidad de producir textos en di-

---

4 **Transmodernidad.** El filósofo argentino Enrique Dussel, en su libro Postmodernidad, transmodernidad (1999), lo sitúa en el contexto de la Filosofía de la Liberación y la indagación sobre la identidad latinoamericana, entendiendo por teorías transmodernas aquellas que, procedentes del tercer mundo, reclaman un lugar propio frente a la modernidad occidental.

Por otro lado, la noción de transmodernidad apareció en el marco de encuentros relacionados con la cultura de la paz, el diálogo intercultural o la filosofía del derecho. La transmodernidad pretendería una síntesis entre posturas premodernas y modernas, constituyendo un modelo en el que se acepta la coexistencia de ambas, con el fin de compatibilizar la noción de progreso con el respeto de la diferencia cultural y religiosa, intentando superar el rechazo, principalmente de países islámicos, a la visión Occidental de la modernidad.

ferentes idiomas y en una mayor cantidad, de ahí que el libro se convirtió en una unidad de saber cuyo acopio y consulta era necesario.

Pero antes de Guemberg ya teníamos libros y quiere decir entonces que no había bibliotecarios?

Seguro! Como un comportamiento individual, particular, y muy personal de algunos pocos que hacían esta tarea. Existen – desde épocas muy antiguas – algunos hombres que se ocuparon de coleccionar escritos y libros, los ordenaban y catalogaban - tal vez de manera parecida a lo que conocemos hoy en nuestro oficio-. Y fueron esos pioneros, los precursores de la MISIÓN DEL BIBLIOTECARIO.

RECORDEMOS una de las primeras experiencias de clasificación: se dió en la Antigua Grecia, 350 A.C., al dividir Aristóteles los organismos en dos grupos: reino animal y reino vegetal.

En el antiguo oriente, en la biblioteca de Asurbanipán en Nínive (en los años 722 A.C. ), se dividieron los fondos en: ciencia, derecho, historia, magia y dogma. Se sabe también que en las bibliotecas de Babilonia, Grecia y Roma los fondos estaban organizados usando una clasificación definida así como en Mesopotamia, Asiria y Egipto Antiguo.

Y como no mencionar a **Climaco**, en el año 260 A.C., quien realizó el primer catálogo en la Biblioteca de Alejandría. Organizó quinientos mil volúmenes, distribuyendo sus índices: por autores y por títulos.

## 2 CUAL ERA LA MISIÓN DE ESTOS BIBLIOTECARIOS? CUAL ES AHORA?<sup>5</sup>

Muchas preguntas y ningún planteamiento que nos conduzca un poco a encontrar una respuesta.

Existe ya en esta época el bibliotecario, como un profesional espontáneo. Algunos hombres se dedicaron a realizar esta tarea – todos de manera particular, personal, individual. Obedeciendo –quizá– a sus instintos y necesidades intelectuales.

Hombres diferentes a sus semejantes de aquella época. Hombres que tenían la inquietud de leer, de aprender, de conservar el conocimiento, de establecer su propio criterio y la pretensión de conservarlo y transmitirlo...

Pero aún, no existe el BIBLIOTECARIO definido como tal. El ESTADO no ha hecho oficial esta tarea, esta necesidad social, esta disciplina, esta profesión.

Alrededor del año 1850, se da un paso decisivo en la definición de BIBLIOTECARIO, hace relativamente poco tiempo. Y detengámonos a pensar que en menos de dos siglos, el bibliotecario y sus conocimientos han logrado permearse entre todas las disciplinas milenarias.

Esto nos da una idea de lo importante de nuestra disciplina y de lo trascendental que puede llegar a ser nuestra misión, nuestro servicio. Porque es importante que nuestra disciplina sea oficial ante el Estado? El estado somos todos, pero es administrado por una

---

5 Galdo, Alessandra, Vieira da Cunha, Miriam. Las profesiones de bibliotecario y administrador frente a la morfología descentralizada de la red en la sociedad de la información: un análisis comparado. Ciencias de la Información [online] 2009, 40 (Mayo-Agosto). En: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181421565003>> ISSN 0864-4659

porción de la sociedad elegida o destinada a ello, que define usos, costumbres, opiniones y sobre todo: posibilidades de servicios a los ciudadanos como educación, formación, y acceso al conocimiento -escencia de nuestra profesión-.

A través de leyes, el Estado formaliza e institucionaliza el acceso colectivo a unos servicios necesarios y demandados por los ciudadanos y que son menester para que esa misma sociedad trascienda.

Aca vale la pena recordad que *“La sociedad democratica, es hija del libro. Es un triunfo del libro escrito por el hombre sobre el libro revelado por Dios”*. Se convierte el libro en algo socialmente imprescindible y se ubica dentro de la sociedad con una función pública esencial dentro de la organización y el desarrollo del estado. Oficializadas las ciencias y las letras, éstas ayudarán a materializar la existencia de las masas con un mejor o más alto nivel de vida que el hasta ahora conocido, sumándole a esto un gran repertorio de ideas morales, lo que supone representará en los hombres cierta dosis de cultura que permitirá la coexistencia en grandes urbes y la instalación efectiva de la democracia.

No obstante este maravilloso invento del hombre, algún día se volverá contra la misma clase gobernante que propició su uso y difusión. Sociedades más educadas, más leídas, tendrán un mayor criterio y por lo tanto no serán fácilmente “manejables” y con ellas vendrían los diferentes movimientos revolucionarios y cuestionadores del orden social y de la organización de los estados que hemos visto en los tres últimos siglos.

Pero una vez definido el oficio del bibliotecario por el estado, volvamos entonces a la definición de MISIÓN: es lo que se tiene que hacer y punto. Es dedicar la vida a la prestación de un servicio

escencialmente público, que debe ser de fácil acceso, para todos sin distinción de color, raza, condición económica y creencias, gratuito, oportuno y que ante todo, sirva y cumpla la misión definida - no se sabe exactamente por quién, ni cuando, y es además pretencioso de mi parte tratar de definirla – pero podríamos decir que *esa MISIÓN es la de permitir al hombre, conocer otras formas de vida, de organización, otros saberes que le permitan establecer comparaciones con su realidad, definir un criterio y construir un cambio!*

Hace tan sólo hace dos o tres decenios, unas milésimas de segundo de nuestra edad como especie, se pudo superar la barrera de las distancias geográficas con la aparición del internet, que no solo ha modificado la forma de acceso al conocimiento, también ha transformado la manera de comunicarnos y con ella nuestra MISIÓN: tenemos ahora medios para educar, para compartir el conocimiento y llevarlo a más personas sin importar su ubicación, rompiendo barreras culturales y socioeconómicas, haciéndolo más universal.

Tenemos ahora la posibilidad de comunicar para formar, para crear conciencia ciudadana donde cada individuo tenga la posibilidad de reconocerse como parte de una sociedad y pueda determinar los derechos y deberes de los que es sujeto, mecanismos para que su voz se escuche y para contribuir a su desarrollo.

Tenemos ahora medios para divulgar y socializar, para que la universalidad ciudadana se construya desde un aprendizaje y una comunicación común, formadora de opinión, de conocimiento. Medios que pueden convertir ese conocimiento en punto de partida para la discusión y para el crecimiento como especie.

En los últimos años se ha modificado el mapa geopolítico mundial, llegó la tecnología, y la globalización modificó la forma de

ver y entender el planeta. Lo que es tan interesante como innegable es que por primera vez en la historia se habla de un intangible que caracteriza una nueva era, como rasgo distintivo de un periodo de la historia humana.

Pasamos la Edad del Hierro, la Edad del Bronce, la Era Agrícola, la Revolución Comercial, la Era Industrial; todas ellas basadas en recursos naturales, con el uso de materiales, en modos y medios de producción.

Ahora hablamos de la EDAD DE LA INFORMACIÓN y LA EDAD DEL CONOCIMIENTO, dos elementos que no se siembran y cosechan, que no se extraen y se obtienen de altas temperaturas, que no se consiguen en el comercio y no se compran en el mercado.

La información y el conocimiento son ahora un activo rentable, hablamos de dos dimensiones del ser humano, solo entendibles desde su evolución y desde el desarrollo de la civilización.

Estos son los nuevos soportes del género humano: la información y el conocimiento, terminos entre los que vale la pena ubicar otro; el aprendizaje. Y es allí, donde entra de nuevo la MISIÓN del Bibliotecario a jugar un papel trascendental en el desarrollo social.

Ya el libro no esta confinado al inframundo – como en algunas épocas que estuvo entre los muros de Palacios, Castillo o Conventos – como privilegio solo para algunos, ya el libro ha salido a la luz pública, ya no tiene la censura de ser exclusivamente para lo religioso o lo legal, ha dejado de ser mandatorio para convertirse en “revelación” y al ser revelación, es el lector quién le impregna su “interpretación”.

Ya el libro no es escaso – hay una oferta abundante – y es parte de la MISIÓN DEL BIBLIOTECARIO ayudar a los lectores

a depurarlos<sup>6</sup>, para que no se pierdan en una selva de información como los primigenios del pasado se perdían en el desconocimiento y la desinformación.

Ante la facilidad de producción del libro impreso o electrónico, debemos ayudar a construir estrategias de regulación y de administración que permitan al libro mantener esa función vital que lo acompaña desde su nacimiento.

Lo que resulta paradójico es que tan sólo hace dos o tres decenios había dificultad de acceso a la información y el conocimiento y servicio por todas las circunstancias que el desarrollo nos ha permitido superar, pero aún hoy no tenemos la suficiente claridad en la conciencia de que nuestra misión, **la Misión del Bibliotecario, es variable, migratoria, evolutiva y por ello mismo cada día es más exigente y trascendental.**

Agilidad, precisión, dinamismo, intercambio de conocimientos, en suma, eficiencia en la búsqueda de la información, son cambios que deben influenciar nuestra misión y multiplicar la capacidad de servicio siendo coherentes como género humano con el segmento del tiempo que nos ha correspondido vivir.

---

6 FANDINO-LOZANO, Martha. Revisión de literatura científica en condiciones de exceso de información: en las condiciones actuales de exceso de información, surge una nueva dificultad metodológica: de qué manera decidir cómo y qué leer. No es posible leer todo en el tiempo disponible en los estrictos cronogramas de investigación. El uso de herramientas de búsqueda avanzada con las palabras clave que en un primer momento nos parecen útiles, produce demasiadas referencias de calidad no controlada y, lo peor, que no parecen adicionar nuevo conocimiento acerca del tema de interés; situación que contradice el sentido mismo de revisar la literatura científica.

## BIBLIOGRAFÍA

FANDINO-LOZANO, Martha. Revisión de literatura científica en condiciones de exceso de información. *Univ. Sci.* [online]. 2008, vol.13, n.1 [citado 2013-09-02], pp. 75-83 . Disponible en: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0122-74832008000100008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-74832008000100008&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0122-7483.

GALDO, Alessandra, Vieira da Cunha, Miriam. Las profesiones de bibliotecario y administrador frente a la morfología descentralizada de la red en la sociedad de la información: un análisis comparado. *Ciencias de la Información* [online] 2009, 40 (Mayo-Agosto). En: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181421565003>> ISSN 0864-4659

ORTEGA Y GASSET, José. Misión del bibliotecario y otros ensayos afines. Ediciones de la Revista de Occidente. Madrid (España) 1967. Colección El Arquero. Segunda edición. Depósito legal: M.4.140-1967.



## A BIBLIOTECA E O BIBLIOTECÁRIO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: desafios<sup>1</sup>

*Georgete Lopes Freitas<sup>2</sup>*

### RESUMO

A sociedade da informação e os desafios para a biblioteca e o bibliotecário na disseminação de serviços e produtos. Destaca o histórico da sociedade da informação e a construção de serviços baseado em uma estrutura formal pautado nas mudanças sociais. Defende a ideia de que com a mudança do paradigma de lugar, para o de acesso lógico, eletrônico, os bibliotecários têm que buscar constantemente o aprender a aprender, preconizado para a educação do século XXI. Enfatiza o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no ambiente dos sistemas de informação. Conclui delineando os desafios para a disseminação da informação na atualidade.

**Palavras-chave:** Sociedade da Informação. Tecnologias de Informação e Comunicação. Biblioteca. Bibliotecário.

### 1 INTRODUÇÃO

Entender a prestação de serviços na sociedade da informação é se inserir em um ambiente de complexidade subjacente aos assuntos mais discutidos a partir da década de 1940, tais como: caos,

---

1 Artigo apresentado no V Encontro Latino-Americano de Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos (EBAM), São Luís – Maranhão, 16 a 18 de outubro de 2013.

2 Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Biblioteconomia.

cibernética, redes, inteligência artificial, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), informação, desigualdades, dentre outros.

A lógica das ciências em tempos pós-modernos é proporcionar conclusões ambíguas, indeterminadas e incertas. Nesse contexto, não existe (e nunca existiu) uma simplicidade inerente à prestação de serviços em bibliotecas, constituindo-se um desafio para o setor informacional, onde o imperativo é o constante trabalho com o conhecimento em tempos incertos, aportados pela teoria da complexidade.

Então, se o destaque da sociedade da informação é a mudança, é o aprender a aprender, como corporificar as vertentes do conhecimento e formalizá-lo? Há que se destacar que as informações levam à construção, à transformação, troca dialética com os usuários de realidades sociais diversas.

Nesse sentido, disseminar a informação significa ter a visão crítica da sociedade em pauta, desconstruir os modelos existentes, avançar nas discussões, estabelecer novos paradigmas, desenvolver uma sociedade (utópica?) de inclusão.

As bibliotecas e os bibliotecários não estão alheios às mudanças, não adota posturas da inexistência do problema e sim, trabalha o seu papel social de democratização do acesso à informação.

## **2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

A sociedade da informação originou-se pelo desenvolvimento econômico e pelo uso do conhecimento veiculado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação em todas as áreas e serviços prestados. Na educação, tais fatores reportam-se aos grandes aparatos educacionais à disposição de professores e alunos para retrabalhar os

conteúdos e realidades em sala de aula, as diferenças, as igualdades, as potencialidades etc.

Segundo Freitas (2005, p. 6) “O termo sociedade da informação está relacionado a aspectos concernentes ao conhecimento, à educação, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à comunicação. Reflete diretamente nas palavras democratização e universalização do conhecimento e do acesso dos cidadãos às tecnologias digitais”.

Assmann (2002, p.8) ressalta a Sociedade da informação como aquela

[...] que está actualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação [...] são necessárias políticas públicas que possam ajudar-nos a beneficiar das vantagens do progresso tecnológico, assegurando igualdade de acesso à info-alfabetização e às info-competências.

Werthein (2000) caracteriza a sociedade da informação como sociedade globalizada e substituta da sociedade pós-industrial que é também caracterizada sociedade pós-moderna. Porém, Dantas (1999, p.30) preconiza a 3ª revolução industrial, fruto da micro-eletrônica, a partir da década de 1940. Então, isso significa dizer que a sociedade da informação é a sociedade fruto da 3ª revolução industrial, onde o primordial para as organizações é a informação / o conhecimento nos seus moldes tácito e explícito.

Para o Comitê Gestor da Sociedade da Informação, que preconiza o desenvolvimento “A pior das exclusões é a do conhecimento”. E essa é a realidade hoje com a sociedade atual nos diferentes Estados do Brasil. “Enquanto algumas regiões do país encontram-se

na vanguarda nacional em ciência, tecnologia, inovação e educação, outras permanecem em situação comparável ao início do desenvolvimento científico e tecnológico de meados da década de 1970.” (MEMÓRIA..., 2002).

Tal panorama se faz mais premente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte onde as políticas regionais educacionais e de ciência, tecnologia e inovação não promovem a articulação entre os currículos do ensino superior, fundamental, médio e técnico. Mais uma vez há a ênfase na revisão dos currículos de Ciências do Ensino Fundamental e Médio, com a reformulação dos programas tradicionais, inserindo a formação humana, social, educação ambiental, novas tecnologias etc. e promover a integração entre as instituições de ensino.

Nesse contexto, Sardenberg (BRASIL, 2000, p.v) no Livro Verde para a Sociedade da Informação no Brasil, enfatiza

O conhecimento, hoje mais do que no passado, como um dos principais fatores de superação, de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura e, sua manutenção, depende nitidamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Wertheim (2005, p.1) contribui para esse pensamento ao ressaltar que a “[..] educação é instrumento de desenvolvimento, comprovado empiricamente por todas as pesquisas da UNESCO”.

Entende-se nesse contexto a informação como o reflexo de uma prática cultural, social, econômica, científica, tecnológica, política etc. onde a realidade / o conhecimento precisa ser trabalhado de

forma inter-relacionada, enfocando os fatos do passado, do presente e cenários futuros nas diferentes disciplinas, áreas do conhecimento, ciências.

Concorda-se com tais vertentes, pois a educação com o seu objeto de trabalho, o conhecimento / o saber é a grande responsável por empreender esforços de inclusão do povo brasileiro nas diferentes áreas do conhecimento, percebidas nas linhas teóricas do Livro Verde. Aos educadores, aos professores cabe trabalhar as 8 vertentes, inter-relacionando-as. Perceba-se a complexidade.

As metas traçadas para a inclusão do Brasil na sociedade da informação envolvem entender: a) a sociedade da informação; b) mercado; c) trabalho e oportunidades; d) universalização de serviços para a cidadania; e) educação na sociedade da informação; f) conteúdos de identidade cultural; g) governo ao alcance de todos; h) P&D, tecnologia-chave e aplicações; e i) infraestrutura avançada e novos serviços.

Três dos oito itens para a inclusão do Brasil na sociedade da informação direcionam-se à prioridade para a educação, cidadania e identidade cultural e, no capítulo quatro do Livro Verde sobre a educação na sociedade da informação, destacam-se: a) educação para a cidadania; b) infraestrutura de Informática e Redes para a Educação; c) novos meios de aprendizagem; d) educação a distância; e) desafio da formação tecnológica; e f) novos currículos.

No que se refere especificamente a currículo, tem-se o impacto das TIC e a necessidade de empreender “[...] um amplo processo de revisão curricular em todos os níveis e áreas. Um reposicionamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais deve se reconsiderado.” (BRASIL, 2002, p.49).

Nessa concepção das TIC no espaço das escolas, MACEDO (1997, p.41) ressalta que “[...] a partir da década de 1970, a presença cada vez maior da informática na vida social tem dado novo alento à teoria do capital humano: por um lado, a escola precisa preparar seus alunos para um mundo cada vez mais informatizado; por outro, o conceito de formação profissional tem sofrido profundas alterações.” Há a necessidade de se educar para as habilidades e competências que o mercado preconiza.

Discorda-se da autora ao vincular a adoção de informática nos currículos apenas como uma forma de prepará-los para ingressar em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e, sim, deve ser visto para instrumentá-lo a existir no mundo atual de mudança no suporte de comunicação. Essa informatização na escola não é apenas para absorção no mercado de trabalho e sim para instrumentalizar o aluno para o acesso e inclusão digital que possibilita o acesso às informações mundiais em segundos.

Ainda, no contexto do uso de tecnologias na escola, Macedo (1997, p.46) ressalta que “A globalização associada ao discurso neoliberal tem nos colocado diante da ideologia da eficiência e da qualidade técnica como se não houvesse outras formas de olhar o mundo.” A esse respeito, a sociedade pós-moderna, sociedade da informação, sociedade em redes, sociedade globalizada, está influenciada pelo uso das TIC. Isto significa a desterritorialização da informação, da forma de comunicação, do acesso às diferentes culturas e pelo rechaçamento maior dos que não tem acesso a esse mundo da informação. O papel das escolas é trabalhar esses conhecimentos com os alunos dos diferentes segmentos econômicos e transformar a

partir de uma política governamental séria voltada para a educação e para a sociedade da informação.

Tais norteamentos estão presentes nas preocupações para a inclusão do Brasil na sociedade da informação até o ano de 2010 (BRASIL, 2000). A meta está em vias de ser suplantada, pois as políticas governamentais nos níveis central, estadual e municipal, hoje, não refletem empenho para o cumprimento das metas do Programa relativo à educação e às outras variáveis.

Na sociedade da informação é premente que os bibliotecários trabalhem com os “silêncios” da esfera governamental, objetivando analisar os distintos interesses e contradições. Há necessidade de inserir a biblioteca escolar, pública, universitária na esfera política e entendendo a escolarização como luta em torno da definição de significados e de relação de poder e desenvolver o estudante, o pesquisador como agente crítico, questionando como o conhecimento é produzido e distribuído e procurando torna-lo significativo, crítico e emancipatório.

A sociedade da informação depara-se em meados da década de 1970 com questões duais e problemáticas, de cunho geral e específico, tais como: doenças, trânsito, violência, direitos humanos, sexo, destruição ambiental, etc. e como enfocá-los no currículo e na necessidade de formalização, de um norteamento?

Pautam-se as ideias principalmente no que concerne à biblioteca escolar, berço do processo de desenvolvimento do pesquisador. No trabalho em escolas e na biblioteca confrontam-se culturas e linguagens do corpo de professores, bibliotecários, com suas culturas, seus conhecimentos de mundo, formal, da percepção de alunos, administradores etc. Enfim, os diversos sujeitos que povoam a escola, a

realidade da sociedade da informação e os diferentes níveis de aprendizagem no decorrer de sua vida na educação formal.

O que as escolas de ensino fundamental ao superior precisam observar ao elaborar o currículo é que, como dizia Heráclito em 456 a.C.: “A única coisa permanente é a mudança” e para as profissões que trabalham com o conhecimento é uma realidade que não pode ser relegada a segundo plano. O conhecimento existe e é reconstituído através dos paradigmas e da adoção de bandeiras de lutas dos pesquisadores que vão estabelecendo marcos a serem estudados, confirmados, reconstruídos ou refutados.

### **3 CONCLUSÃO**

Na sociedade pós-moderna, sociedade da informação, a aprendizagem pressupõe uma jornada na criação do significado. Ninguém é dono da verdade e todos têm o direito de ser compreendidos.

Procurou-se enfatizar as discussões dicotômicas em face da sociedade de serviços, pós-moderna, em redes, da informação, onde o ser o estar, o fazer, o permanecer estão regidos pela diversidade.

Os problemas na disseminação da informação em bibliotecas devem-se às incertezas e à necessidade de formação para a diversidade dos bibliotecários, com vistas a entendimentos holísticos e hermenêuticos do poder e das ideologias que são perpassadas tradicionalmente.

Na sociedade da informação os bibliotecários percebem os desafios de voltar-se para a realidade circundante, para as exigências sociais e ao mesmo tempo ter uma visão crítica, entendendo as relações

de poder subjacente entre governantes, pesquisadores, professores, pais, alunos, dentre outros.

Não se questiona uma sociedade com os termos citados como: sociedade pós-moderna, pós-industrial, espetáculo, em redes, da informação, pois ela está posta, ela existe independente da terminologia utilizada e não cabe dizer, negar que a sua existência, pois há a mudança e não se estagna apenas pela vontade de negação, de exclusão, de fechar os olhos e fazê-la desaparecer. Cabe, sim, questionar o caminho que os serviços bibliotecários estão seguindo, e as nuances das mudanças sociais.

Dizer que as TIC estão permeadas do palavreado, da influência econômica não é submeter-se aos desmandos do mercado e sim observar a realidade e preparar o verdadeiro sujeito para perceber e transformar uma situação de políticas adversas e negativas a grande parte da população.

É entender o que acontece com os Relatórios Mundiais que mensuram os desenvolvimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação e o papel da escola e da biblioteca no desenvolvimento da pesquisa; a relação entre os países mais desenvolvidos economicamente e o seu investimento em educação e nas vertentes citadas.

Então, criar políticas que enfoquem inclusão e solicitem dos governantes recursos que cheguem à base, que busquem transformar, adequar-se e pró-agir com a sociedade existente. É saber que jamais se pode estagnar ou relaxar a vigília. Eis o grande papel dos bibliotecários, professores no processo de disseminação da informação na sociedade atual.

Há que abordar as vertentes para a sociedade da informação em diferentes países e contemplar, principalmente, o Brasil e exigir

a execução das metas do Programa para inserção na sociedade da informação.

## REFERÊNCIAS

- ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.29, n.2, p. 7-15, maio/ago.2000.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.
- CASTELS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- DANTAS, D. **Globalização da informação e do conhecimento**. 2000.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez: Brasília: MEC: UNESCO, 1993. Cap. 4. p.39-102.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREITAS, G. L. **Educação, Scenario Planning e Sociedade da informação**. 2005. Não publicado.
- MACEDO, E. F. Novas tecnologias e currículo. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.
- MOREIRA, A. F. B. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES. **Relatório “Habilidades de leitura para o mundo do amanhã”**. Disponível em: <http://www.pisa.oecd.org>.
- WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v.29, n.2, p. 71-77, maio/ago.2000.



## **FONTES DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS CURSOS TÉCNICO- PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR DO IFMA – CAMPUS AÇAILÂNDIA: novas formas de produção do conhecimento**

*Marcos Antônio Lopes Lima<sup>1</sup>*

*Michelle Silva Pinto<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

Esta pesquisa é um levantamento das fontes de informação científica e tecnológica relacionadas aos cursos técnico-profissionalizante e superior do IFMA – Campus Açailândia. Tem por objetivo principal incentivar o desenvolvimento da pesquisa a nível local, garantindo que essas tenham confiabilidade e valor científico. O uso de fontes de informação em ciência e tecnologia é fator determinante numa pesquisa, pois evita a duplicação de trabalhos já realizados e também pode servir de manancial de ideias para o desenvolvimento de novas pesquisas. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e análise de conteúdo, terminando com uma pesquisa exploratória e explicativa. As análises dos dados permitiram inferir que para um pesquisador ter êxito em suas pesquisas e que essas tenham credibilidade no meio científico, é necessário que siga protocolo de qualidade, ou seja, façam uso de fontes de informação seguras. Logo, faz-se necessário e emergencial a criação de um guia de fontes de ICT nas áreas de concentração de ensino do IFMA – Campus Açailândia, pois o mesmo facilitará o trabalho dos pesquisadores e fará com que esses se familiarizem com as fontes de informação científica, além de torna-los mais otimistas com relação aos resultados, ainda que incertezas e dúvidas sejam sentimentos presentes em toda pesquisa.

**Palavras-chave:** Fonte de Informação; Ciência e Tecnologia; Campus Açailândia;

---

1 Aluno IFMA Campus Açailândia, e-mail: marco2010mall@hotmail.com

2 Bibliotecária/Documentalista IFMA Campus Maracanã.

E-mail: michellepinto@ifma.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O grande avanço da ciência e tecnologia nas últimas décadas proporcionou um grande acúmulo de informações disponíveis. Esse crescimento deve-se principalmente a fatores como a ampliação dos ramos da ciência, dos conhecimentos gerados a partir da Segunda Guerra Mundial entre outros das áreas científicas e tecnológicas.

Sem dúvida, a confiabilidade nas futuras pesquisas será um tormento para a vida dos pesquisadores. Classificar o que é seguro para se referenciar num trabalho, será um desafio inevitável. Hoje a cópia e o plágio são práticas comuns e geram preocupações, já que isso compromete significativamente a qualidade das pesquisas.

Com a chegada da internet, muitos tipos de informação científica passaram a ser publicadas e copiadas. Muitos, principalmente estudantes, fazem uso de ferramentas de busca na web para realizarem suas pesquisas. Como grande parte destes não possuem o conhecimento básico de como identificar se uma informação é confiável, os mesmos acabam por utilizar o primeiro resultado que lhes é dado. Com as ferramentas certas o pesquisador pode elaborar trabalhos de grande valor científico, sendo que o mesmo pode servir de inspiração para novos pesquisadores.

Partindo dessa lógica e entendendo que sem acesso a fontes de informações seguras não é possível realizar pesquisas científicas significativas, esta pesquisa teve por objetivo principal mapear as principais fontes de informação científicas e tecnológicas relacionadas aos cursos técnico profissionalizante e superior ofertados no IFMA – Campus Açaílandia, a fim de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do campus e incentivar que a Instituição

acompanhe as políticas públicas atualmente implementadas para alavancar esse setor ainda tão insipiente em nosso país.

## 2 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado foi dividido em três momentos trabalhados concomitantemente: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa exploratória. Para realização da pesquisa bibliográfica, que foi de fundamental importância para dá o embasamento teórico sobre o assunto estudado, utilizou-se como base a pesquisa realizada pelo Professor Murilo Cunha (2001) que também realizou um levantamento das principais bases de dados em ciência e tecnologia. O que diferencia este trabalho ao do autor citado, é que aqui se especifica o levantamento das fontes nas áreas de atuação do IFMA - Campus Açailândia. Também se utilizou de livros e artigos disponíveis que pudessem auxiliar na elaboração da pesquisa e dá credibilidade ao assunto.

O ponto de partida deste estudo foi levantar junto ao Setor Pedagógico da Instituição as matrizes curriculares e ementas de disciplinas, a fim de saber quais os principais conteúdos abordados nos cursos técnicos e superior do Campus Açailândia. A partir desse primeiro levantamento foram então mapeadas as áreas de concentração do ensino.

De posse das informações encontradas, deu-se início a pesquisa exploratória: identificar, analisar e mapear as principais fontes de informações em C&T sejam elas impressas, digitais ou virtuais. As fontes encontradas foram classificadas em primárias, secundárias e terciárias, classificação essa dada pelo autor Grogan (1970).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre o acesso a fontes de informação confiáveis cabe ressaltar o uso do portal de **Periódicos da Capes** como de fundamental importância para o encontro de trabalhos científicos. O sitio é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. O portal conta com um acervo de mais de 30 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 10 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referencia, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O portal de periódicos atende às demandas dos setores acadêmicos, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. (<http://www.periodicos.capes.gov.br>).

O sitio do **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT** permite o acesso a duas importantes fontes de acesso a artigos completos, o **Catálogo Coletivo Nacional (CCN/IBICT)** e o **Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT/IBICT)**. O CCN informa sobre a disponibilidade do periódico de interesse nas bibliotecas nacionais, assim como os volumes e números disponíveis dos mesmos. O COMUT é uma rede de instituições conveniadas, para prestação de serviços que colocam à disposição suas coleções bibliográficas. Permite ao usuário o acesso a documentos técnico-científicos disponíveis, em meio eletrônico, nos acervos de instituições nacionais e em serviços de informação internacionais. Disponibiliza os seguintes documentos: artigos de periódicos, teses, anais de congressos, partes de documentos.

### 3.1. Automação Industrial

O curso técnico em Automação Industrial capacita jovens e adultos para atuarem na gerencia de processos industriais e acompanhar o desempenho dos equipamentos de linha de produção automatizadas. O profissional a ser formado por esse curso deverá ter também a capacidade de atuar em um processo produtivo, além de sólidos conhecimentos em eletrônica, eletrotécnica, mecânica e informática. Deverá ser capaz também de intervir em sistemas de automação industriais para manutenção e programação, além de instalar novos sistemas.

#### 3.1.1 Fontes Primárias

- **Congressos e conferências:**

- 1 Congresso Rio Automação. [www.ibp.org.br/main.asp?View={5F9B0D88-F9BE-472C-92DD-C3FC-F2658EDD}](http://www.ibp.org.br/main.asp?View={5F9B0D88-F9BE-472C-92DD-C3FC-F2658EDD}). Congresso que busca mapear e discutir os caminhos a serem trilhados na definição da “Automação Industrial e o Seu Valor na Geração de Informações”.

- **Legislação:**

- 2 Legislação básica de ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1998. 480 p. Coletânea, com texto completo, das principais leis e decretos federais relativos à ciência e tecnologia.

- **Nomes e marcas comerciais:**

- 4 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Informam no item “marcas” o fluxograma de processamento dos pedidos, classificações, custo, etc.

- **Normas técnicas:**

5 Sociedade Internacional de Automação (ISA). [www.isa.org](http://www.isa.org). Informa no item “Product & Services: standards” mais de 150 padrões refletidas na experiência de mais de 4.000 especialistas da área de instrumentação e automação.

- **Patentes:**

6 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Informa no item “Patentes” um guia básico sobre patentes, com custo e classificação.

- **Periódicos:**

8 Controle & Automação: Revista da Sociedade Brasileira de Automática – B1. [www.sba.org.br/revista](http://www.sba.org.br/revista). Revista brasileira que divulga e destaca a produção tecno-científica na área de automação.

- **Projetos de pesquisa em andamento:**

9 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br). Inclui pesquisas em andamento e pesquisadores vinculados a universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais.

- **Relatórios técnicos, teses e dissertações:**

10 Indústria Brasileira de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). [www.ibp.org.br](http://www.ibp.org.br). Informa no item “Biblioteca” os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da empresa.

### 3.1.2 Fontes Secundárias

- **Bases de dados e bancos de dados:**

11 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Bases de dados em ciência e tecnologia. [www.ibict.br](http://www.ibict.br). Acesso por assunto, pelo nome ou sigla da instituição, pelo nome ou sigla da base de dados.

- 12 Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO). Acervo Digital do Inmetro. [www.xrepo01s.inmetro.gov.br](http://www.xrepo01s.inmetro.gov.br). Portal de acesso às coleções digitais de documentos gerados no âmbito do Inmetro.
- **Bibliografias e índices:**
- 13 Orientador Adviser. [www.orientador.com.br](http://www.orientador.com.br). Apresenta o Índice Brasileiro de Bibliografia de Economia e Administração, o IBBE e o IBBA.
- **Biografias:**
- 14 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sistema de currículo Lattes. [www.lattes.cnpq.br/](http://www.lattes.cnpq.br/). Sistema que permite que o cientista inclua seu currículo faça busca por autores, assuntos, instituições, grupos de pesquisa e consulte dados estatísticos sobre produção científica.
- **Catálogo de bibliotecas:**
- 15 Fundação Biblioteca Nacional. [www.bn.br/](http://www.bn.br/). Catálogo das diversas coleções da Biblioteca Nacional.
- **Centros de pesquisa e laboratórios:**
- 16 Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Rede brasileira de laboratórios de ensaios. Duque de Caxias: INMETRO, 1992. 92 p.. Laboratórios que realizam ensaios das características ou desempenho de produtos, processos industriais e serviços.
- **Dicionários e enciclopédias:**
- 17 Encyclopedia of applied physics. Fornece os princípios básicos e em profundidade de cobertura de todas as áreas tecnicamente pertinentes da moderna física, juntamente com aplicações tecnológicas da vida real.
- **Feiras e exposições:**
- 18 FEEAI – Feira de Eletroeletrônica+Energia+Automação Industrial. <http://www.eurofeiras.com.br>. Feira que foca no desenvolvimento

da eletroeletrônica e da automação industrial, trazendo inovações no setor.

- **Fontes históricas:**

19 Cavalcanti Antonio Manoel de Siqueira. 100 anos de desenvolvimento da engenharia no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio, COPPE, 1980. 57 p.. Síntese histórica, de 1880 a 1980. Comenta também a história do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Sem bibliografia. Sem índice.

- **Livros:**

20 Eletrônica Básica. Roberlam Gonçalves de Mendonça e Marcos Antônio Arantes de Freitas, 272 p. ISBN: 978-85-63687-07-4.

- **Internet:**

21 Yahoo!Brasil. [www.yahoo.com](http://www.yahoo.com). Permite busca por diretório e avançada.

### 3.1.3 Fontes Terciárias

- **Bibliotecas e centros de informação:**

22 Ministério da Ciência e Tecnologia. Comitê gestor da internet. Grupo de Trabalho de Bibliotecas Virtuais. [www.cg.org.br/gt/gtbv/bibliotecas.html](http://www.cg.org.br/gt/gtbv/bibliotecas.html). Grupo que estimula o desenvolvimento de bibliotecas virtuais no Brasil.

- **Financiamento e fomento à pesquisa:**

23 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). [www.capes.gov.br/](http://www.capes.gov.br/) Endereço: Setor Bancário Norte, quadra 2, Bloco L, Lote o6, CEP 70040º-020 – Brasília, DF. Concede bolsas de estudo e apoia programas de pós-graduação.

## 3.2 Meio Ambiente

O técnico em meio ambiente, atuará no planejamento e administração, estabelecendo diretrizes, normas e limites para a ocupação atual e futura deste ambiente, adotando formas de planejamento e gestão capazes de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a garantia da qualidade de vida. É um profissional que coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais; colabora na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais entre outras.

### 3.2.1 Fontes Primárias

- **Congressos e Conferências**

- 1 Semana Nacional do Meio Ambiente – SNMA. Evento anual que ocorre em várias regiões do país, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente que tem como intuito desenvolver o pensamento crítico em relação às causas ambientais.
- 2 Fórum Mundial de Sustentabilidade. [www.forumdesustentabilidade.com.br](http://www.forumdesustentabilidade.com.br). Evento anual que tem por objetivo difundir práticas e mecanismos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, e do mundo.

- **Legislação**

- 3 Ministério do Meio Ambiente – Legislação. [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Sítio onde se encontram textos de leis, decretos, legislações relativas ao meio ambiente.

- **Nomes e Marcas comerciais**

- 4 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Endereço: Rua São Bento, 1 - CEP: 20090-010 | Rua

Mayrink Veiga, 9 - CEP: 20090-910 | Praça Mauá, 7 - CEP: 20081-240 Centro - Rio de Janeiro/RJ. Informam, no site oficial, item “marcas” o fluxograma de processamento dos pedidos, classificações, custo, etc.

- **Normas Técnicas**

- 5 Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. [www.abnt.org.br/](http://www.abnt.org.br/). Órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

- **Patentes**

- 6 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Endereço: Rua São Bento, 1 - CEP: 20090-010 | Rua Mayrink Veiga, 9 - CEP: 20090-910 | Praça Mauá, 7 - CEP: 20081-240 Centro - Rio de Janeiro/RJ. Informa, no site oficial, item “Patentes” um guia básico sobre patentes, com custo e classificação.

- **Periódicos**

- 7 Ecology – A1. ISSN: 0012-9658. Revista internacional líder em seu campo que publica artigos que relatam e interpretam os resultados da investigação científica original em ecologia básica e aplicada. Disponibilizada no portal de Periódicos da Capes.

- **Projetos de Pesquisa em Andamento**

- 8 Centro Nacional de Referência em Biomassa – CENBIO/IEE/USP. [cenbio.iee.usp.br](http://cenbio.iee.usp.br). Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, 1.289 - Cidade Universitária - São Paulo – SP CEP: 05508-900, Tel.: (011) 818.4912, ramais: 418, 423 e 425, Fax: (011) 816-7828. Informa, no site oficial, no item “Projetos”, a relação dos projetos concluídos e em andamento do CENBIO.

- **Teses e Dissertações**

9 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <http://bdtd.ibict.br/>. Integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

- **Traduções**

10 Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA). <http://www.sintra.org.br/site/index.php>. Informa os preços básicos de traduções e traz noticiário sobre traduções. Inclui cadastro de tradutores, em que se pode fazer a busca dos profissionais pelos diversos idiomas e pelo estado de residência do profissional.

### 3.2.2 Fontes Secundárias

- **Bases de Dados e Banco de Dados**

11 BioOne. [www.bioone.org](http://www.bioone.org). Fornece uma agregação única de periódicos de alto impacto de pesquisa em biociências, com conteúdo oportuno sobre uma ampla gama de temas mais premente da atualidade, como o aquecimento global, investigação em células estaminais, ecologia e conservação da biodiversidade.

- **Biografias**

12 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sistema de currículo Lattes. [www.lattes.cnpq.br/](http://www.lattes.cnpq.br/). Sistema que permite que o cientista inclua seu currículo faça busca por autores, assuntos, instituições, grupos de pesquisa e consulte dados estatísticos sobre produção científica.

- **Catálogos de Bibliotecas**

- 13 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Biblioteca Digital de Meio Ambiente. [www.ibama.gov.br/sofha](http://www.ibama.gov.br/sofha). Disponibiliza textos integrais de legislações relativas ao meio ambiente, relatório de impacto ambiental, plano de manejo, artigos de revista, publicações e cartazes produzidos pelo IBAMA.

- **Centros de Pesquisa e Laboratórios**

- 14 Centro Nacional de Referência em Biomassa – CENBIO/IEE/USP. [cenbio.iee.usp.br](http://cenbio.iee.usp.br). Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, 1.289 - Cidade Universitária - São Paulo – SP CEP: 05508-900, Tel.: (011) 818.4912, ramais: 418, 423 e 425, Fax: (011) 816-7828. Grupo de pesquisa em biomassa localizado na Universidade de São Paulo, no Instituto de Eletrotécnica e Energia instituído com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades de pesquisa e divulgação de informações científicas, tecnológicas e econômicas para viabilizar o uso da biomassa como fonte eficiente de energia no Brasil.

- **Dicionários e Enciclopédias**

- 15 Gale encyclopedia of science. 4 ed. Detroit: Gale, 2007. 6 v. ISBN **9781414428840**. Composta de entradas em ordem alfabética arranjadas, que faz a ampla gama de informações de fácil acesso e entendimento. Cobre todas as principais áreas da ciência, engenharia, tecnologia, matemática e medicina e ciências da saúde, proporcionando uma visão abrangente do atual conhecimento científico e da tecnologia.

- **Feiras e Exposições**

- 16 Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente – Fiema Brasil. [www.fiema.com.br](http://www.fiema.com.br). Feira internacional de negócios focada em

tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, com periodicidade de 2 anos.

- **Fontes Históricas**

- 17 Barbosa, Luis Hildebrando Horta. História da Ciência. Rio de Janeiro: IBBD, 1963, 240 p. De forma sucinta, alcança desde os primórdios d ciência até o século XIX. Índice de autores e assuntos.

### 3.2.3 Fontes Terciárias

- **Bibliotecas e Centros de Informação**

- 18 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Quem informa no Brasil: guia de bibliotecas, serviços de documentação e informação. Brasília: IBICT, 1987. 195 p. Abrange diferentes áreas do conhecimento.

- **Diretórios**

- 19 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa Prossiga. [www.prossiga.gov.br](http://www.prossiga.gov.br). Visa promover o uso da informação e da comunicação para a pesquisa, oferecendo serviços de inofrmação sobre incentivo à C&T, mercado de trabalho e bibliotecas virtuais especializadas.

- **Financiamento e Fomento à Pesquisa**

- 20 Banco da Amazônia S/A (BASA). [www.basa.com.br/](http://www.basa.com.br/) Endereço: Avenida Presidente Vargas, 800, Belém, PA 66017-000. O banco tem linhas de financiamento que visam à capacitação tecnológica nas áreas agropecuária, agroindustrial, agroflorestal, industrial e mineral no Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia e Tocantins.

- **Guias Bibliográficos**

- 21 National Biotechnology Information Facility (NBIF). [www.nbif.org/](http://www.nbif.org/)  
Guia de fontes sobre as áreas da biotecnologia.

### 3.3 Eletromecânica

O técnico em Eletromecânica é um profissional de nível médio hábil para atuar nos diversos segmentos do setor produtivo. A habilitação técnica nesta área visa atender e sustentar o desenvolvimento dos diversos segmentos da sociedade.

É um profissional que executa, fiscaliza, orienta e coordena diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos eletromecânicos, instalações e arquivos técnicos específicos. Também atua em concessionárias de energia elétrica, de água e Indústrias Petroquímicas.

#### 3.3.1 Fontes Primárias

- **Congressos e Conferências**

- 1 Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT. [www.semanact.mct.gov.br/](http://www.semanact.mct.gov.br/) Evento coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que trata de temas e atividades de ciência e tecnologia.

- **Legislação**

- 2 Legislação básica de ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1998. 480 p. Coletânea, com texto completo, das principais leis e decretos federais relativos à ciência e tecnologia.

- **Nomes e Marcas comerciais**

- 3 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Informam no item “marcas” o fluxograma de processamento dos pedidos, classificações, custo, etc.

- **Normas Técnicas**

- 4 Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. [www.abnt.org.br/](http://www.abnt.org.br/). Órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

- **Patentes**

- 5 Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Informa no item “Patentes” um guia básico sobre patentes, com custo e classificação.

- **Periódicos**

- 6 Eletric Power Systems Research – A1. ISSN: 0037-7796. Publica trabalhos originais relacionados com a geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica. Disponível através do Portal de Periódicos da Capes.
- 7 Acta Mathematica – A1. ISSN: 0001-5962. Publica trabalhos originais de pesquisa da mais alta qualidade em todos os campos da matemática.
- 8 IEEE Transactions on Evolutionary Computation – A1. ISSN: 1089-778X. Publica documentos sobre aplicação, teoria de design e de computação evolutiva, com ênfase dada aos sistemas de engenharia e aplicações científicas.

- **Projetos de pesquisa em andamento:**

- 9 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br). Inclui pesquisas em andamento e pesquisadores vinculados a universidades, instituições isoladas de

ensino superior, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais.

- **Teses e Dissertações**

- 10 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <http://bdtd.ibict.br/>. Integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

- **Traduções**

- 11 Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA). <http://www.sintra.org.br/site/index.php>. Informa os preços básicos de traduções e traz noticiário sobre traduções. Inclui cadastro de tradutores, em que se pode fazer a busca dos profissionais pelos diversos idiomas e pelo estado de residência do profissional.

### 3.3.2 Fontes Secundárias

- **Bases de Dados e Banco de Dados**

- 12 Scieince Direct. Empresa líder de texto completo de banco de dados científicos e artigos oferecendo revistas e capítulos de livros de mais de 2500 revistas peer-reviewed e mais de 11000 livros. Disponível através do Portal de Periódicos da Capes.
- 13 Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. CBPF Index. URL: [cbpfindex.cbpf.br/](http://cbpfindex.cbpf.br/) Sistema de acompanhamento da produção científica e tecnológica do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

- **Biografias**

- 14 ABBOT, David (Ed.). Biographical dictionary of scientists. New York: P. Bedrick Books, 1984-85. 6 v.. Inclui dados biográficos

resumidos sobre os mais importantes químicos, astrônomos, engenheiros e inventores, matemáticos, biólogos e físicos. Cada volume possui índice alfabético de assuntos.

- 15 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sistema de currículo Lattes. [www.lattes.cnpq.br/](http://www.lattes.cnpq.br/). Sistema que permite que o cientista inclua seu currículo faça busca por autores, assuntos, instituições, grupos de pesquisa e consulte dados estatísticos sobre produção científica.
- **Catálogos de Bibliotecas**
- 16 Fundação Biblioteca Nacional. [www.bn.br/](http://www.bn.br/). Catálogo das diversas coleções da Biblioteca Nacional.
  - 17 Library of Congress Online Catalog. URL: [catalog.loc.gov/](http://catalog.loc.gov/). A maior biblioteca do mundo possibilita consulta ao seu catálogo em linha, acesso a coleções digitais, mapas, fotografias e filmes.
- **Centros de Pesquisa e Laboratórios**
- 18 Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). [www.cbpf.br/](http://www.cbpf.br/)  
Endereço: Rua Dr. Xavier Sigaud, 150 - Urca – Rio de Janeiro – Rj – Brasil – CEP: 22290-180. Centro de pesquisa que tem como missão realizar a pesquisa básica em física e desenvolver suas aplicações, atuando como Instituto Nacional de Física do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e polo de investigação científica, formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.
- **Dicionários e Enciclopédias**
- 19 Encyclopedia of applied physic. Fornece os princípios básicos e em profundidade de cobertura de todas as áreas tecnicamente pertinentes da moderna física, juntamente com aplicações tecnológicas da vida real.

20 Wiley encyclopedia of electrical and electronics engineering. New York: Wiley- Interscience, 1999. 24 v. ISBN 0471139467. Funciona como manual e guia de engenharia elétrica e da computação.

- **Feiras e Exposições**

21 Fera Eletromecânica e Construção Civil. [www.eletrometalcon.com.br/](http://www.eletrometalcon.com.br/) Feira que objetiva difundir novos produtos e serviços técnicos e tecnológicos fomentando e conectando fornecedores e clientes por meio de palestras e exposição de produtos e serviços nas áreas eletroeletrônicas, metal mecânica e construção civil.

- **Filmes e Vídeos**

22 Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). ITV – Portal de vídeos do CBPF. [www.itv.cbpf.br/](http://www.itv.cbpf.br/) Reúne vídeos diversos relacionados com a física.

### 3.3.3 Fontes Terciárias

- **Bibliotecas e Centros de Informação**

23 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Quem informa no Brasil: guia de bibliotecas, serviços de documentação e informação. Brasília: IBICT, 1987. 195 p. Abrange diferentes áreas do conhecimento.

- **Diretórios**

24 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa Prossiga. [www.prossiga.gov.br](http://www.prossiga.gov.br). Visa promover o uso da informação e da comunicação para a pesquisa, oferecendo serviços de inofrmação sobre incentivo à C&T, mercado de trabalho e bibliotecas virtuais especializadas.

- **Financiamento e Fomento à Pesquisa**

- 25 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). [www.capes.gov.br/](http://www.capes.gov.br/) Endereço: Setor Bancário Norte, quadra 2, Bloco L, Lote o6, CEP 70040º-020 – Brasília, DF. Concede bolsas de estudo e apoia programas de pós-graduação.
- 26 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA). [www.fapema.br/](http://www.fapema.br/) Endereço: Avenida Beira Mar. 342 – Centro, São Luis – MA, CEP: 65010-070. Financia programas e projetos de pesquisa realizada em instituições públicas ou privada no estado do Maranhão como forma de estimular a ciência e a tecnologia.

#### 4 CONCLUSÕES

O processo de mapeamento de fontes de informação não é fácil. Para podermos dar entrada na fase exploratória, onde é feita a busca sistemática de dados, é necessária ter antes o conhecimento básico sobre confiabilidade das fontes. É preciso em mãos instrumentos que possam nos guiar na busca informacional.

É interessante dar ênfase ao uso do portal de Periódicos da Capes, que ainda não é muito difundido pelos acadêmicos do ensino médio, mas que podemos considerar como a maior ferramenta de busca de dados confiáveis disponíveis no Brasil. É uma ferramenta fácil que pode ajudar em muito na elaboração de trabalhos e pesquisas acadêmicas e que é acessível a todos. Entende-se que a informação está em continua atualização, e que ainda há muitas fontes a serem acrescentadas e isso se fará com a elaboração do produto final

desta pesquisa: um Guia capaz de auxiliar pesquisadores e discentes nos meandros das fontes de pesquisa confiáveis.

Diante do exposto, podemos concluir que, se utilizado, o Guia de fontes de informação pode mudar os rumos da pesquisa utilizados por muitos, levando o pesquisador, estudante e professor a seguir caminhos que levam a fontes seguras e confiáveis, dando assim valor ao trabalho realizado.

## REFERÊNCIAS

ABE, Veridiana; CUNHA, Miriam Vieira da. A busca de informação na internet: um estudo do comportamento de bibliotecários e estudantes de ensino médio. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n.2, p. 95-111, mai./ago., 2001.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras. Brasília: UnB, 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. 1998.

COSTA, Luciana Ferreira da. 2008. **Usabilidade do Portal de periódicos da capes**. 238fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa.

CAMPOS, José Nilson B. **Qualis periódicos**: conceitos e práticas nas Engenharias I. RBPG, Brasília, v. 7, n. 14, p.477 – 503, dezembro de 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de Fontes de Informação**. Briquet de Lemos, 2010. 182 p..

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. 168 p..

DIAS, Maria Matilde Kronka; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru: EDUSC, São Paulo, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

SANTOS, Anderson Rouge dos; FIRME, Caio Lima; BARROS, José Celestiano. **A internet como fonte de informação bibliográfica em química**. Química Nova, vol. 31, No. 2, 445-451, 2008.

SERRA, Cristiana de Aguiar e; PRETTO, Nelson De Luca. **Bibliotecas digitais e Internet: em busca da produção coletiva de conhecimento**. Bahia Análise & Dados, Salvador: SEI, v. 9, n. 1, p. 77-84, 1999.





## A BIBLIOTECONOMIA E A PRÁXIS DA AÇÃO CULTURAL

Algumas reflexões<sup>1</sup>

*Maria Cléa Nunes*<sup>2</sup>

### RESUMO

Reflexões sobre ação cultural e o profissional bibliotecário. Revisão de literatura que como eixo teórico e metodológico as concepções de Freire (1977 e 1978), Coelho (2006) – vertente cultural e educacional e Flusser (1980 e 1983), Milanesi (2002)- na ótica biblioteconômica. Analisa as concepções da ação cultural e suas convergências e divergências na prática bibliotecária. Conclui que a biblioteconomia precisa fazer com que o bibliotecário participe desse processo emancipatório de ação cultural, atuando como mediador a partir do seu compromisso político, engajando-se em projetos de amplitude social, educacional e cultural.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia. Ação Cultural. Animação Cultural.

### RESUMEN

Reflexiones sobre la acción cultural y bibliotecario. Revisión de la literatura como conceptos teóricos y metodológicos de Freire (1977 y 1978), Coelho (2006) - la Milanesi cultural y educativo y Flusser (1980 y 1983), (2002) - el bibliotecario óptica. Analiza los conceptos de la acción cultural y sus convergencias y

---

1 Este artigo é o resultado da participação nas discussões sobre ação cultural que aconteceram do XIV Encontro Regional de Estudantes realizado em São Luís. Assim, início agradecendo à Comissão Organizadora o convite para participar do evento, que foi aceito com saudosas recordações e com significativo interesse pela temática considerando as vivências acadêmicas.

2 Universidade Federal do Maranhão/Brasil (clea2010@yahoo.com.br)

divergencias en la práctica bibliotecaria. Concluye que la biblioteca tiene que hacer el bibliotecario participar en este proceso de emancipación de la acción cultural, que actúa como mediador de su compromiso político, la participación en proyectos de Xstrata Copper social, educativo y cultural.

**Palabras clave:** Bibliotecología. Acción Cultural. Animación Cultural.

## 1 INTRODUÇÃO

Sobre as recordações, o primeiro EREBD...

Um retorno no tempo nos faz lembrar nossa trajetória discente, no início dos anos de 1990 quando junto com alguns companheiros do movimento estudantil do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como Berenice Silva, Elton Moraes, Altiva Santos, Conceição Carvalho com o auxílio de Marcílio Freitas, bibliotecário de Pernambuco (então recém-formado) encaramos e vencemos o desafio organizar o I Encontro Regional de Estudantes das Regiões Norte e Nordeste em nossa Ilha São Luís, por acreditarmos em discussões coletivas a partir das conclusões pessoais, e na integração necessária para fortalecer a biblioteconomia nas regiões. É boa a sensação em ver a semente germinar. Estamos novamente aqui nesta terra, em pleno século XXI.

Com relação às vivências acadêmicas...

O diálogo sobre a temática ação cultural ocorreu em três momentos significativos para a formação pessoal e profissional: como discente, como bibliotecária e como professora.

Primeiramente o envolvimento com as propostas de projetos de ação cultural ocorreu como discente ao longo dos quatro anos no curso de Biblioteconomia da UFMA no Maranhão com proje-

tos de pesquisa e extensão como discente / bolsista do CNPQ, na companhia da Professora Mestre. Lusimar Silva Ferreira e professora Especialista. Graça Moura.

Posteriormente, como bibliotecária da rede pública estadual de ensino na biblioteca do Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA onde se desenvolveu cursos e oficinas ministradas a professores/ as do magistério e atividades de leitura na biblioteca.

Atualmente, como docente no ensino superior, entendendo a relevância dessa temática, desenvolve-se a aplicabilidade dessa ação na construção de projetos de ação cultural na promoção da leitura no contexto da disciplina Leitura e Formação de Leitores junto às comunidades de São Luís- MA.

Considerando essas experiências entende-se que, falar em ação cultural é uma reflexão significativa à luz de alguns conceitos, em especial, um percurso no ideário de Paulo Freire que a concebe como “[...] uma modalidade de ação, através da qual, culturalmente, se enfrenta a ‘cultura do silêncio’ [...]” (1977, p.35). Consideramos dessa forma a ação cultural dialógica como uma ação deliberada e sistemática, um princípio de diálogo do homem com o mundo que o cerca, e ela só pode ser entendida como tal por meio do movimento cíclico, de retorno de criticidade de compreensão da verdadeira ação.

A partir da literatura existente sobre o tema que constituem o eixo teórico-metodológico deste estudo, em especial, as concepções de Freire (1977 e 1978), Coelho (2006) – vertente cultural e educacional e Flusser (1980 e 1983), Milanesi (2002)- na ótica biblioteconômica, pode-se pensar nas possibilidades da ação cultural na biblioteconomia e de algumas reflexões sobre seu contexto atual.

## 2 REFLEXÕES SOBRE AÇÃO CULTURAL E SUAS POSSIBILIDADES NA BIBLIOTECONOMIA

A ação cultural pode ser entendida como uma questão de educação, de consciência, em especial, de consciência política, o próprio exercício da práxis. Práxis como reflexão e ação, necessária aos homens para a transformação do mundo (realidade histórica e social concreta do sujeito).

Nesta perspectiva, segundo Freire (1977 e 1978) a concepção do mundo só poderá ser crítica através da consciência do que somos e que o homem eleva o seu conhecimento pelo princípio do autoconhecimento e este pressupõe o princípio de historicidade que é inerente à concepção de mundo. E, a concepção de mundo é elaborada de acordo com a ótica de cada um em particular, assim, a forma de olhar a realidade e (re) descobri-la em seu contexto histórico nos permite criar uma nova cultura.

A cultura, portanto é toda construção e reconstrução feita pelo homem e tem por base as (re) descobertas onde o velho e o novo confrontados permitem transformações que determinam a existência e a perpetuação.

Considerando a ação cultural a partir dessa vertente, observamos o profissional bibliotecário como um dos profissionais com habilidades e competências para ser esse agente mediador, pois, a ação cultural amplia os horizontes de atuação dessa profissão. Flusser (1980) enfatiza que a “[...] ação cultural na biblioteca é a transmissão de cultura com uma injeção política para que o usuário receba a informação de maneira ativa [...] sendo preciso à intervenção do agente cultural para estar sempre [...] sintetizando [...] os dois termos da equação cultural: acervo e contexto cultural”.

O problema segundo Milanesi(2002), é que a ação cultural está vinculada quase sempre às práticas relacionadas às artes a exemplo da música, teatro, dança, literatura e raramente associadas às atividades da biblioteca. Necessitamos introduzir nas práticas profissionais da função social do bibliotecário a mediação da informação através do processo de ação cultural. Pois, o exercício da ação cultural na biblioteca, possibilitará uma mediação de forma qualitativa do homem com a leitura, e conseqüentemente estimulará reflexões e questionamento a partir das informações obtidas.

A ação cultural, só poderá ser entendida como um processo desencadeador de transformação social, se considerar a conquista da consciência e do ser político no pensamento cognitivo e reflexivo do homem como ser individual e coletivo.

Quando exercida no contexto desse paradigma, a ação cultural terá maior possibilidade de agir e atuar na transformação sociocultural do sujeito. Nesta perspectiva cabe ao mediador bibliotecário conhecer a realidade social ao qual está inserida a biblioteca em que está atuando, com todos os aspectos culturais, políticos e religiosos, pois só assim como afirma Freire (1977) a ação cultural passa a ter um caráter emancipatório.

Neste aspecto, devemos observar que a práxis da ação cultural exercida pelo bibliotecário requer o desvelamento das concepções utilizadas na área, que nem sempre enfatiza esse caráter emancipatório, pois, comumente, são confundidos ou interpretados como concepções sinônimas as expressões ação cultural e animação cultural.

Entretanto a concepção de **ação cultural** é explicitada sob o auspício da transformação a partir do conhecimento da realidade, o mediador orienta, mas o processo de descoberta, (re) criação e (re)

construção é realizado pelo sujeito. Enquanto na **animação cultural** as atividades desenvolvidas permeiam a ação dos sujeitos como receptores e não como produtores de cultura, o mediador é quem cria, (re)cria e determina as descobertas. (FLUSSER, 1983).

Coelho (2006, p.14) com base nas literaturas- em especial a literatura francesa, que sustenta seus argumentos, explicita que “[...] um processo de ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim, sujeitos-sujeitos da cultura, não seus objetos [...]”. Portanto a ação cultural também tem caráter extensionista, talvez por conta disso, seja vista de forma assistencialista e não como um direito do cidadão à informação e aos projetos de leitura.

Considerando o exposto, devemos pensar na construção do bibliotecário mediador e agente de transformação social a partir de características pontuadas para sua formação que segundo Flusser (1983) envolve três eixos complementares: a formação técnica, a humanista e a prática.

Ponderamos esses eixos considerando **a técnica** como necessária ao quer fazer bibliotecário/a na dinamicidade da organização do conhecimento em sua busca e recuperação da informação nos vários tipos de documentos e mídias; **a humanista** enfatizando o conhecimento necessário dos aspectos sociais e históricos que envolvem o usuário de cada comunidade ao qual a instituição biblioteca centro de informação/centro cultural está inserida refletindo ainda, no seu papel de educador/a e, **a prática** na utilização das teorias para a execução das atividades diárias tanto de organização do conhecimento com fins documentários como de planejamentos dinâmicos de projetos de ação cultural que envolva pesquisa e extensão.

O relevante nessa formação é não sobrepor um eixo ao outro, mas entender que devam estar imbricados, pois para a ação cultural lograr êxito, é necessário que as informações demandadas pelo usuário após o estímulo às práticas leitoras estejam organizadas de forma que este possa se localizar e se reconhecer. Portanto o acervo deve corresponder à necessidade informacional do sujeito que deseja dialogar de forma mais intensa no caminho da práxis emancipatória.

Assim, o bibliotecário precisa possuir uma visão holonômica<sup>3</sup> como agente cultural para estimular, inquietar, refletir e tentar fazer surgir o sujeito leitor, sujeito este, que se sentirá envolvido no processo de ação cultural.

A partir desse princípio, entendemos que o bibliotecário deva participar desse processo emancipatório de ação cultural, atuando como agente cultural a partir do seu compromisso político, engajando-se em projetos de amplitude social, educacional e cultural.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas reflexões...

Podemos começar a refletir a partir da constatação que o ideal ( aqui pede uma relativização) e o real na atuação do bibliotecário com relação à ação cultural são pontos equidistantes que merecem ser refletidos e, algumas inquietações devem ser pontuadas.

---

3 Na etimologia da palavra, *holos*, em grego significa *todo*. Portanto, o as teorias emergentes (Ca exemplo de Edgar Morin e Boaventura dos Santos) buscam a totalidade nas ciências em vez do real fragmentado pontuado pelos paradigmas clássicos como o positivismo e o marxismo.

A primeira, é que muito tem se falado e pouco tem se publicado sobre as iniciativas de ação cultural na área biblioteconômica.

A segunda nos permite observar que desde 1970 quando as atividades pioneiras surgiram com caráter de animação cultural e mais tarde nos anos oitenta, início dos anos 90, muitas universidades incluíram em seus currículos a disciplina animação cultural, mas, infelizmente a proposta de Paulo Freire concentrou-se em atividades pouco significativas, mais assistencialistas do que políticas que não priorizavam os aspectos da ação cultural no sentido da reflexão política e emancipatória.

Hoje, estamos no mundo conectado, com tecnologias cada vez mais avançadas e com a informação em tempo real. Somos preocupados com a organização da informação no mundo digital liderado pelo modelo de sociedade neoliberal, e deixamos de perceber que ainda há um esvaziamento de discussões e propostas relacionadas às questões sociais e à construção do sujeito como parte integrante desse processo.

Percebemos a necessidade de engajamento do profissional bibliotecário através da conscientização do seu papel político de agente social, que com suas habilidades e competências redimensionadas nos currículos atuais possa desenvolver junto aos seus usuários atividades que possibilitem o exercitar da cidadania através da ação cultural.

Outra inquietação a ser pontuada é que a lupa da Biblioteconomia para a ação cultural está direcionada às bibliotecas escolares e comunitárias e atividades voltadas para crianças e adolescentes, em especial. E, somente algumas iniciativas têm ampliado esse horizonte conceitual com projetos de ação cultural que envolva bibliotecas

como as de presídios, especiais (braile, libras...), MST, hospitais, asilos, em instituições que trabalham com educação de jovens e adultos, nas próprias bibliotecas universitárias lugar de fomento da ciência e da transformação social.

Assim, precisamos ampliar essa lupa e girá-la de forma a capturarmos o cenário atual de mudança dos paradigmas informacionais e sociais emergentes no sentido de contribuir através da ação cultural para a construção de uma sociedade mais reflexiva e política.

### REFERÊNCIAS

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.145-169, set.1983.

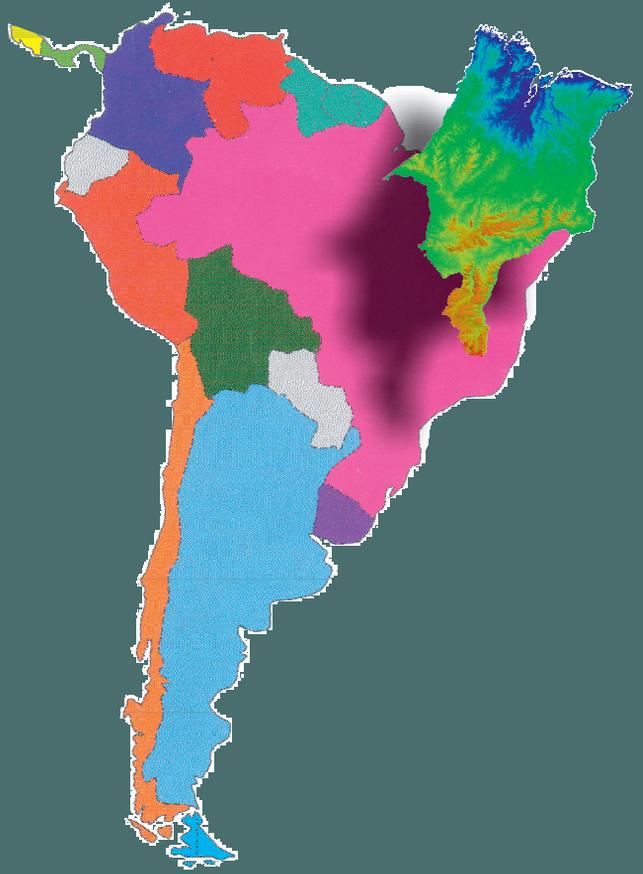
\_\_\_\_\_. O bibliotecário animador; considerações sobre sua formação. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-138, set.1980.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.





*Museus*





## O MUSEU DE ARTE SACRA (MAS) COMO TESTEMUNHO DA RELIGIOSIDADE MARANHENSE

*Bruno Mendes Pimenta<sup>1</sup>*

*João Pedro de Jesus dos Reis Fonseca<sup>2</sup>*

### RESUMO

Apresenta o Museu de Arte Sacra do Maranhão (MAS) como auxiliador na construção da religiosidade popular maranhense. Trata de uma pesquisa exploratória de natureza descritiva que objetiva conhecer como acervo do MAS contribui para identificar os traços da cultura religiosa no Estado do Maranhão e a importância da sua manutenção e divulgação, ímpares na concepção dessa memória viva. Relata por meio de observação e de visita técnica como as peças do acervo do MAS, tais como: relicários, crucifixos, imagens, entre outras, ainda hoje são utilizadas nos inúmeros atos litúrgicos que ocorrem ao longo do ano, principalmente na capital maranhense, e como esses ainda influenciam na religiosidade popular trazendo aspectos seculares a tais atos. Discute o aspecto singular desse espaço em relação à arte sacra brasileira, evidenciando sua localização privilegiada no centro de São Luís em um antigo sobrado dos meados do século XIX. Trata da arte sacra em geral, seu apogeu no Maranhão devido às intervenções comerciais que foram feitas ao longo do período colonial, como estas suscitaram a expansão desse tipo de arte, principalmente pelas famílias mais abastardas, e seu posterior declínio em decorrência do enfraquecimento da economia local no início do século XX. Explana sobre a origem histórica do MAS, suas mudanças e adaptações ao longo dos tempos. Discorre sobre a aquisição do prédio pela Arquidiocese de São Luís que instalou em 1956 o Museu Pio XII com peças originárias de diversas igrejas bem

---

1 Seminarista do *Instituto de Estudos Superiores do Maranhão – IESMA*. E-Mail: [bruno@hotmail.com](mailto:bruno@hotmail.com)

2 Seminarista do *Instituto de Estudos Superiores do Maranhão – IESMA*. E-Mail: [jp.fonseca\\_02@hotmail.com](mailto:jp.fonseca_02@hotmail.com)

como o seu uso como Sede da Universidade do Maranhão e do Seminário Santo Antônio. Esclarece, ainda, que em 1986 passa a abrigar o Museu de Histórico e Artístico do Maranhão e, em 1989, com o Projeto Reviver do Governo do Estado, instalou-se o Museu de Arte Sacra, como anexo ao Solar Gomes de Souza que se torna sede do Museu Histórico e Artístico. Apresenta a estrutura arquitetônica do casarão e como essa vem sendo preservada ao longo dos anos. Finaliza enfatizando que o acervo do MAS foi fortemente influenciado pelas concepções artísticas dos grandes pensadores cristãos como Santo Tomas de Aquino e Santo Agostinho que primavam pela função contemplativa do belo da ligação de um produto realizado pelo homem que bus a religação com o sagrado.

**Palavras-chave:** Arte Sacra. Museu de Arte Sacra do Maranhão. Museu e religiosidade maranhense.

## 1 INTRODUÇÃO

A designação dada ao verbete **museu**, do latim *museum*, pelo Dicionário Aurélio, diz que o mesmo é um “lugar destinado ao estudo, reunião e exposição de obras de arte, de peças e coleções científicas, ou de objetos antigos, etc.” (FERREIRA, 2006, p.) Apesar de válido esse conceito ainda é muito superficial em relação à profundidade de informações e conhecimentos que um museu pode trazer.

O Comitê internacional de Museus – ICOM, desde 1986, define o museu com “um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários” (IBRAM, 2013).

A história de um povo é contada a partir de fatos, e a análise desses fatos é feita com maior riqueza quando podemos resguardar bem mais do que simples peças antigas, contam uma história, de um lugar, de uma população em determinado período de tempo e

tornam palpáveis as informações desse tempo. O Museu exerce um papel preponderante no âmbito sociocultural, desta forma, exerce uma estreita relação com o patrimônio cultural, tendo como função primordial a sua preservação (PEREIRA; ANDRADE, 2012).

No Maranhão podemos contar com vários espaços disponíveis para o resguardo de nossa história e tradição, mas dois deste merecem destaque, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e o Museu de Arte Sacra do Maranhão (MAS), ambos localizados no centro de São Luís. Com vasto acervo ambos se tornaram referência na transmissão da história da sociedade e da Igreja Católica em terras maranhenses (BOGÉA, 2008).

O MAS é detentor de peças que, ainda hoje permeiam a religiosidade popular fazendo viajar no tempo quem participa dos atos nos quais elas são utilizadas. Fomentam o amor e o respeito que o maranhense tem para com sua cultura e tradições.

Possuindo tais informações desenvolveu-se uma pesquisa de caráter exploratório e de natureza descritiva enfatizando a utilização do acervo do MAS nas liturgias católicas do Maranhão e como tal acervo ajuda na identificação do povo com sua memória religiosa (GIL, 2010). Através de visitas, observações e coleta de material bibliográfico pode-se verificar que o MAS tem função ímpar como testemunha das tradições sacras do Estado.

## **2 UM PASSEIO PELA ARTE SACRA NO MARANHÃO: Da gênese ao declínio**

Não podemos confundir arte sacra e arte religiosa. Em ambas encontramos traços da religiosidade popular, mas a arte religiosa servia principalmente para motivos devocionais, enquanto a arte sa-

cra tinha relação direta com o espaço sagrado (altar) e o momento litúrgico (Santa Missa). Por isso chamamos de arte sacra tudo o que tem relações diretas com o serviço sagrado de qualquer liturgia (WIKIPÉDIA, 2009).

Segundo Bogéa (2008) tratar da arte sacra no Brasil implica em tratar não só da trajetória da Igreja Católica, mas também de toda a história nacional, uma vez que, desde o início da colonização brasileira até, pelo menos, a Proclamação da República, a Igreja Católica influenciou direta e indiretamente, por meio de seu *modus vivendi*, o Estado e, por extensão, parte considerável da sociedade brasileira nas mais diversas áreas.

O sistema de colonização português, que trouxe missões de Ordens Religiosas para o Maranhão, iniciou um trabalho de agroexportação de diversas culturas, como o algodão, o arroz e o açúcar, gerando riquezas para as grandes famílias donas de terras no Maranhão. O trabalho missionário realizado pelos religiosos no estado era mantido por relações com o governo civil, formado por educadores, por mestres trabalhadores, arquitetos e pintores, as Ordens desempenhavam serviços prestados a sociedade em formação em São Luís, a partir da segunda metade do século XVII. Os padres eram responsáveis não apenas pela, mas pela formação educacional das crianças, dos futuros líderes, dos filhos dos donos de terras (BOGÉA, 2008).

Um dos marcos do ensino religioso no Maranhão foi a construção do colégio de Nossa Senhora da Luz, ligado diretamente ao colégio de Santo Alexandre em Belém, sede da missão do Grão-Pará. Na unidade maranhense, localizavam-se as bibliotecas, escolas para os filhos dos colonos, e oficiais de carpintaria, entalhadores e doutores responsáveis pelas edificações de igrejas, confecções dos altares

e das imagens utilizadas pelos jesuítas no trabalho de evangelização. Trabalharam ali mestres entalhadores europeus e aprendizes locais (BOGÉA, 2008).

Os santeiros maranhenses mantiveram a influencia do padra barroco europeu reproduzido com características locais. Mesmo com a transmissão do ofício através de sucessivas gerações de santeiros, alguns aspectos estilísticos característicos do padrão das antigas oficinas jesuíticas de estatuária foram mantidos (BOGÉA, 2002).

Ainda segundo Bogéa (2002), com essa formação artística de mestres e artesãos as escolas jesuíticas e mais o apogeu econômico maranhense alcançado no século XVIII, com as lavouras de algodão, deu-se uma “época de ouro” no campo da arte sacra no Maranhão. Nessa época houve uma grande importação de moveis, enfeites, adornos e imagens europeias de grande qualidade, as oficinas dos santeiros e os entalhadores, carpinteiros e mestres de obras locais, produziram muito para atender à crescente demanda causada pela multiplicação dos oratórios familiares, das paróquias do interior e das irmandades nas principais cidades.

Das diversas manifestações artísticas que os artesãos e mestres construtores iniciaram no Maranhão a partir da segunda metade do século XVII, destacam-se diversas manifestações. Uma delas é a arquitetura, com a construção de templos e seus retábulos, talhas para decorar o interior dos edifícios religiosos. Participam da composição desse elemento artístico principalmente escultores flamengos, que com talhas douradas, fizeram um trabalho importante e insubstituível na criação dos espaços sagrados (BOGÉA, 2002).

A azulejaria foi outra manifestação artística sagrada que conseguiu sobreviver a dilapidação do patrimônio artístico sacrossanto

produzido nos primeiros séculos do Maranhão. O azulejo tinha um significado de preciosidade, que o dotava de uma forte capacidade de sacralização do espaço arquitetônico, sendo aplicado no interior das igrejas, conventos e palácios, como elemento típico da arquitetura portuguesa. Não se verifica sua transposição para o exterior até o século XVIII. Os azulejos foram muito utilizados para embelezar e enriquecer os interiores das naves, dos claustros e das sacristias (BOGÉA, 2002).

Os trabalhos em pedra lavada foram outras peças que tiveram características fundamentais para a arte sacra no estado. A pedra lavada foi utilizada na arquitetura maranhense para o revestimento do piso no interior das igrejas, arcos cruzeiros, no emolduramento dos vãos internos e das fachadas e na confecção de bens integrados aos monumentos, como portadas, pias, lavabos, lápides, etc (BOGÉA, 2008).

O mobiliário português influenciou fortemente a produção de moveis no Maranhão, principalmente os estilos fundados nos séculos XVI e XVII. As peças existentes no estado seguiram a tendência europeia, principalmente os estilos Art Nouveau, que aliou beleza e funcionalidade, revalorizando móvel enquanto objeto artístico. A produção é marcada pela acentuada rigidez, o formato retilíneo, geralmente retangular e a decoração austera (BOGÉA, 2008).

As peças ourivesarias foram surgindo no Maranhão apesar da proibição e controle dos colonizadores a cerca da produção de peças feitas por artesãos locais. O ouro era considerado nobre e não poderia ser possuído por qualquer um. Mesmo com o rígido controle proliferaram-se pelo estado pequenas oficinas onde notáveis artistas

trabalhavam com ouro e produziram peças de notável criatividade (BOGÉA, 2008).

A prática da ourivesaria era considerada clandestina, mas mestres portugueses trocaram experiências com artesãos locais. Foram produzidos tendo como matéria prima o ouro peças como cálices, púcaros, lampadários, turíbulo, navetas, vasos para santos óleos, tocheiros, cruzes, lanternas processionais, ostensórios, ambulans, sinetas, galhetas, castiçais, caldeiras, báculos, bandejas, resplendores, adornos e atributos de imagens, em estilos diversos. Peças que hoje se encontram no acervo dos museus, principalmente do MAS (BOGÉA, 2002).

A partir da década de 1840, com a estagnação econômica do Maranhão, as igrejas e os edifícios antigos passaram a ser abandonados. As crises se repetiam na manutenção do povo católico, tanto na capital quanto no interior do estado. Nenhum templo teve sua edificação iniciada em São Luís a partir da segunda metade do século XIX. Os cofres públicos não tinham condições de manter o trabalho de manutenção das igrejas e iniciou-se a ruína da arte sacra no Maranhão com a perda de muitas peças raras e destruição dos templos bem trabalhados. Em São Luís muitos templos foram demolidos devido ao processo de urbanização da cidade com uma onda de modernização que descaracterizou as fachadas das igrejas. O acervo sacro de todo o Estado foram lapidados. Muitas peças valiosas foram vendidas pelos próprios padres a colecionadores particulares ou foram roubadas. Todavia, o Maranhão ainda possui um conjunto sacro de inestimável valor regional e nacional que deve ser estudado e preservado (BOGÉA, 2008).

### 3 O MUSEU DE ARTE SACRA DO MARANHÃO- MAS

Fundado em 06 de março de 1991 através de convênio com a Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE), o Governo do estado do Maranhão, durante a realização do Projeto Reviver, e Associação dos amigos dos Museus, que não mediram esforços para concretizar o sonho dos maranhenses, que desejavam um espaço único para contemplar e exibir as valiosas peças de imaginária e ourivesaria, que contam a História da Igreja no Maranhão. O Museu de Arte Sacra tem indiscutível valor para a história da arte sacra no Brasil (BOGÉA, 2008).

Separados do Museu Histórico e Artístico do Maranhão o Museu de Artes Visuais (MAV) e o MAS, considerados os anexos mais importantes do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, surgiram com a necessidade de um espaço próprio para abrigar as artes plásticas do Maranhão e outro para dar maior atenção aos valiosos utensílios e peças da Igreja Católica no Maranhão (PEREIRA; ANDRADE, 2012).

O Solar do Barão de Grajaú (Figura 1) é um casarão em estilo colonial de autoria e data de construção desconhecidos, mas que, segundo estudiosos, foi construído em meados do séc. XIX na Rua de São João, nº 500, no Centro da Capital do Maranhão, São Luís, por ordem de Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú para abrigar a ele e sua família. Médico, advogado e agrônomo, era herdeiro de uma grande fortuna, pois descendia de uma família de políticos prestigiados. Foi agraciado com o título de Barão em 1884 como resposta aos seus inimigos políticos que o acusavam de ser o responsável

pelos morticínios praticados por seus correligionários na cidade de Grajaú (BOGÉA, 2008).

Mesmo com toda a riqueza e glamour que permeiam o local até hoje, por causa de sua forma de residência - comércio com varandas largas e espaço para locomoção de pessoas e mercadorias, ele ficou mais conhecido por conta de um escândalo da época. A baronesa Ana Rosa Viana Ribeiro matou a pancadas e garfadas um de seus escravos, Inocência, de apenas 8 anos em 1876 (CORRÊA, 2012).

Figura 1: Fachada do Solar do Barão de Grajaú



(Fonte: Portal São Luís – 400 anos)

Celso Magalhães – jornalista, poeta abolicionista, crítico teatral e precursor dos estudos de folclore no Brasil - promotor recém-chegado de Recife - PE, formalizou uma ação penal contra a baronesa que chegou a ser detida no quartel, mas, por força das autoridades

da época que acobertavam as atrocidades cometidas contra os negros (algumas senhoras da alta sociedade da época foram a audiência vestindo preto funério em protesto pela prisão da baronesa), a mesma foi considerada inocente pelo júri e o promotor exonerado do caso (CORRÊA, 2012).

Posteriormente também residiu no local o Senhor José Matias Neves. Mais tarde, já no séc. XX o prédio foi adquirido pela Arquidiocese de São Luís que, em 1956, sob o arcebisado de Dom José de Medeiros Delgado, fundou no local o primeiro Museu do Maranhão, o Museu Pio XII, com acervo proveniente de varias igrejas. Sucessivamente a Arquidiocese foi dando outros usos ao lugar. Foi sede da Universidade do Maranhão (atual UFMA), e do seminário Santo Antônio. Em 1986 passa a abrigar o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e, depois, o Museu de Arte Sacra – MAS - (BOGÉA, 2008).

Podemos também frisar que arquitetonicamente:

Possuindo uma área construída de cerca de 900 m<sup>2</sup> o prédio conta com dois pavimentos e é coberto por telha de barro tipo canal, terminando em beiral. Sua fachada principal, em estilo Tradicional português, é inteiramente revestida de azulejos portugueses em estampilhas, originais do século XIX, que apresentam um inusitado padrão de motivos florais isolados, configurando em ramalhetes de rosas com assentamento contrafiado. (...) Vãos em arco curvo emoldurados em pedra de cantaria, inclusive o balcão sacado e corrido em nível do segundo pavimento que é guarnecido pelo tradicional gradil de ferro trabalhado. A porta principal, almofadada, apresenta pontas de cravos e grande aldrava sobre o espelho de fechadura em arco batido guarnecido de bandeira de ferro. As portas e janelas rasgadas contêm parapeitos em ferro, de padrão diverso do balcão. As mesmas São guarnecidas de

esquadria em madeira tipo veneziana e vidro, contendo bandeiras do mesmo material (BOGÉA, 2008).

A principal reforma que ocorreu no prédio foi em 1989, referente à sua adequação para abrigar o Museu de Arte Sacra, ainda assim mantendo seu padrão original de construção o mais íntegro possível e eliminado os acréscimos que descaracterizavam a obra. Na época, pô questões funcionais, passou a se comunicar com o Solar Gomes de Souza, sede do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (BOGÉA, 2008).

Seu acervo, que pertence em parte à Arquidiocese de São Luís, é composto por peças dos séc. XVIII e XIX nos estilos maneirista, rococó e neoclássico. Mas também podemos encontrar peças de Grajaú (caso dos bustos em latão dos Bispos desconhecidos), Alcântara e demais municípios maranhenses (BOGÉA, 2008).

Inspirados na concepção de beleza trazida desde os primórdios do cristianismo e incentivada por santos como Agostinho e Tomás de Aquino, as peças presentes no MAS chamam a reflexão pela profundidade de expressão das épocas e pelas características de regionalização que o sagrado adotou em terras maranhenses.

Os históricos “santos de pau oco” que eram utilizados no contrabando de ouro e demais metais preciosos por possuírem fundo ou partes do corpo que saíam deixando uma abertura onde era escondido o roubo, uma dessas imagens é a de São João Batista, do século XVIII. O estilo barroco/rococó é caracterizado pela resplandecência e riqueza dos adornos nas imagens. Chegando a utilizar o ouro em pó na confecção das peças, essas imagens já trazem sinais da ostentação da época. Os detalhes empregados a elas fazem com que as mesmas se aproximem cada vez mais da figura humana e estereoti-

pam o sofrimento e a contemplação dos santos que representam. Na primeira sala encontramos peças características do estilo maneirista com imagens olhando para cima em contemplação ao sagrado e, trazendo nas mãos algo que relembre os critérios que caracterizam sua santidade, com cores e tons sombrios (principalmente o preto e o marrom) lembram penitencia e oração. Algumas trazem um espaço junto ao peito que seria reservado para o resguardo de um relicário do santo que representa (CORRÊA, 2012).

O estilo neoclássico, que é mostrado nas peças que trazem um alívio do exagero que ocorria no rococó. Por costume da época, as peças eram confeccionadas com a aparência de seus compradores ou das pessoas que pretendiam presentear. Entre as imagens de santos, destaque para santos de roca (Figura 2), que tradicionalmente eram utilizados em procissões da Semana Santa. A designação é atribuída por causa da semelhança com o fuso da roca de fiar. Estas esculturas apresentam cabeça, mãos e pés entalhados em policromia, que são seus principais elementos de expressão; tronco e pernas de estrutura simplificada, ou corpo reduzido a armações de ripas. Esse tipo de imagem foi introduzido no Brasil a partir do século XVII, mas até hoje são utilizadas no Maranhão, especialmente nas procissões da Quaresma (CORRÊA, 2012).

Figura 2: Nossa Senhora das Dores em roca



Fonte: CORRÊA (2012)

Ainda segundo Corrêa (2012) “alguns dos santos de rocas, que hoje fazem parte do acervo do MAS, são vestidos com trajes luxuosos, têm olhos de vidros, cabelos naturais, feitos com fios humanos, joias valiosas, resplendor ou coroa de ouro e prata”.

O museu tem uma imponente coleção de ourivesaria neoclássica, cobrindo desde o período de finais do século XVIII ao século XX. Objetos sacros utilizados nas cerimônias litúrgicas das Igrejas de São Luís, como cálices para consagração do vinho durante a missa, crucifixos em prata de lei com pedrarias, oriundos de Portugal; custódias e lanternas de procissões usados até hoje; vasos raros de Santos Óleos (Figura 3); cruz processional da Capela dos Navegantes; resplendor em prata da Igreja do Desterro e vestimentas utilizadas

por padres e bispos em cerimônias religiosas enriquece o acervo do museu (CORRÊA, 2012).

Figura 3: Vasos dos Santos Óleos



Fonte: CORRÊA (2012)

Algumas das peças do MAS ainda são utilizadas nas grandes celebrações litúrgicas da Igreja Católica de São Luís, como a Procissão do Encontro e a Celebração dos Santos Óleos. Estas trazem as imagens de roca e os vasos em que é deposto o óleo para a benção do Arcebispo. São momentos fortes no seio da Igreja ludovicense em que o povo tem contato direto com a religiosidade e a história de suas manifestações que enriquecem há séculos a cultura local (BOGÉA, 2008).

Mesmo com o bom espaço e a boa localização do Solar do Barão de Grajaú o, MAS se prepara para mudar de endereço. Segundo

o Jornal do Maranhão (abr. 2013), a Superintendente do IPHAN/Maranhão Kátia Bogéa garantiu que “a Igreja da Sé e o Palácio Arquiepiscopal serão restaurados com recursos provenientes do BNDES (...). No primeiro momento, as obras começam pelo Palácio e a parte de bens móveis integrados da Catedral (...). A última etapa do projeto é instalação nos Palácio Arquiepiscopal, do MAS, que atualmente está em um anexo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão”. Podemos esperar a futura mudança do MAS para sua nova casa, que irá harmonizar com o cenário religioso já presentes na Catedral da Sé e no Palácio Arquiepiscopal.

#### 4 CONCLUSÃO

A revista *Época* (10 de jun. 2013) traz uma consideração por parte do Ministro da Educação do Brasil Aloizio Mercadante na qual o mesmo faz a seguinte pergunta: “*O que Museu tem a ver com Educação?*”. Na fala do Ministro vemos o descaso do poder público para com os museus e a história que estes guardam e ajudam a manter. Os Museus de Artes Sacra espalhados por todo o Brasil certamente também são contemplados pela colocação do Ministro que ofende a memória brasileira e contribui para o processo de alienação e descrédito da história do nosso país.

Instituições como o MAS do Maranhão tem , agora, maior obrigação de manter e conservar a história que nelas estão resguardadas, pois, o povo maranhense e brasileiro não pode ser eximido do conhecimento de suas raízes históricas e culturais. A realização de eventos e promoções que visem o conhecimento da existência do

museu por parte da população que ainda o ignora, devem ser intensificadas e aprimoradas.

Não podemos considerar tal riqueza pertencente apenas à determinado grupo religioso ou abastados sociais. O museu deve ser um lugar da história do povo e para o povo. Deve lembrar o que foi necessário para a construção do nosso presente e deve ser mantido para que tal lembrança chegue também às gerações futuras. Vale a pena visitar e divulgar nossa memória, pois é ela que nos constitui o grau de cidadãos.

#### REFERÊNCIAS

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. Museu de Arte Sacra do Maranhão. In: \_\_\_\_\_. **Arquitetura e Arte Religiosa no Maranhão**. São Luís: 3ª Superintendência Regional/IPHAN, 2008. pg.148-151.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. **Olhos da Alma: Escola Maranhense de Imaginária**. São Luís: [s.n.], 2002

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-Aurélio XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GIL, Carlos Antônio. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo. Atlas. 2010.

LEITE, Bento. Igreja da Sé e Palácio Arquiepiscopal serão restaurados. **Jornal do Maranhão**. São Luís, abr. 2013, Ano XL, n. 42, p. 4.

MERCADANTE, Aloizio. Dois Pontos. **Época**. Rio de Janeiro, nº 785, p. 34-35, jun. 2013.

ARTE SACRA. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte\\_sacra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_sacra)>Acesso em: 05 set. 2013.

DEFINIÇÕES de museu. In: IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em : <<http://www.museus.gov.br/museu/>> Acesso em :20 set. 2013.

MUSEU de arte sacra. In: São Luís- 400 anos. Disponível em: <<http://maranhaonocongressoslcentrohistorico.blogspot.com.br>> Acesso em: 20 set. 2013.

PEREIRA, Diego Rodrigo; ANDRADE, Maristela de Paula. Reflexões Sobre a História Social do Maranhão no Século XIX Retratada pelo Museu Histórico e Artístico do Maranhão. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 19, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

CORRÊA, Anderson. Museu de Arte Sacra do Maranhão. **Passeio Urbano**, São Luís, 23 ago. 2012. Disponível em: < <http://passeiourbano.com/2012/08/23/museu-de-arte-sacra-do-maranhao/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.





## **A L'ABRI: LA CREACIÓN DE UN CENTRO CULTURAL Y MUSEO CON SU ARCHIVO BIBLIOTECA Y TALLER DE ARTE EN LA LOCALIDAD DE GONNET – LA PLATA- ARGENTINA**

### **A CRIAÇÃO DUM CENTRO CULTURAL E UM MUSEU COM A SUA BIBLIOTECA E ARQUIVO OFICINA DE ARTE EM GONNET, CIUDADE DE LA PLATA – ARGENTINA**

*Ana Maria Amerio La Plata*<sup>1</sup>

*María Belén Carzolio*<sup>2</sup>

*María Paula Carzolio*<sup>3</sup>

### **RESUMEN**

Un colectivo de vecinos se unen para preservar las reproducciones de piezas cerámicas realizadas por la artista Beatriz Englebienne. Inspiradas en costumbres de los pueblos originarios del nordeste argentino, constituyen un valioso patrimonio cultural, razón por la cual se decide conformar un Centro cultural Museo, Archivo y Biblioteca, conjuntamente con talleres de arte bajo la forma de Asociación Civil. Um colectivo de vizinhos unem-se para preservar as reproducoes de pecaas cerámicas do noroeste argentino realizadas pela artista Plástica Beatriz Englebienne. As mismas constiuten um valioso patrimonio cultural na zona de gonnet. La Plata por esta razao, decidem conformar um Centro Cultural Museu Arquivo Biblioteca e oficinas de Arte, baixo a forma de Associacao Civil.

---

1 Argentina. Profesora de la carrera de Administración de Documentos y Archivos y Licenciada en Dirección de Organizaciones de la Sociedad Civil. Asesora del Centro Cultural y Museo A l'abri – anamariaamerio8@gmail.com

2 La Plata, Argentina. Profesora y Licenciada en Artes Plásticas. Vocal Suplente del Centro Cultural y Museo A l'abri. belencarzolio@hotmail.com

3 La Plata, Argentina. Licenciada en Investigación y Planificación Audiovisual. Vicepresidente del Centro Cultural y Museo A l'abri. poli.carzolio@gmail.com

**Palabras claves:** Asociación civil- Centro Cultural- Gonnet- Patrimonio cultural- Museo- Archivo- Biblioteca- Cerámica- Noroeste argentino

**Palavras-chave:** Associação Civil - Centro Cultural- Gonnet - património cultural - Museu - arquivo - Biblioteca - Cerâmica - Noroeste da Argentina

## 1 PONENCIA

El sueño de crear un espacio de desarrollo de las expresiones culturales para la comunidad nació de la mano de la artista plástica Beatriz Englebienne. Nacida en Bélgica emigró a la Argentina junto con su familia en sus primeros años de vida y se instaló en la localidad de Gonnet, La Plata.

Prolífica ceramista desarrolló un sin fin de obras entre ellas un vasto registro de reproducciones arqueológicas del noroeste argentino. Pensando en el destino de este patrimonio esbozó por primera vez la idea de donar el mismo, como así también parte del terreno en el que actualmente reside, con el fin de dejar su legado a la comunidad.

Así en 2011, Beatriz decidió convocar a un grupo de colegas y amigos para poder llevar a cabo este visionario proyecto. Entre todos consideramos que lo mejor sería formar una ONG, lo cual permite comprender que el lugar además de ser un espacio emblemático se erige clara e inequívocamente como símbolo de un tiempo inicial, que irremediamente se torna vital y trascendente para la sociedad de gonnet, tal como el nacimiento de la vida misma.

A lo largo de la puesta en marcha del proyecto de creación de la entidad reseñada, muchas han sido las gratas sorpresas que se

han ido sucediendo. Desde el punto de vista técnico destaco el haber comprobado empíricamente la adecuada y completa formación adquirida de las distintas disciplinas que permitió encauzar los distintos elementos que poco a poco emergían a fin de llegar al puerto deseado.

Sin embargo, y ya desde el punto de vista estrictamente humano, la mayor gratitud ha sido advertir y poder trabajar altruistamente con la real e imperiosa necesidad existente en el grupo comunitario conformado por los vecinos de gonnet y zonas aledañas, personas necesitadas de ámbitos donde plasmar una identificación grupal homogénea y propia, en la cual se pueda reconocer individual y colectivamente.

Las Organizaciones Civiles que erigen en nuestros tiempos como ciertos contrapesos de los estados burocráticos, pues se hallan ligadas directamente a los actores comunitarios, receptando y trabajando con sus necesidades y sueños sin intermediaciones disfuncionales, claro que para ello no se valdrán de sí mismas únicamente, sino que buscaran en la legitimidad que le brindan su conformaciones que su voz se oiga para el bienestar común.

Tal como se adelantara, el objeto de estudio, está determinado por una Organización Civil sin fines de lucro, perteneciente al denominado tercer sector, cuyo nombre es Centro Cultural y Museo A L"Abri" con sede en La Plata-Gonnet.

El trámite de la presentación ante la Dirección Provincial de Personas Jurídicas de la Provincia de Buenos Aires, se inició bajo el expediente 21209 273057 Número de legajo 1/190080 con fecha de aprobación 27 de abril de 2012.

La estructura organizativa de la Organización quedo compuesta por una comisión Directiva, un Presidente, un Vicepresidente, Secretario, Tesorero, Vocal Titular, Vocal Suplente, Revisor de cuentas titular, revisor de cuentas suplentes.

Dicho organismo, tiene por objeto colaborar, participar e intervenir en toda clase de iniciativas de carácter histórico, cultural, educacional y artístico, que respondan a los fines que presidieron la creación de la entidad, la cual tenderá a proteger, conservar, organizar y difundir el acervo del Museo, su biblioteca y el patrimonio documental en peligro de extinción o daño irreversible, incluyendo acciones para la salvaguarda y recuperación del patrimonio documental.

Es Misión de la Organización reunir, organizar, conservar, estudiar y difundir el patrimonio cultural de la Institución garantizando su accesibilidad para la administración productora, la investigación científica y la información general.

La Visión de la Organización es obtener el mayor grado de excelencia en todas sus actividades y servicios que ofrece la organización hacia toda la comunidad.

### **Objetivos**

Crear un espacio de encuentro para los vecinos.

Se realizan visitas guiadas de carácter educativo destinado a escuelas de la zona e instituciones, por el cual se ofrecen charlas a los alumnos, sobre el futuro Museo, con talleres de arte..

Se implementan cursos y talleres para la tercera edad y grupos vulnerables de la zona.

Se creara el Archivo, Biblioteca y Museo para proteger, conservar y difundir su acervo para las generaciones futuras.

Esta Institución está presente en Cursos, Conferencias, mesas redondas, jornadas simposios, Congresos y talleres relacionados con el arte y la Cultura.

Si bien el proyecto final contempla la edificación de un espacio que funcione como museo permanente de la obra de Beatriz Englebienne, y sirva para desarrollar actividades como centro cultural, actualmente la ONG se encuentra desarrollando diferentes actividades en la zona, contando con el apoyo de otras instituciones barriales:

- Concierto de la Medical Jazz Band a beneficio de la ONG en el Teatro La Nonna de La Plata
- Muestra plástica y concierto de Cristian Vassilión en el Centro de Fomento de Gonnet
- Peña Folclórica en el Club de abuelos Atardecer, Gonnet
- Concierto de tango de la orquesta “ La Maroma” en el Centro de Fomento de Gonnet
- “Gonnet dibuja” en el Centro de Fomento de Gonnet
- Charlas en distintos colegios de la zona
- Realización del Mural del Centro Cultural y Museo A L”Abri”
- Gonnet dibuja, taller de historietas animadas para chicos.
- Taller de modelado en frío con pasta de piedra para chicos.
- Maratón Fotográfica.

La creación de un museo permanente, que tendrá por objeto preservar el legado cultural de la artista plástica Beatriz Englebienne, quien ha recuperado el arte de las culturas precolombinas argentinas a través de su vasta obra. El museo será el lugar de exhibición de reproducciones arqueológicas del Noroeste argentino, correspondientes a las culturas Condorhuasi, Cienaga, Aguada, Chacosantiagoña

y Santamariana, como así también de pinturas que la artista denomina: Recreaciones de la simbología indigenista.

La reproducción de las piezas se ha hecho respetando el tamaño y las técnicas utilizadas por los pueblos originarios. Las mismas constituyen una posibilidad de acercarnos a la producción cerámica de estas culturas. A su vez, la iconografía plasmada en la obra nos habla de su simbología, su cosmovisión, sus creencias. Por otro lado, la utilidad de las piezas, da cuenta de los usos y prácticas de las comunidades.

El Proyecto de creación del Centro Cultural y Museo A L “Abri” cuyo nombre es de sumo valor simbólico tanto para la artista como para todos los integrantes de la comisión directiva ya que así se llamo el hogar de Beatriz en Bélgica que su traducción en español es “Al abrigo” tiene como propósito desarrollar exponencialmente el proceso por medio del cual se abordó el añorado deseo de contar en Gonnet, con un ámbito cultural específico donde poder trabajar para preservar debidamente el legado de nuestros antiguos habitantes de nuestra cultura indigenista argentina.

El presente trabajo intenta reflejar una experiencia real y palpable, que aún se desarrolla a fin de arribar a un buen puerto, o mejor dicho, a una buena estación: Gonnet.

Como cierre, y ya a modo personal, creemos firmemente en poder colaborar para brindar la posibilidad de encuentro es una alegría que vale la pena regalarse, de ahí la invitación a cada uno los ocasionales congresales de embarcarse en una aventura similar sea cual sea, pues es esfuerzo que es mucho en este tipo de empresas será debidamente recompensado, os aseguramos.

## MUSEUS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LUDOVICENSE

*Soraya Vieira de Albuquerque*<sup>1</sup>

*Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro*<sup>2</sup>



### RESUMO

Estudo sobre a contribuição dos museus como espaços de memória e patrimônio cultural ludovicense. Tem por objetivos avaliar a contribuição dos museus como patrimônio indispensável para a preservação da memória e identidade cultural ludovicense. Apresenta de forma breve um panorama sobre a cidade de São Luís como memória histórica e cultural ludovicense, destacando seu patrimônio cultural e seus museus como sinônimos de identidade histórica. Para tanto, apoia-se na pesquisa bibliográfica, pautada em autores como: Meireles (2008); Amaral (2003), Abreu (1996); Caldeira (2005); Carvalho ([2005?]), Teixeira (2008), UNESCO ([200\_?]), Nascimento (2001), Ferreira Junior (2006) dentre outros. Mostra que tanto as fontes históricas quanto o patrimônio cultural estabelece mais um recurso para obtenção de conhecimento. Portanto, vale ressaltar que os museus constituem-se como espaços indispensáveis para a reconstituição da história e formação da identidade cultural de um país, estado ou cidade.

**Palavras-chave:** Museus. Patrimônio Cultural. Memória Ludovicense.

---

1 Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. (UFMA).  
E-mail: soraya250983@yahoo.com.br

2 Mestre em Ciência da Informação (UnB). Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.  
E-mail: ufmamideas@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A informação constitui-se num bem fundamental para o desenvolvimento do ser humano. E a cultura forma a identidade e memória de uma sociedade, pois representa modos de vida, crenças, instituições, valores espirituais entre outros. Além disso, esta é inerente à formação e desenvolvimento do homem e por essa razão possui uma ampla concepção.

Em se tratando de patrimônio cultural, a Unesco ([200\_?], não paginado) afirma que ele: “[...] é de fundamental importância para a memória, identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”. Mediante essa afirmação, percebe-se o valor atribuído a esta categoria, que salvaguarda e protege a cultura por meio dos bens materiais, imateriais e naturais, a fim de preservar informações singulares como fontes históricas e vislumbrar estudos futuros às gerações vindouras.

Tal relevância necessita de preservação, para garantir que um bem cultural ou mesmo as manifestações culturais perpetuem por muito tempo. Assim sendo, pode-se dizer que tanto a preservação bem como a proteção de um bem material, imaterial e natural é de responsabilidade do Governo Federal, Estadual, Municipal e de todos os cidadãos, pois o patrimônio cultural constitui-se num elemento importante que suscita a continuidade e estabilidade da herança cultural.

Diante desse contexto, considera-se que as instituições culturais habitam esse cenário de fontes históricas e patrimônio cultural, dentre estas se tem como foco o Museu que se constitui num bem material. Pois, Caldeira (2005, p.142) ressalta que:

[...] Os museus expressam as necessidades educacionais culturais da sociedade contemporânea, constituindo-se em instrumentos para atendê-la em suas pretensões, por intermédio da frequência de seus cidadãos, estudiosos e viajantes estrangeiros que a eles acorrem para satisfazer seus anseios intelectuais.

E para complementar, Carvalho ([2005?], não paginado) afirma de forma sucinta que “o museu habita o imaginário popular como um lugar de guardar raridades e mistérios”.

Esse espaço contemplativo tem também como finalidade, preservar a memória, fazer com que pensemos sobre o presente e refletirmos acerca das mudanças ocorridas ao longo da história. Com isso, evidencia-se que o século XIX foi marcado pelo auge de desenvolvimento dos museus, tendo em vista isso, no Brasil, foram fundados nesta época, dois museus, os quais tiveram como responsável o rei Dom João VI. (CALDEIRA, 2005).

A partir de então, observou-se que diversos museus, de tipologias variadas, foram criados em todo o território brasileiro, resultantes da ação governamental e particular de algumas instituições. Em se tratando da tipologia dos museus, ressalta-se que de acordo com a natureza administrativa, eles são classificados em públicos e privados e, além disso, podem ser categorizados em museus de arte, históricos, de ciência, e etc. Também podem ser classificados em museus especializados e museus ao ar livre. Desse modo, essa classificação depende unicamente das peças associadas ao acervo destas instituições culturais.

Sendo assim, estudou-se os museus como patrimônio indispensável para a preservação da memória e identidade cultural ludovicense com o propósito de identificar os mesmos como patrimônio cultural e espaços de memória ludovicense, onde a cidade

de São Luís do Maranhão se constitui num cenário propício para o desenvolvimento tanto das fontes históricas quanto do patrimônio cultural, devido a sua história, a abrangência de suas manifestações culturais e riqueza arquitetônica e artística.

Tudo isso, pela relevância percebida nas fontes históricas como memória e identidade da humanidade e pelo fascínio atribuído a esta rica estrutura arquitetônica que envolve os museus, que constrói história e constitui-se em instituição criada e modificada pelo homem por perpassar não só a memória, cultura e patrimônio, mas também o teor científico.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental respaldada no seguinte referencial teórico: Meireles (2008); Amaral (2003), Abreu (1996); Caldeira (2005); Carvalho ([2005?]), Teixeira (2008), UNESCO ([200\_?]), Nascimento (2001), Ferreira Junior (2006) e outros.

Com isso, o estudo proposto apresenta seções direcionadas as fontes históricas, o patrimônio cultural, panorama histórico de São Luís, Museu Histórico e Artístico do Maranhão, análise e discussão dos dados. Com isso, pressupõe-se compreender todos os pontos que fundamentam este estudo e alcançar o objetivo em questão.

## **2 SÃO LUÍS DO MARANHÃO: memória histórica e cultural ludovicense**

São Luís do Maranhão tem a denominação de Ilha do Amor pelas eternas poesias que louvavam a cidade e pela característica romântica atribuída a mesma, Patrimônio Cultural da Humanidade pelo riquíssimo conjunto arquitetônico e cultural e em outrora se denominava de Atenas Brasileira pela grande produção literária e

efervescência cultural. Também recebeu os epítetos de: Jamaica Brasileira por adotar o reggae como ritmo musical desde os anos 70 aos dias atuais e de Cidade dos Azulejos pela intensa concentração de azulejos nas fachadas dos casarões advinda da Europa. Diante do contexto histórico, aponta-se o fato de que o Maranhão nasceu a partir da divisão das capitânicas hereditárias em quinze lotes pelo D. João III, rei de Portugal.

Dessa forma, em 1500, os espanhóis chegaram à capitania do Maranhão, sendo considerados os primeiros a adentrarem as terras maranhenses. No entanto, apenas em 1535, foram os portugueses, os primeiros a tentar ocupar a referida capitania, sendo que esta missão fracassou. (HISTÓRIA..., [200\_?], não paginado). Ressalta-se que, os primeiros habitantes da cidade encontrados pelos europeus foram os Tupinambás.

Esse Estado era composto por dois lotes e teve sua colonização tardia, devido seus donatários terem encontrado dificuldades para chegarem ao mesmo. Assim, Nascimento (2001, p. 68) descreve que “São Luís foi fundada em 1612 por franceses, mas foi colonizada por portugueses. Originou-se da construção do forte de São Luís, na entrada da baía de São Marcos, na desembocadura dos rios Anil e Bacanga, onde hoje está o Palácio dos Leões”. Complementando essa afirmação, Ferreira Júnior (2006, p. 11) relata que “São Luís, a capital do Maranhão, [foi] fundada em 8 de setembro de 1612 [...]”.

Os franceses originavam-se das cidades de Cancale e Saint-Mailo e sob o comando de Daniel de La Touche fundaram o forte de São Luís, que foi assim denominado devido às homenagens prestadas ao patrono Luís IX e ao rei Luís XIII da França. Assim a cidade de São Luís foi edificada no cabeceira da Baía de São Marcos.

Nesse sentido, Meireles (2008, p. 34) enfatiza que “quando os franceses chegaram a Upaon-Açu, a hoje chamada ilha de São Luís [...] encontraram-na habitada pelos marañaguaras [...] que, conforme tudo leva a crer, eram tupinambás chegados do sul”. Ressalta-se que a denominação Upaon-Açu, que significa Ilha Grande, foi dada pelos tupinambás à cidade de São Luís antes dos franceses chegarem, pois a consideravam uma aldeia.

A partir de então, os franceses instituíram a França Equinocial e formaram uma aliança com os Tupinambás de forma que fosse estabelecida uma relação cordial entre eles, cujo interesse estava voltado à fundação do forte, das moradias e da fixação da cruz. E como o território maranhense era visado pelos portugueses, houve momentos de lutas e de tréguas entre esses dois povos até 1615, onde os franceses contavam com a fidelidade dos Tupinambás na luta contra os portugueses a partir deste ano os portugueses recuperaram de forma definitiva a capitania. A partir de então, no ano de 1621, foi estabelecido o estado do Maranhão com intuito de condicionar de uma melhor forma a defesa da Costa e as relações entre as colônias. (HISTÓRIA..., [200\_?], não paginado).

Nessa perspectiva, os portugueses começaram a se interessar pelo Maranhão e em razão desse interesse e posterior apropriação de terras, os franceses que tinham se estabilizado e instituído a colônia francesa aqui, foram expulsos. Mesmo com a expulsão dos franceses, o nome Saint Louis dada pelos mesmos a então cidade de São Luís foi conservado pelos portugueses.

Dessa forma, os portugueses passaram a colonizar o Maranhão, começando pelo litoral, cuja economia implantada foi respaldada pela plantação de cana-de-açúcar e por diante de algodão. E como

consequência dessa ocupação portuguesa, os índios Tupinambás, primeiros habitantes deste Estado e conseqüentemente de São Luís, foram afastados para a área interiorana do Estado do Maranhão.

Em meio ao desenvolvimento da cidade de São Luís, tem-se que em 1677 ela recebeu o título de cidade por um decreto expedido pelo papa, pois antes era considerada apenas uma vila. No que se refere à economia do século XVII baseava-se no açúcar, cravo, canela, dentre outras especiarias. Entretanto, o avanço econômico se deu a partir de 1755 com criação da Companhia do Comércio Grão Pará e Maranhão e a partir daí começou a ser utilizada a mão-de-obra escrava. (PEREIRA, 2001, p. 20). O arroz e o algodão construíram o referido século e somaram-se ao açúcar, formando os produtos acedentes do século XIX. Entretanto, “[...] Com a abolição da escravatura, a 13 de maio de 1888, o estado enfrentou um período de decadência econômica, do qual viria a se recuperar no final da primeira década do século XX, quando teve início o processo de industrialização, a partir da produção têxtil”. (HISTÓRIA..., [200\_?], não paginado).

Ainda no século XIX para o desenvolvimento estrutural e ornamentação da parte interna e externa das moradias, Silva (apud PEREIRA, 2001, p. 20) descreve que:

[...] surgia a cantaria, o calcário, mármore ou pedra de lioz, as grades de ferro fundido geralmente decoradas com Guirlandas e florões para serem colocados nos portões, nas cancelas da porta principal e nas janelas do térreo. As bandeiras com vidros coloridos ou incolores em Vernizadas, almofadas e com treliço na complementação dos balcões, ocorrências de suporte de ferro para candeiras que embelezavam formando as partes história de São Luís.

Percebe-se que esses elementos materiais surgidos no século XIX foram reconhecidos como peculiaridades de São Luís, pois contribuíram para configuração da característica local até os dias de hoje. Sendo partes essenciais que contam e recontam a história da formação e desenvolvimento da sociedade ludovicense. Além disso, houve também neste mesmo século, o desenvolvimento urbano com a pavimentação de ruas, criação de jardins, lugares arborizados, cuidados com lagos e fontes, pois se tinha o expressivo propósito de ornamentar e embelezar a cidade.

Com a recuperação do estado, o século XX foi cenário de duas migrações relacionadas aos povos sírio-libaneses e cearenses, os quais contribuíram com o comércio, a agricultura com ênfase na lavoura de arroz, fazendo com que a produção maranhense desenvolvesse. Com o crescente desenvolvimento da cidade e do número de habitantes a cidade de São Luís “[...] compõe-se de aproximadamente 53% de mulheres e 47 % de homens. A economia local baseia-se primordialmente na indústria de transformação de minérios e no comércio”. (HISTÓRIA..., [200\_?], não paginado)

Em consonância a esse contexto, Macedo ([200\_?], não paginado) enfatiza que:

A Ilha de São Luís é a única cidade brasileira fundada pelos franceses, sob o comando de Daniel de La Touche, e até hoje possui o maior e mais homogêneo conjunto arquitetônico colonial de origem portuguesa. As influências do burgo, tipicamente lusitanas, em sua colonização originaram uma cultura diversificada, sendo influenciada também por negros, indígenas, a qual é enfatizada nas tradições folclóricas, nas lendas, nos mitos e no sincretismo religioso perpassando gerações.

De acordo com isso, Amaral (2003, p. 39) diz que: “A cidade de São Luís capital do Estado do Maranhão, é uma cidade absolutamente francesa, ocupando ainda hoje, o mesmo lugar escolhido por seus franceses”.

Percebe-se então, a grandeza de nossa tradição cultural que apresenta um rico e diversificado contexto de registros e representações culturais, as quais contêm aspectos franceses, portugueses, holandeses, burgueses, negros e indígenas que contribuíram e ainda contribuem para a formação e desenvolvimento da sociedade maranhense, proporcionando o cenário arquitetônico existente, o folclore, as lendas, mitos, dentre outras manifestações. E essa tradição foi preservada de geração a geração, sendo alvo de nossa memória e identidade, pois forma nossa singularidade e permite que sejamos reconhecidos por pessoas de outros estados ou mesmo de outro país.

São Luís encontra-se afastada do continente por meio do Estreito dos Mosquitos, BR 135, Companhia Ferroviária do Nordeste e Estrada de Ferro Carajás. Caracteriza-se por sua poesia, pelo grande acervo arquitetônico com sobrados revestidos de azulejos, e estes sobrados apresentam sacadas e mirantes com material de ferro, sendo o aspecto que simboliza a história e a cultura ludovicense. Desse modo, possui em seu cenário praças, monumentos, igrejas, fontes, dentre outras, que perpassaram o tempo e permitem que os ludovicenses relembrem seu passado. Esses bens culturais testemunham à história e o progresso de São Luís e conseqüentemente do Maranhão. Dentre os pontos turísticos que abrangem a memória e identidade ludovicense destaca-se que a:

Praia Grande é o maior e mais valioso conjunto de arquitetura colonial do século XIX da América Latina. Antigo centro

comercial de São Luís possui cerca de quinze quadras e duzentas edificações que foram restauradas pelo Projeto Reviver e transformadas num centro de vendas, cultura e lazer. (NASCIMENTO, 2001, p. 69, grifo do autor).

E mediante a Praia Grande, outros pontos que merecem destaque são:

- a) Fontes das Pedras;
- b) Avenida Pedro II;
- c) Parque Estadual do Bacanga;
- d) Cais da Sagração;
- e) Palácio dos Leões;
- f) Fonte do Ribeirão;
- g) Palácio Episcopal;
- h) Teatro Arthur Azevedo;
- i) Laguna da Jansen;
- j) Igreja da Sé, Igreja do Desterro, Igreja dos Remédios;
- k) Convento das Mercês;
- l) Centro Cultural Odylo Costa Filho;
- m) Solar São Luís;
- n) Praça Gonçalves Dias;
- o) Cafuá das Mercês;
- p) Fundação José Sarney;
- q) Museu de Arte Sacra;
- r) Museu de Artes Visuais;
- s) Casa de Nhozinho.

Todos esses pontos merecem destaque, pois formam como já enfatizado o mais valioso conjunto de arquitetura colonial do século XIX da América Latina, aonde era localizado o antigo centro comercial da cidade de São Luís. Mediante essa perspectiva, esta categoria possui a relevância de relacionar-se aos significados econômicos, sociais, culturais e políticos, pois respalda o desenvolvimento destes aspectos e proporciona o acesso específico à cultura. Sendo assim, tem o intuito de sociabilizar o homem no âmbito que se encontra inserido, fazendo este reconhecer seu espaço e apontando os aspectos comuns que distinguem uma sociedade de outra. Deste modo, pode-se dizer que esta categoria possui significância, pois identifica, protege e valoriza a natureza, cultura, história e memória de um povo, pois se constitui de acordo com o cenário em que se encontra desenvolvido. Portanto, vale ressaltar que o estudo possui como cenário principal para as fontes históricas e patrimônio cultural a cidade de São Luís do Maranhão, fonte de encanto e belezas naturais dos ludovicenses.

### **2.1 Patrimônio cultural e museus como sinônimo de identidade histórica**

Os bens culturais que tornam singular a identidade, memória e percurso histórico dos países, dos estados e das cidades, podem ser definidos como uma fonte primária, pois se constituem como primeiro enfoque para o resgate de uma informação. Sendo assim, gera uma comunicação entre o indivíduo e os chamados patrimônios culturais de uma sociedade, visto que, possuem aspectos fundamentais para a preservação e conservação da memória cultural, tornando-se a ponte que leva o indivíduo a encontrar e fundamentar por meio

de vestígios históricos as origens de sua herança cultural, identidade e cidadania.

No entanto, antes de entender o conceito atribuído à categoria patrimônio cultural, torna-se necessário compreender o que significa a palavra patrimônio para o âmbito social. Nesse sentido, Machado (apud TEIXEIRA, 2008, p. 201, grifo do autor) afirma que patrimônio é: “[...] conjunto de bens pertencentes ao *pater*, no sentido de herança, legado, ou seja, aquilo que o pai deixa para os filhos”. Em complemento a este conceito, Teixeira (2008, p. 201) diz que “[...] patrimônio [é] o conjunto de bens de uma escola, associação, empresa ou de pessoas em geral”.

Mediante esse contexto, tem-se que o termo patrimônio possui origem latina e o radical **pater** significa pai e associa-se ao conceito anterior abordado por Machado. Portanto, o patrimônio relaciona-se também as manifestações culturais que enriquecem a tradição social, enfatizando desta forma, a tradição brasileira.

Considera-se que assim como, nossos antepassados deixaram esses bens culturais denominados de patrimônio para lembrar nosso contexto histórico, nós enquanto construtores da história, também deixaremos indícios para as gerações futuras. O outro conceito refere-se à questão de bens financeiros pessoais ou institucionais, tendo como exemplo: cadeiras, mesas, computadores, dentre outros tipos de materiais que possuem valor monetário.

Deste modo, nota-se que o patrimônio compara-se as fontes históricas, e que o mesmo é fundamental para o homem, pois demonstra a relevante valorização cultural dos países e em especial do Brasil e, além disso, fortalece a autoconfiança dos indivíduos. Outro papel importante dos patrimônios é o fato de difundirem a comple-

xidade e a singularidade atribuída à tradição construída pelas comunidades que nos antecederam. Dessa maneira, Rodrigues (2007, p. 16) ressalta que:

[...] No século XVIII quando, na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso de “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeado o conjunto de bens culturais de uma nação.

Diante disso, observa-se que desde tempos remotos o patrimônio foi reconhecido como algo importante para o indivíduo, sendo respaldado por meio de uma legislação que protege os bens culturais. Logo, no século XIX, houve uma intensiva criação de patrimônios nacionais, os quais se tornaram uma comum referência às pessoas que compartilham do mesmo território.

Deste modo, o patrimônio representa o passado, o presente e o futuro de um povo, construindo o homem e sendo construído por ele. Então, enfatiza-se que o patrimônio compreende paisagens naturais, monumentos arquitetônicos, tradições, aspectos gastronômicos, manifestações artísticas, documentos escritos e artefatos arqueológicos e outros materiais e expressões culturais que possam representar esta categoria.

O patrimônio encontra-se geralmente apresentado na forma de patrimônio histórico, patrimônio ambiental e patrimônio cultural. Nessa perspectiva, vale ressaltar que o estudo dará ênfase somente ao patrimônio cultural. Nesse sentido, ressalta-se que, “a partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades”. (RODRIGUES,

2007, p. 17). Com isso, enfatiza-se que o patrimônio cultural reflete lembranças do passado e, além disso, permite que o indivíduo perceba que partilha de um mesmo espaço com outros indivíduos, tendo como singular a cultura e aspectos comuns que dão sentido a um povo, gerando a memória e identidade coletiva.

Em 1930, desenvolveu-se no Brasil uma prática referente à preservação e conservação do patrimônio e isso se relaciona como o modo que percebemos nossa herança cultural e atribuímos o significado de memória cultural. Essa relevância e compreensão dada ao patrimônio de maneira tardia no Brasil são decorrentes de fatores relacionados à concepção de cultura e história, não valor cultural ao trabalho e os objetos eram pertinentes à colonização e classe de proprietários.

Dessa maneira, Rodrigues (2007, p. 17) ressalta que: “[...] é de todo compreensível a distância entre patrimônio cultural e a maioria da população brasileira, uma vez que essa não reconhecia nele nada seu”. Sendo que, essa falta de reconhecimento por parte da população brasileira perdurou algumas décadas, no entanto, na década de 80, passou a ser percebido em cada brasileiro a função de construtor histórico e social. A partir de então, pesquisas, pessoas e fatos históricos que revelem o passado, dantes desconhecidos, são valorizados e registrados para a perpetuação da identidade e memória cultural de um povo. Assim, nesse período, o patrimônio era definido da seguinte forma:

[...] um lugar de memória social, propiciando a inclusão de bens materiais, como fábricas e residências operárias, antes impossível no conjunto de bens tombados, eleitos [...] por critérios que, no caso das edificações, consideravam apenas a excepcionalidade material e o valor histórico, este ainda

baseado no que a História registrara a respeito dos grandes personagens e grande fatos nacionais. (RODRIGUES, 2007, p. 18).

Nessa perspectiva, o patrimônio apresentava-se como elemento fundamental para o desenvolvimento da memória social, política e cultural de uma sociedade, sendo alvo de uma subversão entre a imagem simbólica e o homem. Em se tratando de memória social, enfoca-se o fato da mesma condiciona a construção da história sob os aspectos mutáveis, políticos e o exercício dos direitos, evidenciando o valor que a sociedade oferece ao passado. Logo, pode-se dizer que a memória social será mais relevante quando refletir mais a vivência dos movimentos sociais e quando promover mobilidade aos sentimentos do homem, fazendo com que este tenha de modo particular, determinadas lembranças.

Diante do contexto histórico pelo qual perpassa a categoria patrimônio, tem-se que a chegada da família real ao Brasil no ano de 1808 que proporcionou a instituição de espaços memoriais, com intuito de resgatar marcos históricos nacionais, a exemplo destes espaços culturais destaca-se a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional. (RODRIGUES, 2007, p. 19)

Nesse contexto, os museus se constituem como um bem memorial de fundamental relevância para o ser humano, pois faz parte do contexto social e cultural do mesmo. Desse modo, é formado por distintos atores sociais que o tornam uma realidade compreendida por critérios referentes aos aspectos conceituais e museográficos. Com isso, tem o intuito de contribuir para que a sociedade reconheça o valor deste espaço enquanto disseminador da informação.

Para um maior entendimento, torna-se necessário apresentar um resumo histórico acerca da origem dos museus, a fim de proporcionar uma reflexão benéfica que impulse o ser humano a perceber a relevância e o valor deste espaço que emana memória.

De acordo com Julião ([200\_?], p. 20) “[...] a palavra museu origina-se na Grécia antiga. *Mouseion* denominava o templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória. [...] locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos”.

Posteriormente, na Idade Média a palavra museu era pouco utilizada, reaparecendo a partir do século XV, quando a arte de colecionar tornou-se moda na Europa. Por volta ainda desse período o homem vivia momentos de desenvolvimento e revoluções perceptivas, envolvendo o campo científico, movimento humanístico referente ao Renascimento e expansão marítima que relevou novos horizontes. Em se tratando de coleções, aborda-se que as coleções de príncipes ganharam enriquecimento nos séculos XV e XVI por meio de objetos artísticos originários da Antiguidade, tesouros e raridades advindas da América e da Ásia e produções artísticas apoiadas pelas famílias nobres. (JULIÃO, [200\_?], p. 20)

Assim com o passar do tempo, as coleções obtiveram especialidade, sendo instituída por meio de critérios direcionados a natureza e ao progresso científico dos séculos XVII e XVIII, possuindo a partir de então, a função de ser fonte de pesquisa e ciência pragmática e de utilidade. (JULIÃO, [200\_?], p. 20)

Ao longo deste século XVIII, presume-se que muitas inquietações, no que diz respeito à preservação da memória e da história de um povo surgiram por parte de algumas sociedades. Tendo em

vista isso, nota-se que os museus geralmente nascem a partir de uma inquietação de algumas sociedades ou grupos sociais em preservar a memória e identidade por meio de bens materiais e imateriais, e assim perpetuar a história a outras gerações. Diante do contexto histórico dos museus, Hobsbawn (apud FERREIRA JUNIOR, 2006, p. 16) ressalta que no

[...] final do século XVIII, na França, com a Revolução Francesa e a tomada do poder pela burguesia, e a Revolução Industrial, na Inglaterra, a aristocracia européia, preocupada em preservar suas relíquias, obras de arte e memória, criou os primeiros museus e galerias de artes, servindo de entretenimento tanto dessa classe, quanto da burguesia emergente no poder, a fim de, torná-la mais erudita, deixando de lado, entretanto, uma massa de pobres e analfabetos que não tinham o acesso ao contato com as obras de arte. São exemplos de museus inaugurados durante esse período,

Nota-se que os referidos museus foram criados para preservar a memória e atender apenas ao público burguês, com intuito de atribuir a estes o caráter erudito, sendo um espaço de acesso restrito a pessoas letradas e com certo nível de poder social. Nessa perspectiva, a classe pobre e analfabeta não teria acesso a este espaço cultural. Ressalva-se que o fato destes museus terem sido criados, difundiu-se pela Europa e por outros países que não fazem parte do continente europeu, e a partir disso, começa-se a determinar modelos e métodos museográficos, pois o procedimento educacional da época pautava-se no indivíduo e a aquisição informacional era baseada em fatos. Assim os museus apresentavam exposições estáticas com visitantes passivos que observavam as obras de arte como algo sagrado.

A partir do século XVIII vários museus foram criados e assim Suano (apud JULIÃO, [200\_?], p. 21) afirma que:

Além das antiguidades nacionais, muitos desses museus reuniram acervos expressivos do domínio colonial das nações européias no século XIX. Expedições científicas percorriam os territórios colonizados, com o objetivo de estudar seus recursos naturais e sua gente, e de formar coleções referentes à botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia que seriam enviadas aos principais museus europeus.

Ainda neste século, o Brasil foi alvo de várias viagens e de pesquisas realizadas por naturalistas estrangeiros, as quais tiveram como resultado relatos e descrições características do local, gerando um importante acervo brasileiro que compôs as instituições museológicas e científicas do continente europeu. Tendo em vista isso, o século XIX teve como marco a criação dos primeiros museus brasileiros, sendo uma das iniciativas de D. João XVI e então no ano 1818 surgiu o Museu Real que atualmente recebe o nome de Museu Nacional composto pela coleção de história natural doado pelo monarca. (SUANO apud JULIÃO, [200\_?], p. 21).

Por meio dessas iniciativas, outras instituições museológicas surgiram distribuídas em alguns estados brasileiros e sob perspectivas distintas, com a função de preservar os patrimônios locais e nacionais, acrescentando a produção intelectual e práticas das ciências naturais. Dessa maneira, “[...] a criação dessas instituições fazia parte da crença iluminista de pela razão seria possível integrar o país no ‘concerto das nações’. Havia intenção de objetificar a cultura nacional, ou seja, preservar e expor objetos singulares, expressão da singularidade nacional [...]”. (ABREU, 1996. p. 54).

Nesta época, evidencia-se a intenção de preservar a cultura nacional, por meio da exposição dos objetos, com o intuito de promover o Brasil frente às outras nações, entretanto esta proposta apresentava ainda uma visão distante, no que se refere ao ato de expor e de preservar a cultura nacional, foi então que em 1922 com a fundação do Museu Histórico Nacional reformulou a noção enciclopédia, estabelecendo um novo paradigma para os museus destinado a consagração da história e da pátria e representando o nacionalismo pátrio por meio da cultura materializada. Então entre o período de 1922 a 1959, este museu instituiu a finalidade de educar a sociedade, proporcionando o conhecimento de fatos e personagens do passado, a fim de estimular a preservação da tradição e do desenvolvimento cívico, fatores que contribuíram para a união e avanço da nação. (ABREU apud JULIÃO, [200\_?], p. 22).

### **3 CONCLUSÃO**

Percebe-se que ao longo da História o homem foi deixando indícios de suas vivências e de seus feitos denominados de fontes históricas, que desvendem a memória, identidade e cultura do mesmo, relevando peculiaridades que denotam o encadeamento da origem humana. Considerando isso, são classificadas em vários formatos, desde desenhos pictográficos a produções cinematográficas, que possam ser transmitidos de geração a geração, pois são formas de registrar informações e garantir que o homem configure seu passado, contribuindo para a sua formação e desenvolvimento. Diante disso, compreende-se que o homem pode entender o presente quando se depara com situações negativas ou positivas da sociedade que

se encontra inserido, no caso das situações negativas pode também por meio dessa compreensão buscar soluções que transforme esta realidade.

Nesse conjunto de instrumentos que referenciam a História, destaca-se o patrimônio cultural que arrola os bens materiais e imateriais, essenciais para que o homem conheça aspectos característicos que o identifica. Para tanto, ressalva-se que no Brasil a preservação e conservação do patrimônio desenvolveu-se na década de 30 com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto, sua valorização ocorreu apenas nos anos 70, com a assinatura do Compromisso Brasília, com ações, a nível federal, com intuito de proteger o patrimônio, permitindo que o indivíduo perceba que compartilha com outros indivíduos de um espaço comum. Desse modo, o patrimônio cultural abrange produções artísticas, costumes dentre outros objetos ou manifestações que traduzam os aspectos histórico-culturais do passado e do presente. Nesse sentido, tem a relevância de formar a identidade e singularidade de um povo, socializando o homem, bem como, apontando os pontos comuns que diferencie uma sociedade de outra.

Em se tratando de museu, entende-se que são instituições culturais que resguardam a memória de uma sociedade, pois é um dos cerne que contribui para preservação da continuidade da história humana e disseminação da informação ao público que o contempla. Tendo em vista essa percepção, admiti-se o museu como um espaço que integra aspectos científicos, culturais e sociais, tendo a função de informar de modo ilustrativo e criativo, por meio de exposições permanentes ou temporárias, atividades e outras formas de interação que contribuam com a produção de conhecimento. Dessa forma,

observa-se que os museus são relevantes desde a sua evolução iniciada na Grécia, sendo enriquecido e composto a cada época que perpassava, até atingir o potencial que apresenta atualmente.

Para abordar essa instituição cultural, teve-se como cenário a cidade de São Luís do Maranhão que se constitui numa capital marcada pelo potencial artístico e cultural revelado pelas manifestações culturais e pelo rico conjunto arquitetônico deixado por todos os povos que perpassaram a cidade desde a sua descoberta, fundação e desenvolvimento.

Dessa forma, considera-se a cidade de São Luís um espaço cabível ao estudo proposto, sendo favorável pelo encadeamento de fontes históricas e patrimônio cultural, que circundam a mesma e fazem parte de toda a sua história. Considerando a relação entre a abordagem museológica, sociedade ludovicense, fontes históricas e patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Síndrome de museus? In: RIO DE JANEIRO. Coordenação de Folclore e Cultura Popular. **Museu de Folclore Edison Carneiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1996. p. 51-66.

AMARAL, José Ribeiro. Os franceses no Maranhão. In: \_\_\_\_\_. **O Maranhão histórico**: artigos de jornal (1911-1912). São Luís: Instituto Geia, 2003. p. 29-32.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In: CAMPELLO, Bernadete, CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 151-156.

CARVALHO, Vilmar. **Museu, história e educação**. [S.l., 2005?]. Disponível em: <br.geocities.com/vilmarcarvalho4/museu\_texto.htm >. Acesso em: 29 jan. 2009.

FERREIRA JUNIOR, Bernardo Coelho. **Memória e história no Museu maranhense**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

HISTÓRIA do Maranhão. In: GUIA de São Luís. São Luís, [200\_?]. Disponível em: <<http://www.guiasaoluis.com.br/maranhao.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do museu**. [S.l., 200\_?]. Disponível em: < [http://app01.museudoindio.gov.br/downloads/cadernodiretrizes\\_segundaparte.pdf](http://app01.museudoindio.gov.br/downloads/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf) >. Acesso em: 20 nov. 2009.

MACEDO, Fabiana Borges. **Famílias ludovicenses: um estudo sobre a transmissão dos valores culturais e familiares na perspectiva de avós e netos**. [S.l., 200\_?]. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/irARcurso.do?page=http%3A%2F%2Fwww.unicamp.br%2Ftede%2F%2Ftede\\_busca%2Farquivo.php%3FcodArquivo%3D133&id=27341111](http://biblioteca.universia.net/irARcurso.do?page=http%3A%2F%2Fwww.unicamp.br%2Ftede%2F%2Ftede_busca%2Farquivo.php%3FcodArquivo%3D133&id=27341111)>. Acesso em: 5 jun. 2009.

MEIRELES, Mário M. O Maranhão na colônia. In: \_\_\_\_\_. **História do Maranhão**. 4. ed. Imperatriz, MA: Ética, 2008. p. 17-183.

NASCIMENTO, Maria Nadir. São Luís, capital do Maranhão. In: \_\_\_\_\_. **Geografia do Maranhão**. São Luís: FTD, 2001. p. 68-70.

PEREIRA, Sylvania de Jesus. **Estilos arquitetônicos do centro histórico de São Luís - MA**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 15-24.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. Educação patrimonial no ensino de História. **Bíblios**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008. Disponível em: Acesso em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/868>>.

UNESCO. Patrimônio Cultural. Brasília, [200\_?]. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonio>>. Acesso em: 20 fev. 2009.



## PARAMENTOS CATÓLICOS COMO UM BEM CULTURAL E MUSEOLÓGICO

*Leonardo Henrique S. Agostinho<sup>1</sup>*

*Rosenildo do Nascimento da Costa<sup>2</sup>*

### RESUMO

O Catolicismo como religião oficial do Império Romano adotou as vestes Romanas reservando-as para o uso eclesiástico, caracterizando a trajetória da Igreja no seu rico e vasto legado. É sabido que desde antes do Concílio Ecumênico Vaticano II já era exposto em Museus, Paramentos da Igreja Católica evidenciando sua simbologia em função do sentido teológico e seu uso na Sagrada Liturgia, além de seu valor histórico, pois a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais adotou a Musealização dos Paramentos como meio de conservação do Patrimônio Religioso, porém no âmbito da Musealização dos objetos litúrgicos devocionais é lícito acrescentar uma nova fase marcada pela início da museologia da Religião ocorrida no final do século XX. Diz a Tradição que os Paramentos da Santa Igreja Católica Apostólica foram concebidos a partir das Indumentárias do povo do Império Romano, que foram modificadas e adotadas o modelo das vestes Germânicas, entretanto, o Paramento sempre continuou da mesma forma desde o início até hoje, portanto, em vista da capacidade de uma vestimenta tornar-se uma linguagem, uma comunicação, ela pode demonstrar também uma realidade religiosa. Esclarece então que todas as raças e culturas utilizam as vestimentas que é como uma extensão do corpo humano e pelo traje o homem procura comunicar-se, assim, as Vestes Sagradas visam manifestar o caráter dos mistérios celebrados na Sagrada Liturgia. Compete a Igreja Católica celebrar o Sacrifício Eucarístico do Corpo de Nosso Salvador Jesus Cristo que ele institui na Última Ceia, além de outras Ações Litúrgicas, mas para

---

1 Instituto de Estudos Superiores do Maranhão-IESMA.  
E-mail: sem.leonardohenrique@yahoo.com.br

2 Instituto de Estudos Superiores do Maranhão- IESMA.  
E-mail:rosenildonascimento@bol.com.br

isso a Igreja Católica utiliza sinais invisíveis e visíveis como, por exemplo, Objetos e Paramentos Litúrgicos, que devem ser providos de verdadeira arte sacra, que apontem a grande nobre beleza. Diz o Missal Romano que cada um deve exercer e fazer tudo aquilo que lhe incumbe, já que o serviço na Igreja está dividido em graus hierárquicos do clero, sendo respectivamente: Diácono, Presbíteros e Bispos. Vale ressaltar que os demais títulos são apenas honoríficos, pois as formas variam através dos séculos, no entanto, as vestes como tais serão sempre um elemento valioso na expressão religioso do humano.

**Palavras-chave:** Paramentos. Igreja Católica. Hierarquia.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o avanço do cristianismo nos séculos iniciais de sua era e a liberdade dada aos cristãos no Império Romano por parte do imperador Constantino Magno no edito de Milão, no ano de 313, encerra-se o período de perseguição contra a Igreja. Dessa forma, o Imperador passa de inimigo a amigo, de perseguidor a protetor tornando, assim, o Catolicismo a religião oficial do Império Romano.

Nesse sentido, entre os séculos VI e VII, os romanos adotaram as indumentárias germânicas abandonando paulatinamente as vestes romanas, deixando-as reservadas para o uso eclesiástico. Logo, a trajetória da Igreja pode ser contada em um âmbito Sócio Histórico, pois ela possui um rico e vasto legado.

Partindo desse pressuposto, reconhece-se a necessidade de termos em nossos acervos Museológicos peças que traduzissem nossos Ritos e Celebrações Católicas que acompanharam a vida do homem por entres os anos, isto é, Paramentos, Alfaias, Objetos e Vasos Sagrados que nos remetem ao Transcendente.

Por conseguinte, é sabido que desde antes do Concílio Ecu-  
mênico Vaticano II, já era exposto em Museus Paramentos da Igreja

Católica evidenciando sua simbologia em função de um sentido teológico e do uso na Sagrada Liturgia. Contudo, demonstra-se também um valor Sócio Histórico para a Humanidade já que através dos tempos a Igreja vem fazendo um caminho paralelo ao progresso do homem.

Após o Concílio Ecumênico Vaticano II, a Comissão Pontifícia para os Bens culturais da Igreja, adotou a musealização dos paramentos como meio de conservação do patrimônio religioso. Portanto, a investigação e caracterização das vestes litúrgicas na elaboração desse trabalho são feita com o intuito de identificar e descrever a importância do Paramento da Igreja Católica Apostólica Romana como bem Cultural Museológico, além de definir as especificidades dessas indumentárias sem corromper o sentido do sagrado. Nessa perspectiva, Carvalho comenta:

A documentação museológica, então, corresponde a mais do que um conjunto de informações sobre cada item da coleção de um museu, significa também um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que relaciona as fontes de informação com os usuários e se estrutura em função do objetivo de atender às necessidades de informação da instituição (CARVALHO, 2011, p. 6).

## **2 ORIGEM E CONEXÕES HISTÓRICAS DO MUSEU**

A palavra museu tem sua origem na Grécia antiga. Mouseion designava os templos das nove musas, ligadas as diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória. “Esses templos não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação

e aos estudos científicos, literários e artísticos” (JULIÃO, 2008 não paginado). Nesse sentido, a noção contemporânea de museu, ainda que esteja associada à arte, ciência e memória, como na antiguidade, incorporou novos significados ao longo da história.

O termo foi pouco usado durante a Idade Média, mas reaparece por volta do século XV, quando o colecionismo ganhou destaque em toda Europa. Dessa forma, para fins de compreensão do período e análise do olhar dado a essa conjuntura histórica, Julião enfatiza:

Nesse período, o homem vivia uma verdadeira revolução do olhar, resultado do espírito científico e humanista do Renascimento e expansão marítima que revelou a Europa um novo mundo. As coleções principescas, surgidas a partir do século XIV, passaram a ser enriquecidas, ao longo dos séculos XV e XVI, de objetos e obras de arte da antiguidade, de tesouros e curiosidades provenientes da América de Ásia de produção de artistas da época, financiados pelas famílias nobres. (JULIÃO, 2008 não paginado).

Muitas dessas coleções, que se formaram entre os séculos XV e XVIII se transformaram posteriormente em museus, tal como hoje são concebidos. De acordo com Roque (2011, p. 137), “no âmbito da musealização dos objetos litúrgicos e devocionais, é lícito acrescentar uma nova fase marcada pelo início da museologia da religião, ocorrida no final do século XX”.

“As primeiras referências à concentração artificiosa de objetos reportam-se a rituais fúnebres ou a práticas religiosas, cujas recorrências são confirmadas em achados arqueológicos que remontam ao Neolítico” (ROQUE, 2011, p. 132). Assim, ao longo da Idade Média, os tesouros eclesiásticos recuperaram o conceito de intercessão, ao mesmo tempo em que, embora de forma esporádica e limitada,

cumpriam outras incumbências paramuseológica, como a conservação e a exposição.

### **3 A PRESENÇA DO SAGRADO NO MUSEU**

A contribuição da Igreja no que diz respeito ao seu vasto legado histórico pode ser constatada no Museu. Nessa perspectiva, foram surgindo as especificidades dentro do universo museológico, isto é, Museu de Arte Sacra. A título de informação, o Vaticano prima pela valorização e conservação do seu patrimônio uma vez que foi inaugurado sob o seu domínio um espaço onde passaram a serem expostas tudo que remete e são utilizados no Culto Sagrado, a saber: Cálice, Patena, Turíbulo, Estola, Batina, Casula, Lecionário, Missal etc.

No tocante simbologia, faz-se necessário o conhecimento das circunstâncias nas quais são usados os Paramentos Litúrgicos, assim, como os demais objetos que corroboram com o Transcendente. Dessa forma, encontram-se em diferentes estágios os bens culturais da Igreja supracitados que deram início as pesquisas históricas culminando em ramificações dos espaços que armazenam as preciosidades da Igreja Católica.

Nesse âmbito, cresce a procura por informações sobre as indumentárias, pois a sua representatividade tem despertado o interesse do meio secular, ou seja, o ambiente que não está inserido na catolicidade, mas que lança uma visão antropológica a fim de compreender a intervenção do homem na relação com o divino. Nesse sentido, o que se torna mais evidente é a forma como ele se traja e o ministério que exercem de acordo com a prescrição da hierarquia da Igreja, portanto, será descrito os paramentos e algumas atribuições inerentes a eles.

### 3.1 Paramentos inerentes a cada grau hierárquico da Igreja Católica

Para descrever os Paramentos da Igreja Católica é necessário, de modo menos dogmático, dizer que há na Igreja uma divisão Hierárquica decomposta em três ordens, as quais comportam três graus: Episcopado, Presbiterado e Diaconado. Entretanto, é necessário que entre os três graus hierárquicos haja divisões Honoríficas, ou seja, é indispensável que alguns do clero sejam eleitos para exercer uma função específica.

Todavia, são necessárias algumas ressalvas sobre as divisões honoríficas nos três graus hierárquico da Igreja. Desse modo, a ordem do Episcopado divide-se em: Bispo da igreja de Roma (Papa), Sacro Colégio dos Cardeais e o Colégio dos Bispos. Na ordem do Presbiterado também é concedido a alguns títulos honoríficos, seja para que os Presbíteros ajudem o Bispo Diocesano ou como reconhecimento do mesmo para com alguns presbíteros em serviços prestados a Diocese. Por isso, é importante citar os títulos que podem ser concedidos. Para ajudar no governo da Diocese o Bispo constitui: Vigário Geral, Vigários Episcopais, Vigário Forâneo ou Arcipreste, Chanceler, Vice-Chanceler, Notários, Cônegos, Pároco, Administrador Paroquial, Vigário Paroquial, Reitor e Capelão, há também os Monsenhores que podem ser Protonatários Apostólicos Numerários, Protonatários Supranumerários, Prelados de Honra de sua Santidade, Capelães de Sua Santidade.

### 3.2 Paramentos de acordo com os graus hierárquicos no catolicismo.

Numa abordagem geral, é imprescindível à assimilação da importância do uso dos Paramentos, pois dessa forma a compreensão da sua simbologia remete a importância da ação litúrgica. Assim como nas celebrações litúrgicas o ministro deve exercer somente o seu ofício e fazer somente aquilo que lhe compete, também na paramentação cada ministro é revestido de Indumentárias próprias, embora haja uma universalização quanto ao uso de algumas Vestes Sagradas por parte dos três graus hierárquico, independente de Títulos Honoríficos.

Nessa perspectiva, é conferido a Ordem do Diaconado as seguintes vestes: Amito, Alva/Túnica, Estola a tira colo, Dalmática e em algumas ocasiões quando presidem a bênção solene com o Santíssimo Sacramento fazem uso Pluvial.

Da mesma forma, na Ordem do Presbiterado, são vestes do Presbítero: Amito, Alva/Túnica, Estola, Casula e em algumas circunstâncias faz uso do Pluvial, porém é permitido também o uso de Solidéu e Barrete preto.

Na mesma linha, são vestes do Bispo: Amito, Alva/Túnica, Estola, Dalmática, Casula, Solidéu, Barrete, e em algumas ocasiões o Pluvial. Como símbolo de poder, jurisdição, prudência, amor e fidelidade do Bispo para com sua Igreja, são entregues ao mesmo as Insígnias Episcopais. São elas: Mitra, Báculo, Anel, Cruz Peitoral e no caso do Metropolita também o Pálio.

Sendo assim, faz-se necessário descrever todos os Paramentos que foram mencionados como meio de erradicar as dúvidas acerca dessas Vestes Sagradas.

Amito: atualmente consta de um pequeno véu, geralmente quadrado ou retangular, pode ser decorado com uma pequena cruz, possui ainda em alguns modelos duas tiras brancas, entretanto na Liturgia Pontifical devem ser vermelhas. É usado por todos aqueles que portam Alva ou Túnica, sendo que é colocado por cima da Veste Talar ou por cima de veste civil.



Alva ou Túnica: trata-se de uma veste longa e branca utilizada por todos os ministros sagrados. Ela representa a nova veste imaculada que todo cristão recebe mediante o batismo. A Alva ou Túnica é, portanto, um símbolo da graça santificante recebida no primeiro sacramento. Atribui-se também a esta veste o símbolo da pureza de coração necessária para o ingresso na graça eterna da contemplação de Deus no céu.



Cíngulo: cordão de aproximadamente 4 metros com pompons nas duas pontas. É usado por todos aqueles que portam Alva ou Túnica, a fim de que as mesmas fiquem mais juntas ao corpo. No entanto, quando é um Clérigo a usar, a estola deve sempre ficar presa ao Cíngulo.



Estola: a estola é um Paramento usado pelos clérigos sobre a alva ou vestes corais sendo o elemento distintivo de um ministro ordenado que por sua vez sempre a usa na celebração dos sacramentos e sacramentais. Cabe aos diáconos, usá-la a tiracolo e os sacerdotes ao redor do pescoço deixando-a cair sobre o peito. Seu uso e significado estão atrelados à toalha que o próprio Jesus Cristo Sumo e Eterno Sacerdote usou para lavar os pés dos Apóstolos na noite em que institui a Eucaristia e o Sacerdócio.



Dalmática: a Dalmática é usada por duas ordens da Hierarquia da Igreja, a ordem Diaconal e a ordem Episcopal sendo que pode ser usada também pelos Abades. Na ordem Episcopal, seu uso se dá por cima da Alva/Túnica com estola e por baixo da Casula. Para os diáconos seu uso também é por cima da Alva/Túnica com Estola a Tiracolo.



Casula: a casula é usada por Presbíteros e Bispos sempre sobre Alva/Túnica e estola, preferencialmente com Amito e Cíngulo, por conta do seu significado atrelado ao sacrifício, a casula é usada unicamente na missa. Única exceção é a celebração da Paixão no Senhor, na qual não se celebra verdadeiramente a missa, apenas recorda-se da Paixão Salvífica de Cristo.



Pluvial: o pluvial é um manto amplo, aberto à frente que os clérigos usam em algumas circunstâncias, como procissões e alguns sacramentos.



Entretanto, alguns Paramentos como já foram ditos são de uso específico dos que fazem parte da Ordem do Episcopado, como a Mitra e o Pálio no caso do Arcebispo Metropolitano. Segue breve explicação de cada um desses Paramentos.

Mitra: assim como maioria dos Paramentos a procedência da Mitra está também nas Indumentárias Romanas. Mas, no início fazia parte das vestes não litúrgicas próprias do Papa e constituía de um pequeno barrete que passou no início do Século VIII as vestes litúrgicas Papais sendo que foi usada pela primeira vez durante o Pontificado de Celestino I. Nesse período, a mitra era um Paramento peculiar ao Papa.

Portanto, só tempos mais tarde que a mitra passou a ser insígnia episcopal. Após isso, ela começou a ser usada tanto pelos Abades quanto pelas Abadessas que a usavam a sobre o véu, contudo, após um período elas deixaram de usar a Mitra. O Modelo que temos da Mitra nos dias atuais, não é o mesmo modelo desde sua origem e início de seu uso ela passou por uma grande mudança.



Pálio: faixa feita de lã usada sobre os ombros e que tem uma tira pendente no peito e outra nas costas. Ele é usado por Bispos Metropolitanos.



Fanon: paramento próprio do Santo Padre, o qual é uma Pequena capa com listras nas cores vermelha e dourada que representa à autoridade do Romano Pontífice.



### 3.3 Vestes prelatícias

Em algumas circunstâncias, os clérigos fazem uso das Vestes Corais. Elas são um conjunto de vestes específicas que devem ser usadas pelos Ministros Ordenados em dados momentos. Sob essa ótica, será descrito os itens que compõe as Vestes Corais de cada clérigo de acordo com o Grau Hierárquico e alguns casos específicos de Títulos Honoríficos. Para uma melhor compreensão das Vestes Corais e seu respectivo uso, serão apresentados alguns detalhes importantes: Presbíteros e Diáconos revestem-se de Batina sempre munida de Faixa preta, Sobrepeliz, Murça ou Mozeta, Solidéu, Barrete guarnecido de borla de mesma cor, usam sapatos e meias de cor preta. Os Presbíteros fazem também o uso do traje comum ou de uso diário. Sendo que os Padres fazem uso da Batina, Mozeta e Capelo.

Em relação ao Título Honorífico do Monsenorado conferido a determinados Presbíteros, serão citadas as Vestes Corais dos Monsenhores sendo a dos Monsenhores Protonatários Apostólicos Numerários: Batina Coral Episcopal, Roquete ou Sobrepeliz, Manteleta (mas não Mozeta), Solidéu com frisos violáceos e sobre este, Barrete negro com borla vermelha. As dos Protonatários Supranumerários: Batina Episcopal Coral, Sobrepeliz, Solidéu e Barrete na cor preta, sapatos pretos e meias violetas. Os Monsenhores Prelados de Honra de sua Santidade: Batina Episcopal Coral, Sobrepeliz podendo portar ainda Solidéu e Barrete de Cor preta, além dos sapatos negros e meias violetas. Por último, aos Monsenhores Capelães de Sua Santidade é permitido usar: Batina preta com Faixa violeta, Murça pode fazer uso ainda do Solidéu com frisos violetas e Barrete com borla violeta, sapatos pretos as meias podem ser pretas ou violetas.

Num mesma linha há as vestes dos Cônegos, que não segue um modelito universal, mas varia em cada Cabido. Dessa forma, os Cônegos usam Batina, Sobrepeliz, Murça, porém em algumas basílicas de Roma, os Cônegos usam Manteleta, Solidéu e Barrete preto ornado com borla também preta, ou em Sés Cardinalícia usam o Barrete com borla vermelha. Pode ser dado aos cônegos o direito de usar cruz peitoral em cordão dourado-violeta. Como hábito quotidiano, usa o traje correspondente à sua condição, ou seja, de Presbítero.

No que dizem respeito às Vestes Corais dos Bispos, eles usam a Batina coral Episcopal, Roquete ou sobrepeliz, Murça e Cruz Peitoral em Cordão Verde-dourado, fazem também uso de Solidéu e Barrete com Borla na cor violeta. Seus sapatos devem ser pretos e suas meias violetas. Em ocasiões de grande solenidade e somente em sua diocese fazem uso da Capa Magna. Também em atos solenes fora das ações litúrgicas usa as vestes específicas que são: Batina preta com faixa violeta e Romeira. Pode ainda usar o chapéu adornado com cordões e borlas de cor verde e se quiser, faz-se o uso do Ferraiuolo no qual é permitido acrescentar uma Romeira, mas o uso de meias violetas e inteiramente livre, são usados ainda Solidéu e Barrete violeta e Cruz peitoral pendente de cordão verde. Eles também fazem uso do hábito quotidiano que é composto de: Batina guarnecida de franja nas duas extremidades, se o Bispo pertencer a uma família religiosa pode usar o hábito próprio dela, sendo que usando meias pretas, pode ainda usar o Solidéu e Barrete violeta, no entanto, os que pertencem a portar sempre Cruz peitoral sustentada por uma corrente e trazer sempre o anel.

Evidentemente que para as Vestes Corais dos Cardeais dar-se-á tudo semelhante as dos Bispos, contudo, que aquilo que para os Bispos é violeta para os Cardeais será vermelho. Então, eles usam Batina Coral Cardinalícia, Roquete ou Sobrepeliz, Murça e sobre ela a Cruz Peitoral em cordão vermelho dourado, fazem uso ainda do Solidéu e Barrete vermelho. E como complemento, sapato preto e meias vermelhas. Assim, fora da ação litúrgica e do Hábito quotidiano, eles usam as mesmas vestes permitidas aos Bispos mudando apenas a cor. Para acrescentar, a cruz peitoral e os cordões e borlas do chapéu são de cor vermelha e ouro.

Para finalizar, as Vestes Corais usadas pelo o Papa, são compostas de Batina Branca, Sobrepeliz ou Roquete e Murça. Ainda faz parte dessa composição: Cruz Peitoral em cordão dourado, Solidéu Branco podendo usar ainda o Barrete Branco, embora este esteja em desuso. Nos pés o papa usa meias brancas e os Múleos

Ainda falando do Sumo Pontífice, temos o seu Hábito Quotidiano, o qual é determinado pelo o uso da Batina Branca acompanhada de Peregrineta. Preso a Batina, faz-se o uso da faixa branca na qual está bordado o Brasão do papa. Por ser Bispo, o Papa faz uso do Anel do Pescador e da Cruz Peitoral. Essa cruz fica presa nos primeiros botões da Batina sendo sustentada por uma corrente dourada. Faz uso ainda do Solidéu branco. Nos pés, porta meias brancas e Múleos. Em relação ao Habito Quotidiano do Papa, pode se juntar acessórios, ou seja, outras vestes, porém todas devem ser brancas ou vermelhas conforme a tradição. Estes são os acessórios são usados pelo Sumo Pontífice: Grega, Mantel e Capelo. A título de informação, por questões pastorais em regiões tropicais o Hábito Talar de cor preta pode ser substituído pela branca.

#### 4 CONCLUSÃO

Tendo em vista o que foi relatado acerca dos paramentos como arte sacra presente nos acervos dos museus e sua representatividade na liturgia Católica, constituiu-se um panorama no qual houve esclarecimentos, sobretudo, no que diz respeito à hierarquia da Igreja, pois os mesmos estão intimamente ligados a cada grau do sacramento da Ordem, usado até mesmo como uma diferenciação das incumbências que os eleitos recebem quando são ordenados nos graus que compõem este sacramento.

É sabido que nos tempos atuais, são incipientes os estudos que envolvem essa temática, já que o interesse por essa área ainda é restrito as esferas religiosas. Logo, quando se faz menção aos bens culturais da Igreja, o enfoque será dado em função da preservação histórica e artística, porém devem ser detalhadas as prescrições contidas no regime da Igreja Católica, isto é, seus documentos nos quais é determinada a estruturação da hierarquia religiosa.

Com essa gama de informações, torna-se acessível o conhecimento sobre as competências do homem revestido do sacramento da ordem, sem haver descontextualização com o que foi proposto, uma vez que as ideias se entrelaçam dando relevância ao encadeamento dos pressupostos que formam a base desse estudo. Sem dúvida, a contribuição dada pelo o catolicismo perpassa vários níveis da formação cultural dos povos que vão assimilando a representação do sagrado na concepção humana.

Portanto, os rumos que a Igreja Católica foi tomando com sua ação missionária, podem ser expressos nos modelos museográficos, haja vista que essa iniciativa teve também contrapartida da

própria instituição. Porquanto, não se pode falar das indumentárias litúrgicas isoladamente sem enfatizar o contexto no qual elas estão inseridas. Com essa lógica, embora de forma sucinta, evidencia-se a função do clero sob o modo como está dividido.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cláuberson Correa. A Interdiscursividade na documentação do museu histórico e artístico do Maranhão: um estudo sobre os paramentos e seus significados nas manifestações litúrgicas. In: II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, São Luis. **Anais eletrônicos**. São Luis: UEMA, 2011. Disponível em: <<http://www.Outrostempos.uema.br/anais/carvalho.pdf.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Cadernos de diretrizes museológicas** 2 Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[http://www.Museus.gov.br/sbm/downloads/cadernosdiretrizes\\_segundaparte.pdf.htm](http://www.Museus.gov.br/sbm/downloads/cadernosdiretrizes_segundaparte.pdf.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

ROQUE, Maria Isabel. A exposição do sagrado no museu. **Comunicação e Cultura**, Lisboa, n. 11, jan.2011. Disponível em:< <http://www.comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

## GLOSSÁRIO

**Barrete:** o Barrete é um objeto quadrangular provido geralmente de três palas e quase sempre de um pompom. Sua cor varia de acordo com o clérigo, podendo ser usado por todos. O barrete tem uma representação de autoridade.

**Batina Coral Cardinalícia:** de maneira análoga à batina dos bispos, os cardeais usam nas vestes corais uma batina distinta da negra. Também pode ser usada sob os paramentos de missa ou liturgia das horas. É na cor vermelha.

**Batina Coral Episcopal:** é a batina violeta com botões, filetes, abotoaduras, punhos e forro vermelho. É usada por monsenhores e bispos.

**Batina:** hábito talar usado pelos clérigos seculares e regulares que não possuem hábito próprio. Possui 33 botões na parte central e 5 em cada um dos punhos, estendendo-se até os calcanhares. A batina consta com o tradicional colarinho romano.

**Camauro:** pequeno gorro que o papa veste na cabeça. Pode ser vermelho ou branco, da mesma forma que a Murça; todavia, sempre apresenta pele de arminho.

**Capa Magna:** a capa magna é um amplo manto de até 24 metros. Ela é presa sob a Murça e sua parte posterior é segurada por um acólito que recebe o nome de caudatário. A capa magna é símbolo significativo de solenidade e jurisdição.

**Capelo:** chapéu sem ornamento usado pelos clérigos no dia-a-dia.

**Ferraiuolo:** capa solene usada pelos clérigos sobre a batina em ocasiões solenes fora da liturgia como formaturas e atos cívicos.

**Greca:** peça que cobre toda a batina, possuindo duas fileiras de botões na parte da frente e mangas um pouco mais largas que a batina, para que se possa vestir sobre a mesma. A Greca é usada somente pelo Romano Pontífice e é inteiramente branca. Pelo próprio formato das vestes, dispensa-se o uso da Peregrineta quando se faz uso da Greca.

**Mantel:** veste que é vestida sobre a batina. É uma capa longa, aberta à frente e munida de uma pequena Peregrineta. Diferentemente da Greca, o mantel do sumo pontífice é confeccionado na cor vermelha. O uso da Peregrineta da batina não se mostra inconveniente quando usado junto ao mantel.

**Manteleta:** Capa um pouco mais ampla do que a Murça também usada sobre.

**Roquete ou Sobrepeliz:** possui uma abertura à frente e chega até os joelhos.

**Mozeta:** ver Murça.

**Múleos:** sapatos vermelhos usados pelo Romano Pontífice.

**Murça:** pequena sobrecapa usada nas vestes corais sobre a sobrepeliz ou o roquete e sob a cruz peitoral. Sua cor varia de acordo com o grau hierárquico do clérigo. Possui geralmente nove botões a seu comprimento vai até os cotovelos.

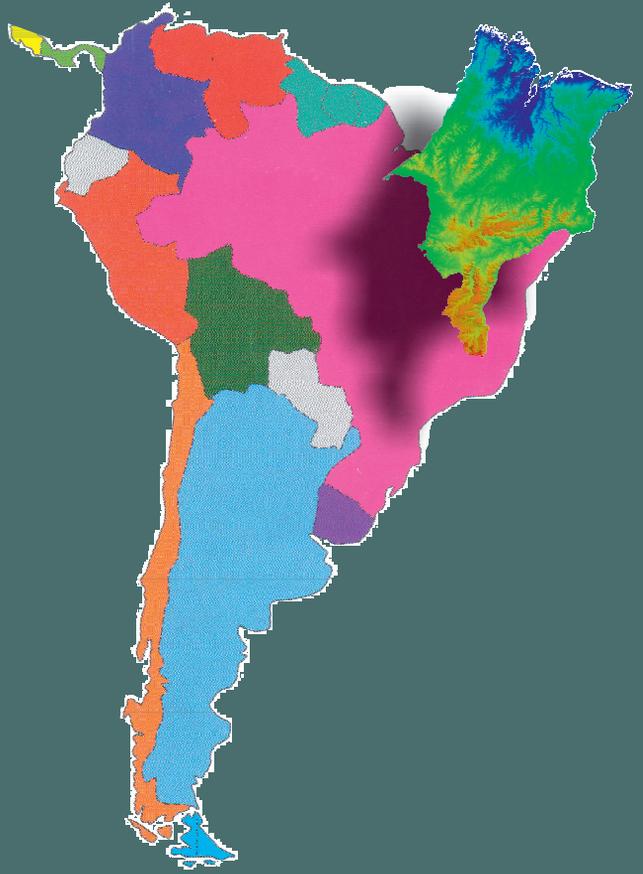
**Peregrineta:** uma pequena capa usada sobre os ombros, aberta à frente assemelhando-se a Mozeta ou a Murça, com ausência de botões.

**Romeira:** ver Peregrineta.

**Roquete:** trata-se de uma túnica de cor branca, chega até os joelhos e muito parecido com a Sobrepeliz, distingue-se da sobrepeliz principalmente pelas mangas mais estreitas, frequentemente enfeitadas com rendas. O Roquete tem o significado de autoridade e jurisdição.

**Sobrepeliz:** paramento semelhante à alva, curto e com mangas largas, usada por acólitos para servir a Missa ou nas vestes corais de alguns clérigos.

**Solidéu:** o Solidéu é uma pequena calota que os clérigos usam na cabeça, consta de oito partes costuradas entre si com uma pequena proeminência.



*Cultura,  
Memória e  
Patrimônio*





## O PAPEL SOCIAL E EDUCATIVO DOS CENTROS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES

*Cleide Vieira de Faria<sup>1</sup>*

*Rosilene Moreira Coelho de Sá<sup>1</sup>*

### Resumo

Os Centros de Memória Institucionais, assim como os museus e as bibliotecas prestam serviços de informação em diferentes suportes. Neste sentido eles estão cada vez mais atuando como instituição fundamental para a preservação da memória das organizações e do patrimônio cultural e histórico da humanidade. Este artigo surge do questionamento sobre a função social dos Centros de Memória Institucional no âmbito das Universidades e a sua relação com a comunidade universitária bem como o público externo. Pesquisando os campos de atuação de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), verificou-se que várias Unidades Acadêmicas da Instituição já possuem seu próprio Centro de Memória, alguns projetos estão iniciando, outros estão bem constituídos e todos participam da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG. Nesse contexto, a Rede de Museus da UFMG apresenta os Centros de Memória de caráter memorial, cunho didático e histórico que atuam como Unidade de Informação e Museu. O presente estudo faz pensar a importância dos Centros de Memória Institucional e analisa a relação que se estabelece entre os Centros de Memória, a sociedade e a educação não-formal no contexto pedagógico e social. A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica as quais foram retiradas de artigos consultados no Portal de periódicos da CAPES e livros de bibliotecas. O artigo procura relatar e definir os termos memória humana bem como sua importância; memória institucional e

---

1 Bibliotecárias pela Universidade Federal de Minas Gerais, atuam na Biblioteca Central desta mesma Universidade. Têm experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Contatos: E-mail: cleidevf@gmail.com; rosileneufmg@yahoo.com.br. Belo Horizonte – Brasil.

as especificidades, Centro de Memória Institucional como prestadora de serviços informacional e cultural, e a relação social e educacional na formação não-formal através das atividades prestadas oferecidas a sociedade. Finalmente o estudo apresenta como breves considerações a constatação da importância dos Centros de Memória Institucional no contexto das Universidades, e no cumprimento do papel social e pedagógico na educação. Ainda, constata também, que existe a relação de ensino e de aprendizagem através da socialização conhecimento do indivíduo em ambientes musicológicos e que neste sentido, os Centros de Memória Institucional contribuem significativamente para o cumprimento do papel social e educativo, elementos tão necessários para o desenvolvimento da sociedade.

**Palavras-chave:** Educação não-formal, Centro de Memória Institucional; Universidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo surge do questionamento sobre a função social dos Centros de Memória Institucional no âmbito das Universidades e a sua relação com a comunidade universitária e o público externo. Pesquisando os campos de atuação de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), verificou-se que várias Unidades Acadêmicas da Instituição já possuem seu próprio Centro de Memória, alguns projetos estão iniciando, outros estão bem constituídos e todos participam da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG<sup>2</sup>.

---

2 A Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, criada em 2000 com o objetivo de inserir-se coletivamente nesse processo, procura somar esforços e otimizar recursos para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio aos seus diversos Espaços Integrantes. Atualmente, a REDE é formada por dezesseis espaços, que são: os museus de Ciências Morfológicas, de História Natural e Jardim Botânico, Espaço Tim-UFMG do Conhecimento, Casa Padre Toledo e o da Escola de Arquitetura e Urbanismo; os centros de memória da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Odontologia, da Faculdade de Veterinária, da Escola de Enfermagem, da Escola de Engenharia, da Escola de Farmácia e da Escola de Educação Física; os centros

Nesse contexto, a Rede de Museus da UFMG apresenta os Centros de Memória de caráter memorial, cunho didático e histórico que atuam como Unidade de Informação e Museu. São interdisciplinares e oferecem materiais e espaços para o desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão, confirmando sua dimensão social e educativa.

Segundo Molina e Valentim (2011) “é neste contexto das relações sociais estabelecidas entre grupos sociais e a sociedade moderna que devemos analisar e estudar, a conservação da memória”.

Diante disso, os Centros de Memória exercem a função de preservação e conservação da memória da instituição, portanto, tanto a representação oral quanto o registro escrito ajudam a reduzir as perdas causadas pelo desaparecimento temporal e também permitem aumentar a quantidade de informação individual de forma compartilhada com outras memórias. (CRIPPA, 2010, p.83).

O presente estudo faz pensar a importância dos Centros de Memória no contexto pedagógico e social e tem como objetivo geral compreender a relação social que se estabelece entre os Centros de Memória, a sociedade e a educação.

## **2 TERMINOLOGIAS: MEMÓRIA HUMANA, MEMÓRIA INSTITUCIONAL E CENTRO MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

O estudo sobre a relação dos Centros de Memória e o seu papel social e educativo inicia-se com as definições dos termos me-

---

de referência em Cartografia Histórica e o de Patrimônio Geológico; a Estação Ecológica; e o Centro Cultural e o seu Museu Vivo-Memória Gráfica. Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>.

mória humana, memória institucional e centro de memória institucional. Esses conceitos têm uma multiplicidade de temas conforme a concepção e especificidade de cada campo de atuação. Na literatura acadêmica verificou-se que as terminologias são estudadas por diversas áreas do conhecimento, com destaque para a Psicologia, Neurociência, História, Arqueologia, Administração, Sistemas de Informação, Comunicação e Ciência da Informação.

O conceito memória no seu significado raiz é a reprodução de registros e fatos no presente do passado, como se fosse uma lembrança. Conforme Molina e Valentim, (2011, p. 266) a memória humana armazena e recupera informações no cérebro humano nas diferentes formas: auditivas, visual, sensorial, emocional.

Segundo a autora, o armazenamento e a recuperação da memória humana não possuem forma exata igual à de um sistema baseado em tecnologia, pois o cérebro humano funciona de forma complexa. Mesmo assim, para os humanos a memória é uma função essencial e benéfica, inclusive na questão social e educativa, porque ela nos “permite a utilização de experiências passadas na solução de novos problemas; proporciona lembranças sobre experiências pessoais, possibilitando formas de antecipar eventos”. (ALMEIDA, 2006 p. 2)

SANTOS, (2003, p.28) afirma que por séculos o conceito memória ficou atrelado ao tempo, mas a memória não trata somente do passado, ela ultrapassa a mente humana e a nossa concepção de passado e presente, “uma vez que ela tanto faz parte da existência humana, e enquanto tal não pode ter uma única definição, como faz parte do próprio cosmos.”

Confirmando a função social e educativa da memória, Santos (2003, p19) citado por Molina e Valentim (2011), afirmam que na era da informação “a grande ameaça do mundo moderno é a perda da memória como aprendizado.”

Sendo assim, “A memória vivida é ativa, viva, incorporada no social – isto é em indivíduos, famílias, grupos, nações e regiões. Estas são as memórias necessárias para construir futuros locais diferenciados num mundo global” (HUYSSSEN, Andreas. 2000. p. 36).

Ainda destacando a importância da memória para a sociedade, Molina e Valentim (2011), afirmam que, certamente o futuro depende do passado. Ou seja, “(...) a partir do que temos internalizado como sujeitos cognoscentes, que nos estruturamos como indivíduos sociais e construímos nosso presente, e conseqüentemente, influímos em nosso futuro.”

Já o termo Memória Institucional o foco está na instituição como um todo, em suas atividades desenvolvidas, nas pessoas que nela atuam, nos registros produzidos por essas pessoas para a instituição, sejam eles advindos internamente ou externamente, neste sentido a Memória Institucional é construída por pessoas e com o passar do tempo.

Conforme COSTA (1997, p. 145) pode-se definir memória institucional como:

[...] um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma

instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais.

Para Goulart (2002, p. 34)

[...] o papel mais importante dos documentalistas que concebem e organizam os centros de memória é o de ser intermediário entre as organizações e os pesquisadores, sendo sua principal responsabilidade, depois dos arquivos organizados, a interface entre as instituições detentoras dos arquivos e o mundo da pesquisa.

Neste segmento, os Centros de Memória institucional possuem características dos Museus, Bibliotecas e Arquivos, por isso são considerados serviços de informação. Atuam como repositório de preservação e conservação da história e/ou memória da Instituição com o objetivo de contribuir para o resgate e com a construção da imagem social da Instituição. O acervo é composto em diferentes suportes, sendo bibliográfico, documental, tridimensional e iconográfico.

Para a consolidação da integração do conhecimento do Centro de Memória será necessário a articulação de áreas como: Comunicação Social, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, História, Conservação e Restauro o que irá possibilitar a interlocução entre essas diversas áreas do conhecimento.

Existe também a terminologia Memória Organizacional e Memória Corporativa que são expressões utilizadas como sinônimos. Segundo Simão citado por Molina e Valentim (2011, p.271) Memória Corporativa e Memória Organizacional “permite responder as

às principais questões que se faça sobre a organização, seu ambiente, seus processos e produtos.

A Memória Organizacional “é a aprendizagem armazenada a partir do histórico de uma organização, e que pode ser utilizada para tomada de decisões ou outras finalidade”. (LAUDON; LAUDON apud MOLINA E VALENTIM 2011, p.272). Alguns exemplos são as publicações da organização como os diagnósticos empresariais, manuais corporativos.

### **3 CENTROS DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL E O SEU O PAPEL SOCIAL E EDUCATIVO**

Para compreender a relação que se estabelece entre os Centros de Memória Institucional, sociedade e educação, vamos pegar como referência as universidades públicas, por possuírem como atividade central o ensino, pesquisa e extensão e por terem como objetivo primordial atender as necessidades educacionais, sociais e culturais da sociedade. Também vamos analisar a concepção de educação não-formal que é atribuída aos Centros de Memória Institucionais.

Atualmente, as universidades vêm inserindo e difundido para a sociedade os Centros de Memória em suas atividades de extensão. Além da preservação e conservação da memória da instituição, Os Centros de Memória Institucional das Universidades, também estão assumindo um papel na educação não-formal e no apoio ao ensino formal através de projetos de recuperação da memória da instituição ou organização voltados para o autoconhecimento.

Conforme Costa, (2012)

Os museus universitários, além da produção e da difusão de conhecimento, vêm assumindo, nos últimos anos, importante papel na educação não formal e no apoio ao ensino formal de ciências. Dessa forma, têm contribuído significativamente para o cumprimento do papel das universidades públicas nas transformações sociais, tão necessárias e esperadas em nosso país. (Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>. Acesso em 01 ago 2013)

Os Centros de Memória por meio das atividades informacionais desenvolvidas possuem função educativa e de fortalecimento dos aspectos da cultura popular, através da preservação, conservação e da valorização memória cultural, constituindo-se como espaço de manifestação e de ação educativa não-formal para a comunidade.

Para tanto, o papel social e educativo dos Centros de Memória institucional se estabelece nas Universidades na promoção atividades para o público interno e externo, através de: exposições e ações educativas e ainda com; visitas monitoradas a um amplo número de pessoas; estudantes do ensino fundamental, médio, estudantes universitários, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores da Universidade e da sociedade de forma geral. Também propicia aos discentes oportunidades de aprendizagem das práticas desenvolvidas e a possibilidade de reflexão sobre essas atividades.

As atividades desenvolvidas e os objetivos propostos no Centro de Memória Institucional são de extrema importância para a formação de uma sociedade crítica, reflexiva, participativa, consciente e conhecedora da sua história.

Os objetivos e as atividades desenvolvidas nos Centros de Memória Institucional pretendem:

- ✓ Preservar a memória e a história;

- ✓ Identificar, organizar, catalogar e disponibilizar para consulta o acervo composto por documentos administrativos e bibliográficos, impressos, digitais, manuscritos e iconográficos, relacionado à Instituição;
- ✓ Criar repositório da produção intelectual;
- ✓ Disseminar a produção intelectual do repositório;
- ✓ Receber, selecionar, preservar, conservar, as doações de materiais para a composição do acervo;
- ✓ Realizar exposição temporária temática de diversos temas do acervo em geral
- ✓ Servir de exposição permanente;
- ✓ Realizar visitas monitoradas com a comunidade externa;
- ✓ Promover para os alunos das escolas em geral (publicas e particulares) a vivência e a prática para constituição de um Centro de Memória.
- ✓ Constituir-se em espaço de reflexão e produção de conhecimento para pesquisadores e historiadores;
- ✓ Desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória científica e tecnológica;
- ✓ Integrar com outros museus e centros de memória
- ✓ Promover ações conjuntas, na aproximação Educação, Ciência e Arte;
- ✓ Promover a capacitação e atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e outros profissionais que atuam nos diferentes espaços, por meio de cursos, seminários, congressos;

Com esses objetivos os Centros de Memória Institucional ultrapassam o conceito de preservação e conservação da memória institucional, através das atividades desenvolvidas e oferecidas aos diversos públicos, desenvolvem o papel da educação-não formal ativa com a difusão de ciência, de tecnologia e de cultura.

Dessa forma, os Centros de Memória Institucionais das Universidades, têm contribuído significativamente para o cumprimento do papel das universidades públicas nas transformações sociais, tão necessárias e esperadas em nosso país.

Segundo Menezes

a educação vem sendo percebida pelos museus não só como campo estratégico e de extraordinário potencial, mas até como aquele capaz de justificar por si só sua própria existência e, quem sabe, redimi-la dos pecados do passado, como o elitismo, o estetismo redutor, o papel homologatório dos interesses dominantes, a alienação social, os compromissos ideológicos[...] (2000, p. 93).

Conforme HUYSEN, Andreas. “(...) toda estrutura de memória (e não apenas o seu conteúdo) é fortemente contingente frente a formação social que à produz.” (2000. p. 73).

### **3 METODOLOGIA**

O estudo foi realizado através de pesquisa nos sites das Unidades Acadêmicas da UFMG, pesquisa bibliográfica retiradas de artigos consultados no Portal de periódicos da CAPES e livros de bibliotecas. O trabalho procurou apresentar os conceitos dos termos: memória, memória institucional e Centros de Memória e relacionar

o papel social e educacional dos Centros de Memória das Universidades com a sociedade. Assim, os Centros de Memória configuram-se na sociedade como grandes apoiadores na educação não-formal e no ensino formal, atuando desta forma na prática social e pedagógica.

#### **4 BREVES CONSIDERAÇÕES**

Os Centros de Memória Institucional possuem atividades de preservação, conservação da memória da instituição, mas, além disso, no âmbito das Universidades promovem atividades voltadas para a educação e para a sociedade, preenchendo o espaço de valorização a cultura, de disseminação da informação, e preservação da memória social e de educação não-formal, revelando desta forma seu caráter educativo através da interação entre a sociedade e a Universidade.

Os Centros de Memória Institucional são espaço de aprendizagem, atuando na educação não-formal. Por isso é importante que os responsáveis por esses espaços tenham a consciência do quanto eles representam para a sociedade. As ações oferecidas para o público em geral devem agregar e identificar em sua prática as expectativas da comunidade, estimulando sua participação no processo educativo-cultural afim de tornar os Centros de Memória Institucionais das Universidades espaços de socialização, de saberes, de memórias e de histórias.

A função social do Centro de Memória Institucional no contexto das Universidades vem estabelecer as relações de ensino e de aprendizagem com o presente, a fim de que possamos enriquecer nosso conhecimento. Neste sentido, vem contribuindo significativamente para o cumprimento do papel social e educativo, elementos tão necessários para o desenvolvimento da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AMEIDA, M. B. **Um modelo de ontologias para representação da memória organizacional.** Belo Horizonte, UFMG, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- CADERNOS de diretrizes museológicas. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura. Superidentências de Museus, 202
- COSTA, Antônio Gilberto. Saiba mais sobre a rede. UFMG. **Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG**, Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/>
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica.** 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.
- CRIPPA, G. **Memória:** geografia culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA MARAGON, E. I. (Org.). Memória um lugar de diálogo para arquivos bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010.
- DODEBEI, V.L.D.L. M. **Informação, memória, conhecimento: conhecimento: convergência de campos conceituais.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2010. ANAIS... Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. FAPA - Ciências & Letras . n. 27, p. 91-102. jan.-jun. 2000.
- GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3)
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 200.
- LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil:** o caso da Universidade Federal da Bahia. 2004. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MEMÓRIA, CIDADE E CULTURA. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Educação e museus**: sedução, riscos e ilusões. Revista

MOLINA, Gorri Molina; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Memória Organizacional, Memória corporativa e memória institucional**: discussões conceituais e terminológicas. Revista EDICIC, mar. 2011, v.1, n.1, p.262-276. Disponível em: HTTP< [www.edicid.org/revista](http://www.edicid.org/revista)> acessado em 10 jul 2013.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **O conceito de memória na Ciência da Informação**: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. Liinc em Revista, v.7, n.1, mar. 2011, Rio de Janeiro, p. 311 – 328. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 1º ago. 2013.

SANTOS, M.S. dos. **Memória Coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.





## **FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Desafios da Prática Pedagógica**

*Ilzeni Silva Dias<sup>1</sup>*

*Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira<sup>2</sup>*

*Helianane Oliveira Rocha<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

A cidade de Alcântara-MA destaca-se, no contexto da sociedade em mudanças, por sua singularidade no que tange ao patrimônio cultural construído por seu povo. No entanto, todo este patrimônio cultural, tombado desde 1948, encontra-se ameaçado pela perda das novas gerações, do sentimento de identidade e pertencimento o que se torna imprescindível em um contexto de flexibilização do mundo do trabalho, em que os trabalhadores rompem as fronteiras das nações, seguindo as trilhas do capital e levam com eles sua cultura, impondo-as nos mais longínquos territórios. Desta forma, é imprescindível resgatar este sentimento nas novas gerações o que se optou por fazê-lo através da Formação continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara que tem como principal objetivo o resgate deste sentimento de identidade e pertencimento, assim como a preservação, proteção e respeito ao patrimônio cultural material e imaterial da

---

1 Professora Associada, pesquisadora no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da UFMA. Doutora na Área de Trabalho e Educação pela USP, Pós-Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Consultora Técnico-Pedagógica do PROFEPMA

2 Professora Associada, Coordenadora do NEAD, Doutora na Área de Ciência da Computação. Professora do Curso de Biblioteconomia. Coordenadora Geral do PROFEPMA

3 Professora Assistente. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação pela UFRN. Professora do Curso de Pedagogia da UFMA, Assessora Técnico Pedagógica do PROFEPMA.

cidade de Alcântara. Conclui-se que o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial tem dado significativas contribuições para a valorização e preservação do patrimônio material e imaterial da cidade de Alcântara

**Palavras-chave:** Globalização. Educação Patrimonial. Patrimônio Material e Imaterial.

**ABSTRACT:** The city of Alcântara-MA stands out, in the context of changing society, because of its singularity regarding the cultural patrimony built by its people. However, all this cultural patrimony, tumbled since 1948, is threatened by the loss of the younger generations, of the identity and belonging sense which is indispensable in context of flexibility in the workplace where workers break the boundaries of nations, following the tracks of the capital and take with them their cultures, imposing them in the most remote areas. In this way It is essential to rescue the feeling of the new generations what was chosen to be done through Continuing Education the Heritage Education in the Municipality of Alcantara that has as main objective the rescue of this sense of identity and belonging, as well as the preservation, protection and respect for the material and imaterial cultural heritage of the city of Alcântara. We conclude that the Education Continuing Program in Heritage Education has given significant contributions to the enhancement and preservation of material and imaterial heritage of the city of Alcântara.

**Keywords:** Globalization. Heritage Education. Material and Imaterial Patrimony.

## 1 INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo socializar as experiências e os conhecimentos decorrentes desta, na área de Educação Patrimonial. A Educação é uma estratégia utilizada pelo Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão – PROFEPMA, com o objetivo de subsidiar a construção e/ou fortalecimento da consciência dos docentes e discentes das escolas municipais, respaldada em sentimentos e valores tais como: valorização,

preservação, proteção e respeito ao patrimônio cultural material e imaterial da cidade, assim como o de identidade e pertencimento a um espaço geográfico e a cultura de um povo.

O Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão - PROFEPMA se insere no compromisso da preservação patrimonial nos municípios maranhenses, junto as escolas de Ensino Fundamental conveniado com a Superintendência Regional do IPHAN no Maranhão, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O referido programa tem como área temática principal a cultura e como área temática secundária, a educação. Suas ações se desenvolvem através do ensino, da pesquisa e da extensão. Iniciou-se suas primeiras ações através da extensão com o objetivo de contemplar seis municípios maranhenses, quais sejam: Alcântara, Rosário, Bacabeira, Santa Rita, Carolina, Imperatriz, com ações de formação continuada em Educação Patrimonial,

Trata-se de um Programa voltado para a formação continuada em educação patrimonial nos municípios maranhenses que visa permitir ao cidadão a compreensão e valorização do universo sociocultural que o rodeia e assim contribuir para a preservação do patrimônio cultural. É um Programa que dá continuidade às ações que vinham sendo desenvolvidas, desde agosto de 2007, pelo projeto “Educação Patrimonial nas salas de aula de Alcântara”, proposto pelo Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional/Maranhão (IPHAN/MA), o qual se estruturou em três etapas:

- a) **ETAPA A- LEVANTAMENTO DE DADOS** - (Levantamento de publicações sobre educação patrimonial para au-

xiliar nas diretrizes do projeto que então se esboçava; Consulta ao Diagnóstico participativo de Alcântara, de 2003

**b) ETAPA B – ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO** (Elaboração de livros paradidáticos, feita em três fases:

- 1) Pesquisa histórica e visita ao município de Alcântara;
- 2) Aplicação de questionários nas escolas pólos, oficinas e exposições dos resultados;
- 3) Elaboração da estrutura e redação do material didático (livros paradidáticos).

**c) ETAPA C - IMPLANTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO** (livros paradidáticos- 04 livros paradidáticos de 5ª a 8ª séries).

Na fase correspondente a **Etapa C**, o IPHAN estabeleceu convênio com a Universidade Federal do Maranhão para desenvolver esta, a qual se propôs a desenvolvê-la em duas fases simultâneas

- 1) Capacitação de todos os professores de 5ª a 8ª séries do sistema municipal de ensino;
- 2) Acompanhamento e avaliação permanente de resultados.

Neste contexto, a UFMA, por meio da Assessoria de Interiorização e da Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com a Superintendência Regional do IPHAN, no Maranhão e participação direta dos Gestores Municipais, terá a responsabilidade acadêmica de elaborar, planejar e executar as ações do Programa (PROFEPMA) e dos projetos de extensão dele decorrentes, voltados especificamente para cada município envolvido, assim como deverá estabelecer parcerias com programas de pós-graduação para elaboração e desenvolvimento de

projetos de pesquisa que busquem soluções alternativas para a preservação do patrimônio cultural do Estado do Maranhão.

São ações desta natureza e através de uma prática de extensão co-participante que, tanto a UFMA quanto o IPHAN, buscam soluções para a problemática da perda da identidade e do sentimento de pertencimento à cultura de um povo, assim como a um espaço geográfico. Fato decorrente do acelerado processo de globalização que rompe fronteiras e atinge as regiões mais distantes, construindo novas trilhas para os trabalhadores com o perfil de cidadão do mundo, que levam sua cultura, seus sentimentos e seus valores e preservam-nos em qualquer lugar que estejam. Assim culturas se misturam, se mesclam.

Este é mais um desafio imposto pelas profundas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que marcaram o final do século XX e início do século XXI e traçam no mundo contemporâneo caminhos incertos minados de grandes desafios. Portanto, preservar o sentimento de identidade e de pertencimento é um grande desafio no contexto da globalização do início do século XXI.

## **2 A GLOBALIZAÇÃO COMO UM DOS DETERMINANTES DOS NOVOS CONTORNOS DO MUNDO DO TRABALHO**

O PROFEPMA nasceu como uma imposição do real, determinada, principalmente, pela globalização, fenômeno que já contamina os quatro cantos do mundo.

Em um contexto convulsionado em mudanças, a globalização certamente tem significativas contribuições neste processo porque esta ganha força cada vez mais e conquista novos espaços, porque se

faz presente nos acontecimentos ligados a questões internacionais, multinacional, transnacional, mundial e planetário.

O mundo contemporâneo sofre os impactos do fenômeno da globalização, embora este não seja novo, já que a história registra que, pode-se considerar que o início do processo de globalização deu-se no mínimo, no século XV com o comércio marítimo mundial, porém a velocidade desenfreada em que se dá no final do século XX e início do século XXI, com a difusão maciça da tecnologia de informação que foram conquistando as atividades econômicas, deu um impulso assombroso no processo de globalização, isto quando comparamos esta à épocas passadas.

Segundo Dupas (1999, p.45-46) a sociedade global é a do primado da informação,

Hoje as comunicações de voz, imagem e texto são praticamente instantâneos. O mercado financeiro mundial gira 24 horas pôr dia, interligado pela continuidade dos fusos horários. Recursos financeiros são transferidos para ou de qualquer parte do mundo imediatamente.

[...] Nesse ambiente, os principais atores que regem a economia global – as grandes corporações – tomam suas decisões visando maximizar sua condição de competição (binômio preço – qualidade) e buscam a maior taxa de retorno sobre o recurso de seus investidores.

A globalização atinge silenciosamente todas as esferas da vida social e aos poucos o individual e o coletivo procuram superar os desafios impostos pelos problemas da globalização porque esta não só está presente na vida das pessoas como todos sofrem os seus impactos, quer seja no campo econômico, social, cultural, intelectual e sobretudo no campo profissional. Porque a globalização é alimen-

tada pela dinâmica das contradições e uma de suas principais contradições é, segundo Dupas (1998) a coexistência de processos de exclusão versus inclusão que se dão simultaneamente. Ele diz que,

Apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda. (exclusão) (DUPAS; 1998, p. 40)

A sociedade em geral, em todos os seus setores está sendo desafiada por esta problemática. Ianni (1992, p. 23-24), destaca que;

As características da marcha da globalização incluem a internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais a mudança da divisão internacional do trabalho o vasto movimento migratório do sul para o norte e a competição ambiental que acelera esse processo. Elas incluem também mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estados. Os Estados estão sendo internacionalizados em suas estruturas internas e funções.

Para o propósito deste estudo, interessa destacar a internacionalização da produção. É impossível falar deste fato sem, contudo destacar o papel das multinacionais neste processo marcante na economia de países altamente industrializados. As multinacionais são decorrentes da concentração do capital e da internacionalização da produção capitalista. Fato que contribui com o acelerado processo de globalização que rompe fronteiras e atinge as regiões mais distantes, construindo novas trilhas para os trabalhadores com o perfil de

cidadão do mundo” que levam sua cultura, seus sentimentos e seus valores e preservam-nos em qualquer lugar que estejam.

Neste contexto, culturas se misturam, se mesclam e estrangeiros, na nova terra, quase sempre procuram impor sua cultura e resistem a incorporar a cultura da terra onde se alimentam, o que vem contribuindo com a perda do sentimento de identidade e de pertencimento da cultura de um povo, assim como a um espaço geográfico, pelas novas gerações locais.

Os novos contornos do mundo do trabalho vão se materializando na prática e no contexto de um acelerado processo de globalização quando uma empresa rompe as fronteiras da nação em busca de novas fatias do mercado consumidor trazendo um alto custo social.

Para Dupas (1998, p. 129),

Apesar de sempre existir um custo de saída, as transnacionais tem relativa facilidade de transferir o local de produção. A decisão de investir no país de origem ou no exterior tem implicações sobre os níveis de emprego dessas economias e, muitas vezes, é utilizada como ferramenta de negociação pelas empresas.

As pessoas que fazem parte desta empresa que rompem as fronteiras das nações ou são excluídas do processo produtivo ou seguem a trilha do capital em busca de novas terras onde se instalam e de certa forma não assimilam a cultura local, mas impõem a sua, contribuindo significativamente para a perda, pelas novas gerações, do sentimento e valorização da cultura material e imaterial de sua comunidade. São fatos desta natureza que exigem ações tais como vem desenvolvendo o PROFEPMA.

### **3 DETERMINANTES QUE DIFICULTAM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DE ALCÂNTARA: desafios da prática pedagógica**

O compromisso social do IPHAN e da UFMA é preservar o patrimônio cultural material e imaterial de todos os municípios que vem sofrendo os impactos da globalização, materializado na implantação de muitos projetos industriais nos referidos municípios. Esta parceria visa criar as condições objetivas que possibilite a compreensão e valorização do universo sociocultural do cidadão e assim contribuir para a preservação de seu patrimônio cultural.

Com este firme propósito e cumprindo sua função de responsabilidade social, tanto a UFMA como o IPHAN visam, neste primeiro projeto do PROFEPMA, através de ações de Extensão universitária, capacitar todos os professores e técnicos da rede municipal de ensino que desenvolvem atividades pedagógicas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, no município de Alcântara que se encontra ameaçado pela perda de seu patrimônio cultural material e imaterial.

Segundo Vazquez ( 1997, p. 187) “a atividade propriamente humana só se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou finalidade, e termina com um resultado ou produto efetivo, real”.

Desta forma, entre o que se pensa e o que é possível fazer no real há uma distância muito grande, ou seja, o movimento do real segue ao longo do desenvolvimento das atividades humanas, que existem previamente no pensamento, impondo entraves ou obstáculos, quer sejam econômicos, políticos, técnicos, culturais, etc, dificultando, desta forma, a materialização do que foi possível pensar por meio da consciência.

A partir desta compreensão, observou-se que, desde o primeiro momento de desenvolvimento das atividades do PROFEPMA, em Alcântara, os professores municipais já começaram a dar sinais de uma grande fragilidade em sua formação, não só técnica mas também pedagógica.

A materialização de cada momento do planejamento só foi revelando mais fragilidade na formação do professor, sobretudo no segundo momento, o qual exigia conhecimento em áreas específicas, tais como: Sociologia, Artes, História, Geografia, Português, no que se refere ao domínio da Língua Portuguesa, não só na utilização da linguagem oral, mas, sobretudo da linguagem escrita.

Tentou-se solucionar este problema com uma formação continuada em conhecimentos específicos nas áreas supracitadas, realizada pelos professores tutores da equipe multidisciplinar. Optou-se por dar ênfase na parte pedagógica visando o planejamento didático pedagógico, para facilitar a implantação do livro paradidático da 5ª série, ou 6º ano do Ensino Fundamental, conforme exposto acima.

Observou-se que somente o acompanhamento dos professores municipais, feito na sede de Alcântara, pela equipe multidisciplinar da UFMA, não solucionaria os entraves impostos pela formação técnica e pedagógica dos professores de Alcântara. Seria necessário, não só uma formação continuada em conhecimentos específicos nas áreas já citadas, como também, esse acompanhamento deveria se estender nas escolas rurais.

Registra-se que, a equipe da UFMA não seria suficiente para atender tal demanda, assim como a Secretaria Municipal de Educação de Alcântara, ainda não conta com um contingente de profissionais em número suficiente que possa garantir o acompanhamento da

implantação do livro paradidático, utilizado no PROFEPMA. Além destes fatos, a equipe de professores da UFMA, trabalha na perspectiva de garantir a autonomia do sistema de ensino de Alcântara, quando concluir este programa.

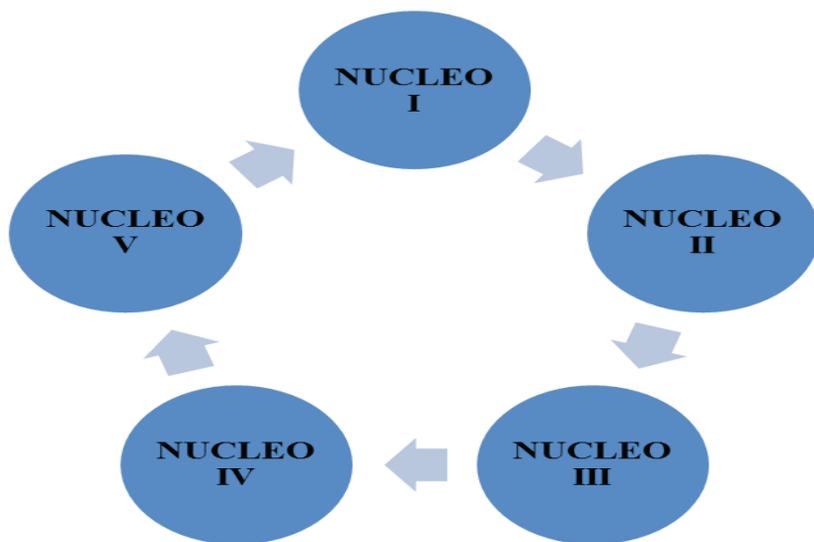
Em função do exposto é que se propõe redefinir novos caminhos para o I Projeto de Extensão do PROFEPMA, através dos quais se busca trazer soluções alternativas para os problemas que vem dificultando o êxito da prática pedagógica do PROFEPMA em Alcântara.

Após o desenvolvimento da primeira etapa do projeto em tela, identificou-se as necessidades dos professores de Alcântara, no que se refere às atividades de planejamento e avaliação da prática pedagógica. Este fato indica que o Pedagogo é uma categoria de relevância no Projeto considerando que as ações de planejamento e avaliação, são por excelência, do campo da Pedagogia.

A partir dos esclarecimentos já exposto, entende-se que se faz necessário um redirecionamento do I Projeto de Extensão do PROFEPMA, inicialmente no que tange a categoria de professores/tutores considerando que as ações do projeto sofreram uma série de contratempos decorrentes das dificuldades, que foram impostas pelo real.

Esses **Tutores Pedagógicos** sairiam do grupo de professores de Alcântara que integram o PROFEPMA e seriam selecionados através de prova escrita, prova didática e análise de currículum. São eles que farão o acompanhamento sistemático nas escolas rurais de Alcântara, com a orientação dos Assessores Pedagógicos e supervisão da Secretaria Municipal de Alcântara e Assessores Pedagógicos.

**As escolas seriam divididas por núcleos** obedecendo a proximidade das mesmas. Seria a quantidade de núcleos que determinaria a quantidade de professores que seriam selecionados, conforme figura 1 a seguir:



**Figura 1: Nucleação das Escolas Rurais de Alcântara que integram o PROFEPMA**

Optou-se pela valorização dos recursos humanos local, visando autonomia do sistema de ensino de Alcântara, do início ao final do PROFEPMA. Sendo assim, somente os 86 (oitenta e seis) professores municipais de Alcântara que receberam o certificado de conclusão da formação continuada encontram-se aptos a participarem do processo seletivo para Tutor Pedagógico.

Selecionou-se **2 tutores pedagógicos** para atuarem nas escolas que funcionam no turno **MATUTINO** e **2** para atuarem no turno **VESPERTINO**, desta forma, somente poderá participar desta sele-

ção aquele professor que dispuser de um horário de trabalho, quer seja no matutino, quer no vespertino, no qual o mesmo fará o acompanhamento das escolas que integram o PROFEPMA e que ficará sob sua responsabilidade;

Esses professores que farão o trabalho de acompanhamento pedagógico diretamente nas escolas rurais serão acompanhados pelos Assessores Pedagógicos, pela Consultoria Técnico-Pedagógica da UFMA e pela Coordenação Geral, através de visitas técnicas feitas as escolas que integram o PROFEPMA.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação sistemática das atividades deste programa é que dá condições de redirecionar as práticas pedagógicas no âmbito da valorização e preservação patrimonial.

Apesar de todas as dificuldades o que esta experiência tem mostrado é que valeu a pena ultrapassar todas as barreiras, quer seja no âmbito técnico, pedagógico, político ou econômico. Cada escola visitada tem mostrado o que há de melhor na cultura local, quer seja em relação às riquezas materiais ou imateriais. Além de mostrarem o que há de melhor na comunidade que é a riqueza natural e a patrimonial, demonstram ainda como utilizam estes bens e passam de geração a geração, construindo ou renovando um sentimento de identidade e pertencimento nas jovens gerações.

Os alunos exploraram todas as formas de arte para mostrar o que a escola vinha fazendo e como os professores estavam materializando os conteúdos que aprendiam na sala de aula no curso de formação continuada em Educação Patrimonial. Na prática, mos-

traram que embora as professoras precisassem se ausentar da escola uma vez por mês e que neste período de formação continuada os alunos ficavam sem aula, pode-se observar que ainda assim a relevância era destacada, uma vez que ficou comprovado, o grande esforço das professoras das escolas visitadas, para resgatar o sentimento de pertencimento da comunidade através da valorização de sua cultura, preservação de sua natureza e a exploração dos elementos da natureza, para reproduzir os valores e sentimentos locais.

### REFERÊNCIAS

- DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: **Revista Estudos Avançados**, nº 34, set/dez/1998. Instituto de Estudos Avançados/USP, São Paulo.
- DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão – PROFEPMA. I Projeto de Extensão Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara. São Luís, 2011.



## PROCEDENCIA Y DESTINO: reflexiones sobre el legado bibliográfico en México

“Todas las turbulencias presentes proceden del libro; todas las amarguras y las vacilaciones se revelan en el libro; todas las esperanzas de un porvenir más dichoso, se esperan, y no sin fundamento, del libro también”

José de Castro y Serrano (1871)

*Idalia García*<sup>1</sup>

*Leonardo López Monroy*<sup>2</sup>

### RESUMEN

Es indudable que en el patrimonio cultural de un país también debe comprenderse el lugar que ocupan los objetos del pasado en la memoria colectiva. Esa memoria reconoce y valora los objetos en función de la importancia de su significado y representación. Sin embargo en muchas ocasiones resulta complicado comprender qué se entiende por esa memoria y cómo se construye un espacio que representa a la comunidad pero que no se basa en el consenso social. La composición de esa memoria que identifica, reúne, diferencia y define a una comunidad específica es una idea abstracta que sólo se materializa en objetos. Entonces ¿estos objetos son la manifestación de esa memoria? Esta reflexión analiza la representación y el significado de la memoria en relación a la preservación de objetos patrimoniales como los libros, heredados del pasado y producidos en el presente.

**Palabras claves:** Patrimonio bibliográfico; Memoria; responsabilidad institucional

---

1 Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: pulga@iibi.unam.mx

2 Facultad de Ciencias. Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: leus@unam.mx

## RESUMEN

Eles resumem é certo que no patrimônio cultural de um país deveria ser entendido também o lugar que ocupa os objetos do passado na memória coletiva. Aquela memória reconhece e avalia os objetos em função da importância de seu significado e representação. Porém em muitas ocasiões é complicado para entender o que ele/ela entende um ao outro para aquela memória e como um espaço é construído que representa à comunidade mas que não está baseado no consentimento social. A composição daquela memória que identifica, dobra, ele/ela difere e define a uma comunidade específica é uma idéia abstrata que só é materializada em objetos. Estes objetos são então a manifestação daquela memória? Esta reflexão analisa a representação e o significado da memória em relação à preservação de objetos patrimoniais

**Palavras-chave:** Patrimônio bibliográfico; Memória; responsabilidade institucional.

## 1 DE LA MEMORIA INDIVIDUAL A LA MEMORIA COLECTIVA

El campo de la memoria está aún dominada por las metáforas griegas; desde el bloque de cera al escriba que redacta en el libro del alma y el pintor que traza las imágenes correspondientes. La idea de la impronta remite directamente al concepto de la huella de la memoria. Paul Ricœur distingue tres tipos de huella de memoria: La huella física, la psíquica y la cerebral (Ricœur 2000, 15-17).

La huella física es la evidencia exterior del paso del tiempo, el documento físico, histórico. La huella psíquica en cambio, es la sensación experimentada por la experiencia vivida con sus reflexiones y opiniones. Finalmente, la huella cerebral se refiere al almacenamiento neuronal de las vivencias. De este último proceso se sabe verdaderamente muy poco. Estos tres tipos de huellas integran un triángulo de significación que apunta al hecho que generó la impronta.

Sin embargo, huella y memoria son cosas distintas ya que la memoria, como afirma Aristóteles pertenece al pasado, mientras que la huella es lo que llega al presente por la acción de dicho pasado. La confusión entre la huella y la memoria es la base de la compleja relación y diferencia entre memoria e imaginación.

Ahora bien, la huella psíquica es la causante de la sensación que se identifica como una imagen presente y que llamamos memoria. Esta memoria a la que Aristóteles llamó *mnesis* se percibe como afección y es ontológicamente distinta a la búsqueda activa o *anamnesis* que identificamos como rememoración. Es decir la *mnesis* es la evocación simple, singular; mientras que la *anamnesis* es el esfuerzo de rememoración. Dicho esfuerzo de tipo intelectual implica la interpretación esquemática de imágenes yuxtapuestas. Cada una de estas imágenes constituye un punto de rememoración, desde el cual se perfila la ruta en el retorno hacia la impronta original. Como Perseo siguiendo el hilo de Ariadna para salir del Laberinto.

Por otra parte, las huellas psíquicas son responsables del proceso de interiorización de experiencias al relacionar, interpretar y asignar cierta significación a las vivencias haciendo posible la exteriorización del lenguaje. Para posteriormente, a través del incesante ciclo de interiorización – exteriorización, dar origen a la objetivación. Es por esto que Peter Berger y Thomas Luckman afirman: “La sociedad es una realidad objetiva.” (Berger y Luckman 1986, 83).

Semejante al proceso interno de rememoración a través de la huellas psíquicas. Las huellas físicas constituyen puntos de rememoración exteriores que encadenan la significación no ya de imágenes sino de objetos. Es así como cualquier objeto de la vida cotidiana adquiere un lugar en el conjunto de significaciones del individuo.

Así, cada objeto tiene cierta capacidad de remitir a una persona a un momento o lugar determinado en un tiempo pasado. El ejemplo más directo de esto es la rememoración surgida a través de la fotografía. De manera paralela a lo que sucede con las huellas psíquicas, las huellas físicas se relacionan con la exteriorización; completándose así el ciclo dialéctico que origina la realidad objetiva.

Por otra parte, la socialización de las experiencias genera la percepción de realidad objetiva entre los individuos involucrados. Compartir experiencias asigna significaciones y genera huellas psíquicas en quienes las comparten. Sin embargo la transmisión de estas experiencias o predicados psíquicos más frecuente es el lenguaje. Desde un inicio la oralidad se utilizó para transmitir experiencias con otras personas. El lenguaje es pues una manera de objetivación social que sustituye la transmisión de información, por medio de vivencias o experiencias, por la transmisión de su significación, codificada de manera suficientemente precisa, accesible y medible. La continua transmisión de significaciones finalmente es el proceso que transforma la memoria individual en la memoria colectiva.

Sin embargo hay que aclarar que la creación de memoria colectiva es un tema de alta complejidad filosófica. Para Paul Ricoeur la clave intermedia entre la memoria individual y su transformación a la memoria colectiva está en los allegados (Ricoeur 2000, 161). Así parientes y amigos comparten una gran cantidad de experiencias que dan lugar a significaciones y objetivaciones similares, creando un entendimiento común. Este es el origen de lo que llamamos cultura.

## 2 LAS HUELLAS DEL PATRIMONIO

Patrimonio y cultura son palabras que se asocian de forma regular en discursos y prácticas relacionadas con la memoria, especialmente si esta debe transmitirse para garantizar la identidad y cohesión de un grupo humano. Pero ambas ideas en este contexto son indisociables de la comunidad, en tanto que las huellas materiales e inmateriales de la cultura, refieren a experiencias personales y sociales que se transmiten entre generaciones. Así la huella psíquica sólo adquiere significado cuando se construye en la experiencia y se alimenta con el tiempo, pero es una acción personal que debe conectarse con otras experiencias de la misma naturaleza. De esta forma cualquier acontecimiento en la vida de un ser humano, puede ser una experiencia compartida pero es huella psíquica porque la entendemos como un proceso individual.

Por otro lado entre la huella psíquica y la física se construye un valor que puede ser individual pero también colectivo, y es el valor lo que dota de sentido objetivo al sedimento cultural al tiempo que le reconoce la historicidad. Ese valor tiene diferentes características que se perciben regularmente en contraposición (v.gr. bueno/malo; antiguo/moderno; feo/bonito; completo/incompleto). Es decir, aún cuando un sedimento cultural, tangible o intangible, se aprecia por una sola de sus características no se invalida el hecho de que formará parte de diferentes huellas psíquicas en donde será apreciado por las otras y entonces ese sedimento se transforma en monumento (Riegl 1987, 23-25).

La conjunción de las huellas psíquicas compartidas o entendidas en una comunidad como procedentes de un tipo de experien-

cia, puede contribuir a la conformación de la identidad colectiva. Es decir, todos los sujetos que adquieren una impronta significativa a partir de la misma experiencia construyen la idea de que aquello que comparten los diferencia de otros que no lo compartieron. Esta es la base sobre la que se edifica la historia de una comunidad y al tiempo la idea de que ese pasado compartido los distingue de otros incluso en la misma categoría espacio temporal y, por ello, pueden reconocerse.

Sin embargo este proceso no transforma a esas improntas y sus significados individuales en una heredad cultural, pues esta requiere de una toma de conciencia colectiva de que esas huellas conforman un patrimonio compartido. Es decir, las experiencias se reconocen como un hecho memorable o digno de memoria, y que por esa condición debe ser preservado y transmitido (Viñao 2010, 19). De ahí que en todas las sociedades se establezca una categorización entre los objetos que representan y significan ese pasado reconocido como propio. En tal relación, las huellas físicas (materiales e inmateriales) adquieren mayor o menor importancia en función de como se representan en las huellas psíquicas.

Pero el objeto cultural, que se reconoce y designa patrimonial en sí mismo no genera la impronta que favorece la huella psíquica, sino que es el resultado de una construcción en manipulada por una parte del grupo social que lo define como memoria para la colectividad y que le otorga cierta importancia. Así, “el consenso que permite circunscribir tal saber y diferenciar al que sabe del que no sabe (el extraño) es lo que constituye de un pueblo” (Lyotard 1984, 45).

Por ejemplo, un objeto como el Penacho de Moctezuma que tiene especial significado tanto para los mexicanos para los vieneses,

precisamente por la forma en que se ha usado en ambas comunidades para defender posturas contrarias que refieren a su identidad. En realidad se trata de un debate sobre la procedencia de ciertos objetos culturales, pues para los primeros se entiende que fue robado (gracias a una campaña nacionalista), y para otros es heredad de la monarquía española porque llegó a Alemania cuando Carlos V radicaba en ese territorio (Nava 2013).

En este sentido sólo ciertos objetos adquieren esa representación mientras que otros yacen en el olvido más miserable. De ahí que podamos preguntarnos cómo se van integrando los diferentes objetos culturales de una comunidad en lo que esa mismo grupo entienden como la memoria colectiva. Por ejemplo, si uno revisa las ideas jurídicas que se vierten en dos legislaciones mexicanas, presentadas en 1914 y en 1916, se puede apreciar como existió una idea de cultura incluyente de los otros legados y conformada por diferentes representaciones. Cuestión que resulta muy interesante porque refleja las ideas de aquellas personas que vivieron la Revolución Mexicana y estaban a punto de conformar un nuevo estado con la proclamación de la Constitución de 1917.

Posteriormente, la legislación actual de 1972 sólo reconoce como propiedad del Estado únicamente al patrimonio arqueológico y, por tanto, distingue su importancia frente a otro tipo de legado como pueden ser los libros del pasado. Esta categoría, hay que precisarlo, no incluye a los documentos producidos antes y después de la conquista denominados como Códices prehispánicos y coloniales respectivamente, pues estos se forman parte del patrimonio arqueológico. De esta manera nos referimos a las colecciones de libros que se conformaron desde el periodo colonial y que constituyen una

heredad cultural en constante transformación e incluso denominada como memoria bibliográfica.

Pero las ideas anteriores no se entienden igual en todos los países. Es cierto que para la mayoría de estos, los libros son importantes ya que forman parte de la memoria y de la identidad colectiva, pese a que esos objetos dejaron una huella psíquica en muy pocas personas pues el acceso a la lectura nunca fue tan amplio como en mundo moderno. Tal apreciación explica por qué para unas comunidades es una cotidianidad la idea valorativa del libro como depositario y transmisor del conocimiento, de los pensamientos, miedos y sueños de una sociedad; mientras que para otras no lo es como en México.

### **3 LAS FRONTERAS DE LA MEMORIA EN EL PATRIMONIO BIBLIOGRÁFICO MEXICANO**

En nuestro país, por extraño que parezca, el libro y su entorno natural la biblioteca no poseen la misma representación que otros objetos en la memoria colectiva ¿Cómo comprender ese lugar tan miserable, cuando se trata de un legado de gran riqueza que sobrevivió a muchos desastres? Tal situación es una simple deducción pues más allá de diversas lamentaciones sobre el tema que se han vertido en textos como “El libro de los desastres” de Benitez, no sabemos con certeza de qué magnitud ni que favoreció lo que genéricamente denominamos como desastres bibliográficos o libricidios. En suma nunca hemos realizado una historia documentada basada en testimonios que nos permitan saber qué pasó exactamente cuando fueron cerrados todos los establecimientos religiosos que contenían los libros compilados en el periodo novohispano para conformar colec-

ciones contemporáneas como la Biblioteca Nacional de México o la Biblioteca Burgoa.

Cualquiera podría suponer que la tutela de ese legado, que ejerció el Estado mexicano nacido de la Independencia, tendría cierta coherencia con el destino que se escogió para esos libros: la conformación de bibliotecas públicas. Pero la realidad del patrimonio bibliográfico muestra que esto no fue así. El ejemplo es que en numerosas bibliotecas de la importancia de la Biblioteca Lafragua los libros no fueron registrados adecuadamente sino hasta después de los años noventa del siglo XX. Pero a diferencia de lo que Melot establece (2004, 6), el reconocimiento de la tutela como tarea de la comunidad no implica al tiempo que los objetos se socialicen y por tanto, puedan contribuir a formar huellas psíquicas entre quienes puedan experimentar vivencias propias alrededor de este objeto.

En este sentido debemos analizar incluso por qué la insistencia de nominar bienes bibliográficos o documentales como Memoria del Mundo, sin considerar que uno de los principales objetivos de dicho programa internacional es hacer accesibles los bienes a las comunidades. En este sentido, se habla de comunidades porque se reconoce que existe un grupo que hereda el legado y otro que lo comparte. El ejemplo ideal de tal disparate es la Biblioteca Palafoxiana, elevada al reconocimiento internacional en el año 2005 y que a la fecha no cuenta con ninguna página web que cumpla con ese objetivo.

La historia muestra que la idea de la protección siempre deriva de la conciencia de la destrucción, es decir del reconocimiento de la pérdida o de la fragilidad de los objetos del pasado frente a diferentes eventualidades de distinta naturaleza. Esa conciencia que es colectiva y por tanto deviene de la conjunción de múltiples huellas psíqui-

cas. Puede explicar tanto los momentos de inventario o registro de los objetos culturales como la necesidad de esconderlos en caso de guerra.

Pero también en la construcción de la memoria colectiva, como hemos consolidado la idea de los diferentes patrimonios cuando siempre se trata de una sola heredad compuesta de numerosas huellas físicas. De las cuales sólo algunas podrán ser consideradas dignas de categoría patrimonial. De ahí que se comprenda que para comprender el patrimonio bibliográfico de un país, es necesario comprender cómo se define o se entiende las huellas de ese legado cultural precisamente en la memoria colectiva.

La relación de los hechos del pasado solamente refuerza la memoria individual cuando se reconoce como colectiva, pero eso no construye la idea del patrimonio ni el reconocimiento de los diversos objetos heredados del pasado. Es el caso de los libros y los documentos históricos en México, testimonios más que útiles para la construcción y transmisión de la memoria colectiva pero que se mantienen alejados de las personas quienes pueden construir la memoria colectiva y justifican la preservación de las huellas físicas. Es en este lugar medular, que consideramos debe justificarse e fomentarse la responsabilidad institucional de las bibliotecas en función de la finalidad social que cumplen y la del bibliotecario como una profesión comprometida con la conformación de la memoria colectiva.

## BIBLIOGRAFÍA

BERGER, Peter L. y LUCKMANN, Thomas (1986), *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores.

MELOT, Michel (2004) “Qu’est-ce qu’un objet patrimonial?», *Bulletin des Bibliothèques de France*. T. 49, núm. 4, pp. 5-10. Texto disponible en <http://bbf.enssib.fr/consulter/01-melot.pdf> [Consulta: Agosto de 2013]

RICCEUR, Paul (2000), *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris, Francia: Éditions du Seuil.

RIEGL, Alois (1987), *El culto moderno a los documentos*. Madrid: Visor.

LYOTARD, Jean François (1984), *La condición humana postmoderna: informe sobre el saber*, Madrid: Cátedra.

NAVA RIVERO, Jesús (2013), “El Penacho de Moctezuma, un fragmento etnográfico”, *Blog Polifonía de la Revista Letras Libres*. Texto disponible en <http://www.letraslibres.com/blogs/polifonia/el-penacho-de-moctezuma-un-fragmento-etnografico> [Consulta: Agosto de 2013]

VIÑAO, Antonio (2010), “Memoria, patrimonio y educación”, *Educatio Siglo XXI*, vol. 28, núm. 2, pp. 17-42. Texto disponible en <http://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/27115/1/Memoria%2c%20patrimonio%20y%20educaci%C3%B3n.pdf> [Consulta: Agosto de 2013]





## **PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: responsabilidade legal x responsabilidade social aplicada às empresas distribuidoras de gás natural**

*Miguel Rahn Ramos<sup>1</sup>*

*Naíla Angela Dubiel<sup>2</sup>*

*Rodrigo da Silva<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Reflete sobre o papel das recentes transformações ocorridas na sociedade brasileira sob a ótica das manifestações de rua a partir do mês de junho último. Questiona sobre os desejos da sociedade por transparência pública, sobre o desempenho das ações dos profissionais da informação. Relaciona o tema com a responsabilidade social dos profissionais da informação neste momento. Elege um setor da economia brasileira, empresas concessionárias de gás natural, para analisar as informações oferecidas em seus respectivos sítios comerciais que atendam parte desta demanda. Observa a existência ou não das informações disponíveis sob três aspectos: a legislação em vigor: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. LAI - Lei de Acesso à Informação e seu cumprimento nos processos de atendimento às demandas da sociedade; preservação da memória institucional: *Memória del Mundo*. Diretrizes da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: Divisão da Sociedade da Informação; Agenda 21 Brasileira e a ISO 26000: que tratam de justiça social e o crescimento econômico relacionado aos impactos das decisões e ações corporativas e pessoais e sobre as atividades na sociedade e no meio ambiente. Percebe a diferença das empresas que desenvolvem suas atividades, as organizações que possuem práticas estruturadas, específicas e

---

1 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: guelramos10@gmail.com

2 Companhia de Gás de Santa Catarina. E-mail: naila.dubiel@scgas.com.br

3 Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rodrigosilva36@gmail.com

proativas em busca dos princípios constitucionais próprios da natureza pública das organizações e que estão adaptadas às mudanças globais. Entende que a atuação dos profissionais da informação e sua participação na preservação da memória empresarial e do patrimônio documental – a memória institucional é parte da responsabilidade social dos profissionais da informação. Atêm-se a pesquisa do conteúdo disponível nos *websites* das empresas concessionárias de gás natural, quanto aos temas eleitos. Realiza a análise por região político administrativa e nacionalmente no total. Ilustra os dados obtidos através de tabelas e gráficos. Resume as informações disponíveis na rede, que permitam a sociedade, estudantes e pesquisadores conhecerem informações e valores socioeconômicos e culturais de interesse coletivo. Pretende fomentar a discussão no âmbito latino americano. Apresenta resultados onde exhibe o antagonismo das informações publicadas nos websites das empresas concessionárias de gás natural, destacando a oferta de informações nas regiões com mais elevado índice de desenvolvimento econômico e social em relação às demais regiões do Brasil. Propõe a continuação de projetos similares nos demais países da América Latina, de modo a integrar e transformar esses espaços em verdadeiros centros de informação a serviço da construção de sociedades democráticas.

**Palavras-chave:** gás natural, memória, responsabilidade social.

## 1 INTRODUÇÃO

Recentes transformações ocorridas na sociedade exigem transparência das instituições na divulgação de suas ações. No Brasil em especial as manifestações ocorridas a partir do mês de junho último requerem mudança de atitude. Desta forma, propõem-se analisar se, as necessidades coletivas de informação são oferecidas aos interessados.

Para representar um setor da economia, elegeu-se o setor de distribuição de gás natural, por sua abrangência no território nacional e, por exercer atividade concessionária do poder público, portanto subordina-se a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. LAI - Lei de Acesso à Informação. Selecionou-se para análise das informações

divulgadas, sítios das empresas concessionárias de distribuição de gás natural no Brasil, durante o período de 5 a 20 de setembro de 2013, referentes aos temas selecionados para análise.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. LAI - Lei de Acesso à Informação e seu cumprimento nos processos de atendimento às demandas da sociedade.

Preservação da memória institucional. Memória del Mundo. Diretrizes da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: Divisão da Sociedade da Informação. A atuação dos profissionais da informação e sua participação na preservação da memória empresarial.

Agenda 21 Brasileira e a ISO 26000 que tratam de justiça social e o crescimento econômico relacionado aos impactos das decisões e ações corporativas e pessoais e sobre as atividades na sociedade e no meio ambiente.

Expõe os resultados e, apresenta para discussão neste evento, com o objetivo de ampliar e fornecer subsídios para novas pesquisas sobre o mesmo o tema. Visa despertar o interesse dos participantes e demais interessados a repensar suas atitudes.

## **2 MEMORIA DEL MUNDO**

Instrui a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sobre o Programa *Memoria del Mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*, (2002, p.1): *La Memoria del Mundo es la memoria colectiva y documentada de los pueblos del mundo – su patrimonio documental – que, a su vez, representa buena parte del patrimonio cultural mundial.*

Dos objetivos do programa listados, conforme UNESCO (2002 p. 2):

- a) Facilitar a preservación del patrimonio documental mundial mediante las técnicas más adecuadas [...];
- b) Facilitar el acceso universal al patrimonio documental [...]; e resalta-se:
- c) Crear una mayor consciência em todo el mundo de la existencia y la importancia del patrimonio documental [...].

Em seus pressupostos básicos quando cita o desinteresse pelas questões praticas de proteção e preservação, a UNESCO afirma que: *la sensibilización es uno de los principales objetivos del Programa.*

Neste momento, entende-se que é um bom momento, para questionar o que pratica-se no Brasil e na América Latina sobre o tema. Direcionar o olhar para além das paredes, além das fronteiras, e refletir sobre a responsabilidade dos Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos. Até que ponto estão sensibilizados para replicar e criar uma maior consciência da importância do patrimônio documental. Discutir o assunto com seus pares, suas instituições, associações de classe, seus empregadores. Uma nova visão, novas atitudes, mudanças, provocações, é o que exige o momento.

Mais adiante o programa da UNESCO afirma em *Enseñaza y formación* que:

La enseñanza pública desempeña um papel fundamental a la hora de sensibilizar sobre el patrimonio documental mundial y su vulnerabilidad [...] La importancia del patrimonio o documental, sus cuestiones científicas y praticas [...]

Los comités internacionales, regionales y nacionales deberían fomentar la creación y el desarrollo de cursos de formación superior sobre gestión del patrimonio documental (que incluyesen cursos para bibliotecarios, archivistas y conservadores [...])

Deve-se aguardar que alguma legislação específica obrigue a prática de ações desta natureza? Deve-se assistir desaparecimento do patrimônio documental, lamentar e perguntar até quando?

### **3 AGENDA 21 BRASILEIRA**

É um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Neste aspecto cabe buscar despertar interesse dos profissionais da informação que atuam em empresas, sejam elas públicas ou privadas, quanto por sua ação social e seus futuros desdobramentos.

Segundo a ISO 26000, a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas. (INMETRO).

#### 4 DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE GÁS NATURAL DO BRASIL

Brasil país com 8.515.767,049 Km<sup>2</sup> de extensão e 190.755.799 habitantes, segundo censo do ano de 2010 do IBGE, divide-se administrativamente em cinco regiões político administrativas, vinte e sete unidades federativas, sendo 26 estados e 01 distrito federal. A partir do ano de 1973 com os choques do petróleo, o consumo de gás natural inicia-se na região nordeste como insumo industrial em plantas de fertilizantes nitrogenados no Polo Petroquímico de Camaçari BA. (ABREU; MARTINEZ, 2003. p. 48).

Com a Constituinte de 1998: § 2 art. 25:

Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995).

Altera-se o cenário e aos estados permite-se a exploração e ou concessão para distribuição de gás canalizado. A seguir, no início da década de 1990 amplia-se a oferta de gás natural com a participação de países vizinhos.

Atualmente o Brasil, possui vinte e oito empresas concessionárias de distribuição de gás natural, excetuando-se os estados do Acre, Roraima e Tocantins.

Portanto na Região Norte, com maior extensão territorial e menor número de habitantes, são sete estados e quatro EDGN - Empresas de Distribuição de Gás Natural.

Unidades Federativas da Região Norte, suas respectivas siglas e indicação de existência de empresa distribuidora de gás natural.

UF	SIGLA	EDGN
ACRE	AC	NÃO
AMAPÁ	AP	SIM
AMAZONAS	AM	SIM
PARÁ	PA	SIM
RONDÔNIA	RO	SIM
RORAIMA	RR	NÃO
TOCANTINS	TC	NÃO

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

A Região Nordeste com nove estados possui uma EDGN em cada um deles.

Unidades Federativas da Região Nordeste, suas respectivas siglas e indicação de existência de empresa distribuidora de gás natural.

UF	SIGLA	EDGN
MARANHÃO	MA	SIM
PIAUI	PI	SIM
CEARÁ	CE	SIM
RIO GRANDE DO NORTE	RN	SIM
PARAÍBA	PB	SIM
PERNAMBUCO	PE	SIM
ALAGOAS	AL	SIM
SERGIPE	SE	SIM
BAHIA	BA	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

A Região Sudeste, com maior número de habitantes, compreende quatro estados e sete EDGN, sendo que o estado do Rio de Janeiro possui duas EDGN e o estado de São Paulo apresenta três.

Unidades Federativas da Região Sudeste, suas respectivas siglas e indicação de existência de empresa distribuidora de gás natural.

UF	SIGLA	EDGN
ESPÍRITO SANTO	ES	SIM
MINAS GERAIS	MG	SIM
RIO DE JANEIRO	RJ 1	SIM
RIO DE JANEIRO	RJ 2	SIM
SÃO PAULO	SP 1	SIM
SÃO PAULO	SP 2	SIM
SÃO PAULO	SP 3	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

A Região Sul com três estados tem uma EDGN para cada um deles.

Unidades Federativas da Região Sul, suas respectivas siglas e indicação de existência de empresa distribuidora de gás natural.

UF	SIGLA	EDGN
PARANÁ	PR	SIM
SANTA CATARINA	SC	SIM
RIO GRANDE DO SUL	RS	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Na Região Centro-Oeste, nova fronteira de desenvolvimento de agronegócios, é formada por três estados e inclui o Distrito Federal.

Unidades Federativas da Região Centro-Oeste, suas respectivas siglas e indicação de existência de empresa distribuidora de gás natural.

UF	SIGLA	EDGN
DISTRITO FEDERAL	DF	SIM
GOIÁS	GO	SIM
MATO GROSSO	MT	SIM
MATO GROSSO DO SUL	MS	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

#### 4.1 Do acesso às informações

Das EDGN pesquisadas na Região Norte, duas possuem sítio para acesso: Amazonas e Rondônia, os estados Amapá e Pará não possuem.

Unidades Federativas da Região Norte e indicação de acesso aos respectivos sítios das EDGN através da Internet.

SIGLA	ACESSO
AP	NÃO
AM	SIM
PA	NÃO
RO	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Na Região Nordeste todas as EDGN possuem sítios para acesso. No entanto o acesso a EDGN do estado do Piauí não esteve disponível durante o período da pesquisa.

Unidades Federativas da Região Nordeste e indicação de acesso aos respectivos sítios das EDGN através da Internet.

SIGLA	ACESSO
MA	SIM
PI	SIM
CE	SIM
RN	SIM
PB	SIM
PE	SIM
AL	SIM
SE	SIM
BA	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Na Região Sudeste todas as EDGN possuem sítios para acesso.

Unidades Federativas da Região Sudeste e indicação de acesso aos respectivos sítios das EDGN através da Internet.

SIGLA	ACESSO
ES	SIM
MG	SIM
RJ 1	SIM
RJ 2	SIM
SP 1	SIM
SP 2	SIM
SP 3	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Na Região Sul ocorre o mesmo.

Unidades Federativas da Região Sul e indicação de acesso aos respectivos sítios das EDGN através da Internet.

SIGLA	ACESSO
PR	SIM
SC	SIM
RS	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

A Região Centro-Oeste com três estados e o Distrito Federal possui quatro EDGN, sendo que o acesso à concessionária estado do Mato Grosso não está disponível.

Unidades Federativas da Região Centro-Oeste e indicação de acesso aos respectivos sítios das EDGN através da Internet.

SIGLA	ACESSO
DF	SIM
GO	SIM
MT	NÃO
MS	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

#### 4.1.1 Quanto às informações de interesse coletivo

- Transparência Administrativa/ Memória: TADM;
- Lei de Acesso à Informação: LAI e
- Responsabilidade Social: RS.

**REGIÃO NORTE**

Unidades Federativas da Região Norte e indicação das EDGN que divulgam informações referentes à: transparência administrativa, Lei de acesso à informação e ações de responsabilidade social.

UF	TADM	LAI	RS
AM	SIM	NÃO	NÃO
RO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

**Região Nordeste**

Unidades Federativas da Região Nordeste e indicação das respectivas EDGN que divulgam informações referentes à: transparência administrativa, acesso à informação e ações de responsabilidade social.

UF	TADM	LAI	RS
MA	PARCIAL	NÃO	NÃO
CE	SIM	SIM	SIM
RN	SIM	NÃO	SIM
PB	SIM	SIM	SIM
PE	SIM	SIM	SIM
AL	SIM	SIM	SIM
SE	SIM	SIM	SIM
BA	SIM	NÃO	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

**REGIÃO SUDESTE**

Unidades Federativas da Região Sudeste e indicação das respectivas EDGN que divulgam informações referentes à: transparência administrativa, acesso à informação e ações de responsabilidade social.

UF	TADM	LAI	RS
ES	SIM	SIM	SIM
MG	SIM	NÃO	SIM
RJ1	SIM	NÃO	SIM
RJ2	SIM	NÃO	SIM
SP1	NÃO	SIM	NÃO
SP2	SIM	NÃO	SIM
SP3	SIM	NÃO	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

**REGIÃO SUL**

Unidades Federativas da Região Sudeste e indicação das respectivas EDGN que divulgam informações referentes à: transparência administrativa, acesso à informação e ações de responsabilidade social.

UF	TADM	LAI	RS
PR	SIM	SIM	SIM
SC	SIM	NÃO	SIM
RS	SIM	SIM	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

**REGIÃO CENTRO-OESTE**

Unidades Federativas da Região Centro-Oeste e indicação das respectivas EDGN que divulgam informações referentes à: transparência administrativa, acesso à informação e ações de responsabilidade social.

UF	TADM	LAI	RS
DF	PARCIAL	NÃO	NÃO
GO	SIM	SIM	NÃO
MS	SIM	NÃO	SIM

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

**5 RESULTADOS**

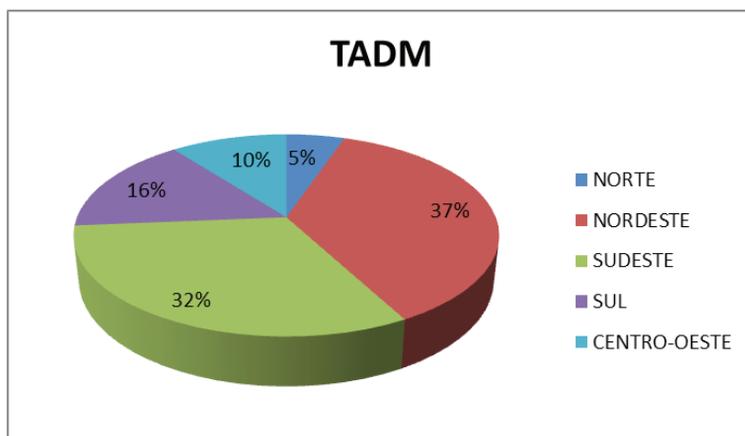
Das vinte e três EDGN analisadas dezoito apresentam informações referentes à TADM - transparência administrativa e à memória da empresa, duas apresentam parcialmente, ora a memória apenas, ora a transparência administrativa e duas não apresentam nenhuma informação. Treze não apresentam a LAI – Lei de Acesso à Informação. Dez apresentam e permitem aos interessados acessar às informações de acordo com a legislação em vigor. Dezoito praticam RS - Responsabilidade Social, isto é, desempenham papel particularmente importante, pelo impacto que geram na sociedade por seu poder econômico e sua capacidade de concretizar ações e, seis não apresentam relato de fatos ou ações de cunho social para a coletividade.

Regiões político-administrativas e totalização das respectivas EDGN que divulgam informações referentes à: transparência administrativa, acesso à informação e ações de responsabilidade social.

REGIÕES	TADM	LAI	RS
NORTE	1	ZERO	ZERO
NORDESTE	7	5	7
SUDESTE	6	2	6
SUL	3	2	3
CENTRO-OESTE	2	1	1
TOTAL	19	10	17

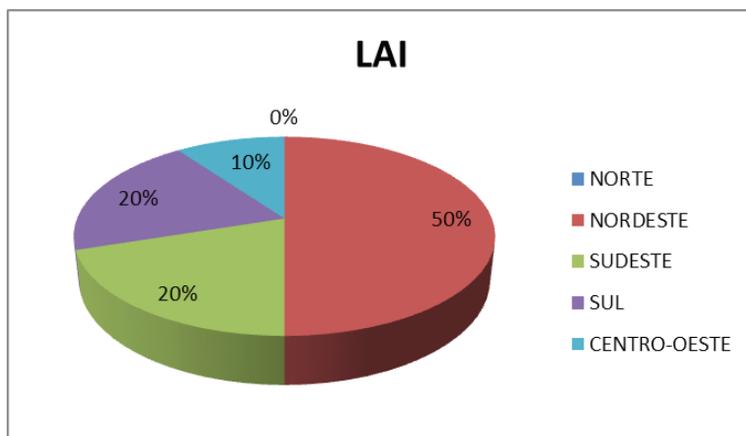
Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

**Figura 1:** Distribuição das EDGN que divulgam informações de transparência administrativa por regiões político-administrativas.



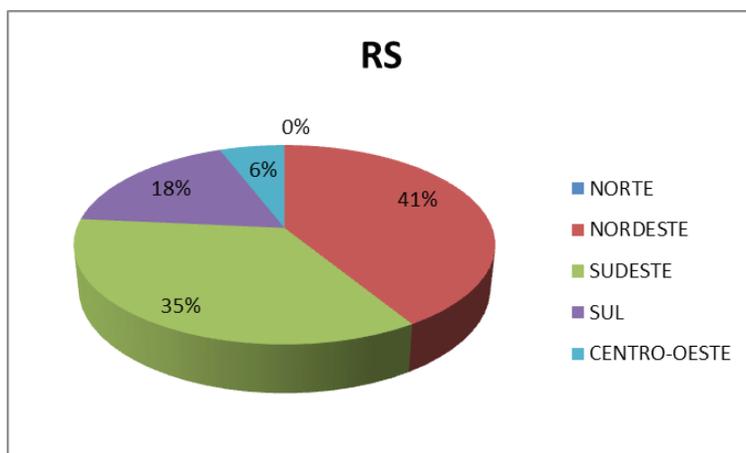
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

**Figura 2:** Distribuição das EDGN que divulgam informações de acesso à informação por regiões político-administrativas.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

**Figura 3:** Distribuição das EDGN que divulgam ações de responsabilidade social por regiões político-administrativas.



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

## 6 CONCLUSÕES

Dos resultados apresentados, procura-se fazer a disseminação, com o objetivo de ampliar a discussão e fornecer subsídios para novas pesquisas sobre o mesmo o tema. Questionar se cabe a nós, como atores sociais, dar visibilidade a esta discussão e, buscar despertar interesse em seus futuros desdobramentos, em âmbito latino americano, tanto quanto na função de arquivistas, bibliotecários, museólogos e demais profissionais que atuam em empresas, sejam elas públicas ou privadas, quanto por sua ação social. Para que se questionem sobre sua própria função social e desta forma agregar valor às suas atividades profissionais, além de observar outros segmentos da economia, locais ou globais, se estas divulgam informações de interesse coletivo. Auxiliar na construção de consensos indispensáveis, em busca da evolução e da integração do desenvolvimento socioeconômico.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Percy Louzada De; MARTINEZ, José Antonio. **Gás natural: o combustível do novo milênio**. 2. ed. Porto Alegre: Plural Comunicação, 2003. 82 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em 4 ago 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Brasileira sobre o Meio Ambiente**. Ed.2 .Brasília. 2010. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1362/legislacao\\_meio\\_ambiente\\_2ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1362/legislacao_meio_ambiente_2ed.pdf)>. Acesso 8 ago 2013.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 5 ago 2013.

BRASIL. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em 4 ago 2013.

CGU (Brasil). **A responsabilidade das empresas no combate a corrupção**. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualRespSocial/Arquivos/ManualRespsocialEmpresas\\_baixa.pdf](http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualRespSocial/Arquivos/ManualRespsocialEmpresas_baixa.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2013.

INMETRO. **ISO 26000**. Diretrizes sobre responsabilidade social, Disponível em: <[http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)>. Acesso em 26 ago 2013.

NASSIF, Monica Erichsen. PEREIRA, Renata Nunes. **A lei de acesso à informação e a sua influência nos processos de atendimento às demandas da sociedade**: estudo do caso do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://arquivistasocial.net/postulados-arquivologia-social/>>. Acesso em 8 ago 2013.

UNESCO. **Memoria del mundo**: diretrizes para la salvaguardia del patrimonio documental. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001256/125637s.pdf>>. Acesso em 4 ago 2013.

ANEXO

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE  
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO BRASIL

Agosto 2013

ALGÁS Gás de Alagoas S. A.

Rua Dr. Arthur Vital da Silva 04, Gruta de Lourdes

CEP 57051-150 Maceió AL

Fone: (82) 3218 - 7730

website: [www.algas.com.br](http://www.algas.com.br)

BABIAGÁS - Companhia de Gás da Bahia

Av. Tancredo Neves 450 - Ed. Suarez Trade 20ª andar - salas 2001/2002 Caminho das Árvores

CEP: 41819-900 Salvador BA

Fone: (71) 206-6000 / 0800 71 9111 Fax: (71) 206-6001

website : [www.bahiagas.com.br](http://www.bahiagas.com.br)

BR/ES Gerência de Comercialização de Gás Canalizado no Espírito Santo

Ed. Liberty Center 387 - sala 120

CEP: 29055-131 Reta da Penha ES

Fone : (27) 3325-0755

website: [www.br.com.br](http://www.br.com.br)

CEBGÁS Companhia Brasileira de Gás

Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS

SCS Quadra 4 Bloco A Ed. FACEB

CEP 70304-905 Brasília DF

Fone: (61) 3322-2100/ fax 61-3322-2324

website: [www.cebgas.com.br](http://www.cebgas.com.br)

CEG Companhia Distribuidora de Gás do Rio De Janeiro

Companhia Distribuidora de Gás do Rio De Janeiro CEG, CEG RIO S.A.

Av. Pedro II, 68 São Cristóvão

CEP: 20941-070 - Rio de Janeiro RJ

Fone: (21) 2585-7575 Fax: (21) 2589-7570

website: [www.ceg.com.br](http://www.ceg.com.br)

CEGÁS Companhia de Gás do Ceará

Av. Santos Dumont, 7700 5 e 6 andar

CEP 60150-163 Fortaleza CE

Fone: (85) 266-6900 Fax: (85) 265.2026

website: [www.cegas.com.br](http://www.cegas.com.br)

CEG RIO Gás Natural Fenosa  
Companhia Distribuidora de Gás do Rio De Janeiro CEG, CEG RIO S.A.  
Av. Pedro II, 68 São Cristóvão  
CEP: 20941-070 - Rio de Janeiro RJ  
Fone: (21) 2585-7575 Fax: (21) 2589-7570 website: [www.gasnaturalfenosa.com.br](http://www.gasnaturalfenosa.com.br)

CIGÁS Companhia de Gás do Estado do Amazonas  
Av. André Araújo, 1500 Aleixo  
CEP: 69060-000  
Fone: (92) 642 8100/642 8677 Fax: (92) 236 1085 website: [www.cigas-am.com.br](http://www.cigas-am.com.br)

COMGÁS Companhia de Gás de São Paulo  
Rua Olimpíadas, 205 10ª andar Vila Olímpia  
CEP: 04551-000 São Paulo SP  
Fone: (11) 4504-5000 website: [www.comgas.com.br](http://www.comgas.com.br)

COMPAGÁS Companhia Paranaense de Gás  
Rua Hasdrúbal Bellegard, 1177 Cidade Industrial  
CEP 81460-120 Curitiba PR Fone: 41 3312-1900  
Escritório Londrina  
Rua Ibioporã, 520 - Jardim Santo Antonio  
CEP 86060-510 Londrina PR  
Fone: 43 3328-5034 website: [www.compagas.com.br](http://www.compagas.com.br)

COPERGÁS Companhia Pernambucana de Gás  
Av. Engª Domingos Ferreira, 4060 15ª e 16ª Andar Ed. Blue Tower  
CEP: 51021-040 Recife PE  
Fone: (81) 3463-2000 Fax: (81) 3463-2030 website: [www.copergas.com.br](http://www.copergas.com.br)

GASAP Companhia de Gás do Amapá  
Rua General Rondon, 256 Palácio Setentrião Parte Centro.  
CEP: 68.906-130 Macapá AP  
Fone: (96) 225-4107 Website: -X-

GÁS BRASILIANO GBD - Distribuidora de Gás Canalizado Área Noroeste SP  
Av. Paulista 2.073 - Horsa I 24.ª andar conj. 2417  
CEP 01311-940 São Paulo SP  
Fone: (11) 3177. 2194 Fax: (11) 3177.2131 website: [www.gasbrasiliano.com.br](http://www.gasbrasiliano.com.br)

GASMAR Companhia Maranhense de Gás  
Rua Mitra, 16/17 - Sala 204 - Edifício Cristal - Renascença II  
CEP 65075-770 São Luís MA  
Telefax: (98) 268.7179 / 268.3188 website: [www.gasmar.com.br](http://www.gasmar.com.br)

GASMIG - Companhia de Gás de Minas Gerais  
Av. Álvares Cabral 1740 7ª andar Santo Agostinho  
CEP: 30170-001 Belo Horizonte MG  
Fone: (31) 3291-2012 Fax: (31) 3291-2015/3299-4691 website: [www.gasmig.com.br](http://www.gasmig.com.br)

Gas Natural São Paulo Sul S.A.  
Gas Natural Serviços S.A.  
Av. Pedro II, 68 São Cristóvão  
CEP: 20941-070 - Rio de Janeiro RJ  
Fone: (21) 2585-7575 Fax: (21) 2589-7570  
Rua Cyce César 24 Parque Campolim  
CEP 18047-520 Sorocaba SP  
Fone: (15) 224-5260/ Fax: (15)224-5299 website: [www.gasnaturalfenosa.com.br](http://www.gasnaturalfenosa.com.br)

GASPISA Companhia de Gás do Piauí  
Rua Arlindo Nogueira 333 salas 204/205  
Ed. Luiz Fortes Teresina PI  
CEP: 64.000-903  
Fone: (86) 221-0115 Fax: (86) 221-0158 website não disponível: [www.gaspisa.com.br](http://www.gaspisa.com.br)

GOIASGÁS Agência Goiânia de Gás Canalizado S.A.  
Alameda dos Buritis 480 Ed. Buritis Center sala 1201 Setor Central  
CEP 74015-080 Goiânia GO  
Telefax (62) 213-1566 website: <http://www.goiasgas.com.br>

MSGÁS Companhia do Estado do Mato Grosso do Sul  
Av. Afonso Pena 2530 Centro  
CEP 79002-074 Campo Grande MS  
Fone:( 67) 312-2400 Fax: (67) 312-2435 website: <http://www.msgas.com.br/>

MTGÁS Companhia Mato-Grossense de Distribuição de Gás  
Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 cj. 704 Bosque da Saúde  
CEP 78050-000 Cuiabá MT  
Fone: 642-4423/ 6226 website não disponível: [www.mtgas.com.br](http://www.mtgas.com.br)

PBGÁS Companhia Paraibana de Gás  
Av. Eptácio Pessoa, 4840 Edifício Imperator 1ª Andar salas: 205, 6, 9 e 10 Tambaú  
CEP: 58030-001 João Pessoa PB  
TeleFax: (83) 3247-2244 Ramal 233 (83) 9928-0064 website: <http://pbgas.pb.gov.br>

POTIGÁS Companhia Potiguar de Gás  
Rua Dão Silveira 3675 Candelária  
CEP 59067-190 Natal RN  
Fone: (84)3217-3322 Fax: (84) 3217-3309 website: [www.potigas.com.br](http://www.potigas.com.br)

RONGÁS Companhia Rondoniense de Gás S.A.  
Av. Carlos Gomes 1223, sala 402 Centro  
CEP 78903-000 Porto Velho RO  
Fone/fax: (69) 229-0333 website: <http://www.rongas.com.br>

SCGÁS Companhia de Gás de Santa Catarina  
Rua Antonio Luz 255 Centro Empresarial Hoepcke  
CEP 88010-410 Florianópolis SC  
Fone: 48) 3229-1200 Fax (48) 3229-1230 website: <http://www.scgas.com.br>

SERGÁS Empresa Sergipana de Gás S.A.  
Rua Dom Bosco 1223 Bairro Suíça  
CEP 49050-220 Aracaju SE  
Telefone: (79) 226-5213 PABX/ 26-5207/ 9988-2224  
Fax (79) 226-520 website: [www.sergipegas.com.br](http://www.sergipegas.com.br)

SULGÁS Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul  
Rua 7 de setembro 1069 5.ª andar  
CEP 90010-191 Porto Alegre RS  
Fone: (51) 3227-4111  
Fone/fax (51) 3227-4111 website: [www.sulgas.rs.gov.br](http://www.sulgas.rs.gov.br)



## **A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL:**

institucionalizando as atividades  
arquivísticas no Conselho Regional de  
Serviço Social-CRESS PB 13ª Região

*Josivan Soares Ferreira*<sup>1</sup>

*Josivaldo Soares Ferreira*<sup>2</sup>

*Risomar Ferreira da Costa*<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivos apresentar e discutir as ações relacionadas à implantação e institucionalização de políticas públicas para os arquivos do Conjunto CFESS – CRESS. Assim, para localizar nosso discurso, tomamos como referência o projeto de Gestão Documental ora desenvolvido no Conselho Regional de Serviço Social na Paraíba – CRESS/PB 13ª Região. Sabemos que o desenvolvimento de políticas públicas para os arquivos e a informação arquivística no Brasil tem redimensionado o *fazer-arquivístico* para uma quebra de paradigmas em relação ao lugar do arquivo nas referidas instituições. Assim, tal premissa se justifica pela emergência em proporcionar a tomada de consciência nos gestores

---

1 Estudante de Direito (UEPB). Graduado em Arquivologia (UEPB). Pós-Graduando em Gestão em Arquivos (UAB/UFSM) e em Gestão Pública (UAB/UEPB). Membro-Pesquisador do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade-GEAAS. Técnico em Recursos Naturais (IFPB). Arquivista do Serviço Social do Comércio – Administração Regional da Paraíba- SESC-PB. E-mail: josivansoares@yahoo.com.br

2 Pós-Graduando em Gestão Pública (UAB/IFPB). Graduado em Arquivologia (UEPB). Técnico em Radiologia (MATERDEI). Membro-Pesquisador do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade-GEAAS. E-mail: ferreirajosivaldo@yahoo.com.br

3 Estudante de Pedagogia (UAB/UEPB). Pós-Graduanda em Gestão Pública (UAB/UEPB). Graduada em Arquivologia (UEPB). Colaboradora do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade-GEAAS. E-mail: risomarferreira@hotmail.com

e colaboradores da instituição sobre a importância do arquivo para a memória da instituição e sua atuação junto aos profissionais de Serviço Social e para a sociedade enquanto arquivo público. Destarte, de maneira exitosa e pioneira as atividades arquivísticas que legitimam e garantem a preservação do patrimônio documental e da memória da instituição, como também da garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos iniciaram em fevereiro de 2013 e, a partir das resoluções do CFESS nº 648 e 650 de maio de 2013, as metodologias de tratamento das informações arquivísticas tomaram corpo. Tais instrumentos direcionam as discussões referentes à necessidade em normalizar as rotinas de tratamento dos arquivos na referida instituição. Mas, é preciso potencializar tais normativas a partir da inserção do Arquivista, como também da criação de programas de capacitação de gestores e colaboradores em todas as esferas da instituição entre outros. A pesquisa fundamentou-se nos conceitos e importância da inserção de políticas públicas para os arquivos discutidas por Jardim (2006 e 2009) Lopes (2009), Sousa (2006) entre outros. Com isso, a partir das discussões apresentadas neste artigo, chegamos a algumas considerações finais entre elas, que o amparo legal e os instrumentos normativos elaborados e discutidos pelo Conjunto CFESS-CRESS contribuem para legitimar a importância da criação de políticas públicas para os arquivos, como também a urgência em institucionalizar as atividades arquivísticas de forma integral para que a Preservação da Memória e do Patrimônio Documental seja garantida para não apenas atender às necessidades administrativas e direito cidadão de acesso à informação, como também eleger o arquivo como uma Unidade de Informação para a Produção de Saberes e Conhecimentos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas para Arquivo. CRESS-PB 13ª Região. Arquivologia.

## 1 INTRODUÇÃO

O arquivista tem como objetivo de trabalho o desafio de construir e desenvolver metodologias que garantam a produção, a utilização, a guarda, o acesso e o uso das informações arquivísticas contidas nos documentos de arquivo, que abarquem a instituição como um todo, ou seja, em todos os setores produtores de documentos ou informações arquivísticas de maneira integrada.

Esse desafio encontra barreiras, sobretudo, na versada cultura organizacional, por conseguinte, nas lacunas normativas – políticas públicas para os arquivos - que como primeira instância objetivam descortinar as barreiras administrativas em relação às rotinas de produção e utilização da documentação na empresa.

Nesse contexto, as políticas públicas na área de arquivologia e a gestão da informação arquivísticas é tema instigante e aparece com frequência no cenário das discussões da área, seja para reforçar *o fazer-arquivístico*, seja para localizar o espaço social do profissional de Arquivologia na sociedade da informação – como Gestor da Informação -, seja para simples e desafiadoramente fazer do arquivo uma Unidade de Informação para produção de conhecimento e para preservar-se enquanto espaço privilegiado da Memória social.

Para tal, o Arquivista vem quebrando paradigmas e ampliando os espaços de atuação em relação à supremacia sobre as instituições públicas. Mostrando a urgência em institucionalizar as atividades arquivísticas que, sobretudo, tem que estar inseridas e alicerçadas a partir de políticas públicas para os arquivos.

Destarte, as políticas públicas devem envolver mais do que uma decisão política, requer diversas ações articuladas de instruções normativas estrategicamente selecionadas para implementar um conjunto de programas, ações e atividades de gestão entre outros.

Assim, a partir das normativas sobre a emergência no tratamento dos arquivos elencados nas Resoluções do CFESS nº. 648 e 650, como também as discussões e ações normativas para implantar as atividades de tratamento do acervo documental ganharam corpo.

Por fim, institucionalizar as Atividades Arquivísticas mediante os preceitos da Política Nacional de Arquivos de forma conscien-

te, obedecendo aos princípios éticos e ambientalmente corretos de destinação adequada aos documentos que não possuem mais valor probatório, informativo, histórico ou científico e, principalmente garantir a custódia aos documentos de valor permanente, possibilita ganhos significativos em relação à salvaguarda da Memória do CRESS/PB 13ª Região como legitimar políticas para a garantia dos direitos e atuação dos Assistentes Sociais.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ARQUIVOS BRASILEIROS: reflexões pertinentes**

O desenvolvimento de políticas públicas para os arquivos e a informação arquivística no Brasil tem redimensionado o fazer-arquivístico para uma quebra de paradigmas em relação principalmente, no caso brasileiro, de uma política do silêncio, para uma política do Acesso.

Assim, vemos a criação de políticas públicas para arquivos tomar corpo a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Rodrigues (2011, p. 27 *apud* FERREIRA, 1988), é preciso compreender que o termo “política” significa um “sistema de regras respeitantes aos negócios públicos; conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução”.

Para Jardim (2009, p. 47) política de arquivo implica em um

conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.)

relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

É notório que em novembro de 2011, as políticas públicas para os arquivos avançaram significativamente para consolidar e/ou reavivar a noção de estado democrático, onde as decisões e ações sociais devem estar respaldadas no pleno acesso as informações produzidas pelo estado em relação às atividades/ações sociais. Tais pressupostos que outrora enveredavam para um silêncio ou supremacia do poder do estado que, muitas vezes, se afastava das necessidades emergentes à Sociedade da Informação.

Assim, vemos com a constituição de 1988, em seu artigo, § 2º que “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.”

Esse foi o primeiro passo para subdividir as correntes políticas para (re) pensar sobre a importância de cuidar, administrar e preservar e acessar as informações de interesse nacional e social.

Vemos também em 1838 a criação do Arquivo Nacional e a criação do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, SINAR entre outros as questões da necessidade em verticalizar as discussões sobre a valorização, por conseguinte, do Patrimônio Documental.

Outro aspecto que impulsionou decisivamente o pensar e criação de políticas de arquivos foi à criação dos primeiros cursos de arquivologia no Brasil (UNIRIO e UFMS em 1977). Como também a contribuição das pesquisas pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Assistimos agora, como anteriormente anunciado, com a lei de acesso à informação uma postura que institucionalize, *a priori*,

a criação de programas e ações que elejam o Arquivo como Espaço Cidadão.

Segundo Sousa (2006) as leis e outros instrumentos normativos não implicam em uma política de arquivo consolidada e nem um espaço reconhecido do Arquivista. Ainda precisamos verticalizar as ações junto ao poder público – como também na esfera privada – sobre a importância de se ter acessível e de maneira integral as informações resultantes do desenvolvimento social.

Para Sousa (2006 p.4) “Políticas Públicas são construções de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana. E este é um princípio fundamental”.

Ou seja, legitimar as ações nos arquivos parte, a priori, de decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos políticos envolvidos, expressando uma decisão que representa interesses de grupos regionais, econômicos entre outros.

Assim, as políticas públicas para os arquivos precisam priorizar o acesso à informação como um direito social. Não podemos acreditar que algumas ações que já foram feitas tem sido suficiente para garantir esse direito. A exclusão social é marcada por uma série de fatores e com certeza a falta de informação e uma delas, pois ela é vital para a conquista do desenvolvimento de um país.

Desta forma as decisões políticas que na maioria das vezes são decisões que determinam quais interesses serão favorecidas num meio social. Uma política pública em um arquivo deve envolver mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar um conjunto de programas, ações e

atividades desenvolvidas pelo governo diretamente ou indiretamente, que visam assegurar o acesso a informação.

As ações do Estado como um todo devem ser delineadas para um único objetivo comum e primeiro: **uma melhor prestação de serviço à sociedade**, com o intuito de fomentar as transformações necessárias para quebrar o paradigma do subdesenvolvimento, pois na atualidade, um dos diferenciais que conferem êxito às ações do governo é o desenvolvimento de suas atividades precípuas, culminando em dados e informações que agreguem valor para o desenvolvimento permanente do País.

Segundo as reflexões de Sousa (2006 p.4) a valorização das informações arquivísticas em uma sociedade deve ser agregada, tratada e entendida como elemento estratégico

A importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. É um capital informacional pouco compreendido e pouco explorado e que poderia dar uma enorme contribuição para a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços e, no caso dos órgãos públicos, para a transparência das ações do Estado.

Destarte, a sociedade moderna, cada vez mais consciente, reivindica por melhores serviços e transparência nas ações, o que exige dos gestores públicos e privados uma nova perspectiva gerencial, visto que um governo bem organizado é um dos componentes fundamentais para a prestação de um bom serviço.

Em se tratando de Administração Pública é importante frisar que um de seus princípios é o da Eficiência. Este princípio refere-se ao fato de que a prestação de serviço deve ser rápida e precisa, sem

lentidão, de modo a satisfazer às necessidades da população e da coletividade.

### **3 O CONJUNTO CFESS-CRESS<sup>4</sup>: breve percurso histórico, seus objetivos e finalidades**

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho.

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e

---

4 As informações sobre a história do Conjunto CFESS-CRES estão disponíveis em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess> Acessado em: 30 de agosto de 2013.

aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS.

#### **4 O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA PARAÍBA – CRESS/PB 13ª REGIÃO**

O **Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região/Paraíba** é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com jurisdição no Estado da Paraíba, regulamentado pela Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, dotado de autonomia administrativa e financeira, com objetivo de disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social em seu âmbito de jurisdição.

Tem como atribuições, dentre outras: organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais; fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social; zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional e aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.

A história do CRESS/PB teve início em 1982, quando se tornou autônomo do Conselho Regional de Assistentes Sociais de Pernambuco, deixando de ser uma Seccional e passando a ser denominado de Conselho Regional de Assistentes Sociais da Paraíba (CRAS/PB). Em 1993, com a atual Lei de Regulamentação da Profissão, o CRAS/PB passou a ser denominada de Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região, compondo o então Conjunto CFESS/CRESS.

## 5 INSTRUMENTOS NORMATIVOS DO CONJUNTO CFESS-CRESS: discussões iniciais

As discussões sobre as necessidades em criar políticas públicas para os arquivos, sobretudo a partir da promulgação das leis de Acesso à Informação e dos Programas de Transparência da Gestão nas instituições públicas, autarquias e entidades de personalidade jurídica de direito público, como é o caso do CRESS PB, iniciaram-se de maneira pontual no 41º Encontro Nacional CFESS-CRESS, ocorrido em setembro de 2012, em Palmas-TO.

Na ocasião foi discutida a importância em institucionalizar as atividades nos arquivos do conjunto CFESS-CRESS em todo o Brasil. Como resultado dessas discussões foi elaborado a Manifestação Jurídica nº 23/13-V<sup>5</sup> que teve como resultados a saber:

Art. 1º. Criar no âmbito do CFESS e recomendar a criação no âmbito dos CRESS de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, tomando como base as atribuições estabelecidas na legislação arquivística brasileira.

Art. 2º. Os documentos do conjunto CFESS-CRESS serão classificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

Art. 3º. As comissões permanentes de avaliação de documentos elaboração tabelas de temporalidade, tomando como base os parâmetros estabelecidos na legislação arquivística brasileira.

---

5 Documento resultante das discussões sobre as atividades nos arquivos do Conjunto CFESS-CRESS cedido pela CRESS/PB 13ª Região.

Art. 4º. Para proceder à eliminação de documentos do conjunto CFESS-CRESS, as comissões permanentes de avaliação produzirão Listagem de Eliminação de Documentos e Termo de Eliminação de Documentos, bem como Edital de Ciência de Eliminação de Documentos.

Art.5º. A eliminação de documentos no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS será efetuado por meio de fragmentação manual ou mecânica, com a supervisão de servidor autorizado.

§ 1º - O papel destruído será destinado à reciclagem.

§ 2º - O procedimento de incineração não será utilizado, em obediência à legislação de proteção ao meio ambiente<sup>6</sup>.

Art.6º. Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos do Conjunto CFESS-CRESS de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.

Art. 7º (...)

Art. 8º (...)

Assim, após apreciações superiores e discussões temáticas nos CRESS, o Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, publicou as Resoluções:

- ❖ Resolução CFESS nº. 648, de 15 de junho de 2013 – Regulamenta o arquivamento e eliminação dos documentos do Conjunto CFESS-CRESS.
- ❖ Resolução CFESS nº. 650, de 26 de junho de 2013 – Estabelece parâmetros para o cumprimento da lei nº. 12.527 – Lei de Acesso à Informação.

---

<sup>6</sup> Lei nº. 12.305, de 02/08/2012, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como também o artigo 54, da Lei nº. 9.605/1998 de Crimes Ambientais.

Assim, a partir desses instrumentos jurídicos as atividades de institucionalização das atividades e rotinas nos arquivos do Conjunto CFESS-CRESS tomam um outro fôlego, uma postura no rigor das atividades mais urgente. Mas, bem sabemos, que não basta uma norma ou lei para que os arquivos tenha um espaço privilegiado nas instituições.

É preciso normalizar rotinas nos arquivos, padronizar as metodologias, treinar pessoal, ter orçamento para tais atividades e, sobretudo, do profissional de Arquivologia para criar, implantar, treinar e supervisor os programas de Gestão de Documentos entre outros.

## **6 O TRABALHO PIONEIRO E EXITOSO DE GESTÃO DOCUMENTAL NO CRESS/PB 13ª REGIÃO: “novas” possibilidades de atuação do Arquivista**

A partir da tomada de consciência sobre a importância constitucional sobre as atividades teórico-metodológicas para as atividades nos arquivos, o Conselho Regional de Serviço Social-CRESS/PB 13ª Região, iniciou o Projeto de Gestão Documental em 16 de fevereiro de 2013 que, constitui-se em um marco histórico dentre as instituições integrantes do conjunto CFESS/CRESS em todo país, pois tem desenvolvido de forma integral todas as etapas necessárias para a constituição do Arquivo como uma Unidade de Informação de apoio à administração e Espaço Privilegiado de Memória da atuação da referida instituição no estado da Paraíba.

Destarte, institucionalizar as Atividades Arquivísticas mediante os preceitos da Política Nacional de Arquivos de forma consciente, obedecendo aos princípios éticos e ambientalmente corretos

de destinação adequada aos documentos que não possuem mais valor probatório, informativo, histórico ou científico e, principalmente garantir a custódia aos documentos de valor permanente, possibilita ganhos significativos em relação à salvaguarda da Memória do CRESS/PB 13ª Região como legitimar políticas para a garantia dos direitos e atuação dos Assistentes Sociais.

Assim, é importante salientar que o Projeto de gestão Documental no CRESS-PB é anterior às resoluções normativas para os arquivos, ou seja, a consciência sobre a importância dos arquivos para o bom desenvolvimento administrativo da empresa e da preservação da memória institucional é preciso salientar, partiu das iniciativas da Gestão 2011-2014 do CRESS-PB 13ª Região.

Com isso a instituição tem desenvolvido e alicerçado as atividades de produção, tramitação, uso, avaliação, seleção, eliminação e salvaguarda dos documentos de guarda permanente mediante uma equipe de Consultoria em Gestão em Arquivos<sup>7</sup>, que vem desenvolvendo e acompanhando as seguintes etapas da Gestão Documental.

- Plano de Gestão Documental:
- Plano de Classificação de Documentos
- Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos
- Metodologias de Avaliação e Seleção de Documentos
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

---

<sup>7</sup> O Projeto de Gestão Documental no CRESS/PB 13ª Região e Seccional em Campina em foi iniciado em 16 de fevereiro de 2013. A Consultoria é formada pelos Arquivistas Josivan Soares Ferreira e Risomar Ferreira da Costa, como a colaboração do Arquivista Josivaldo Soares Ferreira.

- Metodologias de Transferência, Recolhimento, Arquivamento, Eliminação e Guarda Permanente de Documentos.
- Metodologias de Conservação Preventiva de Documentos.
- Cartilha sobre Arquivologia – Convite à Organização
- Criação de um Instrumento de Referência para respaldar a classificação.
- Tomada de Preços em Empresas do Brasil sobre Mobiliário, Material para Acondicionamento e Materiais específicos para a guarda e conservação de documentos.
- Curso de Gestão e Organização de Documentos

Tal projeto encontrou terreno fértil após um Diagnóstico de Arquivos realizado nos meses de novembro e dezembro de 2012 e, a partir de então, a instituição junto com seus colaboradores entenderam a importância *a priori* em criar/desenvolver/melhorar no CRESS/PB 13ª região uma Política de Arquivo, para uso racional e agilizado dos conteúdos informacionais, vislumbrando assim, uma rápida tomada de decisão da própria junto à administração e *a posteriori*, fazer do arquivo um espaço privilegiado da Memória Institucional garantindo a salvaguarda do Patrimônio Documental para a produção de novos Saberes e Conhecimentos.

Assim, o Arquivista precisa trilhar e conquistar seu espaço como um Cientista Social da Informação. E, para tal, o profissional de Arquivo precisa trazer para o ceio das discussões acadêmicas uma postura teórica e prática de atuação nas áreas que estão, a primeira vista, estava outrora longe do universo de atuação desses

profissionais. Ou seja, desenvolver pesquisas, projetos de extensão, cursos de capacitação etc., nas instituições ora citadas nesse artigo para que a Memória das referidas intuições sejam preservadas para a posteridade.

Assim, temos que ver além “do horizonte do setor público” a pesquisa e o trabalho do Arquivista. Com isso, vemos que os espaços de atuação do Arquivista emergem a partir das demandas sociais de diversas instituições, como também da urgência na organização e gestão das informações e, por conseguinte, a criação de metodologias e do desenvolvimento de técnicas que garantam sua preservação independentemente de seu suporte.

Com isso, assiste-se ao desenvolvimento de setores que demandam uma melhor e eficaz qualidade na gestão das informações de nível administrativo, técnico, científico e tecnológico como os as intuições de fomento à pesquisa, conselhos de classes como serviço social, contabilidade, química entre outros.

## **7 CONSIDERAÇÃO FINAIS**

O Brasil tem caminhado a passos cautelosos para a consolidação do regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública e de políticas públicas de arquivos através dos instrumentos normativos, afeiçãoamento funcional, congressos, pesquisas entre outros.

A lei de acesso à informação, sobretudo, mas não unicamente, representa uma mudança de paradigmas em matéria de transparência pública, pois estabelece o que o acesso é regra e o sigilo, a exceção. Assim, qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações nos

órgãos, autarquias e instituições públicas, pois os arquivos são reflexão do desenvolvimento social.

Com isso, o Arquivista e sua atuação desde a produção dos documentos à sua preservação nos arquivos permanentes, como também a eliminação dos mesmos precedida de avaliação e seleção, tem possibilitado ganhos significativos à preservação da Memória Social do Brasil.

Pois, toda e qualquer ação ou desenvolvimento científico e tecnológico precisa ser registrada e disseminada em qualquer que seja seu suporte. E, para que a Preservação da Memória seja garantida a posteridade de maneira integral e imparcial é preciso a intervenção de um gestor da informação habilitado que desenvolva técnicas e metodologias para a salvaguarda desse patrimônio histórico: **O Arquivista.**

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº. 648, de 15 de junho de 2013 – Regulamenta o arquivamento e eliminação dos documentos do Conjunto CFESS-CRESS.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS nº. 650, de 26 de junho de 2013 – Estabelece parâmetros para o cumprimento da lei nº. 12.527 – Lei de Acesso à Informação.

JARDIM, J. M. *Diversidade arquivística e políticas de arquivo*. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acessado em 05.12.2009

\_\_\_\_\_. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*. V. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416 p.

RODRIGUES, George Melo (2011). *Arquivologia: coleção técnica e a lista tribunais*. Salvador: Editora Jus Podivm.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *O arquivista e as políticas públicas de arquivo*. In: Anais do II Congresso Nacional de Arquivologia: Porto Alegre , 2006. P.1-15.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Políticas Públicas e Gestão da Informação Arquivística*: aula 01. Snt.





## **FÁBRICA SANTA AMÉLIA:** lugar memória para os residentes do centro histórico de São Luís-Ma

*Danielly Jessyca Fernandes Mendonça<sup>1</sup>*

*Elisângela Pereira da Silva<sup>2</sup>*

*Niza Polliana Silva Santos<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

A formação histórica de São Luis remete a vários períodos, alguns de glória e outros de decadência. Resultado dos momentos gloriosos encontra-se hoje protegido um grande acervo arquitetônico em seu Centro Histórico. Uma das euforias econômicas mais significativas historicamente foi o período de industrialização que viveu o Maranhão na virada do sec. XIX para o sec. XX que ocasionou a construção de um importante parque industrial, predominando a indústria têxtil. Dentre estas, uma das que mais se destacou foi a Fábrica Santa Amélia. A mesma faz parte do representativo acervo arquitetônico do Centro Histórico de São Luis - MA, protegido a nível federal, estadual e municipal, também possui um grande legado imaterial, guardado na memória dos seus antigos residentes, sendo este passado de geração em geração. Na década de 80, a referida fábrica foi desapropriada pelo Governo Federal e entregue à Universidade Federal do Maranhão – UFMA para constituir espaço de realização de atividades culturais. A memória dos maranhenses edificada na Fábrica Santa Amélia permitiu o entendimento da assimilação do significado da mesma para a comunidade que a vivenciou ou a vivência em seus diversos momentos históricos. A pesquisa configura-se como um estudo de caso. Para a realização da mesma, utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo através da aplicação de 50 (cinquenta) questionários e da narrativa oral de uma ex- residente que vivenciou nos tempos da Fábrica ainda ativa. Ainda foi feito um

---

1 UFMA (danyjessyca@hotmail.com).

2 UFMA (lisa\_yanes@hotmail.com).

3 UFMA (npolliana@bol.com.br).

levantamento de dados bibliográficos primários e secundários sobre a história, a estrutura e formação da fábrica Santa Amélia desde sua constituição até os dias atuais. Este artigo propõe entender a importância da Fábrica não só como bem material mais como lugar de memória para os residentes do Centro Histórico e bairros adjacentes. A pesquisa possibilitou verificar o valor da antiga fábrica Santa Amélia para os moradores do Centro Histórico de São Luís e adjacências. Constatou-se que a fábrica, ao longo dos anos, foi obtendo um valor para a sociedade de acordo com os vários momentos históricos. E apesar do tempo em que a mesma permaneceu fechada, ainda é possível notar os bens materiais e imateriais contidos na fábrica, e isso só foi possível, através do olhar da comunidade que a considerou como lugar memória.

**Palavra-chave:** Fábrica Santa Amélia, Lugar Memória, Patrimônio.

## 1 INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio obteve vários significados de acordo com o momento histórico a que esteve relacionado. De forma mais simples, refere-se à posse de alguém sobre um bem ou um conjunto de bens que pode ser de uma pessoa ou mesmo de uma comunidade, país e até mesmo do mundo. O patrimônio é uma classificação de elementos, e toda classificação é efetuada com base em um interesse. Isto nos faz entender que a confluência gerada em torno do tempo, história, passado, memória e patrimônio não deve ser entendida de forma individual, mas sobre um olhar plural na busca de um espaço de sentido múltiplo, fruto de uma cultura diversificada. Para Pellegrini,

...modernamente se compreende por patrimônio cultural todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representado da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico. (1997: 94)

A ideia de patrimônio está calcada nos monumentos, sendo uma forma de perpetuação da memória, deve evocar para as dimensões múltiplas da cultura que guarda em si, oriunda de acontecimentos que deverão ser preservados pela sua importância para determinada coletividade.

Obviamente as significações dos lugares-memória são diferentes para os diversos setores sociais de um mesmo local, cada um possui características próprias que legitimam relações diferenciadas com o passado. O passado como memória não tem a mesma representação para todos, pode ter inúmeros significados que podem ser gerados a partir de um mesmo relato, seja ele oficial ou não.

A atribuição do valor decorre em primeiro lugar, do julgamento do significado de algo para uma comunidade. Designar algo de patrimônio é uma atribuição à “coisa” em questão, para referir-se a uma importância simbólica nela existente. “Os patrimônios são constituídos a partir de processos de produção, apropriação, seleção e reelaboração simbólicas enquanto práticas sociais”. (Fonseca, 1997: 28)

A memória por sua vez pode ser descrita como uma retenção de lembranças sejam elas boas ou ruins, consultando-se o Aurélio brasileiro, memória é descrita como a “faculdade de reter e recordar o passado”, pois a memória, em relação a uma coletividade seria exatamente isso, a recordação daquilo que teve algum tipo de importância coletiva no passado, tem no presente e com certeza continuará tendo no futuro.

A memória e a identidade seguem um mesmo passo, pois ambas fazem parte da existência de um ser social, o mesmo podemos afirmar sobre a memória e o patrimônio, seja ele de cunho material

ou imaterial, visto que as duas tem uma relação intrínseca, pois o patrimônio de um lugar faz parte de sua história. Carvalho (2011) afirma que tanto patrimônio quanto a memória “estão inter-relacionados, uma vez que ambos, quando acionados, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de pertencimento a uma determinada cultura e sociedade”.

Tendo conhecimento da importância desse patrimônio para a história de uma cidade e de sua relação com a memória coletiva e tendo conhecimento também da questão da preservação para manutenção da memória dos grupos sociais existentes, procura-se aflorar o sentimento da comunidade em relação a sua cultura e história através da conservação e valorização do mesmo. Segundo Nora (1993):

Os lugares de memória caracterizam-se por serem dialeticamente materiais, simbólicos e funcionais, relacionando-se aos espaços institucionalizados, tais como centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, e às celebrações coletivas – festas, comemorações – que permitem a reatualização de fatos e acontecimentos, e através dos quais a história se legitima.

Buscando esse legado dos lugares memórias existentes, resgata-se a memória de uma localidade, guardadas muitas vezes nesses locais que tendem a passar despercebidos pela falta de valorização. Por inúmeras vezes esses lugares são perdidos por falta de políticas de preservação e conservação, principalmente dos órgãos públicos, que deixam a mercê do tempo, bens e legados de importante valor histórico e cultural.

O espaço geográfico como lugar de memória constrói-se a partir das experiências cognitivas, das significações, dos imaginários e das subjetividades dos diferentes grupos sociais. Trata-se de um espaço

de interação, carregado por um forte sentimento de territorialidade, apropriado físico e espiritualmente por um determinado grupo social. (CARVALHO, 2011)

As mudanças ocorridas no mundo permitiram a partir de 1960 um novo olhar sobre a preservação desses lugares memória. A determinação do lugar-memória feita através da sua transformação em patrimônio, nem sempre foi unanimidade nas tentativas de preservação da memória tangível. No início das políticas de preservação valorizava-se somente o monumento e não as áreas de interesse a serem protegidas. A modificação neste pensamento aconteceu quando do redirecionamento das tentativas de preservação, o monumento passou a ser encarado como algo a ser conservado, não só pela memória, mas também pelo retorno econômico que proporcionaria para a sociedade.

Nesse contexto buscou-se realizar esse trabalho cujo objetivo é revelar a importância da fábrica Santa Amélia como patrimônio cultural e lugar de memória para os moradores do centro histórico de São Luís e adjacências.

A formação histórica de São Luís remete a vários períodos, alguns de glória e outros de decadência. Resultado dos momentos gloriosos encontra-se hoje protegido um grande acervo arquitetônico no Centro Histórico de São Luís. Uma das euforias econômicas mais significativas historicamente foi o período de industrialização que viveu o Maranhão que ocasionou a construção de um importante parque industrial. O setor industrial do Estado do Maranhão destacou-se consideravelmente no final do século XIX, voltando-se principalmente para o ramo têxtil. Nessa conjuntura se insere a fábrica Santa Amélia que teve grande representatividade no desenvolvimen-

to econômico de São Luís na época. Localizada na Rua Candido Ribeiro, faz parte do grande acervo arquitetônico da cidade de São Luís – MA, tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAN em 1 de julho de 1987, sendo portanto considerada monumento nacional. É considerada patrimônio não só pela sua arquitetura mais também por ter sido um grande marco da ‘era industrial’ de São Luís, com o apogeu do setor industrial, sendo esta uma das mais importantes fábricas de tecido do estado. Na década de 80 do século XX foi desapropriada a referida fábrica pelo Governo Federal e entregue à Universidade Federal do Maranhão – UFMA para constituir espaço de realização de atividades culturais. Visando a reconstituição de um acervo arquitetônico e cultural a UFMA está revitalizando a fábrica Santa Amélia para ocupar os Cursos de Turismo e Hotelaria tendo em vista uma nova dinâmica social, cultural e econômica.

A fábrica fez parte de um projeto maior de desenvolvimento da indústria no Maranhão participando de uma efêmera fase de pujança econômica da cidade deixou marcas na paisagem de São Luís não apenas no sentido material, mas, sobretudo na imaterialidade das relações formadas com quem conviveu com os seus tempos de glória e hoje convive com as suas ruínas. O sentimento que a fábrica desperta na população que com ela manteve ou mantém algum vínculo é principalmente o de pertencimento. Para Carlos (1996; 16) “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento de vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”.

Nesse sentido, entende-se que a memória ainda pode ser registros de experiências vivenciadas que perpetuam lembranças de lugares e acontecimentos e geram uma série de sentimentos, como diria Gastal (2002; 77) “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo”.

A imaterialidade contida na materialidade da fábrica Santa Amélia revelada através das memórias que resistem ao tempo revelam a sua importância para a identidade local. Freire (1997: 45) exemplifica quando relata que “A memória [...] as mais aparentemente insignificantes lembranças são artigo de valor, sendo necessário guardá-las com cuidado, sabendo do risco que se corre com a perda desse que é o nosso mais valioso e invisível patrimônio”.

E é a partir desses conjuntos de memórias de antigos residentes do centro histórico de São Luís e adjacências que conseguimos formar um panorama do passado, que não revelado pelo lugar físico, mas sim pelas histórias e experiências de vida, guardadas ainda no imaginário desta população, que possui como ferramenta de transmissão deste legado a comunicação oral de suas existências, deixando para seus descendentes e pessoas que visitam a fábrica Santa Amélia. Gastal(2002:77) ainda revela que “as diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita”. E são estas memórias que dão forma ao lugar de memória que transformam-no em um lugar singular e que revelam a importância da preservação da fábrica Santa Amélia e das memórias dos seus antigos e atuais residentes.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Em busca de revelar a importância da fábrica Santa Amélia como lugar de memória o presente trabalho utilizou-se de pesquisas bibliográficas em dados primários e secundários, em materiais impressos, tais como revisões em literaturas especializadas, jornais, revistas, materiais publicitários e documentos (o qual consistiu no levantamento de informações precisas acerca do local trabalhado) e materiais disponíveis em sites na internet sobre a história, a estrutura e formação da fábrica Santa Amélia desde sua constituição até os dias atuais. A pesquisa configura-se como um estudo de caso. E houve a necessidade de um estudo de campo para que fossem feitas as observações necessárias e para o registro de fotografias.

Por meio de um estudo descritivo também se fez uso de métodos quantitativo e qualitativo através de coletas de dados realizadas no local. A pesquisa *in-loco* deu-se durante o mês de maio do ano de 2012, foram utilizados como técnicas de coleta de dados a entrevista e a aplicação de questionários, para Oliveira (1997) o método quantitativo é empregado no desenvolvimento de pesquisas descritivas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológicas e de administração e representa uma forma de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções, tendo então sido aplicado 50 questionários de perguntas fechadas com antigos e atuais residentes do centro histórico de São Luis e adjacências. Após a aplicação dos questionários, foi feito a tabulação dos dados para se obter os resultados pertinentes a pesquisa. A partir dos levantamentos, foi necessária a criação de um banco de dados que irá permitir a interação com a

comunidade local, a fim de dinamizar o uso da antiga fábrica Santa Amélia.

Para o método qualitativo utilizou-se da técnica de entrevista, a sua utilização requer, no entanto, planejamento prévio e manutenção do componente ético, desde a escolha do participante, do entrevistador, do local, do modo ou mesmo do momento para sua realização (BICUDO, 2006), pensando nisso a entrevista foi realizada com 01(uma) ex-moradora do local, que vivenciou diretamente os tempos de funcionamento da fábrica Santa Amélia, através de perguntas pré-programadas pela equipe, porém, ao longo da mesma, de acordo com os questionamentos, foram realizadas perguntas não estruturadas, que foram gravadas e transcritas para não comprometer a autenticidade das falas.

A metodologia utilizada permitiu mensurar a relevância da fábrica Santa Amélia como patrimônio histórico e lugar de memória para os residentes desta localidade. A escolha do público em questão proporcionou maior confiabilidade aos dados coletados, uma vez que estes detêm conhecimento de vida e teórico referente à temática em questão.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com a finalização da pesquisa foi possível verificar que a sacralização desse imóvel representante de um período representativo da economia maranhense, através do instrumento de tombamento coincide plenamente com a eleição popular dos lugares que devem ser preservados para a posteridade. A fim de melhor avaliar o significado da fábrica Santa Amélia no contexto histórico e cultural

para a comunidade vizinha, a presente pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira consistiu em um levantamento quantitativo, realizado por meio de questionários de perguntas fechadas, aplicados em Maio de 2012. A segunda etapa caracterizou-se por uma avaliação qualitativa a partir de uma entrevista realizada com uma ex-moradora do Centro Histórico de São Luís, que conviveu com a fábrica Santa Amélia durante os anos de seu pleno funcionamento.

### **3.1 Avaliação Quantitativa**

Para a aplicação dos questionários, selecionaram-se residentes das regiões vizinhas à antiga fábrica, com idade entre 51 (cinquenta e um) e 60 (sessenta) anos. Esta faixa etária foi considerada ideal para a escolha dos indivíduos a serem questionados, pois os entrevistados ainda possuem memórias vivas da época, além de a terem vivenciado em sua juventude. Dentro deste critério, foram aplicados 50 (cinquenta) questionários, sendo que 85% das pessoas entrevistadas eram do sexo feminino e 15% do sexo masculino.

Apesar da adoção do critério acima citado, que objetivava a seleção de pessoas que vivenciaram o dia-a-dia da fábrica, a análise dos dados mostrou que 80% não vivenciaram o dia-a-dia da fábrica, apenas 20% dos entrevistados chegaram a conhecê-la de fato. Esse baixo percentual deve-se ao fato de que a maioria dos entrevistados são moradores recentes do Centro Histórico ou regiões vizinhas, além de que os moradores mais antigos ou se mudaram ou já faleceram. Quanto à representatividade da fábrica em suas vidas, 75% disseram que a mesma não representa nada, e 25% dos moradores

disseram que representa trabalho. Quando questionados sobre os benefícios que a comunidade local receberá com a mudança dos cursos de turismo e hotelaria da UFMA para a fábrica 65% responderam que vai trazer mais segurança para o local, 25% disseram que vai gerar mais oportunidades para os jovens e 10% disseram que vai melhorar a infraestrutura. Quando questionados se consideravam a fábrica como lugar de memória, 80% disseram que sim e 20% disseram que não. Constatando que os moradores consideram a fábrica importante, no que tange ao conjunto arquitetônico e ao período histórico de grande valia para a sociedade, tanto que a consideram como lugar de memória.

A falta de convivência com a fábrica, contudo, não faz com que a fábrica tenha pouca importância para a comunidade local. Segundo os resultados da pesquisa, 80% dos entrevistados a consideram um marco do local, por fazer parte da memória de seus antepassados. A sua representatividade para o resgate da história da comunidade é tamanha que, mesmo permanecendo vários anos fechada, a fábrica Santa Amélia ainda continua ativa no imaginário dos moradores, mesmo aqueles que não foram seus contemporâneos. A conservação da memória da comunidade pode ser justificada por Thompson (1998:21), que afirma que “por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores, vindos de fora, podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história”.

### 3.2 Avaliação Qualitativa

Segundo Lozano (2001:17), “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimento histórico, científico e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência ‘dos outros’”. Com esta visão, a segunda etapa da pesquisa buscou entrevistar algum ex-morador do local na época de funcionamento da fábrica, com o propósito de extrair suas impressões e relatos sobre o tema.

A ex-moradora escolhida, Elza Rodrigues, de 66 anos, viveu sua juventude durante o apogeu da Fábrica Santa Amélia e seu relato permitiu trazer à tona memórias de uma época em que São Luís era ainda pequena, concentrando a vida urbana em ruas como Cândido Ribeiro e Rua do Norte, além de praças como a da Alegria.

Em 1950 a entrevistada morava na Rua da Misericórdia, próxima à Cândido Ribeiro e, por isso, passava diariamente em frente à fábrica. Segundo ela, a fábrica ficava instalada em um prédio grande e de cor amarela, com janelas que davam para a Cândido Ribeiro. O maquinário, enorme e localizado em amplos salões, funcionava durante todo o dia, propiciando, de acordo com dona Elza, “(...) prazer para aqueles que por lá passavam e viam o fio se tornar tecido”.

Ao ser questionada sobre a importância do prédio para a memória do lugar, a mesma afirma que, até hoje, todas as vezes que passa pelo local, transmite a história para seus filhos e netos. Na concepção de Bolle (1984: 12), “nessa comunicação de pai para filho, tem-se literalmente a transmissão de um patrimônio, um elo de continuidade de geração para geração”. E é através deste relato tão vivo, tão minucioso que dona Elza consegue até hoje se lembrar dos

ruídos produzidos pelo maquinário daquela fábrica “[...] havia muitas senhoras trabalhando na fábrica, até hoje posso escutar o barulho das máquinas tecendo o fio”. Esta colocação mostra que, uma simples memória, mesmo que caracterizada por um som ou uma rápida passagem visual, permite àqueles que ouvem o relato, identificar a mão-de-obra do local, sua estrutura e o produto que fabricava.

A entrevistada, por fim, afirma que, aos 66 anos, considera ter visto São Luís nascer, crescer e se desenvolver, e que a Fábrica Santa Amélia foi um importante fator para tal desenvolvimento, ficando marcada na sua memória de um tempo que passou e que com grande alegria ainda pode transmiti-lo.

#### **4 CONCLUSÃO**

Através desta pesquisa, foi possível analisar a importância que um patrimônio material pode ter além do seu espaço físico, incluindo nele o legado imaterial que perpetua - se na memória de um povo apesar do passar do tempo e das transformações sofridas nas suas paisagens. A fábrica Santa Amélia, por mais que tenha permanecido inativa como produtora têxtil até os tempos atuais, continua viva no imaginário mesmo de quem não vivenciou o seu cotidiano de glória, nem o momento de grande ascensão econômica da época. Sendo possível notar os bens imateriais contidos no local conservados pela recordação não só de uma, mais de várias memórias dos residentes desta localidade, que a considera um lugar memória. Desta forma, podemos observar que as memórias nascem das lembranças e acaba por eternizar lugares, remetendo a intensas percepções e fazendo

afflorar o sentimento de pertencimento a esse universo tão coletivo e ao mesmo tempo tão particular.

A pesquisa possibilitou verificar o valor da antiga fábrica Santa Amélia para os moradores do Centro Histórico de São Luís e bairros adjacentes. Constatou-se que a fábrica, ao longo dos anos, foi obtendo um valor para a sociedade de acordo com os vários momentos históricos.

A memória de acordo com Le Goff (1996) representa características importantes na conservação de certas informações, proporcionando o deslocamento a um conjunto de elementos psíquicos, em que o indivíduo poderá modernizar informações acontecidas. Logo, a Fábrica Santa Amélia tornou-se muito mais do que um simples edifício que compõe um acervo arquitetônico, tornou-se para os residentes daquela localidade, símbolo de uma época de uma riqueza e de uma opulência que de fato nunca lhes pertenceu mas que de alguma maneira eles ou seus antepassados também usufruíram.

## REFERÊNCIAS

BICUDO, F. A entrevista- testemunho: quando o diálogo é possível. Revista Caros Amigos. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=333DACOO1>>. Acesso em 17 de mar. 2011.

BOLLY.W.(1984) “**Cultura, patrimônio e preservação: Texto I**”. In: Amarantes, A. A. (org.).*Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11-23.

CARLOS, Ana Fani,A.1996.O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec.

GASTAL. S. 2002 “**Lugar de memória :por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local**”. In: Gastal. S.(org.). *Turismo investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, p. 69-81.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 1996.

Losano, J.E.A. (2001) “**Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**” In: Ferreira M.M; Arnaldo, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV. P.15-25.

OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 1997.

THOMPSON, Paul. (1998) “**A voz do passado: história oral**”. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.





## A AÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELÉM, PARÁ

*Merabe Carvalho Ferreira da Gama<sup>4</sup>*

### RESUMO

Analisa a realidade dos bibliotecários nos órgãos de proteção ao patrimônio cultural em Belém, Pará, em dois momentos distintos: o primeiro em 2009 e o segundo em 2013. A pesquisa aconteceu em dois momentos com o objetivo de comparar os resultados a priori e a posteriori, possibilitando verificar se havia diferenças nos resultados entre as duas etapas. Nos dois momentos, procura-se compreender como se dá a atuação desses profissionais no campo do Patrimônio Cultural, levantando as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários referentes ao envolvimento da Biblioteconomia com a temática do patrimônio cultural, demonstrando, assim, a relação que pode haver entre o bibliotecário e a cultura.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural - proteção. Bibliotecários. Biblioteconomia e Cultura.

### RESUMEN

Analiza la realidad de los bibliotecarios en los órganos de protección al patrimonio cultural en Belém, Pará, en dos momentos diferentes: el primer en 2009 y lo segundo en 2013. La investigación ocurrió en dos etapas con el objetivo de hacer una comparación de los resultados a priori y a posteriori, lo que permite comprobar si hay posibles diferencias en los dos resultados entre las dos etapas. En los dos casos el objetivo central es la comprensión de la actuación del bibliotecario en el campo del patrimonio cultural. Para eso, se realizó un levantamiento en los órganos de protección del Patrimonio Cultural, conociendo las actividades desarrolladas

---

4 Universidade Federal Rural da Amazônia (merabe.carvalho@ufrpa.edu.br).

por los bibliotecarios referentes al involucramiento de la Bibliotecología con la temática del Patrimonio Cultural, lo que demuestra la relación que puede haber entre el bibliotecario y la cultura.

**Palabras clave:** Patrimonio cultural - Protección. Bibliotecarios. Biblioteca y Cultura

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio é considerado pelos especialistas como uma herança deixada pelos antepassados. Entretanto, ao longo do tempo, o significado do termo patrimônio passou a se referir aos bens de determinados grupos sociais, repassados às gerações futuras a fim de transmitir seus conhecimentos e seu poder de dominação (MURGIA; YASSUDA, 2007).

A preocupação em preservar o patrimônio tem seus primeiros registros nos antiquários, humanistas que pesquisavam as antigas civilizações. Entretanto, as transformações ocorridas com as teorias iluministas e a revolução industrial impulsionaram para o surgimento da preocupação com a preservação do patrimônio cultural (MURGIA; YASSUDA, 2007).

Atualmente, existem inúmeros dispositivos legais de proteção ao patrimônio cultural, desde a Constituição Brasileira e leis complementares em nível nacional, estadual e municipal. A preocupação com o Patrimônio cultural é revelada também na criação de órgãos de proteção ao patrimônio cultural, bem como no clamor da sociedade civil organizada para que seus bens culturais sejam protegidos.

Dessa forma, sendo o patrimônio cultural um campo abrangente, envolve a atuação de profissionais de diferentes áreas, entre

eles, historiadores, arte-educadores, pedagogos, turismólogos, arquitetos e por que não dizer os bibliotecários, pois, tal como asseguram as leis federal, estadual e municipal, são protegidos também o patrimônio documental e arquivístico.

Assim, este trabalho visa analisar o papel do bibliotecário neste contexto, sua atuação e seu aproveitamento pelos órgãos de proteção com atuação em Belém, acreditando que este profissional pode contribuir não somente para os processos de tratamento, organização e conservação do acervo, mas principalmente para fazer da biblioteca um lugar de prática cultural, indo além das paredes das unidades de informação, trabalhando com profissionais de outras áreas na incessante busca de valorização e preservação do patrimônio cultural.

Nesta direção, os objetivos deste trabalho são: levantar a presença e a ausência do profissional bibliotecário nas instituições de proteção ao patrimônio cultural em Belém, Pará; identificar se os bibliotecários dessas instituições têm ou não participado de ações relacionadas à pesquisa, à preservação e à disseminação de informações sobre o patrimônio cultural em Belém; verificar se os profissionais dessas instituições têm se envolvido no aperfeiçoamento e na capacitação para a atuação no campo do patrimônio cultural e levantar possibilidades de atuação do profissional bibliotecário no campo do patrimônio cultural.

## **2 PATRIMÔNIO CULTURAL**

No Brasil, a preocupação com a proteção ao patrimônio cultural, começa a ser valorizada e discutida a partir da década de 20 do século passado, quando nasce no Movimento Modernista uma

preocupação dos intelectuais em resgatarem as raízes da cultura brasileira. Tal movimento buscava a criação de uma arte brasileira que retratasse a nação, enquanto pretendia inserir o Brasil nas grandes transformações que vinham acontecendo mundialmente. O movimento dava ainda uma ênfase à produção artística e ao caráter cultural do país (SIMÃO, 2006).

Legalmente, de acordo com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p.20)

Desse modo, verifica-se que o patrimônio cultural é formado tanto pelos bens tangíveis, quanto intangíveis da nação, sendo formado tanto pelo patrimônio imaterial, quanto o patrimônio material, além do patrimônio natural e documental.

O patrimônio cultural imaterial, chamado também de intangível, refere-se aos saberes, habilidades, crenças, práticas, manifestações, tradições e modos de ser de uma comunidade ou grupos de indivíduos, que são repassadas às futuras gerações. (IPHAN, 2007).

Por sua vez, o patrimônio material constitui-se de bens imóveis e móveis. Os bens imóveis podem ser do tipo edificado, como museus, casas, igrejas, ou ainda do tipo urbanísticos, como praças, centros e sítios históricos, cidades, incluindo sua paisagem, os conjuntos urbanos de especial importância paisagística e ambiental. Já os móveis são os objetos (artesanato, escultura, obras de arte, livros e documentos) (PARÁ, 2009).

Já o patrimônio natural foi definido pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovida pela UNESCO, em 1972, como:

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico, os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972, p. 178).

A legislação sobre o Patrimônio Natural no Brasil é ampla; geralmente está ligada ao Direito Ambiental, como o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Entretanto, destaca-se a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e criou a Reserva Particular do Patrimônio Natural, que de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2009, [n. p.]) “é uma unidade de con-

servação em área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”.

Finalmente, o Patrimônio Documental é o conjunto de documentos de valor histórico e cultural. Através da salvaguarda desses documentos é possível resgatar a identidade de uma nação e conhecer sua história, sua cultura e manter a sua memória.

A importância da salvaguarda do conhecimento é algo pensado pelo homem há vários séculos. Da antiguidade até os dias atuais muito foi repensado e melhorado. Atualmente a UNESCO possui um programa intitulado Memória do Mundo, que identifica documentos ou conjuntos documentais, que possam estar em risco ou ainda que possuam valor de patrimônio documental da humanidade” (ARQUIVO NACIONAL, 2009). O Programa Memória do Mundo registra os documentos no Registro Internacional de Patrimônio Documental, e possibilita a preservação deste patrimônio. Diante dessa realidade, no Brasil, foi criado desde 2004, um comitê responsável por este registro (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

Cumprido ressaltar que independente do tipo de patrimônio, a atuação do bibliotecário se faz fundamental, uma vez que este é o profissional responsável pela disseminação da informação. Para Magalhães (1985 *apud* PARÁ, 2002, o melhor guardião de seu patrimônio é a própria comunidade, que para preservá-lo, é necessário que a mesma conheça seu patrimônio e seja sensibilizada quanto à importância de preservá-lo. Assim, o bibliotecário, independente do tipo de instituição, em que atue, vinculadas aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, como Museus, Arquivos ou bibliotecas públicas, pode ser visto como um agente que atua na preservação do patrimônio cultural de uma sociedade por meio da disseminação da

informação, fazendo com que a sociedade conheça seu patrimônio e assim proteja-o.

### **3 ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL COM ATUAÇÃO EM BELÉM, PARÁ**

Tendo em vista o cumprimento das ações de proteção ao patrimônio cultural, o Estado criou órgãos e mecanismos de proteção a este patrimônio. Trabalhando em parceria, as instituições nas esferas federal, estadual e municipal, promovem as ações de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, nos respectivos estados e municípios dessa nação.

Atualmente, o estado do Pará possui três instituições de proteção ao Patrimônio Cultural: em nível nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em nível estadual, a Secretaria de Estado de Cultura, através da sua Diretoria de Patrimônio, por meio de seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) e do Arquivo Público do Estado do Pará, este responsável pela guarda do patrimônio documental do Estado e em nível municipal, a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). Assim, estas esferas, de um modo geral, são instâncias governamentais que podem atuar na proteção do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial.

O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que tem por função maior a preservação do patrimônio cultural nacional. O IPHAN possui superintendências em vários estados brasileiros, dividindo-se em vinte e uma superintendências regionais (IPHAN, 2007).

No Pará, o IPHAN desenvolve suas ações como órgão protetor do patrimônio cultural, na esfera federal, através da 2ª Superintendência regional do IPHAN, que protege inclusive os bens do estado do Amapá. Nestes estados, a 2ª Superintendência Regional do IPHAN, juntamente com o apoio dos governos estaduais e municipais e também com a sociedade organizada, desenvolve ações de identificação, registro, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 1991).

No município de Belém, diversos bens estão sob proteção federal, entre eles podemos destacar o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, registrado em 05 de outubro de 2004, no livro de Registro das Celebrações; o Palácio Antônio Lemos, tombado em 07 de julho de 1942, no livro Belas Artes, o Forte do Castelo, em 28 de agosto de 1962, no livro Histórico, o Cemitério da Soledade, em 23 de janeiro de 1964, no livro Arqueológico, o Teatro da Paz, registrado em 21 de junho de 1963, no livro histórico e um dos bens mais famosos, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-peso, registrado nos livros Belas Artes, Arqueológico e Histórico, em 09 de novembro de 1977 (PARÁ, 2009c).

Na esfera estadual há a Diretoria de Patrimônio, vinculada a SECULT. Com a promulgação da Lei Estadual nº 4.589/1975 (PARÁ, 1975), a preservação do patrimônio cultural do estado do Pará ficou sob a competência do Departamento de Cultura, através da Divisão de Tombamento do Patrimônio Cultural. As funções que foram destinadas em 1975 ao Departamento de Cultura e suas divisões pertencem hoje à Diretoria de Patrimônio, a qual estão vinculados o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC).

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) existente há mais de um século, é responsável pela guarda do patrimônio documental do Estado do Pará e possui cerca de quatro milhões de documentos que integram diversos fundos. O acervo documental do APEP é composto por manuscritos e materiais bibliográficos (PARÁ, [200?]). Entre os principais estão os dos poderes estaduais executivo, legislativo e judiciário. Seu acervo possui peças antigas do período colonial e imperial constituindo assim o patrimônio documental do estado do Pará (PARÁ, 1995).

Sua função é preservar e guardar a memória paraense por meio dos documentos armazenados ali, que contam parte da história paraense, como os movimentos populares, a própria Cabanagem, a escravidão negra e indígena, a posses de terras, dentre outros fatos históricos.

Por sua vez, o DPHAC é um departamento da Diretoria de Patrimônio da Secretaria de Estado de Cultura. Dentre as muitas atribuições do DPHAC, a que ganha destaque é “garantir e incentivar a preservação dos bens culturais do Estado do Pará, destacando seu valor histórico, arquitetônico, artístico e paisagístico”, pois encerra em si a função primordial desse departamento, que é a proteção do patrimônio cultural do Estado do Pará.

Este departamento é dividido sistematicamente em quatro setores: Análise de Projetos, Educação Patrimonial, Setor de Pesquisa e Biblioteca, que executam as principais atividades do departamento, como o registro de bens culturais, a realização de atividades relacionadas à Educação Patrimonial, que tem por objetivo, sensibilizar a comunidade para a conservação de seu patrimônio, além de análises e aprovações de projetos de reformas em prédios tombados ou locali-

zados em áreas de entorno de bens tombados. O setor mantém ainda uma biblioteca especializada na área de patrimônio histórico.

Na esfera municipal, em 1989 foi criada a FUMBEL, através da Lei Municipal Ordinária 7.455, datada de 17 de julho de 1989, com as seguintes atribuições: planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades de cultura no Município de Belém (BELÉM, 1989). Em sua criação esta fundação incorporou as funções do Museu da Cidade de Belém, ao mesmo tempo em que foi extinto o Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), o qual era o responsável pela coordenação dos eventos culturais de Belém (FUMBEL, 2009).

A lei que criou a FUMBEL instituiu em sua administração a Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural, que realizaria o inventário e a fiscalização da conservação e restauração dos bens culturais imóveis e móveis de Belém (BELÉM, 1989).

Esta divisão já possuiu em seu quadro, profissionais bibliotecários e um pequeno acervo especializado em patrimônio. Tal acervo, atualmente faz parte do Museu de Arte de Belém. Ao longo do tempo, a divisão passou a ser o Departamento de Patrimônio de Patrimônio Histórico – DEPH, que juntamente com a Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha e o Museu de Arte de Belém (MABE) - também pertencente à FUMBEL - são responsáveis pela divulgação, proteção e promoção do patrimônio cultural de Belém.

As instituições vinculadas a FUMBEL, que possuem bibliotecários em seus quadros são a Biblioteca Pública Avertano Rocha e o Museu de Arte de Belém.

A Biblioteca Pública Avertano Rocha, funciona em um prédio histórico do século XX denominado Chalé Tavares Cardoso (FUM-

BEL, 2006). Atua na elaboração de diversos projetos de incentivo a cultura e a leitura, resgatando a cultura local e promovendo a sua disseminação por meio desses projetos culturais.

Já o Museu de Arte de Belém passou a compor o organograma da FUMBEL em 1991 e seus principais objetivos são a preservação da memória e a difusão de bens culturais paraenses, através de exposições e ações de divulgação e educação patrimonial (FUMBEL, 2009b).

#### **4 METODOLOGIA**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa. A primeira etapa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico. A segunda etapa foi dividida em dois momentos: o primeiro, em 2009, foi dedicado à coleta de evidências da presença do profissional bibliotecário, junto aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural em Belém, Pará, em nível nacional, estadual e municipal. Em seguida procedeu-se a realização de entrevistas individuais junto aos profissionais bibliotecários atuantes nos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, buscando saber em quais atividades estes profissionais estavam atuando, a capacitação profissional dos mesmos, promovida por suas respectivas instituições e uma análise do aproveitamento do bibliotecário na instituição. A pesquisa, nesta direção, seguiu a uma abordagem exploratória, dada a necessidade de um primeiro levantamento deste tipo na realidade de Belém.

Já no segundo momento, em 2013, foi aplicado um questionário aos bibliotecários dos mesmos órgãos de proteção ao patrimônio cultural em Belém, com o objetivo de investigar se a atuação

dos mesmos no patrimônio cultural havia sofrido mudanças, desde a primeira pesquisa, em 2009 e por fim, proceder uma comparação dos resultados obtidos nos dois momentos da pesquisa.

Cumprе ressaltar que na elaboração deste trabalho foram ainda realizadas pesquisas que resgatassem o histórico, a função e a atuação dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural em Belém, identificando ainda nestes, onde estavam lotados os bibliotecários.

## 5 RESULTADOS

As bibliotecas podem ser vistas como um lugar de memória (OLIVEIRA; SANTOS, 2009), considerando sua função de guardar a memória de um povo através dos registros bibliográficos produzidos pelos autores, selecionando, organizando, recuperando e disseminando tal produção. Foi graças a esses registros que a humanidade pôde resgatar o passado de seus antecedentes e construir sua história, conhecer sua cultura, seu patrimônio.

Neste capítulo é analisada a atuação do profissional bibliotecário no campo do patrimônio cultural, mais precisamente em Belém do Pará; são apresentadas as atividades que estão sendo desenvolvidas por estes profissionais dentro dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, com atuação em Belém.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos nos dois momentos da pesquisa.

A pesquisa constatou que nos órgãos de proteção ao patrimônio cultural com atuação em Belém, todos possuíam profissionais bibliotecários, em seus quadros, com exceção do IPHAN, no qual, em 2009, havia ocorrido pedido de exoneração do profissional. Em

2013, foi constatado que o órgão ainda continua sem o profissional bibliotecário, apesar de haver previsão no quadro funcional. Por sua vez na esfera estadual, houve uma redução do número de bibliotecários, em razão de pedidos de exoneração.

Em relação às atividades realizadas por esses profissionais no campo do patrimônio cultural, foram citadas em 2009:

- Elaboração de projetos culturais;
- Organização de palestras e/ou exposições voltadas para o Patrimônio Cultural;
- Atuação em atividades de Educação patrimonial;
- Participação na confecção de publicações relacionadas ao patrimônio cultural;
- Normalização de publicações relacionadas ao patrimônio cultural;
- Processamento técnico em bibliotecas especializadas em Patrimônio Cultural;
- Atendimento aos usuários nas bibliotecas especializadas em Patrimônio Cultural;

Em 2013, quando questionados sobre as atividades exercidas, os profissionais forneceram respostas similares as encontradas em 2009, citadas acima.

Quanto à capacitação dos bibliotecários para atuarem no campo do Patrimônio Cultural, em 2009 todos os entrevistados responderam que nunca receberam capacitação específica para atuarem nesta área. Por outro lado, em 2013, os resultados se mantiveram para os órgãos da esfera municipal, enquanto que na esfera estadual, percebeu-se uma mudança, pois alguns bibliotecários participaram

de cursos voltados a esta área. Na esfera federal não foi possível obter resposta uma vez que o órgão está sem o profissional.

Por último, os bibliotecários foram convidados a responder sobre quais outras atividades, considerando a interdisciplinaridade do bibliotecário, poderiam ser desenvolvidas por esse profissional no campo do patrimônio cultural. Tanto em 2009, quanto em 2013, os profissionais citaram algumas atividades como restauração de documentos históricos e a participação no desenvolvimento de programas específicos para o Patrimônio Cultural.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, verificou-se que há a presença do profissional bibliotecário nos órgãos de proteção ao patrimônio cultural em Belém do Pará. Porém, dependendo do órgão em que atuam esta presença tem maior ou menor visibilidade, ou seja, maior ou menor participação profissional. Com efeito, constatou-se que a situação desses bibliotecários nestes órgãos difere em cada esfera governamental.

Em nível municipal, os profissionais estão mais voltados para a realização de serviços tradicionais da Biblioteconomia. Entretanto, o caso da Biblioteca Municipal Avertano Rocha chama atenção, pois no passado houve uma participação maior destes profissionais na execução de atividades culturais, inclusive da difusão de informações sobre o patrimônio cultural, o que decresceu e hoje raramente acontece.

Em nível estadual, têm-se profissionais ligados diretamente à questão do patrimônio cultural como acontece no Arquivo Público,

onde os bibliotecários atuam na elaboração e na execução de projetos culturais, sendo estes voltados para a proteção de divulgação do patrimônio documental, assim como em outras ações relacionadas com o patrimônio cultural, tal como ocorre no DPHAC.

Em nível federal, como já destacado neste trabalho, não houve como constatar a participação dado o pedido de exoneração do profissional.

Quanto à capacitação profissional oferecida pelas instituições em que atuam, verificou-se que em nível municipal raramente esta é oferecida. Já em nível estadual, a capacitação profissional é ofertada, porém, ainda é tímida, ou seja, os profissionais sentem a falta de cursos de atualização voltados especificamente para pessoal ligado às bibliotecas e Arquivos, tal como se levantou entre os entrevistados do Arquivo Público, dentre os quais alguns se queixaram da falta de atualização para trabalharem na identificação de documentos antigos.

A análise da situação desses bibliotecários permite constatar que tal profissional poderia ser mais aproveitado nos órgãos de proteção ao patrimônio cultural e, em contrapartida, os mesmos precisam engajar-se mais para que isso aconteça. Entende-se, desse modo, que as atividades tradicionais da Biblioteconomia não podem deixar de ser realizadas, principalmente, nos órgãos em que há bibliotecas, mas, há atividades diretamente ligadas ao patrimônio cultural como a Educação Patrimonial e a elaboração e execução de projetos culturais que podem ser executadas por estes profissionais.

As pessoas entrevistadas se sentem desvalorizadas pelo órgão em que trabalham devido à ausência de uma oferta de capacitação profissional pela própria instituição, pelos baixos salários e, ainda, em alguns casos, por acharem que as chefias não estão dando valor

à profissão de bibliotecário. Por outro lado, há que se refletir se esses profissionais têm conseguido mostrar às chefias como e no que podem contribuir a partir de suas habilidades e competências profissionais, o que abre caminho para estudos sobre tal questão no futuro.

Ainda assim, para uma participação efetiva nas ações institucionais de identificação, proteção e difusão do patrimônio cultural, os bibliotecários que trabalham nesses órgãos precisaram adquirir outros conhecimentos além dos de caráter técnico (catalogação, classificação, indexação, normalização etc.) que aplicam nas rotinas das unidades de informação.

Neste ponto, é preciso o domínio do instrumental teórico e metodológico sobre o campo do patrimônio cultural, inclusive dos mecanismos legais dão sustentação à gestão do patrimônio cultural. E, de certa forma, o domínio desses aspectos representam um desafio para esses profissionais, mas sem eles torna-se inviável uma participação mais efetiva nas ações institucionais, quer seja em nível federal, estadual ou municipal.

Contudo, o indivíduo deve lutar para sobreviver no *campo*, que no caso deste estudo foi tomado como o campo do patrimônio cultural. Assim, acredita-se que o profissional bibliotecário que trabalha nos órgãos ligados ao patrimônio cultural deve mostrar iniciativa, para se firmar como um indivíduo competente em sua profissão, agindo para que os outros indivíduos deste campo percebam a importância do profissional bibliotecário no patrimônio cultural. E se os profissionais em questão irão conseguir lograr nesse empreendimento é algo de está a depender do incentivo gerencial nesses órgãos públicos e da iniciativa pessoal de cada indivíduo.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Memória do mundo**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BELÉM. Lei Municipal Ordinária 7.455, de 17 de julho de 1989. Autoriza a criação da Fundação Cultural do Município de Belém e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município**, Belém, 21 jul. 1989. Disponível em: < [http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view\\_lei.php?id\\_lei=662](http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=662)>. Acesso em: 05 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < [http://www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cf215a216.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: < <http://www.agrisustentavel.com/doc/lei9985.htm>>. Acesso em: 28 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **FUMBEL**. Belém, 2009a. Folder.

\_\_\_\_\_. **O museu, o palácio**. Belém, 2009b. Folder.

IBAMA. **Reserva Particular do Patrimônio Natural**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Belém, 1991. Folder.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

MURGIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 12, n. 3, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/148/15>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

OLIVEIRA; Edileusa Santos; SANTOS, Ana Elizabeth Alves. A *inutilidade* dos lugares de memória: a “Biblioteca Verde” de Carlos Drummond de Andrade. **Revista Espaço Acadêmico**, [Salvador], n. 96, maio 2009. Edição Especial. Disponível em: < [http://www.espacoacademico.com.br/096/96oliveira\\_santos.htm](http://www.espacoacademico.com.br/096/96oliveira_santos.htm)>. Acesso em: 25 out. 2009.

PARÁ. Decreto nº 1.852, de 25 de agosto de 2009. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural paraense e cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial. **Diário Oficial [do] Estado do Pará**, Belém, 26 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. **Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural**. Belém, 2002. (Informar para preservar, 1).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. **Relação de bens tombados**. Belém, 2009c.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Turismo, Cultura e Lazer, 3).

UNESCO. Convenção do Patrimônio Mundial, 1972. In: IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília, DF, 1995. p. 175 –192. (Caderno de Documentos, 3).



**REGISTRO DO PATRIMÔNIO  
DOCUMENTAL SOBRE A URBANIZAÇÃO  
E O POVOAMENTO DE SÃO LUÍS:**  
reflexões a partir dos livros do Senado da  
Câmara municipal no período de 1689 a 1890

*Erivânia Menezes Dutra*<sup>1</sup>

*Cintia da Luz Santos*<sup>2</sup>

*Valdirene Pereira da Conceição*<sup>3</sup>

**RESUMO**

Investigação das diretrizes de povoamento e urbanização da cidade de São Luís registradas nos Livros do Senado da Câmara Municipal. Trata de um estudo exploratório de natureza analítico-descritiva que tem como objetivo identificar as diretrizes da gestão pública no que diz respeito à urbanização e povoamento da capital maranhense no período de 1689 a 1890. Descreve os livros do Senado da Câmara Municipal de São Luís, como um valioso bem cultural que trata do processo histórico de formação da cidade de São Luís, revelando aspectos como posturas sociais da época, normas de construções e outros assuntos da vida cotidiana e sua organização social, política e econômica, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Por meio da pesquisa documental, traça um panorama sobre o estado de conservação e preservação dos livros do Senado da Câmara Municipal bem como o uso desse patrimônio documental na manutenção da história e memória local. Define patrimônio documental como um conjunto de documentos que tem como finalidade preservar o valor histórico, que lhe foi atribuído quando este já ultrapassou sua função primeira que em sua maioria é administrativa. Apresenta como resultado da investigação, aspectos referentes a consertos de fontes e ruas, limpeza da cidade, arborização e alinhamento das ruas bem como a feitura de cal-

---

1 Universidade Federal do Maranhão (erivaniamenezes@hotmail.com).

2 Universidade Federal do Maranhão (Cintia\_fia@hotmail.com).

3 Universidade Federal do Maranhão (cvaldirene@bol.com.br).

çadas evidenciando assim, o ‘interesse’ da gestão pública, pela ordenação urbana da capital maranhense. Finaliza destacando que os livros do Senado que constituem o acervo documental da Câmara Municipal são uma importante fonte para pesquisa de nossa história, além de compor um valioso conjunto documental de São Luís; e que em virtude de suas características culturais de valor permanente, urge a necessidade de sua conservação e difusão. Cabe assim aos bibliotecários e arquivistas a responsabilidade no estabelecimento de metodologias, técnicas e tecnologia para que este patrimônio documental continue servindo de fonte para pesquisas e estudos sobre São Luís.

**Palavras-chave:** Livros do Senado da Câmara municipal de São Luís. Patrimônio documental. Urbanização e povoamento de São Luís.

## 1 INTRODUÇÃO

As rápidas mudanças nas áreas científicas, tecnológica, política e social observadas a partir do século XIX nos deixam claro um aumento substancial na complexidade dos documentos, a informação constituiu-se então como o principal elemento a ser considerado no desenvolvimento de qualquer atividade humana. Outro fator significativo é a diversidade de suportes, formatos e tipos de materiais informacionais que surgem a todo o momento ocasionando o que se convencionou chamar de explosão documental.

Foi essa explosão que veio reafirmar a importância dos centros de documentação, arquivos, museus e bibliotecas como instituições responsáveis pela guarda da informação, neste sentido “não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem no sentido da organização de seus acervos e no da transferência e disseminação da informação” (BELOTO apud MORAIS, 2005, p. 22). É de bom senso que as instituições culturais bem como a sociedade de modo

geral se dediquem a preservar a história, a memória e a identidade da humanidade, pois é certo que o tempo opera mais a favor do esquecimento do que da lembrança, revelando-se no abandono, na descaracterização, na perda ou mesmo no descaso com documentos, obras de arte, lendas, cultura popular, folclore e outros bens culturais. Assim, é necessário conservar os vários registros da vida de uma população para entender seu modo de viver, pensar, crer e produzir numa determinada época e lugar sejam eles, escritos, sonoros, visuais e / ou gráficos, eletrônicos e tridimensionais.

São Luís é uma cidade que tem salvaguardado em suas bibliotecas, museus e arquivos um vasto patrimônio documental, este patrimônio nos conta a história da cidade, desde sua construção até os tempos mais recentes. O patrimônio documental é um conjunto de documentos que tem como finalidade preservar o valor histórico, que lhe foi atribuído quando este já ultrapassou sua função primeira que em sua maioria é administrativa (MORAIS, 2005, p. 20). O patrimônio documental é também um bem da humanidade e precisa ser conhecido e protegido de geração a geração. Por meio desse bem cultural, é possível conhecer, compreender e valorizar a nossa história, a nossa memória e todos aqueles que ajudaram – e ainda ajudam – a construir essa história.

O patrimônio documental é um dos bens culturais que mais sofre a ação do tempo e, em muitos casos, não lhes são destinadas políticas públicas de preservação e conservação. Isso ocorre geralmente, pela falta de pessoal qualificado para tais atividades dentro das instituições de salvaguarda desses bens culturais e, consequentemente pela falta de uma política de gestão documental, criada somente em junho de 2011, no âmbito do Ministério da Cultura.

Em linhas gerais, a gestão documental abrange o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento de documentos de arquivo em fase corrente e intermediária, visando à eliminação ou ao recolhimento para a guarda permanente, conforme a Portaria nº 60, que estabelece a Política de Gestão Documental do Ministério da Cultura, tendo em vista o seu valor de prova, informação e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico. (MINC, 2011).

A responsabilidade de salvaguardar e preservar a produção intelectual do homem é um dos papéis das bibliotecas arquivos e museus, esta preservação ganhou novos desafios à medida que novos suportes foram surgindo e com eles à necessidade do desenvolvimento de novas técnicas bem como do aprimoramento das já existentes. A evolução do papel desde o papiro até a imprensa nos possibilita ter uma dimensão de como este suporte se transformou em um importante material para o registro da produção intelectual do homem.

Neste sentido destacamos neste trabalho os livros do Senado da Câmara Municipal por estes terem um grande valor histórico que nos permite identificar quais eram as diretrizes da gestão pública no que diz respeito aos aspectos de urbanização e povoamento da capital maranhense no período de 1689 a 1890. Por meio da pesquisa documental, se faz um incursão sobre o estado de conservação e preservação dos livros do Senado da Câmara Municipal bem como o uso desse patrimônio documental na manutenção da história e memória local.

## 2 OS LIVROS DO SENADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Os 166 livros que constituem o acervo da Câmara Municipal compõem o que podemos chamar de uma reunião de diversos documentos com uma gama informacional muita rica e variada, são, portanto uma importante fonte para pesquisa de nossa história além de um importante conjunto do patrimônio documental de São Luís.

Os livros da Câmara são registros das determinações e resoluções tratadas em Vereações no exercício do poder local. Trata-se de documentos originais cujas páginas contêm preciosas informações sobre o processo histórico de formação de São Luís entre as quais se destacam: as posturas sociais da época, as normas de construção, manutenção e pavimentação das ruas, concessões de terrenos, festividades civis e religiosas, sendo assim aspectos que retratam como era a vida cotidiana da cidade e sua organização social, política e econômica ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Entre as várias espécies documentais encontradas estão os comunicados, editais, circulares, ofícios, alvará, relatórios, decretos e correspondência cartas-régias.

No quadro 1 estão relacionados o período e o assunto dos livros do Senado da Câmara Municipal de São Luís.

Quadro 1: Livros do Senado Câmara de São Luís

DENOMINAÇÃO	TEMPO COBERTO	ASSUNTO
Livro dos acórdãos	1646 a 1828	Política indigenista, urbanização, religião, eleições entre outros.
Livro de Registro Geral	1689 a 1890	Editais, requerimentos, ofícios e posturas que foram emitidos pela Câmara.
Livro de Registro Ofícios e Portarias e da Câmara	1822 a 1830	Urbanização, cobranças, saúde, escravidão e outros.
Livro de registro de ofícios,	1832 a 1833	Documentos supracitados emitidos pelo
Livro de Registro de ofícios do Governo	1829 a _	Ofícios remetidos do Governo para Câmara.
Livro de Receitas e despesas	1689 a 1881	Trata das receitas e despesas referentes à Câmara
Livro copiador de cartas	1689 a 1720	Trata das cartas enviadas pela Câmara que tratam de ofícios, entre outros.
Livro de registro de cartas	1728 a 1803	Trata de cartas recebidas pelo Senado da Câmara de São Luís que tratam tratados e ofícios.
Livro de capítulo de correição	1744 a 1829	Trata das correições realizadas pela Câmara.
Livro de registro da Câmara	1753 a 1759	Documentos referentes ao funcionamento da Câmara.
Livro de registro de requerimento	1759 a 1782	Trata de requerimentos recebidos pela Câmara.
Livro de registro de edital	1774 a 1775	Trata de editais emitidos pela Câmara.
Livro de registro e alvará	1798 a 1811	Trata de alvarás régios.
Livro de finanças	1725 a 1883	Trata das finanças da Câmara.
Livro de registro de terreiro	1820 a 1829	Trata de mercados.
Livro de registro de leis e decretos de Portugal	1802 a 1822	Trata das determinações régios referentes a província do Maranhão.
Livro de registro de saída de Mercadorias	1822 a 1824	Trata das saídas de mercadorias de São Luís.
Livro de vereação da Câmara de Vinhais	1824 a 1829	Trata dos termos das vereações realizadas pela Câmara da vila de Vinhais.
Livro de registro de entrada de imigrante	1831 a 1853	Trata dos nomes, naturalidade e data de entrada de todos os estrangeiros que entraram no Maranhão nesta data.
Livro de registro de termo de juramento	1847 a 1872	Trata de termos de posse dos funcionários da Câmara neste período.

Livro de postura da Câmara	1866 a 1892	Trata das posturas que deveriam regular o cotidiano da cidade de São Luís.
Livro de registro de correspondência da Câmara	1696 a 1881	Trata das correspondências recebidas pela Câmara.
Livro de créditos	1870 a 1884	Trata das finanças da Câmara.
Livro de registro de Pessoal	1762 a 1877	Trata dos funcionários existentes na Câmara.
Livro de termos de contratos	1888 a 1957	Trata de todos os contratos referentes a Câmara.
Livro copiador de ofícios	1891 a 1896	Trata de ofícios recebidos pela Câmara.
Livro de termo de compromisso	1893 a 1929	Trata dos termos de compromisso dos funcionários da Câmara neste período.
Livro de conferências de contas e décimas urbanas e caixas	1898 a 1927	Trata de documentos onde estão registrados as casas, lojas e comércios referentes aos moradores e respectivos valores.
Livro de registro de títulos	1924 a 1927	Trata das nomeações dos funcionários da Câmara.
Livro de termo de aforamento	1718 a 1746	Trata das concessões de terras aos moradores da Província.
Livro de lista da companhia da nobreza	1689 a 1710	Trata dos nomes dos alferes, soldados que pertenciam à companhia.
Livro de termo de posse	1831 a 1835	Trata dos altos de posse dos presidentes, vereadores, deputados e funcionários da Câmara.
Livro de registro de atas das sessões da Câmara	1836 a 1850	Trata das pautas das vereações.
Livro de registro de pagamento	1889 a _	Trata dos registros da folha d pagamento dos funcionários da Câmara de São Luís.
Livro de protocolo	1935 a _	Trata dos registros de entrada e saída de documentos da Prefeitura Municipal de São Luís.
Livro de registro de vendas de áreas de bois abatidos	1804 a 1809	Trata do registro do número de vendas de bois abatidos pelo açougue.
Livro de registro de diversos contratos	1847 a _	Trata de contratos de vendas, aluguel, barracas do comércio.
Livro de registro de decretos, comunicados, circulares e correspondências da Presidência da Província a Câmara.	1844 a 1850	Trata de registro de mandado da Presidência da Província à Câmara para as providências cabíveis na Província.

Fonte: DUTRA; SANTOS; CONCEIÇÃO( 2013)

Como se pode observar no quadro 1, os Livros do Senado da Câmara são provenientes do registro feito das atividades diárias, ou seja, das atividades administrativas, cuja finalidade principal é servir de prova das ações realizadas por essa administração. Essa assertiva, se origina da concepção que se tem de documento do latim *documentum* como “[...] título ou diploma que serve de prova: documento histórico. Qualquer objeto ou fato que serve de prova, confirmação ou testemunho [...]” como informa Ferreira (2009, p.115).

O conteúdo comprobatório expresso nesses documentos reforça a importância e uso dessa materialidade em pesquisas de diversas áreas do conhecimento, uma vez que pode ampliar a compreensão e reconstrução sociocultural de um povo. Além disso, permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p.295).

Ao estudar este passado pode se observar e justificar que nem sempre a capital maranhense sofreu com a total falta de estrutura que hoje pode ser observada, com um simples passeio pelas ruas e avenidas.

## **2.1 O Livro de Registro Geral e a questão do povoamento e urbanização de São Luís**

O Livro de Registro Geral é composto de 25 volumes que compreendem o período de 1689 a 1890 e tratam das diretrizes emitidas pela Câmara a respeito de povoamento, urbanização, comércio, escravidão indígena, qualificação de ofícios e segurança pública. Para este estudo foram escolhidos os aspectos que tratam do povoamento e urbanização da capital maranhense.

Sobre o povoamento os registros de Cartas e Datas, Petições de terra, bem como registro de alvará que aprovavam licença para edificações de casas em lugares devolutos e registro de provisão são os que mais se destacam. Esses registros nos permitem compreender o processo de organização e povoamento da cidade de São Luis, possibilitando assim a realização de estudos referentes à construção do espaço urbano da cidade. O registro de Cartas e Datas nos possibilita observar como se dava a ocupação do solo pelos moradores pioneiros, os quais deram início à construção de moradia e também de forma indireta referem-se ao importante contingente humano que constituiu a cidade em sua fase inicial. Ao indicarem o beneficiado pela doação, estes deixam escapar alguns dados sobre sua condição social, os motivos pelos quais pedem terreno e a localização dos mesmos, constando o nome do pleiteante. Sobre este aspecto é necessário ressaltar que desde a fase inicial o povoamento da capital maranhense já sofria com a falta de controle e condições que deveriam ser ofertadas pela gestão pública para que a cidade crescesse e fosse povoada de forma a permitir que as pessoas tivessem o mínimo de infraestrutura e condições dignas de moradia.

Nos aspectos referentes à urbanização da cidade foram encontrados registrados documentos que tratam de consertos de fontes e ruas, limpeza da cidade, pavimentação, arborização das ruas, alinhamento de ruas e feituas de calçadas. Bem como registros de arrematação de contrato referentes a obras públicas, troca de nome de ruas e praças. A administração pública tinha interesse em garantir que fosse mantido o traçado da cidade, sobre este aspecto o Livro de Registro Geral (1753, p. 10) diz que:

[...] nesta cidade de São Luís do Maranhão em Casa de Câmara aí sendo presente o Juiz, vereadores e procurador do conselho comigo escrivão da Câmara aí pelo dito procurador foi requerido que é muito necessário a esta cidade o concerto da Rua Amiano Reis por ser uma das principais da cidade e por ela ser a passagem de maior concurso de gente e procissões como também requeram-se mandasse concertar a fonte da olaria por esta não lançar água nenhuma e sendo ela uma das principais fontes e de mais água e que seca ela por falta e concerto, parecia toda esta cidade e assim mais andasse a limpar a fonte da telha por esta quase toda entupida São Luís [...].

Observa-se que havia uma preocupação quanto à manutenção da estrutura da cidade, fica evidente que desde aquela época a cidade já necessitava de cuidados e reparos por abrigar em sua maioria construções antigas que exigem uma atenção redobrada a fim de que sejam preservadas. Salienta-se também que não somente naquela data, mas também hoje nossa cidade carece de atenção por parte da gestão pública, um breve passeio pelas principais ruas do centro nos apresenta uma triste realidade de descaso com esta que é uma cidade tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O descaso com a paisagem urbana de São Luís é perceptível, através do acúmulo de “lixo”, ocupação em áreas de risco, poluição do ar e das águas, entre outros. Sobre os problemas ambientais urbanos vivenciados hoje pelo nosso país, e guardadas às devidas proporções, por São Luís “[...] são na essência problemas decorrentes do descompasso entre o tempo da natureza - o das eras geológico - e do tempo da sociedade - o dos anos, dias e horas”. (SPÓSITO, 2003, p. 96).

Os Livros do Senado da Câmara nos permitem observar as implicações dos aspectos temporal, social e histórico no traçado urbano

da cidade, ou seja, os avanços e retrocessos desse processo de urbanização e povoamento que em geral aconteceu de forma descontrolada e desorganizada. Neste contexto, falar de povoamento, urbanização enfim de organização do espaço urbano, é algo complexo, uma vez que implica na elaboração de programas e projetos sociais de habitação, saneamento básico, isto é, de políticas públicas, pois envolve muitos interesses, principalmente dos gestores públicos.

### **3 CONCLUSÃO**

Sendo este um estudo preliminar, cabe salientar que foi realizada uma análise, ainda que breve das questões que envolvem os aspectos de urbanização e povoamento da cidade de São Luís sobre as perspectivas de como essa construção desordenada contribui para o que pode ser observado ao olhar para a capital maranhense e sua total falta de harmonia no que diz respeito a estes aspectos.

Cabe destacar o valor cultural e informacional dos Livros do Senado da Câmara Municipal de São Luís para pesquisa sobre a nossa história, uma vez que estes possuem uma ampla gama informacional sobre os mais diversos aspectos referentes a esta cidade. Em tais documentos, estão registrados as casas, lojas e comércios referentes aos moradores e respectivos valores.

Portanto é necessário que a conservação de documentos, que nos dão testemunho do seu desenvolvimento intelectual e comprovação dos fatos se consolide como uma tarefa essencial para que o homem possa conhecer e principalmente pesquisar sobre a sua própria história.

Aos bibliotecários, arquivistas e museólogos cabe desenvolver e aperfeiçoar todas as técnicas e metodologias para que não só estes, mas todos os acervos documentais sejam preservados e continuem a servir como fonte de pesquisa para os profissionais que estudam sobre a cidade de São Luís, bem como para a comunidade que precisa conhecer e valorizar esta que apesar de suas mazelas e problemas, é uma linda cidade que acaba de completar seus 401 anos de história, que muito ainda tem para ser explorada nos mais diversos aspectos: histórico, social e cultural. Tal função deve ser a mais importante ou pelo menos uma das primordiais para estes profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 60, de 13 de julho de 2011. Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Ministério da Cultura – MinC, cria a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SubSIGA/MinC e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/ MinC. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2012/02/11/portaria-n%C2%BA-602011minc-atualizada/>>. Acesso em 27 ago 2013.

CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

MORAIS, Cristina do Carmo. **Livros da Câmara municipal como resgate da memória do patrimônio cultural de São Luis**. Trabalho apresentado ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, 2005.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F.C. (Orgs.). **Políticas públicas de juventude**. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.



## **EL 2 X 4 LLEGA A LA ESCUELA** “Conociendo la cultura del tango como parte de nuestra identidad nacional”

*Patricia Alejandra Garachico<sup>1</sup>*

### **RESUMEN**

El tango fue declarado por la Unesco en septiembre de 2009 como Patrimonio Cultural Inmaterial Mundial. La distinción de este organismo internacional presupone no solo un reconocimiento para nuestro país y los hermanos uruguayos, a nuestra música ciudadana; sino que impone una responsabilidad; la de velar por su conservación. Conocer uno de los elementos de la identidad argentina, reconocido nos permite valorar nuestra cultura, es por este motivo que el objetivo de este trabajo es llevar a los alumnos de una escuela primaria pública el origen, la historia, los rasgos del tango como expresión cultural propia.

**Palabras clave:** Patrimonio, Educación, Identidad, Expresión cultural

## **O 2 X 4 CHEGA À ESCOLA** “Conhecer a cultura do tango, como parte de nossa identidade nacional”

### **RESUMO**

Tango foi declarado pela UNESCO em setembro de 2009, como Patrimônio Cultural Imaterial Mundial. A distinção desta organização internacional pressupõe não só uma valorização para o nosso país e os irmãos uruguayos, a

---

1 Técnica Universitaria en Gestión Cultural, graduada en la Universidad Nacional de Mar del Plata, cursando actualmente la Licenciatura en Museología y Repositorios Culturales y Naturales en la Universidad Nacional de Avellaneda, desarrolla proyectos educativos, de gestión cultural y de acercamiento a la comunidad sobre diferentes temáticas

nossa música, mas impõe uma responsabilidade, a de assegurar a sua preservação. Sabendo que um elemento de identidade argentina, nos reconheceu a valorizar nossa cultura, é por esta razão que o objetivo deste trabalho é levar os alunos em uma escola pública da origem, história, características do tango como uma expressão cultural próprio.

**Palavras-chave:** Herança, Educação, Identidade, Expressão cultural

*“El Patrimonio Cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores y sabios, así como las creaciones anónimas, surgidas del alma popular, y el conjunto de valores que dan sentido a la vida, es decir, las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo; la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas”*

***Conferencia Mundial de la UNESCO, Mexico 1982***

El tango argentino, nacido en los suburbios de la joven ciudad de Buenos Aires, surgió de un proceso cultural que fue articulando ritmos diferentes y hasta un lenguaje particular: el lunfardo.

Ligado a una estética especial y a un estilo de vida, pasó de los suburbios y conventillos a los clubes de barrio y a los teatros; para luego instalarse como una de las expresiones más importantes de la cultura popular argentina.

En su repertorio, los tangos abordan muy variadas temáticas: el amor (generalmente como una versión trágica de los vínculos), la ciudad, el barrio, la madre, la mujer, los amigos, los juegos de azar, entre otros.

Este proyecto se fundamenta en la necesidad de realizar entre los niños una aproximación lúdica y vivencial al universo del tango como expresión de la cultura popular argentina, explorando los ele-

mentos de la “cultura tanguera” que forman parte de nuestra identidad, recuperando las huellas del tango en nuestra propia historia.

Para esto se realiza una experiencia en la escuela primaria estatal “América” de la ciudad de Berisso, Provincia de Buenos Aires, Argentina, ubicada en la calle Nueva York, zona emblemática de la oleada inmigratoria, con los alumnos de 5° y 6° año, niños de 11 y 12 años Escuela de jornada completa, con una matrícula reducida, sus alumnos son provenientes de hogares de bajos recursos, con dificultades para el acceso a determinados bienes culturales

### **OBJETIVOS**

- Conocer las manifestaciones del tango en sus variadas expresiones
- Reconocer diferentes intérpretes y orquestas de tango
- Vincular la escuela con los referentes locales del tango
- Descubrir el tango en el ámbito familiar
- Propiciar la investigación, relevamiento y recopilación de documentos y objetos vinculados a la cultura del tango, resguardándolos como bienes patrimoniales.

### **ACTIVIDADES**

- Que los alumnos trabajen sobre el origen, la historia y el desarrollo del tango
- Que los alumnos trabajen el tango desde distintas asignaturas (Historia, Geografía, Música, Plástica, Lengua, etc.)
- Que los alumnos puedan tener acceso a ver y practicar la danza del tango
- Trabajar el tema del tango en las familias de cada alumno, a través de encuestas y entrevistas.
- Lograr la colaboración y participación de la familia (padres, abuelos, tíos, etc.) en la recopilación de la historia oral del tango

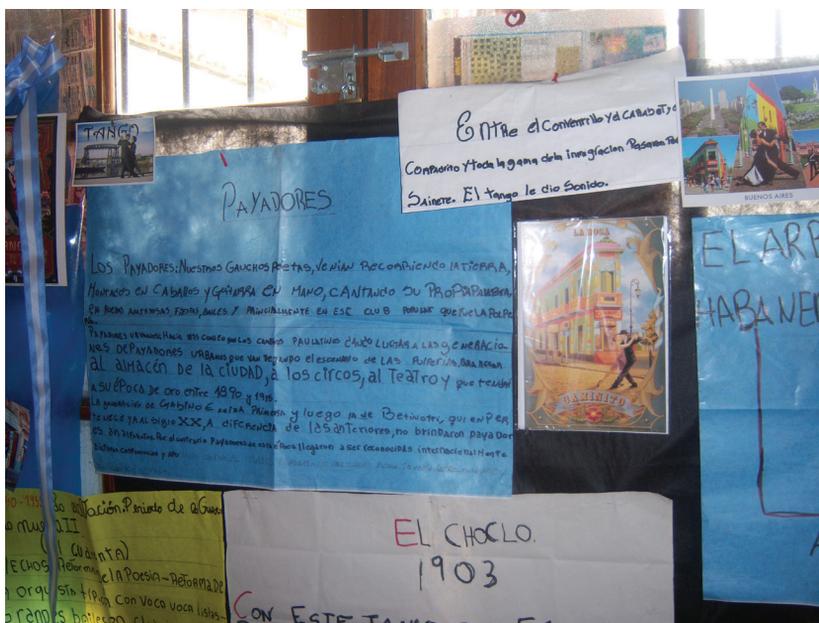
- Hacer un relevamiento y recopilación de objetos y elementos vinculados a la práctica y estética del tango con vistas a la conformación de un pequeño archivo y museo
- Difundir las producciones realizadas en clase.

### CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES

	Marzo	Abril	Mayo	Junio	Julio	Ago.	Sept.	Oct.	Nov.	Dic.
Proyecto y diseño de las Actividades	■	■								
Encuentro con docentes		■								
Presentación de la temática a los alumnos			■							
Búsqueda de la información en las distintas asignaturas			■	■	■					
Nuevo encuentro con Docentes				■						
Planificación de los Recursos					■	■				
Análisis de la información Recolectada						■	■			
Realización de actividades en las diferentes áreas						■	■	■	■	
Presentación de uno de los productos obtenidos							■			
Ensayo y preparación de la muestra artística								■	■	■
Preparación de la Exposición									■	■
Viaje a “Caminito”									■	
Exposición de trabajos y muestra artística										■
Evaluación del proyecto			■				■			■



*Prática en el patio de la escuela*



*Investigación y producción de los alumnos sobre los orígenes del tango*



*Producción de los alumnos en el área de computación*



*Registro fotográfico del viaje a "Caminito"*



*Muestra final de actividades- Recreación de una milonga*

## **EVALUACIÓN**

El método previsto para la evaluación de este proyecto fue realizado mediante observación y encuestas durante el transcurso del mismo. Por lo tanto, se realizaron diferentes evaluaciones parciales durante el desarrollo de las actividades, posibilitando una mayor eficacia en la asignación de los recursos y optimizando el cumplimiento de los objetivos.

En este caso, se realizaron dos evaluaciones parciales durante el desarrollo del proyecto y una encuesta final a los actores principales (docentes y alumnos)

Las primeras evaluaciones sirvieron para ir realizando adecuaciones a la implementación del proyecto que no estaban previstas al inicio del mismo, optimizando su ejecución y logrando mejorar los resultados.

En el caso de la encuesta que se realizó a alumnos y docentes al finalizar la experiencia, los resultados arrojados permitieron re-veer algunos ítems que serán considerados en el caso de replicar el proyecto en otra oportunidad.

Asimismo, mediante la consulta realizada de manera informal a las docentes participantes en el ciclo lectivo posterior al que el proyecto fue implementado, refirieron la buena aceptación que éste había tenido y lo importante que había resultado para los alumnos, solicitando que pudiera ser trabajado nuevamente con nuevos grupos de escolares.

## BIBLIOGRAFÍA

Adam, Carlos “Berisso y el ayer”. En Quiron volumen 14 N°1. La Plata, enero-marzo 1983.

“Una calle de Berisso que va en busca de su Historia”. En diario Clarín. Lunes 14 de agosto de 2000.

Adam, Carlos, Op. Cit P. 106.

Urbański, Horacio Alberto. “Breve historia de los frigoríficos berissenses”. Publicación de la 6° Fiesta Provincial del inmigrante, 1983.

Delgado, Eduard (traducción de Jordi Baltá); Planificación cultural contra el espacio publico.

López Ares, Manuel. “Calle Nueva York”, Ed. Artesanales Ares, Berisso.

María E. Costa y Daniel Sánchez. Percepciones, vivencias cotidianas y afirmación de identidades populares en torno a la calle Nueva York de Berisso. En Berisso Escenas de su Historia. Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Bs. As. La Plata» 2003

Olmos y Santillán Güemes; Educar en cultura, Ediciones Ciccus, Buenos Aires.

Vellegia, Susana; La gestión cultural de la ciudad en el próximo milenio, Ediciones Ciccus, Buenos Aires.

### **Fuentes consultadas**

<http://servicios.abc.gov.ar/lainstitucion/sistemaeducativo/educacionartistica/default.cfm>

<http://materialparadocentes-silvina.blogspot.com.ar/2012/08/tango-para-chicos.html>

Realizado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,  
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

Formato: 15 x 22 cm

Tipologia: Adobe Garamond Pro (12/17)

Calibri (9/10,8; 10/12, 12/14,4)

CD-ROM



Realização:



Apoio:



The logo of Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) consists of the letters "ABEU" in a stylized, bold, black font. The letters are composed of horizontal lines of varying lengths, creating a sense of depth and movement.  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

ISBN 978-85-7862-377-7

